SEMANÁRIO ANGOLENSE

2007 Outubro 06-13

Imperícia, falta de independência do judiciário ou parcialidade?
Três actos da trama que condenou Graça Campos

O julgamento que condenou Graça Campos a oito meses de prisão efectiva e ao pagamento de uma indemnização de 250 mil dólares a Paulo Tjipilica foi feito à revelia, decorrendo na sua ausência e também na dos seus representantes legais. A 25 de Agosto último, quando o juiz Pedro Viana reuniu o tribunal para deliberar a acção em que o Provedor de Justiça pedia que Graça Campos fosse condenado e reparasse alegados crimes de injúria e difamação por via de uma indemnização, o jornalista não se encontrava em Angola. Os seus advogados, João Gourgel e Paulo Rangel, não estavam avisados da ocorrência do julgamento e também não compareceram ao tribunal. Quando, regressado ao país, o jornalista se apercebeu do desenrolar dos acontecimentos, accionou os serviços dos seus advogados, que se apressaram a justificar as faltas e solicitaram a realização de novo julgamento, tudo isso de acordo com aquilo que a lei prevê para situações do género. Os advogados justificaram a falta com «dificuldades com as notificações e ausência do país do seu constituinte». Com isso, a defesa pretendia esclarecer plenamente os factos em resposta às petições de Paulo Tjipilica e permitir que fossem produzidas as provas que possibilitassem que fosse feita justiça. Mas o juiz Paulo Viana indeferiu essa petição dos advogados, dando prosseguimento à acção no quadro das precárias «démarches» já encetadas. Segundo informações disponíveis, quando Graça Campos estava ausente de Angola e não pôde zelar pela sua defesa e muito menos fazer-se presente para julgamento, Pedro Viana escreveu â Ordem dos Advogados de Angola (Oaa) solicitando defesa oficiosa. Duas defensoras oficiosas chegaram a ser indigitadas pela Oaa, mas nunca puderam tomar contacto pleno com o processo. De maneiras que, quando, na última quarta-feira, Graça Campos se apresentou à Quarta Secção da Sala de Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda, ia convencido de que ia apenas

iniciar as audiências de julgamento do processo nº 2352/D-04, em que Paulo Tjipilica se dizia injuriado por lhe terem sido apontadas suspeitas de envolvimento num esquema de favorecimento a interesses portugueses ligados ao desconfisco de bens patrimoniais em Angola. Para sua surpresa completa, o jornalista, já acompanhado pelo advogado Paulo Rangel, escutou, ao contrário, uma sentença desproporcional: oito meses de prisão efectiva e pagamento de uma indemnização do valor de 250 mil dólares, juntamente com a recusa do recurso suspensivo imediatamente recusado pelo juiz e o mandato de recolha à cadeia. Os advogados estão convictos de que o juiz atropelou as normas impostas pela lei processual penal, em primeiro lugar, ao fixar o prazo de prisão. Os crimes de injúria, calúnia e difamação são punidos com uma pena máxima de seis meses de prisão, mesmo quando decorra de um cúmulo de penas. Ou seja, para esses crimes estão estabelecidas penas que vão da mais baixa à mais alta, mas que não podem exceder a mais alta, conforme ficou decretado com a sentença imposta sobre Graça Campos. Os advogados concluíram que ao condenar o réu numa pena superior ao limite máximo, o juiz demonstrou que «não sabe fazer um cúmulo jurídico» para o estabelecimento de penas de prisão. Em segundo lugar, insurgiram-se contra a recusa do recurso suspensivo por parte do juiz Pedro Viana, que aceitou, em troca, um recurso devolutivo. Recurso suspensivo é aquele que, quando interposto, suspende os efeitos da sentença até que a causa seja decidida num tribunal de segunda instância. No caso de Graça Campos, que estava em liberdade na altura da sentença, dava-lhe o direito de aguardar o desfecho do recurso fora da cadeia. Já o recurso devolutivo decretado pelo juiz, não suspende a sentença, obrigando ao arguido a aguardar o desfecho da causa na segunda instância em regime de prisão. Os advogados contrapõem esta decisão do juiz evocando a lei, que prevê que as penas que vão de três dias a dois anos podem ser suspensas por interposição de recurso, pagamento de caução ou conversão em multa. Por último, neste jornal ficou registada uma aparente parcialidade do tribunal: durante a leitura do acórdão, o juiz sempre se referiu ao queixoso enumerando as suas qualidades de dignitário, quando, na verdade, era o cidadão Paulo Tjipilica que figurava no julgamento como contraparte do Semanário Angolense e o seu director-geral. Nesse capítulo, chegou a haver diferenciação das partes, iguais à luz da lei: o tribunal preocupou-se em arranjar uma sala especial para alojar Paulo Tjipilica

durante a sua permanência no Palácio da Justiça, deixando o director-geral do Semanário Angolense à sua própria mercê. Mas a parcialidade desse julgamento pode ser também inferida pelo facto de muitos juízes terem tramitado sentenças de desconfisco a favor dos interesses que se dizia na matéria envolverem Paulo Tjipilica. Não se sabe se Pedro Viana julgou algum caso desses, mas se o fez, ele pode ser considerado parte interessada, logo, parcial. Enfim, o desfecho do julgamento de Graça Campos pode ser mais um caso de imperícia do tribunal ou de falta de independência do poder judiciário, agora que, com o «Caso Miala», já terá havido uma flagrante demonstração disso, mas será sempre um problema de parcialidade.

071006-13
Advogados esforçam-se para obtenção de justiça

A defesa de Graça Campos dividiu-se quinta-feira em esforços para fazer reverter as decisões do juiz que um dia antes ordenou a prisão do jornalista no desfecho de um julgamento em que não se defendeu nem foi defendido. Depois de terem visto negado um recurso que pudesse suspender os efeitos da sentença até à decisão da segunda instância, os advogados recorreram aos procedimentos previstos nas normas processuais para obter, a favor de Graça Campos, os direitos que lhe foram usurpados, sendo-lhe embora concedidos por lei. Os advogados, João Gourgel e Paulo Rangel, escreveram ao Procurador-Geral da República, Augusto da Costa Carneiro, na sua qualidade de fiscal da legalidade, submetendo à sua apreciação a cópia de uma reclamação relativa à prisão de Graça Campos naquele mesmo dia enviada ao Juiz Presidente do Tribunal Supremo. A reclamação enviada a Cristiano André no quadro destes esforços dos advogados anota o facto o juiz da causa não ter aceite o recurso suspensivo interposto pela defesa na sessão de audiência de quarta-feira, tal como o de não ter anuído ao pagamento de caução com vista à alteração do efeito da sentença. Nesse documento, os advogados consideram não serem legítimas tais decisões do juiz e reputam-nas como sendo «violação flagrante das leis de processo penal». Ainda na quinta-feira, os advogados formalizaram a interposição de recurso em requerimento dirigido ao juiz de Direito da Sala de Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda, solicitando que, ao invés do recurso ser meramente devolutivo, tenha efeito um suspensivo, para que Graça Campos aguarde o julgamento do recurso em liberdade.

Esperava-se que depois destas diligências, o director-geral do Semanário Angolense pudesse estar em liberdade no prenuncia deste fim-de-semana.

071006-13
Sobre a detenção do seu director, Graça Campos
Comunicado do Semanário Angolense

Na quarta-feira, 03 de Outubro, o director-geral do Semanário Angolense, o jornalista Felisberto da Graça Campos, foi pronunciado por um tribunal de primeira instância de Luanda, com uma sentença que o condena a oito meses de prisão e ao pagamento de uma dita indemnização no valor de 250 mil dólares dos Estados Unidos a favor do cidadão Paulo Tchipilica, actual provedor de justiça. A sentença a que o director-geral deste jornal foi condenado marca, dessa forma tão desproporcional, o desfecho de uma acção judicial expeditamente julgada contra o Semanário Angolense nos tribunais de Luanda, ao longo daquilo que vai do ano de 2007. Efectivamente, Graça Campos respondia a uma acção interposta nos tribunais pelo actual Provedor de Justiça, Paulo Tchipilica, numa altura do ano de 2004 em que ainda estava investido no posto de ministro da Justiça. Tal acção decorria de uma queixa que Paulo Tchipilica apresentou aos tribunais em face da publicação de um artigo, na edição numero 51 do Semanário Angolense, em que eram levantadas suspeitas relativas a um hipotético tráfico de influências num processo de desconfisco de imóveis que, alegadamente, beneficiaria o dignitário. Paulo Tchiplica solicitou, expressamente, a condenação do Semanário Angolense adicionada de uma reparação financeira por alegados danos morais, ao que o tribunal que julgou o caso anuiu no quadro de um processo apressado e geralmente parcial, que descambou na gratuita condenação do director-geral do Semanário Angolense. E o Semanário Angolense passa a enumerar os factos que, na sua óptica, conformam a parcialidade do tribunal: 1. Na matéria que redundou no julgamento, não existem afirmações taxativas sobre o envolvimento de Paulo Tchipilica na questão da reversão dos confiscos, falando-se apenas em «suspeitas», pelo que o juiz não estava no direito de dar provimento a essa queixa; 2. O julgamento ocorreu na ausência do director-geral do Semanário Angolense e de seus representantes legais, não tendo sido produzidas quaisquer provas; 3. O tribunal não considerou os factos sucessivos da exoneração de Paulo Tchipilica do Ministério da Justiça

e da decisão do seu substituto de mandar reverter os processos de desconfisco, abonarem suficientemente as suspeitas levantadas por este jornal; 4. O director-geral do Semanário Angolense foi ludibriado, ao deparar-se com a leitura da sentença que agora o priva da liberdade, quando tinha sido notificado apenas para uma audiência de julgamento. 5. Apesar de não estar entre as suas atribuições, o juiz negou a interposição de recurso, impedindo que o jornalista se mantenha ao serviço deste jornal até ao desfecho do caso em segunda instância.

Vistos desta maneira, os factos apontam para mais uma das muitas tramas urdidas para impedir o curso das reformas democráticas em Angola, sempre que elementos essenciais desse processo, como é a liberdade de expressão e de imprensa, se afigurem contrários aos desígnios que inviabilizam a existência colectiva do povo angolano. Pela sua coragem, pela firmeza demonstrada, pela profundidade e pelo seu compromisso com a verdade, o Semanário Angolense, o seu director-geral e vários outros profissionais desta publicação foram em várias outras ocasiões submetidos a processos judiciais que têm o condão da intimidação que representantes de interesses estranhos aos anseios do povo angolano exercem sobre aqueles que ousam denunciar-lhes os passos. Assim sendo, os trabalhadores e a direcção do Semanário Angolense alertam à opinião pública nacional e internacional para mais esta manobra redutora das liberdades fundamentais, num Estado como o angolano, profundamente necessitado da afirmação do seu processo de transformação democrática. A imposição desta sentença denuncia, na prática, a persistência de uma viva resistência ao processo de reformas em curso em Angola, provando, primeiro, quão ténue é a separação dos poderes, quando o poder judicial pode ser pressionado a decidir a favor de interesses individuais; e, segundo, quando é utilizado para coarctar o direito à liberdade de expressão e de imprensa, direitos fundamentais dos cidadãos angolanos, consagrados na Lei Constitucional Angolana. Considerado o exposto, os jornalistas e restantes trabalhadores deste jornal manifestam o seguinte;

1. A sua incondicional solidariedade para com o seu director-geral, o jornalista Felisberto da Graça Campos;
2. Solicitam a sua imediata e incondicional soltura, à luz do legalmente previsto no código processual angolano;

3. Reafirmam que assumirão com o mesmo vigor o seu compromisso com a verdade, não cedendo a intimidações, partam elas de onde partirem.

A Direcção do Semanário Angolense, em Luanda, aos 03 de Outubro de 2007.

O director-geral em exercício

João da Silva Candembo

071006-13

071006-13

0709290-1006
Outros crimes de guerra
F. Fernandes na liça
No tempo em que governou a província de Malanje, transaccionou

Na história recente do país existiram outros crimes de guerra que as autoridades esconderam da generalidade das populações e os seus autores se mantiveram impunes e alcandorados no poder. Muitos comandantes militares traficaram homens e combustível com a Unita. Mas nenhum deles, publicamente que se saiba, foi apresentado em parada e julgado. Em Malanje, por exemplo, estas coisas não se sussurram, mas dizem-se em voz alta. O antigo governador de Malanje Flávio Fernandes, já falecido, foi reiteradas vezes acusado de fornecer, a troco de dinheiro (o que é mais sórdido ainda) combustível à Unita, na época em que a cidade-sede da província foi alvo de um cerrado cerco por parte das forças de Jonas Savimbi. A cumplicidade de Flávio Fernandes com a Unita, sob a forma de transacção de combustível, foi inclusivamente denunciada ao Semanário Angolense por um dos seguranças do então governador, confirmando a mesma acusação já anteriormente feita por uma prestigiada organização internacional, a Human Right Watch. O guarda de Flávio Fernandes disse que num dado dia do ano de 1997 testemunhou um acto a todos os títulos suspeito. Durante uma interrupção nos flagelamentos da artilharia da Unita sobre Malanje, ele viu sair da cidade três camiões-cisternas carregados de combustível, propriedades do então governador, rumo ao Quela, localidade em poder das forças da guerrilha,

situada a uns vinte quilómetros. Segundo o relato, profusamente descrito na edição nº 8 do SA, os camiões partiram de Malanje ao meio-dia, largaram o conteúdo que transportavam no Quela e quando eram 16H30 estavam de volta. «Só num filme de Hitchkock seria possível conceber que os camiões tivessem saído calmamente de Malanje numa viagem ao terreno do inimigo», escreveu então o jornal. O ex-guarda de Flávio Fernandes assegurou que na altura em que se deram estes acontecimentos, no Quela só a Unita mandava. E disse mais: a cidade de Malanje estava de tal maneira sitiada que as forças militares governamentais não tinham condição de desenvolver acções num perímetro superior a 5/10 quilómetros. «O que é que aqueles camiões foram fazer ao Quela? Levar assistência às populações?», questionou o informador do SA, concluindo que os carros-cisternas do governador de Malanje só poderiam arriscar-se a sair da cidade com a cumplicidade da Unita. Diante do «nó górdio» aplicado pelas forças da guerrilha, as tropas do Governo mal se conseguiam deslocar. Nas várias tentativas que faziam para furar o cerco e alargar o perímetro de segurança, eram completamente rechaçadas. Contudo, quando se tratasse dos camiões do governador, eles saíam como que para uma alegre passeata e regressavam sem o menor beliscão. O que era aquilo? Apesar destas denúncias, nunca desmentidas pelo visado, que se juntaram à quase «privatização» de Malanje, o Presidente da República manteve Flávio Fernandes no cargo, indo até ao limite dos limites. Só quando as populações malanjinas em fúria, num episódio poucas vezes visto neste país, exigiram em pleno comício que o Chefe de Estado demitisse o governador com urros «tire o seu cágado daqui», é que José Eduardo dos Santos «vacilou». Mas mal exonerou Flávio Fernandes, apressou-se a nomeá-lo director-geral da clínica Multiperfil em Luanda. E foi nesse cargo, pelo qual muito boa gente luta e desunha-se, que Flávio Fernandes partiu do mundo dos vivos. Jamais se deu ao trabalho de desmentir as acusações de «conluio com o inimigo» que lhe foram feitas e nem sequer as autoridades procederam a um inquérito para apuramento de responsabilidades. As malfeitorias de Flávio Fernandes em Malanje ficaram impunes, assim como ficaram os homens que protagonizaram um dos mais escandalosos crimes de peculato cometidos em Angola: os oficiais da polícia que mancomunados com empresários de origem oriental «aliviaram» os cofres da corporação da colossal soma de 13 triliões de Novos Kwanzas. Sabe-se que em consequência disso foram afastados o ministro do

Interior e Comandante-geral da Polícia Nacional, Santana André Pitra «Petroff», o 2º Comandante-geral B.Seixas, o chefe das Finanças (irmão do então ministro das Finanças Emanuel Carneiro) e o chefe logístico. No entanto, os cidadãos ficaram sem saber onde encalhou o processo judicial que seria necessário para que o Estado resgatasse a sua honra.

070929-06
Quando verdadeiros criminosos estão à solta
Miala & Cia a caminho da cadeia de São Paulo

Já era sabido que eles teriam de mudar de ares. Fernando Garcia Miala, Miguel Francisco André e Ferraz António, respectivamente ex-director-geral, ex-director-geral adjunto e director do gabinete de estudos e planeamento dos Serviços de Inteligência Externa (Sie) poderão abandonar as celas em que se encontram no Supremo Tribunal Militar (Stm), e seguirem para a cadeia de São Paulo, no município do Rangel, em Luanda, nos próximos dias. A julgar pelas informações prestadas por pessoas conhecedoras deste badalado caso, Maria da Conceição Domingos ou Domingas, ex-directora de Contra Inteligência Externa, deverá permanecer nos calabouços da penitenciária de Viana, onde se encontrava até à altura em que foi julgada. O antigo homem forte do Sie foi condenado a quatro anos de prisão efectiva, ao passo que os seus companheiros apanharam dois anos e meio cada. Depois de terem circulado informações de que se estaria a preparar a prisão do Tombo para o acolher, a prisão de São Paulo poderá receber temporariamente Fernando Miala e os seus companheiros, mas há indícios de que os mesmos não poderão estar juntos durante muito tempo. Por isso, ventila-se a possibilidade de serem separados e enviados para outras penitenciárias, como as de Benguela, Bentiaba (Namibe) e Saurimo (Lunda-Sul), algumas das quais não possuem o mínimo de condições sanitárias para recebê-los. O facto de Miala, que já foi vice-ministro do Interior, poder ser transferido, como se fosse um preso comum, para uma das prisões acima mencionadas, onde poderá cruzar-se com criminosos da pior espécie e estar sujeito a condições sanitárias horrendas, faz com que muitos reforcem a tese de que esteja a ser vítima de qualquer cabala palaciana, algo que passaria pela sua extrema humilhação. Não há memória de que um ex-dirigente deste Governo tenha sido submetido a tais condições independentemente do crime que tenha cometido. Jorge Biwango, ex-governador do

Kuando Kubango e principal culpado do conhecido caso «kamutukuleni», que dizimou várias pessoas injustamente acusadas de feitiçaria naquela província, começou por ficar encarcerado numa verdadeira «mansão» no Bairro da Polícia, com todas as mordomias possíveis, incluindo alguns passeios ao Jumbo para fazer compras. Bento Kangamba, presidente do Kabuskorp, quando foi preso não tardou para que passasse a dormir numa das suas residências em Luanda, sem qualquer constrangimento. Alguns gestores públicos, como Domingos Ebo, ex-director do Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (Inabe), que «aliviou» o erário público em cerca de dois milhões de dólares, foi obrigado apenas a devolver o dinheiro ao Estado, e depois foi brindado com um lugar de destaque no secretariado provincial do Mpla de Luanda. Até agora ninguém sabe se Ebo devolveu o dinheiro ao Estado. Caso curioso também é de Leonel Gomes, deputado da Unita que havia sido encarcerado por suposto desvio de mais de 100 mil dólares no Instituto de Reinserção Social dos Ex-militares (Irsem). Porém, são vários os antigos dirigentes, entre ex-ministros e governadores, um dos quais chegou a comprar um avião, que foram «premiados» com lugares na Assembleia Nacional depois de terem delapidado os cofres públicos sem qualquer piedade. Perante os factos, sobretudo num país em que os tribunais e as prisões são apenas para «pilha-galinhas», espanta que um antigo dirigente, simplesmente por se ter recusado a comparecer a uma cerimónia pública de desgraduação, seja severamente punido e obrigado a conviver os próximos quatro anos num autêntico «mukifo» Afinal, como frisou Justino Pinto de Andrade, tem termos de poder real, Miala terá sido simplesmente a «segunda figura» do Estado angolano, sobretudo ao longo dos anos em que foi o primeiro na hierarquia da Comunidade de Inteligência, sendo muitas vezes descrito como «os ouvidos e os olhos do Presidente».

070929-06
Angola negoceia mais um empréstimo
Vêm aí mais 3 «bis» de dólares

Angola usou a China para distanciar-se do Ocidente e do Fundo Monetário Internacional. Agora, pelos vistos, recorre ao Ocidente para mostrar aos chineses que Angola não é um local de pasto. Depois de terem negociado, em Fevereiro, um empréstimo junto do banco britânico Standard Chartered no valor de 500 milhões de

dólares, as autoridades angolanas têm praticamente finalizado um outro acordo com o mesmo banco. Desta vez vêm 3 biliões de dólares! Segundo apurou o Semanário Angolense junto de fonte financeira angolana, o novo empréstimo, negociado com base em garantias de petróleo e destinado a suprir problemas de caixa, acaba por funcionar também como um sinal às autoridades chinesas com quem os angolanos estão cada vez mais desencantados. O acordo obtido em 2004 com os chineses, negociado então em termos nunca conseguidos por Angola, com uma taxa de juro igual a Libor, ou seja, a taxa do mercado de Londres, mais 1,5%, desencadeou alguma ciumeira entre a banca europeia. Esse empréstimo, concedido em modalidades tão generosas, terá convencido os chineses de que tinham Angola no bolso. O mau caminho que seguem as obras de reconstrução do país, das quais os chineses lavam as mãos, dizendo que o Gabinete de Reconstrução Nacional não percebeu que os portos angolanos não estavam preparados para tamanho «task», acelerou o mal-estar entre os dois países, tendo-se tornado notório o pouco interesse das autoridades angolanas em consolidar a relação que nasceu em 2004. Em Março as autoridades angolanas cancelaram as negociações que levariam a companhia chinesa China Petroleum & Chemicals, uma afiliada da Sinopec, na refinaria do Lobito. A Cpc deveria ficar com 30 por cento da refinaria, que se estima venha refinar 200 mil bpd. Fontes financeiras não estranham o facto de cada vez mais Angola procurar soluções na banca ocidental. Mas ela notam, com alguma curiosidade, o facto de, aparentemente, Angola ter substituído o seu velho aliado Bnp Paribas pelo Santander Chartered. O acordo agora em fase finalização foi negociado ligeiramente acima do Libor, (1% mais alto), razão porque, segundo fontes da banca internacional, o Bnp e Paribas recuaram. As autoridades angolanas esperam pagar o empréstimo em 8 anos.

070929-06
Nas franjas do «caso Miala»
Kopelipa pondera processar familiares de Francisco André

Uma fonte bem colocada assegurou ao Semanário Angolense que o general Hélder Vieira Dias «Kopelipa» está a ponderar intentar um processo judicial contra Francisco André, irmão de Miguel Francisco André, um dos réus

julgados em conjunto com Fernando Garcia Miala e condenado a dois anos e meio de prisão. Segundo a nossa fonte, as declarações de Francisco André ferem a honra do general que está disposto a recorrer a todos os meios para a repor, incluíndo um pronunciamento público, em face dos cargos de alta responsabilidade que ocupa e da consequente gestão de elevadas somas do erário público. Kopelipa, segundo ainda mesmas fontes, estará a preparar-se para protagonizar um acto inédito no país: a declaração pública dos seus haveres, de forma a calar qualquer expeculação em torno do caso. Para a fonte que vimos citando, Kopelipa estará farto das especulações em torno da sua figura e da sua suposta riqueza acumulada de forma ilegal. Mais: Kopelipa pretende esclarecer a situação da conta bancária domiciliada em Hong Kong, supostamente, segundo Francisco André, aprovisionada com dinheiros desviados de um financiamento chinês ao Estado angolano e que, despois de descoberta por Miala, estaria na base do ardil montado pelos generais Kopelipa e Zé Maria e pelo Primeiro-Ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos «Nandó», como forma de o silenciar, humilhar e desacreditar. Note-se que Francisco André ligou o suposto desvio de fundos públicos, por parte do general Kopelipa, ao caso de «Toninho» Van-Dúnem, antigo secretário do Conselho de Ministros, este que, segundo a fonte, se passeia livremente pelo país e por Londres, onde supostamente aufere um rendimento mensal de cinco mil dólares norte-americanos pagos pelo Estado angolano, isso depois de desmascarado por Miala. A impunidade no caso de toninho Van-Dúnem é citada como tendo dado campo aberto à Kopelipa, «Nandó» e Zé Maria para agirem. O problema é o dinheiro da China. Nada de golpes de estado nem de insubordinações. O dinheiro da China desviado pelo general Kopelipa estará na base de um julgamento forjado, com a sentença determinada à partida, segundo os familiares do réu. No entanto, não é claro o papel atribuido ao Presidente da República: se o de cúmplice dos generais ardilosos, ou se o de um governante enganado pelos homens que o rodeiam. Seja como for, é para limpar a honra perante o Chefe de Estado e perante as Forças Armadas, onde milhares de soldados vivem em condições pouco dignas, assim como milhares de combatentes da luta pela independência, que o general Kopelipa pretende ver tudo esclarecido. Para a nossa fonte, o general Kopelipa sabe que perderá muito do seu prestígio de militar e de chefe se este assunto não for esclarecido publicamente, estando, portanto, disposto à confrontação pública com os

familiares dos réus e, se necessário, com os próprios réus para que estes apresentem provas. «O general é um homem com filhos e familiares e sabe que estes também não andarão pelas ruas de cabeça erguida se este assunto não for aclarado» - avançou a fonte que vimos citando. Lembramos que as declarações de Francisco André, a uma rádio de Luanda, apelavam à comunidade internacional para que cessasse a doação de fundos à Angola, por estes serem sistematicamente desviados, e a várias figuras do MPLA e das Forças Armadas para que despertassem o Presidente angolano para o engano a que alegadamente está a ser sujeito. As acusações vão até à ocorrência de mortes de várias pessoas, em consequência da descoberta de Miala, do desvio dos dinheiros da China que estará, inclusive, a retardar a conclusão de algumas importantes obras de reconstrução nacional. Tudo isso dá campo para Kopelipa não querer ficar na história como o vilão que entravou o desenvolvimento do país e por isso mesmo pretende agir de forma a repor aquilo que considera ser a verdade. Resta saber se o general levará a intenção avante, ou se tudo não terá passado de um desabafo em privado, para sacudir a poeira numa altura em que todos os olhos do páis se viraram para si à espera de explicações. Resta saber, também, se o Presidente retiraria as imunidades do general e se estará disposto a correr o risco de se esclarecer uma situação em que pode ter feito o papel de enganado. «No fundo, no fundo, contando Kopelipa com a intransigência de Eduardo dos Santos em reconhecer os seus erros, o general terá feito tais declarações sabendo que o máximo que lhe poderá acontecer será a perda do cargo e a continuação do gozo de regalias», considerou um outro observador contactado pelo Semanário Angolense a propósito deste caso. Ou seja, Kopelipa, que pode estar a fazer bluf, nunca arriscaria expor-se publicamente. Teria que ser um anjo, o que ninguém parece ser neste país.

070929-06
Lista dos acidentes aéreos já registados em Angola
Da sua poltrona, Brandão viu 12!

O Semanário Angolense «desencantou» este autêntico achado: uma lista dos acidentes aéreos já registados em Angola ao longo dos tempos. O leitor também pode aceder a ele através do site da AirDisaster (http://www.air disaster.com). A nota interessante é que, fazendo bem as contas, concluímos que o actual ministro dos

Transportes angolano, André Luís Brandão – pelo tempo que está no Governo deve ser o «decano» dos ministros –, «assistiu» a maior parte dos desastres. Uns 12 p´ra aí. É espantosa a capacidade que «Ho Chi Min» tem de aguentar tudo isso sem dizer: «Basta. Demito-me!». Dá mostras de que ainda não teve a sua conta de acidentes, aos quais parece assistir, alegre e descansadamente, da sua poltrona num qualquer gabinete do Palácio de Vidro, lá para os lados do Porto de Luanda. Que espírito mais tenebroso o do nosso «Câmara Lenta», para quem, pelos vistos, avião que se despenha parece ser o mesmo que aplaudir um golo espectacular numa partida de futebol. De que fibra, afinal, é feito o André Luís Brandão?

070929-06

Trabalhadores despedidos colectiva e «anarquicamente» acusam

«Cabritismo» dos grandes na Aerovia

Eles são perto de 220 e dizem já ter feito recurso ao Tribunal, porém, sem qualquer resultado até ao momento

Representantes de um grupo de cerca de 220 trabalhadores despedidos colectivamente da Empresa Nacional de Construção de Aeródromos e Estradas (Aerovia), em carta que fizeram chegar a este jornal, além de manifestarem o seu protesto pelo que julgam ter sido uma grande injustiça, acusam a direcção da instituição, Joaquim Rodrigues, de estar a depredar o património público sob sua responsabilidade, com a alegada cobertura do ministro da Defesa, general Kundi Paihama, a entidade de tutela. Eles dizem não compreender a razão do seu despedimento, ocorrido em Fevereiro de 2006, do qual já recorreram a tribunal, por ter acontecido precisamente numa altura em que, por orientação e apoio da Presidência da República, a empresa deveria estar sujeita a um processo de recuperação. Segundo os trabalhadores despedidos (engenheiros, técnicos, operadores de máquinas, oficiais administrativos, motoristas e mecânicos), entre os quais figuram desmobilizados e deficientes físicos oriundos das extintas Fapla, em 2005, o Presidente da República instou o ministério das Finanças a disponibilizar cerca de 45 milhões de dólares, que foram investidos na compra de maquinaria diversa e pagamentos de salários em atraso, cujo objectivo era a recuperação total dessa empresa pública. As injecções de capitais na Aerovia já vêm de 2004, quando, por orientação do Governo, foi possível

enquadrá-la numa linha de crédito da Espanha, da qual obteve um financiamento de perto de 7 milhões e 747 mil euros. Com este crédito, procedeu-se à compra de quatro brigadas parciais de terraplanagem, que chegaram ao país em Março de 2005. Uma segunda injecção permitiu, em Dezembro de 2005, o pagamento de todos os salários em atraso e começou-se o procedimento administrativo para a importação de mais equipamentos, no valor de quase 22 milhões de euros. «Estava-se na materialização das orientações de Sua Excla., o Presidente da República», escrevem os trabalhadores. Porém, quando se esperava que iniciaria a recuperação da empresa, com uma melhor rentabilização dos equipamentos então adquiridos, Joaquim Rodrigues não cumpriu as orientações e passou a geri-los a seu bel-prazer, com graves prejuízos para o Estado. Na carta que enviaram a José do Eduardo dos Santos, os trabalhadores faziam sentir a necessidade da empresa passar a obter obras por adjudicação directa, por não ter então capacidade suficiente para concursos públicos, o que foi aceite, sendo exemplo disso a entrega da obra de reabilitação da estrada Matala/Menongue, numa extensão de 319 quilómetros, no valor de 150 milhões de dólares. Na sua óptica, só isso permitiria manter os trabalhadores empregados e desenvolver a empresa. No entanto, a direcção de Joaquim Rodrigues, por pretender obter lucros imediatos, sub-contratou um empreiteiro chinês (a Cbrs) para a execução da obra, no que resultou em prejuízos para a Aerovia. O mais grave nisso tido é que a sub-contratação da empresa chinesa foi justificada precisamente com a falta de mão-de-obra, quando ela própria havia acabado de se «desembaraçar» de 220 dos seus trabalhadores, o que se constitui num grande paradoxo. Aliás, foi naquela direcção (necessidade de mais trabalhadores) em que se encaminhou algumas das mais importantes conclusões do último conselho de direcção alargado, realizado no Lobito, em Maio deste ano, sendo por isso o despedimento colectivo um sinal sério de que Joaquim Rodrigues está a trabalhar contra os interesses do Estado. Além disso, o director da Aerovia é ainda acusado de alugar equipamento novo a outras empresas do mesmo segmento de mercado, como a «Paviterra», quando, para eles, «o normal seria criar parcerias para realizar as tarefas que os trabalhadores tivessem eventualmente dificuldades». As nossas fontes dizem que, embora a empresa continue deficitária, só os directores (três) vivem à grande e à francesa, com base em esquemas cavilosos, entre os quais sobressai o usufruto ilegal de dois salários: um pago pelo

ministério da Defesa e outro recebido directamente da tesouraria da empresa, este num valor de 2500 dólares. «Eles são os únicos que, quando se deslocam para as províncias em missão de serviço, levam ajudas de custos e se alojam nos melhores hotéis, mesmo nas cidades onde existem casas de passagem», acusam os trabalhadores despedidos, dizendo que eles se julgam «seres superiores». Os «injustiçados», alguns dos quais, à semelhança dos antigos trabalhadores da Angonave, já começaram a sentir o peso da indigência a que foram atirados, pedem às autoridades que se faça uma sindicância à gestão da Aerovia, tal como aconteceu no Serviço de Migração e Estrangeiros. «O mais agravante são as mortes que se vão sucedendo no seio dos despedidos, que já vão em dez. Começaram com o cidadão que em vida se chamou João Alexandre Mateus, seguindo-se José Portugal da Costa 'Salles', ex-militar das extintas Fapla, que passou por batalhas tenebrosas no Kuito-Kuanavale, para tombar ingloriamente em Maio de 2007, quando esperava que da parte do Tribunal Provincial de Luanda se fizesse justiça ao despedimento anárquico, o que não passou de uma utopia», lamentam os «injustiçados» da Aerovia:

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

070929-06

Xxxxx
070915-22
«Nosso Super» será para os mesmos «chico-espertos» ?
Sem ter cumprido ainda com o seu objecto social, a cadeia de lojas

Quando no início de Dezembro do ano passado, o Semanário Angolense (ver ediçao192, de 2 a 8 de Dezembro de 2006) apresentou, pormenorizadamente, o que seria o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e Distribuição de Produtos Essenciais à População, vulgo Presild, ficou também patente a possibilidade de as lojas que fariam parte desta rede comercial, criada pelo Estado, cairem nas mãos dos mesmos «chico-espertos» de sempre, que nos últimos anos têm abocanhado quase tudo que respira neste país. Porém, antes mesmo do Estado ter chegado a meio do que planeou, já não restam dúvidas de que as hipóteses avançadas são mais reais do que imaginárias. A estruturação do Presild, que surgiu de uma directiva do Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, coube ao omnipresente general Hélder Vieira Dias «Kopelipa», chefe da Casa Militar e director do Gabinete de Reconstrução (Grn), José Pedro de Morais, ministro das Finanças, Archer Mangueira, assessor do PR para os assuntos económicos, António Furtado, assessor do Primeiro-Ministro, Cruz Neto, vice-ministro do Comércio, e Gomes Cardoso, director nacional do comércio. Conhecendo-se de antemão a «folha de serviços» de alguns deles, muitos dos quais não têm quaisquer constrangimentos em abocanhar negócios ligados aos ministérios ou comissões que os próprios dirigem, não estranha que eles se sintam tentados a ficar com a maior parte da fatia do bolo que lhes foi apresentado esta semana por Cruz Neto, vice-ministro do Comercio. Cruz Neto, igualmente secretário-executivo do Presild, garantiu que o Governo pretende alienar cem por cento das acções de todas as infra-estruturas a empresários nacionais, mas este processo deverá começar com a cedência de 70 por cento das acções, cabendo ao Estado os restantes 30 por cento para assim garantir, alegadamente, a estabilidade e oferta dos produtos e preços no mercado. Curiosamente, a intenção do Estado ocorre numa fase em que ainda nem estão cumpridos cerca de 70 por cento das metas projectadas, que compreendem a edificação de 30 supermercados, 10 dos quais entrariam em funcionamento ainda em Fevereiro do ano em curso nas províncias de Benguela, Bié, Huambo, Huíla,

Malanje, Cabinda e Luanda. Esta última província recebeu de uma só sentada quatro empreendimentos do género nas rotundas do Gamek (Maianga) e da Boavista (Ingombota), assim como em Viana e na Frescangol (Cazenga). Desconhecendo-se a razão da pressa que existe para a cedência das acções aos privados, este jornal sabe que, no âmbito do Presild, ainda falta a construção dos propalados Centros Logísticos de Distribuição, que deveriam ser erigidos nas províncias de Luanda, Malanje e Lunda - Sul. Essas regiões foram escolhidas devido às suas densidades populacionais e potencialidade agro-pecuária, de acordo com os seus promotores, para não se criarem elefantes brancos. Em falta está igualmente a construção de 163 lojas para o pequeno comercio e retalho e igual número de mercados municipais, duas lojas pedagógicas para formação de agentes comerciais, assim como a criação de 20 zonas comerciais urbanas, maioritariamente em Luanda, Benguela e Huambo e a requalificação de mais cinco. Apesar de todas estas lacunas, o Estado já pensa em alienar o projecto, para favorecer os mesmos privilegiados. O esquema é o mesmo de sempre: o Estado entra com o dinheiro, cria infra-estruturas que depois são abocanhadas pelas mesmas pessoas num pseudo processo de privatização.

070915-22
Processo Miala: alegações finais
As 9 «mais» da acusação

«Tendo no dia 14 de Janeiro de 2007 comparecido na Dppq, do Emg-Faa, todos os ora réus se recusaram a participar da actividade que seria realizada no dia 16 do mesmo mês e ano no Emg-Faa fundamentando que não concordavam com o figurino ou o formato da cerimónia por envolver a presença da imprensa, e ser assistida por dirigentes das Faa e que cerimónias do género nunca tiveram acontecido em Angola, pois a mesma apenas visava a humilhação dos ora réus.» 2. «Perante aos factos que acabamos de apresentar, colocam-se-nos algumas questões prévias que nos levarão à abordagem do direito. E, vejamos: os réus neste tribunal são civis? Não! São militares e já eram quando prestavam serviço em comissão nos Sie, conforme previsão do nº1 da alínea A do artigo 31º do estatuto orgânico dos Sie. Regressaram às Faa onde deveriam ter-se apresentado e mantido os pontos para o cumprimento firme e abnegado das ordens dos seus superiores hierárquicos

transmitidas no uso das suas competências legais regulamentares e estatutárias, ainda que sabendo eles que estavam em trânsito para uma situação de licenciamento. Tanto mais que na Dppq, nunca os ora réus puseram em causa a sua condição de militares e só fundamentaram a recusa em comparecer na cerimónia militar para que foram convocadas por ordem expressa do Cemg-Faa com a não concordância com o formato da referida cerimónia militar. Se fossem civis não estariam a ser julgados neste tribunal pois, não teriam cometido o crime de insubordinação, porque só comete crime de insubordinação o militar quem desobedece à ordem legítima de um superior hierárquico no uso das suas competências e em razão de serviço». 3. «Contrariamente ao que estabelece o estatuto da Ordem dos Advogados sobre a deontologia profissional, os mandatários dos réus tentaram a todo o custo baralhar o tribunal, levantaram incidentes de falsidade contra documentos. Sim, mas com manifesta falta de ética e objectividade, fazendo afirmações levianas relativamente as ordens nº 006/06 do comandante em chefe das Faa, constantes das folha 21 e 121 do autos assinada por sua excelência o Senhor Presidente da República que desgradua o réu Fgm como que sendo falsa e que teria sido autenticada por chancela ao invés da assinatura do titular». 4. «Era a obrigação dos mandatários dos réus apresentarem-se neste tribunal preparados para uma defesa técnico-jurídica de modos a contestarem os articulados da acusação, mas nunca o fizeram. Contrariamente, enveredaram por uma defesa política como se de um julgamento político se tratasse. Advogando contra a lei expressa usando de meios e expedientes ilegais, fomentando e autorizando a publicação em jornais de documentos e divulgação por uma determinada emissora de rádio, algumas vezes pela sua própria voz, notícias referentes ao processo judicial em discussão e a si confiado sem ter hesitado em fazer de determinados órgãos de informação cálculos das suas pretensões mal disfarçadas, o que é proibido não só na ordem jurídica nacional mas também internacional. É consabido que o advogado não deve discutir ou contribuir para a discussão em público ou nos meios de comunicação social de questões pendentes ou a instaurar pelos tribunais ou outros órgãos do estado como estabelece o estatuto da Oaa que foi aqui múltiplas vezes pisoteado pelos mandatários dos réus.» 5-«Após o levantamento do incidente do mero lapso de numeração da capa do processo, esta mesma capa apareceu publicado num jornal fornecida pelos advogados e com

esta outra capa não autuada conseguida por meios ilícitos abriram acesos debates radiofónicos com a participação directa dos mandatários dos réus. Estes bombardearam a opinião pública com mentiras grosseiras e abusaram da boa-fé dos leitores e dos rádio ouvintes fazendo passar a falsa mensagem de que os magistrados deste tribunal são parciais, ignorantes do direito, das leis militares e de outras e que são permeáveis a encomenda de sentenças num conjunto de manipulações criminosas mancomunadas com uma determinada imprensa escrita e falada». 6. «Foi apanágio dos mandatários dos réus aqui neste julgamento promover diligências reconhecidamente dilatórias, inúteis e prejudiciais para a correcta aplicação da lei e a descoberta correcta da verdade. Estes nunca abriram mãos a uma reconhecida estação emissora e um semanário da nossa capital cujo Director foi rotulado em audiência pelos mandatários dos réus como sendo colega dos ilustres advogados. E como se não bastasse, constatamos que com o referido colega realizaram diligências pessoais não autorizadas junto de órgãos judiciários das Faa, de subordinação do Procurador-Geral das Faa e não só. Como se pode verificar, os ilustres advogados vieram para este tribunal fazer litigância de má-fé usando de deslealdade processual, mas dizem-se aqui descaradamente auxiliares da justiça.» 7. «Vir para um tribunal militar e litigar em processo de fórum militar exige no mínimo uma preparação que passa pelo estudo das leis militares, pois assim se evitaria ouvir-se perguntas sobre a composição do Supremo Tribunal a julgar em primeira instância sobre os prazos de prisão em fase judicial e de julgamento corrente. E ainda sobre se a procuradoria militar pode instruir processos etc., etc. Com certeza de que se este julgamento estiver a ser cedido e difundido ao público do ponto de vista do que efectivamente se passa nesta magna sala de audiência, com verdade e objectividade ele (julgamento) auxiliará, em muito, a necessidade da difusão do estudo e da divulgação do estudo do direito penal e processual penal militar nas Faculdades de Direito existentes em Angola.» 8. «O réu Fgm vem denunciado também pela prática de crime de furto previsto e punível nos termos do artigo 421 nº5 do código penal. Neste julgamento não ficou provada a prática deste delito pelo que o Ministério Público retira a acusação, propondo que seja absolvido quanto ao crime de furto de que foi acusado e pronunciado. Por outro lado, ficou provado que todos os réus cometeram o crime de insubordinação previsto e punível pelo artigo 17 nº1 da lei 4/94 de 28 de

janeiro, pelo qual foram denunciados, razão pelo que o Ministério Público mantém a acusação deduzida contra os mesmos, agrava a situação dos réus as circunstâncias G e H ambas do artigo 9º da lei 4/94 de 28 de Janeiro, lei de crimes militares.» 9. «Estamos certos de que os ora réus agiram em consciência e enganosamente convencidos de que ficariam impunes. Mas a suprema razão da defesa social, não permite desarmar a repressão perante as paixões os ideais e as extravagâncias subjectivas embora mobilíssimas paixões, por outras palavras, não se pode admitir aqui que se tente justificar a prática do crime de insubordinação com factos ou motivações relacionados com a Sindicância de que os SIE foi objecto. Assim, o Ministério Público requer a este tribunal a condenação de cada réu na pena correspondente ao crime que cometeu e nas acessórias previstas pelo artigo 7º da lei nº4/94 de 28 de Janeiro lei dos crimes militares. Tenho dito.

070915-22
Alegações da defesa
«FM até se predispôs a entregar espólio numa cerimónia simples»

«Venerando Juíz Presidente e Conselheiros do Supremo Tribunal Militar,
Digníssimo Procurador Militar das Faa,
Minhas Senhoras e Meu Senhores

Pelo presente instrumento, vimos, nos termos do artigo 467 do código do processo penal, apresentar as alegações orais de Fernando Garcia Miala, Miguel Francisco André e Ferraz António no processo nº12/ 07 para tanto esgrimindo o seguinte: Desde logo comecemos pelos factos. Ficou claro durante as secções de julgamento que o réu Fgm foi exonerado na madrugada do dia 24 de Fevereiro 2006, sem qualquer aviso prévio e mais grave ainda, sem que a posta ao acto fosse dada a possibilidade de proceder à entrega de pastas e retirar os seus objectos pessoais do gabinete de trabalho. Não houve por conseguinte a passagem de pastas. O réu Fgm, tal como aconteceu com a sua exoneração, também tomou conhecimento através da comunicação social, ainda em Fevereiro, da nomeação de um novo Director-geral dos Sie e da constituição de uma Comissão de Sindicância. O réu, igualmente em Abril, e mais uma vez através da comunicação social, tomou conhecimento dos resultados da referida sindicância, onde, dentre outras coisas

saíu a decisão de Sua Excia senhor PR e comandante-em-chefe das Faa do afastamento do mesmo dos Sie, da sua desgraduação e da sua passagem compulsivamente à reforma. O referido comunicado oficial vincava que eram actos que deveriam ser executados de forma contínua, ou seja, sem paragem, dai as expressões consequentemente e subsequentemente. O réu Fgm jamais foi notificado e ou ouvido pela Comissão de Sindicância, portanto desde o dia 24 de Fevereiro de 2006. Para além do contacto que teve com o brigadeiro Gilberto Veríssimo, no dia 25 nunca mais nenhuma estrutura oficial ou enviado lhe contactaram. Antes do dia 1 de Abril, altura em que saiu o comunicado oficial da PR o réu não tinha dúvida da sua situação e condição militar, daí que aguardava pela chamada do Comandante em Chefe das FAA de quem sempre dependeu hierárquica e funcionalmente, quer na qualidade de general quer como Director-geral dos Sie na altura. Mesmo depois do comunicado, onde foi reflectida a decisão de Sua Excia o PR e Comandante em Chefe das Faa, o réu nunca foi notificado ou contactado por qualquer estrutura do Estado, do Governo ou militar levando assim a sua vida de pacato cidadão. O réu só 11 meses após a sua exoneração e 8 meses após a saída do comunicado oficial da PR foi convidado a comparecer nos SIE e onde lhe fora presente uma guia de marcha para se apresentar no Emg-Faa, sem mais qualquer explicação. Como havemos de convir, a rejeição inicial por parte do réu em receber a mesma por requerer maior clarificação dos factos e a sua sugestão do sentido dos Sie remeter a sua guia por via de ofício ao Gcemg-Faa, e que a partir de lá seria notificado foi a mais racional. O réu Fgm, fora notificado pela primeira vez pela Dppq do Emg-Faa no dia 16 de Janeiro de 2007, portanto, aproximadamente 12 meses após a sua exoneração e 10 meses após as decisões de Sua Excia o PR que o afastava dos Sie, e de Comandante em Chefe das Faa que o remetia para a reforma compulsiva. Fica aqui claro que os órgãos ou entidades dos Sie e do Emg-Faa que deveriam dar cumprimento das decisões de Sua Excia o PR e do comandante em chefe reflectidas no comunicado oficial, não o fizeram e o hiato do tempo referido anteriormente e confirmado nas secções quer pelo actual Director-geral dos Sie quer pelo Almirante Biby, não deixam dúvidas de que o rigor de consequentemente e subsequentemente não foi cumprido pelos executores das decisões do PR e comandante em chefe das Faa. O facto do Almirante Biby conformar que aqui perante a este tribunal sempre compareceu quando notificado, que sempre levou consigo os meios para espólio, que

solicitou um encontro com senhor Cemg-Faa para a clarificação dos factos, para que foram aceites, porém não realizados e, principalmente, confirmou que de facto só informou ao réu que não era reformado ainda porque o comandante em chefe não assinou a sua passagem a reforma, isto no penúltimo encontro que ocorreu no dia 23 de Janeiro de 2007, portanto 10 meses após a decisão de Sua Excia o comandante em chefe. O réu, enquanto oficial general e tendo exercido altas funções do Estado tinha razões mais do que suficientes para solicitar respeitosamente, ao Cemg-Faa, um encontro para a clarificação da ordem e de que se pretendia de facto já que é um direito do réu, igualmente um direito dos superiores, clarificar bem as ordens e missões quando existem dúvidas e tem sido assim em qualquer doutrina militar mundial nos tempos contemporâneo. O réu Fgm, até se predispôs a entregar o espólio numa cerimónia simples. A tese defendida de que primeiro se cumpre e depois se reclama não é de lei nem práticas por seres racionais como também são os militares. De acordo com os princípios e institutos mais básicos do Direito não constitui infracção o facto de mesmo que se apresente típico ou seja correspondendo a hipótese da norma penal e incriminadora, não será lícito desde que existe causa de justificação de facto, a falta de justificação de facto afasta a licitude e tornam por conseguinte o facto lícito. Daí que nem se pode passar para aferição do outro elemento da infracção a culpabilidade pelo que, não há crime. E nesse caso intervieram vastas causas justificativas bastando alegar da presença em audiência.»

070915-22
Em substituição do Presidente da República
Primeiro-ministro vai à província do Uíge
O Presidente da República, que deveria ir na próxima segunda-feira à província do Uíge, decidiu cancelar a sua visita de trabalho

O Primeiro-ministro, Fernando Dias dos Santos, «Nandó», foi indicado para substituir o Presidente da República numa visita que este deveria efectuar na segunda-feira, 17, à província do Uíge, no âmbito das comemorações do Dia do Herói Nacional a ter lugar naquela cidade. Mas, segundo fontes deste jornal, que falaram na condição de anonimato, o Presidente da República deveria aproveitar igualmente a sua estada no Uíge para avaliar de perto a situação dos empreiteiros que não têm cumprido com os prazos nas obras públicas naquela zona do país. O

cancelamento da visita quebrou uma certa expectativa, visto que «o Presidente da República deveria aproveitar a sua estada no Uíge para se inteirar da situação das obras naquela província, uma vez que ele está bastante preocupado com as denúncias de incumprimentos dos prazos por parte dos empreiteiros e da fuga de muitos deles com o dinheiro do Estado, havendo indícios que apontam para a existência de colaboração de alguns funcionários do governo provincial», explicou a fonte do Semanário Angolense. A concretizar-se esta seria a terceira visita desde que foi empossado no cargo de Presidente da República, a 21 de Setembro de 1979, depois de lá ter estado em 1982, naquela que foi uma tumultuosa deslocação a essa província, e em 1991, por altura da campanha eleitoral, José Eduardo dos Santos poderá aproveitar a oportunidade para se encontrar com as autoridades tradicionais. Em alguns círculos políticos, a deslocação estava a ser encarada como uma espécie de missão de salvação necessária, porquanto o partido no poder, nessa província, corre sérios riscos de perder o seu eleitorado para a Unita, devido ao elevado grau de insatisfação que reina entre a população. O Presidente da República, devido «ao seu peso político era a pessoa mais indicada para elevar o moral dos bakongo, que além de estarem muito insatisfeitos com os baixos níveis de governação, também se sentem atingidos pela humilhação por que está a passar um dos membros mais representativos deste grupo étnico, o antigo chefe do Serviço de Inteligência Externa, Fernando Miala, actualmente a ser julgado. «Miala está agora a ser visto como uma espécie de filho pródigo. E nada melhor do que ser o próprio Presidente da República a procurar acalmar os ânimos das pessoas». «Mas ele acabou por trair as e expectativas», lamentou a fonte que temos vindo a citar. Um outro evento que nos últimos tempos contribuiu para os Bakongo fazerem uma introspecção e olharem para a sua própria condição foi a morte do líder da Fnla, Holden Roberto. «Os bakongo precisam de um novo alento. Com a morte do velho Holden e de Nfulumpinga Landu Victor, é importante que se olhe com especial atenção para aquela parcela do território nacional», sublinhou a fonte. Recentemente, um grupo de jovens naturais da província do Uíje acusou o governador, Bento Cangulo, da Unita, e o 1º secretário do Mpla, Pedro Diavouva, de estarem a lucrar com as constantes fugas de empreiteiros. O Semanário Angolense soube, de boa fonte, que uma comitiva do Tribunal de Contas já terá estado em missão no Uíge expressamente para inquirir sobre algumas

falcatruas, embora até ao momento nada de concreto tenha transpirado. A população local diz-se desamparada, uma vez que nem os deputados eleitos pelo círculo do Uíge, nem a Comissão de Acompanhamento dos Investimentos Públicos criada pelo Conselho de Ministros para coordenar a situação conseguem pôr alguma ordem nesta província, aumentando o sentimento de orfandade das pessoas. «A Comissão de Acompanhamento criada pelo Conselho de Ministro esteve uma única vez na província, e pouco fez para se inteirar dos problemas que estão a acontecer, apesar das constantes denúncias dos órgãos de comunicação». Criada há pouco mais de um ano, a Comissão, que é coordenada pelo vice-ministro da Indústria, Abraão Gourgel, tem sido vista como uma espécie de «Governo-sombra», forjado no sentido de reduzir a influência política da Unita naquelas paragens. Esta leitura é sustentada pelo facto da referida estrutura supra-governamental dispor de um orçamento próprio, considerado largamente superior ao manuseado pelo governo local, que deverá rondar entre os 15 e os 20 milhões de dólares/ano. «A existência de dois orçamentos paralelos ao invés de proporcionarem mais-valia para província tem pelo contrário aumentado as desgraças das populações», observou a fonte, visivelmente inconformada com a digladiação de interesses partidários nas terras do café. Na opinião da mesma fonte, a província do Uíge não só «constitui um palco de luta política entre as duas maiores formações políticas, como também uma demonstração de que os interesses partidários e pessoais têm sido colocados acima dos da nação».

070915-22

Não lhes chamaria deputados
José Kaliengue

Na Lei Constitucional de Angola e no regimento do Parlamento haverá, de certeza, um ou mais pontos que permitem, aos deputados, a interpelação ao governo, quer em plenária, quer nas diversas comissões, como forma de fiscalização da acção do executivo. Se esta possibilidade é real e legítima, então aquele grupo de homens e mulheres que todos os angolanos sustentam têm demonstrado que talvez não mereçam um lwei do dinheiro que recebem. Temos um Parlamento simplesmente omisso ou incompetente nos assuntos que interessam ao Estado. Em qualquer democracia do mundo, e é aí que os parlamentos

têm sentido de existir, todo o «caso Miala» teria merecido vários debates e audiências no parlamento. Em Angola não aconteceu porque os nossos parlamentares, ou não sabem o que lá andam a fazer, ou têm medo não se sabe de quê, ou, simplesmente, não passam de «gastadores» de dinheiros públicos preocupados com mais automóveis de alta cilindrada e outras regalias. Sabemos como reagem quando se fala em substituições ou reduções de regalias. Não interessa para que lado pendem as simpatias ideológicas ou partidárias, não interessa que nomes estão em causa, não interessa se é ou não luta de generais, o que é verdadeiramente inadmissível é que num caso em que o chefe da secreta é exonerado da forma como Miala o foi, são-lhe dirigidas acusações de atentar contra a vida do Presidente da República, é-lhe atribuída a intenção de protagonizar um golpe de estado, é julgado por desobediência aos superiores hierárquicos militares, mesmo assim, para o Parlamento é como se nada se estivesse a passar. O Chefe do Governo não foi dar explicações ao Parlamento (nem por escrito, ao que se sabe), o Primeiro Ministro idem, os ministros do Interior, da Defesa e da Justiça também não foram chamados. Os parlamentares angolanos esqueceram-se das suas atribuições, deveres e direitos como representantes do povo? Ao longo do julgamento a comunicação social do Estado, paga por todos nós, e não é pouco, preferiu assobiar para o lado como se nada estivesse a acontecer no país e nem o Secretário de Estado para as Empresas Públicas, nem o Ministro da Comunicação Social, nem os directores dos órgãos públicos de comunicação social foram chamados ao Parlamento para se explicarem aos angolanos. Fora de Luanda há muita gente que não sabe, sequer, da detenção de Fernando Miala. Para que é que nos servem parlamentares com esta exasperante falta de calibre? É mais do que hora de se irem embora e arranjarem trabalho para se sustentarem. Não se trata aqui de compartimentar. Os parlamentares estão todos no mesmo saco, de cima a baixo. Os do Mpla porque seria do seu interesse mostrarem-se mais ao serviço do povo que de qualquer outra causa. Além de que questionar um governo que sustentam não é pecado nenhum, é uma demonstração do compromisso com o povo. Os da oposição teriam as mesmas razões e outras mais. Se não estão para fiscalizar a acção do Governo que é que lá andam a fazer? No caso da oposição, e aqui particularmente a Unita como maior partido da oposição, os seus parlamentares têm, com este caso, dado provas de que não adianta sonhar com uma mudança neste país. Com este

partido no poder as coisas seriam iguais, se não fossem piorar. O que ata os deputados da Unita e os leva simplesmente a enterrar a cabeça na areia quando acontecem tantas coisas que o país quereria ver tratadas, democraticamente, de outra forma? Ainda não se habituaram à grande Luanda? Permanece-lhes o solitário sinaleiro da Jamba na mente como sinal de grandeza de urbanidade? Este povo é mais exigente ou que o julgam. Uma coisa é o parlamento permitir que as contas do Governo sejam prestadas por um Primeiro-Ministro que não preside às reuniões do Conselho de Ministro e que, portanto, não é quem decide, em última instância, as acções do Governo. Pode-se até permitir, embora custe muito, que o debate parlamentar angolano tenha os direitos de autor de ser o único debate parlamentar escrito do mundo, com perguntas enviadas ao Governo com a antecedência de semana; pode-se admitir muita coisa, mas não se pode permitir que o chefe da secreta seja exonerado e julgado com tão pesadas suspeitas e acusações e os deputados da oposição andem por aí, despreocupados, ou acovardados, a passear-se de Volvos, abotoados até ao pescoço, não lhes vá fugir alguma gordura. Não há como olhar para eles e ter-lhes respeito. Uma empresa privada de telecomunicações deu-se ao luxo de difundir, no ano passado, uma mensagem que criou medo nas pessoas, por altura da exoneração de Miala e consequente sindicância aos Sie. Os nossos parlamentares terão, seguramente, recebido a mensagem, mas algum deles levantou a questão no parlamento? Algum deles se pronunciou publicamente? Não espanta que o Parlamento tenha produzido apenas dez leis e 38 resoluções ao longo do ano 2006 / 07. Esta gente nem sabe usar a lei para exercer o seu próprio trabalho! Não espanta que o povo veja na comunicação social privada o único fórum de democracia no país (o que é muito preocupante) e que embora muitos políticos e magistrados se gabem (a ignorância tem dessas coisas) de não lerem jornais angolanos, a verdade é que do fundo do escuro dos vidros dos seus automóveis, todos os sábados fazem emergir a mão com alguns kwanzas para comprar o que chamam de pasquins, a verdade é que sofrem toda a semana quando abordados por um jornalista sobre uma matéria que os não favorece. A verdade é que mostram aos amigos e parentes as matérias que os jornais publicam e em que estão bem na fotografia. Neste país, a cada semana, em vez de serem os jornais a escreverem sobre a produção e debates no Parlamento, o que se passa é que são os deputados a informarem-se e debater, em surdina, no automóvel, em casa, na praia,

nos «prostíbulos» que frequentam, as matérias vindas nos jornais, a «justiça» feita pelos jornais, as «propostas de lei» apresentadas pelos jornais. Fazem-no em toda a parte menos no único local do mundo onde o deveriam fazer, onde estariam mais protegidos pela lei e pelo povo, onde teriam a força de Sansão que é o Parlamento. É hora de se irem todos embora arranjar trabalho. Só nos dão despesas! A renúncia dos deputados arrastaria consigo muitos mais inúteis. E não venham com tretas como instabilidade política e primos. Se numa determinada fase tivermos que trocar de parlamento a cada seis meses, tratar-se-á mais de uma questão de instabilidade dos políticos que de instabilidade política. Servirá como uma aprendizagem concentrada da democracia. E talvez déssemos o dinheiro do Estado como bem empregue.

070915-22
Seria organizado pelo Cca, em Nova Iorque
Jes já não vai a jantar milionário

O Corporante Council on África (Cca) anunciou esta semana o cancelamento do jantar que deveria realizar no dia 26 em Nova Iorque e que teria como estrela o Presidente José Eduardo dos Santos. O Presidente angolano deveria participar desse jantar depois de tomar parte da 62ª. Assembleia Geral das Nações Unidas. Os convites para esse jantar deveriam ser vendidos a 25 mil dólares, o mais caro, e 5 mil, o mais barato. O jantar já estava agendado para o Waldorf Astoria, o hotel onde José Eduardo dos Santos habitualmente se hospeda quando vai a Nova Iorque. Criado em 1993 por companhias norte-americanas visando o estreitamento das relações comerciais entre os Eua e África, o Cca pretendia fazer do jantar do dia 26 o primeiro grande conclave entre o Presidente de Angola e empresários norte-americanos desde que Luanda se aproximou da China. Esse será a segunda tentativa fracassada de levar o Presidente angolano àquele fórum organizado pelo Corporate Council on África. Em 2005 tentou, sem sucesso, levar José Eduardo dos Santos a Washington para um fórum em que participariam outros nove chefes de Estado africanos. A primeira e única vez em que José Eduardo dos Santos participou de um evento do Cca foi em Fevereiro de 2002, na capital norte-americana. Fontes familiarizadas com eventos desta natureza, disseram ao Semanário Angolense que personalidades como Maurice Templesman, presidente de honra do Cca e patrão

da Lazare Kaplan International, bem como os patrões da Boeing, ChevronTexaco, Bpamoco, ExxonMobil e ainda Frank Carlucci, do Carlile Group, eram dados como tendo lugares garantidos na mesa do Presidente de Angola.

070915-22
Novo cheque em branco ao Ministro dos Transportes
«Ho Chi Min» (já) faz as vezes do Presidente da República
Apesar de ter a imagem gasta e controversa, a André Luís Brandão foram atribuídas nos últimos tempos missões próprias

Faz mais de mês e meio que o ministro dos Transportes, interpelado no Parlamento nacional a propósito do acidente aéreo com o Boeing da Taag na cidade de Mbanza Congo e da interdição dos voos desta companhia no espaço aéreo da União Europeia, optou por sacudir a poeira do capote, transferindo as responsabilidades pelo sucedido aos pilotos da aeronave. Na ocasião, recorde-se, André Luís Brandão atribuiu as causas do acidente a «erro humano», não obstante o inquérito instaurado para exame pericial e técnico nem sequer estar concluído até à data presente. Estes são os dados da questão, mas o verdadeiro fundo é outro. É que já ninguém livra os pilotos do Boeing da Taag dos efeitos do «linchamento» público a que foram sujeitos pelo ministro dos Transportes. Mesmo que o inquérito venha a apurar a inocência dos pilotos, o «mal já estará feito». Mais grave ainda do que isto, pelo andar da carruagem, é que o ónus da culpa, já se sabe, nunca recairá sobre André Luís Brandão. O ministro seguirá incólume, como se nada de grave se tivesse passado, não será demitido, nem ele próprio fará tensão disso, a avaliar por aquilo que nos tem sido dado a ver. Aliás, uma evidência concludente de que o titular dos Transportes continuará descansadinho da Silva, a curtir as delícias de ser o ministro mais antigo do Governo, nos foi dado a ver ainda há dias. «Ho Chi Min» não tem outra cara. Só tem mesmo a de «Ho Chi Min». E o que os angolanos viram no noticiário da televisão foi ele a receber a vice-presidente sul-africana, Phumuzile Nguka que, no domingo, 09, escalou Luanda por trinta minutos, proveniente de Roma, Itália, onde esteve de visita. Não há outra leitura a fazer desse episódio. Na verdade, não é um evento qualquer e tem de ser lido como um fato político de importância transcendental. Tal como os factos se mostram isso significa apenas que apesar de

ter a imagem gasta, e com muita gente a pedir-lhe para sair do Governo pelo seu próprio pé ou empurrado, a André Luís Brandão foi atribuída uma missão apropriada para chefes de Estado. Por indisponibilidade do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, não importa, foi ele quem recebeu a vice-presidente sul-africana na sala protocolar do aeroporto 4 de Fevereiro. Por trinta minutos, e mesmo que fosse por mais, André Luís Brandão fez ass vezes do Presidente angolano. Pelos dados disponíveis, este não foi um evento fortuito, circunstancial ou episódico. Fontes do Semanário Angolense baseadas no aeroporto internacional de Luanda asseguram que em pelo menos uma ou duas ocasiões, no decurso do primeiro trimestre deste ano, André Luís Brandão já desempenhou o mesmo papel, recebendo figuras dirigentes africanas em escala pela capital angolana. Trata-se de uma missão que só é endossável a personalidades que não tenham o prestígio chamuscado, o que não é o caso de André Brandão, claramente atolado por uma série de problemas que fazem dele um indesejado no executivo angolano. Mas se ainda assim, ele é visto como tendo suficiente dignidade para substituir-se ao Presidente da República ou ao Primeiro-Ministro, tal só pode significar que André Brandão pode estar a gozar de crédito renovado da parte dos seus superiores hierárquicos. Um cheque em branco, por conseguinte, que lhe foi passado. Não consta que o Primeiro-Ministro, Fernando Dias dos Santos «Nandó», que foi quem recebeu a vice-presidente sul-africana, aquando da sua primeira passagem por Luanda, no dia 04 de Agosto, ainda que impossibilitado de voltar a fazer o mesmo papel, não tivesse alternativa. É praticamente do domínio corrente que o substituto de Nandó tem sido o ministro da Indústria, Joaquim David. Relativamente ao Presidente da República, o raciocínio é semelhante. O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, já foi inúmeras vezes chamado a «interinar» o chefe de Estado, seja em missões internas como externas. Se estes dois estivessem indisponíveis, mesmo assim há outras personagens, melhores colocadas na linha de sucessão, a que se pode recorrer sem que se perca a face e sem que as autoridades nacionais fiquem sob a suspeição de estarem a dar guarida às malfeitorias que impendem sobre o ministro dos Transportes.

070915-22

Contestado suposto acto praticado em grupo

1. «As condutas dos réus foram consideradas como sendo um acto praticado em grupo, mas não é verdade, pois para além do facto de não se puder assumir tais condutas do nº1 do artigo 17 da lei dos crimes militares, muito menos no nº2 da mesma norma penal. Jamais houve qualquer atitude em grupo como se pretende fazer crer ao tribunal e o réu Fgm sempre foi peremptório nesse aspecto e em todos os aspectos que rodearam o circunstancialismo do caso. Existiram pois posições individuais autónomas não concertadas, mas convergiam por mera coincidência por um lado e, se assim podemos chamar, por outro lado, pela justeza das mesmas. Assim se poderá compreender por isso e pelo facto dos réus se conhecerem. Terá havido por parte do Ministério Público e pelo Tribunal a intenção de subsumir as suas condutas no nº2 do artigo 17 da lei dos crimes militares o que não se afigura justo e correcto, qui sá, legítimo. Outrossim, também não se compreende tanto ilegítimo rigor por parte do Ministério Público se até o próprio anteprojecto de reforma da lei nº4/94 de 28 de Janeiro, lei dos crimes militares no seu artigo 51 vem litigar a severidade na qualificação e na sanção estabelecida pelo artigo 17 da lei dos crimes militares ao estabelecer pena correccional e até isenção para o crime de insubordinação. Em resumo, à guisa de conclusão, apraz-nos dizer que o mais sensato seria este tribunal arquivar o processo e mandar os réus em paz. Pois, apesar de todos os esforços aqui vistos no sentido de se provar a prática pelos réus de algum crime a verdade é que neste tribunal não se conseguiu provar nada neste sentido porque nenhum crime foi por eles praticado. »

2. «Vamos censurar estes homens submetê-los a uma pena? Depois de terem sido abandonados à sua sorte com a convicção de serem apenas mais uns reformados? Quase um ano depois recebem informações controversas, nebulosas, imprecisas. Há algum juízo de censura possível? O que decidirá este tribunal? Culpados? Haverá autoridade jurídica e moral para condenar alguém que no meio de todo este rocambolesco processo é apenas e tão-somente vítima? Deve-se condenar estes homens arrancar-lhes do seu seio familiar e social apesar de tudo que foi produzido no tribunal confirmativo de não terem praticado qualquer crime. Só nos parte o coração de pensar que alguma vez este tribunal chegou a pensar em condenar estas vítimas. Achamos pois, que o poder

incomensurável do tribunal não se deverá bater desfavoravelmente contra os aqui réus. Olhemos para a invejável folha de serviço do réu Fgm com elevadíssimos serviços prestados à pátria, olhemos as folhas de serviços dos réus Miguel André e Ferraz António, todos com conduta irrepreensível e inquestionável dedicação à pátria. Poder-se-ia condenar-se estes réus e depois ficar com consciência tranquila? Ou o tribunal da nossa consciência julgaria e aplicaria penas pesadas por qualquer condenação de que fossem alvos os réus? E respondemos: Não estes homens não devem ser condenados. Por isso é que nestes termos, nos melhores de direito, é que se pede a absolvição dos réus por não terem praticado qualquer infracção penal, disciplinar ou outra qualquer violação das leis e regulamentos mandados em paz para darem continuidade ao seu contributo positivo à sociedade, e, se assim não se entender, que sejam absolvidos os réus pela aplicação do princípio «in dúbio pro réu» segundo a qual sempre que persistirem dúvidas deve-se decidir a favor do réus, só assim então se fará a mais sã e serena justiça. Temos dito».

070915-22
As últimas palavras dos acusados
Ri melhor quem «réu» por último?

Fernando Garcia Miala – Eu quero acreditar, e acredito seriamente, que estou diante de um tribunal da verdade. Eu jamais poderia acreditar que estou diante de um tribunal de injustiça. Acredito que estou diante de um tribunal de justiça e justiça significa a verdade e somente a verdade. Gostaria de reiterar tudo quanto afirmei aqui neste tribunal. Gostaria, igualmente, de dizer que por todo e qualquer gesto, qualquer atitude que tenha sido feita por minha parte e que tenha lesado as pessoas presentes nesse tribunal, que me desculpassem. Mas também gostaria de aproveitar o momento para agradecer a forma como fui tratado durante as secções. A forma como os trabalhadores, os oficiais, sargentos e soldados do Tribunal, da Procuradoria Militar, o Serviço de Tropas, me trataram durante todo tempo que aqui estivemos. Dizer também que tenho fé e acredito que a verdade vai prevalecer. Por ela nós vamos continuar a lutar se for necessário, porque nós procuramos a verdade e tão-somente a verdade e nada mais. Eu sou inocente e acredito na minha inocência e acredito que o tribunal da História também me vai

absolver. Tenho dito e muito obrigado. Ferraz António – Somente para dizer que a minha não comparência ao acto fundamenta-se no artigo 118 do decreto 23/96 de 23 de Agosto. Desde 1992 até à presente data nunca tive nenhum benefício militar. De 1992 até 2004 eu não sabia se era militar ou era civil porque a situação estava indefinida. Em 2004, regularizou-se a patente mas ficou pendente o condicionamento militar. Além dessa regularização, nada mudou, tudo continuou na mesma até ao momento em que eu deixei de ser quadro das FAA. Nunca tive unidade militar, nunca tive identificação militar, nunca tive assistência médica e nunca me beneficiei de um lwei das FAA. Também gostaria de acrescentar que a maior dor que existe é a dor da rejeição. Nós fomos rejeitados não pela sociedade civil mas pelas instituições do Estado. Ninguém nos queria ouvir, não nos foi dada a possibilidade de nos explicarmos. Acredito que a sociedade civil compreendeu que mesmo que tivesse cometido dar-me-ia outras oportunidades, enquanto que as instituições públicas o que fizeram durante este período desde 1 de Abril de 2006 é dificultar tudo, criar obstáculos em tudo. Não nos deixaram fazer nada. Nunca nos deixaram em paz e espero que talvez depois deste julgamento eu tenha um momento de sossego, que deixem de me perseguir porque eu quero ser livre para eu poder pensar. O resto, agradeço a forma como o pessoal do Tribunal tem nos tratado, mas o mesmo já não posso dizer do pessoal da Inteligência Militar, que tem violado de forma sistemática os meus direitos de cidadão. Obrigado. Maria da Conceição – Antes de mais, eu gostaria de deixar aqui a minha repulsa sobre como fui tratada como detida. Eu fui encaminhada no dia 13 de Julho de 2007, depois de detida por este tribunal, para a cadeia de Viana. E a partir daquela altura aumentou o meu calvário que começou no dia 24 de Fevereiro de 2006, quando fui suspensa através de uma transmissão escrita de orientações superiores assinadas pelo senhor general Manuel Hélder Vieira Dias «Kopelipa». A partir do dia 13 comecei a sofrer fortes torturas psicológicas. Tenho tudo apontado no meu diário. Tenho uma testemunha aqui perante este tribunal que é o senhor capitão Borges, com quem eu pude confrontar a funcionária que estava de serviço, isso no dia 10 de Agosto, altura em que o senhor foi levar a notificação para o julgamento que começou no dia 17. As orientações, segundo a instituição, foram bem expressas e eles disseram que foram transmitidas pelas pessoas que me mandaram prender. Pessoas incertas porque o senhor Borges negou

que não transmitiu esta orientação, mas sei que no local, no dia 14 de Julho, esteve presente, por volta das 18 horas, o coronel Filó. Eu não sei que instruções é que ele tinha levado para lá, mas a verdade é que a instituição sob a qual estou sob custódia diz que a ordem foi transmitida pelas pessoas que me prenderam. O senhor Filó voltou para lá uma segunda vez acompanhado de um médico. Também falou antes com a directora da instituição. Não sei o que se tratou, mas sei que a partir da directora da instituição até à última funcionária é uniforme, que a ordem foi transmitida pelas pessoas que me mandaram prender. Eu sei e estou convicta de que quem me prendeu foi o tribunal a partir da pronúncia e do mandado de captura que foi lido no dia 13 de Julho. Então eu não sei a quem me dirigir para fazer um protesto porque na informação que estas pessoas dão foi o tribunal que me prendeu, que mandou dar este tratamento. Fui mantida quatro dias sem contacto com os meus familiares, isto desde o dia 13 de Julho, e só comecei a ter contacto na semana seguinte graças à pressão que a minha filha fez e porque a minha filha disse que haveria de recorrer a meios públicos para dizer que eu estava desaparecida. Outra situação foi o facto de me terem forçado a tapar-me com um lençol três vezes para sair da cela onde estou, de isolamento, até à sala dos advogados. Tapar-me e deixar apenas os meus olhos à mostra. Porque disseram que eram ordens superiores. Só que o chefe que deu essa ordem até hoje eu não conheço. Disseram também que eu não teria direito a falar com quem quer que fosse, que por isso é que eu estava naquele isolamento. Eu não tinha direito a apanhar banhos de sol e só no fim da segunda semana comecei a apanhar banhos de sol e tudo isso graças à pressão da minha família, que fez passar a palavra aqui fora e começou a haver uma pressão. Acho que apareceu um artigo num jornal ou uma Rádio falou. Quando se diz aqui que foram usados meios de difusão, eu acho que muita coisa mudou a partir da difusão que foi feita, a partir desses meios. Porque eu acho que foram os únicos meios que foram colocados à disposição, se calhar, das pessoas que nos queriam bem para que fizessem passar a palavra em relação àquilo que eram as violações dos nossos direitos. A mim me foi negada assistência médica e medicamentosa. Eu tenho um problema grave no rim e na instituição em que eu saí, que é o SIE, têm o meu processo clínico, porque desde 1995 que eu faço consulta no exterior do país e sempre que eu venho trago os relatórios médicos. Eles sabem que eu sofri várias intervenções cirúrgicas por causa

do problema grave que eu tenho no rim esquerdo e que sou susceptível de fazer várias infecções urinárias. A situação em que me colocaram naquela cadeia fez com que eu tivesse uma infecção urinária. Eu temia pela perca do meu rim. Eu disse a eles que tinha problemas sérios porque nem sequer conseguia urinar e as gotas que me caíam eram gotas da cor de uma laranja e ninguém me deu ouvidos. Já 8 dias depois disseram-me que eu devia dizer à minha família para levar um frasco de laboratório para colher a minha urina e levar para fora e fazer exame laboratorial. Assim foi feito e confirmou-se que, de facto, eu tinha uma infecção urinária. Os meus medicamentos foram retidos e eu, no meio de tanta insegurança, deixei de tomar vários medicamentos, o que colocou a minha saúde de certa forma mais exposta, porque os meus medicamentos foram retidos, eu não podia tomar os meus medicamentos cuja receita estava escrita em inglês. Pura ignorância, porque eu não tenho culpa que as funcionárias não consigam ler mas privaram-me também deste direito e de vários outros direitos que não interessam aqui dizer. Mas eu venho aqui reafirmar que eu estou susceptível a uma série de problemas como, por exemplo, a desinfestação. Houve uma desinfestação na cadeia e eu fui tratada como se fosse uma barata, passe o termo e com o devido respeito. Eu fui desinfestada na cadeia com as baratas e, até hoje, meritíssimo Senhor Juíz Presidente, se for ou mandar alguém para a cadeia de Viana, todos os dias de manhã, antes de eu sair da cela, irá observar quantos mosquitos, baratas ou moscas caem mortas na cela em que eu estou. Isto significa dizer que a minha saúde corre sérios riscos. E mesmo depois disso, que foi no dia 4 de Agosto, eu reclamei várias vezes perante a directora da instituição e a minha reclamação foi ignorada. 10 dias depois, ouvi dizer que o coronel Filó levaria para lá um médico; este médico a mim não inspira confiança, peço desculpas, porque não é o meu médico; é um médico que o general Zé Maria arranjou para me tratar. Independentemente disso eu aceitei que o médico me visse, e aliás quando o médico lá foi já tinha um diagnóstico que não foi o que eu dei, porque o médico não me tinha visto antes. Alguém deu este diagnóstico por telefone, dizendo que eu havia inalado tinta, de que haviam pintado a instituição e que eu era alérgica e que havia inalado a tinta. Não era verdade, eu fui desinfestada dentro da cadeia com as baratas e os mosquitos. Por outro lado, em relação a todo o processo eu gostaria de dizer que se eu antes tinha alguma

dúvida de que eu era militar e porque antes de eu me negar a ir à cerimónia a que fui convocada a comparecer, eu hoje não tenho dúvida que sou civil, porquanto foi o que eu ouvi aqui nesta sala desde o primeiro dia que este julgamento começou. Mas, ainda assim, eu continuo a acreditar que a justiça será feita, de que este tribunal é um tribunal que irá tomar a decisão certa sem sofrer qualquer pressão. E acredito nisso porque quando o digníssimo Senhor Representante no Ministério Público pediu para que se retirasse a palavra ao mandatário da minha defesa, o tribunal teve uma posição que eu considero imparcial e de louvar e que eu agradeço. Por isso eu acredito na justiça de Deus como quero acreditar também na justiça deste tribunal. Tenho dito.

070915-22

Ministério das Finanças atrás do prejuízo

Com o confisco do prédio a favor do Estado levanta-se uma outra questão que tem a ver com a legitimidade do contrato de arrendamento que José Saraiva Borges firmou, em Agosto deste ano, com o Ministério das Finanças. Conforme este jornal revelou na sua última edição, José Eduardo Borges havia arrendado, pela soma de 20 mil dólares/mês,por um período de seis meses, ao Instituto de Supervisão de Jogos, um órgão dependente do pelouro das Finanças, o R/C do edifício ora confiscado. Na peça em causa eram questionadas as razões que levaram ao envolvimento da secretária-geral do aludido órgão, Antónia Caiate, nessa jogada , uma vez que se tratava de um bem litigioso, cuja titularidade estava a ser disputado entre o Estado angolano e José Saraiva Borges. Um causídico abordado sobre o assunto, disse que, à luz do confisco, José Borges deverá proceder à devolução dos valores arrecadados pelo arrendamento, uma vez que o imóvel mudou de senhorio. Segundo a mesma fonte, o arrendamento foi firmado numa data posterior ao confisco, daí que a «lei tem efeitos retroactivos».

070915-22
Mercado, serviços e formação…
Trinómio para a continuidade da liderança no sector privado

Além da aquisição de novas aeronaves, a Air Gemini identificou três áreas que reputa de fundamentais para o seu desenvolvimento futuro. É algo que os executivos da companhia tratam como a sua cartilha. Seguem-se os itens que na óptica dos executivos da companhia significam uma via expressa para o progresso:
Novos mercados – Utilizar uma estratégia comercial bastante agressiva de forma a manter a fidelidade dos clientes que já possui e atrair novos clientes. A estratégia não pôde toda ela ser completamente deslindada porque o «segredo é a alma do negócio».
Serviços – Criação de condições no aeroporto em Luanda, para receber mercadorias vindas do exterior e enviá-la para as distintas províncias. Objectivo é melhorar o atendimento ao cliente no que diz respeito à carga, um dos principais problemas da transportação aérea em Angola. Para tanto serão construídos faseadamente armazéns nos aeroportos das distintas províncias.
Formação – Apesar dos investimentos que tem feito nesta área – convém referir que a companhia formou até hoje todas as suas tripulações – a Air Gemini vai suplicar os esforços no sentido de dotar o seu pessoal de preparação bastante para os desafios da modernidade que se avizinham. E isto, mesmo tendo em atenção que, dada a sua qualidade os servidores da Air Gemini são os mais aliciados pela concorrência. Todos os sectores beneficiarão de formação.

070915-22
Companhia assume a era da cibernética
Air Gemini lança reservas pela Internet
Se um passageiro estiver, por exemplo, no México e precisará escalar Luanda para ir ao Lwena já pode fazer

Correia Filho

Surgiu no mercado nacional da aviação civil em 1999 de forma discreta e rapidamente ganhou um espaço importante no segmento da transportação aérea (carga e passageiros), granjeou prestígio devido à seriedade com que abordou o «metiér» e por ter feito do serviço a bordo, da fiabilidade e da pontualidade suas bandeiras. Neste momento em que o mercado da aviação civil ganha um novo dinamismo, com o surgimento de novas empresas, com frotas altamente modernas e acima de tudo com padrões de segurança de primeiro mundo – é importante não perder de vista que muito recentemente houve um acidente brutal no aeródromo de Mbanza a Kongo –, a Air Gemini pretende manter-se a sua posição no mercado.

Assim, passados que foram oito anos desde a sua fundação a empresa anseia por novos saltos qualitativos. Para dar uma panorâmica do posicionamento da companhia no mercado nacional da transportação aérea o Semanário Angolense contactou Miguel Pinto Mascarenhas, responsável máximo da companhia nos dois últimos anos. Face ao actual grau de exigência na aviação comercial em todo o mundo, o nosso interlocutor começou por dizer que enquadra a companhia por si dirigida está «em dia», principalmente no que à segurança aérea diz respeito, embora reconheça que há ainda um longo caminho a percorrer. «Neste momento a companhia tem todos os seus manuais de voo, de operações, de passageiros e de segurança de acordo com as regras da Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO)». Sendo que neste ramo as alterações são constantes e há relativamente pouco tempo saíram novas directrizes internacionais, a companhia já está a traduzi-las e a adaptadas ao mercado nacional, conforme fez questão de explicar ao nosso jornal o responsável da Air Gemini. «É importante que exista a máxima responsabilidade e noção para tudo o que diz respeito à segurança, mas também é necessário enquadrar com a realidade», justificou. Ainda no que tange ao desenvolvimento que o sector está a ter, Miguel Pinto Mascarenhas estima que o mesmo passará rapidamente para a fase em que o uso de as tecnologias de ponta será imprescindível, à semelhança de outras áreas da vida socio-económica, onde se regista um extraordinário avanço, como é, por exemplo, o sector das telecomunicações. E ao que tudo indica a Air Gemini quer estar na liderança, visto que acabou recentemente de montar um sistema de reservas via Internet, que permitirá um maior controlo de toda a operação aeronáutica, desde os preços às taxas de ocupação e custos, bem como identificar problemas operacionais com rapidez, levando a resoluções mais atempadas. Também foi criado um centro de atendimento (conhecido no mundo comercial como call center), que cobrirá cerca de 80% do tráfego da companhia, além de que apoiará os agentes que ainda não disponham de Internet. De acordo com o nosso interlocutor, «além das comodidades que irá proporcionar aos passageiros que poderão fazer as suas reservas, confirmações e terão também informação actualizada sobre os voos, o sistema será igualmente disponibilizado aos clientes corporate». Fazendo fé nas palavras de Miguel Pinto Mascarenhas, ainda antes do final do presente ano este sistema incorporará o controlo e tratamento de bagagem. O executivo da Air

Gemini prometeu que todos estes desenvolvimentos tornar-se-ão mais visíveis no dia-a-dia nas vantagens que proporcionam aos clientes, à medida que forem evoluindo os meios de comunicação e a interligação entre a companhia, os agentes e os clientes, bem como com o novo aeroporto com o terminal doméstico. As alterações que estão previstas para os aeroportos tornam-se urgentes, não só para proporcionarem um serviço qualitativamente melhor aos passageiros, mas também para dar resposta em tempo útil às crescentes necessidades do mercado e mas para obrigar as companhias aéreas a melhorarem internamente em todos os seus serviços, designadamente nas áreas de segurança, atendimento e prestação de serviços aos clientes. Apesar dos resultados da Air Gemini serem animadores, no que tange ao seu crescimento global, o responsável da empresa não está de todo satisfeito. Para ele, há neste momento necessidade de uma gestão apertadíssima pelo facto de se estar num mercado em que a concorrência ainda não tem as regras claramente definidas. E avança: «A Air Gemini é uma companhia de capitais privados e por essa razão a sua administração tem que justificar os resultados obtidos aos seus accionistas. Apesar de a companhia, entre 2004 e 2006, ter aumentado a sua facturação em mais de 80 % e ter transportado neste último ano mais de 230 mil passageiros - corresponde a um aumento de quase 50% relativamente a 2004 -, o aumento do peso do transporte de passageiros em detrimento da carga e o aumento de 110% nos custos com combustível, tiveram um peso significativo nos resultados, que pela primeira vez foram positivos», explica. Para tanto, segundo Miguel Pinto Mascarenhas, houve alguns sacrifícios e foi necessário reduzir custos e garantir o máximo de eficiência (em todas as áreas, refira-se) sem hipotecar a qualidade dos serviços, maximizando a produtividade do pessoal e a rentabilidade das aeronaves, no que foi fundamental a colaboração de todos os trabalhadores.

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070915-22

070811-18
Registo Eleitoral atinge os 7 milhões
Uma varinha mágica chamada Solução Tecnológica

Contrariando os mais cépticos, o registo eleitoral em Angola atingiu a aparentemente inalcançável marca de sete milhões de cidadãos registados, algo que foi possível em grande medida graças à Solução Tecnológica adoptada pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (Cipe) e o esforço de formação feito pelas entidades afins, de modo a dotar os brigadistas dos necessários conhecimentos técnicos, procedimentos e ferramentas que lhes permitissem dar conta do recado. Este número, porém, pode subir ainda mais, a despeito de o número de brigadas de registo terem passado de 2000, inicialmente previstas, para cerca de 500 e o número de brigadistas ter sido enxugado em quase 10 mil unidades. Inicialmente estes cortes levantaram muitas interrogações, pois as comparações com os meios utilizados para as eleições de 1992 eram inevitáveis. Quase toda a gente, porém, esqueceu-se que os sistemas de 1992 eram manuais e nessa altura, por exemplo, o cidadão que se ia registar passava praticamente por todos os elementos da brigada, além de que todos os dados eram armazenados em papel, facto que fez com que não ficássemos com nenhuma base de dados dos cidadãos registados naquela época. Hoje a história é bem diferente e o cidadão resolve o problema com apenas uma pessoa, o que permite que se faça, numa brigada, uma média de 600 registos por dia, ao contrário dos cerca de 40/50 registos do processo passado. Pioneira, única no mundo e elogiada em várias paragens, (ler caixa relativa ao prémio recebido em Maputo), a Solução Tecnológica para o Registo Eleitoral que está a ser

usada em Angola tem a particularidade de descentralizar serviços e poupar gastos em meios (humanos e materiais), tornando mais eficaz e barato o processo comparativamente ao que levou às eleições de 1992. Além disso, a Solução Tecnológica, baseada toda ela em meios tecnológicos de última geração, tem o condão de construir uma ampla base de dados dos cidadãos angolanos que completem 18 anos até ao final de 2007 (idade a partir da qual as pessoas se podem registar). Esta base de dados é fundamental no Sistema Nacional do Registo Eleitoral do nosso país e garantirá que campanhas de registo como as que levamos a cabo em 1992 e actualmente jamais sejam necessárias. A partir de agora ocorrerão somente períodos de actualização dos cadernos de registo eleitoral, a exemplo do que se passa na maioria dos países com normalidade democrática. Ou seja, através desse sofisticado sistema que regista os dados gerais e biométricos do cidadão, o Governo pode saber quem somos, quantos somos e onde estamos em Angola, pelo menos no que diz respeito à população adulta. Tudo isso já está armazenado no Centro Nacional de Processamento de Dados do Ministério da Administração do Território (MAT). Apesar de se tratar do Registo dos Cidadãos para efeitos eleitorais, a exemplo do que existe noutros países, o sistema utilizado em Angola é inovador e igualmente modernníssimo, pois recorre às novas tecnologias no domínio dos sistemas informáticos, das telecomunicações, bem como no plano da identificação biométrica de características biológicas dos indivíduos, registados. Além dos dados pessoais, as impressões digitais e a face constam da base de dados , de forma a garantir um dos desideratos fundamentais do exercício democrático que é «um cidadão, um voto», impedindo desta forma os «duplos registos» (crime previsto e punível pela Lei). Desta maneira a Solução Tecnológica cria um clima de credibilidade, transparência e confiança no Sistema Nacional de Registo Eleitoral e, em última instância, no próprio Processo Eleitoral no nosso País. Por outro lado, esta importante funcionalidade permite identificar com segurança qualquer indivíduo, mesmo com a abundância de nomes iguais na lista onomástica angolana. A Solução Tecnológica é um grande processo de integração tecnológica de sistemas, o que quer dizer que tudo o que é processado e mesmo quem executa as operações ficam registados na base de dados. Por exemplo, na eventualidade de alguém ser fraudulentamente registado, o sistema reage imediatamente, além de que a

identificação do brigadista, o número da brigada, o nome das testemunhas, a identidade do falsário e outros elementos cruciais serão do conhecimento das entidades, visto que ficam gravados. Curiosamente, por exemplo, até a biometria dos brigadistas está no sistema. Portanto, a qualquer altura, se as autoridades necessitarem de saber quem, onde, e quando testemunhou, essa informação será prestada. É por isso, aliás, que, por exemplo, muitas pessoas que tentaram registar-se duas ou mais vezes foram imediatamente travados pelo sistema, o qual também impediu, em alguns casos, que estrangeiros se registassem ilegalmente para nos próximos anos exercerem o magistério máximo da cidadania, que é o voto. E não podia ser de outra forma, porque afinal o sistema conferiu cidadania a milhões de pessoas que não possuíam documento algum, visto que a grande maioria dos cidadãos não apresentaram o respectivo Bilhete de Identidade (BI) quando se apresentaram à mesa de registo. Por conta das perfomances da Solução Tecnológica, pensada, desenhada, estruturada e apresentada pelo Consórcio Técnico Eleitoral (Cte), que é constituído por cinco empresas nacionais, o governo angolano já tem os dados de perto de 47 % do total da população angolana, o que é um bom começo para um país que até há bem pouco tempo sabia muito pouco sobre os seus cidadãos. Ou seja, o Governo dispõe a partir de agora de um conjunto de informações sobre uma fasquia importante da sua população (população activa) desde a sua identidade, filiação, residência, documentos pessoais que possuem ou não, etc. Esta constitui-se também numa importante ajuda à boa governação. Todos estes elementos podem servir para que, face à tremenda pressão demográfica de que o país é alvo, se faça um registo nacional da população, algo que aconteceu ainda no século XIX na Bélgica, um pequeno país da Europa que pretendia, desse modo, defender-se da imigração ilegal e do iminente desaparecimento enquanto nacionalidade, digamos assim, genuína. Angola tem paz, alguma estabilidade política e tem um crescimento anual de 30%, o que é um «convite» claro para a invasão de cidadãos de outras nacionalidades.

070811-18
As possíveis aplicações

Especialistas independentes contactados pelo Semanário Angolense para comentarem a respeito da serventia que pode teria a chamada Solução Tecnológica para o país futuramente disseram que pode ser aplicada numa série de serviços, com particular destaque para o registo civil, onde as dificuldades são enormes, como, aliás, demonstrou o registo de adultos, por ausência de tecnologias que assegurassem o êxito da campanha. «Esta Solução Tecnológica constitui um enorme passo tecnológico dado em Angola, país que acaba de sair duma guerra devastadora em todos os sentidos. A introdução de modernas tecnologias no domínio dos sistemas de identificação obrigou a um enorme esforço de formação de jovens nessas mesmas tecnologias. Quem diria que iríamos ver jovens de origem camponesa a manusear computadores como os brigadistas o fazem em todo o país? As populações rurais das comunas e municípios ficaram, com esta solução, mais ricas. O recurso fundamental de Angola, o homem, está mais rico. O que antes parecia uma miragem, hoje é realidade: o computador faz parte da vida de muitos angolanos em todos os recantos do país!» afirmou um especialista angolano da área de sistemas a respeito. De acordo com um «expert» sul-africano de origem portuguesa, que não quis ser identificado, num país como Angola, onde abundam dificuldades de monta, esta solução tecnológica podia ajudar em muito na emissão do principal documento de cidadania que é o bilhete de identidade. Não só pela celeridade e pela fiabilidade do documento - em três minutos pode-se tirar um cartão de eleitor feito em Pvc e com duração mínima garantida de sete anos, mesmo maltratado -, mas essencialmente pelo banco de dados que constrói, algo que os serviços de identificação de Angola não possuem. «Num país normal e tecnologicamente avançado, com um sistema de identificação civil devidamente organizado e estruturado, um cidadão ao atingir a maioridade (em Angola é a partir dos 18 anos) é confrontado com uma série de solicitações do Estado, como por exemplo, o seu registo eleitoral, o seu recenseamento militar, etc., que lhe chegam automaticamente derivado desse sistema e que são outputs do próprio sistema. Mas em Angola isto não existe e o ideal seria aproveitar a Solução Tecnológica e se calhar adaptá-la para esta encomenda», disse o especialista. Um consultor de uma empresa internacional de auditoria sedeada em Luanda, que também falou sob anonimato, avançou ao nosso jornal que, além de o sistema poupar largos milhões de dólares ao erário público, tem a vantagem de ir até aos mais inóspitos

lugares do país, onde o acesso é difícil, como o leste e o sudeste. «Todas as pessoas ficaram bastante impressionadas, pois zonas sem luz e sem condições nenhumas foram tocadas, porque, por exemplo, a Solução Tecnológica utilizou um gerador a gás e mesmo que um computador avariasse os dados aí inseridos passavam logo para outro. Isto é fenomenal e deve ser aproveitado para outras acções» Este interlocutor chegou inclusivamente a sugerir que, embora o censo da população seja algo quantitativo e o registo seja qualitativo, a Solução Tecnológica pode ajudar a resolver o problema.

070811-18
A coisa está feia e viajou a correr para a China
Kopelipa tenta salvar a carreira e a asneira que fez

A suspeita de negócios mal explicados com chineses há três anos custou o lugar a Toninho Van-Dúnem. Os repetidos revezes registados nos acordos que o Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn) tem com companhias chinesas podem custar a carreira ao seu director, o general Hélder Manuel Vieira Dias Jr. «Kopelipa». Há duas semanas, o Semanário Angolense fez referências às dificuldades por que está a passar a Hangxiao Steel Structure (Hss), principal parceira chinesa do Grn em Angola. Esta semana, a parceira chinesa do Grn comunicou à Bolsa de Xangai que não está em condições de garantir a continuidade de um projecto que envolve Usd 4.5 mil milhões para as obras de reconstrução de Angola. No comunicado que dirigiu à Bolsa de Xangai, a Hangxiao Steel Structure admite mesmo que a parceria que mantém com o Grn pode não passar da primeira fase. Esta etapa do acordo que a Hss rubricou com o Grn consiste na construção de 32 edifícios, avaliados em cerca de Usd 158 milhões, e está em andamento, mas a sua conclusão não só não está garantida, como também ainda está longe de ser assegurada a segunda fase. Os 32 edifícios, distribuídos entre Cabinda e Zaire, deveriam consumir Usd 3,3 milhões de toneladas de aço, valores que, segundo especialistas do sector, estão acima das capacidades da Hss. No comunicado que enviou à Bolsa de Xangai a Hss assume que não está em condições de respeitar integralmente o prosseguimento desse projecto. «Há incertezas na confirmação e implementação das fases seguintes», comunicou a Hangxiao, que, no entanto, não adianta quaisquer justificações. Inclusivamente, por causa dessa dificuldade, a Hangxiao Steel Structure cancelou o

envio de um contingente de trabalhadores chineses a Angola. Em Março passado, a Hangxiao Steel Structure, uma empresa de pequena dimensão, anunciou um acordo equivalente a cerca de um décimo do Produto Interno Bruto de Angola com a China International Fund, de Hong Kong, para o fornecimento de 3,3 milhões de toneladas de aço para diversas obras públicas no nosso país. Já nessa altura, uma fonte do sector da construção civil ouvida pela agência Lusa em Pequim revelou cepticismo quanto ao facto da Hangxiao conquistar e cumprir um contrato de valores tão elevados como os que conseguiu em Angola. «A Hangxiao Steel não deixa de ser uma empresa de província. Como é que tem capacidade para estar a jogar numa divisão onde se lidam com valores como os que eles anunciaram para o contrato em Angola?», questionou a mesma fonte. Um outro especialista do sector, citado pelo China Business Journal, comparou o negócio da Hangxiao em Angola a «uma cobra a engolir um elefante». Quando anunciou o acordo com a China International Fund para o fornecimento daquele volume de aço para obras públicas em Angola, a produção anual da Hss era de pouco menos de 300 mil toneladas. «As 300 mil toneladas acabam por ser manifestamente insuficientes para as encomendas que tem em Angola», disse na ocasião uma fonte chinesa. A Hss deu conta deste cenário «dantesco» na comunicação agora enviada à Bolsa de Xangai, instituição que já a tinha multado em virtude de se ter constatado que ela vinha forjando a informação que enviava ao mercado de valores. Dias antes do anúncio do acordo, movimentações especulativas fizeram as acções da Hss subir 60 por cento, valorizando em seis dias consecutivos o máximo de 10 por cento permitido pela China numa sessão bolsista. Por causa disso, a Comissão Reguladora do Mercado de Valores abriu de imediato um inquérito, que acusou vários responsáveis da empresa de uso de informação privilegiada no mercado financeiro. As operações da Hss começaram a ser rigorosamente escrutinadas não só por causa do peso do atraso das suas obras, mas particularmente pela forma pomposa como anuncia contratos e acordos. As dificuldades por que passa a Hss não apanharam desprevenidas as autoridades angolanas. O Semanário Angolense soube de boa fonte que o Gabinete de Reconstrução Nacional estava ao corrente tanto do colapso da Hangxiao Steel Structure quanto da sua decisão de abrir o jogo perante a Bolsa de Xangai. Foi com base nesse conhecimento que, num gesto de antecipação e de contenção dos estragos, o director do Gabinete de Reconstrução Nacional, Manuel Hélder Vieira

Dias Jr. «Kopelipa», viajou quarta-feira passada, 8, para a China de onde só deverá regressar daqui a uma semana com uma alternativa para a enrascada em que o gabinete que ele próprio dirige se meteu. De acordo com fontes bem informadas, para lá dos prejuízos políticos inevitáveis, decorrentes da contratação de novos empreiteiros, do atraso na conclusão das obras, e do mal estar que nasce daí, o despiste da Hss vai resultar em custos financeiros acrescidos, na medida em que não só tempo é dinheiro, como o governo terá que fazer novas operações que requererão elevadas comissões bancárias. Cada vez mais empresas chinesas estão a ganhar negócios com entidades estatais em África, especialmente nos países menos desenvolvidos do continente, mas com grandes recursos naturais. Em 2006, Angola ultrapassou a África do Sul como o maior parceiro comercial da China no continente, com um comércio bilateral superior a 11,8 mil milhões de dólares durante o ano. Nos três últimos anos, a China concedeu a Angola empréstimos de 4,4 mil milhões de dólares, que permitiram a Luanda ignorar as condições de transparência e boa governação exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (Fmi) para a atribuição de crédito ao país. Os problemas resultantes da decepção em que se transformou a indicação, pelo Gabinete de Reconstrução Nacional, da Hss como sua parceira levaram as autoridades chinesas a um exercício de relações públicas que se consubstancia em novas denúncias de excessivas interferências de oficiais angolanos na execução das operações. A China International Fund é vista, na própria China, como se tendo convertido numa extensão do Gabinete de Reconstrução Nacional. Estes e outros problemas traduzidos na qualidade duvidosa de algumas obras, no atraso de todas elas, e, particularmente, na ausência de explicações sobre o que está a ser feito gerou todo o mal estar, que agora levou o general Kopelipa a correr para a China, onde tenta «in extremis» salvar a situação caótica em que mergulhou o governo angolano, que pensava tirar dividendos políticos com as obras que afinal não serão concluídas tão cedo ou sabe-se lá quando. Fontes angolanas geralmente bem informadas garantiram ao Semanário Angolense que o futuro do general Kopelipa à testa do Gabinete de Reconstrução Nacional «depende e muito do que ele trouxer da China. Se voltar com as mãos vazias não terá mais como convencer o Presidente da República a mantê-lo à frente do gabinete.»

070811-18
Clima a quanto obrigas!
As reclamações à volta das Zebras

Desde que a 15 de Novembro passado iniciou o processo de Registo Eleitoral, uma das palavras mais ouvidas é Zebra, algo que pouca gente sabe o que é concretamente. Na verdade, Zebra é a marca da impressora especial usada pelas brigadas de registo, não apenas para imprimir os cartões de eleitor com altos padrões de qualidade e segurança, mas também para criar uma fita magnética com todos os dados do cidadão registado, imprimir um código de barras que permitirá uma fácil validação do cartão (podendo vir a ser usado nas eleições para certificar que o cartão pertence efectivamente a quem o apresenta) e ainda, plastifica o cartão, dando-lhe mais resistência e protegendo os seus dados. Com capacidade para imprimir 120 cartões hora cada unidade, as Zebra – o nome desta impressora decorre da perfeição das listras do animal africano – trabalharam quase todas em condições extremamente adversas, o que levou a que o índice de avarias fosse elevado. Resultado: nem sempre era possível receber o cartão de eleitor no mesmo dia do registo. Isto provocou muitos protestos e até insinuações de formações políticas segundo as quais esta era uma situação criada artificialmente para favorecer o partido no poder. Note-se, porém, que a lei estabelece que os cartões de eleitor podem ser entregue até 15 dias após o acto de registo. Mas, a realidade é bem diferente. Ou seja, o equipamento (mais concretamente a cabeça da impressora) é bastante sensível ao calor, à chuva, à humidade relativa, que é muito alta em Angola, chegando às vezes aos 90%, e, principalmente, às poeiras. Nestas condições estão muitas das impressoras que avariavam quase sempre. Para se ter uma noção da verdadeira dimensão do problema, convém referir que uma vez em Luanda avariaram num só dia 25 impressoras, quando a média geral nacional era de 1,68 impressoras avariadas por dia. E a maior parte dos problemas aconteceu na zona litoral do país. Hoje a situação já esta praticamente resolvida, pois estão em Angola permanentemente dois técnicos da empresa fornecedora da impressora que, com a companhia nacional que desenhou a Solução Tecnológica, trabalha para superar os empecilhos que vão surgindo um pouco por todo o país. Além disso e no quadro da Solução Tecnológica foram construídos laboratórios em todas as capitais de

província para dar resposta aos problemas. É bom notar que, para além disso, existem dois grandes laboratórios em Luanda e no Lubango com uma maior capacidade de intervenção. Estes já funcionam desde o princípio do processo. Os técnicos, contudo, são unânimes em reconhecer que face às condições em que trabalharam, as Zebras tiveram e têm tido desempenho extraordinariamente bom, apesar de as avarias registadas terem ultrapassado as previsões iniciais, pelo menos no início do Registo.

070811-18
Contribuições para o sucesso das empreitadas de obras públicas (XLVII)
O alvará de construção e o investimento estrangeiro
Como tratar alvará de construção civil (9ª parte)

Eng. António Venâncio
avenancio1955@hotmail.com
tel.: 912 39 35 03

Há pelo menos três factores determinantes para atrair investimento estrangeiro num dado país:
1- Estabilidade política.
2- Existência de abundantes recursos naturais.
3- Garantia de força de trabalho qualificada.
Se é válida a tese, olhemos então para nós mesmos:
Estabilidade política.
Relativamente a este 1º factor, o nosso país tem agora uma estabilidade política merecedora de real confiança. Apesar de se apontarem amiúde algumas «manchas» neste capítulo, sobretudo ao nível dos direitos humanos e da comunicação social, não se pode afirmar que Angola não é um país estável do ponto de vista político. A condição, para o efeito, está satisfeita.

Abundância de recursos naturais

Esta 2ª condição não só está totalmente coberta por obra da natureza, como representa ainda um verdadeiro caso extraordinário no contexto dos países e das economias das nações. Eu afirmei há poucos dias sem rodeios, que nesse particular, Angola é o país mais rico do mundo. Espero não me ter equivocado. Os recursos imensos de que dispomos não requerem explicações complementares. A imensidão e a diversidade de recursos inexplorados, confirmam a grandeza de Angola como país extraordinário. Fica assim satisfeita igualmente a condição.

Garantia de força de trabalho qualificada

Esta condição determinante, tem dado azo a várias leituras. Há aqueles que argumentam que o país não tem quadros qualificados. Outros, com maior afoiteza intelectual, tentam demonstrar o contrário. Este é um tema em aberto na nossa sociedade, até porque, acabados de emergir de uma guerra de longa duração, é de grande complexidade interpretar os fenómenos que fazem de Angola um país por descobrir. Há uma grande subvalorização da nossa força de trabalho, e no cômputo geral, as indústrias e unidades fabris que deveriam estar em funcionamento, se encontram completamente desactivadas ou são inexistentes. Para encurtar o raciocínio, bastará o exemplo:
Na cidade de Kharkov onde estudei nos finais dos anos 80, concluíram o curso dezena e meia de especialistas em ciências farmacêuticas, que, uma vez regressados ao país, deveriam ser enquadrados em verdadeiras fábricas ou laboratórios de medicamentos. Até aos dias de hoje, como resultado da paralisação de tais fábricas e laboratórios no país, nenhum deles encontrou a melhor ocupação. Podemos encontrá-los por esta Angola, ou sentados em poltronas de directores, ou organizando os departamentos das farmácias hospitalares tratando da sua simples gestão. Estamos aqui perante um perfeito exemplo de subaproveitamento que não devia ser confundido com a «falta» de quadros. Há mais outras tantas centenas de casos. O subaproveitamento adicionado a subvalorização, têm dado falsos sinais de carência de trabalhadores qualificados no nosso país. Fica por isso claro, que o talento e a sabedoria da nossa juventude e daqueles que formam o potencial humano de Angola, não podem ser avaliado por simples critérios subjectivistas. A avaliação deve ser objectiva e experimental e extensível aos que não têm ocupação condicente. Por outro lado, os investidores estrangeiros interessados, têm todo o tempo do mundo para contar com a participação de milhares de jovens potencialmente válidos. A nossa juventude (isto é outra riqueza vezes sem conta desprezada), está interessada e preparada para aceitar desafios no domínio das tecnologias mais avançadas; cidadãos angolanos disponíveis podem ganhar traquejo, dinamismo e capacidade para responderem às exigências de emprego em grandes companhias; em fábricas com grandes linhas de montagem de viaturas ou máquinas; na área da exploração mineira ou mesmo da cibernética, se entretanto lhes

forem dadas as ferramentas e o conhecimento necessários. Pode-se considerar portanto, que Angola reúne pelo menos todas aquelas 3 condições exigíveis que costumam atrair os investidores de grande monta, aqueles cujos investimentos podem influenciar decisivamente no desenvolvimento económico e social do país.
Coloca-se então a pergunta: e porquê então que tais investimentos tardam a surgir?
É sobre isso que gostaria de abrir um capítulo de análise e reflexão, para descortinarmos alguns empecilhos e embaraços – subjacentes ou não nas políticas até agora existentes – com vista a passarmos em revista as causas da nossa marcha neste domínio dos investimentos. Sei que haverão vozes que começarão por evocar como presumíveis causas do afrouxamento, ou do franzino investimento estrangeiro aquelas que habitualmente são evocadas por franjas de políticos – que se dizem comprometidos com a causa mais geral do povo angolano – sendo que muitos auguram mesmo a mudança de governação para alterar o quadro. Outros, apontam o elevado grau de corrupção como a principal causa do afrouxamento e da recusa de investidores. Há ainda os que atribuem as causas ao fraco desempenho da diplomacia. Para uma apreciação equidistante, e na óptica do bom observador, as causas que penalizam Angola em investimentos de grande dimensão, não são fundamentalmente do foro político. São do foro prático! A impressão com que fica um estrangeiro que tenta «entrar» em Angola para os mais nobres propósitos de longo prazo, é de que as nossas instituições não têm o sentido prático das coisas. E têm razão. Por isso, os políticos que dizem ser a corrupção o mal que atrasa os investimentos, dizem-no com apenas meia-verdade. A inexistência de boas estradas e infraestruturas é carência que não deve ser assacada à governação. Mas mesmo que assim fosse, outros pequenos-grandes factores contribuem para a hesitação dos investidores. É o caso da «cultura burocraticista» do funcionário público! A falta de ética, a ineficácia, são na minha opinião, as geradoras dos piores males de que enferma o nosso país quando olhamos para o nosso processo de desenvolvimento. Não foi por acaso que insisti bastante no tocante aos alvarás. Eu referi que o regulamento que condiciona ou não a atribuição de um alvará, e por conseguinte permite ou não a um investidor iniciar o seu negócio, data de há 15 anos; é uma cópia da legislação portuguesa e ao invés de atrair jovens para o ramo, afasta-os. Está provado que o termo «alvará»,

para os sectores de actividade como a construção civil e a indústria, leva o cunho pejorativo de maçada, barreira, controlismo e redundância burocrática sem utilidade. É preciso criar, inventar caminhos, para que o investimento estrangeiro e até nacional, aconteçam com maior celeridade. Mas esta tarefa, não se conforma com o espírito burocraticista e molesto da nossa máquina burocrática, que continua pouco dialogante, indiferente e avessa aos princípios do melhor servir. Há habilidade para captar investimentos sérios em Angola? Há diálogo com os potenciais investidores? A máquina diplomática e administrativa estão afinadas para tamanha epopeia? Vejamos: o Gue – Guiché Único de Empresa, no seu prospecto e questionário sobre as condições para criação de empresa, colocou a seguinte observação: Não tratámos alvarás! E sublinhou a vermelho. É claro, ninguém quer assumir o ónus da responsabilidade pela não entrada em funcionamento de uma empresa, por motivos tão inadmissíveis como é a exigência do «alvará».

070811-18
Secretário de Estado para o Sector Público Empresarial quer saber dos números
Augusto Tomás cerca gestores das empresas públicas

Só agora, a 30 de Julho, é que foi publicada no Diário da República a resolução do Conselho de Ministros 57/07, que obriga os representantes das empresas públicas a submeterem à Secretaria de Estado para o Sector Empresarial Público (Sesep), as respectivas contas e inventários patrimoniais relativas ao período que vai de 2004 a 2006. A resolução foi adoptada pelo Conselho de Ministros a 23 de Março último, estabelecendo que os 60 dias concedidos contariam a partir da data da publicação, que só ocorreu a 30 de Julho, deixando subjacente que o prazo concedido para a apresentação das contas termina a 30 de Setembro. A resolução define como empresas do sector empresarial público, todas aquelas empresas públicas, unidades económicas estatais e suas subsidiárias, sejam elas de direito privado ou mistas, em que existam participações sociais iguais ou superiores a 10 por cento, quer directamente do Estado angolano, quer das empresas públicas, unidades económicas estatais e suas subsidiárias, sedeadas dentro ou fora de Angola. O documento obriga que o executivos dessas empresas

submetam naquele prazo, à Sesep, informação que dê conta de 19 aspectos cruciais dos negócios. É solicitada, no documento, informação sobre a denominação, endereço actual, estrutura societária e capital social; estatutos e eventuais acordos societários; actas das assembleias gerais dos últimos três exercícios, bem como do exercício em curso; sobre a estratégia da empresa, bem como documentos de prestação de contas relativas aos últimos três anos, nomeadamente balanços e demonstrações de resultados, além dos pronunciamentos governamentais ou das assembleias gerais emitidos sobre tais documentos. A resolução pede que sejam submetidos calendários propostos para a recuperação de eventuais atrasos existentes em fechos anuais de contas, em que se indiquem as datas previstas para a sua apresentação, bem como uma descrição medidas previstas para que o calendário seja concretizado. O documento solicita informação sobre os montantes dos apoios financeiros que tais empresas receberam do Estado nos últimos três exercícios, nomeadamente subsídios ou suprimentos, além da caracterização da natureza e da razão de tais apoios. É requerida a revelação dos saldos abertos (credores e devedores) entre os órgãos da administração do Estado e as empresas do sector empresarial público, assim como são pedidas explicações sobre a razão da abertura desses saldos. A resolução intima as empresas do sector empresarial público a declararem os dividendos e impostos pagos ao Estado ao longo dos três últimos exercícios e solicita listas do património imobiliário de cada uma dessas empresas, com a indicação e justificação da sua utilização actual, insistindo em que esta informação deve incidir na revelação de situações de utilização operacional regular a favor da empresa, inactividade, não operacionalidade, arrendamento, cedência a terceiros, indicando, nos dois últimos casos, o beneficiário e as condições negociadas. Para as empresas regidas por contratos de gestão, é pedido que revelem o contrato e que submetam um relatório da execução dos três últimos exercícios. Pede-se, no documento, a indicação da composição dos órgãos da empresa, em informações que apontem a responsabilidade de cada um dos seus membros, nos casos em que estes sejam compostos por mais de uma pessoa, com a discriminação das datas de nomeação e de cessação dos mandatos. Nos termos da resolução, as empresas do sector empresarial público devem submeter à Sesep informações sobre as remunerações directas, indirectas, fixas e variáveis, bem como todos outros

benefícios em dinheiro e em espécie auferidos nos três últimos anos e que estejam actualmente em vigor, uma informação que deve estar individualizada para cada um dos membros dos órgãos de gestão, fiscalização e direcção. Neste aspecto, deve ser indicado o órgão da empresa ou da administração do Estado que autorizou a remuneração que for apontada. O documento insta tais empresas a fornecerem o número de trabalhadores dos últimos três exercícios, assim como o dos que se encontram actualmente em actividade, com a indicação da massa salarial global de cada ano, acrescendo a isso uma nota explicativa da adequação do número e do perfil dos trabalhadores à actividade da empresa. As empresas do sector empresarial público devem, também, apontar os indicadores de operacionalidade e produtividade ao longo dos três últimos exercícios e descrever os eventos mais relevantes ocorridos durante esse período. Determinada, esta resolução adoptada pelo Conselho de Ministros a pedido do secretário de Estado para o Sector Empresarial Público, Augusto Tomás, é tida como uma resposta às incertezas que actualmente vigoram nesse domínio da governação, e uma imposição de normas de transparência, conforme se pode ver na caixa publicada com esta matéria.

070811-18

070811-18

070811-18

070811-18

070811-18

Xxxxxxx

070804-11
Miala & Cia aguardam pronunciamento de «Patónio»
Afinal, julgamento não é para já

A possibilidade de o antigo director do Serviço de Inteligência Externa (Sie) começar a ser julgado esta segunda-feira, 6 de Agosto, como se alvitrou poucos dias depois da sua detenção, está fora de hipótese, disseram fontes judiciais contactadas pelo Semanário Angolense. Além de, na verdade, nunca ter sido marcada uma data definitiva para o início do julgamento, o

andamento do processo está a depender, sobretudo, do despacho do juiz presidente do Tribunal Militar Supremo, general António Neto «Patónio», à contestação à acusação, sendo que esta também pode ser feita em pleno julgamento. Com o início do julgamento por definir, a defesa submeteu ao procurador militar das Forças Armadas Angolanas (Faa) um requerimento de liberdade provisória. À hora do fecho desta edição, o requerimento continuava a aguardar despacho porque o procurador, general João Maria, ausente do país desde 12 de Julho, véspera da detenção de Fernando Miala, ainda não tinha regressado. Fernando Miala está detido desde 13 de Julho na Procuradoria-Geral da República juntamente com outros três ex-operativos do Serviço de Inteligência Externa sob a acusação de crime de insubordinação. Ele e os outros três, nomeadamente Miguel Francisco André, ex-director adjunto, Ferraz António, antigo director de Estudos e Planeamento, e Maria Domingas, ex-directora de Contra-Inteligência, recusaram-se a responder às intimações do Estado-Maior General, onde deveria ser executada a ordem 006/06 de 14 de Abril de 2007, do Comandante em Chefe das Faa, que determinava a despromoção aos graus imediatamente inferiores aos de general (de três estrelas, Fernando Miala e do Coronel, Miguel Francisco António) e a passagem compulsiva à reforma. A mesma ordem previa a passagem compulsiva à reforma de Ferraz António e de Maria Domingas.

Num assomo de arrogância facilitado pelas nossas autoridades

070804-11
Empresa chinesa ignora leis angolanas
E a sua direcção vai mais longe, ao afirmar que os chineses em Angola só devem obediência à embaixada do seu país.

Rui Albino

A «China National Machinery & Equipment, Imp & Exp», vulgo Cmce, uma empresa chinesa especializada na montagem de equipamentos eléctricos, responsável pela construção da terceira linha de transporte de electricidade de Capanda para Luanda, tem estado a dispensar um tratamento humilhante aos trabalhadores angolanos que emprega para a empreitada, segundo

denúncias chegadas a este jornal. Os trabalhadores angolanos queixam-se dos baixos salários que auferem, do incumprimento no pagamento das horas extras, do desrespeito ao seu direito a férias, bem como dos despedimentos ilegais, além de outras condições laborais irregulares que lhes são oferecidas, em violação descarada às leis vigentes no país. Em relação ao pagamento das horas extraordinários, os angolanos não estão nada contentes por auferirem míseros duzenhos kwanzas/hora, enquanto, em contrapartida, quando se atrasam, lhes é descontado 15 dólares, sendo obrigados a trabalhar no resto do dia, mas com a falta registada, o que é uma aberração. Segundo soube o Semanário Angolense, a Cmec não tem um único trabalhador inscrito no Instituto Nacional de Segurança Social, o que configura desde já uma fuga ao fisco, além de deixar os funcionários locais apreensivos em relação ao seu futuro. No entanto, a empresa sempre procede a descontos nos salários dos trabalhadores (Irt e Segurança Social), mas os avultados valores daí resultantes não são encaminhados para as devidas instituições governamentais, sendo por isso uma autêntica roubalheira, não só aos bolsos dos seus funcionários nativos, como aos cofres do Estado angolano. As nossas fontes, que até são funcionários seniores baseados em Luanda, dizem que a situação dos seus compatriotas que se encontram a laborar no campo é bem pior que a deles. Segundo as fontes, como no tempo da escravatura, aos operários no terreno das operações, a empresa alimenta a pão e água, o que tem originado o surgimento de doenças (anemias e tuberculose) no seu seio, de tal sorte que alguns têm preferido desistir do serviço, mais ainda porque a Cmec não oferece assistência médica, nem medicamentosa. «Comemos apenas pão e água todos os dias, porque é só isso o que a empresa nos fornece como alimentação. Além do mais, nem nos deixam sair para irmos comprar comida melhor. Eles (os chineses) só dão duas hipóteses: ou aguentas ou vais embora», como transmitiu um operário a um seu colega baseado em Luanda sobre o que se passava no campo. «Arrogante», «racista», «absolutista» e «autocrático» são os epítetos com que as fontes descrevem o responsável pelas «atrocidades» cometidas na Cmec sobre os trabalhadores angolanos, o director administrativo da empresa, conhecido apenas por Mr. Wei. As fontes dizem que, diante de algumas reivindicações por melhores condições laborais, ao abrigo da legislação vigente, o arrogante Mr. Wei têm-se gabado diante dos «escravos» que a sua empresa não

tem que cumprir as leis angolanas, até porque, aliás, «em Angola não há lei». No alto da sua impunidade, Mr. Wei, que se encontra em gozo de férias no seu país, há mais de um ano que não deixa que os funcionários angolanos façam o mesmo. Além disso, procede a descontos arbitrários nos salários dos trabalhadores e a despedimentos sem qualquer compensação para os visados. Ele é que «mija». Em uma ocasião, segundo ainda as nossas fontes, gabou-se de ter todo o governo na mão, sem qualquer hipótese de intervir na sua empresa, pelo que os trabalhadores podiam ir se queixar onde quisessem que não sairia nada. «Estão todos na nossa mão», gabou-se o Mr. Wei. O mais grave é que isto parece mesmo verdade. De resto, os trabalhadores contam que já fizeram chegar as suas preocupações ao Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (Gamek) e à Empresa Nacional de Electricidade (Ene-EP), a quem a Cmec deve explicações em primeira instância, mas daqui, com a maior condescendência ou cumplicidade, não saiu coisa alguma que pudesse colocar os chineses na linha. Em face disso, alguns dos principais lesados pela actuação irregular da Cmec recorreram à Inspecção-Geral do Trabalho, no sentido de verem as suas preocupações laborais atendidas, mas foi a mesma coisa, embora tenha feito algum teatro em como estaria empenhanda em fazer virar o quadro. As nossas fontes disseram a propósito que a empresa chinesa chegou a receber a visita de uma funcionária da Igt e um outro do Sme, para as competentes averiguações, mas não passou disso mesmo: uma simples visita. Se calhar, de cortesia, porque não houve qualquer reacção das autoridades a favor dos pobres trabalhadores angolanos da Cmec. «Será que os nossos governantes 'venderam' o país aos chineses?», interrogou-se, chateada e desesperançada, uma das nossas fontes. «Já é demais…», rematou.

070804-11

070804-11

070804-11

070804-11

070804-11

Garantem fontes que com ele contactaram nas instalações do Stm

Miala não fará revelações que atentem contra a integridade do Estado angolano

Detido para responder pelo crime de insubordinação militar, fontes próximas ao antigo chefe da secreta externa do país asseguram

O antigo director do Serviço de Inteligência Externa, Fernando Garcia Miala, «não fará revelações contrárias aos superiores interesses do Estado angolano», garantiram a este jornal fontes que mantiveram contacto com ele esta semana nas instalações do Supremo Tribunal Militar, onde se encontra detido desde o passado dia 13. Estas revelações contrariam as declarações feitas ao princípio desta semana por um conhecido jornalista, segundo o qual, em desespero de causa, Fernando Miala poderia trazer a público segredos de Estado que acumulou durante o tempo em que esteve à frente do apêndice externo dos serviços secretos angolanos. O que as fontes do Semanário Angolense asseguraram, pelo contrário, é que apesar de deter, efectivamente, um manancial importante de informação acumulada nas circunstâncias referidas, Fernando Miala tem «consciência das suas responsabilidades» e, por essa razão, não fará o tipo de revelações que atentem contra as instituições. «Tais receios são totalmente infundados», disse uma das nossas fontes. E ao fazê-lo, usou palavras que garante terem sido exactamente as pronunciadas pelo próprio Fernando Miala. «Seguirei sendo o mesmo patriota, profissional e a pessoa humana que sempre fui. Essa detenção não vai mudar o respeito que tenho pelas instituições e pelas pessoas», terá dito o antigo chefe dos Serviços de Inteligência Externa. Em todo o caso, dizem ainda sobre o assunto as fontes do SA, «podemos assegurar que ele [Fernando Miala] está preparado para se defender, se for o caso, das acusações que lhe foram feitas de tentativa de golpe de Estado e de pretender assassinar o Presidente José Eduardo dos Santos». Com efeito, quando foi exonerado, em Fevereiro de 2006, a Fernando Miala foram assacadas estas e outras acusações. Mas os resultados da sindicância instaurada a si e ao organismo que dirigia não fizeram referência explícita ao presumível complô contra o Chefe de Estado angolano. Até ao dead-line desta edição do Semanário Angolense, na 5ª feira última, Fernando Garcia Miala continuava detido nas instalações da Procuradoria Militar, alegadamente para responder pelo crime de insubordinação militar. Miala

não se apresentara ao acto de despromoção ordenado pelo Presidente da República, nas vestes de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, que no seu caso se consubstanciou na passagem de general a tenente-general. No dia da sua detenção, uma 6ª feira, 13, segundo as fontes do SA, Fernando Miala estaria, supostamente, descontraído e muito longe de saber aquilo que o aguardava, quando se dirigiu ao Tribunal Supremo Militar, em resposta a uma notificação do juiz-presidente da instituição, general António Neto «Patónio», para um encontro entre ambos. Chegado, porém, ao Tribunal Supremo Militar, surpreendentemente, disse a fonte, o general Patónio lá não se encontrava, e Fernando Miala foi pura e simplesmente confrontado com um mandado de captura apresentado por um oficial-major. Miala terá acatado a ordem de detenção sem opor a menor resistência, relataram as nossas fontes. As mesmas que corrigiram a informação posta a circular relativa a uma greve de fome supostamente desencadeada por Fernando Miala. A esse respeito as fontes esclareceram que quem entrou em greve de fome foi a tenente-coronel Maria Domingos. «Quanto a Miala, ele aguarda, sereno e tranquilo. Ele está apenas interessado em saber, afinal, o que se pretende com a sua detenção», asseguraram as fontes do SA.

Vem aí o julgamento do ano

Ainda não se tinham passado 24 horas desde a detenção de Fernando Miala e dos seus principais assistentes militares, nomeadamente Miguel Francisco André, antigo director-geral Adjunto dos Sie, Maria da Conceição Domingas, ex-directora da Contra Inteligência Externa, e Ferraz António, director de Estudos e Planeamento, e já se conjecturavam cenários sobre o que poderá vir a ser o seu julgamento. Como todos os outros grandes casos, este também tem uma versão no tribunal da opinião pública, onde se divisam claramente dois campos: um que defende que Miala estará a ser alvo de uma cabala e um outro que argumenta que o antigo chefe da secreta externa será vítima da sua própria ingenuidade, e de alguns excessos, e descuidos. Porém, o debate mais adiantado corre justamente entre juristas, tendo como pano de fundo, por um lado, a ameaça, (ainda) não concretizada, de levar o quarteto a tribunal por alvitrar a execução de medidas activas contra o Presidente da República e, por outro lado, a circunstância de José Eduardo dos Santos, nas suas

vestes de Comandante-em-Chefe das Faa, não ter homologado a passagem compulsiva de Fernando Miala à reserva, ficando-se apenas pela sua desgraduação. Afastada, por ora, a estória do «putch», os juristas concentram-se no alcance da ordem n.º 006/06, de 14 de Abril de 2007 através da qual o Comandante-em-Chefe das Faa determinou a desgraduação de Fernando Miala, de General para o grau de Tenente-General, de Miguel Francisco André - de Coronel para Tenente-Coronel - bem como a passagem à reforma compulsiva dos Tenentes-Coronéis Ferraz António e Maria da Conceição Domingos. Através daquela ordem, José Eduardo dos Santos determinou a desgraduação de Miala. Mas quer a desgraduação quanto a passagem compulsiva de Miala à reforma deveriam ser sancionados pelo PR num outro acto administrativo, coisa que, entretanto, não foi feita. Segundo o que apurou o Semanário Angolense, o projecto de desgraduação e de licenciamento à reforma de Fernando Miala, produzido pela Direcção de Pessoal e Quadros do Emg das Faa, foi remetido à Casa Militar para ser homologado pelo Presidente da República. Mas esse dossiê nunca foi despachado. De acordo com alguns causídicos, a desgraduação e o licenciamento de Miala, general de três estrelas, carece de actos do Comandante-em-Chefe, ao passo que os casos de Miguel Francisco André, Ferraz António e de Maria da Conceição Domingas, todos oficiais superiores, caem na alçada do Cemg. Não havendo uma ordem do Comandante-em-Chefe sancionando a passagem de Miala à reforma compulsiva, há quem questione os processos desencadeados pelo Estado-Maior General, primeiro por intermédio de Agostinho Nelumba «Sanjar», ao tempo Cemg, e depois através de António Furtado, actual Cemg, ambos tendentes à sua desgraduação pública e passagem compulsiva à reforma, em sede própria, ou seja em numa unidade militar. Junta-se a isso a circunstância de a exoneração de Fernando Miala não ter sido até hoje publicada em Diário da República, procedimento tomado nalguns sectores como sendo fundamental para que os actos administrativos tenham eficácia jurídica. Segundo algumas correntes, «a obediência a um superior cessa quando não há um acto jurídico», o que por outras palavras quer dizer que não se consumou juridicamente a intenção do Presidente de afastar Fernando Miala da chefia do Sie, nem tão-pouco de o despromover e mandá-lo compulsivamente para a reforma. Entretanto, e segundo interpretação de outras fontes, a não publicação de um despacho do PR, no Diário da República não acoberta a insubordinação, nem dá lugar a

inexistência ou ineficácia do acto jurídico, além de que os militares estão sujeitos a um regime jurídico que dispensa a publicação no Diário da República dos actos administrativos do Comandante-em-Chefe. Os defensores deste princípio entendem também que o que está em causa não é a exoneração de Fernando Miala mas sim o crime de insubordinação resultante da sua recusa em comparecer por três vezes ao Estado-Maior General onde seria formalizada a desgraduação. A ausência de Fernando Miala do acto de desgraduação para que foi convocado por três vezes não decorreu de qualquer imprevisto. Foi uma decisão tomada em consciência. Ele mesmo disse-o em carta que dirigiu ao Cemg na qual se manifestou indisponível para aquele acto administrativo alegando receios de que ele e os seus ex-colegas fossem tratados como indisciplinados e criminosos. Na carta, Miala argumentou que a presença da imprensa e de oficiais superiores das Faa no acto da sua desgraduação faria «passar a mensagem de um castigo a um grupo de criminosos e indisciplinados, que terão cometido actos militares puníveis». Esta carta pode vir a ser um dos instrumentos da acusação. Perante estes e outros factos alguns juristas entendem que ao procurar evitar a humilhação que seria a sua despromoção em parada, Miala acabou por incorrer em dois novos riscos, ou seja a condenação, e em decorrência disso o agravamento de desgraduação. «Pode acabar como brigadeiro», disse ao SA uma fonte familiar ao regime jurídico das Forças Armadas. A lei estabelece que os militares sujeitos à desgraduação e ao licenciamento à reforma devem receber os seus diplomas em cerimónia pública na presença de todos os militares da unidade. Com todos estes ingredientes, os juristas defendem que o julgamento de Fernando Miala e dos seus antigos colaboradores vai mostrar de forma inequívoca o carácter subsidiário do Direito. «Andaremos entre o Direito Penal e o Direito Administrativo» naquele que, até novos elementos, pode já ser antecipado como o julgamento do ano.

Crime de furto consta dos autos

Fernando Miala não vai ter que responder pelo crime de deserção, como chegaram a ponderar no princípio oficiais da Procuradoria e dos Emg, mas tem às costas um processo de furto de bens do Estado. O antigo director-geral do Sie é, nomeadamente, acusado de ter ficado com equipamento de escuta telefónica adquirido com fundos do Estado à Ofek, uma companhia localizada

em Luanda e dirigida por um cidadão indiano. A compra do equipamento foi confirmada pelo proprietário da loja em declarações que prestou aos instrutores processuais. Segundo o que apurou o Semanário Angolense, o dito equipamento, nomeadamente 7 telemóveis do tipo Siemens e gravadores de marca B4 e M17 não constam do espólio recolhido após a exoneração de Fernando Miala. O equipamento serviria para escutas de telemóveis convencionais, bem como de conversas em salas de convenções e unidades militares. Fontes próximas a Fernando Miala dizem que à semelhança do que se passou com os condutores da sindicância, os instrutores responsáveis pela condução do seu processo também não o ouviram, e que ele tem todos os bens que estavam sob sua responsabilidade em boa conta. Fernando Miala tem também à perna um cidadão que se queixou à Procuradoria-Geral da República dizendo que ele e os seus guarda-costas o teriam agredido este ano, por suspeita de que o estaria a perseguir. No Kwanza-Sul um cidadão português levou o antigo chefe da secreta à barra do tribunal, por alegadamente este ter falhado ao compromisso de lhe pagar pelos serviços prestados na fazenda que tem em Kissute, localidade que separa a Gabela do Sumbe. A dita fazenda tem uma extensão de 600 hectares, e como parte da queixa alguns dos bens do general Miala foram arrestados, estando à guarda da Digitex.

Conceição Domingas em greve de fome

Fernando Miala era à partida um caso à parte, tão próximo estava ele do Presidente da República. Maria da Conceição Domingas, a única mulher envolvida neste processo, começa a ser também um caso singular. Além de ser mulher, é, entre os 4 acusados, a única que decidiu observar uma greve de fome. Com efeito, a antiga directora de Contra-Inteligência Externa não aceita a sua detenção, partindo do princípio de que não tendo sido desgraduada, e tendo o Presidente da República decidido pelo seu regresso às Faa e passagem compulsiva à situação de reforma, ela entende que não tinha o que fazer no Emg. Mcd é citada como tendo interrogado: «por que razão alguém que já passou à reforma tem que se apresentar no Emg? Só pode ser para me exporem a uma humilhação». Perante a notícia que recebera na sexta-feira, 13, na Procuradoria Militar das Faa, de que estava detida, e após alguma reflexão, Maria da Conceição Domingos observa uma greve de fome. Pelo menos este foi o procedimento que observou a partir de

terça-feira, e que se mantinha de pé até ao fecho desta edição, na quinta-feira à noite. O recurso à greve de fome é novidade entre nós. Nem mesmo os casos mais politizados, como os de Rafael Marques ou Sara Wykes seguiram este caminho. Neste caso a curiosidade é saber, por um lado, até onde Mcd levará a extrema decisão e, por outro, qual será a reacção das autoridades.

Questões de uniforme e menu

Não levou muito tempo para que Fernando Miala experimentasse as contrariedades por que passam centenas de detidos no nosso país. No caso dele, por um lado viu recusado no princípio a entrada de comida de casa, pelo que tinha que se sujeitar à ementa da tropa. Este contratempo foi ultrapassado na segunda-feira. Por outro lado, não se pode dizer que esteja definitivamente resolvida a questão do uso de uniforme. Aparentemente, e de acordo com algumas fontes, é obrigatório o uso de uniforme por parte de todos os prisioneiros. Mas fontes próximas a Fernando Miala questionam este princípio porque para elas Miala não é um preso. É um detido que aguarda julgamento.

Julgamento pode começar dia 6

Salvo qualquer imprevisto de última hora, o julgamento de Fernando Miala, Miguel Francisco André, António Ferraz e de Maria da Conceição Domingas começará no dia 6 de Agosto, segundo soube o Semanário Angolense junto de fontes judiciais. De acordo com as nossas fontes, tendo todos eles sido já pronunciados, a defesa tem até 23 de Julho, data em que se completam 10 dias após a detenção, para fazer a contestação. Não o fazendo, o juiz, no caso António Neto «Patónio», marca a data do julgamento, com o que se abre a possibilidade da defesa fazer nova contestação.

Uma questão de português?

Um advérbio temporal – subsequentemente – e uma expressão prepositiva – na sequência de – indicativa de tempo, poderão fazer parte de argumentos nos casos em que são citados os tenentes-coronéis Ferraz António e Maria da Conceição Domingas, ambos acusados de crime de insubordinação justamente por se terem recusado a comparecer no Estado-Maior General, onde seriam compulsivamente reformados. Tanto no despacho de

exoneração, datado de 1 de Abril do ano passado, quanto no expediente que se seguiu, ambos são referidos como estando de regresso às Faa, «na sequência da sua exoneração, (...) e subsequente passagem compulsiva à situação de reforma». Por conseguinte e à semelhança do que acontece em casos em que se requeira a presença de especialistas, ninguém estranhe se aparecerem professores de português a explicarem bem o sentido de «na sequência» e de «subsequentemente» neste contexto.

A premonição do Chefe

Vão para aí dois meses, o Presidente José Eduardo dos Santos perguntou aos generais Hélder Vieira Dias, «Kopelipa», e José Maria, personalidades que lideraram a sindicância feita ao Serviço de Inteligência Externa, se estava tudo bem em relação ao processo do general Miala. José Eduardo dos Santos estaria a querer evitar qualquer embaraço igual a outros em que, por descuidos do seu «staff», incorreu em alguns lapsos ou imprecisões. Entre os principais juristas deste país prevalece até hoje a ideia de que a criação de uma comissão de gestão para Luanda, em 2005, resultou numa colisão com a lei. Ainda a semana passada assistiu-se a mais uma embrulhada. Com uma única declaração, sem qualquer eficácia jurídica, o ministro dos Transportes conseguiu não só contradizer o seu colega das Relações Exteriores como comprometer o Governo e a figura do Presidente da República. Mas ao que parece, José Eduardo dos Santos não teria sido tão claro e explícito como eventualmente gostariam os generais Kopelipa e José Maria. No seu estilo habitual de se deixar estar entre peixe e carne, o Presidente da República não disse exactamente o que queria saber. Não disse se queria saber se os dois generais estavam a preparar o esmagamento total do general Miala, nem indicou em nenhum momento se a preocupação tinha a ver como a execução das suas ordens nos termos da lei. Do que resultou deste breve interrogatório do Presidente foi a constatação de que a eficácia jurídica de algumas das suas ordens estaria eventualmente ligada à sua publicação no Diário da República, o que não veio a acontecer. E está aqui uma brecha de que podem resultar suculentos benefícios para os advogados de defesa de Fernando Miala. Segundo o que apurou o Semanário Angolense, deliberadamente ou não, José Eduardo Santos não homologou a desgraduação e o licenciamento à reserva de Fernando Miala. Ninguém sabe ao certo o que teria levado o PR a não o fazer. Há quem atribua isso a

mais um lapso do seu staff. Mas há também quem entenda o caso como uma decisão magnânima de Jes, conhecido por ser eventualmente muito generoso para com os que lhe serviram. Qualquer que seja a interpretação, a verdade é que não consta dos documentos do processo a homologação do processo de desgraduação e de licenciamento à reforma de Fernando Miala, algo que é da exclusiva competência do Comandante-em-Chefe, o que aos olhos de alguns juristas poderia ser um instrumento a usar pela defesa. Outros, porém, entendem que não, na medida em que o que está em causa é um acto de insubordinação relativa à comparência no Emg onde se consumaria a desgraduação de Fernando Miala e a passagem compulsiva à reforma dos seus antigos colaboradores.

O filme do conclave dos «maninhos»
Organização & quejando

Esteve bem

O serviço de protocolo foi impecável, quer na recepção aos convidados e aos jornalistas, como na prontidão como foram respondidas às questões e satisfeitas às solicitações.
A disciplina e compreensão com que os congressistas aguardaram pela hora do início dos trabalhos.
A celeridade com que os documentos chegaram às mãos dos jornalistas e a organização de duas sessões diárias, em que a subcomissão de comunicação e marketing do congresso, liderada por clarice Kaputu, actualizava os órgãos de comunicação social sobre o andamento do encontro.
A opção pela realização do congresso fora da cidade, num ambiente de paz de espírito, amplo e reservado em simultâneo.
O esforço visível, dos militantes, sobretudo na manhã da abertura, para criar as condições mínimas de acolhimento no pavilhão das plenárias.

Domingos Jardo Muekalia
O senhor que se segue?
Abordando os delegados ao Congresso da Unita sobre a questão, todos dizem que é um quadro valioso e competente. Ninguém lhe nega a condição de presidenciável. Jardo tem enormes vantagens para acenar à sociedade: é jovem, comedido, competente, polido e

José Kaliengue

Com a reeleição de Isaías Samakuva abre-se imediatamente, na Unita, uma nova corrida ao lugar de presidente do partido. Ou seja, Samakuva cumpre a partir de agora o seu segundo e último mandato, em respeito ao que mandam os estatutos da organização. Ora, se Samakuva não irá concorrer daqui a quatro anos, no próximo congresso não entrará na «guerra» alguém que alguma vez tivesse ocupado o lugar de presidente do partido. Teoricamente, os próximos concorrentes estarão todos em pé de igualdade, o que significa que a corrida para a próxima eleição teve início no momento em que caiu o pano sobre o X Congresso. Se Samakuva pode ter um mandato pacífico, internamente falando, porque ninguém lhe irá disputar o poder, mesmo que uma eventual derrota nas eleições legislativas e presidenciais arraste a Unita para um congresso extraordinário, a verdade é que, ao seu redor, haverá muita gente a procurar a melhor posição de partida para a próxima eleição à liderança do partido. Na verdade, alguns nomes vão-se perfilando para a contenda. A distância de quatro anos, neste caso, não é tão grande como parece à partida. É necessário criar empatia com os militantes e com a sociedade; é necessário mostrar-se combativo sem manchar a imagem de respeitabilidade, patriotismo, competência política e de liderança. Nos próximos quatro anos, a Unita será um verdadeiro palco de charme e sedução para alguns militantes. O marketing político não deverá estar virado para o interior do partido apenas; a sociedade será um alvo preferencial, uma vez que o líder da Unita é, por natureza, um candidato à presidência da República. Esta é a grande vantagem do caminho de democratização interna encetado pelo partido: a comunicação permanente com a sociedade e a rápida identificação desta com os seus líderes. Este efeito foi bem visível com a campanha de Chivukuvuku e Samakuva, que apaixonou a sociedade. De repente, a disputa no interior da Unita passou a ser assunto em discussão entre os ardinas, grupos de amigos, clubes e famílias. Toda a gente esteve ao corrente, toda a gente apostou no seu candidato, mesmo não podendo votar. A vida interna da Unita foi, por estes dias, o assunto mais comentado na vida política nacional. O partido do Galo Negro entrou nas vidas das pessoas e, curiosamente, não precisou, para tal, de uma cobertura radiofónica e televisiva exaustiva. O que estava em causa era o futuro do maior partido da

oposição, da alternativa ao poder em Angola. A sociedade percebeu e viveu-o. É esta interacção com a sociedade que levará a que os próximos candidatos ao lugar de Isaías Samakuva tenham que criar rapidamente uma forte identificação com ela. Para tal, cada um deverá escolher as suas luzes e as suas armas. Se voltar a concorrer, Chivukuvuku terá que aproveitar o seu lugar no parlamento para brilhar e fazer esquecer a recente derrota. Mas existem outros pré-candidatos de peso no partido. Jaka Jamba, que nunca se mostrou com tais ambições, terá, a seu favor, o elevado peso político no partido, a respeitabilidade pública e o reconhecimento intelectual que lhe tem o partido, devendo capitalizar também com o desempenho que teve como vice-presidente da Assembleia e, actualmente, como embaixador de Angola junto da Unesco. Lukamba Paulo Gato é outro nome a ter em conta. A travessia no deserto deve ter-lhe permitido uma grande reflexão. Manteve-se quieto, não fez ondas e não turvou o seu prestígio entre os «maninhos». Poderá ser sempre uma reserva importante para a qual os olhos dos maninhos se poderão virar. Gato conhece a máquina da Unita e todos no partido sabem que ele é um presidenciável em potência. No entanto, na nossa perspectiva, Jardo Muekália é aquele que, de entre os que já iniciaram a sua caminhada, por vontade própria ou porque alguns olhos no interior do partido o vêem como a pessoa certa, poderá reunir maior consenso. Jardo é um jovem afável, de muito bom trato, bastante educado e com uma larga e sólida experiência diplomática, o que concorre em seu favor se a Unita precisar de percorrer mais uma etapa a fazer consensos e a unir o partido. O capital político de Jardo não é de minimizar. Bateu-se sempre nos Estados Unidos pelo partido e muito do sucesso da Unita, em termos de diplomacaia externa, a ele se deve. A sua trajectória ensinou-lhe outra coisa: a mover-se politicamente sem estardalhaços. Esteve no último congresso sem estar mas estando. Não desfilou a exibir vaidades, quase não se dava por ele, mas era impossível ignorá-lo, ainda que fosse apenas para uma tradução em socorro de um estrangeiro que não se expressasse em português. Abordando os delegados sobre a questão, todos referiam-se-lhe como um quadro valioso e competente. Ninguém lhe negou a condição de presidenciável. Jardo tem enormes vantagens para acenar à sociedade: é jovem, comedido, competente, polido e eloquente e é é dado como sendo coerente, mas acima de tudo um «animal político», capaz de liderar uma transição para a modernidade sem criar grandes traumas:

não se lhe conheceram discursos belicistas ou exagerados no tempo da guerra. Jardo Muekália é, em suma, um caso muito sério para qualquer adversário dentro ou fora do partido. Dificilmente não será ele o homem que irá substituir Samakuva. E se Angola entrar, de facto, na normalidade democrática com eleições legislativas, autárquicas e presidenciais, é bem provável que ele venha a ser o primeiro líder a levar a Unita à vitória numa eleição.

Cronologia

2006
Sexta-feira, 24 de Fevereiro - O brigadeiro Gilberto Veríssimo comunica ao Chefe da Casa Militar, Manuel Hélder Vieira Dias Jr. «Kopelipa» que membros do Sie, entre os quais Ferraz António, teriam alvitrado a possibilidade de tomarem «medidas activas» contra o Presidente da República. Gilberto Veríssimo teria sugerido também que à semelhança do que acontecia noutras ocasiões, também naquela ocasião Ferraz António e seus pares teriam feito chacota do PR.
- Na mesma noite o PR exonera o chefe do Serviço de Inteligência Externa. Unidades da Guarda Presidencial, sob o comando do general Kopelipa, isolam a Oficina Secreta, nome por que é conhecida a sede do Serviço de Inteligência Externa, localizado no Futungo de Belas, antiga sede da Presidência da República.
Terça-feira, 27 de Fevereiro - O PR cria uma Comissão de Sindicância, liderada pelo general Kopelipa e de que fazem parte entre outro o general, António José Maria, e o brigadeiro José Pereira Massano.
Sexta-feira, 1 de Abril - Anunciados os resultados da sindicância instaurada pelo Presidente José Eduardo dos Santos. Miala é exonerado do cargo, e referido como tendo desrespeitado ordens do PR, feito resistências às decisões deste relativas a mudanças no Serviço de Inteligência Externa. Miala teria, igualmente, conduzido escutas para os quais não estava autorizado, entre outros. O comunicado dos Serviços de Apoio do PR alude, também, à possibilidade de, a seu tempo, serem tomadas medidas de carácter jurídico-legal contra os responsáveis e autores das irregularidades constatadas.
21 de Dezembro - A mando do Presidente da República, o novo director-geral do Sie ordena a emissão de uma guia de apresentação bem como a respectiva guia de vencimento com que Fernando Miala deveria apresentar-se

à Direcção de Pessoal e Quadros do Emg a fim de se efectivar o seu regresso às Faa.
22 de Dezembro – Fernando Miala regressa ao seu antigo local de trabalho, no Futungo de Belas. O brigadeiro Gilberto Veríssimo, de quem partiu a denúncia sobre as medidas activas, é instruído a entregar a Fernando Miala a guia de marcha com que se deveria apresentar na Direcção de Pessoal e Quadros do Emg. Miala lê o documento mas não o recebe alegando que faltavam documentos autênticos a respeito da sua desgraduação e passagem compulsiva à reforma. 2007
16 de Janeiro – Marcada para o Estado-Maior General, a cerimónia de despromoção e passagem à reserva de Fernando Miala e dos seus antigos assistentes. A cerimónia é adiada por impedimento do Cemg.
26 de Janeiro – Nova data para a mesma cerimónia. Miala não comparece devido à morte do seu irmão. Entretanto, dois dias antes Fernando Miala escreve ao Cemg explicando que não compareceria porque estava convencido de que se iria ser tratado como um criminoso.
27- Janeiro – Marcada para este dia a cerimónia de desgraduação. Miala e os seus antigos assistentes voltam a não comparecer. Inicia-se o processo-crime contra Miala e outros.
12 de Julho – Entregues a Fernando Miala, Miguel André Francisco, Ferraz António e Maria da Conceição Domingas intimações para comparecerem no dia seguinte na Procuradoria Militar das Forças Armadas. O Procurador Militar, João Maria de Sousa, viaja para o estrangeiro.
13 de Julho – Fernando Miala, Miguel André Francisco, Ferraz António e Maria da Conceição Domingas tomam conhecimento, à chegada à Procuradoria, que pende sobre eles mandados de captura. Acto contínuo são levados às respectivas celas.

Segundo mandato como presidente do «Galo Negro»
Mais Samakuva

Isaías Henrique Ngolo Samakuva, ex-chefe da missão externa da Unita em Paris (França), foi eleito quinta-feira, 19, em Luanda, presidente do partido pelos delegados presentes no 10.º Congresso ordinário daquela formação política. À hora do fecho da presente edição, resultados não oficiais davam a Samakuva 723 votos contra 272 de Abel Chivukuvuku, homem que após o congresso de 2003 ele nomeara secretário para os

Assuntos Eleitorais e Parlamentares. A Vitória de Samakuva foi clara, o que legitima as suas opções para conduzir o partido às eleições legislativas previstas para o próximo ano. Com tal margem, Samakuva obteve um mandato claro e um voto de confiança com os quais poderá reorganizar a Unita, sem levantar grandes objecções. No discurso de vitória, Samakuva afirmou que a partir daquele momento as linhas divisórias no partido tinham deixado de existir. «Agora deixaram de existir candidaturas, agora temos apenas um campo, o da Unita, do trabalho em conjunto e da disciplina», declarou Samakuva, o que pode ser entendido como uma farpa clara à Abel Chivukuvuku e a todos os militantes que se opuseram à sua estratégia nos últimos quatro anos. Por seu turno Chivukuvuku reconheceu os resultados eleitorais e comprometeu-se a continuar a trabalhar para o partido com o mesmo empenho de sempre. No momento da votação, Chivukuvuku era, no entanto, um homem confiante. Ao Semanário Angolense disse que esperava ganhar o partido e que com a sua liderança não tinha qualquer dúvida de que a Unita formaria governo nas próximas eleições legislativas. Não foi o que aconteceu, os delegados aos X Congresso escolheram Samakuva que depois de colocar o seu voto na urna, e dirigindo-se a este jornal, mostrou-se igualmente confiante, afirmando que a seguir ao dia 20, o último do congresso, a sua nova tarefa seria a de conquistar o votos dos angolanos para a edificação de uma nova Angola, plural, justa e respeitadora do valor de cada angolano. Algumas das figuras mais importantes da Unita justificaram o voto dos delegados em Samakuva pelo facto de Abel se ter apresentado mal acompanhado, por ter assumido um discurso de ruptura demasiado forte e por ter, de alguma forma, deixado de parte as referências ao historial da organização. Mas no final das contas, o facto de Abel ter abandonado Samakuva três meses depois deste ter sido eleito foi difícil de engolir pelos delegados: «como é que ele diz que o outro não tem força de luta se o abandonaram e torpedearam? Samakuva aguentou o leme apesar de todas as indisciplinas e aos militantes bastou que dissesse: estou aqui com um partido coeso, apesar das guerras internas, isso contou muito» Reconhecido, por outros partidos políticos e por largas franjas da sociedade angolana como o mais democrático dos congressos jamais realizados por qualquer partido político angolano, o X Congresso dos maninhos decorreu sob o lema da Reafirmação da Identidade Política para a Mudança. No conclave que teve lugar no complexo da Unita na vila de

Viana, o partido aprovou o programa para os próximos 4 anos, as alterações aos estatutos e a linha política e ideológica.

Na Unita desde 1974
O perfil de «Sam»

Samakuva foi eleito presidente pela primeira vez em 2003 durante o 9.º congresso da organização, o primeiro na era pós-Savimbi. Na altura venceu com 1.067 votos dos mais de 1.250. Paulo Lukamba Gato (ex-secretário-geral da Unita) e Eduardo Jonatão Chingunji (parente de um dos co-fundadores do partido) obtiveram respectivamente 277 e 20 votos. De 61 anos de idade, o novo líder da Unita é filho de Henrique Ngolo Samakuva e de Rosália Ani Samakuva. Contabilista de profissão, nasceu em Silva Porto – Gare (actual vila do Kunji, na província do Bié, centro de Angola) e filiou-se à Unita em 1974, altura em que o seu pai era funcionário no posto administrativo da localidade. Em 1975 foi nomeado inspector-geral do trabalho no então Governo Democrático de Angola, instalado no Huambo (centro do país) pela Unita e pelo outro movimento de libertação – a Frente Nacional de Libertação de Angola (Fnla), quando o Mpla (actual partido no poder) proclamava a República Popular de Angola, em Luanda. Depois de se ter retirado para as matas em 1976, juntou-se aos seus correligionários numa das bases da organização no interior de Angola, integrando a partir de 1978 o gabinete presidencial de Jonas Savimbi, que chefiou de 1986 a 1989. Posteriormente, desempenhou as funções de tesoureiro-geral da Unita de 1989 a 1993 ao mesmo tempo que ocupou o posto de representante da organização no Reino Unido. De 1994 a 1998 foi chefe da delegação da Unita na Comissão Conjunta, órgão encarregue da aplicação do Protocolo de Lusaka, assinado pelo governo e o ex-movimento rebelde em Novembro de 1994. «Sam», como é tratado pelos mais próximos, chefiou a chamada missão externa da Unita em Paris (França) antes de regressar a Angola, em finais de 2002.

Quem disse que era o homem por que se esperava?
Abel, o congresso e o grande «echívuko»
Ficou generalizada a ideia de que Abel Chivukuvuku teria agido melhor se, ao invés de partir para a luta já agora, tivesse esperado

Abel Chivukuvuku passou os últimos três anos a trabalhar naquilo que segundo o seu pensamento deveria ser o projecto da Unita para o futuro. Nesse processo calcorreou o país, desfez alianças, conquistou novos aliados, renunciou a cargos e conseguiu parcerias no estrangeiro. Às portas do congresso repetiu a tese de que se a Unita quisesse ser alternativa no futuro não podia continuar com a gestão do passado. Ironia do destino, foi exactamente no que ele fez no passado, e não no que ele prometia para o futuro, que os delegados, sobretudo os das bases, encontraram razões para o rejeitar. O «echívuko» é maior porque pelos vistos, Abel, tido como sendo bem parecido, no que estarão certos os que assim pensam, e bom orador, o que já é questionável, não levava respostas para as perguntas que circularam nos corredores do centro de conferências da Unita. Há militantes que não lhe perdoam, primeiro, o distanciamento em relação a Jonas Savimbi, que ele disse em mais do que uma ocasião, que era uma carta fora do baralho – no que se veio a confirmar – nem toleram o facto de muito recentemente se ter afastado de Isaías Samakuva. O deputado da Unita foi confrontado com sugestões que fez no passado favoráveis à substituição de alguns símbolos do partido, entre os quais o intocável galo negro, bem como a sua progressiva urbanização, entendida nalguns sectores como uma «desruralização» da Unita, inaceitável segundo a génese dos «maninhos». A velha estória da «somalização», argumento que se pensou oferecer vantagens exclusivas ao Mpla também foi atirado à liça. Houve entre os delegados, quem tivesse dito que Abel precipitou-se ao fazer aquele pronunciamento, e voltou a precipitar-se agora quando ao invés de deixar Samakuva concluir a transição, fez-se ostensivamente ao lugar provocando desnecessárias divisões ao partido. O «xeque-mate», se assim se pode dizer, foi o envolvimento de Abel Chivukuvuku ao lado de Valentim e Manuvakola no processo de lançamento do Cru, Comité Renovador da Unita, de que veio a afastar-se horas antes do lançamento do seu manifesto. Abel pelos vistos também não contava com o que os deputados tinham na memória. Alguns não se esqueceram do facto de Abel, enquanto chefe da bancada da Unita, ter apelado à abstenção durante a votação do Oge de 1996. Eram anos de guerra, convenhamos. Jonas Savimbi, evidentemente, também não gostou da posição de Abel. Ironia ou não, foi a Lukamba Gato, na altura arqui-inimigo de Abel, e hoje um dos seus grandes apoiantes na batalha contra Samakuva a quem Savimbi recorreu para lhe dar uma

ripada. Enfim outro grande «echívuko». Perante tudo isso, Abel acaba por perder a sua primeira grande batalha, ficando agora com o desafio de provar se afinal o ocaso dele enquanto político é substância ou apenas aparência. Não há nada que um político não possa fazer em quatro anos, mas qualquer que venha a ser a sua decisão, tem que deixar de pensar que é o homem por quem se espera. Os delegados não fizeram caso da sua ascendência monárquica, e nem o discreto apelo ao equilíbrio a favor do Huambo contra o Bié foi levado em contra. Enfim, muita coisa para aprender nos próximos anos.

Vencedores

Camalata Numa – Desta vez não se pode dizer que Camalata Numa tenha feito novamente uma escolha errada. Com efeito e à pala do que decidira em 1992, quando preferiu regressar às matas, e em 2003 quando apoiou Gato ao invés de Samakuva, Numa ficou conhecido como sendo inteligente, mas pouco astuto a escolher. Percebeu muito cedo que Samakuva estava em melhores condições do que Abel, com o que reforça a sua posição dentro dos maninhos.

Cláudio Silva – O congresso da Unita vai lhe dar aquilo que nunca teve na FpD: o assento na direcção de um grande partido político. Com isso, Cláudio Silva passa a estar em melhores condições de ajudar a influenciar as decisões do maior partido da oposição. Bom orador, inteligente, convincente nos argumentos, Cláudio Silva provou que em relação à sua aspiração como político, não estava errado. Melhor na Unita do que na FpD, confirmando o velho ditado umbundo segundo o qual um boi não pode pastar com cabras e cabritos. Ele pode ser também a inspiração para um segmento da sociedade que tem simpatias pela Unita. mas que precisa de se rever nalguns «corajosos».

Vencidos

Jorge Valentim – Se Abel é o grande derrotado, Jorge Valentim não fica muito longe. Por tudo o que disse e o que fez nos anos que se seguiram à sua nomeação para ministro da Hotelaria, Valentim sabia que a única esperança de regressar à cúpula da Unita era por via de uma vitória de Abel Chivukuvuku, personalidade que

esteve com ele no processo de lançamento do Cru, o Comité Renovador da Unita. Com o desfecho que se registou no congresso, e tendo a idade que tem, Valentim bem que pode ir aprofundando as suas memórias, porque a porta, salvo um gesto conciliador de Samakuva, está trancada.

. Lukamba Gato – Ninguém pode dizer com segurança quem entre Abel e Gato sai mais «echivukado» deste congresso. Se é Abel que há quatro anos, não precisou de muito para perceber que Gato não tinha pernas para andar, ou se é Gato que pelos vistos deixou-se dominar pelo revanchismo. Seja como for, cada um tem contas pessoais a fazer. Gato não pode continuar a desperdiçar vidas à toa. O projecto de regresso à liderança da Unita ficou um pouco mais longe depois deste congresso. O telhado agora é de vidro e outra queda pode ser fatal.

O palco e as luzes da política

Resto da Oposição aproveitou a boleia dada pela Unita

As luzes mediáticas que se viraram sobre o congresso da Unita transformaram o encontro num bom palco a partir do qual outros partidos da oposição lançaram farpas ao Governo e quiseram mostrar o seu compromisso com a causa da democracia. Puro oportunismo ou sinceridade nos discursos, a verdade é quase todos os partidos políticos angolanos estiveram presentes no acto de abertura do congresso dos «maninhos». E os que tiveram a oportunidade de se dirigir aos congressistas não perderam a oportunidade de acusar o partido da situação de estar a negar direitos democráticos aos angolanos e de afirmarem, sobre si mesmos, uma forte identificação com os princípios democráticos, quer na vida intrapartidária, quer na sociedade. Olhando de uma forma menos atenta, ou não conhecendo bem a política em Angola, dir-se-ia que se estava a formar uma frente comum, no seio da oposição, com a qual o Governo se teria que a ver nas próximas eleições. Seria como se se estivesse a separar os campos: num lado, um partido supostamente não democrático e que detém o poder, e, no outro, toda a oposição com o objectivo único de mudar as coisas, como se o objectivo único fosse apear o Mpla, a todo o custo, como premissa para a democratização da vida política no país. Na verdade, porém, qualquer observador atento sabe que a vida política não se cose com linhas tão simples e que

alguns dos discursos visavam os interiores dos próprios partidos. No final, o Semanário Angolense fez um inventário do que disseram alguns políticos da oposição:
Ngola Kabangu, Fnla – Saudamos este exercício democrático e vimos transmitir as saudações do irmão Holden Roberto.
Eduardo Kwangana, Prs – Não aceitemos a contagem dos votos por meios electrónicos [sobre eleições gerais]. A Unita deve forçar a que os votos sejam contados um a um, leve o tempo que levar. Esta solução tecnológica para o processo eleitoral é já uma solução de problemas. Este assunto deve ser abordado pelos congressistas neste encontro. É muito importante. Neste congresso, contem os votos manualmente… Um problema na Unita, ou um problema a nível interno, na oposição, significa que estamos todos doentes.
Sediangani Mbimbi, PDP-Ana – Sentimo-nos orgulhosos com a realização deste congresso da Unita… Felicito a escolha de tão eminente figura para a comissão eleitoral [sobre Justino Pinto de Andrade]… Apenas deve exigir democracia aquele que pratica a democracia.
Filomeno Vieira Lopes, FpD – Este congresso é uma lufada de ar fresco na nossa democracia. Ele cumpre com os preceitos da transparência e com a regularidade imposta pelos estatutos.
Alexandre Sebastião, Pajoca – A Unita é um dos factores fundamentais para a paz e a democracia em Angola… A Unita é pioneira na democratização interna dos partidos. Os debates públicos da vida interna são um exemplo que devemos acatar.
Carlos Leitão, Padepa – Este congresso da Unita é um exemplo para Angola e para a África.

Por razoes excepcionais
Furtado promove assessores e causa agitação nas tropas

Enquanto um considerável número de oficiais aguardam ansiosamente pelas respectivas promoções, em função de informações segundo as quais elas teriam sido canceladas por alegadas ordens superiores, o chefe do Estado Maior-General das Faa demonstrou recentemente que o impedimento não parece ser para todos, tendo promovido dois dos seus principais assessores. Segundo fontes do Semanário Angolense, os recém promovidos foram o major Tchipilika, oficial de campo, que passou a ostentar a patente de tenente-coronel, e o director adjunto do Gabinete do chefe de Estado-maior general,

Francisco Pereira Furtado, promovido a coronel. A promoção destes dois oficiais, que trabalham directamente com Francisco Furtado, causou uma grande agitação no seio de efectivos de algumas unidades, que se dizem descontentes por causa da atitude do chefe do Estado-Maior. Presumia-se que este facto só por si estivesse na origem do cancelamento da promoção de muitos oficiais. Mas segundo soube este jornal de boa fonte, a razão assenta no facto de se ter chegado à conclusão de que a ascensão acelerada, quantas vezes injustificada, de muitos oficiais à classe de generalato, colocaram Angola entre os países que têm nas suas estruturas castrenses mais generais, sendo apenas comparado ao extinto Exercito Vermelho, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Urss). Por outro lado, está em curso presentemente um processo de reorganização e recontagem de efectivos, que se espera que venha a pôr alguma ordem no circo. Ainda assim, não cessam as reclamações. «Não é justo que alguns oficiais sejam promovidos e outros não. A fila é longa e se continuar a imperar a lei da preferência, nunca mais chegará a nossa vez», desabafou um oficial do Estado-Maior General. Por todo o país existe um número considerável de oficiais à espera da chegada destas promoções, o que para muitos significa o acesso a mais benesses. Já sobre o fecho da presente edição, o Semanário Angolense apurou que, apesar da algazarra que existe nos círculos castrenses, o general Francisco Furtado goza de prerrogativas para proceder as graduações que aconteceram recentemente, independentemente da suspensão existente. Aquando da interdição, o despacho do chefe do Estado-Maior General informava que ele poderia proceder a promoções por razões excepcionais, o que veio a acontecer com os seus dois assessores, embora a maioria dos que ambicionam voos mais altos tenham de esperar por mais algum tempo. Em todo o caso, de acordo com o que está estatuído, as promoções de oficiais generais dependem do Comandante-em-Chefe das Faa, ao passo que as de oficiais como coronéis e majores do chefe de Estado-Maior cabem ao Chefe do Estado-Maior General. As restantes dependem dos chefes do Estado-Maior dos respectivos ramos militares.

Parceria internacional financiada pela Chevron e Usaid
BFA e Clusa aliam-se na implantação do Proagro Angola

O Banco de Fomento Angola (Bfa) e a Liga das Cooperativas dos Estados Unidos (Clusa) assinam terça-feira, 24, uma parceria destinada a implantação de um programa agrícola e financeiro denominado ProAgro Angola, que tem como finalidades a melhoria do acesso dos agentes agrícolas e agro-industriais aos mercados e o desenvolvimento de produtos financeiros adaptados às necessidades de um sector com características tão específicas, soube este jornal de fontes do banco. A Clusa é a entidade responsável pela implementação do ProAgro Angola, um programa de cinco anos financiado pela Chevron Corporation e pela Agência (governamental norte-americana) para ajuda internacional, a Usaid. A Clusa tem como parceiros de implementação a Eci - Africa, uma empresa de consultoria baseada na Africa do Sul, para além de duas Ong nacionais, a Adra e a Agromarket. Este programa intervém na lógica da cadeia produtiva, facilitando as ligações entre todos os intervenientes no sector agrícola (agricultores, fornecedores de meios de produção, compradores de produtos agrícolas, bancos, instituições de pesquisa e assistência técnica) na capacitação dos agricultores para o acesso a produtos e serviços financeiros. A implementação do Proagro Angola é feita em estreita articulação e coordenação com o Instituto do Desenvolvimento Agrário (Ida) e outros departamentos do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Minader). A cooperação envolverá um vasto conjunto de tarefas, destacando-se a realização de estudos de financiamento de projectos agrícolas e de estudos sub sectoriais em cadeias produtivas seleccionadas, o acompanhamento conjunto da implementação e exploração de projectos financiados e a formação, pelo Bfa, do pessoal da Clusa em matéria de serviços e mercados financeiros. Um documento do Bfa fornecido à imprensa considera, a propósito desse programa, «Angola tem reconhecidas potencialidades agrícolas, ainda insuficientemente exploradas, sendo por isso um sector a merecer lugar de destaque nas prioridades para o desenvolvimento nacional». O Bfa declara que iniciou um processo de alargamento e aprofundamento da sua carteira de serviços para dar resposta aos desafios que hoje se colocam ao sector agrícola. Nesse sentido, acrescenta o documento, o Bfa centra a sua estratégia em dois planos, sendo um de criação de uma unidade específica para a análise de projectos e a montagem de operações de financiamento, constituída por uma equipa de especialistas, nacionais e internacionais, e outro de estabelecimento de parcerias com instituições

experientes e especializadas no desenvolvimento e fomento de projectos agrícolas. No âmbito do estabelecimento de parcerias, o Bfa celebrou, no passado dia 23 de Junho, o primeiro protocolo de cooperação no sector agrícola com a Cooperativa dos Criadores de Gado do Sul de Angola (Ccgsa) e a Clusa, tendo como objecto o financiamento de um estudo das opções estratégicas e de viabilidade económico-financeira de um projecto agro-pecuário de grande dimensão que envolve a cooperativa e os seus associados e que poderá conduzir à concessão de financiamento dos seus investimentos.

Depois de investimento de Usd 36 milhões

Fábrica de óleo do Grupo BD inaugurada em Agosto

A inauguração da fábrica de óleo vegetal que o Grupo Bartolomeu Dias está a preparar desde o ano de 2002, na Samba, em Luanda, vai ser inaugurada em Agosto próximo, segundo informações fornecidas a este jornal. Segundo Bartolomeu Dias, o detentor do empreendimento, ao Semanário Angolense, o óleo que vai ser produzido naquela unidade fabril denomina-se «Senhorita», obtido da refinação de gordura vegetal bruta importada do Brasil, o que decorre da falta de matéria prima no país. Tal significa que o processo fabril naquela unidade consistirá fundamentalmente em processos de refinação, de acordo com Bartolomeu Dias, «universalmente recomendados». Para garantir a qualidade do produto, acrescentou, a fábrica, designada Nori (Nova Rede Industrial) e que passou a ser o braço industrial do Grupo BD, conta com um sistema de controlo de qualidade totalmente monitorizado, estando dotada de tecnologia de última geração. Idealizado em 2002, pouco tempo depois o projecto começou a nascer com várias interrupções de ordem burocráticas e também por se revelar na altura como uma experiência nova para o grupo, segundo explicou o empresário. Bartolomeu Dias apontou o que disse ser «a falta de coragem dos bancos comerciais na concessão de crédito para financiar o projecto» como um dos embaraços encontrado na edificação da obra. A braços com esta situação, o Grupo BD decidiu arrancar com a edificação da sua nova fábrica com fundos próprios, mas pouco tempo depois, o grupo recebeu um financiamento do Banco de Poupança e Crédito (Bpc), correspondente a sete por cento do valor global do investimento, que é de 36 milhões de dólares. Mas um outro problema foi encontrado na consumação do

projecto, prendendo-se com o reforço da rede eléctrica para o abastecimento de energia eléctrica à fábrica, um pormenor que tirou alguma tranquilidade ao grupo face ao silêncio da Ene depois de ter sido solicitada para o efeito. Ainda hoje, teme-se que tal situação venha a comprometer o funcionamento desta unidade fabril. Depois do encerramento da Cotonang em Malanje, da Aaa, em Benguela, Induve e Congeral em Luanda, a Nori surge como resultado de uma estrutura nova no mercado e universo empresarial angolano. Pela primeira vez na Angola pós-colonial, um empreendimento empresarial se dedica à produção de óleo vegetal no país, depois de alguns grupos empresariais se terem afeiçoado, há largos anos, a embalar o produto em território nacional. A fábrica elevará o empresário angolano Bartolomeu Dias à condição de detentor de um dos maiores investimentos privados já realizados no sector industrial do ramo da alimentação edificado na Angola do pós-independência, segundo estimativas obtidas por este jornal.

Xxxxxx

060630-0707

Debandada não pára
Mangueira deixa BP

O último acto do engenheiro António Mangueira, na British Petroleum, onde durante cerca de 9 anos ocupou o posto de director-adjunto de operações, foi no seu todo contrário ao que estava habituado. Durante os anos que a serviu, a companhia recusou-se, diplomaticamente, a dar-lhe a distinção que qualquer estrangeiro com o seu «rank» teria direito, isto é, carro dedicado, casa da companhia e outras benesses. Na quinta-feira, elegante quanto baste, e um pouco à semelhança do que faz na Grã-Bretanha, e nos Estados Unidos, com quadros da sua estatura, a BP ofereceu-lhe um jantar de despedida. António Mangueira, um dos vice-presidentes da Federação Angolana de Futebol, é dado como certo na Acr, liderada por Carlos Amaral, antigo vice-ministro dos Petróleos. Fonte do sector petrolífero sugeriu que a saída António Mangueira poderá resultar em dificuldades para multinacional britânica por causa do poder de penetração que ele tinha, tanto no Ministério dos Petróleos quanto na Sonangol, onde durante anos a fio foi director-geral adjunto para os hidrocarbonetos. «Há circunstâncias em que o operador, a BP, e a

concessionária, a Sonangol, chocam, e o engenheiro Mangueira era a solução para muitos problemas», disse fonte contactada pelo Semanário Angolense. A partida de António Mangueira acontece meses antes de a BP estrear-se como operadora no mercado angolano. Esta multinacional deverá produzir o seu primeiro barril em Setembro próximo, altura em que, salvo qualquer imprevisto, o bloco 31, detido a meias pela Sonangol e pela Sinopec, começa a jorrar. A BP recebe contingentes pelas participações nos blocos 17, em que é operadora a Total, e no Bloco 15, operado pela Exxon. Analistas do sector petrolífero disseram ao Semanário Angolense que a elevação da BP à condição de operadora poderá resultar no aumento de pressões sobre a mesma no sentido incentivar a angolanização prevista nos contratos com a Sonangol. «Os acordos de partilha de produção impõem prazos para o preenchimento de quotas reservadas aos angolanos, e o início da actividade operadora representa um benchmark neste processo», observou a nossa fonte. A saída de António Mangueira é vista, também, como um revés para a estratégia da companhia, que, durante anos usou o caso dele, bem como o do patrão da companhia, José Patrício, para mostrar que estava empenhada em angolanizar a sua actividade. Na verdade, observam alguns analistas, a demissão de António Mangueira acaba por provar aquilo que há muito se dizia: há um mal-estar nas companhias estrangeiras. A BP foi uma das empresas que mais angolanos perdeu nos últimos tempos. Francisco da Cruz, «Xico Zé», director para assuntos governamentais e Internacionais, deixou a empresa há dois meses, dedicando-se, neste momento, a fazer consultoria. Antes dele saíram Helena Miranda, agora chefe dos recursos humanos da Sonagaz, e Teresa Matoso, que se transferiu para Sonangol Pesquisa e Produção, P&P. Além destas figuras de proa, a BP perdeu também um naipe considerável de quadros intermédios. A sangria prossegue no próximo mês com a saída, para a Coca-Cola, de Jorge Antunes, até há pouco tempo assessor para assuntos externos e reputação.

Ponte que vai ligar Cabinda e o resto do território nacional
Rdc quer obter «vantagens» com mais custos para Angola
Autoridades congolesas pretendem alterar o traçado para verem algumas das suas estradas reabilitadas

Dani Costa

Anunciada há pouco tempo, o Governo pretende construir a ponte que vai ligar a província de Cabinda e o resto do país o mais rápido possível. Na última semana, segundo apurou o Semanário Angolense, reuniram-se em Cabinda os técnicos e especialistas de Angola e da Republica Democrática do Congo (Rdc), com o intuito de analisarem os projectos existentes sobre aquela que poderá ser uma das maiores pontes erguidas no país. À mesa de discussões estavam quatro projectos, dos quais era necessário encontrar um que fosse o mais viável para as duas partes, uma vez que esta obra de engenharia, que deverá percorrer uma boa parte da orla marítima do enclave, terá de passar necessariamente pelo território congolês. Informações chegadas à nossa redacção indicam que o projecto mais viável e barato passa necessariamente pela construção de uma ponte de aproximadamente 40 quilómetros, que ligaria então o município do Soyo, na província do Zaire, e a cidade de Cabinda. Mas ela teria de atravessar por uma região da Rdc, conhecida como Banana, conforme os objectivos da parte angolana. Apesar do valor ser tido como «irrisório», a ponte Soyo-Banana-Cabinda custaria aos cofres do Estado angolano cerca de dois biliões de dólares, mas beneficiaria de alguma forma algumas regiões e habitantes do país presidido por Joseph Kabila. Porém, contrariando, os propósitos do Governo angolano, os representantes da parte congolesa têm uma outra ideia. O Semanario Angolense sabe que os congoleses pretendem que o trajecto sofra uma substancial alteração, porque auguram tirar ainda maiores proveitos da situação, uma vez que a ponte terá de percorrer o seu território. Assim, os congoleses querem que, em vez dos 40 quilómetros preconizados pela parte angolana, a obra atinja os 120 quilómetros, a julgar pelas propostas dos técnicos enviados às negociações em representação do executivo de Joseph Kabila. Em vez da região de Banana, que está mais próxima de Cabinda, os congoleses querem que a ponte passe por Muanda e outras partes da RDC, para desta forma melhorar as vias de circulação nalgumas destas zonas. Mas se só a ponte de 40 quilómetros já deverá consumir cerca de dois biliões de dólares, as alterações desejada pelos congoleses triplicariam os custos. E, assim, o troço Soyo-Muanda e outras partes da Rdc orçaria em cerca de seis biliões de dólares, um valor que está longe das possibilidades do Governo, conforme referiu uma fonte deste jornal. «Com as voltas pretendidas pelos congoleses», disse um técnico

angolano, «o país teria de certeza absoluta uma das maiores pontes do mundo, mas este não é o nosso objectivo. Pretendemos apenas facilitar a circulação entre Cabinda e as outras regiões do país» Entretanto, a fazer fé nas nossas fontes, e tendo em conta as pretensões da parte congolesa, os técnicos angolanos acreditam que o assunto só será ultrapassado ao mais alto nível. Em Cabinda, por exemplo, acreditava-se na hipótese de que o ministro das Obras Publicas, Higino Carneiro, aparecesse para tentar convencer os seus homólogos congoleses, o que não veio a acontecer. A manter-se um braço de ferro entre a parte angolana e a congolesa, os chefes de Estado dos dois países, José Eduardo dos Santos e Joseph Kabila, serão chamados a intervir para encontrar-se uma saída viável e que beneficie tanto Angola como a República Democrática do Congo.

Tragédia em Mbanza Congo

Até ao fecho desta edição, haviam sido contadas entre cinco e sete vítimas mortais no acidente provocado por um Boeing 737-200 da Taag na cidade de Mbanza Congo, província do Zaire, na quinta-feira, segundo fontes oficiosas. Informações desencontradas atribuíam diferentemente ao acidente cinco ou sete mortos, mas um comunicado da Taag naquele mesmo dia fornecido aos jornalistas em conferência de imprensa apenas reconhecia a existência de «perdas humanas e materiais». De acordo com a Taag, a aeronave, um Boeing 737-200 com matricula DT-Tbp, estava a cobrir a rota Luanda/Mbanza Congo/Negage/Luanda, quando se despistou no aeroporto da capital do Zaire, logo após a aterragem. O avião tinha feito o seu último «check» há três meses. A bordo da aeronave viajavam 79 passageiros e entre seis e sete tripulantes, esta, segundo informações fornecidas exclusivamente a este jornal, integrando profissionais de extrema competência. Isto terá sido dito ao SA para descartar a suposição de erro humano entre as causas do acidente. Informações colhidas pelo SA junto de oficiais da Taag indicam que o aeroporto da Mbanza Congo, situado nas imediações de um populoso bairro, não tem qualquer vedação, como também não possui instrumentos de ajuda, como o Ils. Logo a seguir ao acidente, uma equipa de técnicos da Taag, Inavic e Taag seguiu de avião para o local, onde iniciou uma peritagem preliminar.

070630-0707
PR inicia hoje visita ao Ghana
Charme ou viragem?

Quando aterrar esta tarde em A-, contando que o acidente de Mbanza Congo envolvendo um avião da Taag ou outras razões não venham a resultar no cancelamento da viagem, o Presidente da República estará a reforçar a ideia que há algum tempo começou a tomar corpo entre nós de que a diplomacia nacional está em viragem para África. A presença do PR na cimeira semestral da União Africana representa, também, o seu regresso a eventos desta envergadura. José Eduardo dos Santos tem sido objecto de observações devido à ausência frequente em grandes eventos africanos, ou na tomada de posse de líderes africanos. Analistas em Luanda sugerem que o que se assiste agora, ou seja, a participação na cimeira da União Africana, precedida da visita a Angola do Presidente do Togo, é o prolongamento de um exercício que incluiu a abertura das primeiras embaixadas de Angola no Ghana e na Guiné-Bissau, e o envio de emissários a vários países. Nos últimos 12 meses, José Eduardo dos Santos trocou correspondência com os seus homólogos do Ghana, Nigéria, Togo, Moçambique, Guiné-Bissau, Mali e África do Sul. Alguns destes exercícios fizeram parte dos esforços para a eleição de Angola para direcção regional da Oms para África, hoje entregue ao médico angolano Luís Gomes Sambo, e para outras posições, sobretudo ao nível das Nações Unidas, entre as quais se destaca o assento na Comissão da Onu para os Direitos Humanos. Tudo isso parece configurar mais uma opção de facto do que uma operação de charme. Nos últimos 12 meses e embora não tivesse viajado muito por África, José Eduardo dos Santos recebeu aqui os Presidentes Jeremias Kikwete, da Tanzânia, Obiang Nguema, da Guiné Equatorial, Sassou Nguesso, do Congo Brazzaville, e Nino Vieira, da Guiné-Bissau. Pelo carácter errático do seu comportamento, o Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, não é exactamente uma figura para entrar nesta contabilidade. No mesmo período, Angola abriu embaixadas na Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e Ghana, país que tem embaixador em Angola desde a ascensão do nosso país à independência, e que há muito se vinha batendo para que Angola abrisse uma embaixada em Accra. Jerry Rawlings, que precedeu John Kufuor na Presidência do Ghana, passava por Luanda com frequência e sempre que o fizesse, fazia apelo a este caso. Até a acreditação, há dois anos, de José Guerreiro Alves

Primo, primeiro embaixador de Angola em Accra, o dossiê Ghana era gerido pelo embaixador na Nigéria, Evaristo Domingos Kimba, também embaixador em Lomé, Togo. Observadores em Luanda entendem, ainda assim, que a ida do PR a Accra – a viagem continuava de pé até quinta-feira, quando foi fechada a presente edição, tem o condão de poder colocar Angola em sintonia com um país que começa a explorar petróleo, e que procura afirmar-se como uma outra referência na África Ocidental em contraposição à Nigéria, país que concorre com Angola em termos de produção de petróleo e protagonismo.

070630
Opinião do Opsa

Modelo de desenvolvimento agrava as desigualdades

O Observatório Político e Social de Angola (Opsa), um fórum integrado por 16 membros em representação de instituições do Estado, Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil, diz-se preocupado com o facto de o crescimento económico do país «estar associado a um modelo de modernização pouco humano, bastante centralizado, insuficientemente transparente e demasiado acelerado para as nossas capacidades actuais, institucionais e humanas». Na avaliação que faz ao desempenho económico de Angola, o Opsa diz ainda que ele é pouco sustentável e por isso mesmo «é agravador de desigualdade e exclusão social». «A forma como se está a processar a construção e a reabilitação das infra-estruturas apresenta-se pouco transparente, com pouca qualidade e pouco articulada, não favorecendo o desenvolvimento e a satisfação das necessidades dos cidadãos (veja-se, por exemplo, o caso da energia eléctrica em que os volumosos financiamentos de Kapanda não se reflectem na melhoria do acesso dos cidadãos e das empresas a esse bem, antes pelo contrário)». O Opsa a inacção dos partidos da oposição aos males que atribui à economia nacional. «Tudo se passa sem que os partidos da oposição consigam apresentar alternativas credíveis». Mas apesar das suas apreensões, o Opsa diz registar os «progressos que o País conhece em termos de crescimento económico, melhoria de algumas infra-estruturas e participação de organizações locais de cidadãos no processo de diálogo, consulta e concertação com instituições do Estado, principalmente a nível local, o que indicia novas oportunidades para a construção de uma democracia mais substantiva». Entre os integrantes mais conhecidos do Opsa incluem-se João (Ju) Martins, secretário para os Assuntos Políticos do

Mpla, Fernando Pacheco, presidente da Adra, Filomeno Vieira Lopes, presidente da FpD, Alcilia Giovetti, da Fundação Friedrich-Erbet, Idalina Valente, deputada à Assembleia Nacional pelo Mpla, Ismael Mateus, jornalista. São ainda membros do Opsa o bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, Inglês Pinto, Njele Felisberto, do Centro de Estudos Estratégicos, Frei João Domingos, entre outros.

Imprensa pública distorce matérias críticas ao Governo

O Opsa, um fórum de consulta, atribuiu à comunicação social pública uma «distorcida transmissão de notícias ou opiniões que sejam mais críticas ao desempenho do Governo». Aquele fórum diz que o silêncio da comunicação social pública sobre o «African Economic Outlouk 2007 divulgado recentemente pela Ocde e pelo Banco Africano de Desenvolvimento que aponta deficiências nas reformas estruturais e a corrupção «não favorece a criação de um ambiente democrático». O Opsa recorda que a disponibilidade dos órgãos de informação estatal para fazer eco e defesa das posições do Mpla «já mereceu reparos do Conselho Nacional da Comunicação Social» Mas reconhece, contudo, que a comunicação social estatal fez muitos progressos «relativamente à informação sobre a actividade ou opiniões de partidos políticos da oposição ou personalidades com posições contrárias ao discurso oficial». Na análise global que faz ao conjunto da comunicação social do país o Opsa regista «um défice de qualidade na maioria dos órgãos de informação». Entre as deficiências comuns, o Opsa nomeia a «a confusão entre opinião e informação factual» e a raridade de ver-se «os media a oferecer diversidade de pontos de vista e de informações que permitam ao público formar a sua opinião». O Opsa acusa as instituições públicas ligadas aos governos provinciais de discriminarem a imprensa privada. Essa discriminação «não favorece a democracia e o processo de descentralização em curso».

Xxxxxxxxxxx

070623-30

Alvoroço no nosso «Pravda»

Entrevista de LF à Lac não foi bem engolida entre os jornalistas do JA

A entrevista do jornalista Luís Fernando (LF) à Lac foi colhida com enorme estupefacção no Jornal de Angola (JA), do qual foi director durante doze anos e três meses. Nos últimos dias não se fala de outro assunto no nosso «Pravda», nome por que também é conhecida a única publicação diária do país. Sobretudo na sua Redacção, onde LF não deixou saudades. Um dos aspectos mais abordados é saber que razões teriam levado LF a quebrar o silêncio e dar a entrevista que mais não foi do que a intenção de lavar a sua imagem junto do grande público e do poder. LF, que teve uma gestão a todos títulos danosa, apareceu a dar lições sobre moral, ética e deontologia que ninguém, incluindo os seus anteriores «funcionários», como ele se referia aos jornalistas, entendeu. Onde andou o escrupuloso LF revelado pela Lac ao longo dos últimos doze anos? «No JA, ele foi delator dos próprios jornalistas, cultura que intensificou, ao colocar, escancaradamente, bufos seus na Redacção que, meio segundo depois, passavam-lhe relatórios detalhados das conversas mantidas», disse ao Semanário Angolense um conhecido jornalista do diário, totalmente indignado. Estupefactos, muitos no JA se questionam sobre que tipo de ética o seu ex-DG se referia na entrevista à Lac. Ele que no «sultanato» (LF era tido como um «sultão» no JA) promoveu a cultura de grupos, seguindo a célebre estratégia de dividir para melhor reinar. Um exemplo de falta de ética muito notada durante o consulado de LF no JA foi a promoção de funcionários em função de critérios e conveniências pessoais. Engrácia Manuela «Lita», uma verdadeira «outsider» na empresa, foi nomeada chefe de sector e depois directora financeira, apesar de não perceber rigorosamente nada do trabalho. Detalhe a reter: havia na área trabalhadores com reconhecida competência, experiência e formação média e superior em economia. «Ética? Como assim, se foi também durante o seu consulado que os chamados patrulheiros ficaram tristemente célebres, acusando e julgando tudo e todos sob a protectora capa do anonimato?», interroga-se um outro redactor do JA, antes de revelar ao SA que, em várias reuniões editoriais, Luís Fernando foi confrontado pelos seus «funcionários» a propósito dos escritos apócrifos de Paulina Frazão e Afonso Bunga. Nestas alturas, contudo, a ausência e a arrogância eram as respostas do DG, não se coibindo assim de mandar às urtigas a deontologia e solidariedade aprendidas na Universidade de Havana. Por estes dias, também, no Jornal de Angola, as conversas têm girado em torno das práticas de gestão ruinosa cometidas desabridamente

pelo seu antigo director. Muitos recordam o número sem conta de facturas exorbitantes encaminhadas à administração da publicação e que «fariam qualquer ser humano com o mínimo de sensatez pensar duas vezes antes de acusar seja quem for». Foram estoiradas várias dezenas de milhares de dólares só em bebidas alcoólicas (vinhos e licores caríssimos, whiskys e conhaques envelhecidos, etc.) que, a julgar pelas quantidades, não poderiam ter sido consumidas apenas pela elite da casa. Fontes do SA garantiram que grande parte das bebidas serviu para abastecer uma unidade hoteleira (Hotel Mundial) gerida por uma empresa de que LF é um dos patrões, a Tuclepa. Uma casa de modas situada na rua da Embaixada de Cuba (a Harry's Fashion) apresentou facturas de mais de cem mil dólares, correspondentes apenas ao período inferior a um ano. Até onde se sabe, o JA comprou há quatro anos fatos para determinados jornalistas e chefes, ao preço médio de 500/600 dólares cada. Terá sido apenas uma vez, mas facturas recentes, cada uma delas com um valor superior a dez mil dólares, incluem vários fatos de senhora e outras peças de «grife» seleccionadas que não constam no guarda-fatos de nenhum jornalista. A mais grave das últimas falcatruas de LF é a da conta de papel paga - a julgar pelos comprovativos - sem que a mercadoria tivesse chegado ao jornal. Fontes do SA asseguram que o valor ultrapassa o milhão de dólares. Suspeita-se que a empresa, sediada num país asiático, nem sequer tenha a venda de papel entre o seu leque de serviços. Em síntese, não se sabe o que foi feito do papel ou... do dinheiro. O assunto está a ser tratado ao nível do Ministério das Finanças e da novel Secretaria de Estado para as Empresas Públicas. Enfim, era esse gestor que, depois da sua exoneração, alguém no JA pretendeu homenagear. A intenção foi anunciada, as compras feitas e as mesas chegaram a ser postas. Na tarde do mesmo dia, LF foi visto nas imediações do Ifba, mas teve o bom senso de não aparecer. A acontecer, teria sido a primeira grande contestação da era António José Ribeiro. As nossas fontes garantiram que os jornalistas prepararam-se para um vigoroso protesto com a finalidade de inviabilizar a homenagem que, a ter ido para a frente, seria justamente no lugar que LF mais abominava: a Redacção. Tanta foi a sua aversão a «gente contestatária» que, contas feitas, exceptuando as alturas em que acompanhava visitantes, o homem passou por lá menos vezes do que a cifra dos seus 12 anos de consulado. «Certamente, os seus amigos fieis se

anteciparam à festa», ironizou um jornalista da publicação.

070623-30

Manuel Rabelais volta a fazer de bombeiro
O amargor das primeiras grandes contrariedades
No dia em que exarou o despacho de exoneração de Alberto de Sousa do cargo de Director-Geral

Depois de em Fevereiro último ter encetado uma profunda remodelação na direcção dos principais órgãos de informação adstritos ao Estado, eis que o ministro da Comunicação Social se confronta com uma das primeiras grandes contrariedades desde que está no cargo. Assim sucedeu, efectivamente, quando recentemente se viu forçado a exonerar Alberto de Sousa e Amílcar Xavier dos cargos de Director-Geral da Rádio Nacional de Angola (Rna) e de Director-Geral adjunto para a área informativa da Televisão Pública de Angola (Tpa), respectivamente. Feitas em tão curto espaço de tempo, estas demissões acabaram por dar, à partida, a ideia de que as remodelações anteriormente operadas por Manuel Rabelais, com o propósito essencial de «refrescar» as lideranças dos órgãos em questão, careceriam de sentido. Ou, ainda, que existiria em tudo isso um clima de instabilidade geral, quer nos órgãos em causa, como na relação destes com o ministério de tutela. Contudo, fonte bem posicionada nos círculos da comunicação angolana a que o Semanário Angolense acedeu garantiu que o que se passou foi diferente. «Manuel Rabelais quis, na verdade, injectar sangue novo para dar um novo impulso aos órgãos de comunicação do Estado. A sua intervenção foi no sentido da harmonização, da busca de consensos, da responsalilidade, solidariedade institucional e do bem-fazer», sustentou a fonte. «Mas só que algumas apostas feitas pelo ministro revelaram-se imaturas e pouco preparadas para as funções a que foram conduzidas», acrescentou. No caso de Alberto de Sousa, a fonte desmentiu, categoricamente, rumores que dão conta que durante o seu curto consulado ele não terá tido espaço para dirigir de forma autónoma a Rádio Nacional de Angola. «Beto de Sousa demitiu-se, deliberadamente, das suas responsabilidades como director-geral da Rádio. Ele não foi capaz de realizar tarefas elementares inerentes ao cargo que lhe foi confiado, apesar de todas as condições que lhe foram disponibilizadas». Entre as muitas omissões assacadas a Alberto de Sousa enumeram-se, por exemplo, o não ter

sido capaz de realizar uma única reunião do órgão directivo da estação emissora e nem sequer ter nomeado uma secretária para auxiliá-lo. Durante esse tempo, ele também não efectuou qualquer movimentação de contas bancárias. Mas tal, segundo a fonte, não se deveu a alguma circunspecção. «Neste aspecto, o que se passou foi, tão-somente, que Beto de Sousa nem sequer bilhete de identidade tinha». Diante de manifestações tão flagrantes de descaso, não restou outra solução ao ministro da Comunicação Social senão exonerá-lo do cargo. «Ele simplesmente dormiu ao volante. Não acreditou que era o director da Rádio». Aliás, o que se conta é já do domínio do anedotário da estação emissora. Certo dia, Beto de Sousa ia a entrar na Rna quando um funcionário chamou-o de viva voz "director, director", mas ele não deu por isso. Só quando ouviu "Man Beto, Man Beto", nome por que é popularmente conhecido nas lides radiofónicas, é que ele percebeu que era a si que o funcionário se dirigia. Ainda ninguém percebeu que fenómeno é esse que atingiu Alberto de Sousa, um dos profissionais mais antigos da Rádio Nacional de Angola, cuja folha de serviços colocaram-no, de forma natural e sem empurrões, entre os primeiros na linha de sucessão ao próprio Manuel Rabelais. Mas terá sido, sobretudo, a experiência e uma aparente maturidade que lhe advinha dos longos anos de casa que levaram o ministro a apostar seriamente nele para dirigir o maior órgão de comunicação do Estado, preterindo dois outros quadros que muitos pretendiam ver no posto, nomeadamente, Eduardo Magalhães e Amílcar Xavier. «No dia em que exarou o despacho de exoneração de Alberto de Sousa, substituindo-o por Eduardo Magalhães, até então director-geral adjunto para a área informativa, o ministro [Manuel Rabelais] assumiu a decisão como uma derrota pessoal», assegurou a fonte do SA. A Rna estava, então, sem rumo, paralizada, completamente desarticulada, porque não havia diálogo nem mando.

Lopo colecciona jornais em África

Lopo do Nascimento tem um fascínio qualquer por jornais, ou sabe de alguma coisa que os outros políticos não sabem. Há um bom par de anos, quando entre nós só havia um jornal privado, o Correio da Semana, Lopo do Nascimento sondou vários profissionais de informação sobre a possibilidade de lançar em Angola um jornal de grande circulação. O projecto não passou disso mesmo, ou seja de uma conversa exploratória. Mais

recentemente, Lopo e outras personalidades angolanas envolveram-se em consultas com os mesmos profissionais e mais alguns sobre a possibilidade de se lançar um projecto jornalístico sério. Dessa vez a conversa foi um pouco mais longe. Lopo do Nascimento tinha noção da dimensão do seu projecto, mas tal como da primeira, dessa vez também a coisa não passou de um projecto. Porém e apesar da inconsistência dos seus projectos domésticos, Lopo do Nascimento tem vindo a adquirir participações numa série de publicações regionais, a tal ponto que se pode dizer que se trata de um coleccionador de (acções em) jornais. O ex-secretário geral do MPLA detém, há muito tempo, uma fracção no Mail & Guardian, da África do Sul. De acordo com fontes próximas a este político, esta é a mais antiga das quotas de Lopo do Nascimento numa publicação estrangeira. A sua entrada no Mail & Guardian tê-lo-ia levado também a apostar no semanário moçambicano Savana. Mais recentemente, Lopo do Nascimento alargou os seus investimentos na comunicação social, ao adquirir participações no Expresso das Ilhas, de Cabo Verde, e no Tela Nón, de São Tomé e Príncipe, países onde, à semelhança de Moçambique e da África do Sul, tem muitos e bons amigos. A multiplicação de participações desta natureza em jornais estrangeiros e a forma como põe fim aos seus projectos domésticos levanta alguma interrogações em torno destas opções. Das duas, uma: ou o investimento aqui ainda é tabu, ou o retorno lá fora é mais rápido do que aqui.

070623-30

O caso de Amílcar Xavier
Traído pela mania da perseguição?

O caso de Amílcar Xavier, segundo a fonte do Semanário Angolense, é distinto do de Alberto de Sousa. Mas, nos seus contornos gerais, Xavier terá evidenciado igualmente uma grande «imaturidade» durante o tempo em que foi Director-Geral adjunto para a área informativa da Televisão Pública de Angola. Tecnicamente, um jornalista de créditos firmados, principalmente nas lides radiofónicas, em que está como peixe na água, esperava-se que Amílcar Xavier rapidamente fizesse essa transposição da rádio para a TV. Mas tudo indica que foi no aspecto relacionado com o seu carácter e personalidade que ele viria a deitar tudo a perder. Alegadamente dominado por aquilo que a fonte deste jornal considera uma «mania de perseguição», Amílcar

Xavier nunca terá dado a si próprio tempo e espaço para exercer, em plenitude e tranquilidade, as suas funções. A fonte assegura que o jornalista passava o tempo todo a ver armadilhas e entraves colocados no seu caminho pelos seus novos colegas. «Amílcar Xavier não podia encontrar a lâmpada do seu gabinete fundida, que desconfiava logo que alguém o fizera deliberadamente. Se o motorista não fosse apanhá-lo a tempo, isso era um complô de algum colega para o prejudicar». Neste andar, considera-se que Amílcar Xavier acabou por se incompatibilizar com quase todos os seus principais colaboradores, inquinando o ambiente de trabalho da estação televisiva, onde se pretendia toda a tranquilidade possível em face dos desafios de renovação e modernidade que a Tpa tem pela frente. Há quem nessa empresa chegou a dizer, passe o exagero, que, em seis meses, regrediu-se dois anos. «Todo o esquema de trabalho montado foi desarticulado e as normas foram pisoteadas. Enfim, foi um pandemónio total», disse uma fonte. Amílcar Xavier foi substituído por Manuel da Silva, que apesar de se tratar de um «homem da casa», tem um feitio controverso, razão pela qual também não é benquisto pela maioria dos seus colegas de televisão. Seja como for, ainda não se sabe se essa opção de Manuel Rabelais é transitória ou definitiva.

070623-30

O cabritismo tolheu-lhe a memória

Tivesse José Rodrigues colocado duas perguntinhas que fossem ao convidado do último «Café da Manhã», ou seja ao ex-director do Jornal de Angola, provavelmente não teríamos que voltar a falar dele aqui. O que Luís Fernando vinha fazendo desde que saiu do Jornal de Angola, isto é, cobrar dívidas àquela casa, não era assunto que nos interessava. Ele, se calhar, não sabe, mas nunca nos faltaram subsídios sobre as pressões que ele e a família vêm fazendo ao matutino oficial. Como, entretanto, há muito decidimos seguir outro caminho, ignoramos tudo o que nos chegou a este respeito. Porém, na terça-feira, arrogante quanto baste, ele forçou-nos a fazer uma inversão de marcha, no que terá beneficiado de uma boleia de José Rodrigues. No seu estilo macio, demasiado macio mesmo, José Rodrigues permitiu que Luís Fernando, que tem muito de velhaco, mas nada de idiota, vendesse a imagem de um homem sem mácula, de um profissional esmerado, de um gestor irrepreensível, de

um jornalista acima dos outros, enfim, de um prémio Nobel da paz. Com efeito, José Rodrigues repetiu na terça-feira o pecado que comete com frequência na condução das suas entrevistas: não vai ao fundo das questões e abraça o que lhe dizem à primeira, perdendo de vista que nestas coisas o entrevistado apenas solta a língua se a isto for obrigado, ou se lhe convier. E no caso de Luís Fernando trabalhos de casa feitinhos deixaram-no bem municiado para fazer deste café da manhã uma boa refeição. Seja como for, não faltam aqui voluntários, nem motivação para acabar o serviço que José Rodrigues deixou a meio, pois Luís Fernando não disse tudo, nem sequer metade. Não falou, por exemplo, do sobressalto que toma conta dele à primeira referência ao Tribunal de Contas. Luís Fernando sabe que nós sabemos do tamanho do diâmetro do buraco que o TC encontrou no Jornal de Angola. O Luís não se ofereceu para falar dos projectos faraónicos para os quais arrastou o Jornal de Angola e o erário público. Não perdemos de vista, por exemplo, a festa milionária que marcou o lançamento, no Casino Estoril da defunta edição Lisboa do Jornal de Angola. Para uma pessoa que tanto se esforça para parecer um homem sério, comprometido com o bem-fazer, é muito estranho que nunca tenha dito a ninguém quanto foi que custou o projecto, ou o que levou o Jornal de Angola a deixar de circular em Lisboa e por que razão o Libero, um suplemento de faz de conta, feito em Portugal, desapareceu das ruas de Luanda. É a isto que ele chama de gestão responsável! Com tanta vontade de dar lições, Luís Fernando há-de querer convencer os pobres coitados que agora se iniciam no jornalismo - a expressão é dele - que isto é que é boa gestão. Já agora, o que dirão os «pobres coitados» que agora se iniciam do jornalismo, de um director que ficava meses e meses sem pôr os pés na redacção? No que mais Luís Fernando impressionou foi na forma desleal, desonesta e maldosa como imputa à imprensa privada todos os males de que enferma o jornalismo angolano. Luís Fernan do é muito novo para padecer já da doença de Alzheimer a ponto de se esquecer que foi na gestão dele que o «JA» pariu Afonso Bunga, Paulina Frazão e Rui Tristão, cronistas incendiários que nasceram exclusivamente para insultar a honra dos angolanos. O Luís, se calhar, orgulha-se disso. É caso para dizer que os pobres coitados que agora se iniciam no jornalismo, a expressão, repetimos, é dele, hão-de pensar que foi isso que ele aprendeu na escola! Se o problema dele é de memória, não há mal nenhum em recordar-lhe coisas como o embuste que foi o

contrato de publicidade que ligava o Jornal de Angola, ou seja, ele à Masilva, empresa a quem foram cedidos os direitos de exploração de publicidade do matutino oficial. Luís Fernando fez tantas que, se calhar, já não se lembra que assinou num mesmo dia dois contratos com a Masilva. Num deles, provavelmente o oficial, o Jornal de Angola ia buscar apenas 20 por cento da publicidade. No outro, assinado minutos antes ou depois, pouco interessa, o Jornal de Angola tinha direito a 40 por cento das receitas de publicidade. A nossa conclusão é a mesma do Tribunal de Contas: se o Luís tiver opinião diferente, ou se por ventura já não se lembrar de nada, pode vir aqui buscar cópias dos dois contratos! Se, entretanto, estiver na disposição de se explicar, que diga também a história das contas trocadas de onde nasceram os trocos, e que trocos, para comprar o apartamento em Campo Grande, em Lisboa, e para construir um chalé no Uíje. Se o Luís não sabe, isto hoje chama-se cabritismo! Ainda assim, tanto a prostituição com a Masilva quanto a sobrefacturação das despesas do «JA» são uma gota de água comparadas com a raiva que vai fomentado na cidade alta, onde, por um lado, uma importante senhora deste país e, por outro, uma personalidade ligada à administração da justiça, por conseguinte dois vizinhos, não se conformam com a vigarice que Luís Fernando e a sua turma da Tuklepa usaram para se apoderarem das receitas do hotel Mundial, cuja administração um dia lhes foi confiada. Esta conta não está fechada, não! Em relação a textos não assinados, Luís Fernando deveria estar calado. Ele pagou, e bem, para pôr fim a dois processos judiciais que nasceram de textos não assinados e cuja publicação ele autorizou, nos quais se insinuavam as maiores mentiras e insultos contra dois jornalistas deste país e respectivas famílias. Como se vê, Luís Fernando não tem lições a dar e o cuspo que lançou ao ar há-de lhe cair na cara. Porém, se o que fez enquanto director afundou o JA, mais revoltante é saber que a família Luís Fernando agora passa a vida a cobrar dívidas ao Jornal de Angola, de negócios em que ele era vendedor e comprador. Impingiu tanta coisa que ele se arroga o direito de exigir o pagamento de cerca de 1 milhão de dólares, nos quais se incluem fatos para os jornalistas, uma casa de 200 mil dólares para o senhor Manuel António, e outros bens sobrefacturados dezenas de vezes. Luís Fernando juntou às suas exigências o pagamento de telemóveis e dos serviços de manutenção dos aparelhos de ar condicionado que, como DG do Jornal de Angola, alocara à empresa onde ele, uma funcionária

do JA, agora despromovida, e o marido desta têm interesses. O rapaz já saiu, mas quer continuar a mamar. Haja decência! Luís Fernando revelou também, uma tremenda falta de etiqueta ao lançar alfinetadas à direcção que lhe precedeu. Se calhar, agora entende por que razão os que ele encontrou no JA logo desconfiaram dele. Aquela voz mansinha, aquela disposição de fazer bem as coisas, aquelas coisas que faziam do Luís Fernando um amigo dos outros, do Makemba e do Serafim Coelho que um dia lhe emprestaram o tecto, aquele LF desapareceu à entrada do Jornal de Angola. Bons tempos aqueles. O Luís gaba-se das transformações que fez no JA. De 2 carros para a redacção passou para 40. Nós cá de fora olhamos a outros números. De 70 mil exemplares que o matutino oficial punha cá fora quando ele chegou, hoje não passa de 7 mil. Onde foram parar os outros 63 mil? Mas ninguém se deve surpreender com a falta de elegância de LF. Ele é useiro e vezeiro em emitir «cheques carecas». Quando a coisa aperta um bocadinho, apressa-se a dar com a língua nos dentes. Apanhado no meio de um regabofe de «mwatas» disse a um ex-vice-ministro que foi um ex-secretário do Conselho de Ministros que estragou aos dois o negócio do controlo dos armazéns que o «JA» detém na Cuca. Ao ex-secretário do CM não se esqueceu de dar queixa do ex-vice-ministro por alegadamente ter levado uma cisterna do Jornal de Angola. Por conseguinte, aqueles que se preparam para lhe oferecer o novo emprego na gráfica que vai emergir da transformação da rotativa do Jornal de Angola em empresa mista que se cuidem. O rapaz não tem tento na língua e nas unhas. Por fim, a alusão à ideia da construção do prédio mais alto de Luanda só pode ser tomada como o caso de mais um pobre com manias de rico.

070623-30

Já ninguém dá por ele?

Luís Fernando ia bem preparado para a entrevista que concedeu a José Rodrigues. Viu-se pelas respostas que deu. Fazia lembrar a estória do menino que decora a lição na véspera e no dia seguinte roga para que a professora lhe faça as perguntas cujas respostas já tinha engolido. De resto, quem se oferece para ser entrevistado não deixa nada ao acaso. Se a performance foi bem cuidada, os ganhos decorrentes da exposição que beneficiaria de uma entrevista de cerca de duas horas - que é quanto dura o Café da Manhã - não foram descurados. O proveito - onde está a modéstia afinal? -

começou na véspera quando o ex-director do Jornal de Angola endereçou a centenas de pessoas um Sms dando conta da entrevista que daria à Lac no dia seguinte. Alguns dos destinatários, não vá o diabo tecê-las, receberam a mesma mensagem três vezes! O Sms cuja cópia nos foi enviada - e caro Fernandinho, é escusado pensar que foi uma toupeira do JA - dizia o seguinte: «Amanhã no Café da Lac, Luís Fernando na primeira pessoa. Se der para ouvir...VK 500, e outras coisas, como projectos, enquanto jornalista e escritor. O programa começa às 7.30 minutos». O remetente 244 923… » Por conseguinte, toda aquela lenga-lenga de que está bem da vida - aqui ninguém lhe tem inveja - e que vai aos mesmos sítios para onde ia até ser exonerado foi apenas uma indicação de que LF, na verdade, já não está bem como estava há meses. Luís Fernando, como muitos outros neste país, não se sentirá bem até que a comunidade saiba e sinta que ele está bem. Não basta estar bem. É importante que os outros percebam isso. São partidas que o carácter comunitário do poder em África já pregou a muitas outras pessoas neste país. É preciso que a comunidade lhe reconheça poder, riqueza e influência. Tão grande é a pequenez destas pessoas que elas próprias nunca se sentirão bem até que a sociedade dê por elas! Terão dúvidas sobre se, afinal, estão ou não bem da vida. E LF, pelos vistos, começa a desconfiar de que já ninguém dá por ele. Teve que se pôr em bicos de pés, no que acabou por gastar mais do que a conta.

Apanhado a mentir
070623-30
Ó Fernandinho tenha dó!

Luís Fernando, este mesmo que disse que a imprensa privada envergonha a classe jornalística do país, também é um mentiroso inveterado. O entrevistador da Lac, José Rodrigues, não sabia, mas agora passa a saber, que o antigo director-geral do JA enfiou-lhe um grandessíssimo barrete. Ou seja, mentiu-lhe, não uma, mas várias vezes. Se estivéssemos numa partida de futebol e José Rodrigues jogasse à defesa, diríamos que ele levou uma surra de «cabritos». De facto, Luís Fernando mentiu-lhe - com quantos dentes tem na boca - quando se fez passar como o homem que introduziu o computador no Jornal de Angola. Não é possível! Luís franqueou as portas do JA em 1994. E, nessa altura, já a empresa estava informatizada. O matraquear das máquinas de dactilografar há muito que haviam cessado. Com essa mentira espetada ao incauto do Rodrigues, Luís

Fernando acabou por faltar ao respeito a vários dos respeitáveis homens que o antecederam na direcção do Jornal de Angola. Victor Silva e Adelino Marques de Almeida já por lá andavam quando o computador chegou à Redacção da publicação. Mas esta é uma mentira que se compreende perfeitamente para quem conhece Luís Fernando: petulante, enfatuado e cheio da soberba, mas, principalmente, um sujeito mais narcisista que o próprio Narciso, aquele que, segundo a mitologia, acabou por cair à água de tanto se ter posto a admirar a sua própria imagem reflectida num rio. Aliás, vejam bem, afinal, que ele não andava propriamente interessado em fazer crescer os níveis de «audiência» do jornal. Ao mesmo tempo que no jornal o público apenas se ia interessando pelas páginas de necrotério, ele sonhava em transformar as suas instalações no prédio mais alto de Luanda. Não admira, pois, que tenha despencado – com todo o estrépito – lá do alto da sua bazófia.

O crescimento da Igreja, o celibato, etc.
070623-30
«Podemos viver felizes sem casar»

Semanário Angolense (SA) – Sr. frei, a Igreja Católica tem perdido a nível mundial muitos fiéis e está a receber cada vez menos seminaristas. A seu ver, a que se deve este fenómeno e qual é a situação em Angola?
Frei João Domingos (Fjd) – Em primeiro lugar, diria que a Igreja Católica está a perder fiéis em alguns países europeus, mas está a ganhar em outros, como na Ásia e na América Latina e até em África. Na igreja Católica, nós temos uma experiência de dois mil anos, e sabemos que a vida tem altos e baixos. Até na vida das pessoas e das instituições é assim. Agora, aqui, estamos em alta, mas na Europa estamos em baixa. A Europa já esteve melhor, mas isto não nos preocupa muito. São fases que dependem muito das culturas dos povos e da sua caminhada histórica. A Europa, por exemplo, agora está a cair em atitudes que, a meu ver, são muito egoístas. Por exemplo, não querem ter filhos. Também buscam apenas os seus interesses, o seu prazer, nada de religião. Estas atitudes negativas são fruto do progresso económico que levou os europeus a ficarem como que deslumbrados. Depois da guerra, trabalharam muito, enriqueceram, começaram a gozar da riqueza e agora não querem ter trabalho com filhos. Há casais que querem estar sozinhos, livres, sem filhos. Contudo, na

Ásia, em África e na América Latina, a igreja está a crescer, assim como nos Estados Unidos e no Canadá. O Canadá francês diminuiu, o inglês não. A América (Estados Unidos) não tem diminuído. Tem diminuído é em termos de vocação de padres e freiras, mas tem aumentado o número de cristãos. Portanto, é uma coisa que não é linear. Aqui em Angola estamos a assistir uma caminhada em que depois da guerra há muitos jovens que procuraram a Igreja porque esta lhe possibilita os estudos. Ainda hoje estou convencido que a maior parte deles entra sem ter uma vocação muito clara. Muitos deles ficam mais centrados na questão de conseguirem estudos e os cursos, paras conseguirem se formar. Nós não estamos contra isso, eu até lutei para que o curso médio, que era um propedêutico só de igreja, passasse a ser um curso médio pré-universitário, de maneira que quem sai, já sai com um curso pré-universitário. E nós temos muitos alunos que saem com o curso pré-universitário, embora tivessem andado num seminário, com ideias de serem padres. A mesma coisa está a acontecer na vida dos estudantes de Teologia e Filosofia. São três anos e muitos saem porque já não lhes interessa a Teologia. A Filosofia interessa, porque é um curso que dá para fora. Eu noto, enfim, que uma boa parte não tem uma vocação clara. Não que andem a mentir ou que sejam hipócritas, mas andam muitos confusos.

SA – E o que é que tem sido feito no sentido de se orientar estes jovens?
Fjd – O que nós temos feito é tentar esclarecê-los, para que eles tenham ideias claras. À medida que se dão conta que este não é o lugar, que saiam. Mas a gente nota é que eles não saem, preferem primeiro acabar o propedêutico, e também não saem, porque preferem levar o propedêutico feito, que é o Puniv. Mas também não saem sem acabar a filosofia, porque lhes convém levar a Filosofia completa. Então esta é a situação real do país.

SA – E os números têm decaído muito?
Fjd – Não. Decaiu um bocado, mas não muito. Ainda temos muita gente, até me parece gente a mais. Temos de ser muito cuidadosos e saber seleccionar, porque a meu ver há muita gente sem vocação. Até me parece que em algumas dioceses tem ascendido muita gente sem se ter um certo cuidado de servimento. Eu tenho receio que entrem mesmo para padres pessoas que depois não se dão

bem, porque têm outros ideais e podem não se identificar com a ideologia da Igreja.

SA – Como é que o sr. frei encara a recente abertura da Igreja Católica relativamente à questão do casamento?
Fjd – A abertura que a Igreja tem ou poderá ter é esta: quem descobrir a um certo momento que não está no seu lugar e não se sente feliz aqui, porque encontrou uma amizade com uma mulher com quem deseja partilhar a sua vida, tem a oportunidade de dizer ao bispo que quer sair. A Igreja permite que saia com toda a liberdade, para ir e casar e ao mesmo tempo ser feliz noutro caminho. Esta é a abertura que existe e nunca deixou de existir. Agora, quanto a padres casados poderem continuar a trabalhar como padres, a Igreja ainda não abriu esta porta e nem creio que vá abrir facilmente. Dizer que daqui para a frente qualquer um pode ser padre, também creio que não. Porque até a própria Igreja Ortodoxa Grega que sempre aceitou padres casados, só aceita que eles casem primeiro, depois é que os ordena e nunca o contrário.

SA – Mas há alguma razão especial?
Fjd – Eu vejo por mim. Se eu tivesse mulher e filhos, primeiro nunca teria vindo para Angola. Segundo, eu tinha que me dedicar mais à mulher e aos filhos do que à Igreja, ao passo que assim não. Tenho todo o meu tempo para me dedicar mais aos cristãos, à escola, Iccra ou João Paulo II, às pessoas. Enfim, estou totalmente livre. Não casar exige um certo sacrifício, mas não é uma coisa do outro mundo. Há muita gente que opta por não casar. Mesmo estando livre, não casa. Em certos momentos da minha vida tive de fazer grandes sacrifícios. Quando encontrei amizades boas com algumas mulheres, realmente passei por uma crise de reflexão, ponderação e oração, mas acabei por ver que este era o meu lugar e acabei por aceitar. E agora vejo que passei por bocados maus, mas nunca tão maus como estão a ver que passam certas pessoas casadas. Pessoas que casaram mas que não estão com menos problemas do que eu. Pelo contrário, estão com mais problemas.

SA – Não quer com isto dizer que o casamento é uma coisa má?
Fjd – Não. O casamento é uma coisa boa, é um caminho normal para toda gente. Mas se alguém tiver vocação para padre, pode ir para a frente porque se pode viver esta vocação sem casar.

Frei João Domingos em diálogo aberto com o SA
070623-30

O padre dos pobres

«Apelo ao Governo para que não se deixe enamorar pelas grandes obras que só dão muita visibilidade e imagem para fora e que se preocupe mais com o povo»

Ana Margoso

Chegou a Angola há 25 anos, depois de muita relutância. Hoje tem o país no coração, e aqui pretende ficar por muitos e bons anos. Formado no Canadá, nasceu na Guarda, região nortenha de Portugal em 1933. Entrou para a vida cristã com apenas 18 anos, fez o voto com 21 e aos 24 foi ordenado padre. Aos 26 anos, o frei João Domingos já dirigia um seminário na sua terra natal. Durante vinte e três anos dedicou parte da sua vida ao sector da educação. Embora passe a maior parte do tempo em Luanda, o reitor do Instituto Superior João Paulo II e do Instituto de Ciências Religiosas (Iccra), que ajudou a criar, esteve durante seis anos no município do Waco Kungo, província do Kwanza Sul, onde desenvolveu diversas actividades e manteve contacto directo com a população de quem guarda bastante estima. Através da Mosaico, organização da sociedade civil para a qual também trabalha, tem desenvolvido diversas actividades pelo interior do país. Homem afável e sempre com tempo para aconselhar os jovens, o frei João Domingos tem acompanhado a par e passo a vida política e social do país. Foi com este religioso, homem sábio e frontal que o Semanário Angolense manteve um interessante diálogo. Para começo de conversa, o clérigo considera que o alto nível de mortalidade infanto-materna e a epidemia da cólera constituem uma vergonha para Angola, apesar das vitórias alcançadas nos últimos anos de paz. Ele também apela o Governo a não se deixar deslumbrar por obras faraónicas que apenas proporcionam imagem e visibilidade para fora. Numa palavra, que os governantes se preocupem mais com o povo. Não obstante as difíceis condições de vida para a maioria do povo, este não se sublevará. Sofrerá calado, acredita o frei. Semanário Angolense (SA) – É visto em alguns sectores como um «revolucionário»… Frei João Domingos (Fjd) – Tenho como missão defender os pobres e a justiça social. Se queremos paz, temos que defender a justiça social, defender a paz e intervir em situações em que podemos ajudar, dando orientação, criticando. Aceito todos os convites que me são feitos,

de rádios, televisão, jornais, etc.porque o meu intuito é ajudar as pessoas a abrirem os olhos, a reconhecerem a verdade, a justiça, a fugirem do pecado, a fugirem dos erros, a fugirem da corrupção e serem melhores, porque eu sei que este é o caminho da felicidade das pessoas. Quanto melhores forem, mais felizes são, quanto mais fiéis forem no casamento, mais felizes são, quanto mais a juventude apostar nos estudos, mais feliz é. Por isso passo a minha vida dedicada à educação, seja na igreja, seja aqui. SA – Sr. frei, como vê Angola actualmente, em termos sociais, económicos e políticos? Fjd – Primeiro, estou contente por Angola estar finalmente em paz. E mais uma vez digo que o modo como Angola realizou os acordos de paz foi exemplar. Marcou a história de Angola e marcou a África e o mundo. O país ganhou prestígio a nível internacional. Temo-lo visto até nas Nações Unidas, agora com a nomeação para a comissão dos direitos humanos desta organização. Isto porque Angola resolveu o seu conflito sozinha e de uma maneira tão pacífica que a guerra acabou mesmo, permitindo que vencidos e vencedores ficassem em plano de igualdade, como irmãos. Ora, este gesto marcou o futuro de Angola, e eu espero que marque mesmo o andamento da vida. Por outro lado, tenho muita confiança no exército angolano. É um exército forte; creio que só a África do Sul tem um exército mais forte que o nosso. Por isso, para toda a espécie de coisas, os países que têm problemas olham logo para Angola como uma hipótese de ajuda, pois sabem que têm aqui uma força que os pode ajudar. São os casos do Congo, Costa do Marfim e outros países. E a provar isto, os Estados Unidos querem que Angola participe da força de manutenção de paz da União Africana, porque existe uma confiança no exército angolano. Depois veja: no desporto, continuámos a somar muitos sucessos em modalidades como o Andebol, onde as meninas já conseguiram 12 campeonatos, o basquetebol, enfim… Além disso, a economia está num momento de crescimento muito forte, embora não nos devamos esquecer que é graças ao petróleo e ao diamante. A nível de produção, as populações que vieram da guerra estão a produzir o bastante, pelo menos para a sua auto-sustentação, o que significa uma melhoria grande. Porém, faltam os serviços, falta a água potável, energia eléctrica, faltam centros de saúde, faltam escolas ainda para muita gente. A este nível tenho que apelar muitas vezes ao Governo para que não se deixe enamorar pelos grandes projectos, projectos estes que dão muita visibilidade, muita imagem mas só para fora. Que o Governo se

preocupe mais com o povo, e que vá resolvendo os problemas fundamentais, que são muito mais importantes, como a questão da água, da luz, etc. para evitar doenças como a cólera e outras que andam por aí e que até já nos envergonham. É preciso diminuir a mortalidade infanto-materna. Para isso temos que criar maternidades mais preparadas e ajudar as mães. Temos que dar talvez um abono de família melhor, para que as crianças tenham melhor alimentação e que vivam mais saudavelmente e não tenhamos a vergonha que temos de estar quase no pico dos países com altos índices de mortes de crianças e mães. SA – Parece reunir consenso a ideia de nunca mais se retornar à guerra em Angola. Mas há quem diga que daqui para a frente teremos muitos problemas sociais. Qual é a sua opinião relativamente a esta questão? Fjd – Não acredito no regresso à guerra. Mas a nível social, problemas como os que estamos a viver com a juventude, a delinquência, creio que vão aumentar. Eu não gostaria, mas sinto que vão aumentar. Aliás, há uns cinco ou oito anos, eu já havia avisado para aquilo que está a acontecer hoje. Tanta juventude aqui em Luanda, sem uma ocupação, iria transformar-se num problema e está a sê-lo. São problemas que temos de resolver. SA – O fosso entre ricos e pobres não contribui para esta violência toda? Fjd – Quando eu dizia, há bocado, que era preciso ter mais em atenção o povo, estava a referir-me exactamente a isto. Nós temos que investir mais para melhorar a vida das populações a nível local, a nível de bairro, a nível rural. É inevitável, se não fizermos isto, esse fosso. Isto vai criar inveja, descontentamento, roubos, etc. E não podemos ir todos para condomínios fechados. Nós não podemos criar uma situação em Angola em que temos de viver todos armados, com guardas, com grades, etc. É melhor liberalizarmos mais a nossa acção social para com os pobres para que não haja tantos pobres, nem pobres tão pobres. E então nós teremos uma vida melhor para todos, ricos e pobres. SA – Estamos em tempo de registo eleitoral e possivelmente as eleições serão realizadas em 2008, num país onde a maior parte da população está descontente com as actuais condições de vida. Como a Igreja Católica encara esta situação? FJD – Primeiro, é deveras importante que as eleições sejam realizadas nos prazos previstos e que não haja mais adiamentos, uma vez que o nosso povo não tem ainda hábitos de democracia. Já há muito tempo que não há eleições. Mas nós precisamos também realizar eleições autárquicas, porque é aí que o povo mais directamente sabe avaliar as pessoas e escolher, e estas é que são

mesmo educativas para a democracia. Se vamos adiar estas mais uma vez, nós nunca mais chegaremos às autárquicas. Segundo, que o registo se faça o melhor e o mais completo possível. Compreendo que não se possa fazer no estrangeiro. Lamento, mas compreendo. E não vou agora pedir a última da hora que se faça, até porque não é razoável pedir isto. Seria importante se tivéssemos todas as condições criadas, mas são poucos os países que conseguem organizar-se para realizar eleições no estrangeiro. Angola tem ainda muitos problemas por resolver e não creio que este ano seja possível fazer-se este trabalho. Mas espero que se faça um trabalho possível, de maneira a dinamizar as pessoas, tanto a nível de rádio, televisão, etc., para o registo. Recentemente tive a alegria de falar com os meus alunos sobre o registo e só um não se tinha registado, porque há tempos quando lhes perguntei, metade não tinha se registado e levaram um sermão. Portanto, espero que as eleições sejam realizadas em tempo e eu creio que vão correr bem. Acredito muito no nosso povo. Depois, que não se demore a fazerem-se as autárquicas, porque dou mais valor às autárquicas. SA - O sr. frei tem andado um bocado por este país a fora. Qual é o sentimento do povo relativamente às eleições? Sente que o povo receia o acto? Fjd - Tenho notado que há muita gente que não tem grande interesse em participar no registo. Eu até diria que não tem grande interesse em participar nas eleições. Isto deve ser atribuído a quê? A culpa é de quem? Será que não estão contentes com a vida que Angola tem? Creio que é uma das causas, a situação não lhes agrada, não vêem melhorias suficientes desde a paz. Ouvem muitas promessas, mas eles próprios tomam consciência da realidade, das promessas que não se cumprem. E das que se cumprem apenas parcialmente. Então, há uma atitude de desinteresse. Por isso é que eu tenho medo. Nem é sequer uma atitude de dizer, «eu não vou votar neste», porque aí mostrariam interesse em votar em outro. Creio, em primeiro lugar, que é devido a isto. Em segundo lugar, há uma falta de educação do povo para a participação cívica. O nosso povo só teve eleições uma vez. O nosso povo durante o colonialismo nunca foi chamado a participar, ao contrário, era coibido. O nosso povo, durante o tempo do marxismo, nunca foi chamado a participar, ao contrário, devia obedecer e calar. Depois é que veio a abertura em 1991, mas com a guerra não chegou a treinar-se. Fizeram-se as eleições, correu tudo muito bem, mas depois veio a guerra e o povo ficou traumatizado. SA - Não poderia terminar esta

entrevista sem lhe fazer uma pergunta: na sua opinião, o que será preciso fazer para se combater a corrupção em Angola? Fjd – A corrupção é um mal que infelizmente está enraizado cada vez mais entre nós e que é preciso combater, porque poderá trazer consequências muito graves para o futuro do país. Sou de opinião que é importante que surja uma figura com credibilidade e acima de qualquer suspeita para liderar uma instituição séria e que tenha mesmo como principal objectivo punir na realidade toda aquela pessoa que for apanhada a roubar, não importando cargos, muito menos nomes. E Angola não vai conseguir sair desta teia onde se encontram, com empresas que fazem auditoria a participarem em esquemas que depois não levam a nada. SA – O Sr. acredita que a actual situação poderá levar a alguma sublevação vinda da população? Fjd – O povo não fará nada em especial. O povo sofrerá, mas calado. O nosso povo já é de si pacífico. Em todo o colonialismo foi impedido de criar uma ideia de participação e de acção. O marxismo também impediu, depois a guerra, depois aquele trauma do 27 de Maio de 1977. Queiramos ou não foi um trauma. Não quero julgar ninguém, mas aquilo foi um trauma para a nação. E tenho encontrado muita gente que diz: eu prefiro que a minha filha viva, a meter-se nestas coisas e ser morta. Portanto, existe muita gente a avisar os filhos que não quer manifestações, não querem atitudes de refilanços nem nada, porque têm medo. Este medo perdura. Acho que não há perigo de sublevações. Tem de ser um nível mais de tomada de consciência, em que a Igreja deve ajudar. Acho que a igreja tem de ajudar mais do que está a ajudar. As igrejas cristãs, e não só a Igreja Católica, devem ajudar a criar uma vida moral na nação que evite estes exageros. Eu já sei que não evita a corrupção, totalmente, mas que evite o exagero dessa acção que é a ostentação da riqueza, a corrupção, que francamente não respeita nada, nem ninguém. SA – Corrupção esta que parece já ter invadido a própria Igreja? Fjd – Na Igreja ainda não tenho visto. Agora, há homens da Igreja, homens católicos metidos nisto, e mulheres também. A Igreja como tal, não vejo muito metida na corrupção porque também não tem posses. O que ela tenta é às vezes arranjar um terreno aqui e outro ali, porque precisa deles. A igreja católica neste aspecto até foi muito desleixada, porque cresceram bairros e ela não se preocupou em arranjar terrenos. Hoje as pessoas estão lá e não há terreno para se construir igrejas. SA – Como vê o surgimento de muitas religiões em Angola, com maior incidência em Luanda? Fjd – Creio que há aí uma

coisa que é generalizada. Aconteceu com os partidos, surgiram muitos partidos. Agora são as seitas religiosas. Apareceram também muitas Ong's… Enfim, a verdade é que existe muita gente com dinheiro por detrás destas igrejas. São organizações de dinheiros ou de outros interesses piores, desde lavagens de dinheiros e de certos países que estão infiltrados aqui, através destas seitas, com seus interesses próprios, económicos, influências e talvez uma intencional divisão das igrejas grandes, para que essas não tenham muita força para falar e para se impor no campo da política. Os Estados Unidos são um desses países que tem isto como critério, tem medo da força da igreja e tem trabalhado muito para criar igrejas. Eles criam uma igreja para meter lá o dinheiro dos impostos e assim já não pagam ao Estado o dinheiro que deviam pagar. E isto faz com que eles todos queiram criar uma igreja, porque tendo uma igreja existe mais hipótese de ter mais igrejas. Assim como os partidos. SA – Frei, a Igreja Católica tem recebido do Governo um subsídio anual de um milhão de dólares. Confirma? Fjd – Não. A Católica recebe 750 mil dólares. E outros 750 são dados a Universidade Agostinho Neto. É provável que a Metodista também tenha a mesma quantia. Suponho, não tenho dados sobre isto. A princípio, o subsídio para a Universidade Católica era de 1 milhão e quinhentos mil dólares por ano, mas a Agostinho Neto refilou, e com razão, e então deram metade à católica e metade à Agostinho Neto. SA – É visto em alguns sectores como um «revolucionário»… Fjd – Tenho como missão defender os pobres e a justiça social. Se queremos paz, temos que defender a justiça social, defender a paz e intervir em situações que podemos ajudar, dando orientação, criticando. Aceito todos os convites que me são feitos, de rádios, televisão, jornais, etc., porque o meu intuito é ajudar as pessoas a abrirem os olhos, a reconhecerem a verdade, a justiça, a fugirem do pecado, a fugirem dos erros, a fugirem da corrupção e serem melhores, porque eu sei que este é o caminho para a felicidade das pessoas. Quanto melhores forem, mais felizes são. Quanto mais fiéis forem no casamento, mais felizes são. Quanto mais a juventude apostar nos estudos, mais feliz é. Por isso passo a minha vida dedicado à educação, seja na igreja, seja aqui.

Cabinda

O problema está nos «padres políticos»

SA – Como o sr. frei analisa actualmente a relação entre o povo de Cabinda e a Igreja Católica depois do caso «Dom Filomeno»? Fjd – Acho que a maior parte da população de Cabinda não é assim tão avessa a continuar, como está, ligada à Angola. Há um grupo, talvez mais intelectual, entre eles os padres, que demonstram uma atitude muito forte a favor da independência. Entendo esta atitude. Quase todos eles estudaram em países vizinhos, que são francófonos, porque Angola estava em guerra e não interessava a ninguém vir para aqui no meio da guerra. Ficaram ali, fizeram amizades lá e tornaram-se mais identificados com aquelas culturas. Angola estava longe. Dá para compreender. Agora, tenho a impressão que os acordos assinados entre o Governo e a Flec hão-de dar resultados. Penso que o povo de Cabinda está satisfeito e que o problema está em algumas pessoas, em alguns padres, e não propriamente no povo. A nível da Igreja, houve realmente um problema, mas que veio deste problema político. Padres que sendo padres, estando na igreja, usaram a sua autoridade moral e a sua credibilidade para liderar um processo que eles achavam que era bom para o povo, para defender o seu povo, e portanto fizeram isto. Ora aí é que se criou o problema. Eles têm todo o direito de ter essas ideias, só que, como padres ou fazem um trabalho de padres, isto é, têm de ser padres para todos e não apenas para os que almejam a independência, ou então têm de seguir e optar por estes movimentos e exercer a sua política nestes movimentos. Houve esta confusão, porque eles não quiseram sair, porque aqui é que têm autoridade e credibilidade. Mas a Igreja não pode apoiar este tipo de iniciativas, e, portanto, aconteceu o que aconteceu. Creio que está superado o problema, não na sua totalidade, mas acabará por se resolver. Não sei se todos acabarão por voltar ao serviço pastoral, mas de todo o modo têm um bispo inteligente e compreensivo que os pode ajudar e aconselhar.

Último sermão

Muito cuidado com a Sida e com a homossexualidade

O frei João Domingos acredita que devido a factores culturais o continente africano sofrerá consequências graves por causa da pandemia

SA – O que significa para si a homossexualidade?
Fjd – Tenho uma longa caminhada e experiência a lidar com estes casos. Trabalhei, durante 23 anos, três meses

de cada ano nos Estados Unidos da América, num centro de aconselhamento onde havia muitos casos de homossexualidade, de homens e mulheres, além de outros problemas. Os Estados Unidos, Inglaterra e outros povos do Norte estão muito afectados pela homossexualidade, de um tempo para cá. O problema, a meu ver, é pessoal e é social, porque a maior parte destes casos não nasceu com essa tara que nós vemos, de sexo misto, sexo feminino… Não, não são normais. Por razões psicológicas, talvez traumas familiares, talvez faltas sociais, eles preferiram ligar-se a amigos e amigas. Ao ligarem-se mais a amigos do que a amigas, os homens, com o tempo, foram sentindo necessidade de uma certa manifestação de amizade, carinho, beijos e abraços e passaram então à homossexualidade. Depois disso é que vêm dizer «não, nós temos direitos, nós temos que ser respeitados, nós temos direito de casar», etc., etc.. Tudo isso, a meu ver, é um exagero. O homem não nasceu para casar com outro homem e nem a mulher com outra mulher. E não há nada que explique isso, a não ser uns poucos casos raros de pessoas que biologicamente têm este problema. Mas não todos, alguns apenas. Na minha opinião, é um desvio, um hábito em que a pessoa caiu e depois tem dificuldade de sair dele. É uma dependência, é como outro vício qualquer. Não os condeno, até sou compreensivo com eles. Já ajudei muitos a saírem disto e saíram. Não estão lá todos por vontade. E muitos ao proclamarem bem alto que têm direitos e tal, não é nada mais para terem as suas consciências em paz, por que eles sabem muito bem que não estão numa situação normal. Saber dá-lhes uma consciência de culpabilidade, e as manifestações é tentarem que os outros os aprovem. Mas ninguém tem nada que aprovar. Se eles estão nessa via que acham que é boa, não têm nada que estar a pedir aos outros que os aprovem.

SA – E como encara o casamento entre eles? Afinal, em alguns países já é permitido o casamento entre homossexuais.
Fjd – Para mim continua a ser uma tentativa da parte deles de justificação social de que estão bem. Infelizmente, neste momento, em alguns países certos parlamentos estão mais interessados no voto do que no bem das pessoas, numa regra moral. Interessados no voto vão apanhar tudo que apareça para ganhar votos, para parecerem modernos, para parecerem actuais. Tanto acontece isso no casamento de homossexuais, como em outras zonas sociais. Para mim, também é um erro destes parlamentos e destas autoridades, que deviam visar o

bem comum das pessoas e a lei normal e natural das coisas, do que estarem a aprovar tudo o que apareça, porque não é um bom serviço que prestam às pessoas. Mas nós, a Igreja, respeitamos essa gente, convivemos com eles. Aliás, conheço vários com quem lido, com quem vivo.

SA – A pandemia da Sida tem dizimado milhares e milhares de pessoas no mundo inteiro, com maior realce para o continente africano. A Igreja Católica é contra o uso do preservativo e a favor da abstinência. Acredita que os fiéis católicos têm seguido o vosso conselho e se abstido do sexo antes do casamento? Fjd – Não sei se têm seguido. O que me parece é que nem toda a gente, entre católicos e não católicos, tem usado o preservativo. Daí o aumento da Sida em África. Porque culturalmente o africano não está preparado para usar a camisinha. E também culturalmente está preparado para relações sexuais prematuras e frequentes e com diversas mulheres. Portanto, nós temos aqui um problema que acabará por ser muito grave para a África. Se não tiver cuidado, África vai perder muita gente, homens e mulheres por causa desta doença. Mas o caminho de solução também não é a camisinha, porque nem eles a usarão, porque a maior parte não as quer usar. Além disso, a camisinha traz um outro mal, e por isso é que a igreja católica está tão reservada no que respeita à camisinha. É que com a camisinha dá-se a ideia de que está tudo bem, que se pode fazer sexo com quem quiser, meninos de 12, 13, 14 anos, porque está tudo salvo. Ora, esta maneira de falar e de educar vai criar o quê? Vai criar uma juventude ainda mais promíscua no sexo do que era até aqui, e quanto mais sexo houver, sobretudo sexo indiscriminado, mais desgraça da Sida haverá. A minha posição e da Igreja Católica é que se deve educar as pessoas à abstinência até uma certa idade adulta, para que os jovens aprendam a estudar, formar-se, aprendam a ser amigos, mas amizade sem compromisso, e a absterem-se do sexo, deixando isso para mais tarde. Quando já tiverem um emprego, um curso, um salário, então pensem no casamento e resolvam o problema. Não fiquem numa vida de promiscuidade, hoje com esse, amanhã com aquele, porque isso não os prepara sequer para o casamento. Porque se eles casam com esses hábitos, depois vão continuar com eles. Então, estraga-se o próprio casamento, estraga-se a própria família, estraga-se a educação dos filhos. Então é uma série de problemas que nunca mais se resolvem. Porquê? Porque na juventude não souberam viver como jovens, uma época que

é para viver a juventude, amizade, convívio, desporto e ao mesmo tempo terem uma oportunidade de tirar um curso para puderem arranjar um emprego e terem um salário. Deviam trabalhar mais nisso. A Igreja apela muito à fidelidade depois do casamento, e no caso de houver namorados, apela-se muito à fidelidade ao namorado ou namorada. Não andarem a misturar-se. No caso de quem já tem a doença ou, nesse caso, vai ter relações com alguém, então aí usar o preservativo

Cansaram-se dos impropérios de Jorge Tadeu e seus companheiros
Gambôa e Lisboa Santos queixaram-se à Dnic

Ainda não se sabe se o ministro da Cultura, Boaventura Cardoso, reagiu às diatribes lançadas contra ele por Jorge Tadeu e se terá decidido colocar no seu devido lugar o chefe da seita portuguesa, que anualmente embolsa milhares de dólares saídos de Angola num processo de evasão de capitais. Mas o certo é que tanto o antigo bispo Fleitas Gambôa quanto Lisboa Santos, ex-responsável do Instituto dos Assuntos Religiosos (Inar), procuraram não deixar os seus créditos por mãos alheias. Lisboa Santos, soube o Semanário Angolense, apresentou queixa à Direcção Nacional de Investigação Criminal (Dnic), acusando Jorge Tadeu de difamação. Recorde-se que quando foi do escândalo despoletado em torno de um controverso donativo da Sonangol para a Igreja Maná, Jorge Tadeu afirmara que o antigo director do Inar tinha planos de desviar o dinheiro em conluio com Fleitas Gambôa. O português acusou, igualmente, o bispo Fleitas de querer apropriar-se dos dólares e dividir a sua seita. Na realidade, o líder da Maná pretendia que o dinheiro doado pela Sonangol fosse investido no pagamento da primeira tranche da compra de um novo jacto, como se não bastasse o que já tem e se encontra estacionado na África do Sul. A escola e o posto médico, que tinham de ser construídos, deveriam esperar mais algum tempo, pois antes o «apóstolo» tinha de satisfazer os seus caprichos pessoais. «Eles agora já não conseguem esconder, tanto é que a própria esposa não se coibiu de pedir aos crentes que reforcem as ofertas para a compra de um avião para levar Jesus a todos os cantos», explicou uma fonte do Semanário Angolense. Quanto a Fleitas Gamboa, este, por sua vez, pretende levar aos tribunais os dois novos responsáveis da Maná em Angola, nomeadamente o patrão da Misand Bussiness, Miguel de Carvalho, e Joaquim Muanda, que actualmente cuida da parte eclesiástica da seita. Eles

são acusados de crimes de difamação e danos morais. Além destes processos, o Semanário Angolense apurou igualmente que existe um outro movido por nove indivíduos que prestavam serviços em tempo integral à Maná, com contrato firmado.

Os 10 Mandamentos para o automobilista

O Vaticano deixou de lado, nesta terça-feira, 19, as questões estritamente teológicas para divulgar as suas próprias regras de trânsito, um compêndio sobre os aspectos morais da condução de veículos automóveis. As 36 páginas das «Directrizes para o Cuidado Pastoral da Estrada» contêm dez mandamentos abrangendo questões como a ira ao volante, o respeito aos pedestres, a manutenção do veículo e como evitar gestos rudes na hora de dirigir. «Os carros tendem a trazer o lado ´primitivo´ dos seres humanos, produzindo, portanto, resultados bastante desagradáveis», diz o documento. O texto faz um apelo às «tendências nobres» do espírito humano, pedindo responsabilidade e autocontrolo para evitar a «regressão psicológica» tantas vezes associada ao acto de dirigir. Diz o 5º Mandamento: «Carros não devem ser para ti uma expressão de poder e dominação, e uma ocasião para pecar». Questionado em entrevista colectiva sobre qual seria a tal «ocasião para pecar», o cardeal Renato Martino disse: «Quando um carro é usado como lugar para o pecado». Um trecho, na secção «Vaidade e Glorificação Pessoal», certamente vai incomodar os donos de Ferraris e de outros carros pelos quais os italianos são apaixonados. «Os carros prestam-se particularmente a serem usados pelos seus donos para a exibição e como meio de ofuscar o brilho de outras pessoas e despertar um sentimento de inveja». O manual também estimula o automobilista a não agir de forma «insatisfatória ou que mal seja humana» e que evite um «comportamento desequilibrado, a falta de polidez, os gestos rudes, o insulto, a blasfémia». Rezar ao volante é algo incentivado. A Cidade do Vaticano, o menor Estado soberano do mundo, praticamente não enfrenta os problemas citados no documento. Apesar de estar cercado pelo caótico trânsito romano, o minúsculo país tem apenas cerca de mil carros, e o limite máximo de velocidade é de 30 quilómetros por hora. O último acidente dentro das muralhas do Vaticano, segundo uma fonte oficial, ocorreu há cerca de um ano e meio e provocou danos mínimos.

A seguir, os 10 Mandamentos para o automobilista:

1. Não matarás.
2. A estrada deve ser para ti um meio de conexão entre pessoas e não um local com risco de vida.
3. Cortesia, sinceridade e prudência ajudar-te-ão a lidar com eventos imprevistos.
4. Seja caridoso e ajude o próximo em necessidade, especialmente vítimas de acidentes.
5.Os carros não devem ser para ti uma expressão de poder e dominação, e uma ocasião para pecar.
6. Caridosamente convença os jovens e os não tão jovens a não dirigir quando não estiverem em condições de fazê-lo.
7. Ajude as famílias de vítimas de acidentes.
8. Una motoristas culpados e assuas vítimas, no momento oportuno, para que possam passar pela libertadora experiência do perdão.
9. Na estrada, protegeis os mais vulneráveis.
10. Sinta-se responsável pelos outros.

070623-30

Projecto da Prodiam e Cimerca avaliado em 50 milhões de dólares
Condomínio de luxo em Cabinda

Fútila Sea Breeze é a designação de um projecto imobiliário lançado esta quarta-feira, 21, em Cabinda, que pretende revolucionar o sector imobiliário na província mais ao norte de Angola. Trata-se de um projecto de construção de casas de alto padrão de qualidade, destinadas a pessoas que procuram excelentes condições de habitabilidade, segundo os mentores do referido projecto, que serão construídas na localidade de Fútila. As moradias serão construídas numa zona costeira do município escolhido, numa localidade que oferece uma excelente paisagem turística e abarcará uma área de 10. 48 hectares. O Fútila Sea Breeze é uma iniciativa da Servicab, um consórcio que integra duas empresas de direito angolano, nomeadamente a Prodiam e a Cimerca. Localizado a três quilómetros do campo petrolífero do Malongo e a 15 de cidade de Cabinda, o condomínio será executado em duas fases e deve ser executado até 2010. Está projectada a construção de 288 apartamentos e 21 casas familiares, dos tipos T1, T2 e T3. A primeira fase arranca ainda este ano, abarcará um total de doze edifícios multi-familiar, contendo cada um 24 apartamentos de todo os tipos, contabilizando 288 apartamentos, aos quais se juntam 17 casas familiares do tipo T3. Na segunda fase vão ser construídos três

edifícios multi-familiares com 24 apartamentos de todos os tipos e mais 17 residências familiares do tipo T3. Concebido de forma a oferecer conforto aos seus habitantes, o condomínio oferecerá ainda um centro social, centro de negócios, centro administrativo, ginásio, trilho de atletismo, campo de ténis e basquete, reservatório de água potável, estação de tratamento de resíduos sólidos e líquidos, ginásio, piscina, repuxo de água, restaurante e grill, doca para barcos de recreio, campo ténis e um calçadão. Orçada em 50 milhões de dólares, a iniciativa foi bem recebida pelos habitantes da província, porque além de oferecer moradias deverá também criar muitos empregos directos e indirectos, tanto na fase de construção como depois de concluído. Após a sua conclusão, de acordo com os seus mentores, pretende-se que o condomínio seja gerido por uma associação de condóminos, de forma a preservar e garantir um alto padrão de vida aos seus moradores. Apesar desta incursão no sector imobiliário, com o Fútila Sea Breeze, as duas empresas que integram a Servicab (uma empresa angolana de logística, prospecção e produção de hidrocarbonetos com escritórios em Cabinda e Luanda), têm «navegado» sobretudo em negócios ligados ao sector petrolífero. A Prodiam, uma conhecida empresa fundada pelo engenheiro Pedro Godinho, actua no ramo de exploração e produção de hidrocarbonetos, estando também na área de prestação de serviços à indústria petrolífera, enquanto que a sua parceira – a Cimerca – está também no negócio de prestação de serviços ao sector petrolífero, oferecendo sobretudo serviços técnicos, logística, aprovisionamentos e gestão de projectos. O Fútila Sea Breeze foi concebido pela firma Edi Architecture, Inc, provedor do design arquitectónico, engenharia e gestão de projectos, tendo sido galardoada em planeamento e arquitectura. Esta empresa possui escritórios em Luanda e em muitas das cidades norte-americanas, entre as quais se destacam Houston, Califórnia, Nova-Iorque, San Francisco e Texas. A assessoria jurídica deste magnífico projecto está sob a égide da firma de Advogados americanos Thompson and knight, LLp, sedeada em Houston, Estado Norte-americano de Texas. É representada em Angola pela firma do conceituado jurista angolano Carlos Feijó, um dos conselheiros jurídicos do Fútila Sea Breeze.

070623-30

Novo Ceo da companhia anuncia maior intervenção em África

Com a eleição do novo Ceo, sigla que, em português, equivale a Presidente do Conselho de Administração (Pca), a multinacional Bhp Billiton pode passar a entender melhor e a considerar o potencial do continente africano em termos de recursos, tal como declarou, em Luanda, o Presidente da Bhp Billiton em Angola, Augusto Paulino Neto. Falando num encontro que reuniu, na capital angolana, altos executivos da multinacional australiana, sobretudo ligados à exploração de diamantes, felicitou a eleição do executivo de origem sul-africana que já desempenhou outras funções de destaque na empresa. Marius Kloppers foi eleito, no princípio do ano, para a liderança do Ceo da companhia de recursos naturais Bhp Billiton em substituição de Chip Goodyear que anunciou, em Fevereiro, a sua retirada da multinacional. Em Luanda, onde se reuniram, recentemente, executivos da multinacional ligados à exploração de diamantes, a eleição de Marius Kloppers não só foi recebida com alguma satisfação como, ainda, foi vista como um sinal de melhores oportunidades para o continente Africano. O encontro de Luanda serviu para um maior aprofundamento sobre o curso dos negócios da Bhp Billiton em Angola, desenvolvidos em parceria com a Escom Mining. Vários aspectos estiveram em abordagem, ao longo do encontro, a exemplo das ideias trocadas em torno da manutenção da boa imagem que a multinacional exibe na actualidade em África, e a necessidade de apoiar os esforços da Endiama na formação de quadros e no desenvolvimento de programas sociais nas áreas de concessões através do seu braço social, a Fundação Brilhante. Os executivos falaram da necessidade de maior dedicação para que se possa ultrapassar os desafios que se colocam face aos projectos que a companhia pretende desenvolver no país, assim como trocaram ideias e experiências, ao longo do encontro, visando a construção de relações sólidas e necessárias para melhor contribuir no crescimento e desenvolvimento de Angola.

070623-30

Multinacional oferece oportunidade de emprego a licenciados angolanos

Bhp Billiton caça talentos

Um programa de selecção de talentos oferece a jovens angolanos a oportunidade de trabalhar para a Bhp

Billiton, multinacional de origem australiana que reclama o título de gigante mundial da indústria de recursos naturais, tal como apurou este periódico junto da empresa. Em Angola, onde opera no sector diamantífero em parceria com a portuguesa Escom Mining, a Bhp Billiton divulgou anúncios em jornais locais através dos quais foram seleccionados jovens angolanos já licenciados ou finalistas de várias universidades para concorrerem a um programa de caça de talentos suportado pela multinacional. A empresa passa, assim, a aplicar em Angola o programa Greenshoot, nome pelo qual atende esta caça de talentos, que tem sido executada com periodicidade anual e com bastante êxito noutros países em que a Bhp Billiton está instalada. No país é a primeira vez que a companhia executa o programa. Uma vez seleccionados, mediante concurso público, os candidatos são submetidos a uma formação intensiva ao mesmo tempo em que passam a trabalhar, como estagiários, para a empresa durante o período de um ano. O objectivo deste tempo de estágio, segundo apurou este jornal, é o de dotar os jovens seleccionados de conhecimentos práticos sobre as normas e valores da companhia bem como sobre as suas especificidades. Findo o período de estágio, os candidatos com melhor desempenho serão enquadrados definitivamente como funcionários da mais prestigiada empresa mundial do sector de recursos naturais. No caso de Angola, segundo se apurou, os candidatos seleccionados serão encaminhados para países onde a empresa desenvolve projectos mineiros para, findos os 12 meses de estágio, serem enquadrados nas operações da Bhp Billiton em solo angolano, com oportunidades de desenvolvimento de carreiras sólidas e formação contínua em vigor no grupo. De origem australiana, a Bhp Billiton é a líder mundial na indústria de recursos naturais. Em Angola, a empresa trabalha em parceria com a Escom Mining no desenvolvimento de estudos geológicos para a exploração de diamantes nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Bié, assessoria técnica e apoio financeiro prestado à Endiama Pesquisa e Produção.

070623-30

O projecto por dentro

A ServiCab, a sociedade que se propõe construir o Fútila Sea Breeze, tem como seus principais rostos os empresários Pedro Godinho, um engenheiro ligado aos sectores dos petróleos e dos diamantes, e Alex

Casimiro, detentor de uma empresa de recursos humanos designada Cimerca, que contrata trabalhadores para o sector petrolífero. Depois de revezes empresariais que duraram décadas inteiras, o velho nacionalista angolano, herói da luta de libertação nacional e deputado Assembleia Nacional pelo Mpla, Mendes de Carvalho, pode ter encontrado no projecto Fútila Sea Breeze a recompensa para os seus desajeitados esforços empresariais. O velho Mendes de Carvalho detém uma participação accionista no Fútila Sea Breeze, ocupando na empresa o posto de presidente da mesa da Assembleia-geral. Para o projecto, a empresa contratou prestigiadas empresas nacionais e estrangeiras para cuidarem dos aspectos da concepção e também dos aspectos legais. O projectista é uma empresa dos Estados Unidos da América chamada Edi Architeture, que concebeu a sede da Sonangol em Houston, Texas, a de Chevron em Cabinda, as Torres Atlântico e o projecto Baia de Luanda, na capital do nosso país. Os aspectos legais, muito importantes para a viabilidade do projecto, ficaram a cargo da firma de advogados também estado-unidense Thompson and Knight, com vasta experiência no sector imobiliário, e que contou com o concurso da empresa de advogados de Carlos Feijó, o jurista que concebeu a Lei da Terra em Angola. Da parte da Thompson and Knight, o estabelecimento dos aspectos legais foram concebidos pelo jurista estado-unidense Popper, com 25 anos de experiência em projectos negociais, incluindo o mobiliário, e mais de cinco anos em projectos para joint-ventures envolvendo empresas angolanas. O peso do aconselhamento jurídico obtido pela ServCab parece ter determinado as questões do financiamento do projecto, assumido pelo Banco de Fomento Angola, que para além de ter disponibilizado uma soma próxima dos 45 ou 50 milhões de dólares para a implantação do condomínio, ainda vai financiar a aquisição dos imóveis que ficarem erguidos. A ServiCab obteve uma concessão fiduciária de 60 anos para os imóveis que ficarem construídos Fútila Sea Breeze. Em Fútila, a iniciativa da ServiCab foi bem recebida. As autoridades tradicionais acolheram-na de formas a evitar conflitos de posse de terra e até caucionaram os rituais que agora viabilizam a construção da obra, e, posteriormente, a aquisição ou os negócios que forem estabelecidos no empreendimento. A ServiCab predispôs-se a abordar a viabilidade do projecto com os habitantes de Cabinda, submetendo-se a um autêntico sufrágio destinado a esclarecer as dúvidas que eventualmente fossem suscitadas, mas parece ter passado

folgadamente sobre essa prova de fogo. No lançamento do projecto, em Cabinda, perguntaram porquê o projecto não recebeu uma denominação em língua Fiote ou se ele iria beneficiar apenas os empregados da indústria petrolífera na província. As respostas dadas a estas perguntam estão relacionadas com a postura da ServiCab, que se identifica como uma empresa guiada pelos padrões da globalização e projectada para servir a sociedade, criando empregos e rendimentos.

Contribuições para o sucesso das empreitadas de obras públicas (XLII)
Como tratar alvará de obras públicas (4ª parte)

Eng. António Venâncio
avenancio1955@hotmail.com
tel.: 912 39 35 03

É pelo interesse manifestado por muitos leitores que hoje retomamos o assunto dos alvarás da construção civil. De facto, corre pelo país um apaixonante debate sobre os quadros nacionais, sobre o qual debitei já alguns resquícios de voz e letra, para defender a tese segundo a qual sem oportunidade, os angolanos, e qualquer ser de qualquer quadrante terrestre não se poderiam desenvolver. Mas a oportunidade planta-se, dizia, e eis por aqui algures, uma forma de plantar, quando olhamos para as facilidades para a criação de empresas que o Estado agora pretende incentivar. O sentimento com que ficamos quando ouvimos falar do Guichet Único, é o de alguém que está convencido de que tudo basta com a criação da empresa. Não. A empresa precisa de obter autorização para iniciar a actividade, e em Angola, insistimos em designar tal autorização de Alvará. Sem alvará, a empresa incorre num verdadeiro «crime». Eu lidei muitos anos com essa matéria dos alvarás. Posso portanto aferir com a certeza absoluta que o que mais teme um empresário angolano é cair na malha das autoridades por falta de alvará. Dura lex, sed lex. De crime contra a economia, passamos agora a um quadro mais tolerante, mas à tal tolerância que ainda estremece o agente económico até à medula. E é dos alvarás que gostaria hoje de dar continuidade ao trabalho, com uma abordagem técnica do assunto, da forma de instrução do processo e da gama de conhecimentos que é necessário dominar para que se possa requerer um alvará à Comissão criada para o efeito. A continuação deste trabalho vai consumir ainda

várias semanas, mas tenho alguma dúvida sobre o seu prosseguimento ininterrupto. Provavelmente, o tema dos alvarás conhecerá mais uma transitória interrupção, se, a dinâmica dos acontecimentos nacionais remover algum tabu; se nos surgirem pelo caminho factos inéditos de relevância extraordinária ou surtirem debates em torno da questão que possam sugerir tal interrupção. A defesa de princípios em perigo, em nome do sucesso das obras públicas que são de todos nós, será sempre o nosso lema, e serei mais útil, se der contribuições e se focalizar o assunto com a lanterna da minha própria experiência. De nada nos valeria «chapar» aqui todo o calhamaço de papéis que temos necessidade de preencher na Comissão de Classificação dos Empreiteiros, Projectistas, Industriais da Construção Civil e Fornecedores de Obras Públicas. Com as contribuições, provavelmente teríamos matéria suficiente para debate e reflexão, e sobre os alvarás, caros leitores, muito há para falar e fazer. A nossa legislação, já o disse, é primária e obsoleta. Também já referimos aqui que o sector jurídico do Minop está a levar a cabo todo um processo de actualização dando-lhe uma nova dinâmica. Revestida de todos os pergaminhos de uma economia de mercado participada pela mão do Estado que pretende virar as costas para o formalismo e a elegância burocrática dos requerimentos bem falantes do tipo Vem mui respeitosamente requerer a V. Exa, não acredito que ainda vamos ter que escrever assim, daqui por mais alguma dezena de anos. Então não surgiram já os computadores? E não temos já em mãos, pronto a usar, programas informáticos cujos dígitos correm à velocidade da luz? E os impressos não podem mesmo ser preenchidos com o teclado de um portátil? Então que tal se o futuro empresário, como que querendo abusar da tecnologia, pegasse num portátil e com o auxílio da internet, a partir de uma praia do Rio de Janeiro se conectasse com o Guichet Único, e depois a Comissão, para lhe serem fornecidos os impressos e todos os esclarecimentos necessários, podendo até (quem sabe lá se não vai ser assim no próximo ano?) pagar as suas obrigações com o cartão de crédito do dum banco nacional que já rola em todo o mundo? Quem sabe? E se por acaso nós estivermos mais atentos e dermos finalmente conta que aqueles que nos deram a experiência em matéria de alvarás, os portugueses, já não aceitam enveredar pela mesma prática burocraticista dos papéis sobre papéis e requerimentos sobre requerimentos? E que até aos alvarás já não querem chamar alvará mas sim certificado de classificação? Que

tal se fossemos então beber da experiência de países que como nós, beneficiaram da queima de etapas para chegar mais cedo à meta, porque afinal os países também podem ser chamados de inteligentes? E se reflectíssemos sobre as causas da nossa pouca acção e pouca criação empresarial? Não chegaríamos a descobrir que são o monte de papéis e selos; o monte de carimbos; a dispersão dos sectores e a apatia de certos funcionários que lançam o futuro empresário para o canto da desesperança? Atentemos para uma coisa que daria num bom debate: o modelo de organização dos nossos serviços. Comecemos por perguntar quantos anos tem. Depois, perguntemos se ele se adapta às circunstâncias de um país como o nosso, que quer crescer ao ritmo mais acelerado do mundo. Mas depois, experimentemos perguntar aos nossos funcionários se estão preparados para a mudança. Teríamos sim, um rico debate. Lanço uma pergunta para os juristas: as leis que regem a nossa economia e os regulamentos que lhe estão subjacentes servem ainda para acompanhar o nosso magnífico crescimento económico, ou são, pelo contrário, um entrave? Não nos envergonha o conteúdo do decreto lei 9/91 de 23 de Março, uma cópia estrangeira que envelheceu no seu país de origem e aqui se exibe como uma menina virgem, pondo em fila os empresários da construção civil, para depois lhes exigir 23 itens de documentos para poderem trabalhar? Mas isso afinal é assim com muitos Estados e faça-se justiça para Angola: o modelo típico de organização dos Estado é o chamado modelo regulamentar. Trata-se de um modelo em que os seus agentes não podem tomar decisões senão nos termos das normas e regulamentos estabelecidos. O mesmo se passa com as empresas públicas. O que está em causa é o cumprimento exacto do que a lei manda. A ligação hierárquica vertical que se baseia numa unidade de comando e o espírito formalista que faz morada nas instituições públicas, não deixam os funcionários sacudirem-se da lentidão que isso provoca, e coarcta-lhes toda a iniciativa. Existem ainda outros tipos de organização como o modelo funcional ou o linear, que se estuda em escolas apropriadas, mas em vários países, a Administração do Estado continua com uma tendência para o regulamentarismo que expele imobilismo. A falta de formação do pessoal, a desmotivação, a remuneração salarial ainda pouco expressiva, o desinteresse pelo público e uma fraca compreensão dos objectivos a atingir pela instituição, são em suma os grandes traços do errático eixo burocrático. Em geral, nas repartições e serviços, não há metas estipuladas como por exemplo,

licenciar n empresas ou tratar n casos pendentes no período estabelecido pelo superior hierárquico. O funcionário não tem metas nem objectivos a atingir. Ele adapta-se ao próprio termo «funcionário» e funciona. Funciona 8 horas no trabalho fazendo tudo, mas absolutamente tudo o que mais lhe convém, incluindo não funcionar. Os Estados não se safam se não forem capazes de deixar uma brecha para que os funcionários públicos e todos os seus agentes possam ser avaliados sistemática e persistentemente pelo público, não através dos infantilmente concebidos livros de reclamação, mas pelos resultados. Para os alvarás de que nos vamos ocupar a partir do próximo número mais pormenorizadamente, resta-nos uma longa discussão e reflexão, porque o actual sistema de obtenção de alvará em Angola, pode ser transformado num processo mais tecnologicamente sustentável, rápido e facilitado.

xxxxxxxxxxxx

070616-23
Por trás do biombo da pesquisa Consulteste/SA
Job Castelo Capapinha e a ira das mulheres
Severino Carlos

Quando questionados sobre quem deve assumir a responsabilidade pela cada vez maior retracção da qualidade de vida em Luanda, cerca de 37 por cento dos seus habitantes adultos inquiridos apontaram o dedo ao Governo central. É algo que surpreende? Na realidade, não, se atendermos que já na passada semana os dados obtidos pela pesquisa Consulteste/SA indicavam uma queda abrupta das performances do executivo, destapando, assim, um cavado sentimento de frustração dos cidadãos governados. Também não é espantoso que logo a seguir o principal responsabilizado seja o homem que foi incumbido de governar a capital angolana, Job Castelo Capapinha. O que passa a ser um autêntico quebra-cabeças para os analistas é avaliar por que razão os luandenses do sexo feminino são quem em maior grau indica a pessoa do governador como principal responsável pela crítica situação que se vive na cidade. Não é necessário, porém, martelar muito os neurónios para concluir que seja qual for a amostra do universo das pessoas inquiridas pelos técnicos da Consulteste nesta pesquisa encomendada pelo Semanário Angolense, depois das chuvas impiedosas que se abateram sobre a urbe luandense, certamente as mulheres apenas desejarão ter a cabeça do governador nas mãos. São

elas, na verdade, as que mais sofreram as agruras provocadas pelas intempéries. Não nos referimos essencialmente às mulheres das zonas urbanas pois estas, em função de um maior grau de escolaridade, estarão mais sensíveis e propensas a compreender as razões da edilidade provincial, exceptuando as muitas executivas que, vivendo fora do centro, tiveram de passar pelas mesmas vicissitudes sofridas pelos homens e/ou respectivos cônjuges: todos obrigados a saírem da cama a meio da noite, para depois gramarem longas horas num trânsito martirizador. Mais uma vez, as verdadeiras heroínas das desventuras luandense foram as mulheres que trabalham de sol a sol e recebem, em paga, proventos de miséria. Estão entre elas vendedoras ambulantes (vulgo zungueiras), cambistas de rua (kinguilas), diariamente perseguidos pelos fiscais do Gpl, empregadas domésticas e muitas outras, forçadas a comerem, diariamente, o pão que o diabo amassou. Naqueles dias, muitas viram-se impossibilitadas de ganhar o pão do dia, porque os habituais locais de vendas transformaram-se em autênticos lamaçais. As que ousaram sair e chafurdar no esterco de zonas como o São Paulo, Congolenses e outras do género, tiveram, mesmo assim, de enfrentar o habitual cassetete dos insensíveis fiscais do Governo da Província, que mais parecem sanguinários «tontons macoutes», metidos nas suas fardas de caqui castanho. Penaram de facto. O mesmo aconteceu com as empregadas domésticas, cuja maioria vive na periferia mas trabalha no centro da cidade. Seja pela falta de táxis, nalguns casos, ou porque não houvesse dinheiro que resistisse à estratégia de rotas curtas adoptada pelos candongueiros, muitas destas mulheres foram forçadas a fazer longas caminhadas a pé de zonas como o Kikolo, Cazenga ou Golfe para estarem nos seus postos de trabalho, numa espécie de «via sacra». Que cruz a delas! Foi angustiante. Sem dúvidas, mulheres sofridas como estas, que ganham o pão sabe Deus como, regressam estafadas à casa para alimentar os filhos e, quantas vezes, até o próprio marido, têm na cara chapada de Job Capapinha um bom motivo para descarregar a ira que trazem dentro de si. Raríssimas delas, provavelmente, devem conhecer o nome de um ministro do Governo Central. Mas a Capapinha certamente conhecem o rosto e o nome de cor e salteado. Se há um aspecto - entenda-se, se quisermos, qualidade - em que ele se tem distinguido é o do marketing pessoal, uma habilidade plenamente exercitada na liderança directa do Movimento Nacional Espontâneo. Também agora, Capapinha ganhou

visibilidade apesar da obra deficiente. Mas foi isso exactamente que o traiu. Estar sempre presente, mas em termos práticos ser o mesmo que ausentar-se. Ou seja, não trazer nada de novo e que marque a diferença. A batalha pelo controlo do lixo, por exemplo, um item em que Job Capapinha mais engajamento denota, é apesar de tudo o cumprimento de uma espécie de «tarefa de casa», pois o impulso inicial, na realidade, foi dado pelo anterior governador, Simão Paulo. Este não facturou em visibilidade, mas, no estágio final do seu consulado, mostrou-se inconformado com a situação relativa ao lixo. Estamos recordados que foi depois de Simão Paulo se ter manifestado descontente com o trabalho da Urbana 2000, uma operadora em que a filha primogénita do Presidente da República tem interesses, que este último encontrou pretexto para demitir o governador. Nesta altura do campeonato também já podemos estabelecer uma comparação entre Job Capapinha e o antigo governador da capital Aníbal Rocha. E neste aspecto pode dizer-se que Capapinha brilha tanto quanto o outro, mas isso decorre não tanto da obra feita, mas de uma certa graça. Não tendo obra para mostrar, a visibilidade ganha por Capapinha funciona como um estorvo para ele próprio. Coloca-o, excessivamente, no centro das atenções dos habitantes, cuja maioria esmagadora não está em condições de distinguir onde terminam as funções camarárias (da responsabilidade do Governo da Província) e começam as do Governo Central. Digamos que Capapinha paga pela fama. Toda a mulher fanática por telenovelas torce sempre pela sorte do protagonista da trama, mas detesta ou despreza o vilão. O actual governador de Luanda não é uma coisa nem outra. Não sendo nem herói nem vilão, não devia ter saído dos camarins e subir ao palco, onde arrisca-se a nunca conhecer as luzes da ribalta.

070616-23
Chuvas destaparam o véu que cobria Luanda
Nota negativa para o Governo de Luanda

O índice de desempenho do Governo da Província de Luanda diminuiu 12 pontos percentuais, desde a última sondagem feita em Outubro de 2006. Esse índice assume agora o valor negativo de 43 pontos percentuais, sendo dentre os residentes em subúrbios e pessoas com nível de instrução abaixo da média, rendimentos abaixo da média e do sexo feminino que o executivo de Luanda obtém melhor nota. De um modo geral, apenas 17,4% dos

habitantes adultos da cidade de Luanda avaliam positivamente a actividade do governo da província, enquanto há sete meses essa percentagem era de 44,0%. Além da opinião acerca do desempenho do governo de Angola, cujos resultados foram apresentados na semana passada, esta sondagem Consulteste-Semanário Angolense incluiu a opinião subjectiva a respeito do desempenho do Governo da Província de Luanda (Gpl). Além de se tratar de assunto que vem sendo abordado nas pesquisas que este semanário encomenda à Consulteste, o momento actual é ímpar, atendendo às opiniões negativas que se ouvem e lêem no dia-a-dia, depois da época de chuvas deste ano (das piores dos últimos tempos). A conclusão aponta para uma considerável diminuição da avaliação que os habitantes adultos da cidade capital fazem ao executivo da província. Em termos quantitativos, pode dizer-se que (pela primeira vez desde que as sondagens começaram a abordar esta matéria) a avaliação global é negativa - da ordem dos 43 pontos na escala percentual. O gráfico 1 ilustra a forma como o índice de desempenho do Governo da Província de Luanda se vem comportando, desde Fevereiro de 2002. Tal como se pode aí notar, esse índice vem baixando de valor com o decorrer do tempo. Mas é significativo constatar que a diminuição é agora bastante mais acentuada: enquanto no espaço de mais de quatro anos e meio (de 2002 a 2006) o índice diminuiu 13 pontos percentuais, no espaço dos últimos sete meses essa diminuição foi de 12 pontos percentuais. Portanto, se no período 2002-2006 a diminuição média foi da ordem dos 0,4% ao mês, de Outubro de 2006 a esta parte tal diminuição média aumentou para 3,5% ao mês - o que corresponde a um aumento pela negativa da ordem dos 768%. Quem melhor avalia o desempenho do governo da sua província são habitantes da cidade de Luanda do sexo feminino e quantos residem em bairros suburbanos (gráfico 2). Para além disso, pode dizer-se que o aumento do volume de rendimentos e (em relativamente menor grau) o aumento do grau de instrução provocam uma pior avaliação do desempenho do Gpl. Depois desta abordagem global, vejamos o que há a dizer a respeito das respostas à pergunta aqui em análise. O gráfico 3 ilustra tais respostas, demonstrando que quase todos os respondentes (99,8%) emitiram opinião sobre o assunto. A opinião mais comum é a avaliação sofrível (41,2%), seguindo-se as avaliações relativamente má (31,7%) e relativamente boa (15,6%). Já 9,5% dos respondentes avaliam pessimamente o desempenho do Gpl, enquanto 1,8% o avaliam de forma excelente. Se compararmos as opiniões

positivas com as negativas, a conclusão aponta para uma clara supremacia de opiniões negativas – 41,2%, contra apenas 17,4% opiniões positivas. Trata-se de uma viragem na opinião subjectiva a respeito do desempenho do governo da província de Luanda, visto que em pesquisas anteriores sempre tinha havido supremacia de opiniões positivas. Uma vista de olhos ao gráfico 4 permite constatar quanto acaba de ser dito. A terminar, devemos perguntar-nos por que razão em tão pouco tempo (sete meses) e sem ter havido mudança de governantes, terá mudado desta forma a opinião dos habitantes da cidade de Luanda a respeito do desempenho do governo da sua província. A recém terminada época de chuvas está claramente na origem desta séria mudança de opinião, pois trouxe ao de cima uma série de debilidades que não eram do conhecimento do cidadão comum e sobre as quais nunca sequer o luandense médio havia pensado. Não nos vamos aqui alongar acerca desta matéria, que é abordada adiante.

070616-23
Circulação rodoviária e delinquência passam a ser dos principais problemas
Qualidade de vida em Luanda é má
A qualidade de vida na cidade de Luanda é avaliada de forma negativa pelos habitantes adultos desta cidade. Neste caso, o índice de avaliação assume o valor negativo de 33,5 pontos percentuais. O governo de Angola é apontado como principal responsável por esta inversão da avaliação da qualidade de vida em Luanda. Para além dos tradicionais sectores do emprego, habitação, educação e assistência sanitária, saneamento e distribuição de água e energia eléctrica, agora os luandenses apontam também a necessidade de medidas para melhoria da circulação rodoviária e a urgência de eficácia na actuação da polícia, quer no combate à delinquência, quer na regulação do trânsito rodoviário.

No quadro da auscultação da opinião acerca do desempenho do governo angolano e do Governo da Província de Luanda, pedimos aos respondentes para se pronunciarem acerca dos seguintes assuntos:
a) Avaliação da forma como se vive actualmente em Luanda;
b) Quais as áreas em que é mais débil a actuação do governo em Luanda;
c) Quem deve assumir a responsabilidade pela situação que se vive actualmente em Luanda. É preciso recordar,

antes de mais, que esta pesquisa aborda somente a opinião subjectiva dos habitantes da cidade de Luanda com idade a partir dos 18 anos. Quando nos referimos à opinião «subjectiva», queremos dizer que a medição que aqui fazemos tem a ver somente com opiniões das pessoas – que não têm necessariamente de estar de acordo com o que sucede na realidade (que é o lado «objectivo» da questão). Portanto, com esta pesquisa, auscultámos apenas a opinião das pessoas – e é a essa opinião geral que nos referimos quando apresentamos os resultados da sondagem. Começando pela medição subjectiva da qualidade de vida em Luanda, podemos dizer que apenas 0,2% dos inquiridos não se pronunciaram a respeito. Quanto aos que emitiram opinião, o gráfico 1 demonstra que a maioria (58,5%) opta por uma avaliação neutra – ou seja, nem positiva, nem negativa. Em relação aos demais, prevalecem quantos avaliam negativamente o nível de vida na cidade capital (37,1%), em relação aos que emitem opinião positiva (4,2%). Pode, portanto, dizer-se que (considerando uma margem de erro de 4,5%) somente 4% dos habitantes de Luanda se encontram satisfeitos com a forma como se vive actualmente nesta cidade. Em contrapartida, 37% encontram-se extremamente insatisfeitos, enquanto 59% apresentam relativo grau de insatisfação. Genericamente falando, trata-se de uma avaliação negativa de que não havia notícia em pesquisas anteriores, no espaço dos últimos cinco anos. O índice de avaliação da qualidade de vida em Luanda assume o valor de 33,5 pontos na escala percentual – que é um valor bastante negativo. Veremos adiante que causas poderão estar na origem disso. Por agora, vamos dar conta do facto de serem o sexo, o grupo etário e (com bastante menor intensidade) o grau de instrução que diferenciam estatisticamente este tipo de opinião (veja-se o gráfico 2). Os mais cépticos são pessoas com idade acima dos 30 anos (fundamentalmente na faixa etária dos 30 aos 39 anos), do sexo masculino e com instrução acima da 8ª classe. Vejamos o que acontece se analisarmos separadamente os luandenses que vivem em bairros urbanos e os que vivem em subúrbios. Em bairros urbanos, o aumento da idade provoca um maior grau de cepticismo em relação à qualidade de vida em Luanda. Nos subúrbios, para além de se manter esta mesma correlação, constata-se serem as pessoas do sexo masculino que manifestam bastante maior cepticismo. É interessante constatar que em nenhum dos casos o volume de rendimentos diferencia este tipo de opinião – ao contrário do que era de esperar. Resta dizer, a terminar esta análise, que uma pior avaliação da

qualidade de vida em Luanda está fortemente relacionada com uma pior avaliação do desempenho, quer do governo da província de Luanda, quer do governo angolano.

070616-23
Governo central é o principal responsável

Perante o actual estado de cepticismo em relação à qualidade de vida na cidade de Luanda, interessou-nos saber quem, no entender dos respondentes, deve assumir a responsabilidade por esse estado de coisas. É preciso dizer, antes de mais, que se tratou de pergunta aberta – ou seja, os respondentes emitiram opinião livremente, sem qualquer tipo de sugestão. O gráfico 3 apresenta os resultados obtidos. Pouco mais de um terço dos inquiridos (36,7%) aponta o governo central de Angola como principal responsável pela débil qualidade de vida em Luanda. Quem em maior grau cita o colectivo governamental são pessoas residentes em bairros urbanos e pessoas com instrução acima da 8ª classe. Para além disso, esta menção associa-se claramente a uma pior avaliação do desempenho do governo de Angola. A segunda entidade que os luandenses consideram com maior responsabilidade nesta matéria é o governador da província de Luanda (mencionado por 27,6% dos respondentes). São luandenses do sexo feminino quem em maior grau indica a pessoa do governador de Luanda como principal responsável pela recente diminuição da qualidade de vida na cidade capital. Por outro lado, esta menção associa-se claramente a uma pior avaliação do desempenho do Governo da Província de Luanda. Em terceiro lugar é mencionada a pessoa do Presidente da República – referido por um em cada seis respondentes (mais precisamente, por 16,2% dos inquiridos). São pessoas que residem em subúrbios da capital que mencionam em maior grau o mais alto mandatário de Angola como principal responsável pela diminuição da qualidade de vida em Luanda. Seguem-se os ministros ou alguns dos ministros do governo de Angola, indicados por 11,1% dos respondentes. São acima de tudo pessoas habilitadas com menos que a 8ª classe que mencionam membros do governo (e não o governo como um todo) com maior responsabilidade pela débil qualidade de vida em Luanda. Com menor número de menções temos: más políticas de governo (que considerámos separadamente do governo enquanto entidade, mas trata-se de facto de mais 3,2% de menções ao governo), o primeiro-ministro (1,5%), deputados (1,1%), a própria população (0,5%) e

a ausência de recursos financeiros (0,2% de menções). Resta acrescentar que 2,1% dos respondentes não emitiram opinião sobre este assunto. Por outro lado, é preciso mencionar o facto de nenhum dos inquiridos ter mencionado que a recente diminuição abrupta da qualidade de vida em Luanda é obra do acaso.

070616-23
Circulação rodoviária e delinquência são agora dois dos principais problemas

A terminar este assunto, vejamos o que há a dizer acerca das áreas subjectivamente consideradas de mais débil actuação do governo na cidade de Luanda. Não apresentámos aos respondentes qualquer lista de possibilidades de resposta, de modo que cada um pôde livremente mencionar os sectores de actividade que considera com actuação mais débil. A tabela apresenta os resultados obtidos. Os dez sectores que os luandenses consideram com pior desempenho são: a educação, saúde, circulação rodoviária, abastecimento de energia eléctrica, abastecimento de água, policiamento, emprego, habitação, saneamento básico e comércio. Em pesquisas anteriores demos conta que as áreas apontadas em Luanda como de pior actuação diziam respeito ao sector social (emprego, habitação, educação e assistência sanitária), bem como à distribuição de energia eléctrica e de água e ao saneamento. Todas estas preocupações se mantêm desde Março de 2004, havendo relativa mudança na ordem de prioridades. Destaca-se, porém, o facto de o lixo ter deixado de constituir preocupação para os citadinos. O que é sintomático agora é o facto de duas áreas não muito mencionadas em 2004 serem agora das mais importantes – a circulação rodoviária e o policiamento. Metade dos inquiridos (50,3%) aponta a circulação rodoviária como uma das áreas de mais débil actuação do governo angolano na cidade de Luanda e arredores, enquanto a necessidade de reforço do policiamento é mencionada por 28,5% dos respondentes. São, pois, estas as duas principais causas que conduzem à séria diminuição da avaliação da qualidade de vida em Luanda e, concomitantemente, à diminuição da avaliação do desempenho do Governo da Província de Luanda. Para além de se manter a necessidade de mais sério investimento em sectores como o emprego, a habitação, a educação e a assistência sanitária e de disciplinar a distribuição de energia eléctrica e de água, os luandenses atribuem

nota negativa ao governo em relação a duas áreas que ultimamente vêm demonstrando necessidade de séria intervenção - a circulação de pessoas e mercadoria por Luanda e a acção policial em prol da segurança de pessoas e bens. Quanto à primeira dessas duas áreas, a sobrelotação da cidade de Luanda e arredores clamava já por medidas drásticas e imediatas. Algumas das medidas que se impunham foram realmente tomadas, mas verifica-se que a opção não terá sido das melhores. O número de vias vem realmente aumentando, tendo sido construídas algumas que deveriam ser vias rápidas. Em realidade, a opção por estrangeiros para concepção dessas vias rápidas fez com que se tivesse gasto dinheiro em soluções de há 50 anos - tal como se deu conta em artigo publicado neste semanário, a opção pela inversão de sentido de marcha pela faixa da esquerda, que não é usual em vias rápidas, traz consigo a manutenção da dificuldade de circulação e de engarrafamentos. As fortes chuvas que se abateram recentemente sobre Luanda destaparam realmente o véu, pois demonstraram que a cidade e arredores não estão preparados para calamidades. Se apenas com fortes chuvas deixou de haver circulação rodoviária em vários troços, o que não sucederá em caso de tempestade? O segundo aspecto que causou a inversão da opinião relacionada com a qualidade de vida em Luanda é o do policiamento. Por um lado, nota-se baixo grau de policiamento em entroncamentos causadores de engarrafamentos - o que é penalizador para a economia do país, para a economia familiar e para a moralização da sociedade. Por outro lado, os cidadãos apercebem-se que a polícia angolana não está em condições de combater a delinquência e a criminalidade, que atingem níveis assustadores para as condições de Angola. Portanto, a inversão do actual quadro que se vive em Luanda passa agora não apenas pelo investimento no sector social e pela disciplina em relação à distribuição de bens essenciais como a energia eléctrica e a água, mas também pela resolução do problema da circulação rodoviária e por séria mudança na actuação do corpo de polícia.

070616-23

070616-23
Direito de Resposta
«Tondinha & Irmãos, Lda.» contesta SA

Ao Sr. Director-geral
do Semanário Angolense

Eu, Paulo Afonso Jacinto, Director-Geral da Tondinha & Irmãos, Limitada, venho por este intermédio e mesma via aclarar e até mesmo replicar a forma como o V/ Semanário de 09 a 16 de Maio (Junho) de 2007, concretamente na pag. 38, ano 4 - edição n.º 217, com o grande título «UCRANIANOS ILEGAIS ESCONDIDOS PELA TONDINHA & IRMÃOS, LDA.», escrito pelo Sr. Celestino Andrade, que de forma distorcida, tendenciosa e caluniadora, escreveu com base de uma fonte de ex-trabalhadores insatisfeitos e expulsos por tentativa de sabotagem à Empresa e não seguranças ou cozinheiras, conforme escreveu. Um grupo de elementos onde se destaca o Sr. Ricardo Jonas António, com a função de Relações Públicas, com laços de amizade e familiar do Sr. Jornalista. Com relação aos Ucranianos: são técnicos Ucranianos, contratados pela N/Empresa a prestarem serviços específicos na área dos Carrosséis, a luz de contratos com representantes de suas Empresas, no âmbito de projectos «Carrosséis», numa parceria entre a Tondinha & Irmãos, Lda. E a Simprotex, tendo essas duas solicitado à estrutura competente os respectivos vistos de trabalho, por motivos de organização estrutural do Sme, na altura, e alguns procedimentos meramente burocráticos, o tempo foi-se arrastando até ao momento, motivo pela qual a desmotivação a regresso dos demais, num n.º de 35 elementos desmotivados, por esse facto e por força de contrato. Mas de facto existem as solicitações aguardando a tramitação legal do processo até à data. Logo, para dizer que os Referidos Ucranianos não entraram para o País por portas e travessas, nem escondidos em porta bagagens de viaturas ou porões de navios; nem tão pouco escondidos em covis ou caves; não possuímos nem circulamos em viaturas com vidros fumados, e os nossos trabalhos técnicos sobretudo, são realizados de dia, montamos os nossos parques em plena luz do dia. Os técnicos Ucranianos são banhistas por excelência e apreciadores das nossas praias e paisagens, eles vivem condignamente em aposentos adaptados ao sistema de equipamentos, são homens alegres e trabalhadores que fazem parte duma empresa que produz alegria sobretudo as nossas crianças e jovens. O Sr. deverá consultar o significado da Carcer Privado, sob pena de processá-lo judicialmente. A injustiça o que se refere, prende-se ao facto de que com excepção da Imprensa Pública, a imprensa sensacionalista somente singe-se na publicação de aspectos negativos do Governo, e dos empreendedores

privados, esquecendo-se de realçar muitas acções positivas e retratá-las com a ênfase desejável e merecida. Desmentimos categoricamente a entrega de qualquer valor monetário a funcionários afectos aos serviços de SME, alegadamente para manter os referidos técnicos no país; Pensamos que se devem ocupar com factos verídicos e reais mantendo desta feita uma informação mais séria e credível. Com este espírito, pensamos que em nada contribui para o Desenvolvimento do País. Nós, somos Cidadãos Pacatos, Trabalhadores, Honestos, que sofremos trabalhando noites e dias, e já demonstramos, algo visível, que com muito esforço a N/ Empresa empreendeu, não podemos concordar e admitir que acções tendenciosas venham a ofuscar a N/ imagem deturpando o nosso desenvolvimento, desminto categórica e energicamente essas acusações, sob pena de responsabilizá-los judicialmente, pelas acusações difamatórias como suborno de uma instituição e outros. Luanda, aos 11 de Junho de 2007.

Paulo Afonso Jacinto

070616-23
P. Jacinto ameaça jornalista

O proprietário da Tondinha & Irmãos, Lda., a quem alguns trabalhadores seus acusam de estar a esconder emigrantes em situação migratória irregular, ameaçou o jornalista que subscreve a matéria, inserida na nossa última edição. Sábado à noite, Paulo Jacinto, não se sabendo como conseguiu o número do seu terminal, ligou para o jornalista que subscreve a matéria, proferindo ameaças, não só contra ele, mas também contra as pessoas que julga terem sido as nossas fontes. «Andas a publicar notícias a troco de encomendas. Vais ver o que é que te vai acontecer. E vou te provar isso. Se eu for para a cadeia, hão-de ver», ameaçou. Acrescentando: «Eu sei quem te passou a informação, mas eles também vão me sentir, vais ver». O proprietário da «Tondinha & Irmãos, Lda.» é descrito por alguns dos seus trabalhadores, como uma pessoa intratável, por um lado, e intriguista, por outro. Por isso, não foi de estranhar este seu comportamento irracional. Ele gaba-se de usufruir de alguma impunidade por ter amigos influentes nos círculos do poder, fazendo alusão, especialmente, ao director do gabinete do Presidente do Mpla, de quem espera ajuda para o safar das «traquinices» em que se meta, a última das quais terá a

ver com incumprimentos no negócio dos carrosséis que tem com a Simportex.

070616-23
«Tondinha» e Simportex zangadas
«Comadres» de costas viradas
É estranho que a empresa que se encarrega

A Simprotex, empresa pública de prestação de bens e serviços às Forças Armadas Angolanas (Faa) que se havia associado, afinal, à «Tondinha & Irmãos, Lda.» no negócio de carrosséis e casas de jogo, estará tentada a dirimir na barra dos tribunais o conflito surgido entre ambas, devido à falta de cumprimento, por parte de Paulo Afonso Jacinto, das suas obrigações contratuais, soube o Semanário Angolense de boa fonte. A nossa fonte disse que as relações entre as duas entidades azedaram-se a sério há cerca de dois meses, depois que o proprietário da «Tondinha & Irmãos» não conseguiu provar ao seu associado o destino que tem dado às receitas do negócio, sob o pretexto de que não tem havido lucros por falta de investimentos. A Simprotex, que é dirigida pelo general Pedro Benga Lima «Foguetão», é quem importou os carrosséis e máquinas de jogos para a «Tondinha» desde a Ucrânia, tendo os equipamentos chegados a Luanda como se fossem destinados às Forças Armadas. Desconhece-se se a sua participação no negócio deveu-se apenas a isso ou se também injectou capital para a compra, montagem e manutenção dos equipamentos. Interrogado sobre se o envolvimento da Simportex nesse negócio não fugia ao seu objecto social, um representante da direcção desta empresa pública, indicado pelo general «Foguetão», mas que falou na condição de não ser identificado, garantiu que os seus estatutos lhe permitiam isso. Porém, recusou-se a confirmar a existência dum litígio com a «Tondinha», como nos foi informado haver, alegadamente por falta de prestação de contas da parte de Paulo Afonso Jacinto. «Mesmo que exista, o litígio não será resolvido na comunicação social», sublinhou o representante do general «Foguetão». No entanto, o Semanário Angolense soube que a Simportex dera um prazo (10H30 de 12 de Abril deste ano) para que a direcção da «Tondinha» fizesse chegar à ela o relatório e contas da gestão do negócio dos carrosséis e casas de jogo, sob pena de remeter o litígio às barras dos tribunais, embora seja esta a última alternativa. «Estamos a fazer tudo para que não cheguemos a este extremo,

privilegiando uma solução interna», disse uma outra fonte. Este jornal soube também que, diante das solicitações dos associados, Paulo Afonso Jacinto teria respondido com um «papelito» no qual fazia menção a algumas despesas que efectuou, coisa que não convenceu a outra parte, aventando-se então a possibilidade de se fazer chegar o assunto a tribunal. Sobre a «Tondinha & Irmãos, Lda.» pesava, num primeiro momento, a ameaça de confisco extrajudicial dos seus bens, se o seu director não apresentasse um relatório de prestação de contas sério, mas, ao que soubemos, a Simprotex já desistiu de fazer justiça por mãos próprias, preferindo as barras do tribunal, caso Paulo Afonso Jacinto continue renitente. «Mas, privilegiaremos uma solução interna», insistiu a nossa fonte.

Celestino Andrade

070616-23
Aconteceu no Kilamba!
Banda Movimento em roda de amigos

Sob o inesperado pretexto de homenagearem amigos comuns apreciadores do bom semba angolano, os também amicíssimos Graça Campos, o «Felito», director do SA, e Silva Júnior, o «Mukongo», director da Rádio On-Line do Grupo Rna, resolveram proporcionar, assim de abuso, uma noite memorável de música ao vivo, no Kilamba, o que aconteceu na quinta-feira da semana passada. E, vejam só, para abrilhantá-la, convidaram precisamente a Banda Movimento, bem como os artistas Lulas da Paixão e Mig (substituto do António Paulino, que era um dos preferidos do Graça, mas não pôde aparecer por estar em Portugal a gravar). Na passada, ainda surgiu o Wiza, a quem coube a honra de abrir as «hostilidades», a título gratuito, bem como o Dom Caetano, o vocalista principal do agrupamento da Rna. Os homenageados seriam muito mais do que os três que acabaram por aparecer, mas, como dissera ainda o Gracita, quem apareceu, apareceu. E os que apareceram foram os «kotas» Mário Augusto (irmão do Mukongo), o Chico César e o Quim dos Santos, de quem ele diz disputar a amizade com o Silva Júnior, a ver qual dos dois fica mais chegado aos ditos. Como foi um «amistoso» convocado praticamente a brincar, alguns convidados acabaram por não aparecer, o que deixou a coisa sem «quórum» nos primeiros instantes, obrigando o Salitas a socorrer-se de algumas amigas do

bairro para preencherem o espaço e acabarem os «comes e bebes», proporcionados generosamente pelo bom do Estêvão Costa, o administrador do sítio. E, foram bem vindos, com a ajuda de alguns patos (boda sem patos não é boda), acabou por ser uma noite e peras. De tal sorte que o evento se estendeu pelo menos até à primeira hora de sexta-feira, e só isso para que o Mukongo e o Felito não fossem acusados de «sabotadores» da economia nacional, já que havia ainda um dia de trabalho à espera da maior parte dos convivas. No calor da festa, alguém pretendeu organizar um concurso de dança, que também era um dos motes do evento, mas ficou-se pela intenção, porque alguns dos concorrentes anunciados, afinal, eram só do «um-dois-um-dois» e assim não deu. O mestre de cerimónia foi o João Chagas, que relembrou algumas histórias do antigamente em que boa parte dos convivas estivera envolvida, aiué, nos nossos tempos. Histórias do musseque, dos salões de farra e assim. Para fim de conversa, dizer que, de tão «cuioso», um bis não fazia nada mal.

Xxxxxx

070609-16
Pesquisa Consulteste/SA também o demonstra
Rapacidade da oposição cada vez mais à tona

Num dossier que o Semanário Angolense publicou há poucos meses, já havíamos concluído que os partidos da oposição estão a ficar caros aos cofres do Estado, apesar da sua – note-se bem – duvidosa utilidade para a sociedade angolana. A mesma constatação resulta da leitura do conteúdo da pesquisa Consulteste/SA, publicada na presente edição. A intenção de voto na oposição pelos habitantes de Luanda fica-se por paupérrimos 16,8 por cento, o que dá uma ideia da confrangedora posição destes partidos em termos de implantação. Quando se extrapola pelo todo nacional, o score obtido pela oposição na capital do país, vemos quão irrisória é a representatividade de tais partidos, tirando honrosas excepções que se contam pelos dedos de uma só mão e ainda sobram alguns. Ora, em lugar de tratarem de corrigir estas insuficiências, mostrando trabalho útil à sociedade que dizem representar, os partidos da oposição resolveram refugiar-se na lei do

mais fácil, cobrando mais e mais dinheiro do Estado. Esta semana, por exemplo, reclamaram, em coro, por uma subvenção maior pela sua participação no processo de registo eleitoral, que acaba de ser prorrogado por mais 90 dias. Trata-se de uma reivindicação, diga-se, indecente. Para a nova fase do registo eleitoral, o Governo, recorde-se, decidiu atribuir a cada um dos 126 partidos existentes mais 100 mil dólares, ou seja, metade do montante que havia dado durante a primeira fase, cifrado em 200 mil dólares. Todo o mundo vê a lógica que radica nessa decisão, menos os partidos que mergulharam na choradeira de que a verba é pouca e, por isso, pretendem mais. Isto é, aos 25.200.000 de dólares gastos durante a primeira fase seriam acrescidos outros 12.600.000 de dólares, o que perfaria um total de 37 milhões e 800 mil dólares. É muito dinheiro para gastar só com partidos, que ainda por cima não deram provas de que o merecem. Mesmo reconhecendo-se que todo o processo democrático que se queira implantar implica o financiamento dos partidos políticos, uma vez mais, temos de convir que para o caso angolano estes gastos estão a tornar-se um enorme fardo para a própria democracia. Não há dúvidas que os partidos estão hoje convertidos num «saco sem fundo». Verdadeiras máquinas de sugar o erário, sem que se saiba que uso fazem ao dinheiro. O Governo pede-lhes que sujeitem, periodicamente, as suas contas a uma auditoria, como forma de se comprovar se os subsídios são aplicados em acção política válida, mas tanto quanto se sabe, essa directiva tem caído em saco roto. Estes partidos, já o dissemos, estão equivocados quando julgam que a democracia se esgota nas formações políticas. É uma visão tacanha, que perde de vista que as organizações não-governamentais, a media e outros entes que conformam a sociedade civil também devem entrar nas contas e na engenharia da democracia. Muitos deles já mostraram ter mais serventia para a democracia do que a maior parte dos partidos juntos. Por outro lado, os partidos não devem viver somente à sombra da bananeira ou fazendo o triste papel de andarem de mãos estendidas. Devem «virar-se» para conquistar a sua independência financeira. Assim procedendo, transmitem um sinal positivo à sociedade. As pessoas têm garantia de que posto no poder, um partido assim não irá promover a pilhagem do erário. É isso, de resto, que explica em parte o benefício da dúvida que os habitantes de Luanda dão ao Mpla, patente na pesquisa Consulteste/SA. Apesar da lei estipular que as campanhas dos partidos não devem ser financiadas por

entidades estrangeiras, há um rol de fontes «limpas» a que eles podem recorrer. Custa alguma coisa, por exemplo, copiar a experiência do Partido Comunista português, que tem gráficas e editoras livreiras próprias? A conhecida «Festa do Avante» que ele realiza anualmente não foi concebida para fins que se esgotam no marketing político. Também é uma fonte não desprezível de receitas para essa organização política. Se estes partidos tivessem representatividade de facto (algo que se reflectiria, inevitavelmente, no número de militantes), teriam nisso uma fonte não desprezível de receitas obtidas por meio de quotização dos seus filiados. Conquistada a independência financeira, tais partidos teriam alma e tempo para gestos nobres, que geralmente sensibilizam a sociedade, donde as próprias formações políticas descendem, bem como os próprios eleitores que pretendem cativar. Não vemos, entre nós, estes partidos a promoverem acções filantrópicas, fazendo donativos a orfanatos ou lares de idosos. Por que não se com isso o candidato a governante dá de si imagem de alguém sensível e preocupado com os seus concidadãos, que serão os seus futuros eleitores? Há, enfim, uma data de acções que os partidos podem desenvolver para ganhar visibilidade e, por via disso, a credibilidade que lhes permitirá depois aceder a fundos públicos sem que os contribuintes reclamem. Nunca se viu estes partidos unirem as suas vozes às dos jornais privados, que também são agentes fazedores da democracia e por isso também necessitam de subsídios públicos. Mas são estes jornais que, diante da inacção dos políticos da oposição, «produzem» os factos políticos de que eles não sabem tirar partido. As constantes denúncias de escândalos de corrupção e crimes de peculato que os jornalistas fazem passam ao largo da oposição, que não demonstra engenho para transformá-las em armas que embaracem o poder. Há uma mole imensa de trabalhadores deste país a reclamar por salários mais dignos, mas nem isso é capaz de pôr a oposição a mexer-se, juntando-se ao seu clamor. É caso para dizer que os políticos da oposição, que andam permanentemente à cata de mais subsídios, apenas olham para o seu próprio umbigo, borrifando-se para a mendicidade de médicos e professores universitários, insensíveis aos sindicalistas que se vêem isolados e sem apoio em greves e ameaças de greve.

Severino Carlos

070609-16
Expectativas goradas

O gráfico 3 apresenta a opinião subjectiva dos respondentes a respeito do desempenho do governo angolano. Tal como se pode aí verificar, perante 0,3% de ausência de opinião, continua a prevalecer a opinião respeitante a um desempenho sofrível, com 45% de menções. Mas é importante compararmos as opiniões positivas com as negativas. Ao contrário do que sucedia anteriormente, agora prevalecem opiniões negativas (30%, contra 25% de opiniões positivas). Trata-se de uma diferença de 5% a favor da avaliação negativa, quando há sete meses a diferença era de 31% a favor da avaliação positiva. Isso significa que em Outubro de 2006 se considerava genericamente que o governo angolano estava mais perto de satisfazer as expectativas dos habitantes do que acontece neste momento. Esta mudança de opinião, no espaço de apenas sete meses, é indicadora do facto de os habitantes de Luanda (que aqui designamos também por luandenses) estarem a retirar o voto de confiança que anteriormente depositavam no seu governo. Há nítido reconhecimento de alguma coisa estar o governo a fazer em prol dos cidadãos, mas assume-se que bastante mais poderia ter sido feito para melhoria das condições de vida da população. As áreas em que se considera tradicionalmente que a actuação do governo está longe de satisfazer os anseios da população dizem fundamentalmente respeito ao sector social: educação, assistência sanitária e emprego. Na próxima semana abordaremos os actuais resultados em relação a esta matéria, a respeito da actuação do governo em Luanda. Interessou-nos associar a avaliação do governo angolano com a forma como subjectivamente se considera estar o governo em condições de garantir o alcance das expectativas dos cidadãos. Tal como era de esperar, as duas opiniões estão fortemente correlacionadas. Isso significa que uma pior avaliação do governo está associada à convicção de uma menor preocupação deste com os anseios da população e vice-versa. O gráfico 4 indica que somente 15% dos luandenses adultos consideram que o governo angolano se preocupa com as expectativas dos cidadãos, enquanto 26% têm opinião contrária. Há neste momento 11% de prevalência de opiniões negativas, contra 13% de opiniões positivas em Outubro de 2006. A conclusão aponta, pois, para um maior grau de cepticismo em relação à actuação do governo angolano. O cepticismo é maior em bairros

urbanos da cidade de Luanda, bem como no seio de indivíduos do sexo masculino e de luandenses com idade acima dos 30 anos e instrução acima da 8ª classe. Pode, pois, concluir-se que continua a ser em subúrbios da cidade de Luanda que em maior grau se considera que o governo angolano pode ainda, a curto prazo, satisfazer os anseios dos cidadãos.

070609-16
Instrução e rendimento acima da média são factores de abstenção
Um quarto dos luandenses não irá às urnas
Cerca de um quarto dos habitantes adultos da cidade de Luanda declara que se absteria se as eleições legislativas fossem realizadas

Nesta sondagem Consulteste-Semanário Angolense foi abordada a intenção de voto dos habitantes adultos da cidade de Luanda. Não era intenção fazer uma pesquisa eleitoral, mas verificar somente em eleições legislativas, que percentagem de luandenses declara predisposição para:
a) abstenção;
b) voto no Mpla (partido político que governa o país);
c) voto em qualquer partido político que se encontre actualmente na oposição.
Quando se diz não ser intenção fazer uma pesquisa eleitoral, quer-se dizer que não se pretendia saber exactamente em que partidos políticos existe neste momento intenção de votar - para o que seria necessário utilizar um método de recolha de dados bastante mais dispendioso. No que respeita a partidos políticos, somente se considerou o Mpla, quer por ser o partido político que venceu em Luanda as eleições legislativas de 1992, quer por se tratar do partido político que governa Angola. A este respeito, a principal conclusão da sondagem dá conta que se as eleições legislativas fossem realizadas neste momento, apenas 75,9% dos luandenses adultos estariam na disposição de votar, enquanto 22,9% optariam pela abstenção. Apenas 1,2% dos respondentes preferiram não emitir qualquer opinião. São estes os resultados da sondagem, no que respeita à abstenção eleitoral na cidade de Luanda. Considerando que estamos a trabalhar com uma margem de erro amostral da ordem dos 4,5%, a generalização destes resultados obtidos numa amostra representativa dos adultos de Luanda é a seguinte: se as eleições legislativas fossem realizadas neste momento, teríamos uma taxa de

abstenção entre 18,4% e 27,4%. Tendo em conta que nas eleições legislativas de 1992 a taxa de abstenção foi de 6,7% e a abstenção nas urnas foi de 4,4% (o que perfaz um total de 11,1%), a conclusão é de se estimar neste momento um aumento da taxa geral de abstenção para mais do dobro do registado em 1992. Uma vez que a intenção é apresentar somente factos, vamos abster-nos de indicar as razões para o actual aumento da taxa de abstenção. Podemos dizer apenas que se comprova desta forma a ideia que vem sendo veiculada, segundo a qual se prevê o aumento do índice de abstenção em eleições em Angola. Luanda passa assim a ser actualmente exemplo demonstrativo da comprovação dessa hipótese. Mas isso não significa que daqui a algum tempo não possa haver inversão do actual quadro de aumento da abstenção. Tudo dependerá, obviamente, das acções que venham a ser empreendidas pelos partidos políticos nos próximos tempos – seja antes, seja durante a campanha eleitoral. Para já, o que se pode dizer é que existe actualmente em Luanda uma grande faixa do eleitorado (à volta de um quarto) que pode ser disputada pelos partidos políticos. Vejamos, a seguir, que factores poderão estar na origem da opção pela abstenção. A análise de correlação diz-nos que o sexo e o meio de residência não são, actualmente, variáveis que diferenciam este tipo de opção. Isso significa que mulheres e homens optam pela abstenção em grau estatisticamente idêntico, o mesmo sucedendo na relação entre o meio urbano e os subúrbios da capital (sobre este último aspecto, veja-se o gráfico 1). As variáveis que diferenciam significativamente a opção pela abstenção são (por ordem de importância) o grau de instrução, o volume de rendimentos e a idade. O gráfico 1 demonstra que quem em maior grau opta neste momento pela abstenção são pessoas com instrução acima da 8ª classe, pessoas que vivem em famílias com rendimento acima da média e pessoas com idade abaixo dos 30 anos. Prova disso é que se considerarmos somente o grupo de respondentes com idade abaixo dos 30 anos e rendimento e instrução acima da média, a taxa de abstenção atinge 62,5%. Quer em bairros urbanos, quer em subúrbios, mantêm-se as relações acabadas de apresentar.

070609-16
Ficha técnica

Método de entrevista: entrevista directa por questionário

Método de amostragem: por quotas, estratificada segundo o meio de residência
Entrevistas: habitantes da cidade de Luanda com idade a partir dos 18 anos
Nº de entrevistas: 660
Margem de erro: 4,5%

Período de realização das entrevistas: 19 a 27 de Maio de 2007 Empresa responsável pela sondagem: Consulteste Investigador coordenador da sondagem: Paulo de Carvalho, sociólogo

070609-16
Mpla lidera intenção de voto em Luanda

O gráfico 2 dá conta que dentre os habitantes adultos de Luanda que manifestam intenção de votar nalgum partido político, prevalecem quantos hoje votariam no Mpla. No quadro da amostra, os votantes no Mpla são 59,1%, enquanto os votantes em partidos políticos da oposição correspondem a 16,8%. A generalização desses resultados para a população de habitantes adultos de Luanda indica os seguintes valores: a) entre 54,6% e 63,6% de votantes no Mpla; b) entre 12,3% e 21,3% de votantes em partidos políticos actualmente na oposição. Em relação ao único partido político mencionado, se compararmos estes resultados com aqueles que se registaram nas eleições legislativas de 1992, a conclusão é de haver neste momento relativa diminuição de votos no Mpla em Luanda. Mas não vamos prosseguir esta análise, visto não estarmos a apresentar resultados de uma pesquisa eleitoral. Vejamos, a terminar, quem em maior grau declara votar no Mpla e quem em maior grau declara votar em partidos políticos da oposição angolana. Em relação ao Mpla, o gráfico 3 demonstra que os factores que condicionam neste momento o voto neste partido político são o grau de instrução, o volume declarado de rendimentos e o meio de residência. Um menor rendimento e um mais baixo grau de instrução estão associados à declaração de voto no Mpla. Constata-se ainda que é em bairros urbanos que o Mpla obtém maior aceitação. Em bairros urbanos, são as pessoas com menor instrução e com idade abaixo dos 30 anos que votam em maior grau no Mpla. Já em subúrbios, a diminuição do grau de instrução, o aumento dos rendimentos e o aumento da idade provocam maior aproximação ao Mpla. No que respeita à intenção de voto nos partidos políticos actualmente na oposição, ela

aumenta com a diminuição dos rendimentos, com o aumento da idade e com a residência em bairros suburbanos. O gráfico 4 ilustra tais relações.

070609-16
Contribuições para o sucesso das empreitadas de obras públicas (XL)
Lei do fomento habitacional e os materiais de construção (Fim)
Eng. António Venâncio (*)

Os cidadãos, e sobretudo os jovens, querem saber se têm possibilidades reais de obter uma habitação nos próximos tempos. Trata-se de uma inquietação legítima decorrente da intrínseca expectação juvenil sustentada pela natureza humana da independência familiar e tranquilidade patrimonial. O jovem quer ter a sua própria casa para constituir família e alcançar o conforto habitacional que é necessidade básica. Já Maslow – o homem que redesenhou a pirâmide das necessidades –, colocou na sua base a habitação, a alimentação e a saúde. No topo, como que troçando da humanidade, colocou a auto-realização, desiderato intangível, só perseguido pelos eternos insatisfeitos. Mas o pensador lá tem a sua razão ao assentar no fundo da pirâmide a habitação, dando primazia e asseverando que sem ela o homem não se pode sentir um animal superior. E quando analisamos a nova lei aprovada pela Assembleia Nacional, o seu alcance e modernidade, dá-nos tremendo desejo de proferir uma verdadeira dissertação para enaltecer e alardear aos quatro cantos do país, que tudo agora está montado para que os jovens e aqueles que não têm casas, possam tê-la sob condições totalmente facilitadas. É um golaço, como dizem os repórteres desportivos, que pode ser perfeitamente comemorado. Mas não é ainda um jogo ganho. Vão faltar os apetrechos legais regulamentares e a criação do fundo de apoio. Eu estou seguro de que o referido fundo há de surgir. Não posso acreditar ainda na expediência dos nossos agentes e funcionários decisores e executivos, porque vivemos ainda nas repartições e gabinetes públicos a doença quase crónica do burocraticismo, um defeito que poderá arrastar a elaboração dos regulamentos por longos e prolixos anos. Não seria a primeira vez. Existem leis de classe e categoria que passam ao olho do cidadão sem aplicação, remetendo-nos para as calemas gregas e alargando o nosso sofrimento, com todas as consequências políticas

e económicas que a inoperância e a inércia burocrática acarretam. São entre outros os deveres para casa que ficam por fazer, podendo-se descortinar facilmente o porquê da minha análise relativamente pessimista: - Elaborar os planos urbanísticos. - Criação do Fundo de Fomento Habitacional. - Elaborar os planos de ordenamento rural com a previsão dos terrenos destinados à habitação. - Elaborar a proposta de lei sobre isenções e reduções das taxas relativas aos impostos sobre aquisição de imóveis e sobre a concessão dos terrenos - Regulamentar o sistema de crédito habitacional. - Transferir terrenos para fins habitacionais dos domínios privados do Estado para os governos provinciais. Eu enumerei apenas 6 itens. Estou mesmo capaz de perguntar se o cidadão comum em plena consciência pode acreditar no cumprimento desses deveres de casa da forma mais expedicta e no timing acelerado que a situação requer. É claro que não. Só o tempo dirá! Temos dito com alguma dose de tristeza que o nosso funcionalismo público carece de reforma séria ao nível da sua própria estrutura mental e procedimental, acrescendo-se, naturalmente, estudos aturados do seu redimensionamento para elevar a qualidade e fazer baixar a quantidade, o que permitiria também aumentar substancialmente o nível das remunerações. É a falta de estímulo e rigorosa selecção que por vezes falta nos gabinetes do Estado, a causa da relativa apatia e inoperância das instituições. É ainda a fraca preparação e a impunidade que contribuem para a lentidão dos processos. A nossa esperança é a de tudo acontecer como está previsto no mais curto espaço de tempo. Porque o problema habitacional é um problema social grave que exige de todos nós um grande esforço suplementar, para que na próxima década, seja possível declarar Angola como o primeiro país africano livre da incerteza habitacional. E esta é uma meta perfeitamente alcançável. Do mesmo modo, é justo ainda percorrer um outro corredor problemático que infere no grande tema da habitação, que é o problema do modo de construir. É compreensível que certos colegas e até arquitectos se pronunciem com um enorme à vontade quando confrontados com a pergunta se o país está ou não a crescer no sector habitacional. Eles dizem que sim e manifestam até grande júbilo por estarem a ver cada dia mais e mais gruas torres. É verdade que o desenvolvimento na construção civil pode medir-se pelo número de gruas-torre por metro quadrado (!). Esta é uma maneira simpática de avaliar as cidades em crescimento, e no nosso caso de Angola, este rácio é extraordinário. Em

pouco menos de um par de anos, a cidade de Luanda vem dando mostras de que pode atingir um verdadeiro record em matéria de construção de edifícios urbanos de elevada qualidade arquitectónica. A título de exemplo, devo afirmar que a extensão da minha rua não ultrapassa os 100 metros. Nela, estão a ser erguidos nada-mais-nada-menos do que 5 modernísimos edifícios! A fila de espera para a obtenção de licenças, direitos de superfície e os pedidos ou requerimentos para planos de massa para a construção de novos edifícios é enorme. Mas se os investimentos privados, que se guiam por regras de mercado e qualidade são construções de bom gabarito e expressivo conforto, o mesmo não acontece com as obras de empreitadas de obras públicas. Por isso, peço a atenção para os argumentos que esgrimo nesta página em nome da crítica construtiva, que têm a ver com as empreitadas de obras públicas, não as particulares. Em geral, as obras de dinheiro público, avançam por caminhos distintos e não se cosem com as mesmas linhas do requinte e bom gosto da iniciativa privada. Aqueles que manifestam a sua discordância, por razão de ordem estética e conforto com tudo que tem a ver com construções de baixo nível de qualidade e habitabilidade promovidas com dinheiro público, não podem ser censurados. Se por um lado nos alegramos com as construções em curso na cidade, e nos congratulamos com o arrojo da iniciativa privada, já ao nível das construções de origem institucional pública, as coisas não vão lá muito bem. Muitas vezes, a grande alegria do benefício de uma habitação cedida ou subsidiada pelo Estado, contrasta com a tristeza da sua pequenez em matéria de conforto e qualidade estética, um assunto que devia merecer a palavra sábia dos arquitectos e de alguns colegas. Finalmente um outro capítulo que deveria animar a nossa discussão: os materiais a empregar. Julgo que seria de bom timbre que se augurasse para o futuro, uma postura diferente quanto à política de utilização dos materiais para a construção nas empreitadas de obras públicas. Se é salutar e jubiloso o advento da nova lei do fomento habitacional, devemos insistir na defesa daquilo que é nosso. Não há razões plausíveis para que a reconstrução se faça apenas com materiais importados, muitas vezes de péssima qualidade, quando, nas terras e jazidas de Angola, há tudo do melhor para se construir. É por isso que insisto que uma nova lei do fomento habitacional em Angola – aquela que pode fazer crescer em flecha o ritmo de construção de habitações –, devia vir acompanhada de uma boa política de materiais de

construção, afim de se garantir a incorporação maciça de produtos e de matéria prima oriunda das nossas ricas terras. Os ganhos são muitos: empregabilidade; economia de custos a longo prazo; aumento das exportações. Por isso, ficaria por aqui com uma crítica amigável: os arquitectos angolanos não se podem contentar apenas com as gruas-torre. Sobre eles impende também, a grande e nobre tarefa de lutar pelo desenvolvimento autosustentado do nosso país, tal como a nova lei em certo momento faz alusão.

(*)avenancio1955@hotmail.com
Tel:912393503

070609-16
Quando inertes não têm qualidade Pode acontecer o pior

Quando o calcário, parte dos inertes que se extraiam de Cacuaco e que foram utilizados em várias obras em Luanda, não é bom, possui no seu interior uma percentagem argilosa excessiva, que impede o processo químico de aderência dos aglomerados (granulados) com o ligantes (asfalto nas estradas e água no betão), comprometendo a coesão dos elementos. Estes começam a desintegrar-se rapidamente, levando a obra ou o objecto de trabalho ao colapso. Por exemplo, num processo fabril, do granito triturado e outros componentes de menor granulometria, misturados com ligantes, resultam num betume que garante a resistência ao desgaste. Os inertes são ainda utilizados na constituição da base das estradas, numa mistura ou refugo conhecida por tout-venant. Numa estrada, o comprometimento da coesão dos elementos resulta no seu rápido esfarelamento, mas numa casa ou ponte, os pilares construídos com uma mistura dessa maneira precária desintegrar-se-iam, fazendo ceder a estrutura no seu todo. Mas neste caso, a falha seria grave, que seria notada ainda durante a fase de construção, assim que sobre ele assentasse qualquer peso, permitindo ao empreiteiro rectificar o trabalho.

070609-16
Na idade da pedra

Ao discutir as soluções do país para o seu processo de recuperação e construção de infra-estruturas públicas e rodoviárias, os técnicos notam que embora se observe uma variedade de solução tecnológicas na edificação de imóveis, tal não se verifica no que diz respeito às

infra-estruturas rodoviárias. Recentemente, o SA abordou esta questão, apresentando a solução tecnológica da estabilização dos solos, mas soube posteriormente que a empresa que tentou introduzir esse conceito produtivo no nosso país viveu os maiores embaraços, quando representantes de sectores institucionais com participações privadas no ramo da construção civil reagiram ao que para eles era uma ameaça aos seus interesses. Angola fica, assim, confinada por mais tempo à tecnologia da pedra, que lhe permite obter estradas com uma vida útil de apenas 25 ou 30 anos, quando na Alemanha e nos Estados Unidos, a maior parte das estradas são feitas para durarem eternamente, graças a uma tecnologia que faz recurso à utilização de fartas camadas de betão. Nessas estradas, os custos de manutenção, tirando a sinalização horizontal a as lavagens, são nulos.

Xxxxxxxx

070602-9
Escutas telefónicas
Praga orweliana ou fobia?
Quando os angolanos passaram a desconfiar até da própria sombra

Dificilmente, neste país, haverá um cidadão médio que não tenha ouvido este tipo de recusa ao pretender abordar com alguém determinado tipo de assunto ao telefone. «Não. Este assunto não dá para ser abordado ao telefone. Tem de ser pessoalmente.» Intensificou-se, nos últimos tempos, uma espécie de praga «orweliana», em que meio mundo alega estar a ser alvo de escuta telefónica. Mania da perseguição ou não, o caso ganhou foro de pânico generalizado. Pessoas que sabem da enorme serventia do telefone para a resolução de problemas diversos, desde empresariais a políticos, sem necessidade de perdas de tempo com deslocações inúteis, passaram a não lhe dar o devido valor. Pode dizer-se que, em Angola, o aparelho inventado por Bell ainda não caiu no rol das inutilidades como tal, mas tão certo como necessitamos de ar para respirar, ele deixou de ser uma ferramenta de trabalho imprescindível. Nem pensar em falar de assuntos importantes ao telefone, que contem realmente e não sejam meras trivialidades. Se o assunto é político, pior. O tempo deixou de ser um

factor crucial para se aferir a produtividade. Coisas que podem ser resolvidas em dois tempos, decisões que podem ser tomadas com um simples telefonema, são proteladas até à realização de um encontro pessoal, o que resulta complicadíssimo numa cidade como Luanda, onde o trânsito não flui. Este fenómeno preocupa sobretudo porque, no seu efeito mais perverso e nocivo, tem conduzido a uma retracção das pessoas em matéria de liberdade de expressão e de pensamento, conquistas que já haviam sido dadas por adquiridas nesta nossa ainda que incipiente democracia. Alguns jornais já se referiram ao assunto, fazendo eco, fundamentalmente, de queixas de personalidades que suspeitam que têm os respectivos telefones grampeados. Certo, contudo, é que nenhuma das pessoas que dizem ter sido alvo de «vigilância» telefónica conseguiu apresentar evidências irrefutáveis disso. O Semanário Angolense pôs-se em campo para averiguar se o caso tem ponta por onde se lhe possa pegar, e no que diz respeito a evidências de escutas telefónicas massivas ficamos na mesma. Nicles. Em termos objectivos, nem mesmo olhando para o nosso Estado enquanto tal, se descortina nele alguma motivação para disseminar, massivamente e de forma indiscriminada, a vigilância dos cidadãos por meios telefónicos. Certo é que as suspeições e alegações sobre escutas cresceram em disparada, sejam elas reais ou não passem de simples fobia dos cidadãos. Mas, a ser uma fobia, não se perde de vista que o fenómeno tenha sido induzido por alguém (mais adiante fazem-se referências mais circunstanciadas sobre essa probabilidade), que assim terá conseguido o objectivo de instalar o pânico generalizado que agora se verifica em distintos segmentos da sociedade. A actividade dos jornalistas ficou claramente afectada com a retracção das fontes, que passaram a falar aos cochichos, mesmo quando privilegiam o contacto pessoal com os profissionais da comunicação social. Até os «mailings» são expedientes vistos agora com alguma desconfiança como meio para passar-se esta ou aquela informação «mais quente». A partir do momento em que também foi alegada a disseminação de escutas electrónicas, tornou-se o cabo dos trabalhos arrancar das fontes informações que contem por via do telefone, seja fixo ou móvel. O problema atingiu uma dimensão tal que, inclusivamente, a comunicação entre entidades institucionais deixou de ser fluida. Ministros dificilmente abordam com outros ministros matérias de foro transcendente por via do telefone. Directores de empresas ou gestores de topo também se retraíram. Em suma, derive o pânico que se

está a assistir de algo concreto, ou resulte de simples fobia dos cidadãos, a verdade é que estamos diante de um problema pernicioso para a vida em sociedade.

SC

070602-9
Garantem agentes do Sie e do Sinfo
Escutas generalizadas e massivas são tecnicamente impossíveis

Numa altura em que todo o mundo tacteia em relação à problemática das escutas telefónicas, fontes familiarizadas com o sistema de «intelligence» angolano fizeram revelações ao Semanário Angolense que afastam a probabilidade de haver em Angola uma prática massiva e generalizada de escutas telefónicas congeminadas pelo Estado. Tecnicamente, pelo menos, tal não é possível. «Não é verdade que existam escutas generalizadas a cidadãos e dirigentes, porque desde 1991 que os serviços [de inteligência angolanos] não usam meios de escuta do sistema Gsm e digital» - asseveraram as fontes, muito conhecedoras dos interiores das secretas deste país, nomeadamente o Sinfo e o Sie. As fontes, que pediram o anonimato, esclareceram que ao contrário do que as pessoas pensam, a legislação do país sobre o assunto não é omissa, encontrando respaldo num normativo específico, a Lei de Segurança Nacional. Ela estabelece que só com autorização judicial se pode fazer escuta telefónica secreta a um suspeito. «Mais ninguém tem competência para autorizar», sublinharam. Todavia, segundo as fontes, «rigorosa e tecnicamente, não é possível pôr, simultaneamente, sob escuta telefónica, um número elevado de suspeitos. Aliás, nenhum serviço sério faz isso, pois as escutas não devem e nem podem constituir a regra operativa para investigar alguém suspeito». Outra impossibilidade técnica, segundo as fontes, decorre do facto das escutas telefónicas generalizadas exigirem conexões por fio com as operadoras. «E essas operadoras, sobretudo a Unitel, jamais aceitariam porque os donos temeriam serem os primeiros alvos destas escutas.» Apesar de terem descartado a prática de escutas internas, as fontes do SA admitiram, contudo, que existiu vigilância externa por satélite, por altura em que o país adquiriu um equipamento que possibilitou a localização e consequente morte do líder da Unita, Jonas Savimbi. O referido aparato está hoje em posse do Sinfo.

070602-9
O que diz a lei
Escutas só com autorização judicial

Em Angola, a Lei Sobre a Segurança Nacional (Lei nº12/02 de 16 de Agosto) é o único dispositivo que contém normas que regulam a problemática das escutas telefónicas que o Semanário Angolense levanta nesta edição. Ela confere competência para autorizar a escuta («controlo de comunicações», de acordo com a terminologia usada pelo legislador) a um juiz, tal como acontece na generalidade dos Estados democráticos. Mas, ao que se sabe, nem sempre foi assim entre nós, tendo havido muita celeuma por essa razão, pois antes da entrada em vigor desta Lei, a competência era do Procurador-Geral da Republica, que não é propriamente um órgão judicial. No espírito da lei, tal facto não acautelava os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Vejamos, pois, o que diz a lei:
ARTIGO 24º
(Controlo de comunicações)
1-A decisão sobre o controlo de comunicações compete ao Juiz Conselheiro da câmara criminal do Tribunal Supremo a quem o processo fôr distribuído a requerimento dos órgãos e serviços públicos de informações bem como das forças e serviços de ordem interna. 2-Os órgãos e serviços públicos de informações e os órgãos e serviços de ordem interna do sistema Nacional de Segurança requerem a autorização por iniciativa própria e devidamente fundamentada. 3-A decisão a que se refere o número anterior deverá ser proferida num prazo não superior a 72 horas. Como se pode depreender, em termos de legislação há um esforço no sentido da preservação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Se tal não acontecer na prática, estes serão outros quinhentos. Em suma, de acordo com a lei, apenas um órgão judicial pode autorizar que, por motivos devidamente fundamentados, os serviços de informações possam proceder ao controlo de comunicações. Por outro lado, os agentes, civis ou militares, que tenham acesso aos dados concentrados nos centros de processamento de dados não podem utilizá-los com finalidades diferentes da defesa do Estado democrático de direito ou da prevenção e repressão da criminalidade (artigos 25º a 29º). E mais:quem tiver conhecimento, por qualquer forma, de dados que lhe digam respeito e que considere erróneos, irregularmente obtidos ou violadores dos seus direitos, liberdades e garantias pode requerer a

intervenção da comissão de fiscalização previsto no artigo 30º (garantia política) sem prejuízo do recurso aos tribunais (garantia judicial ou contenciosa).

070602-9

Bola de neve começou com a purga ao «mialismo»
Nunca antes do mediático processo de «cassação» de Fernando Miala, ex-chefe do Sie, o clima de medo aos telefones

Tanto quanto o Semanário Angolense logrou apurar, em círculos ligados aos serviços secretos angolanos há a ideia de que a fobia generalizada que se está a assistir em relação a presumíveis escutas telefónicas terá sido propositadamente disseminada para obter-se um efeito de indução psicológica. «Tratando-se de uma sociedade com acentuado nível de ignorância como a nossa, ela entra em pânico e acontece uma retracção em termos de liberdade de pensamento e de expressão», garantiu uma fonte familiarizada com o assunto. Trocado por miúdos, acredita-se que segmentos individuais do poder – e não o Estado enquanto tal – terão arquitectado e disseminado essa informação com o objectivo de criar um ambiente psicológico que mantenha os cidadãos em sentido, sobretudo potenciais adversários ou mesmo simples cidadãos descontentes com a situação geral do país. Ou seja, com a sensação de que estão sob vigilância, os cidadãos tornam-se cautelosos e pensam duas vezes antes de se envolverem em reivindicações sociais ou políticas. Aponta-se mesmo um evento que ao emergir terá provocado a bola de neve em relação às escutas telefónicas: o «mialismo». Nunca antes de todo o mediático processo que se desenrolou em torno do Serviço de Inteligência Externa (Sie), então dirigido por Fernando Garcia Miala, o clima de medo aos telefones havia atingido a dimensão quase patética que se verifica nos dias de hoje, com todo o mundo desconfiado até da própria sombra. O Sie terá sido o único organismo do Estado a adquirir equipamento capaz de efectuar escutas, mas tê-lo-á feito, segundo fontes do Semanário Angolense, no âmbito da perseguição movida contra o antigo líder da Unita, Jonas Savimbi. Contudo, como é sabido, na purga desencadeada contra Miala e pares, uma das irregularidades que lhes foram assacadas foi uma suposta realização de investigação secreta contra membros do Governo e da Presidência da República. Num dos pontos do relatório produzido no final da sindicância instaurada aludiu-se,

concretamente, à «realização pelo Sie de expedientes operativos (de investigação secreta), sem competência legal sem, razão funcional e sem orientação superior e cobertura jurídico-legal, contra determinados membros do Governo e dos Serviços de Apoio ao Presidente da República». De acordo com as fontes do SA, com estes ingredientes pelo meio, foi fácil tecer um quadro que foi permitindo disseminar, em proporções cada vez maiores, a ideia de escuta generalizada dos cidadãos e dos dirigentes. Ironicamente, o equipamento que Fernando Miala usou para perseguir Jonas Savimbi e, provavelmente, também o mesmo que lhe foi útil para apanhar e denunciar as manigâncias de Toninho Van-Dúnem, ex-secretário do Conselho de Ministros, estará agora a servir para vigiar os passos dos antigos «mialistas», quer estejam dentro como fora dos serviços de inteligência. Segundo se conta, a praga orweliana terá atingido até o interior das secretas, onde já ninguém confia em ninguém: todos se sentem observados.

070602-9
Para desanuviar o pânico

Severino Carlos

Até ao fecho desta edição, na passada quinta-feira, 31, o Semanário Angolense continuava à espera do feedback do Sinfo sobre a problemática das escutas telefónicas em Angola, o que não aconteceu. Perdeu-se, assim, uma boa oportunidade para as autoridades esclarecerem, de uma vez por todas, o que realmente se passa relativamente a este assunto. Mas o pior é que, agora, as pessoas podem tirar as conclusões que bem entenderem. Uma das ideias com que se fica é que ao Sinfo, eventualmente, interessará manter a presente situação, caracterizada pelo medo, fobia, ou o que quer que se chame, por parte dos cidadãos. Com efeito, diante da insatisfação que tem havido por parte de amplos segmentos da população, desencantados com os rumos seguidos pela governação, não é de todo despropositado considerar a possibilidade das estruturas de inteligência do país serem os instrumentos de uma estratégia que visa alimentar esse clima de medo e irracionalidade, na base da ideia de que todos estão sob observação, exactamente com o objectivo de retirar quaisquer veleidades a quem eventualmente se queira opor ao «status quo». É como dizer: «Cuidado com o que pensas fazer. Estamos de

olhos em ti». Podem parecer demoníacas, mas diante da mania do secretismo – no nosso caso, adoptado por tudo e por nada –, ilações como estas fazem agora todo o sentido. Até parece que há um esforço deliberado para recuperar conceitos já caídos em desuso relativamente ao que deve ou não ser do domínio público na actividade dos serviços secretos. Como se ainda vivêssemos nos tempos da Disa de triste memória, em que tudo – até os homens – era secreto. Os tempos mudaram e alteraram-se igualmente os conceitos que enformam os complexos domínios do «intelligence». É tempo de desassombrar esta questão das escutas telefónicas, que entre nós continua a ser vista com o velho rótulo do estritamente «top secret». Não tem, necessariamente, de ser assim. Vendo bem, as escutas telefónicas são uma prática universal. Em diversos países, ela é permitida desde que não vise a devassa pela devassa e, igualmente, desde que seja autorizada judicialmente. Há intrincados processos judiciais que são deslindados com recurso a escuta telefónica de suspeitos mais do que evidentes. No Brasil, a cruzada contra a corrupção tem-se sustentado nas escutas telefónicas. Há bem pouco tempo, nos Estados Unidos, o Presidente Bush tentou fazer aprovar uma lei que, ao abrigo da luta contra o terrorismo, permitisse que se fosse ainda mais longe no uso de meios de controlo e acompanhamento de suspeitos. É certo que a sociedade reagiu mal e Bush teve de recuar. Mas isso apenas prova que o que está em causa é a amplitude e extensão dos métodos. Em Angola, que não vive sozinha no planeta, não deve passar-se de forma diferente. Desde que haja sustentabilidade judicial, determinadas investigações podem apoiar-se em tais métodos. Recentemente, todos vimos um aflito director nacional do Comércio, Gomes Cardoso, a denunciar, publicamente, que há cidadãos estrangeiros, nomeadamente libaneses, indianos, senegaleses e outros que pretendem sabotar o Presild, o que configura um atentado contra a economia nacional. Num caso de semelhante gravidade, acreditamos que a sociedade angolana aceitaria de bom grado que as autoridades recorressem a escutas telefónicas para apanhar os criminosos. O que não pode nem deve ser é que se usem tais métodos de forma leviana, infundada e injustificada. Está em questão o cumprimento estrito da legalidade e a não violação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos quando um determinado processo exigir o recurso ao acompanhamento das comunicações do(s) suspeito(s). Aliás, tanto quanto sabemos, o país já fez avanços em relação à legislação dessa matéria,

tal como se pôde ver na peça «O que diz a lei». O handicap, pelos vistos, residirá sobretudo no facto de nunca ter sido devidamente publicitada, para o pleno conhecimento dos cidadãos. É hora das autoridades fazerem-no. Como, aliás, o Semanário Angolense acaba de fazer, num exercício de cidadania que por certo ajudará em muito a diminuir o pânico desgraçado que por aí anda. Esta questão das escutas telefónicas deve, por isso, ser devidamente explicada à sociedade (ainda se vai a tempo) para que cada um de nós não se sinta um pouco como Winston Smith, a personagem principal de «1984», a obra-prima de George Orwel. Angola não é propriamente um gulag. Mas a sensação de estarmos a ser indiscriminadamente vigiados não é muito diferente da que Winston Smith experimenta diante do omnipresente «Big Brother» que vigia tudo e todos num país imaginário. Quem leu o livro de Orwel lembrar-se-á que ele é uma crítica aos regimes totalitários e à nivelação das sociedades, onde o cidadão, por via de um controlo devassador e asfixiante, acaba reduzido a mera peça para servir o Estado. Portanto, revisitar «1984» pode ser uma boa terapia para nós.

070602-9
Contribuições para o sucesso das empreitadas de obras públicas (XXXIX)
A nova lei do fomento habitacional e a redinamização da indústria de matériais de construção (I)
Eng. António Venâncio (*)

Esta é uma lei que consagra as normas e princípios gerais que doravante devem orientar a política de fomento habitacional em Angola. Trata-se de uma lei extremamente importante. Julgo que a ideia central - e não podia ser outra- é atingir a melhoria geral da qualidade de vida dos cidadãos nos meios urbanos e também rurais. Não há dúvidas de que estamos perante mais um instrumento legal poderoso, capaz de, a partir de agora, acelerar a promoção de novas áreas habitacionais no nosso país. Desde a habitação do tipo rural, a auto-construção, a habitação social de baixa e média rendas apoiadas pelo Estado. A lei refere-se também à habitação de alta renda, mas confere toda a liberdade à iniciativa privada e a entidades públicas interessadas, fazendo respeitar, como é óbvio, as leis do mercado. ATITUDE CORAJOSA DO GOVERNO Eu julgo que a lei configura aqui, designadamente, uma atitude bastante corajosa por parte do governo, porque ela visa

de forma muito clara uma melhor repartição da riqueza nacional, pois o seu escopo resume-se numa correta justiça social distributiva. Nós até agora falámos muito de melhor distribuição da riqueza nacional, mas muitas vezes fazemo-lo na mais pura abstracção, deixando os cidadãos confusos. Com esta lei, temos agora a oportunidade de dizer que estão criadas as condições jurídico-legais para, ao nível da habitação, passarmos para uma fase nova da melhor redistribuição da riqueza no capítulo da habitação. Por isso, é de louvar essa iniciativa do governo que vai de encontro às necessidades básicas da população. A nova lei se consubstancia na materialização de um direito que é fundamental, salvaguardado na própria lei constitucional, que é o direito a habitação. Mas é importante reconhecer que o Estado não estaria capaz de garantir habitação para todos os cidadãos trabalhando sozinho. Trata-se de uma empreitada colossal e de longa duração. O Estado deve contar também com a participação privada, mas, se pretender salvaguardar o equilíbrio, a proporcionalidade e a razoabilidade, deve estabelecer mecanismos de criação de incentivos e políticas de fomento habitacional concretos, tais que por um lado seja capaz de atrair investimentos privados ao Sector, e por outro, de actuar como facilitador, dando ao cidadão interessado, as melhores possibilidades de contrair empréstimos bonificados ou a total subvenção. É isto o que o governo faz com essa nova lei. É LOUVÁVEL A INICIATIVA O Estado vai actuar em - Habitações Urbanas e Rurais - Habitação Social (em regra é autosustentada com instrumentos de gestão sustentável como as rendas ou prestações de aquisição, a criação de um Fundo de Fomento Habitacional alimentado com receitas do Estado, das rendas e das prestações de aquisição dos próprios beneficiários) As habitações, de acordo com a lei, poderão ser parcialmente subvencionadas, ou até mesmo totalmente subvencionadas pelo Estado quando se trate de cidadãos em situação de extrema pobreza. De acordo com a nova lei, pela habitação social, pretende-se combater a expansão urbana ilimitada e anárquica, visando conter as cidades dentro de determinados limites. Contudo, a lei adopta uma tipologia que julgo estar perfeita, que é a de separar e ordenar o fomento habitacional pelos limites dos rendimentos dos beneficiários ou adquirentes, tendo a destacar as mais importantes: a)- Habitação a custos de mercado (com intervenção pública ou privada a regulamentar) b)- Habitação auto-Construída (aqui destaca-se a concessão de terrenos

urbanos a baixo preço e oferta de projectos-tipo diversificados, quer para zonas urbanas quer para zonas rurais) c)- Habitação Social MODO DE CONSTRUIR (CULTURA CONSTRUTIVA) Mas tal como qualquer lei, ela não consegue abarcar todos os aspectos relacionados com o tema. Há sempre em todas as leis, questões que ficam de fora, e nesse particular, revelam extraordinária importância a questão da própria materialização da lei no terreno, que tem a ver com o modo de construir no nosso país. Tratando-se de futuras empreitadas de obras públicas, convém desde logo expurgar os malefícios do actual sistema de construção que peca por relactiva inactividade, sendo de recomendar o emprego de novas tecnologias em perfeita harmonia com a nossa realidade, e em particular, com as nossas potencialidades. Ao aprovar a lei, o Estado deverá criar mecanismos expeditos para facilitar o crédito bonificado, e, rapidamente, ir resolvendo o problema habitacional das populações. Está prevista a criação do Fundo de Fomento Habitacional Ffm, que deverá ser criado por lei. O Fundo será alimentado por dotações comparticipadas do Orçamento Geral do Estado e outras fontes numa perspectiva autosustentada. De sublinhar a grande relevância que o Estado atribui a questão da juventude, que realça que o crédito habitacional para os jovens deve ser concedido em regime bonificado. É de facto admirável a visão espelhada na lei, quando se refere a cooperação institucional pública e privada. Esse lado moderno da lei, proporcionará seguramente enormes investimentos no futuro. O que é preciso agora, é fazer com que o programa, ao ser materializado, possa responder aos melhores anseios da população em matéria de qualidade de vida e do conforto habitacional. O tipo de habitação social, deve também responder a um padrão mínimo de qualidade, e que não se façam mais habitações horrivelmente concebidas e reprováveis, como algumas que foram erguidas na província de Luanda em tempo muito recente. As empreitadas de obras públicas destinadas a habitação, deverão representar um salto em frente em matéria de qualidade e bem-estar. O contrário, poderia representar um doloroso desperdício de recursos. DO PONTO DE VISTA JURÍDICO NÃO BASTA Do ponto de vista meramente jurídico a lei está muito bem concebida e dá agora total garantia ao cidadão de que o seu direito à habitação está ao alcance com a intervenção directa do Estado. Contudo, do ponto de vista da arquitectura e da engenharia, muito temos que fazer ainda, para que as futuras empreitadas de habitações não se transformem numa quimera de mau

gosto, com casas arquitectonicamente horríveis e desconfortáveis. Temos bastante terreno para construir, e muita matéria prima que nos permite obter materiais de construção em quantidade. É uma questão de bom gosto e olhar para o homem angolano com reconhecida dignidade. Nesse futuro desafio, é de reprovar qualquer tentativa de imposição de projectos de total pobreza arquitectónica, aquela que escuda alguns decisores e agentes superiores do Estado que continuam a pensar em «casebres industriais» para albergar as populações, num total desprezo à sua dignidade e a dos seus filhos que serão no futuro os seus verdadeiros utentes. Muitas vezes, tais agentes, em nome da austeridade misturada com demagogia, justificam as casas de chapa sem conforto que projectam para as populações, com o cinismo e o aproveitamento de cunho pessoal. Nós precisamos de cair-lhes em cima com a devida crítica. Angola precisa de qualidade e ponto final. E construir mais bonito, mais confortável e mais estético, não implica necessariamente mais dinheiro, mais recursos e mais tempo. Precisa-se apenas de mais respeito à dignidade humana. Em Luanda há edifícios construídos e outros em construção por sistemas prefabricados, que não respondem ainda aos padrões aceitáveis de qualidade e estética. E para tal não seria necessário gastar mais, senão pensar mais.

(*)avenancio1955@hotmail.com Tel: 912393503

070602-9
Decretado desfecho sobre caso das pedreiras de Cacuaco

O Conselho de Ministros decretou quarta-feira, em Luanda, a extinção da exploração mineira nas pedreiras de Cacuaco, por considerar que «o material britado extraído dessa área é de má qualidade para a realização de obras de construção civil e de pavimentação, com efeitos negativos na qualidade e durabilidade dos mesmos». O decreto determina que os operadores que beneficiaram do direito de exploração na zona de Cacuaco que detenham títulos de concessão não expirados, devem negociar junto do Ministério da Geologia e Minas a sua transferência para outra área de exploração de pedreiras. A decisão do Conselho de Ministros, realce-se, põe fim a uma série de mal entendidos, um relacionado com a qualidade das obras e outro com a ocupação militar da zona de exploração de Cacuaco, com o impedimento do desenvolvimento da

produção e a ausência de explicações aos detentores daqueles empreendimentos. Desde há três anos, os operadores do mercado de construção civil vinham reclamando da qualidade dos inertes extraídos em Cacuaco, facto dado por anos e até décadas de actividade contínua que ali resultou no esgotamento dos recursos realmente válidos. As consequências da utilização de inertes saldaram-se em processos rápidos de degradação e de perda de importantes infra-estruturas rodoviárias, às quais o Estado destinou elevadas somas de dinheiro. Segundo declarou a este jornal uma fonte do Inea, a construtora brasileira Odebrecht, que tem acometidas importantes obras de construção de infra-estruturas em Luanda, deixou de aceitar os inertes provenientes de Cacuaco para garantir a qualidade dos empreendimentos em que está envolvida. Mas essa construtora também tomou decisões cruciais: por exemplo, apontou a fonte, na requalificação da avenida Pedro de Castro Vandúnem «Loy», que rasga o sul de Luanda do Controlo Policial do Golfe ao Morro Bento e ao Benfica, a obra não ficou concluída pela recusa de empresa em utilizar inertes da fraca qualidade. A empresa brasileira que projectou pavimentar o troço requalificado com várias camadas de asfalto, mas deixou de o fazer em algumas áreas e só entregou a obra para ser aberta ao tráfego porque o cliente, o Inea, pressionou nesse sentido. O outro mal entendido está relacionado com o nervosismo que assolou os proprietários das concessões mineiras de Cacuaco depois de em Março deste ano terem visto os seus domínios ocupados por militares que, sem dar explicações, impediram o prosseguimento da actividade de exploração. Alguns dos proprietários das seis empresas afectadas por tal processo, Paviterra, Soares da Costa, Cojoal, Sanir, Tecnovia e Afritrak, contactaram este jornal afirmando temer que o efectivo militar colocado nas explorações estaria a ser utilizado numa expropriação que perseguia servir interesses privados de membros da «nomenklatura». Temiam, também, perder definitivamente as licenças, algo que parece ficar resolvido com a decisão governamental de quarta-feira. O Semanário Angolense soube que as novas pedreiras que vão servir as obras em Luanda vão estar localizadas no Dondo, Kwanza-Norte. O SA conta abordar este assunto com mais profundidade na sua próxima edição, contando com depoimentos e outras contribuições de renomados especialistas nacionais e estrangeiros.

070602-9
«Zé» Leitão deu a cara pelo projecto
De espelunca, Gika passa à imponência

Antigo Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica, José Leitão, é um dos rostos mais visíveis do grupo de empreendedores que nos próximos dois anos fará do antigo quartel e centro de acolhimento de deslocados de guerra, o Gika, um dos mais imponentes e modernos centros comerciais, empresariais e habitacional de Angola, segundo dados avançados por representantes do grupo. O empreendimento «Comandante Gika» foi formalmente apresentado na última sexta-feira, em Luanda, com o lançamento da primeira pedra no espaço onde será edificado. O acto de lançamento foi presidido pelo ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, em representação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O espaço que outrora albergou a conhecida escola militar «Comandante Gika», vai dar lugar a um complexo de infra-estruturas, com imponentes torres de escritórios e habitação, assim como um sofisticado shopping, encarado pelos seus projectores como um dos maiores e melhores de Angola. Contará, também, com um hotel de cinco estrelas. Entre os espaços que deverão compor o «empreendimento Gika» consta um centro comercial de três andares baptizado como «Luanda Shopping», com 208 lojas, um hipermercado, seis salas de cinema, restaurantes e um parque de estacionamento com capacidade para 1.581 viaturas. Haverão ainda duas torres com 21 pisos cada, que vão alojar escritórios e serão, reclamam os donos do empreendimento, o principal centro de negócios de Luanda, servido por um parque de estacionamento para 470 veículos. Outras duas torres, de habitação, com 25 pisos cada e 136 apartamentos, constituem o condomínio fechado do empreendimento, também servido por um luxuoso e moderno hotel de cinco estrelas, baptizado como «Hotel Vip Grand Luanda», com um heliporto. O hotel vai dispor de 300 quartos duplos, 70 suites e com espaços para os variados serviços e de lazer para a sua clientela. A cedência do espaço, pertença das Forças Armadas Angolanas (Faa), para a edificação do projecto, teve por contrapartida a construção de uma academia militar, numa outra zona de Luanda, às expensas da entidade proprietária do empreendimento. O Semanário Angolense apurou que, actualmente, a referida escola militar funciona provisoriamente no Campo do Grafanil e

que a mesma já sofreu uma redução das suas dimensões devido às obras que darão lugar a amplificação da estrada principal. Presidente da Assembleia-Geral da estrutura empresarial que vai gerir e acompanhar a execução do projecto, José Leitão, avançou que a edificação do empreendimento está estimada em Usd 470 milhões e que o prazo previsto para a sua execução é de aproximadamente dois anos. Ocupa uma área de 307 mil metros quadrados.

Xxxxxxx

070526-0602
Posição do Tribunal de Contas

O porta-voz do Tribunal de Contas (TC), Gilberto Magalhães, afirmou que o Governo Angolano ainda se encontra nos limites dos prazos para submeter ao Tribunal de Contas os contratos relativos às empreitadas sobre as estradas estruturantes e Luanda e à construção dos quatro estádios de futebol, embora a questão a reserva fiduciária não entre o escopo daquilo que são as prerrogativas da instituição. Falando a este jornal para comentar os aspectos da regularidade e da legalidade dos contratos anunciados pelo Governo ao longo dos últimos três meses, o porta-voz do TC reconheceu que os actos relativos às empreitadas sobre estradas e estádios podem não ter sido ainda remetidos à instituição. Explicando, Gilberto Magalhães declarou que o TC dispõe de dois mecanismos de fiscalização da regularidade de legalidade dos gastos públicos, sendo um deles a fiscalização preventiva, quando os contratos são previamente remetidos, deixando a esta instituição a prerrogativa decidir sobre se devem ou não ocorrer. Mas, num segundo mecanismo, o TC pode fiscalizar verificando a cabimentação e outros aspectos da legalidade dos actos ou contratos, já após o decorrer das obras. Numa associação dos dois mecanismos tem-se, pois, que o Governo está em tempo de submeter qualquer um daqueles dois actos e contratos à fiscalização do TC, segundo afirmou Gilberto Magalhães. O porta-voz do TC frisou, entretanto, a importância da fiscalização preventiva, não só para a instituição de controlo, mas, também, para as partes dos contratos. Só com o aval do TC, notou, os contratos entram na esfera jurídica do direito angolano, o que em caso de contratempos se

revela importante quer para os representantes do Estado, quer para os fornecedores. Quanto à questão da constituição de reservas fiduciárias para a construção de novas cidades e empreendimentos económicos, Gilberto Magalhães disse que ela não entra no escopo do TC, porquanto delimitar Reservas de Estado é prerrogativa do Governo. O regime geral de adjudicações e realização de despesas (conhecido como o decreto 7), assim como o regime de realização de despesas de obras públicas (40/05) abonam o preceituado na Lei do Tribunal de Contas sobre a fiscalização, segundo Gilberto Magalhães que alertou o SA para o facto naquilo que diz respeito ao valor máximo que isenta os actos e contratos da fiscalização, a Lei do TC foi alterada pelo decreto 21/03, de 29 de Agosto. Nos novos termos, entidades e organismos públicos podem subscrever actos e contratos sem se submeterem à fiscalização desde que os valores não superem os 350 mil dólares, ao invés dos 50 mil previstos na Lei 5/96 (ver texto principal).

070526-0602
Na corrida desalmada para mostrar obra
Governo passa por cima da lei
Projectos de estradas para Luanda, construção de novas cidades e de estádios para o Can-2010 não foram

Acossado pelo povo, que reclama contra a falta de infra-estruturas ou contra a forma visivelmente criminosa com que muita delas vai sendo construída, o Presidente da República tem conduzido o Governo a adoptar projectos às pressas. De tal forma que, nesses processos, as normas legais e os procedimentos administrativos são pura e simplesmente pisoteados. Segundo apurou o Semanário Angolense, o Governo não tem submetido ao Tribunal de Contas os contratos sobre importantes projectos do foro das obras públicas, apesar de estar legalmente obrigado a fazê-lo pela Lei nº 5/96. Também conhecido como Lei do Tribunal de Contas, este instrumento legislativo obriga os organismos do Estado a submeterem toda a sua actividade financeira à fiscalização desse tribunal. A lei diz que, no capítulo das suas competências, o Tribunal de Contas deve, entre outras coisas, «fiscalizar preventivamente a legalidade dos actos e contratos geradores de despesas ou que representem responsabilidade financeira das entidades que se encontram sob sua jurisdição». Estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas os órgãos de soberania

do Estado e seus serviços, institutos públicos, autarquias locais e associações, empresas ou sociedades de capitais maioritariamente públicos, assim como associações públicas. Nos termos da lei, a fiscalização preventiva, que na sua impaciência o Governo tem ignorado, persegue «verificar se os actos e contratos a ela sujeitos estão conforme as leis vigentes e os encargos deles decorrentes têm cabimentação orçamental». A lei estabelece que sempre que os contratos de qualquer natureza, quando celebrados pelas entidades da sua jurisdição, excedam o valor equivalente a 50 mil dólares, devem ser remetidos ao Tribunal de Contas, para ficarem sujeitos à fiscalização preventiva. Mas o Governo tem-se pautado por uma conduta contrária aos desígnios da lei. Em duas ocasiões, este ano, anunciou actos e contratos concebidos, por assim dizer, por cima do joelho, apenas para amparar os efeitos da sua desastrosa actuação no campo do provimento de serviços económicos e sociais. Está-se a falar, em primeiro lugar, das obras de construção ou reabilitação de seis estradas estruturantes em Luanda, em contratos cedidos a empresas brasileiras pelo valor global de 1.1 bilhão de dólares, de uma linha de crédito aberta pelo Brasil. A construção dessas estradas foi delineada no quadro de decisões precipitadas do partido-governo, quando em Abril descobriu um mal-estar geral gerado pelo estado degradante ou da penúria de vias públicas, equipamentos de saneamento e drenagem. A coincidir com esse período, um levantamento do Mpla dava a indicação de que os militantes desse partido tinham decidido em massa abster-se do registo eleitoral, deixando antever a possibilidade de uma derrota eleitoral. Reclamando possuir um milhão e 200 mil militantes em todo o país, o Mpla possuirá, alegadamente, 600 mil só em Luanda, mas, em Março, quando foi feito o tal levantamento, apenas 29 mil se haviam registado na capital do país. Em teoria, tal significaria uma derrota eleitoral do Mpla, que perderia o sufrágio caso a ausência dos seus militantes nas urnas correspondesse a uma afluência massiva de apoiantes e militantes dos partidos da oposição. Tem-se que com tais números, mesmo em caso de vitória, essa não seria suficientemente folgada para garantir ao Mpla a maioria necessária para governar em estabilidade. O outro facto alinhado a essa conduta está ligado ao decreto do Conselho de Ministros que estabelece a constituição de reservas fundiárias para a construção de três novas cidades e, também, autoriza a consignação de contratos para a edificação de quatro

estádios de futebol para o Can-2010. A constituição de reservas fundiárias significa que os terrenos destinados a tais cidades já foram identificados e delimitados, o que, por sua vez, terá obedecido a estudos que já terão sido ou estão a ser pagos. Emanando da correria que tem estado a apressar o Governo, convencido de que para conquistar os eleitores tem que mostrar obra, não está óbvio que todas as normas e procedimentos legalmente instituídos tenham sido observados. Isso mesmo pode ser dito em relação às empreitadas para a construção dos estádios, um processo em que, segundo se sabe, representantes do Estado usurparam competências e interferiram em pelouro alheio. O Governo está a correr porque decidiu fazer das eleições reféns de obras que se arrastam a passo de camaleão e em que os resultados, para além de tardarem, não se manterão visíveis por muito tempo, mercê dos quase nulos conceitos de qualidade que os empreiteiros utilizam. No meio da precipitação gerada pela correria, o Governo envolveu-se num «vale tudo», inclusivamente, na violação de normas e procedimentos que o próprio Governo criou e implantou. A desorientação está por demais evidente. Os casos mais flagrantes podem achar-se nos contratos que deram origem ao projecto de construção de seis estradas estruturantes para Luanda.

070526-0602
O seu novo poiso será o Complexo Hoteleiro Imbondeiro
Carmo Neto deixa Comando Geral da Polícia

A grande novidade para a segunda etapa das mexidas de Ambrósio de Lemos nas chefias da Polícia poderá ser a saída de Carmo Neto, porta-voz do Comando Geral da Polícia Nacional. Fontes bem informadas disseram ao Semanário Angolense que o 1º superintendente Carmo Neto deverá ser transferido para o Complexo Hoteleiro dos Imbondeiros, em substituição de António Lenguela, falecido no passado mês de Abril, em circunstâncias que alguns homens da polícia apelidam de estranhas. Dados fornecidos por fonte afecta a esta instituição disseram que a iminente transferência de Carmo Neto enquadra-se na segunda fase de remodelação que teve início em princípio deste mês, com a rotação de vários quadros nos comandos provinciais da corporação. Comenta-se à boca pequena que a relação entre Ambrósio de Lemos e Carmo Neto nunca foi das melhores, chegando ao ponto de o ainda porta-voz da Polícia Nacional evitar comparecer às reuniões da Ordem Pública, na altura em que Ambrósio

de Lemos se ocupava desta pasta. «A saída de Carmo Neto, além de enquadrar-se na segunda fase das remodelações deve-se também ao mau relacionamento existente entre ele e o Comandante-Geral. Tanto assim é que na altura em que o comandante se ocupava da pasta da Ordem Pública, Carmo evitava pôr lá os pés, enviava sempre o seu adjunto», segundo confidenciou ao SA um agente daquela corporação que pediu para não ser identificado. De acordo com as mesmas fontes, Carmo Neto sobreviveu à primeira mexida feita por Ambrósio de Lemos por ser supostamente um protegido do ministro do Interior, Robertro Leal Ngongo, de quem se diz afilhado de casamento. Confrontado com a informação que dá como certa a sua saída do Comando Geral da Polícia, Carmo Neto teria dito que isso não lhe perturbava o sono. «Eu sou advogado e não morro de fome». A saída de Carmo Neto pode coincidir, também, com o desaparecimento da revista «Tranquilidade», da qual é o principal mentor e impulsionador. «Caso o Carmo deixe realmente o cargo, como tem sido especulado, a revista Tranquilidade também poderá desaparecer, uma vez que há muita gente dentro do Cgpn e do próprio ministério que nunca engoliram esta revista. Havia mesmo quem dissesse que era uma forma de se amealhar algum, uma vez que não justifica o custo». Adiantou uma outra fonte ligada à Polícia Nacional. Carmo Neto está à testa do gabinete de comunicação e imagem da Polícia Nacional há quatro anos, onde entrou em substituição do Comissário Francisco Pestana. Algumas pessoas já estão a ser sondadas para ocuparem o cargo que Carmo Neto deixará vago. Para já sabe-se que terá de ser uma figura com bom relacionamento com a imprensa, diplomático e de trato fácil. Especula-se sobre o regresso de Francisco Pestana, uma vez que, dizem as nossas fontes, Ambrósio de Lemos é um saudosista, defensor do regresso da velha guarda à Polícia Nacional. Contactado por este jornal, Carmo Neto limitou-se a dizer que o seu relacionamento com o comandante geral resultou já na criação do programa de rádio «Vanguarda Policial», transmitido pela Rádio Nacional e no lançamento, próximo, de um programa de televisão. Sobre a sua eventual transferência, Carmo Neto, afirma nada saber.

070526-0602
Processo Sme
Quina da Silva e pares detidos, enfim, pela DNIC

A Direcção Nacional de Investigação Criminal (Dnic) prendeu, quarta-feira última, os antigos responsáveis do Serviço de Migração e Fronteiras (Sme), depois de aturada averiguação que acabou por confirmar as graves acusações que impendem sobre os mesmos desde uma sindicância efectuada pela Inspecção-Geral da Administração do Estado (Igae), dando conta da evasão de elevadas somas monetárias em moeda estrangeira em resultado da emissão fraudulenta de vistos de trabalho e cartões de residência a expatriados que não preenchiam os pressupostos para deles beneficiarem. Os antigos responsáveis do Sme, agora encarcerados, são acusados do crime de peculato. Estimativas avaliadas muito por baixo, pelas fontes que forneceram esta informação ao Semanário Angolense, apontam para a existência de desfalques de mais de 15 milhões de dólares norte-americanos e mais de 200 milhões em moeda nacional, kwanza. «Mas são estimativas que estão muito longe dos verdadeiros valores», garantiu uma fonte. Quinta-feira de manhã, altura em que esta edição do jornal era ultimada, fontes policiais insuspeitas garantiram que era suposto que a essa hora a ordem de detenção já tivesse sido legalizada pela Procuradoria-Geral da República e os arguidos e processos remetidos a tribunal. Estão envolvidos neste processo aos membros da antiga direcção do Sme, com realce para Joaquina da Silva «Quina», afastada do cargo de directora-geral há um ano, e o seu adjunto, Rui Neto. Seguem-se Mariano Supi, ex-chefe da Unidade Aérea do SME em Luanda, José Domingos, da unidade marítima, Hermenegildo Segunda Licachi, antigo chefe do Departamento de Planeamento e Finanças, e, por último, o ex-delegado do or ganismo na província do Zaire. A moldura penal prevista para os crimes de que são acusados é de 12 a 16 anos. Este processo vem de há dois anos, quando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, instaurou uma comissão de sindicância, levada a cabo pela Inspecção-Geral da Administração do Estado (Igae). No final da sindicância, um relatório da Igae, remetido à chefia do Governo, indicava o cometimento de graves infracções administrativas e do foro criminal. O processo foi depois repassado ao órgão de tutela, o Ministério do Interior, cuja estrutura de inspecção entendeu demitir os infractores e, no plano da responsabilização criminal, remeteu o caso à Dnic para que esta desse continuidade às investigações, cujas conclusões desembocam agora na detenção dos acusados. A investigação feita pela Dnic acabaria por confirmar não apenas os resultados já anteriormente apurados pelos

inspectores da Igae, como foi mais longe, trazendo ao de cima a prática de infracções ainda mais gravosas cometidas pelos antigos responsáveis do Sme.

070526-0602
Filantropia também gera lucros
Graça Campos

Quando, há cerca de seis meses, Isabel dos Santos ganhou a presidência da Cruz Vermelha de Angola pensou-se que daí fossem resultar, entre outros, o desabrochar da própria instituição e a emergência de uma benemérita. Esta esperança decorria, fundamentalmente, da perspectiva de que Isabel dos Santos iria, com a influência que tem, finalmente mobilizar apoios e gerar contribuições para causas estruturalmente nobres. Esperava-se que ela fosse capaz - e tinha tudo à distância de um simples telefonema, ou nem tanto - de interessar para a filantropia outros empresários bem-sucedidos, nomeadamente angolanos, russos, portugueses ou outros quaisquer. Crê-se que com um simples gesto ela teria sido capaz de mobilizar gente que pode dar alguma coisa. E, na verdade, à Isabel dos Santos não faltam referências nesta matéria. A Unitel, empresa de que é accionista, não teve dificuldades de pôr o país em sentido quando no calor de rumores que atribuíam ao general Fernando Miala uma suposta intenção de derrubar o Presidente José Eduardo dos Santos disseminou esta mensagem: «Angola tem uma liderança forte que alcançou a paz e está a reconstruir o país. As Faa e a Polícia Nacional defendem esta liderança e a ordem constitucional com firmeza». A Unitel também não teve dificuldade nenhuma em realizar uma campanha a favor de Angola durante o mundial de futebol. Agora mesmo está em marcha uma outra campanha publicitária que tem as vítimas do Sida como aparentes destinatários. Mas, como se percebeu e se percebe facilmente, essas campanhas são feitas não só em defesa do status quo como também em nome de um melhor serviço ao cliente e visavam, claramente, mais lucros para a empresa. Isto apenas prova que no marketing o uso de meios diferentes como a mensagem, os prémios ou os calendários ajuda a atingir os mesmos fins, isto é, a sedução e, por via disso, a boa imagem. A Unitel usa de incentivos para seduzir mais clientes. Da Cruz Vermelha de Angola esperava-se mais acção, de que resultaria, sem dúvida, uma imagem

melhor do que aquela que tem hoje. E Isabel dos Santos, que não é exactamente do estilo «arrasta povo», não perderia nada se ao seu «modus faciendi» juntasse uns exercícios de beneficência. E ela bem precisa disso. Afinal, não basta apenas colher. É preciso, antes de mais, plantar. Lamentavelmente, não é isso o que tem acontecido. A Cruz Vermelha de Angola não deu um salto desde que é dirigida por Isabel dos Santos. Neste lapso de tempo nem a instituição passou a ser mais robusta e não se viu de Isabel predisposição para a filantropia ou para o mecenato. Se quisermos ir mais longe, diremos que não se pode determinar a rigor o que a fez correr para a Cruz Vermelha de Angola. Um dia saberemos, mas hoje ainda não. A contradição é maior porque apesar da dimensão mediática que os seus negócios conhecem, Isabel dos Santos é meio arisca, arredia mesmo, sendo isto fonte de interrogações à volta da sua entrada na Cva. Se a intenção era dar saúde à Cva, ainda não se viu. Se era outra coisa, não conseguimos perceber. É que mesmo que a eleição tivesse sido discreta, é inadmissível pensar que num país pobre e rebentado como Angola, a ausência da Cva possa passar despercebida. Basta olhar para o calendário, para se perceber o que se passou. Os primeiros meses de 2007 foram de muita chuva e consequentes estragos. Neste período a única coisa que se viu foi uma resposta atrasada e deficiente do Governo. A Cruz Vermelha de Angola, de quem se espera iniciativa e liderança em situações como aquelas que afligiram milhares de lares angolanos, demitiu-se completamente. Tivesse Isabel «entrado em campo» logo após a sua eleição, a Cruz Vermelha teria estado em condições de poder ajudar na assistência às vítimas da chuva. E não é tarde. Há-de haver outras oportunidades, pois a desgraça neste país anda de mãos dadas com o crescimento económico. Com a velocidade com que o Governo resolve os problemas, infelizmente hão-de sobrar razões para que instituições de caridade continuem a ser uma grande alternativa. E a Cva terá a sua oportunidade. Quando decidir fazer alguma coisa com substância, Isabel pode beber um pouco da inspiração do irmão mais novo, Zedú. Após o regresso dos Eua, onde se formou em marketing, entregou-se, a par dos seus negócios pessoais, a causas nobres, tendo em mais de uma ocasião «dado a cara» pelo seu projecto «Droga diga não». Isabel há-de perceber, como pelos vistos percebe Zedú, que estes exercícios têm um benefício. Hão-de pô-la a andar um pouco sozinha, donde acreditará que a gestão da sua imagem não deve depender exclusivamente do amparo dos serviços de Apoio ao Presidente da

República. Ela sabe da sua vivência na Inglaterra, da sua relação com grandes empresários estrangeiros, que qualquer pessoa que tenha crescido como ela, que se tenha transformado numa figura universal, tem que ter um publicista ou um profissional de marketing a tempo inteiro. Alguém que esteja atento a aspectos de que aqui se falou. Na maior parte dos casos o gabinete do Presidente da República reage. O que Isabel precisa é de agir, antecipar-se, prever. E no caso da Cruz Vermelha, está «proibida» de permitir que as catástrofes lhe tomem a dianteira. Estão em causa lucros que nunca terá como empresária. Se é que ela dá alguma importância aos lucros imateriais.

070526-0602
A «princesa» Isabel dos Santos não é caso único
Há outros «cabritos» a pastarem no Palácio

Isabel dos Santos não é filha única. Embora os seus interesses empresariais ultrapassem largamente os dos irmãos, os outros filhos de José Eduardo dos Santos não deixam de preocupar a sociedade. Cada um à sua maneira, eles exploram, até à exaustão, o facto de lhes ter saído a «taluda», isto é, serem filhos do Presidente angolano. Welwitchia dos Santos, ou simplesmente Tchizé, a «enfant terrible» do grupo, é tida como a futura patroa daquilo que resultar da privatização do Canal 2 da Televisão Pública de Angola, TPA. Não sendo lince alguma do audiovisual angolano, domínio em que não detém experiência relevante, é fácil deduzir que se isso se concretizar, decorrerá da influência e do sortilégio de ser um membro da «corte» presidencial. Filha do Presidente angolano com a economista Maria Luísa Abrantes «Milucha», Tchizé está no centro do polémico projecto de construção de um prédio defronte ao cinema Karl Marx. Travar as pretensões da «rapariga» seria o mesmo que arranjar briga com o pai. O mais conhecido varão de José Eduardo dos Santos, Zenú, também tem os seus negócios espalhados por aí. Pertence-lhe o novo edifício construído logo após o Largo Serpa Pinto, para quem se dirige à Mutamba.

070526-0602
Cruzada contra o «cabritismo» deve começar no interior da «cerca» do PR

Se é verdade que o Presidente angolano deu, nos últimos tempos, repetidos sinais de estar preocupado com o facto dos seus principais colaboradores estarem a enriquecer, desalmada e despudoradamente, aproveitando-se dos cargos que ocupam no aparelho governativo, muitas pessoas também acham que corrigir o tiro deverá implicar, antes ou em simultâneo com qualquer medida que ele venha a tomar com vista a uma distribuição justa e equitativa das riquezas do país, um acto de profunda introspecção por parte do próprio Chefe de Estado. De facto, para se pôr fim ao cabritismo, poderá não ser suficiente que José Eduardo dos Santos enverede pela tendência que lhe foi observada ultimamente, de ir dando «cortes» taxativos e liminares a um ou a outro membro da nomenclatura, que se tenha mostrado insaciável e sem perceber que em todo o perímetro ao redor do pau em que se encontra atado já pouco capim lhe restará para comer. As atenções de muitos estão, realmente, voltadas para aquilo que o próprio Presidente conta fazer no interior da sua própria «cerca», onde, convenhamos, abundam as «práticas ruminantes» que se assemelham em muito com o «cabritismo» que entrou na sua agenda recente de preocupações, mas que há muito tempo já traz inúmeros segmentos da nossa sociedade, sobretudo os deserdados da sorte, profundamente agastados e exasperados. Para os mais atentos, no âmbito de uma cruzada contra o «cabritismo», não terá sido nada exemplar, observar a presença destacada, na lista de empreiteiros que vão construir os estádios de futebol para o Can que Angola vai acolher em 2010, de uma empresa em que Isabel dos Santos, primogénita do Presidente da República, tem interesses. Trata-se, com efeito, da Tcn-Urbinvest, integrante de um consórcio ao qual foi arrematada a empreitada de construção do estádio de Luanda, com capacidade para 60 mil espectadores. Conforme relatou o Semanário Angolense na semana passada, nas suas páginas de desporto, este processo de concessão e adjudicação foi completamente subvertido, tendo-se baseando em critérios em que não contaram essencialmente aspectos como uma maior competência técnica. A opção, por exemplo, pela Tcn-Urbinvest representa uma completa aberração. Empresa sem nome nem tradição entre as companhias que geralmente têm realizado grandes empreendimentos em Angola, presume-se que ela tenha sido criada propositadamente para abocanhar um pedaço das empreitadas que vêm na esteira do Can. Na rocambolesca história narrada por este jornal, Aguinaldo Jaime, ministro-adjunto do Primeiro-Ministro

angolano, aparece claramente como o cérebro e pivô que, ultrapassando os agentes desportivos, comandou o perverso processo de adjudicação. Mas quem conhece o historial dos negócios de Isabel dos Santos não pode deixar de presumir que neste, como noutros casos, o consórcio que ficou com a empreitada de construção do estádio de futebol de Luanda terá sido favorecido exactamente por integrar a filha do Presidente angolano. E mais uma vez fica a dúvida que vem martelando os neurónios das pessoas: será uma superior habilidade empresarial ou os laços de consanguinidade com o Chefe de Estado que têm catapultado a cognominada «Princesa Isabel» no universo empresarial do país? Na dúvida, o que tem prevalecido é a constatação mais óbvia e que radica no censo comum: não tendo Isabel dos Santos provado ser uma sumidade, ou ser geneticamente diferente dos demais angolanos, para em muito poucos anos ter somado a ampla e copiosa participação que se lhe conhece no mundo dos negócios angolano, o seu império empresarial apenas pode resultar da influência do pai. A filha do Presidente angolano está em todos os grandes negócios deste país: bancos, exploração e comercialização de diamantes, produção de cimento, recolha de lixo e saneamento urbano, telecomunicações e ramo imobiliário. Ela figura, com efeito, entre os principais accionistas do banco Bic, com 25 por cento do seu capital. Está na operadora de telecomunicações móveis Unitel, na qual entrou por via de processos mal explicados, tendo como sócios a Mercury, uma subsidiária da Sonangol, e a Portugal Telecom. No mundo dos diamantes, Isabel dos Santos está em duas empresas de comercialização (Sodiam e Ascorp) e duas de exploração (TerraMina e Angola Mining Corporation). Nesta última, que substituiu a Malásia Mining Corporation no Projecto Camutue, os sócios conhecidos são a Endiama (25%), Consórcio Camutue (5%) e a Sml (10%). Os seus interesses na área de limpeza e saneamento de Luanda estão representados pela Urbana, uma empresa que teve um contrato de gestão da Elisal. Recentemente, Isabel entrou no mundo dos cimentos, com o processo que permitiu a retaliação da cimenteira nacional Nova Cimangola. É um dos rostos da Urbanova. Para muitos, esta tão densa quanto controversa actividade empresarial configura, igualmente, uma manifestação de «cabritismo» que colide frontalmente com os mais recentes posicionamentos do Presidente da República relativamente à necessidade de haver uma justa distribuição das riquezas do país. Conforme disse um comentarista ao Semanário Angolense, «O Presidente

tem de mudar esse cenário nas suas cercanias, sob pena de o seu discurso não condizer com a prática». Depois desta incursão de Isabel dos Santos no negócio da construção dos estádios que albergarão as partidas do Can de Angola, em 2010, abre-se agora um inquietante presságio em relação ao que será a mega-empreitada de edificação de uma nova cidade de Luanda, recentemente anunciada pelo Governo. Um empreendimento desta natureza deverá, certamente, despertar uma maior cobiça da nomenclatura, à cata de um naco desta suculenta carne. O mesmo se poderá dizer da ponte que vai ligar a província do Zaire a Cabinda, atravessando o rio Zaire e cruzando uma parte do Congo-Democratico, e que levou esta quarta-feira o ministro das Obras Publicas ao Soyo. Por que razão não se fazem concursos, se a própria lei exige que para valores avultados como estes não se aceita o ajuste directo? Com o percurso e a influência que tem, não se acredita que a «Princesa Isabel» venha, ou queira, estar de fora do jogo. Mas o Presidente tem aqui a missão de não mais permitir que se desvirtuem as regras do jogo e um dos «seus» seja lautamente favorecido. Falamos, concretamente, dos filhos e, por via destes, da probabilidade que já se desenha dos genros estrangeiros entrarem por seu turno no banquete. É preciso não esquecer que Isabel dos Santos tem por marido Sindika Dokolo, um cidadão da República Democrática do Congo que não é propriamente um pé rapado, mas que ao desposar a filha do Presidente angolano acabou por ter diante de si uma oportunidade de sonho para ampliar o seu pecúlio. Visto pela rama, um dos negócios que introduziu em Angola é o da telefonia para pobres, com a empresa Telo. À espera que caia o seu quinhão está outro genro de José Eduardo dos Santos, o português Hugo Pego, esposo de Welwitchia «Tchizé» dos Santos.

070526-0602
Sme: um problema muito mais intrincado

O processo do Serviço de Migração e Fronteiras (Sme) não termina aqui. A detenção de Quina da Silva e pares configura somente uma das faces de um problema bastante mais intrincado e que mexe com toda a nevrálgica questão do controlo fronteiriço e entrada de estrangeiros no país. Com efeito, paralelamente a este, estão em curso outros dois processos, envolvendo outros elementos do Sme. A este jornal chegaram informações de acordo com as quais, descobriu-se que nesse organismo

havia um esquema de sobrefacturação de salários. Um conluio entre operadores informáticos e funcionários das finanças permitia que determinados ordenados fossem quintuplicados. Neste momento, já estão detidos os principais operadores informáticos envolvidos na tramóia. Mas é um processo que se estima seja muito mais extenso e pode levar à prisão mais de 300 pessoas. À margem disso, há um outro processo a correr e que também resultou já em diversas detenções. Trata-se, neste caso, de irregularidades tipificadas por crimes de corrupção, falsificação e peculato, por vias dos quais funcionários do Sme sonegavam elevadas somas monetárias em emolumentos que não chegavam aos cofres do Estado. Em suma, chegou-se à conclusão que estamos perante a gangrena geral do Sme, o que preocupa profundamente as autoridades nacionais. «Está tudo minado. Por exemplo, a prática massiva da segunda categoria de crimes aqui vistos (falsificação, corrupção e peculato) tornou as fronteiras do país bastante vulneráveis», diz um conhecedor do presente dossier. Outra grande preocupação coloca-se diante da perspectiva do processo dar em nada, o que não se afigura algo tão remoto assim. Em face dos dados à mesa, os temores são realmente fundados. Tendo dinheiro para isso, Quina da Silva e pares estão a ser defendidos por alguns dos melhores advogados da praça angolana. Mas o elemento mais perturbador é que estes causídicos são os mesmos que criam as legislações neste país e ainda por cima gozam de enorme influência junto da superstrutura política. Condimentos, por conseguinte, para o processo vir a descambar. E se tal suceder, será a desmoralização do Estado no sentido em que perde uma oportunidade soberana de dar um sinal de moralização à sociedade. Mas, sobretudo, permitiria passar-se a ideia de que o crime compensa.

Última hora

Em cima da hora do fecho desta edição, nesta quinta-feira, 24, o Semanário Angolense foi informado, por fontes que acompanham o processo Sme, que os antigos responsáveis do organismo, detidos no dia anterior, estavam na iminência de serem soltos a fim de aguardarem o julgamento em liberdade. Segundo apuramos ainda, o julgamento de Joaquina da Silva «Quina», Rui Neto, Mariato Supi, Hermenegildo Licachi e José Domingos, acusados do crime de peculato, pode ter início ainda esta segunda-feira, 28. Eles serão

defendidos pelos advogados Rui Ferreira e Luzia Sebastião. A moldura penal prevista é de 12 a 16 anos.

070526-0602
Cronologia

2005

23 de Dezembro - O falecido ministro do Interior, Osvaldo Serra Van-Dúnem, por proposta da então directora do Sme, Maria Joaquina da Silva, ordena a detenção de sete funcionários daqueles serviços e a consequente abertura de uma investigação policial.

2006

8 de Fevereiro - O Presidente da República ordena a abertura de uma sindicância ao Sme, a segunda depois da que foi feita aos Serviços de Segurança Externa.

31 de Maio - O Presidente da República recebe e aprova os resultados da Sindicância que manda instaurar ao Sme, na qual se recomenda a responsabilização disciplinar e civil dos antigos responsáveis daquela instituição.

12 de Junho - Roberto Leal Monteiro «Ngongo», ministro do Interior, nomeia uma Comissão de Gestão do Sme, composta por Hermenegildo Felix, Simão Simões Júnior, e Cândido de Brito.

12 de Julho - O Jornal de Angola publica uma nota do Inspector Geral do Minint, Edgar José dos Santos, na qual Joaquina da Silva é intimada a comparecer para prestar declarações.

9 de Setembro - O ministro do Interior diz à Rádio Nacional de Angola que a reestruturação do Sme «vai acabar com os vícios que prejudicavam o seu funcionamento».

2007

18 de Maio - Assinados na Dnic mandados de captura contra 7 ex-altos funcionários do Sme, incluindo a sua ex-directora, Joaquina da Silva.

20 de Maio - O Ministro do Interior viaja para Londres em visita privada

21- O Director Nacional de Investigação Criminal, Comissário Eduardo Cerqueira, é despachado para o Kwanza Norte a fim de apresentar o novo comandante provincial da polícia. Cerqueira foi no passado comandante provincial do Kwanza Norte.

22 - Os antigos responsáveis do Sme são «convidados» a comparecerem na Dnic para uma acareação.

23- Chegados à Dnic com os respectivos advogados são informados de que sobre eles pendem mandados de captura. Joaquina da Silva e os seus antigos assistentes cruzam-se cara a cara pela primeira vez desde que se deu a crise. Poucas horas depois cada um segue para o seu calabouço, acabando por passar a primeira noite atrás das grades.

24- O procurador junto da Dnic é oficialmente notificado da detenção dos mesmos. A partir daí só ele tem que deliberar sobre a continuação da detenção ou a soltura dos detidos. É nesta altura que esta edição do Semanário Angolense segue para a gráfica para impressão.

070526-0602
De Olhos no Can ‘2010
Segurança nos estádios de futebol numa perspectiva da concepção arquitectónica

Jorge Bengue*

Angola vai realizar pela primeira vez o maior evento Desportivo do continente, o Campeonato Africano de Futebol, Can 2010. A escolha do nosso país representa um ganho nos mais variados domínios, sobretudo pela construção de novos estádios de futebol e de novos hotéis, com base a outro nível de exigências, se considerarmos o tipo de evento em questão. Poucos meses depois do Can seguir-se-á o Mundial na África do Sul. Os países da região, como Moçambique, Namíbia, e outros, serão locais de passagem de algumas selecções nacionais para treinos da adaptação ao clima e outros aspectos característicos do continente, sendo evidente que esta passagem, ou, a escolha deste ou daquele país será ditada, fundamentalmente, pela existência de um

conjunto de condições de acomodação aceitáveis, dentre os quais os equipamentos hoteleiros, tendo em consideração os factores qualidade e preço, bem como o tipo de estádios existentes e os níveis de segurança Pública, de um modo geral. A organização do Can é uma oportunidade para ganharmos infra-estruturas capazes de atrair algumas Selecções Nacionais que participarão ao Mundial. Pretendemos com este artigo realçar o rigor que hodiernamente os organismos como a Fifa, Uefa, Caf, Conselho da Europa e os peritos em segurança nos recintos desportivos exigem na construção dos estádios de futebol, consubstanciados na observância de normas recomendas para aferir maior segurança e comodidade nos estádios, e que pensamos poder contribuir, de algum modo, na construção dos espaços que durante e depois do Can acolherão multidões amantes do desporto rei. O nível de luxo e das condições de acomodação num estádio depende da disponibilidade financeira de quem o manda construir. Todavia, as exigências em termos de segurança devem ser respeitadas rigorosamente, pelo que todas as instituições ou entidades que participarem na fase de planeamento (de certeza já em curso), construção e gestão dos estádios devem primar nos aspectos de segurança recomendados na concepção arquitectónica dos estádios. Um estádio de futebol é recomendável que seja construído numa zona suficientemente espaçosa, oferecendo facilidades de movimentação do público sem riscos de atropelos o que permitirá também uma futura ampliação ou reabilitação. Nesta senda, realçamos a localização dos parques de estacionamento de veículos, bem como os corredores de acesso desses que não devem ser partilhados com a multidão, por forma a evitar transtornos na comodidade e segurança do público, sobretudo durante a entrada e saída do recinto. Para além de ser um lugar agradável, o campo de futebol deve ser ajustado aos seus fins, devendo, ainda na fase de planeamento do projecto da arquitectura, ter em atenção factores como acomodação e circulação de espectadores no seu interior. Observações feitas por alguns especialistas europeus, sobretudo ingleses, realçamos aqui as considerações de John De Quidt, na sua obra well coming spectators, recomendam que do ponto de vista de acomodação e para melhor controlo do público num estádio de futebol, tendo como exemplo a realidade inglesa, é importante a existência de estádios apenas com lugares sentados, os que o torna mais seguros e fáceis de monitorizar. Nesta óptica, cada lugar deve ser numerado e devidamente correspondido com o ingresso adquirido pelo espectador.

O número de incidentes nos estádios com lugares sentados é mais reduzido que aqueles que permitem o contrário. Lugares individuais propiciam um clima ameno e cómodo para os espectadores, sobretudo as mulheres, crianças, pessoas mais velhas e deficientes. Esta disposição de adeptos (sentados) cria um ambiente mais civilizado e inibe alguns comportamentos de vandalismo, podendo facilitar a observação e identificação de potenciais causadores de distúrbios. Outro aspecto que se levanta nas medidas de segurança são as vedações ou barreiras em torno da quadra de jogo, elas são postas para evitar possíveis invasões do público à zona da relva, isto em caso de actos de vandalismo ou mesmo em caso de festejos. As vedações em causa, são barreiras físicas que separam os atletas, a equipa de arbitragem, as equipas técnicas, dos adeptos, e, por conseguinte, afere maior segurança a eles. Esta temática das barreiras para separar as bancadas da quadra do jogo, do ponto de vista do conselho da Europa e outros organismos europeus não é obrigatória, pelo facto de existirem outros mecanismos de aferir o mesmo nível de segurança, tal como a elevação das primeiras filas de lugares, presença e disposição adequada das forças e serviços de segurança, entre outras, como verificamos nos campos ingleses que não usam as referidas barreiras. É importante também, na decisão de adopção ou não das barreiras, ter-se em conta os aspectos sociais e culturais dos países que objectivamente se reflectem no comportamento dos adeptos, ou seja, da existência do costume de invasão constante do recinto de jogo. No caso Inglês, a eliminação das barreiras nos seus campos de futebol fundamenta-se no facto de ter havido, no passado, alguns esmagamentos de pessoas na zona vedada, sobretudo nos grandes derbys. Alguns analistas britânicos concluíram, após várias observações, que a ausência de barreiras nos estádios de futebol e a adopção de outras medidas de segurança, algumas já referidas acima, podem inibir comportamentos dos espectadores tendentes a invadir o campo de jogo. Para a nossa realidade consideramos ainda fundamental a existência destes obstáculos que podem funcionar como mecanismos de contenção do público desordeiro não se colocando muito o risco de esmagamento referido pelos ingleses, conhecendo, a priori, a nossa cultura desportiva em termos de claques. Considerando que a segurança deve ser tida como um factor fundamental na construção dos estádios de futebol e tendo também em atenção ao facto do nosso país estar prestes a organizar o campeonato africano de futebol, achamos

oportuno, nestas linhas, fazer esta abordagem para não pecarmos por não observar algumas normas de segurança na construção dos estádios que no imediato irão albergar os jogos do Can'2010, mas que continuarão a atrair multidões em eventos nacionais e internacionais, até porque os estádios em questão serão alvos de uma avaliação de organismos internacionais para aferir, sobretudo, os aspectos de segurança. Posto isto, importa-nos apontar, para além das medidas de segurança já referidas, outras, de que vai crescendo o rigor da sua exigência na construção dos campos de futebol. Porém, é de sublinhar que as medidas em questão não resolvem de forma cabal o problema de segurança, mas visam reduzir o risco de ocorrência de situações que possam perigar a integridade física dos espectadores, bem como criam condições de melhor gestão, por parte das forças e serviços de segurança, de eventuais situações anómalas que possam surgir neste espaço. Posto isto, apontamos a seguir algumas dessas medidas: A entrada das pessoas e dos veículos na zona do estádio não deve ser feita em portões conjuntos, de forma a evitar embaraços diversos resultantes da mistura da multidão com veículos, sobretudo em casos de saída de veículos em emergência. No entanto, há que ter em conta o posicionamento do parque de estacionamento de veículos em relação a outros acessos; é importante a instalação de um sistema de comunicação com o público dentro do estádio, este pode ser via altifalantes ou painéis electrónicos; é de toda conveniência a instalação de um sistema vídeo vigilância para permitir um controlo eficiente da multidão, dentro e fora do estádio, podendo até captar fotografias individuais; criação de uma sala de primeiros socorros para atender os espectadores; a criação de uma esquadra policial com salas de detenções; sala de controlo onde funcionarão os responsáveis pela segurança e serviços de emergência. Vamos aproveitar o momento para erguermos campos de futebol como lugares acolhedores, do ponto de vista do conforto e segurança dos seus utentes, sobretudo locais atractivos onde as pessoas mais velhas, as mulheres e crianças se possam sentir a vontade tal como se tem verificado nas outras paragens.

* Licenciado em Ciências Policiais,

e-mail: jorgebengue@hotmail.com

070526-0602
Camartelo na Filda para erguer estádio

As instalações da Feira Internacional de Luanda (Filda) vão ser derrubadas para no seu lugar ser construído um estádio de futebol projectado especialmente para alojar as competições do Can 2010, soube o Semanário Angolense de fonte digna de fé. Uma fonte do Ministério angolano da Juventude e Desportos (Minjud) declarou a este jornal que a escolha do recinto da Filda para a construção do estádio já teria merecido decisão favorável do próprio Conselho de Ministros do Governo Angolano, algo que tornaria o projecto irreversível. Até agora, o Governo havia anunciado, apenas, a sua decisão de adjudicar a construção do estádio, com 60 mil lugares sentados, a um consórcio formado pelas empresas Urbinvest, Arup Sports Architects e Mário Sua Kay Arquitecto, mas continuam a não existir informações oficiais sobre a localização do empreendimento. A fonte que forneceu estas informações ao Semanário Angolense explicou que a localização do estádio foi encontrada no quadro de uma associação de contingências administrativas e práticas. Inicialmente, haviam dois espaços indicados, sendo um na região do Cemitério da Camama e outro na zona conhecida por Caop, tudo localidades situadas a sul de Luanda. O espaço localizado na Camama pertence ao Minjud, mas como esta instituição governamental não foi tida nem achada em todo o processo que conduziu à decisão da construção do estádio, essa escolha não foi propriamente considerada, como teria chegado a ser a relativa ao espaço situado na Caop, uma concessão do Petro Atlético de Luanda, clube desportivo patrocinado pela Sonangol, que pretendia, depois da edificação do estádio, ficar com a gestão do empreendimento. Até que apareceu uma proposta geralmente tida por prática, em que o espaço que actualmente recebe as instalações da Filda era oferecido contra a obtenção de uma outra área no Pólo Industrial de Viana (Piv), onde a feira estaria alojada «em sua própria casa» ou nos seus próprios domínios. Em abono dessa proposta, ter-se-ia argumentado que o recinto da Filda era mais apropriado para a receber o novo estádio, porquanto os aficionados angolanos que se dedicam a ir assistir jogos nos estádios de futebol residem nas adjacências daquela área. Populações como as do Sambizanga, Rangel, Cazenga, Vila da Mata, Estalagem e Kilamba Kiaxi têm por hábito deslocar-se aos estádios para presenciar partidas das mais variadas competições futebolísticas nacionais, sendo que, ao fazê-lo, fazem-no a pé. Em contrapartida, localizada no Piv, um projecto de construção de um aglomerado de

unidades industriais da mais diversa natureza servido por toda a infra-estrutura pública necessária, a Filda estaria alojada no seu «habitat» natural. A edificação da Filda no Piv poderia incentivar investidores nacionais e estrangeiros a fixarem-se na área, para apenas citar outro benefício de tal proposta. Ponderada nos meios institucionais, a proposta teria sido aprovada, sendo tudo o resto, a desmontagem de uns pavilhões e a demolição de outros, apenas uma questão de tempo. Ocupando uma extensa área na confluência entre os municípios do Cazenga e do Kilamba Kiaxi, a Filda conta este ano com uma área coberta de 30 mil metros quadrados que,depois de soterrados, guardarão para sempre uma história de décadas alinhada à evolução da economia angolana.

070526-0602
Standard Chartered empresta 500 milhões

Pode faltar muita coisa neste país, mas pelos vistos não vai faltar petróleo para se arranjar dinheiro. Se depois faltar dinheiro, isto são outros quinhentos. A mais recente operação, em vias de conclusão, põe de novo o Governo de Angola em sintonia com o seu conhecido Standard Charteted, banco britânico com quem negociou no passado dezenas de empréstimos garantidos com petróleo. O novo acordo, também negociado com bases em futuros carregamentos de petróleo, deverá traduzir-se num empréstimo de 500 milhões de dólares. O Semanário Angolense soube de boa fonte que o Governo só foi ao Standard Chartered Bank após terem-se gorado as negociações que vinha efectuando com o banco francês Calyon, com quem efectuou 95 por cento das operações do género. O Calyon foi quem avançou com os 1.4 biliões de dólares com que o Estado angolano teve que entrar para selar a sua participação no bloco 18 onde participam, entre outras, a Sinopec da China, responsável por uma quota de 1.4 biliões de dólares. Foi também ao Calyon que Angola recorreu há 3 anos quando precisava de 3 biliões de dólares. Desta vez Angola e o Calyon não se entenderam em relação ao que uma fonte disse serem os termos dos créditos pretendidos por Luanda. Com o impasse a arrastar-se, as autoridades angolanas viraram-se para o Standard Chartered Bank com quem negociaram uma modalidade original, pois embora seja assegurado com futuros carregamentos de petróleo, é reembolsável em 10 anos, a uma taxa de juros 1 por cento superior ao Libor , a taxa do mercado de Londres. Fonte próxima às consultas disse ao Semanário Angolense

que o desfecho desta consulta deverá colocar o Scb em posição de vir a arranjar novos empréstimos para Angola, sobretudo porque as autoridades angolanas estão empenhadas em reduzir o risco de dependência em relação à China, em que incorreram desde que negociaram a primeira linha de crédito de 2 biliões de dólares com aquele país.

070526-0602
Angolanização do petróleo
A discussão segue na próxima semana
A discussão, mais uma vez, na próxima semana, das nuances deste assunto promete continuar a empurrar a bola de neve para frente, mesmo que o Estado, a Sonangol e as companhias nacionais pouco se empenhem no reconhecimento daqueles que tendo nascido aqui, tendo

Com mais frequência do que era habitual, vão se repetindo os conflitos entre os quadros angolanos das companhias petrolíferas e o respectivo patronado. A dimensão dos choques que se assiste agora não é nada que as companhias petrolíferas não tenham experimentado antes. A natureza politizada da sua actividade transformou esta indústria numa das mais bem preparadas para lidar com sindicatos, partidos políticos, facções, rebeldes, enfim, contrariedades a que às vezes nem governos resistem. Seja como for é encorajador e patrioticamente bom sentir que os trabalhadores das companhias petrolíferas, tomados durante anos a fio como cidadãos de um outro mundo, tenham, finalmente, acordado e perdido a inocência de tal maneira que apanhadas em contramão companhias como a Chevron usam artifícios que nunca ousariam usar nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha, tal a dureza das penalizações, e o desastre de relações públicas que isto representaria. Não faz um mês , o Sindicato Autónomo dos Trabalhadores da Cabinda Gulf Oil Company - Saecgo- ver edição do Semanário Angolense número 211, de 28 de Abril - acusava a companhia de procurar silenciar a sua actividade. A multinacional nega ao sindicato o acesso à chamada quota sindical que deduz do salário dos trabalhadores, com o que eventualmente retira um bocado do oxigénio que este precisa para desenvolver a sua actividade. Não é esta a primeira vez que o Saecgo e a Chevron se cruzam. Há dois meses, o secretário-geral do Saecgo, Zimwangana Temwena, acusava a mesma companhia de impedir a penetração do sindicato em áreas legalmente estabelecidas como «livres», o que foi tomado como uma retaliação às suas reivindicações

contra os despedimentos anárquicos e um acto discriminatório contra os funcionários angolanos da companhia. Tudo isto se resume naquilo que legalmente é conhecido como sendo a angolanização, conceito criado pelo nosso Estado no afã de proteger os interesses dos angolanos ao serviço das petrolíferas e os seus próprios interesses. O desfecho deste contencioso está nas mãos do Tribunal Supremo, a quem a companhia recorreu após um tribunal de primeira instância ter dado provimento ao pedido de uma providência cautelar contra os despedimentos. Este caso passou despercebido, eventualmente por ter acontecido em Cabinda, longe dos olhos da grande imprensa. Mesmo tendo acontecido em Cabinda é de notar que este movimento tem uma ressonância nas sedes das petrolíferas em Luanda, sobretudo desta companhia. É verdade que aqui não há sindicatos organizados como há em Cabinda, onde a questão política continua a favorecer a criação de um estado de opinião reivindicativo, mas os movimentos de Luanda e de Cabinda significam uma mesma coisa: insatisfação contra a humilhação. A reacção que se sente em Luanda é manifestamente tão forte como são as reivindicações que se ouvem em Cabinda. Trata-se de um verdadeiro enclave nas relações entre «eles» e «nós». Tudo isto é resultado, em parte, da demissão do Estado na fiscalização do que ele mesmo legisla - ver decreto 20/82- em relação aos direitos e oportunidades reservadas aos angolanos ao serviço das companhias petrolíferas. Uma das soluções talvez fosse aquilo que Ismael Mateus escreveu há três semanas no seu «blogue» : «A angolanização dos sectores petrolíferos e diamantíferos é uma necessidade, mas peca por não existir uma atitude política do Estado muito mais firme e coordenada. Deveria existir uma comissão multissectorial afecta ao Conselho de Ministros e não a uma empresa, por mais rica que seja». Perante o desinteresse do Estado, seja através da Sonangol, parceira das petrolíferas, seja através do próprio Governo, os trabalhadores tomaram o assunto por sua conta. E se em Cabinda se assiste a um movimento reivindicativo, em Luanda há uma debandada que vai beneficiando as novas companhias do ramo, e, que ironia, a própria Sonangol. O movimento migratório das petrolíferas para fora, ténue durante cinco anos, atingiu níveis consideráveis nos últimos anos. Quadros angolanos bem colocados preferem vender os seus serviços a outras companhias que não às grandes multinacionais, onde o acesso a lugares de primeira linha está sempre vedado e a equiparação a expatriados

com a mesma qualificação é, no mínimo, uma provocação. Como quadro sénior da BP, Francisco da Cruz «Xico Zé» escrevia recentemente no Angolense o seguinte em relação à problemática dos quadros e empresas nacionais na indústria petrolífera: «A angolanização deve ser implementada na base do mérito para ser dignificante para os angolanos, e um factor de desenvolvimento para Angola». Com efeito, nenhuma companhia estrangeira, fosse ela britânica, americana ou francesa ousaria pagar salários de base tão diferentemente como faz aqui em relação a angolanos e expatriados com as mesmas qualificações. Estas assimetrias inspiram os movimentos de quadros angolanos que dentro e fora das petrolíferas se sentem motivados em mudar o que está errado. A discussão, mais uma vez, na próxima semana, das nuances deste assunto promete continuar a empurrar a bola de neve para frente, mesmo que o Estado, a Sonangol e as companhias nacionais pouco se empenhem no reconhecimento daqueles que tendo nascido aqui, tendo trabalhado aqui, tendo estudado com dinheiro daqui, se exponham aos ditames de quem vem veio para aqui ganhar o seu. E isto é mais grave se atendermos ao facto de que noventa por cento das despesas das companhias petrolíferas, sejam salários, custos operacionais, logística , ou contribuições sociais, serem mais tarde devolvidas, ao abrigo da rubrica sobre os «custos recuperáveis», já previstas nos contratos de partilha de produção, Cpp. É que, hoje alguns Cpps até já estão a ser estruturados estipulando os valores que os consórcios devem investir em matéria de investimento social e dentro dos custos recuperáveis. Por conseguinte, que ninguém pense que os patrocínios, as escolas, as ambulâncias, os «kits» e livros sejam resultado de acções estruturalmente voluntárias e gratuitas das companhias. Não são, não. Somos nós a pagar. É daqui, e particularmente dos bloqueios, das limitações e da lentidão nas promoções, que nasce o desejo dos angolanos abandonarem as companhias petrolíferas internacionais, de onde até há uns anos não só eram invejados, como também não queriam sair, tal o efeito dos cabazes e a aparente estabilidade das carreiras. A ilusão terminou. Uma a uma, as petrolíferas vão se batendo para evitar aquilo que começa a ser um «derrame» de quadros. Há uns anos a Chevron perdeu José Carlos Sardinha de Sousa, o «Doutor», hoje membro do Conselho de Administração da Sonagaz, uma das principais subsidiárias da Sonangol. A saída deste e de outros quadros, bem como um conjunto de reivindicações dos que ficaram, levaram a Chevron a

elevar os valores da segurança social de 3 por cento (!), para 25 por cento, o mais alto observado por uma companhia petrolífera! Este rebuçado estancou a sangria por algum tempo, mas pelos vistos não travou o descontentamento de tal maneira que as reivindicações continuam até hoje. A companhia não conseguiu evitar que outros continuem a procurar a porta de saída. Hoje tem se como certo também que a fim de evitar o aumento da influência dos angolanos mais antigos, a Chevron despachou de novo para as Américas alguns dos angolanos melhores colocados na empresa. São eles Manuel da Graça de Deus, antigo director para o Meio Ambiente, Fernando Paiva, ex-director de Políticas e Relações Governamentais, Daniel Rocha, antigo director de Operações, e Daniel Pedro Rana, ex-director dos Recursos Humanos, todos eles quadros seniores, rodados no melhor que a Chevron pode oferecer na América. Seguir-se-ão seguramente o «Tota e o Sacramento», segundo disse uma fonte da companhia. O regresso destes funcionários aos Eua é visto na companhia como um exercício para os tirar de Luanda por algum tempo, de tal maneira que quando voltarem ficarão em cargos eventualmente menos visíveis e com o tempo de casa que levam serão obrigados a pensar mais no fim de carreira do que em reivindicações. Ainda assim a Chevron tem conseguido algumas conquistas. Conseguiu ir buscar à Halliburton - companhia que tem fama de ser uma verdadeira «unha de fome» - o angolano António Cipriano Lopes. A Halliburton goza da péssima reputação que goza em parte porque impõe aos seus quadros contratos de trabalho com muitas restrições, além de que até agora não tem nenhuma política de segurança. Pressionada, primeiro pela Chevron, que fixou em 25 por cento as contribuições para a segurança social, e mais tarde pela Schlumberger, que se ficou pelos 15 por cento, a Hallibburton está a ponderar ir até aos 18 por cento. Por aqui já se vê o espírito de mão de vaca que anima estas companhias. Curiosamente é exactamente na política de «mão de vaca» das petrolíferas onde nasce o descontentamento que tomou conta da generalidade dos quadros angolanos. Isto é apontado como tendo levado Helena Miranda a ir da Texaco para a BP, onde liderava o programa de sensibilização e contratação de quadros angolanos na diáspora, e dali para a Sonagaz, onde é directora dos Recursos Humanos. Por razões semelhantes, Braúlio de Brito mandou a Exxon às urtigas, ocupando hoje a vice-presidência de uma companhia local de petróleos. A saída de quadros angolanos da BP vem um pouco mais de longe. Armindo Costa, um geólogo de

reconhecida experiência, preferiu mudar-se para a «modesta» Baker, que, atenta ao «curso do rio», ofereceu-lhe melhores condições e acima de tudo reconheceu-o. Francisco da Cruz, «Xico Zé», antigo responsável para os assuntos governamentais e internacionais, também deixou a companhia estando hoje a fazer consultoria. A debandada prossegue no próximo mês com a anunciada saída do engenheiro António Mangueira, director adjunto das Operações, o angolano tecnicamente mais bem qualificado na companhia, senão no país, mas que apesar disso não tem um terço das regalias oferecidas ao estrangeiro com as suas qualificações. Consta que dividirá o tempo entre o futebol, a sua paixão, e a Acr, uma petrolífera local liderada pelo seu antigo colega da Sonangol, Carlos Amaral. Terão todos eles as suas razões, assim como terão aqueles que na próxima semana se voltam a juntar para ver se de uma vez por todas se dá algum sentido ao que o próprio Governo sugere ser a angolanização dos petróleos.

070526-0602

070526-0602

070526-0602

070526-0602

070526-0602

070526-0602

070526-0602

070526-0602

070526-0602

070526-0602

Xxxxxx

070519-26
A componente Cabinda das obras

A consignação do troço rodoviário Cabassango-Desvio do Pove-Zenze do Lucula, um troço de 66 quilómetros, que ocorreu segunda-feira, em Cabinda, é a quarta dos projectos locais inseridos no Programa de Reabilitação de Infra-estruturas Rodoviárias. Avaliada em 49,5 milhões de dólares, a obra foi atribuída ao apêndice angolano do Grupo Espírito Santo, que subcontratou a empreiteira Tecnovia para a execução. O troço constitui-se na estrada nacional número 103, que depois de construída, em 1973, apenas foi revestido três anos depois, em 1976, passando nos 30 anos seguintes um processo progressivo de degradação. As obras requeridas pelo Governo consistem, agora, na remoção dos restos do antigo e na aplicação de um novo revestimento, tal como no alargamento da via de acordo com as normas da região da Sadc, estendendo-a numa largura de seis metros, a razão de três para cada faixa. A estrada ficará dotada de tecnologias de equipamentos de drenagem de águas pluviais, segundo explicou o director-geral do Inea, Joaquim Sebastião, no acto de consignação da empreitada, que contou com a presença do ministro das Obras Públicas e do governador provincial de Cabinda, Higino Carneiro e Aníbal Rocha, respectivamente. Segundo informações recolhidas pelo SA no local, a componente de Cabinda do Programa de Reabilitação de Infra-estruturas Rodoviárias constitui-se em quatro empreitadas, sendo a primeira, a recuperação da estrada Cabinda-Cacongo que, iniciada em Março de 2006, deve ficar concluída em Setembro próximo, 18 meses depois. A obra foi consignada à Mota-Engil, tendo como fiscalizadora a empresa de projectos Sospro. A Mota-Engil está a actuar, também, na construção de uma via rápida de 14 quilómetros ligando Cabassango a Malongo, com a recuperação da Rua das Forças Armadas, em 3,5 quilómetros adicionais, uma obra orçada em 37 milhões de dólares antes da sua segunda fase. Já o troço Bichequete-Massabi, na fronteira com a Ponta Negra, uma estrada de 23 quilómetros, está orçada em 17 milhões de dólares. O financiamento destas obras tem origens diversas, embora o seu ressarcimento acabe sempre nos domínios do Tesouro Nacional, que neste processo apenas estabeleceu disponibilidades para um obra. A empreitada da estrada entre Cabassango e Zenze do Lucula foi financiada pelo apêndice angolano do Grupo Espírito Santo, a Escom, que consignou as obras à Tecnovia por ajuste directo, sem concurso público. O financiamento das obras sobre a futura via rápida entre Cabassango e Malongo terá decorrido de um empréstimo português assegurado pelo Coseg, um organismo institucional luso

especializado no seguro de crédito, e só as obras do troço Bichequete-Massabi terão beneficiado de fundos do Tesouro Nacional, tendo as consignações para esta empreitada decorrido na base de um concurso público.

070519-26
Ministro das Obras Públicas pressiona empreiteiros a apressarem-se
H. Carneiro anunciou medidas administrativas contra incumprimento dos prazos de conclusão

Sousa Neto

O ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, exerceu pressões sobre as empreiteiras que detêm obras de construção rodoviária em Cabinda, quando numa permanência de sete horas naquela província, na segunda-feira, ameaçou retirar os contratos às empresas que não cumprirem os prazos de conclusão e entrega dos empreendimentos consignados. Higino Carneiro foi insistindo com a ideia de que o Estado pode rescindir unilateralmente contratos em caso de incumprimento dos prazos, ao parar ao longo do trajecto entre Pichequete e Massabi, na fronteira com Ponta Negra, onde uma empreitada consignada à Tecnovia, uma empresa de capitais portugueses, e a Emcica, uma empreiteira local, apresentam resultados diferentes para o cômputo da obra de 23 quilómetros. Uma boa parte deste troço, aquela onde opera a Tecnovia, recebeu um tapete de asfalto novo em folha, em que os taludes têm notória inclinação e onde as bermas contam com equipamento de drenagem de águas pluviais. Foi implantada sinalética vertical e horizontal. Mas, onde está a Emcica, as obras estão atrasadas por factos que os responsáveis da empresa atribuem às chuvas que ainda na segunda-feira, um dia antes da época seca ser oficialmente declarada, caíram teimosamente sobre o território do enclave. A Emcica está a pavimentar o troço com várias camadas de asfalto e alega ter sido impedida pelas chuvas nessa fase das obras, explicações que parece não terem comovido o ministro das Obras Públicas, que, felicitando o trabalho de Tecnovia, não deixou a sugerir ao governador provincial da Cabinda, Aníbal Rocha, o cancelamento dos contratos com as empresas incumpridoras e destiná-los a outras. «O trabalho não se desenvolveu desde a última vez que estivemos aqui», comparou o ministro, dirigindo-se depois ao governador afirmando «quando for assim temos que tirar (o contrato

de empreitada para) as obras e entregar a outro». Haviam representantes da Emcica no local, mas isso não fez esmorecer Higino Carneiro na exteriorização dos seus ânimos: tendo notado, no terreno, equipamentos e meia dúzia de trabalhadores desta empresa que aparentemente fingiam trabalhar, o ministro referiu-se ao facto como se de uma trama teatral se tratasse, classificando tais manobras como «pimpas». Higino Carneiro voltou a fazer alusão a este tipo de medidas quando se apeou da viatura que o conduziu à Rua das Forças Armadas, já na cidade de Cabinda, onde uma empreitada atribuída à Mota-Engil deveria ter iniciado, se não fossem constrangimentos relacionados com a falta de vias alternativas para substituir a que ficará impedida durante as obras, bem como as demolições que serão necessárias para alargar a estrada. Ligando o mercado à cidade ou longo de populosos bairros numa extensão de 3,5 quilómetros, tendo, além do mais, uma rápida ligação ao aeroporto local, o impedimento desta estrada e a demolição de casas situadas ao longo daquilo que será a obra, a empreitada gera temores relativos à reacção da permanentemente tensa população de Cabinda. Teve que ser «reprogramada» pela Mota-Engil. Sobre o local da obra, Higino Carneiro abordou com os empreiteiros, o governador e outros responsáveis locais, as soluções para esses percalços. O ministro rejeitou, por exemplo, uma solução apresentada por um representante do empreiteiro que perseguia o policiamento puro e simples da população para impedir uma temida vandalização da obra ou visando a imposição da ordem do tráfego no local. O ministro pediu directamente ao comandante local da Polícia Nacional que mandasse ordenar o transito naquela via desde que as alternativas fossem estabelecidas pelo empreiteiro, alternativas que se achariam no início das obras numa das faixas, para depois serem concluídas em outra. «Não podemos estar simplesmente a intimidar a população. Essa não é a nossa postura», alegou o ministro ao negar a solução do empreiteiro português, aparentemente eivada de desinteresse ou de desdém quanto às dificuldades que a obra criaria à população ou quanto aos problemas políticos que a questão poderia gerar no seio da belicosa população local, que nutre sentimentos independentistas. Todos esses problemas levaram Higino Carneiro a solicitar a apressamento das obras, obtendo dos empreiteiros a promessa de que ela estaria concluída até Dezembro, um «timing» contratual sobre o qual, a nove meses do previsto, o ministro insistiu, indagando aos representantes da Mota-Engil se aceitavam

o desafio, ao que estes responderam em uníssono «aceitamos». O ministro preveniu-os de que lhes vai retirar o contrato sobre aquela empreitada caso não cumpram com o que está estabelecido, algo que reafirmou quando, momentos antes de regressar a Luanda, disse aos jornalistas que duvidava que tal fosse ser atingido. «Tenho as minhas reservas em que na Rua das Forças Armadas as obras estejam concluídas até ao fim do ano, mas, enfim, foi o empreiteiro que assim o disse, vamos aguardar», declarou Higino Carneiro. Resumindo para os jornalistas as medidas que dessa forma intempestiva anunciou que o Governo Angolano passará a adoptar face ao incumprimento dos prazos de conclusão e entrega de obras públicas, Higino Carneiro precisou que serão «medidas administrativas». O Governo Angolano, segundo se depreende das palavras do ministro das Obras Públicas, não perderá tempo com processos judiciais e decidirá a cessação de contratos sempre que se deparar com situações em que os prazos de conclusão e entrega estipulados não sejam cumpridos, consignando essas mesmas obras a outros empreiteiros. «As empresas têm que encontrar soluções (para os constrangimentos que alegam). Fizeram compromissos com o Governo, têm que os assumir, porque, de outra maneira, temos de arranjar formas de as sancionar, vamos aplicar sanções administrativas», declarou o ministro das Oras Públicas. Medidas como essa acarretam, geralmente, o ressarcimento do Estado nos montantes pagos, adicionados de multas.

070519-26
Joaquim Sebastião confessa-se descrente
DG do Inea disse no Conselho de Ministros não acreditar nos prazos dados pelos

Aparentemente, medidas que visam pôr cobro ao incumprimento dos prazos de conclusão e entrega de obras públicas não são exclusivas para Cabinda, abarcando o país inteiro. Nesse caso, as sanções anunciadas pelo ministro são válidas para outras empresas, em outros contratos, em toda Angola. A ideia que gerou este novo e agressivo posicionamento do Governo parece ter sido detonada pelo director-geral do Instituto Nacional de Estradas de Angola (Inea), Joaquim Sebastião, numa reunião do Conselho de Ministros realizada há três ou quatro semanas. Informações obtidas por este jornal dão conta de que

chamado para se pronunciar diante do órgão colegial do Governo, o director-geral do Inea teria sido instado a opinar «honestamente» sobre o prazo de 12 ou 18 meses no qual cinco empresas brasileiras se comprometeram entregar as obras de construção e recuperação de seis estradas estruturantes de Luanda. Os relatos dessa reunião dizem que respondendo, Joaquim Sebastião declarou não acreditar, na sua qualidade de engenheiro, que tal fosse possível, mas que aceitara o desafio apenas por a decisão do lançamento dessa empreitada ser uma emanação do Estado e do Governo de Angola. Acossado pela opinião pública quando, entre Janeiro e Abril deste ano, as chuvas destaparam de forma dramática o estado de degradação e, em muitos casos, a inexistência de infra-estruturas rodoviárias no país, o Governo mandou apressar uma série de obras projectadas no quadro do seu eleitoralismo. Cobiçando uma vitória eleitoral esmagadora, mas, percebendo, entretanto, a sua perda de popularidade, o partido-governo fez as eleições reféns da conclusão dos seus programas de construção de infra-estruturas que, para desconserto da elite dirigente, não têm estado a correr de acordo com os objectivos. Este ano, está projectada a conclusão de 1.267 quilómetros de estrada, prevendo-se que entre Março e Junho fossem ser entregues 667 quilómetros e outros 600 entre Julho e Dezembro próximo, no quadro de um dito Programa de Reabilitação de Infra-estruturas Rodoviárias. O Inea pretendia inaugurar no primeiro semestre os troços Kifangondo/Funda/Catete, nas províncias de Luanda e Bengo, com extensão de 54 quilómetros; Viana/Maria Teresa, nas mesmas províncias, com 92 quilómetros; Huambo/Caála, na província do Huambo, com 20 quilómetros; Desvio da Matala/Matala, na província da Huíla, com 132 quilómetros; e Bichequete/Massabi, na província de Cabinda, com 41 quilómetros. Ficariam disponíveis para circulação e poderiam ser inaugurados nesse mesmo período as estradas dos percursos Lucala/Cacuso (províncias do Kwanza Norte e Malanje), com 56 quilómetros; Alto Dondo/Desvio da Munenga (província do Kwanza Sul), com 48 quilómetros; Desvio da Munenga/Quibala (província do Kwanza Sul), com 93 quilómetros; Waco Kungo/Alto Hama, no troço Ponte do Keve/Alto Hama (províncias do Kwanza Sul e Huambo), com 88 quilómetros; tal como a estrada Benguela/Lubango (troço Desvio da Matala/Lubango), com 42 quilómetros. No segundo semestre, oInea planeia inaugurar as rodovias Cacuso/Malanje, na província de Malanje, com 67 quilómetros; Ondjiva/Humbe, na província do Cunene, com 107 quilómetros; Sumbe/Gabela,

na província do Kwanza Sul, com 78 quilómetros; e Alto Hama/Huambo, na província do Huambo, com 70 quilómetros. Huambo/Kuito, nas províncias do Huambo e Bié, com 144 quilómetros; Desvio da Munenga/Calulo, no Kwanza Sul, com 42 quilómetros; Huambo/Bailundo, na província do Huambo, com 62 quilómetros; e Viana/Calumbo, nas províncias de Luanda e Bengo, com 30 quilómetros, são os outros troços que se prevê venham a ser inaugurados no segundo semestre deste ano. Mas, nem só os prazos se transformaram em autênticas miragens, como a qualidade das obras se tem revelado sofrível. Desde que iniciou em 2005, o programa conduziu à conclusão de pouco mais de 400 quilómetros de estrada, sendo 322 no ano passado, de acordo com números do Inea, que apontam os troços Kifangondo/Funda/Catete (20 quilómetros), Viana/Maria Teresa (74 quilómetros), Huambo/Caála (15 quilómetros), Bichequete/Massabi (23 quilómetros) e Desvio da Matala/Matala (98 quilómetros). Ou, também, as estradas Lucala/Cacuso (26 quilómetros), Kifangondo/Caxito/Uíge/Negage (15 quilómetros), Alto Dondo/Desvio da Munenga (17 quilómetros), Barra do Dande/Libongos (13 quilómetros) e Desvio da Munenga/Quibala (21 quilómetros).

SN

070519-26
O eterno deficit de democraticidade
Construir uma nova Luanda nas costas dos cidadãos?

Severino Carlos

Ao decretar o estabelecimento de uma reserva fundiária numa área sobre a qual se vai construir, em tempo a definir, uma nova cidade de Luanda, o Governo voltou a despejar, em tão curto espaço de tempo, mais um soco no estômago dos cidadãos. Com a actual urbe a rebentar pelas costuras, como se diz na gíria popular, uma vez mais o pecado desta decisão governamental não está no objectivo perseguido em si, mas no método seguido. Em mais uma demonstração de que se continua a padecer de um grande deficit de democraticidade, um projecto de enorme impacto político, económico, social e cultural, como é o que está subjacente à edificação de uma nova cidade, é levado a cabo completamente nas costas daqueles que serão os seus usuários: os cidadãos. Com efeito, da recente decisão infere-se, taxativamente, que as autoridades já têm milimetricamente delimitado o

espaço em que será erguida a nova cidade, sem, contudo, que o público para qual o projecto se destina em última instância tenha qualquer conhecimento de estudos de impacto ambiental e socioeconómico que tenham sido realizados, permitindo, assim, determinar que o local escolhido seja, rigorosamente, o melhor e não um outro. Técnicos do sector urbanístico consultados pelo Semanário Angolense convergem em que um projecto de semelhante alcance, nem que seja apenas em relação à delimitação da futura área de construção, não pode ter nascido do nada. Alguma entidade do âmbito técnico deverá ter realizado estudos prévios para determinar a localização óptima do projecto. A verdade, contudo, é que essa entidade permanece desconhecida e nem mesmo se sabe se ela passou pelo crivo de um concurso público, ampla, pública e previamente publicitado. Também não se divisam sinais de que, nesta matéria, o grupo técnico-profissional mais próximo de um projecto de semelhante índole (a Ordem dos Engenheiros e Arquitectos) tenha sido consultado. À parte os aspectos de natureza técnica que estão implícitos, pairam igualmente dúvidas e celeumas de carácter político. Não existe lembrança de que um assunto desses tenha sido objecto de análise e discussão na Assembleia Nacional antes de ir parar ao Conselho de Ministros. Repete-se, aqui, a mesma opacidade e falta de transparência que acompanhou o surgimento do projecto de construção do novo aeroporto na área de Bom Jesus, prenunciando como já se calculava a escandalosa derrapagem dessa empreitada que a sociedade, estarrecida, agora tem vindo a assistir. De resto, é pacífica a ideia de que um projecto de semelhante âmbito carece, incondicionalmente, de um aturado processo de auscultação e consulta públicas. Em Portugal, por exemplo, país em que as autoridades angolanas encontram geralmente inspiração para muitos dos seus projectos e realizações, a localização considerada óptima para a construção de um aeroporto para substituir o da Portela, na capital lusa, tem vindo a ser discutida em ciclos repetidos que já levam mais de dez anos. Já se está mesmo a imaginar o que não seria se fosse a edificação de uma nova cidade capital que estivesse em questão. Por falar-se em nova cidade capital, aqui está um outro «ponto cinzento» a malhar com o bolbo raquidiano dos angolanos e, neste caso, não apenas dos habitantes de Luanda. Ninguém sabe se a nova cidade que se pretende erguer vai manter inalterável a actual divisão político-administrativa do país, ou se, ao contrário, será isso a germinação da velha ideia de se transferir a capital do país para uma outra região

do território nacional. Espaço, sem dúvidas, para debates políticos eventualmente explosivos, o Governo deveria ter coragem bastante para começar a desencadear já essa discussão ou, pelo menos, fazer uma declaração pública de que isso não é assunto seu, mas para as futuras gerações de homens que venham a liderar este país. Salta à vista, contudo, que esta questão tem sido já alvitrada por certos lobbys e grupos de pressão junto das autoridades angolanas ou de determinados governantes de maneira individualizada. Isso mesmo deixou transparecer o arquitecto luso-angolano Troufa Real, numa entrevista que concedeu ao Semanário Angolense há sensivelmente três anos. Consultor do Governo em alguns projectos de natureza urbanística e arquitectónica, este ilustre técnico havia revelado, na ocasião, que essa era uma discussão que já corria em círculos informais. Pessoalmente, Troufa Real admitiu ser partidário de uma mudança da capital político-administrativa angolana para uma outra latitude do país. Radical, ele indicou mesmo uma nova região e um nome novo para a futura capital de Angola, que constam de um estudo que estaria a elaborar. Pela benignidade do seu microclima, essa nova capital, na visão daquele arquitecto, deveria ser edificada algures numa região próxima do Kuemba, interligando três províncias: Bié, Moxico e Malanje. Polis edílica ou não, Troufa Real baptizou-a com o nome de «Angolia, Cidade dos Santos». Recorde-se que no estágio final da administração colonial já se falava insistentemente numa mudança da sede político-administrativa do país, recaindo então a escolha para a cidade de Nova Lisboa, actual Huambo. Apesar dos fortes pruridos políticos que uma ideia como essa coloca às presentes autoridades, a verdade é que não se deve perder de vista que estão esgotados os fundamentos e critérios que levaram à escolha de Luanda para capital. A filosofia colonial foi, com efeito, edificar uma capital com perspectiva para a exploração da saída marítima, potenciado o seu grande negócio de então: o Comércio Triangular, no quadro do tráfico de escravos. Tecnicamente, contudo, o mar não é o único critério na determinação da localização de cidades capitais de acordo com a filosofia dos estados-nação. O clima, os «clusters» económicos ou a necessidade de se propiciar uma base para maior interacção com os estados continentais e não insulares ou litorais podem levar à escolha de uma latitude interior para edificar uma cidade capital. Em todo o caso, existem muitos bons exemplos de Estados que fizeram uma marcha para o interior. Brasil, África do Sul e Estados Unidos da

América figuram nesse leque de países com capitais continentais. Na próxima edição, o Semanário Angolense conta trazer a público um plano gizado em 1974, já após a Revolução de Abril, quando o regime colonial entrava em estertores finais, com vista à construção de uma Nova Cidade de Luanda. Por conseguinte, a ideia não é nova, e podemos garantir que naquele projecto o homem que habitava Luanda era o elemento central. A sua satisfação e participação no projecto estavam previstas.

070519-26
Ao contrário do velho rei Salomão, que erigiu Israel por inspiração divina
Governo encobre negociatas em projecto de novas cidades?

Sousa Neto

Ao indagar sobre as deliberações da sessão de quarta-feira do Conselho de Ministros, em que se tomaram decisões relativas à construção de três novas cidades e dos quatro estádios que vão alojar as competições do Can 2010, o Semanário Angolense obteve depoimentos que se questionam os pilares em que assentaram tais resoluções do Governo. No fim de todos os questionamentos, a opinião prevalecente é a de que substituindo o pragmatismo que as democracias concedem às decisões políticas nacionais, quando as elites governantes procuram consensos para decidir, o nosso Governo parece ter «adjudicado» definitivamente a política angolana de urbanização a projectos impostos por interesses empresariais. Os técnicos convergem em que a construção de uma nova cidade não é uma decisão que possa ser tomada de ânimo leve. Em países sérios, essas resoluções só são assumidas depois de consultas exaustivas, nas quais engenheiros, arquitectos, antropólogos, sociólogos, meteorologistas e as organizações que os representam são devidamente escutados e tidos em conta. Segundo apurou este jornal, as ordens dos engenheiros e dos arquitectos não foram consultadas até se chegar ao estágio actual dos projectos de construção de novas cidades em Luanda, Dande e Cacuaco, assim como a adopção de nova urbanização no musseque Capari. O anúncio da existência de espaços delimitados para esses projectos pressupõe, tecnicamente falando, que já foram efectuados estudos

preliminares, que no quadro das práticas adoptadas para esse fim, teriam que ter sido feitos por uma entidade empresarial. Quando esta questão é colocada, os técnicos voltam a convergir em que, eventualmente, o país está de novo diante de decisões impostas ao Governo pela Dar Al-Handash. Esta é uma empresa especializada em consultoria de projectos arquitectónicos que em Angola se dedica também à fiscalização de obras, tratando de impingir enormes pilhas de papéis desses ao Governo, que os compra no quadro de decisões que parecem implicar a complacência dos mais altos quadros institucionais do país. A Dar Al-Handash é detida por um egípcio chamado Ramzin Klink, que se diz ter sido colega do Presidente José Eduardo dos Santos no tempo em que estudava engenharia numa universidade de Baku, no Azerbeijão. Note-se que encarregue dos projectos e da fiscalização inerentes às grandes obras do Estado, a Dar Al-Handash não conseguiu nada mais do que arrancar do povo a designação dada desde há já alguns anos aos empreendimentos que passaram a ser erguidos em Luanda e outras paragens do país: o povo chama-lhes «obras descartáveis». Mas a este questionável assunto juntam-se, entretanto, problemas que a Dar Al-Handash, nas suas limitações, não dá respostas. Uma das questões que a empresa não discutiu, não tratou de solucionar e não pode responder é sobre o estabelecimento de Luanda como capital do país, um estatuto que parece estar implícito à decisão da construção de uma nova cidade com o mesmo nome, aqui ao lado. O estabelecimento de Luanda como capital de Angola é uma velha discussão. O regime colonial português escolheu a capital angolana com base na sua posição geográfica, no litoral-norte do país, tratando-se, aqui, de uma questão de política de colonizador. Pretendiam-se, tão só, os benefícios de um porto viável e localizado o mais próximo possível dos portos da antiga metrópole e Luanda ajustava-se a esses critérios. Mas as discussões em torno disso foram polémicas o suficiente para que ela possa ser dada por resolvida. Os diferentes pontos de vista defendiam a localização da capital de Angola, para além de Luanda, em pelo menos duas outras regiões do centro-sul do território, quando uns apontavam como pontos ideais a actualmente designada cidade do Huambo e outros o município do Kuemba (Bié). A verdade é que se hoje os critérios que levaram os colonialistas portugueses a investir Luanda como capital de Angola já não se mantêm válidos, o novo poder deve pensar nisso numa perspectiva aliada às ambições políticas nacionais

segundo elas estejam mais direccionadas para o Ocidente e para o mar, ou para a África e a perspectiva de afirmação nas integrações continentais que emergem sob o signo do desejável renascimento africano. É claro que questões de interesse nacional e de tamanha profundidade intelectual como essas não podiam ser tidas em conta nos estudos de uma Dar Al-Handash projectada para negociatas estabelecidas à boa maneira dos velhos mercadores do Oriente. Como também é evidente que o surpreendente «complexo de Salomão» que repentinamente se apossou da elite governante, ao mandar erigir cidades em profusão, aqui estará umbilicalmente ligado a ambições egocêntricas e desonestas, ao contrário do que aconteceu com a edificação de Israel, onde o velho rei bíblico era movido pela providência divina. Em duas palavras, a perspectiva de uma roda-viva de negócios subjacentes a esta decisão dá a indicação de que há interesses económicos de angolanos que determinam o que parece ser o tráfico alimentado em torno dos projectos da Dar Al-Handash. Se isso é apenas evidente na decisão do Governo que projecta a construção de novas cidades, fica irremediavelmente confirmado com o que aconteceu em relação aos quatro estádios projectados para alojar as competições do Can 2010, sobre cuja construção também foram tomadas decisões naquela mesma sessão do Conselho de Ministros. Quem, no comunicado do órgão colegial do Governo ler a lista das empresas que receberam contratos para tocar essas obras, ficará com a impressão de que estaremos a lidar com conceituadas empresas internacionais de construção de infra-estruturas desportivas. Mas, fazendo-o, estará a cometer um grande erro: essas empresas já não são o que dizem, desde que estão, por via de regra, impregnadas pelos interesses dos mesmos «chove não molha» que têm estado a coleccionar negociatas monopolistas por esta Angola fora. Lendo nas páginas 46 e 47 desta edição, o leitor poderá perceber como é que Isabel dos Santos, dirigentes desportivos como Carlos Cunha e Gustavo Conceição, ou velhos generais da Primeira República entraram no negócio da construção dos estádios que na quarta-feira ocupou parte significativa daquilo que o Conselho de Ministros quis comunicar aos angolanos. Numa palavra, a sessão do Conselho de Ministros que trouxe o comunicado anunciando o que parece ser a «boa nova» da edificação, pode ter sido, de facto, a legitimação dos processos de enriquecimento sem causa que no nosso país já perduram para além daquilo que pode ser racionalmente concebível.

070519-26
Concurso público para cadastramento do património imobiliário do Estado
Ministério do Urbanismo viciou as regras de jogo

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério do Urbanismo e Ambiente pode ter viciado já à partida o concurso público que aquela instituição governamental vai lançar para o Levantamento Cartográfico, Cadastro e Recadastramento Imobiliário e Gestão Global de Cadastramento e Cartografia Urbana. O Ministério do Urbanismo e Ambiente apanhou quase todos os concorrentes desprevenidos quando, a menos de 72 horas da abertura das propostas, lhes comunicou uma mudança radical das regras de jogo que tinha claramente definido no caderno de encargos. Foi com base nas regras estabelecidas no caderno de encargos que os concorrentes apresentaram as suas propostas. O caderno de encargos atempadamente posto à disposição dos interessados estabelecia os valores do concurso na ordem dos 60 milhões de dólares. No último documento que fez chegar aos concorrentes, a menos de 72 horas da abertura das propostas, o Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística do Ministério do Urbanismo e Ambiente elevou tais valores para 200 milhões de dólares. Observadores que têm acompanhado a fase preparatória do concurso vêm no surpreendente volte-face do Ministério do Urbanismo e Ambiente um claro e inequívoco propósito de afastar alguns concorrentes nacionais. «Só posso ver neste volte-face um único desígnio: afastar os concorrentes nacionais e escancarar o concurso à Kpmg», segundo afirmou ao Semanário Angolense um observador atento. «Estando no confortável papel de conselheira do Ministério do Urbanismo e Ambiente e de concorrente a este concurso, só uma pessoa muito distraída não perceberia que a Kpmgnão está alheia a esta mudança brutal das regras de jogo». Segundo ainda o mesmo observador, que pediu para não ser identificado por recear represálias, já que é funcionário sénior do Ministério do Urbanismo e Ambiente, o facto de a Kpmg ter refeito a sua proposta quando nenhum outro concorrente havia sido informado da alteração das regras «diz tudo». «Os outros concorrentes tiveram apenas dois dias úteis para se adaptarem às alterações impostas à última da hora. A Kpmg vai para este concurso em clara vantagem sobre os

restantes concorrentes. A circunstância de ser conselheira do promotor do concurso colocou-a muito acima dos outros por causa do acesso que tem à informação privilegiada». Por outro e embora ela o tenha informalmente desmentido ao Semanário Angolense, diferentes observadores coincidem em como foi a Kpmg quem elaborou a proposta que agora vai a concurso. «Se o concurso fosse regido pela transparência, isso afastaria automaticamente a Kpmg», defendem os mesmos observadores. «O problema é que está muito dinheiro em causa. Estamos a falar agora de um bolo de 200 milhões de dólares. É dinheiro mais do que suficiente para cegar algumas pessoas, levando-as mesmo a preterir os interesses nacionais». «Eu duvido mesmo que algum outro país aceitasse a participação de uma empresa dominada por capital estrangeiro num concurso que visa o levantamento da cartografia urbana de todas as cidades, seus planos directores, cadastro urbano dos edifícios públicos bem como a sua gestão. Duvido que algum outro país aceitasse isso. Esse é um tipo de informação classificada que normalmente os Estados guardam para si». Os observadores que falaram ao Semanário Angolense mostraram-se, igualmente, perturbados com o facto de o Instituto de Geodesia e Cartografia, que deveria regular o concurso, ter sido inexplicavelmente afastado do processo. «Quando somamos o afastamento do Igca aos privilégios atribuídos à Kpmg só podemos concluir que a alguém interessa que essa informação estratégica esteja totalmente disponível a empresas estrangeiras». Um outro factor que alarma os observadores é a idoneidade da entidade que avaliará as diferentes propostas. Um deles interroga-se: «será nomeada uma comissão ad-hoc ou a avaliação será feita por uma entidade não estranha ao concurso?» «Com os rumos que o concurso já tomou, será de esperar tudo», consolou-se um outro.

070519-26
Sobre matérias publicadas pelo SA
Kpmg foi questionada pelos parceiros

Duas matérias publicadas pelo Semanário Angolense nos seus números 211 e 212 suscitaram a inquietação dos parceiros internacionais da Kpmg (Angola), levando-os a questioná-la sobre a veracidade de tais informações. A cooperativa Kpmg, uma associação que aglutina empresas com a mesma designação espalhadas por vários países, ficou nomeadamente perplexa com uma matéria publicada pelo SA no seu n.º 212 de acordo com a qual a sua

associada angolana teria contraído um financiamento de 200 mil dólares junto de duas instituições bancárias de que é auditora. O Semanário Angolense soube de boa fonte que ante as evasivas da Kpmg (Angola) perante um questionário muito concreto cujo conteúdo é «Contrataram ou não financiamentos em Bancos Auditados por vocês» e «Favoreceram ou não Fornecedores/Clientes», a Cooperativa Kpmg estaria a ponderar seriamente o afastamento da sua parceira angolana. Este jornal soube da mesma fonte que a Cooperativa Kpmg só considera uma única alternativa ao afastamento da sua associada angolana: o afastamento de Isabel Serrão e de Paul Sousa, dois «partners» da cooperativa. As evasivas da Kpmg (Angola) a questões concretas que lhe foram colocadas deixaram ainda mais fragilizado Paul Sousa. Ele foi «despachado» para Angola depois que as autoridades moçambicanas pediram a sua saída do país por causa de reiterados conflitos raciais com funcionários moçambicanos. Ao que este jornal apurou, além dos seus maus fígados para com os moçambicanos de raça negra, Paul Sousa teria, também, feito alguns empréstimos a bancos moçambicanos que eram auditados pela sua empresa.

070519-26

Actual sistema facilita introdução de «fantasmas» nas folhas de salários

Interesses inconfessos atrasam bancarização dos salários na PN

A maioria dos efectivos da Polícia Nacional (PN) nem sequer sonha com um Crédito Habitação ou Automóvel porque aguardam há mais de dois anos que os seus soldos caiam nas contas que abriram no Banco de Poupança e Crédito (Bpc)

Dois anos depois de terem abertos as suas contas em várias dependências do Banco de Poupança e Crédito (Bpc), um número considerável de efectivos da Polícia Nacional continua a não poder receber os seus ordenados através desta instituição bancária. Há dois anos, mais de 80% dos efectivos da Polícia receberam ordens para abertura de contas bancárias junto dos balcões do Bpc. Nos termos dessa ordem, aqueles que não tivessem ou abrissem contas junto daquela instituição bancária sujeitavam-se ao risco de não receber os respectivos soldos. Dois anos depois, os salários da generalidade dos agentes da Polícia continuam a ser processados e pagos nas respectivas unidades, com o que não se podem

habilitar a qualquer crédito bancário, nomeadamente para a aquisição de casa e de carro. O Semanário Angolense soube que apesar daquela ordem, que era suposto produzir efeitos em todas as dependências do Ministério do Interior, neste momento, apenas as direcções nacionais da Polícia Económica e de Investigação Criminal têm os salários bancarizados. Contactado por este jornal, um funcionário sénior do Ministério do Interior, que aceitou falar na condição de não ser identificado, explicou o incumprimento da ordem com o que descreveu como «existência de muitos agentes da Polícia que não têm Bilhetes de Identidade». Uma explicação que a maior parte dos agentes da Polícia qualifica como ridícula. «Esta é uma desculpa falsa e esfarrapada. Pela sua natureza, a Polícia não pode admitir nos seus quadros agentes que não estejam devidamente documentados. De outra forma teríamos nas suas fileiras toda a sorte de indivíduos: desde estrangeiros a cadastrados», segundo disse ao SA um oficial da corporação. Sintomaticamente, os responsáveis do Ministério do Interior não dão uma única explicação para o facto dos seus efectivos ainda não terem os salários bancarizados. A uns dizem que o problema é dos «indocumentados». Mas a outros dizem que tal se deve a uma suposta incapacidade do Banco de Poupança e Crédito para processar os salários de um efectivo genericamente estimado em 100 mil homens. «De resto, pergunta um dos insatisfeitos, se sabiam que o Bpc não tinha capacidade, por que é que nos mandaram abrir contas?» Nas fileiras do Ministério do Interior e do Comando Geral da Polícia cresce a suspeita de que a não bancarização dos salários estaria a favorecer meia dúzia de pessoas. «A não bancarização dos salários favorece toda a sorte de esquemas, nomeadamente a inclusão de fantasmas nas folhas salariais e usurpação de dinheiro alheio através de descontos abusivos e outros procedimentos irregulares. Nas folhas de salários continuam a aparecer nomes de agentes que já morreram há muito tempo. Como os mortos não podem ir a um banco levantar salário, então eles preferem manter as coisas como estão. O que sei é que muitos mortos são miraculosamente 'ressuscitados' para contribuírem generosamente para o reforço do poder financeiro de quadros ligados aos recursos humanos e planeamento e finanças», disse um agente. Um outro agente que ouvia a conversa acrescentou: «se avançarem com a bancarização muitos financeiros ficarão impossibilitados de receber as remunerações dos 'fantasmas' que introduzem nas folhas de salários, alguns dos quais são pessoas que

morreram e os familiares nem sabem da existência deste dinheiro. Talvez seja por isso que tanto dentro do Comando Geral da Polícia Nacional, como no próprio Minint, ainda existam indivíduos que se opõem ao processo». Recentemente, este jornal revelou o caso de uma oficial superior da corporação, reabilitada pelo actual comandante geral da Polícia, depois de haver sido afastada por Alfredo Ekuikui, que teria introduzido os nomes de duas filhas nas folhas salariais do Departamento dos Recursos Humanos da Logística da Polícia (ver edição 209, pág. 22). As fontes do Semanário Angolense disseram que o caso daquela oficial é um entre muitos: «Nós acreditamos que há muitos oficiais superiores que colocam os nomes dos filhos, pais, tios, amantes e até mesmo empregadas de limpeza nas nossas folhas salariais». Segundo tais fontes, a bancarização dos salários, ordenada há dois anos, impediria episódios risíveis muito frequentes nos corredores do Comando Geral da Polícia, em que alguns chefes de secção ou departamentos têm de andar com sacos pretos com dinheiro, que vão distribuindo aos respectivos subordinados. Segundo apurou o Semanário Angolense, no interior do país a situação é ainda pior já que há suspeitas de que nem o Comando Geral da Polícia nem o Minint conhecerão ao certo o número de efectivos que servem as diferentes unidades. «E isso faz com que os próprios comandantes provinciais e, se calhar, os municipais apresentem relações de efectivos com nomes de indivíduos que nunca foram polícias. E depois já se sabe o que acontece: eles pagam o pessoal existente e o resto do dinheiro vai para o bolso deles», explicou um polícia.

070519-26
A desculpa que o Minint apresentou ao Bpc
A maioria dos Polícias não tem BI

Contrariamente ao que vem acontecendo no Ministério da Defesa e no Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (Faa), instituições encabeçadas respectivamente por Kundi Paihama e Francisco Furtado, o pelouro titulado por Roberto Leal Monteiro «Ngongo» solicitou mais algum tempo ao Bpc para domiciliar os salários dos seus efectivos. Num encontro com responsáveis do Bpc, há três semanas, os oficiais superiores do Minint e da Polícia Nacional alegaram

razões que deixaram os seus interlocutores boquiabertos. «A maioria dos efectivos não possui Bilhete de Identidade», disseram. Duas semanas depois, um responsável do Bpc que participou do encontro continuava aturdido com o que lhe foi dito. Falando ao SA, esse bancário disse: «Se a maioria dos polícias não tem bilhetes, então podemos dizer que estamos a lidar com um bando de malfeitores, porque a maioria tem passes que os identificam como polícias. Como é que eles conseguiram? Sem processo? Acho que estão a atrasar a bancarização porque lucram com isso». Tendo percebido o indisfarçável espanto causado aos bancários, um dos emissários do Minint apressou-se a corrigir a situação, prometendo que «tudo está a ser feito» para que os efectivos da Polícia e do Minint que trabalham e vivem em Luanda tenham os seus salários bancarizados a partir do próximo mês de Setembro. De acordo com tal responsável, o processo estará concluído em Dezembro, altura em que julga ser possível domiciliar no Bpc os salários de todos os agentes da Polícia. Mas o responsável do Bpc que falou ao Semanário Angolense disse ter notado algum mal-estar entre os emissários do Minint e do Comando Geral da Polícia quando lhes foi dito que o próprio banco estaria na disposição de construir balcões em algumas unidades policiais para acelerar a bancarização dos salários dos seus efectivos.

070519-26
Mais transparência e menos atraso
FAA avançam em sentido contrário

No seio das Forças Armadas Angolanas, as coisas parecem caminhar em sentido contrário. A bancarização dos salários começou durante o consulado do antigo chefe do Estado-Maior General, Agostinho Nelumba «Sanjar», e continua a ser levado a bom porto pelo seu substituto, Francisco Furtado. As chefias militares, algunas das quais podem ter feito um bom pé-de-meia no esquema dos «fantasmas», optaram por colocar os balcões do Banco de Poupança e Crédito (Bpc) próximo dos seus soldados e outros funcionários, de tal forma que estas dependências estão sendo erguidas dentro das próprias unidades militares. Essa realidade pode ser constatada junto do Estado-Maior General, onde está a ser construído um balcão que deverá entrar em funcionamento ainda este ano e servir os militares pertencentes à

Guarnição Militar de Luanda e à Unidade de Transmissões das Faa. O mesmo acontece em Viana, um dos municípios da capital onde estão colocadas várias unidades castrenses. O Semanário Angolense constatou a construção de outra dependência do Bpc dentro do Campo Militar do Grafanil, nas imediações da Unidade da Polícia Militar, vulgo PM, nas instalações provisórias da Academia Militar e no Instituto Superior para o Ensino Militar (Isem). A bancarização dos salários dos membros das Forças Armadas Angolanas, uma determinação do Conselho de Ministros extensiva a todos os funcionários públicos, foi iniciada em Luanda e já chegou a todo o país.

070519-26
Agora é pelo alargamento do prazo do registo eleitoral
Unita apresenta «plano B»

Numa altura em que faltam somente 27 dias para se dar por finda a primeira fase do período de registo eleitoral, independentemente das vozes que se levantaram a favor da sua prorrogação, a direcção da Unita apresentou esta semana uma bateria de sugestões que podem ser consideradas como um «plano B», com vista a suprir as debilidades observadas durante o arranque do processo. Os planos do movimento do «Galo Negro», apresentados pelo líder desta formação política, Isaías Samakuva, passam agora pelo alargamento do processo, cujo «segundo período», deve começar no próximo dia 15 de Junho, altura em que termina a fase inicial. Mas, antes de terminar a segunda fase, que deve durar 90 dias, a Unita quer que o Governo preste contas aos angolanos sobre o «primeiro período», publicando os respectivos cadernos, mesmo provisórios, entre os meses de Junho e Julho, para as correcções e reclamações. A actualização do processo permanece para o mês de Julho, em conformidade com os desígnios estabelecidos pela própria Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (Cipe). Os «maninhos» consideram, por outro lado, imperiosa a multiplicação das campanhas de sensibilização para o registo com dísticos, cartazes, anúncios radiofónicos e editais, sobretudo para Luanda, onde nos últimos meses registou-se pouca afluência de pessoas aos postos. Samakuva e pares entendem ainda que os angolanos no exterior têm o direito de votar nas futuras eleições e o Governo tem toda a obrigação de criar as condições para o efeito, tendo em conta que a comunidade na diáspora foi excluída do exercício do mesmo direito nas eleições de 1992. Os conselhos

apresentados pela Unita surgem porque, segundo esta formação política, a primeira fase registou muitas anomalias. O número de brigadas não tem sido suficiente para cobrir o universo eleitoral real, as brigadas não têm tido o apoio logístico necessário, em particular meios de transporte aéreos e terrestres adequados, os equipamentos avariam constantemente, há faltas constante de papéis, tintas, cartões e telefones. Outras preocupações, segundo a Unita, estão associadas à integridade e à segurança dos dados, a não prestação de informações progressivas sobre a correcção dos dados introduzidos no sistema, o Governo não tem enviado relatórios regulares à Cne e esta instituição, por sua vez, não tem tornado pública a apreciação das visitas de supervisão que realiza. A fraca safra registada na primeira fase, na visão dos «maninhos», deveu-se mais ao facto do Governo ter «monopolizado» o processo: definiu sozinho o seu programa de trabalho e o seu orçamento, escolheu os seus parceiros comerciais e as soluções técnicas e logísticas, assim como as datas e o próprio calendário de actividade. Acusa ainda a Unita que o Governo planeou efectuar o registo com 3137, depois baixou esse número para 2000 e no fim preparou somente 504 brigadas. Mesmo assim, diz o partido da oposição, não conseguiu colocar o mesmo número de brigadas no terreno, apesar das reduções que efectuou. «Se o Governo não foi capaz de colocar 504 brigadas no terreno em seis meses, não vai ser capaz de imprimir e publicitar 9000 cadernos eleitorais em 12 dias. Se passados mais de 400 dias, o Tribunal Supremo não é capaz de responder a cinco acções judiciais sobre as eleições, não vai ser capaz de atender a centenas de reclamações em 72 horas», lê-se ainda no documento enviado à nossa redacção pela direcção da Unita.

070519-26
Pedro Sirgado acusado de pretender liquidar a empresa

Bricomil: crónica de uma morte anunciada

Ilídio Manuel e Rui Albino

Trabalhadores afectos à Bricomil, Sarl, acusam o Presidente do Conselho de Administração (Pca) e director dessa instituição, Pedro de Jesus Sirgado, de pretender liquidar a empresa pública, com o objectivo de satisfazer os seus interesses pessoais. Numa carta que endereçaram recentemente ao Semanário Angolense, os trabalhadores imputam responsabilidades a Pedro Sirgado

pelo actual marasmo económico que a Bricomil regista, consubstanciado em endividamentos colossais a bancos comerciais e não pagamento de créditos milionários a terceiros. O Pca da Bricomil, segundo os trabalhadores, tem estado a gerir a empresa ligada ao ramo de construção civil, através de acções «ruinosas e autoritárias», com vista a levá-la ao abismo e à falência total. Tida no passado como uma das maiores empresas no ramo da construção civil em Angola, a Bricomil, de acordo com a carta dos trabalhadores, está hoje à beira do colapso, resultando disso numa acumulação de dívidas de mais de três milhões e seiscentos mil (3, 600. 000) dólares norte-americanos a distintos bancos, um milhão e trezentos (1, 300.000) a empresas não especificadas e setecentos (700) mil ao Instituto Nacional de Segurança Social (Inss). Em relação à divida com esta última instituição, há indicações de que, há vários anos, a empresa dirigida pelo brigadeiro Pedro Sirgado não tem estado a honrar as suas obrigações sociais, embora esteja a reter na fonte os valores inerentes à Segurança Social. Dentre outros passivos, a direcção da Bricomil é acusada de não estar a pagar soldos aos trabalhadores há mais de dois anos, perfazendo uma divida de um milhão e cinquenta mil dólares (1, 050.000) de salários em atraso. «Os juros de mora com os bancos crescem a cada dia ou mês que passa, com a agravante da empresa não receber obras há 4 anos», lamentam os trabalhadores, que dizem sentir o seu futuro cada vez mais ensombrado, ante a passividade dos accionistas dessa empresa pública. Estes queixam-se da direcção da empresa por ter despedido de forma ilegal cerca de 90% dos 400 trabalhadores que laboravam em Luanda e na Frente Soyo, sem que os mesmos tivessem sido indemnizados. Dizem que os trabalhadores no Soyo, que sobreviveram à «purga» dos despedimentos colectivos, têm recorrido a greves pontuais, de forma a forçar a entidade patronal a pagar-lhes os soldos. A dado passo da missiva, referem que a direcção da empresa não tem estado a fazer nenhum investimento em matéria de equipamentos e máquinas naquela região do norte do país, o que ajuda a reforçar a ideia de que o brigadeiro Sirgado pretende dessa forma arruinar a Bricomil. Os trabalhadores lamentam que não estejam a dispor de transporte nas suas deslocações de e para o serviço, assim como da falta de um refeitório na empresa. Pedro Sirgado é também acusado de estar a dirigir a empresa através de métodos maquiavélicos, promovendo a divisão e a discriminação salarial entre os trabalhadores. «Alguns trabalhadores,

que são da conveniência do director, têm sido favorecidos com melhores salários em detrimento de outros, que ganham menos, embora exerçam as mesmas funções», denunciam os trabalhadores na missiva que temos vindo a citar, acrescentando que tal estratégia se enquadrava na máxima colonial: «dividir para melhor reinar». A alta patente das Forças Armadas Angolanas (Faa) é ainda acusada de estar a obter lucros indevidos com a compra de viaturas e máquinas obsoletas no exterior do país, que, segundo eles, têm sido impostas à Bricomil a preços empolados.

070519-26
Silêncio comprometedor

Os subscritores da carta mostram-se indignados com a postura dos principais accionistas da Bricomil, consubstanciada na aparente indiferença com que têm vindo a lidar com a «gestão ruinosa» levada a cabo por Pedro Sirgado. Questionam as razões que têm estado por detrás do silêncio observado por organismos como a Sonangol, ministério das Finanças, Banco do Comércio e Indústria (Bci) e Banco de Poupança e Crédito (Bpc) que, na sua qualidade de accionistas da Bricomil, «pouco ou nada fazem para inverter o quadro de ruína». Depois de referirem que cada uma dessas instituições é detentora de 15% das acções nessa empresa pública, os trabalhadores dizem que Pedro Sirgado tem estado a «evitar ao máximo a realização de assembleias anuais de balanço», como forma a furtar-se à prestação de contas aos restantes accionistas. Denunciam, a dado momento da carta, que o responsável da construtora, para além de ter criado uma empresa sua que actua no mesmo segmento do mercado, denominada Sir-Construções, o director da Bricomil tem ainda em carteira um plano que visa vender o estaleiro central da empresa, ao Bairro Benfica. Este, segundo os trabalhadores, destinar-se-á à construção de um condomínio de luxo. Há também sinais de que a sede da Bricomil, que outrora funcionava no nº 7- R/C da rua Cónego Manuel das Neves, foi já arrendada a essa empresa, cuja titularidade é atribuída a Pedro Sirgado. Este dado foi, aliás, confirmado esta semana por um repórter deste jornal que se deslocou às instalações daquela empresa, com o objectivo de cruzar as informações com o Pca Bricomil, tendo recebido a notícia de que os escritórios tinham sido arrendados a Sir- Construções. Informado de que os escritórios da Bricomil tinham sido transferidos para o bairro

Benfica, o repórter não foi bem sucedido quando tentou contactar naquele local Pedro Sirgado. Outras tentativas foram feitas no sentido de ouvir a versão do homem-forte da antiga empresa ligada ao ministério da Defesa, mas todas as iniciativas redundaram em fracasso.

070519-26
Nandó recupera influência no Ministério do Interior

Devagar, devagarinho mesmo, Fernando da Piedade Dias dos Santos Nandó vai recuperando um pouco da muita influência que detinha no Ministério do Interior, e que viu esvair-se com a sua nomeação para o cargo de primeiro-ministro, em 15 de Dezembro de 2002. O primeiro passo nessa caminhada foi, na verdade, um achado. A nomeação, a 15 de Março do ano passado, do comissário Sebastião Martins para o cargo de vice-ministro representou o regresso ao Interior de uma das figuras mais importantes do consulado de Nandó naquele ministério. Sebastião Martins foi durante anos a fio vice-ministro de Nandó, responsável pela administração e finanças. Por proposta do falecido ministro do Interior, Osvaldo Serra Van-Dúnem, Sebastião Martins foi substituído, a 31 de Janeiro de 2005, por Ângelo Barros Veiga Tavares. Porém, e se o seu regresso ao Interior logo após a morte do ministro é susceptível de dizer alguma coisa sobre as escolhas do falecido ministro, já não há dúvidas de que a sua nomeação para vice-ministro responsável pela Informação e Análise, até então consignada a uma direcção - o SINFO- chefiada por Mariana Lisboa Filipe, representa um regresso triunfal. Fontes geralmente bem informadas disseram a este jornal que tanto a substituição de Sebastião Martins quanto o seu regresso são explicados de uma mesma forma. «O Presidente da República substituiu Sebastião Martins para acomodar um pedido do então ministro Serra Van-Dúnem, como faz agora com frequência. Agora nomeou-o novamente para acomodar pedidos do novo ministro, Roberto Leal Monteiro «Ngongo», ou do primeiro-ministro, o que é mais provável, pois o actual ministro do Interior além de não conhecer Sebastião Martins, tinha também as suas próprias ideias e os seus homens, como se viu em relação ao Serviço de Migração e Estrangeiros». Seja resultado de uma decisão pessoal do Presidente da República, ou de pressões, o que resultou deste «jig-a-

jog» foi a colocação à frente do Sinfo de um discípulo do primeiro-ministro. Sebastião Martins é um homem da absoluta confiança de Nandó. A «boa sorte» de Nandó não parou aqui. Vasco Arnaldo Guimarães, «Maló», o seu logístico preferido, está também de regresso, num processo que praticamente já custou o lugar ao comissário Oliveira Santos. Tal como Sebastião Martins, Maló não fazia parte dos planos de Osvaldo Serra Van-Dúnem, sendo que a história à sua volta é um pouco mais complexa. Enquanto foi apenas Comandante Geral da Polícia, Nandó manteve a Logística da corporação sob seu controlo, com Maló no comando. O então ministro, Santana André Pitra, «Petroff», não tinha ali a influência que se calhar gostaria. Quando Nandó foi nomeado ministro do Interior e substituído no comando da Polícia pelo Comissário Ekwikwi, o sub-comissário Maló e a Logística da Polícia «acompanharam» o ministro, o que seguramente não era o que Ekwikwi esperava. Com a nomeação de Nandó para o cargo de primeiro-ministro, Maló acabou «órfão», e o novo ministro do Interior, Serra Van-Dúnem, então em processo de arrumação de casa, substituiu-o por Oliveira Santos. A substituição, ao que consta, só se consumou após o falecido ministro ter «esgotado» os esforços que levariam Maló a aceitar alinhar-se pela nova cadeia de comando. Passaram-se os anos e Maló está de volta num processo em que o comissário Oliveira Santos foi «convidado» a sair. Tudo parece desembocar em duas coisas: no arrefecimento das tendências de se ir à Rússia buscar tudo o que a Polícia precisa, perspectiva defendida pelo actual ministro do Interior, e na recuperação de influência do primeiro-ministro. Sendo aparentemente combativo, às vezes demasiado combativo, Roberto Leal Monteiro «Ngongo» lá deve saber se deixa a Logística no comando da Polícia, dirigida por Ambrósio de Lemos, que é também descrito como um incondicional de Nandó, ou se também a leva para o ministério. Depois que foi afastado da Logística do Ministério do Interior, Maló disse-se perseguido. Foi dessa suposta perseguição que buscou alento para uma prolongado «repouso» em Portugal, onde disse que iria fazer uma licenciatura. Porém, pessoas que lhe são muito próximas não encontraram, em nenhum estabelecimento de ensino superior em Portugal e arredores, qualquer registo de que Maló alguma vez se tivesse inscrito para estudar fosse o que fosse. O que essas pessoas encontraram foram muitas evidências de um mais do que confortável pé-de-meia, que se traduz, entre outras coisas, por sumptuosas mansões que Maló

teria adquirido, a pronto pagamento, nos mais emblemáticos bairros da capital portuguesa, Lisboa. Nos círculos policiais angolanos há quem assegure que atribuir a Maló uma fortuna de 20 milhões de dólares seria «muito ofensivo para ele. O Maló tomaria isso como ofensa pessoal. Tem muito mais do que isso».

070519-26
A classe de novos-ricos de que o país precisa
Empreendedores e modernos ou sovinas e egocêntricos?

Não se sabe exactamente se seria também a isso que o Presidente Eduardo dos Santos se estaria a referir quando, alarmado com a prática de «cabritismo» a que se devotaram os seus mais importantes colaboradores, bramiu: «É preciso dar oportunidades a outras pessoas. Não podem ser sempre os mesmos». Mas já ninguém parece ignorar que se o Presidente quiser maior eficiência nos seus desígnios de lograr uma mais justa partilha da riqueza do país, tão reclamada por vastos sectores da sociedade nos últimos tempos, não lhe bastará munir-se de uma máquina calculadora, pois começa, igualmente, a emergir a ideia de que para ser completo, este processo não deverá ficar-se apenas por um simples parte e reparte do bolo. Ou seja, perseguir desígnios de justiça social nesta matéria tão sensível que não deixa ninguém indiferente, já não se compadece com o vulgar conceito de trazer mais comensais à mesa para evitar que sejam sempre os mesmos a comer. Mais importante que isso, trata-se também de criar um processo de depuração da qualidade dos novos-ricos angolanos. Numa palavra, quer-se, a partir de agora, uma nova classe endinheirada, mas que seja empreendedora e saiba realmente dar um uso eficiente ao dinheiro que tem em mãos. No Kwanza-Sul e no Bengo, só para nos atermos a estas duas províncias, estão duas castas de novos-ricos de que aqui se está a falar. Na primeira província, temos, via de regra, ricos úteis, que prestam mesmo e trazem valor acrescentado ao país, enquanto na segunda estão os que podemos apelidar de ricos inúteis e sem qualquer préstimo para os seus concidadãos. Isto é, estamos a falar de como uns, mesmo por via de um pouco ortodoxo processo de acumulação de capital, claramente predador e vampírico, tornaram-se empreendedores, aplicando da melhor maneira o dinheiro. Já os outros, apesar de beneficiarem do mesmo privilégio, estão hoje podres de ricos, mas mantêm o dinheiro que têm em

estado de completa ociosidade, quando não o aplicam mal. Quem, por estes dias, der uma saltada ao Kwanza-Sul, demandando áreas como o Libolo, Wako Kungo e Calulo, certamente há-de ficar perturbado com o «vampirismo» que está a «varrer» a província onde, ao ritmo actual de apropriação pela nomenclatura de terras férteis virgens, bem como quintas e grandes propriedades agrícolas deixadas pelos latifundiários portugueses, se teme que dentro em breve já não reste nada para os cidadãos comuns. A rigor, o que se passa no Kwanza-Sul é um nítido mau exemplo em matéria de igualdade de oportunidades. Mas o que, provavelmente, mais perturbará os seus habitantes é verificar que a nova classe de latifundiários angolanos que abocanharam os melhores nacos de terras da região é, em geral, composta por cidadãos da mesma família política, uma extensa lista que começa pelos irmãos Faceira, passa pelo ministro da Indústria, Joaquim David, e termina no general «Peito Alto», ou seja, em Higino Carneiro, ministro das Obras Públicas. Não admira, por isso, que no Kwanza-Sul estejam a crescer as vozes que reclamem pelo desencadeamento de uma espécie de uma mais justa e equitativa redistribuição de terras, processo por via do qual emergissem mais angolanos titulares de boas terras por aquelas paragens. Até lá, contudo, ninguém conseguirá negar uma evidência diante dos olhos de toda a gente no Kwanza-Sul: os membros da nomenclatura, que tiveram o privilégio de serem donos de extensas parcelas de terrenos, têm vindo a investir nessas terras, rentabilizando-as e gerando milhares de postos de trabalhos para os habitantes da província. Segundo dados a que este jornal acedeu, no ano passado, só em batatas, as fazendas que Higino Carneiro possui tiveram uma produção em torno de três milhões e meio de dólares. É um facto bastante significativo num país que ainda está longe da auto-suficiência alimentar. Mas não é apenas a paisagem agrícola das duas províncias que se está a alterar, fruto desse espírito empreendedor. Há também um ramo complementar dessa economia em franco crescimento: a agro-indústria. No Kwanza Sul não se corre o risco de dormir ao relento: na cidade do Sumbe, sede da província, há um ou dois hotéis que servem para as encomendas. E mesmo noutras localidades mais afastadas há sempre uma hospedaria, devido às aplicações que estão a ser feitas no domínio turístico. O quadro muda completamente do dia para a noite, quando saltamos para a província do Bengo, onde extensas parcelas de terras também há muito que encontraram dono, beneficiando, via de regra, a «aristocracia» da

região. Tal é o caso da chamada «tribo do Bengo», integrada por vários membros influentes do Governo de Angola e do partido que o sustenta. Não é segredo para ninguém que quase tudo quanto é terra a partir do Panguila, região da Funda, Barra do Dande até aos confins de Caxito, jaz geralmente nas mãos da «tribo do Bengo». Mas, contrariamente ao que se verifica na província do Kwanza-Sul, a maior parte das terras do Bengo está num claro subaproveitamento tão-somente porque aqueles que delas se assenhoraram não realizaram nelas – e nem parecem fazer tenção disso – quaisquer investimentos de vulto. Nesta altura do campeonato, não se pede, por exemplo, que aquele que se assenhorou da antiga Fazenda da Tentativa (sabe-se por que processos) ressuscite a produção de açúcar. Mas podia-se ao menos tornar mais prestável a ex-açucareira, que continua transformada num montão de sucata inútil. É esta ociosidade e falta de visão empreendedora que continua a permitir a aberração que é Caxito, capital da província, não ter um hotel ou uma decente hospedaria, onde possam pernoitar as pessoas que para lá se desloquem. A Barra do Dande conta, de há um tempo a esta parte, com um centro recreativo que recebe, aos fins-de-semana, inúmeros luandenses, desejosos de descomprimir um pouco a tensão da capital. Porém, o dono do dito centro preferiu poupar nos «trocos» quando podia ter feito uma coisa completa. Resultado: não havendo no Dande um único albergue, os foliões que demandam o centro recreativo da Barra são obrigados a passar à noite nos carros, com os incómodos que isso representa, para evitar uma perigosa corrida automobilística nocturna até Luanda, que muitas vezes costuma ser fatal. Em suma, entre os endinheirados do Kwanza-Sul e os novos-ricos do Bengo, a escolha é óbvia. Os primeiros têm espírito empreendedor. Não sendo sovinas como os últimos – seus confrades do Bengo, que, fingindo nada terem, preferem guardar o dinheiro em colchões e garrafões – investem a riqueza que possuem. Com isso, não só geram proventos para si, como também para a região e criam empregos para os outros cidadãos. Postos na balança, o espírito empreendedor e moderno de uns e a natureza sovina e provinciana de outros têm de ser devidamente avaliados quando se trata de repensar o processo de redistribuição da renda do país. No fundo, estamos a falar de um processo cuja engenharia deve repousar num misto de critérios contabilísticos e sociológicos. Isto evitará que se continue a dar oportunidades a pessoas

que são uns autênticos «empatas»: não fazem nem deixam fazer.

070519-26
Em Malanje e K. Norte também há «empatas»

Inépcia semelhante à da chamada «Tribo do Bengo», que mantém em total ociosidade extensas parcelas de terrenos que tem o privilégio de deter, também se verifica no Kwanza-Norte e, provavelmente, em Malanje. Aliás, é uma evidência que as terras aráveis, nas províncias de maior potencial agrícola do país, estão a ser disputadas ao milímetro, quer por gente com qualidades empreendedoras, como por pessoas que depois não sabem o que fazer delas, retirando assim oportunidade aos que poderiam rentabilizá-las. Na Huíla, a actividade agrícola mantém-se nos níveis que já são tradicionalmente conhecidos, continuando a motivar o interesse da nomenclatura do país, como é o caso de Kundi Payhama, que detém grandes extensões de terra na província. Devido à cultura do ministro da Defesa, a actividade pecuária tem sido o seu forte. Faustino Muteka também possui grandes empreendimentos agrícolas nessa província, muito embora volta e meia sejam ensombrados por conflitos. No Huambo, ao que se sabe, a procura de terras assemelha-se à corrida ao ouro. No caso do Bié, contudo, apesar do seu grande potencial agrícola, o que suscita os maiores apetites é a exploração de diamantes e outros minérios preciosos.

070519-26
José Pedro de Morais
Empreendedor, mas amoral

Um caso de empreendedorismo é o do ministro das Finanças. Mas pode dizer-se que o empreendedorismo de José Pedro de Morais é indecente, uma vez que ele actua em áreas que tutela como ministro. É accionista de seguros, jogos de azar e bancos. Mas o que verdadeiramente escandaliza neste caso não é somente a forma como José Pedro de Morais atropela a ética; é também o silêncio do Governo diante das irregularidades que o ministro comete. Estamos a falar de alguém cujo perfil técnico e académico devia afastá-lo de comportamentos dolosos para as regras de concorrência na actividade empresarial. José Pedro de Morais

licenciou-se com distinção na Sorbonne (França) e foi um alto funcionário do Fundo Monetário Internacional (Fmi), sendo por tais razões inaceitável que passe a vida a misturar, sistematicamente, o público com o privado.

070519-26
Começou a debandada
«Mwatas» fogem de Luanda Sul
Mas o ministro «Peito Alto» desafiou a tendência dos seus colegas e mudou-se de armas e bagagens para o sul da cidade

Ninguém, entre os que todos os dias se esfarelam no trajecto Luanda-Luanda-Sul e vice-versa, sentirá a diferença em relação ao volume de tráfego porque são uns poucozinhos, mas é o sintomático o facto de que algumas figuras da elite terem começado abandonar Luanda Sul para onde tinham emigrado em busca de melhor qualidade de vida. O Semanário Angolense apurou de boa fonte que o ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, e o presidente do Banco Internacional de Negócios, Mário Palhares, mudaram-se de novo para Luanda, ao que consta porque já não tinham como suportar os transtornos decorrentes do congestionamento na Avenida 21 de Janeiro, que liga o aeroporto ao Gamek e arredores. As coisas chegaram a um ponto que nem mesmo a sirene instalada na viatura oficial do ministro-adjunto do primeiro-ministro lhe ajudava a resolver os problemas colocados às vezes pelo volume de tráfego, outras vezes por irrequietos candongueiros. De resto, já o próprio Presidente da República e o Primeiro-Ministro se viram «emboscados» pelo desordenado e volumoso tráfego da capital. De regresso à cidade está, também, Abílio Gomes, ex-ministro do Comércio Externo, antigo representante do governo na Fina, e actualmente assessor do ministro dos Petróleos, Desidério Costa. Este, apurou o Semanário Angolense, está também em processo acelerado para regressar ao seu recanto da cidade, sendo certo que deverá arrendar as duas residências que tem a sul de Luanda. O exercício executado por estas personalidades só não é copiado por outros cidadãos porque não têm alternativas, já que se o trajecto Luanda-Viana é um inferno, Luanda-Luanda-Sul deve ser um verdadeiro calvário. Entretanto e apesar do sacrifício a que as pessoas se expõem todos os dias, o ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, não hesitou em mudar-se para Luanda-Sul, onde construiu um verdadeiro chalé. O ministro lá deverá saber como se

desloca para a capital, mas depois do que lhe aconteceu há um ano e meio, não acreditamos que faça o trajecto de helicóptero. Provavelmente, o ministro quererá provar-nos, num exercício de todo impossível, que o trânsito não está tão caótico assim.

070519-26
Novo fôlego no Projecto Baía

Depois de um período de aparente abrandamento das obras devido a invisibilidade das intervenções subaquáticas, o Projecto Baía começa, finalmente, a ganhar uma nova velocidade com a entrada em funcionamento do novo sistema de bombagem. Esses trabalhos - pouco visíveis - consistiram numa fase inicial na limpeza e remoção de todos os sólidos, lamas e fluidos das câmaras das estações de bombagem, câmaras separadoras e câmaras de intercepção. Neste momento estão criadas as condições para se iniciar a descontaminação, limpeza ambiental e desassoreamento da Baía de Luanda, um esforço capital para a futura prevenção da sua poluição e para uma recuperação gradativa da sua fauna e flora marinha. Iniciada em Março, a intervenção agora feita - responsável pela substituição do equipamento danificado, recuperação das bombas submersíveis, dos quadros eléctricos e dos geradores inoperantes e recolocação em funcionamento de cinco estações - está a permitir hoje ter a Baía praticamente livre de fluidos. Na sequência destes trabalhos foram recuperadas as estações de bombagem localizada em frente ao largo do Baleizão, na zona de abastecimento de combustível e diante do Banco Nacional de Angola. Com a entrada em funcionamento do novo sistema, está a ser possível também recolher as águas das chuvas e dos esgotos, permitindo, deste modo, o normal funcionamento do emissário submarino para interromper as descargas das águas residuais na baia de Luanda. Até Julho prevê-se a conclusão da limpeza da totalidade das 270 caixas de esgotos, das condutas de gravidade que fazem a ligação às câmaras, assim como das tubagens que ligam os diferentes componentes do sistema. «Vamos a seguir intervir no meio da estrada com o apoio da polícia durante vinte e quatro horas por dia através de um sistema de trabalho sinalizado para evitar transtornos no movimento de trânsito e aos utentes da via pública» - revelou ao Semanário Angolense o Eng. Paulo Nunes, um dos responsáveis pelas obras do Projecto Baía. Ao abrir

um canal de 800 metros para permitir o acesso das dragas, apôs limpeza da areia contaminada, o aterro criado defronte ao Porto de Luanda irá servir de estaleiro para as obras de construção e alargamento da marginal, evitando, deste modo, a sua montagem no meio da Av. 4 de Fevereiro. Paulo Nunes negou qualquer responsabilidade do projecto pela situação de sufoco actualmente vivida nalguns edifícios da zona limítrofe do Porto de Luanda. «A esse respeito já apresentamos aos responsáveis do Ministério do Comércio e do Conselho Nacional de Carregadores sugestões técnicas para sanearem a obstrução dos esgotos do edifício, que nada têm a ver com a nossa obra».

070519-26

070519-26

070519-26

070519-26

070519-26

Xxxxxxxx

070512-19 Alguns deles estão a devorar tudo
PR está alarmado com o cabritismo dos colaboradores «Camaradas, temos que ser mais transparentes. Qualquer um de nós que está nesta sala pode estar interessado

Um a um, José Eduardo dos Santos vai dando uns cortes aos membros da nomenclatura. Depois de há um mês ter chumbado em pleno Conselho de Ministros, o plano do governador de Luanda para reabilitação e construção de estradas e ruas da capital, e de, com dois despachos e umas visitas, «despromovido» o director do Gabinete de Reconstrução Nacional, Manuel Hélder Vieira Dias, Kopelipa, por causa do caos em que se converteram as obras do novo aeroporto, agora foi a vez do ministro das Finanças, José Pedro de Morais, levar o seu cartão amarelo. O «leit-motiv» para a «nega» que José Eduardo dos Santos deu ao ministro foi uma lista de projectos que deveriam ser preservados para empresários angolanos que, embora tenham algum capital e «know-how», não têm sido contemplados no jogo do parte e reparte. A José Pedro de Morais foi pedido que identificasse áreas de

negócios que teriam de ser forçosamente preenchidas por angolanos. Ao que apurou este jornal, a primeira parte da tarefa, ou seja a identificação de projectos empresariais, foi cumprida a preceito. José Pedro de Morais e a equipa designada pelo PR – uma dita Comissão Produtiva, que funciona «ad-hoc» da Comissão Permanente do Conselho de Ministros – não deixaram de fora nenhum projecto ao alcance de empresários detentores de potencial. A equipa fez um exaustivo diagnóstico, identificando as áreas ainda «virgens». Porém, as coisas já não correram da mesma maneira quando chegou a hora de eleger os homens de negócios a quem seriam oferecidas estas oportunidades. Segundo fonte bem informada, José Eduardo dos Santos não precisou de ler a lista toda para ficar com o cenho carregado e de imediato chumbou o que o ministro lhe apresentara. No relatório que apresentou José Pedro de Morais não foi capaz de identificar os nomes de um único grupo empresarial a quem tivessem atribuído qualquer negócio. Dizia, apenas, que negócio tal foi atribuído a um grupo y; negócio b em negociações com o grupo tal. Ao gaguejo de José Pedro de Morais sobre esta e aquela empresa, o Presidente da República Eduardo dos Santos e outros membros da Comissão Permanente do Conselho de Ministros concluíram logo que o ministro das Finanças estava a fazer o que fizera antes o falecido governador de Malanje, Flávio Fernandes, ou o director do Gabinete de Reconstrução Nacional, nos terrenos do aeroporto de Luanda: estava a «cabritar», ou seja, a comer no pau em que estava amarrado. Coincidência ou não, o ministro das Finanças tem como adjunto nesta comissão o director do Gabinete de Reconstrução Nacional, Hélder Vieira Dias «Kopelipa», recentemente apanhado também a cabritar. Da mesma maneira breve, fria e sucinta como rejeitou o plano Capapinha – «O senhor governador cuide do lixo, porque embora sejam questões locais, o governo central vai se ocupar desta obras de Luanda» – , José Eduardo dos Santos disse ao ministro que a lista que ele lhe apresentara – mesmo sem nomes – era inadmissível. «É preciso dar oportunidades a outras pessoas. Não podem ser sempre os mesmos». Profundamente decepcionado com a voracidade da dupla, José Eduardo dos Santos acrescentou: «Camaradas, temos que ser mais transparentes. Qualquer um de nós que está nesta sala pode estar interessado em qualquer negócio. Mas é preciso que todos saibam. A transparência e a divisão da riqueza são hoje questões políticas de primeiro plano. Temos que ser mais transparentes». Dito isto,

José Eduardo dos Santos colocou o dossier de lado, dizendo que o processo era demasiado opaco. Era preciso identificar claramente quem são os beneficiários dos tais negócios. A percepção com que todos ficaram, a partir do próprio Presidente da República, é a de que os beneficiários dos tais negócios eram os próprios José Pedro de Morais e Kopelipa. A intervenção do Presidente da República lançou o ministro e a equipa que ele lidera num exercício de redacção da nova lista, havendo, agora, a curiosidade de se saber se José Pedro de Morais e os outros membros da comissão abocanharão estas oportunidades por interpostas pessoas. Afinal é o método que o ministro das Finanças usa no aproveitamento, em beneficio próprio, do pagamento da dívida pública.

070512-19 Qualidade? Que qualidade?

«Tenho uma vizinha que é professora na Escola Portuguesa de Luanda e que dá explicações em casa, garanto-lhe que já lá vi miúdos em muito pior situação que os meus filhos que andam numa escola angolana». Esta afirmação foi proferida por uma técnica do Ministério da Educação, indignada com a justificação de uma pretensa qualidade de excelência para os preços praticados pela Teixeira Duarte. Com efeito, a propalada qualidade do ensino português é sistematicamente posta em causa quando a cada novo ministro da educação é inventada uma nova reforma do ensino. Na passada segunda feira, 7, na abertura de uma conferência internacional sobre o ensino do português, decorrida no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o Reitor da Universidade Aberta, Carlos Reis, teceu duras críticas ao sistema de ensino do seu país, chegando a afirmar que «Não há ensino do português digno desse nome». Esta afirmação deita por terra os argumentos que justificam o recurso às escolas portuguesas em Angola por um suposto mau domínio do português, por parte dos professores angolanos. Na mesma data e à margem da conferência, a Ministra da Educação lusa admitiu que «alguns programas e manuais escolares poderão ser demasiado extensos e não ter qualidade» Na comunicação social portuguesa são já banais as reportagens sobre a «fuga» de estudantes portugueses para Espanha, com destaque para o ensino universitário. A qualidade do ensino é a principal razão apontada pelos entrevistados. Em Espanha a qualidade é muito superior, a escola é menos elitista e não se impõem restrições absurdas como médias de 19 valores para se ingressar

num curso de medicina. Na verdade, para alguns políticos portugueses, tais exigências servem para camuflar as debilidades do ensino português, não passa pela cabeça de ninguém que Espanha tenha piores médicos que Portugal, ou pior ensino. De há 5 anos para cá o que se tem assistido é a invasão do mercado de trabalho qualificado português por profissionais espanhoes e do leste europeu, melhor formados. Por outro lado, Portugal não está na rota dos estudantes europeus que buscam formação fora de portas. Os alemães e austríacos, por exemplo, que se querem formar em medicina no estrangeiro, quer por razões económicas como pelo simples facto de se querer aprender em outras realidades, têm «tomado de assalto» as faculdades de medicina da república Checa e da Hungria, pela excelente relação entre alta qualidade a baixo custo. A indisciplina nas escolas portuguesas é cavalgante, a ponto de o governo ter, neste ano, atribuído prioridade às investigações de casos relacionados com agressões a professores.

070512-19
Governo quer saber a quantas anda a reconstrução nacional

CM reunirá em sessão pública para ouvir Higino e Kopelipa
O país será todo ouvidos para que o director do Grn e o Minopu digam o que já fizeram com tanto dinheiro

O Presidente da República deverá convocar para o fim deste mês uma sessão pública do Conselho de Ministros, segundo revelaram a este jornal fontes oficiais que disseram que tal reunião destina-se, expressamente, a que a chefia do Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn) e o ministro das Obras Públicas se expliquem quanto aos projectos já executados no quadro do programa de construção e recuperação de infra-estruturas. As fontes disseram que embora o general Hélder Vieira Dias «Kopelipa» não tenha assento no Conselho de Ministros, seria convidado para essa reunião na sua qualidade de director do Grn, uma instituição criada para coordenar o processo de edificação e reabilitação de infra-estruturas alinhado aos empréstimos que Angola têm vindo a obter da China. No seu formato, a reunião consistirá nas explicações que cada um dos dois vai apresentar com base em documentos escritos e em elementos multimédia, como é o caso do ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, que se fará acompanhar

de altos funcionários do pelouro que dirige. Informações obtidas por este jornal dão conta do facto do ministro das Obras Públicas poder vir, inclusivamente, a apresentar nessa sessão um filme documentário sobre o processo de construção de estradas. As fontes do Semanário Angolense não puderam dizer em que parâmetros uma sessão do Conselho de Ministros se pode tornar pública, mas admitiram uma hipótese: a reunião seria aberta à mídia, que representa a opinião pública. Para já, observadores convergem em que a iniciativa de reunir o hermético Conselho de Ministros do Governo de Angola numa reunião pública é inédita no nosso país, não tendo paralelo, nem mesmo quando o órgão colegial do Governo se deslocava de Luanda para as províncias do interior de Angola. Observadores instados por este jornal notam que na sua interacção com o público, o Conselho de Ministros tem-se limitado a emitir comunicados formais e lacónicos sobre o desfecho das suas reuniões semanais, em matérias que, por via de regra, se revelam insuficientes para os jornalistas manterem a opinião pública informada. Estimam que, em contrapartida, para estarem informados sobre o curso dos projectos, o Presidente da República e o Governo não precisam de fazê-lo numa reunião do Conselho de Ministros e muito menos numa reunião aberta, onde as circunstâncias podem inibir a amplitude das explicações. O inusitado dessa reunião passa, então, a ficar relacionado com o delicado momento de desencanto que a população angolana vive, depois de na última época chuvosa terem-se revelado, em toda a sua plenitude, os malefícios da degradação e da inexistência de infra-estruturas sociais e económicas públicas. Entre os acontecimentos desse período figura uma incursão realizada pelo Presidente da República por uma Luanda na altura submersa sob águas pluviais e residuais, engolida por buracos do tamanho de crateras lunares e grassada pela lama. Nesse quadro de calamidade, as consequências perduram em total amplitude: penúria de água potável e luz eléctrica, caos no trânsito rodoviário, colapso do sistema de transportes públicos, a morte e a doença. Desenhou-se, imediatamente, um clima de desencanto geral para com o desempenho do Governo, ao qual a opinião pública atribuiu as responsabilidades sobre a situação vigente, um estado de espírito contagiante como a cólera que, segundo as autoridades sanitárias, subiu para níveis quase epidémicos em centros urbanos como Luanda e Huambo. Um levantamento do Mpla naquela altura conhecido pelo Semanário Angolense (ver edição

nº. 211), determinou que apenas 29 mil membros do seu universo de militantes havia acorrido aos centros de registo eleitoral, com o que ficou configurada a mais dramática evidência do descontentamento popular face ao desempenho do partido-governo e começou a desenhar-se a ideia mais geral de que o povo estaria disposto a castigar esse partido e seus representantes nas urnas. Mas as notícias dizem que dias mais tarde, para aferir sobre as questões qualitativas do descontentamento popular generalizado, cujas dimensões quantitativas o levantamento de que se fala no parágrafo anterior já havia revelado, o Secretariado do Bureau Político do Mpla chamou ao «Kremlin», a sede nacional do partido, o administrador municipal do Cazenga. Fontes bem informadas revelaram que membros dessa alta instância do partido no poder que o esperavam, queriam ter transmitido um relato da situação que se formara naquele que é o mais populoso município de Luanda e que até agora era tido como um inabalável bastião eleitoral do Mpla. Fernando Domingos Manuel foi previamente advertido para não iludir a verdade e confessou honestamente o que lhe ia na alma: segundo as fontes deste jornal, recomendou os representantes do Mpla com os quais conversava a usarem a sua influência para impedir que as eleições se realizem em qualquer altura do próximo ano, enquanto as obras previstas não estiverem concluídas. «Nando Galinha», como é apodado o administrador, referia-se a um conjunto de obras inscritas no Programa de Investimentos Públicos do Governo que se crê que venham minimizar as carências nesse domínio, viabilizar o sistema viário, impulsionar a actividade económica e criar emprego. Acredita-se que tais obras possam ter uma enorme influência sobre o sentido de voto dos eleitores nos sufrágios dos anos de 2008 e 2009.

070512-19

Em três anos foram construídos apenas 300 Kms de estrada

Obras atrasadas

Mas essas obras não estão a correr bem e estão geralmente atrasadas. A componente chinesa dessas obras, afecta a contratos com o Grn, falhou redondamente na questão dos prazos, havendo, a favor disso, argumentos que alegam as chuvas que este ano se abateram de forma impiedosa sobre o país. Mas esses argumentos escondem o facto dos chineses e os seus

parceiros angolanos terem descoberto tardiamente que os custos das obras não se limitam ao valor dos financiamentos concedidos em Pequim. Sobre vastas faixas de território apontadas para as obras, existem hoje empreendimentos habitacionais que devem ser demolidos contra o pagamento de indemnizações que, no seu todo, elevam consideravelmente os custos dos projectos. Isso não estava previsto nas cartas territoriais cedidas pelos representantes angolanos que negociaram os financiamentos na China. Outro problema é o do cimento: com a passagem da cimenteira nacional para as mãos do capital privado, em Outubro do ano passado, a Nova Cimangola passou a reger-se pelos critérios do mercado e não mais concede ao Estado o regime de prioridade que a anterior gestão conferia aos empreendimentos de interesse público. Começou a faltar cimento aos chineses, embora essa possa ser uma dificuldade temporária. A associação desses dois factores conduziu a que os prazos começassem a perder importância, com o que os operários chineses contratados para os projectos angolanos também perderam muita da sua produtividade per-capita. De tal forma que três anos depois de Angola ter contraído o primeiro dos dois empréstimos de dois biliões de dólares da China, os resultados podem achar-se actualmente na construção de apenas 300 quilómetros de estrada, segundo dados oficiais obtidos em Luanda. Os planos para o cômputo deste ano apontam para a construção de 1.267 quilómetros de Estrada, havendo perspectiva de que os primeiros 600 estejam prontos no fim de Junho. Em parte, isso é explicado pelo facto de no primeiro empréstimo, 70 por cento do seu valor total de dois biliões de dólares ter sido gasto com a aquisição de máquinas e equipamentos naquele país. Mas há uma outra componente das obras que está a ser financiada por uma linha de crédito do Brasil em que os contratos têm jurisdição no Minopu e onde as coisas já partem da falsa premissa relacionada com os prazos. Orçadas em mil e 100 milhões de dólares, essas obras visam a recuperação de meia dúzia de estradas estruturantes em Luanda, estando os seus prazos de entrega fixados para o fim dos próximos 12 ou 18 meses. Há umas quatro semanas, entretanto, quando foi chamado ao Conselho de Ministros, o director-geral do Instituto Nacional de Estradas de Angola, Joaquim Sebastião, respondeu negativamente quando lhe perguntaram se, honestamente, acreditava que as empresas brasileiras que receberam contratos do Inea para estenderem tais estradas poderiam fazê-lo em 12 meses. Fontes que estiveram

nesta reunião do Conselho de Ministros revelaram que Joaquim Sebastião disse que não acreditava que tais obras pudessem estar concluídas em 12 meses, mas que aceitava o desafio, dado tratar-se de servir os supremos interesses do Estado. A sessão do Conselho de Ministros do fim deste mês pode ser anunciada aqui como uma acareação entre os dois «mastodontes» que têm jurisdição sobre os contratos de obras públicas, mas, quando tiver encerrado, pode vir a ser lembrada como aquela em que o Presidente da República sacudiu as culpas do seu capote, atirando-as para longe de si.

070512-19
Acusa Daniel Maluka de deselegância
BB diz-se pronto para o «trumunu»

O primeiro secretário do Comité Provincial de Luanda do Mpla, Bento Bento, que regressou ao país no último domingo, 06, está pronto a ir ao jogo com o seu homólogo da Unita, Daniel Maluka, desde que ambas as partes estabeleçam o «figurino do encontro». Longe de se furtar ao diálogo, Bento Bento quer ir ao confronto de ideias para ajudar Luanda a sair do marasmo. Mas adverte que só irá fazê-lo desde que os propósitos desse eventual debate sejam «politicamente nobres e eticamente correctos». Numa carta que endereçou na quarta-feira, 09, ao dirigente provincial da Unita com cópia ao Semanário Angolense, o primeiro secretário do «Ême» afirma que em circunstância alguma virou as costas ao debate e mostra-se disposto a ir ao confronto desde que Daniel Maluka e ele definam previamente o «figurino do encontro, ou seja, onde, quando e como». Bento Bento considera ser positivo o diálogo, «mormente nesta fase de reconstrução nacional, até porque a Unita é parte integrante do Gurn, estando por isso obrigada a compor o estado das coisas, de que é tão causadora quanto deveria ser responsável». Na carta, o número um do partido dos «camaradas» em Luanda acusa Maluka de pretender retirar um «efémero aproveitamento político», qualificando de falta «ética política, etiqueta social e deselegância» o facto do primeiro secretário da Unita ter vazado para o Semanário Angolense o conteúdo da missiva que lhe endereçou numa altura em que ele se encontrava ausente do país. «Não foi honesto aproveitar-se da minha ausência do País», lamenta Bento Bento, que interpreta o gesto do seu adversário como revelador de «pouca seriedade, ao utilizar a difícil situação de vida de Luanda e seus habitantes,

pretendendo desinformar a criar intriga política na cidade». Em conversa com este jornal na segunda-feira, 07, Bento Bento disse não ter dúvidas que Daniel Maluka «entregou a carta ao vosso jornal no mesmo dia ou um dia depois da missiva ter sido recepcionada no Comité Provincial». Na carta, que o SA publica integralmente ao lado, Bento Bento garante que o seu partido sente «na alma e no coração, com elevada sensibilidade humana, os profundos e difíceis problemas de Luanda e seus habitantes (…) agravados por êxodos massivos de populações aos quais a Unita não é estranha».

070512-19
«Só tomei conhecimento após o meu regresso»

Bento Bento, que diz ter tomado conhecimento do teor da missiva apenas após o seu regresso a Luanda, diz que, ao contrário do que se fez crer, a carta de Daniel Maluka não foi endereçada ao Comité de Especialidade dos Engenheiros do Mpla. «Este órgão de especialidade esteve de facto reunido na sede do partido no dia 28 de Abril e nesse encontro não foi feita nenhuma referência à carta de Daniel Maluka, até porque a missiva só foi recebida no Comité Provincial do Partido no dia 2 de Maio». Bento Bento disse que, após ter tomado conhecimento do teor da missiva, remeteu-a à Comissão Executiva do seu partido, em obediência, por um lado, à profundidade do assunto e às normas partidárias, por outro. «Não se trata de um mero encontro de cortesia, mas sim de um debate em torno dos problemas que afligem os habitantes de Luanda». Depois de acusar o primeiro secretário do partido da Unita de pretender tirar dividendos políticos com a situação que assola os luandenses, Bento Bento reafirma que o partido que sustenta o governo pretende, com o concurso de todas as forças vivas da nação, independentemente da sua cor partidária, crença política, filosófica ou religiosa, ver resolvidos os ingentes problemas que têm estado a afectar a vida dos habitantes de Luanda.

Excelentíssimo Senhor
Daniel José Domingos «Maluka»
Secretário Provincial da Unita de Luanda

Luanda

Assunto: Resposta à Carta-Convite

Excelência,
Tendo regressado a Luanda no pretérito dia 6 de Maio, domingo, acabo de tomar contacto com a carta que me foi por vós endereçada a 26 de Abril de 2007, todavia recepcionada no dia 2 do corrente, propondo-me um encontro, sobre os problemas relacionadas à cidade de Luanda, em data, local e hora, a serem comumente acertados. Estranhamente, sem que tenha merecido uma resposta, a mesma aparece estampada no Semanário Angolense, três dias após a sua recepção no Comité Provincial de Luanda do Mpla, gesto que não só fere as boas regras de ética política e etiqueta social, como revela uma profunda deselegância e descortesia, de tal ordem, que se questiona a real intenção de Vossa Excelência, adivinhando se nela reside efectivamente a necessidade de apresentar soluções para os problemas de Luanda e os seus habitantes, ou se nos mostra uma mera e cabotina operação teatral, visando dela retirar efémero aproveitamento político. Aliás, a carta que me endereçou, nem sequer se refere ao figurino do encontro, talvez por ser objecto terciário. Concomitantemente, fiquei sem saber se seria por intermédio do órgão que veiculou a notícia ou alguém a ele vinculado, porquanto, deve saber com toda certeza que, sobre a matéria que me propõe e dada a profundidade que o conteúdo encerra, deve obrigatoriamente a Comissão Executiva Provincial de Luanda do Mpla que presido, pronunciar-se, tal como certamente o fez o vosso órgão executivo, em virtude de não se tratar de um mero encontro de cortesia. Saiba Vossa Excelência, que o meu Partido, o Mpla, e o seu Comité Provincial de Luanda, sentem na alma e no coração, com elevada sensibilidade humana, os profundos e difíceis problemas de Luanda e seus habitantes, e não têm poupado esforços em trabalhar conjuntamente com as instituições e organismos afins, para a célere solução dos mesmos, infelizmente agravados por inclemência da natureza com as fortes enxurradas e que a todos abalou, numa cidade com uma descomunada densidade populacional, insuflada por êxodos massivos de populações aos quais a Unita não é estranha. Saiba Vossa Excelência ainda, que, este seu concidadão, jamais se furtaria a qualquer confronto de ideias para ajudar Luanda, desde que se revistam de propósitos politicamente nobres e eticamente correctos, sobretudo com cidadãos de espírito patriótico e com visão estratégica, para uma Luanda em muita necessidade, porém a ser respeitada com a dignidade que merece. Por um lado, considero o diálogo positivo, mormente nesta fase de Reconstrução

Nacional, mesmo porque a Unita é parte integrante do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, estando por isso obrigada a compor o estado das coisas, de que é tão causadora quanto deveria ser responsável, no sentido de que os problemas das populações em Luanda em particular, e Angola em geral, possam encontrar rápida solução. Por outro lado, acharia melhor ainda se a proposta para uma Agenda Nacional de Consenso, levada a debate pelo meu Partido, quer a nível Provincial quer Nacional, tivesse conhecido a digna participação da Unita em geral e, sobremaneira, a de Vossa Excelência, apresentando as referidas propostas de soluções sobre os problemas mencionados e que afirma agora estar pronto a remeter. Que se pretende afinal? Portanto, estarei aberto para definir com Vossa Excelência o figurino do encontro, onde, quando e como, mas não poderei deixar de lhe sugerir democraticamente, a humildade cristã que nos conduz sempre ao reconhecimento penitente, e que seja feito, pela via que utilizou, pois não foi honesto aproveitar-se da minha ausência do País - facto que foi explicado previamente ao portador da vossa carta na Secretaria do Comité Provincial de Luanda do Mpla - o que revela a meu ver, pouca seriedade ao utilizar a difícil situação de vida de Luanda e seus habitantes, pretendendo desinformar e criar intriga política na cidade. Terminando, sou a informar à Vossa Excelência, que farei chegar ao Semanário Angolense cópia desta carta.

Luanda, aos 08 de Maio de 2007

O Primeiro Secretário Provincial
Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento
Membro do Bureau Político do Comité Central do Mpla

070512-19
Teixeira Duarte tem nova árvore das patacas em Angola
Colégio mais caro já em Setembro
Cobra cerca de 30.000 dólares/ano por cada aluno

José Kaliengue

A empresa portuguesa de construção civil, Teixeira Duarte, abrirá em Setembro deste ano, à revelia das autoridades angolanas, um dos colégios mais caros do continente africano. O colégio S. Francisco de Assis, com início de construção marcado para este mês de Maio, em sistema pré-fabricado, estará situado na nova zona

residencial de Talatona, Luanda Sul, por detrás do Centro de Convenções. A matrícula neste novo colégio custa USD 4000.00 (quatro mil dólares norte americanos) ao ano, tanto para o jardim de infância como para o ensino secundário. Cada trimestre custa 5 ou 6 mil dólares, consoante o caso. O horário regular de funcionamento do colégio vai das 7:30h às 15:30h. Se os pais quiserem que os filhos fiquem por mais tempo, até as 18:30h, o que não será difícil, dados os horários de trabalho praticados em Angola e as dificuldades de circulação em Luanda, deverão pagar mais 300 dólares. No colégio S. Francisco de Assis, os almoços custarão 500 dólares se for comida da escola. Se o aluno levar a refeição confeccionada em casa deverá pagar 200 dólares pela utilização do refeitório. Os lanches do colégio ficarão por 150 dólares. Ainda não está definido o preçário para as actividades de enriquecimento curricular como os ateliers de educação pela arte, o workshop de inglês, a dança infantil, o ballet, a flauta de Bisel, o futebol, judo e o futebol. Segundo o que Maria Avilez, a funcionária da Teixeira Duarte responsável pelos assuntos do colégio, adiantou ao cidadão angolano António Maria que indignado contactou este jornal, os professores da instituição virão todos de Portugal e os princípios orientadores da instituição reger-se-ão pelo cumprimento integral dos currículos definidos pelo Ministério da Educação Português. Curioso é notar que este é o primeiro princípio estampado num folheto de propaganda do colégio, estando em quarto o desenvolvimento pessoal e social do aluno, na perspectiva de educação para a cidadania, depois do princípios da segurança e bem estar, por exemplo, que surgem em segundo lugar. Ministério da Educação: «Não os conhecemos» A Direcção do Ensino Geral do Ministério da Educação não tem em sua posse qualquer processo relacionado com este colégio. A Dra. Luísa Grilo, directora deste serviço, não tinha recebido, até a hora do fecho desta edição, tarde de 5ª feira, qualquer documento a solicitar o seu licenciamento. Por seu lado a Dra. Judith Seabra, directora do gabinete jurídico do ministério, também nada sabia, tendo, no entanto, adiantado que se a escola for de direito português cabe ao estado português, a autorização do seu funcionamento e que ao angolano cabe a tarefa de a registar. No entanto o Semanário Angolense apurou que nem a embaixada portuguesa em Angola, nem o Ministério das Relações Exteriores angolano tiveram, alguma vez, contacto com qualquer processo referente a este colégio. Para as actividades do jardim de infância, a

licença de funcionamento deveria ser atribuída pela direcção provincial do MINARS de Luanda, cuja directora, Augusta Santos, também não se lembra de ter, alguma vez, ouvido falar de tal colégio. O descaso da Teixeira Duarte para com as autoridades angolanas ficou, aliás, patente quando em declarações ao Semanário Angolense, Maria Avilez se mostrou espantada com a necessidade de se solicitar a autorização ao Minars para abrir o infantário. Para Maria Avilez a solicitação de atribuição do estatuto de paralelismo pedagógico ao colégio, apresentada ao Ministério da Educação de Portugal, encerra as obrigações para a sua abertura, ou seja, a Teixeira Duarte não vê sequer qualquer utilidade no cumprimento da obrigação de solicitação, por exemplo, da inspecção do Mined e dos bombeiros angolanos que deve ser feita com pelo menos 6 meses de antecedência em relação à data de abertura de qualquer instituição de ensino em Angola. De qualquer forma o dito documento português, ainda não foi atribuido. «Garantiram-nos que o teremos até Setembro, por isso é que já estamos a fazer as pré-inscrições» adiantou Maria Avilez. «Como sabe a Teixeira Duarte não é uma empresa qualquer e faz as coisas como deve ser» avançou. O que Maria Avilez também ignora é que, no caso de atribuição do paralelismo pedagógico, os professores terão que estar todos ligados ao ministério português da educação, o que faria muitas vozes angolanas perguntarem-se sobre se Angola é a solução para os milhares de professores portugueses desempregados. Há ainda a questão de se saber se o Mapess autorizaria a contratação de tanta gente para trabalhar num ramo em que também há angolanos no desemprego. Os acordos bilaterais, entre Angola e Portugal, permitem que uma empresa ou um grupo de cidadãos portugueses abram escolas em Angola, como aconteceu, aliás, com a Escola Portuguesa de Luanda lançada inicialmente por uma cooperativa de portugueses e assumida pelo estado luso aquando da ultima visita de Durão Barro à Angola, na condição de Primeiro Ministro. O Semanério Angolense soube de uma fonte do Ministério da Educação angolano que a situação desta escola também não é das melhores, uma vez que o terreno onde funciona foi cedido ao estado português, com base num acordo entre os dois estados, para o funcionamento de uma escola do estado português, o que acontece é que a escola que lá funciona é gerida por um grupo privado, ou seja, a quem pertence o alvará? Angola tem sido bom negócio As escolas portuguesas em Angola, apesar dos altíssimos preços, comportam, hoje, cerca de 1800

alunos. Luanda conta com 1500 e Lubango com 250 Está, para este ano, prevista a abertura de mais uma escola em Benguela. Estes valores representam mais do dobro do total de alunos das escolas portuguesas nos Palop. Moçambique tem perto de 500, a Guiné-Bissau menos de 250 e S. Tomé e Príncipe 280. Em Cabo Verde não há notícia da existência de uma escola portuguesa. Não se conhecem estudos que atestem que a corrida angolana à escola lusa, 30 anos depois da independência, tem sido motivada por um certo comportamento «novo-riquista», por alguma nostalgia colonial, ou pela assunção do total fracasso do sistema de ensino angolano. «Lutaram pela independência e pela emancipação mas hoje querem por os filhos a estudar o Zêzere e o Guadiana em vez do Kutato ou do Kuando», adiantou ao semanário Angolense um deputado angolano que se mostrou muito chocado com os preços do S. Francisco de Assis e pelo facto de a grande maioria de alunos das escolas portuguesas serem angolanos. Para a Teixeira Duarte, empresa de construção civil, de que se lhe não conhece qualquer ligação ao mundo do ensino em Portugal, o colégio S. Francisco de Assis não é a única árvore das patacas em Angola, os hotéis Trópico e Alvalade, com os preços muito acima da qualidade dos serviços prestados, são exemplos de como se pode ganhar facilmente dinheiros em estados tratados como «Repúblicas das Bananas», a prova-lo está a intenção desta empresa construir mais um Hotel em Luanda e um complexo turístico denominado Santana. No dia 6 de Abril de 2006, a rádio Diana, da cidade de Évora, Portugal, noticiava que se estava na véspera da assinatura de um acordo através do qual o estado angolano permitiria a construção, em Luanda, de um hospital português com capacidade de 250 camas. Transcrita para a Internet, a noticia ilustrada com uma imagem do Primeiro Ministro português, José Sócrates, dizia que o executivo português considerava a construção do hospital como «forma de suprir as deficiências do sistema de saúde angolano». A Teixeira Duarte, o Banco Espírito Santo, o Banco Português de Investimentos e a Cruz Vermelha Portuguesa surgem na notícia como promotores do empreendimento para o qual o acesso, obviamente, será pago e bem pago.

070512-19
Preços determinados pelo mercado

Segundo Maria Avilez, os preços do S. Francisco de Assis resultaram de um estudo efectuado ao mercado angolano e são justificados pela excelência da qualidade do ensino que se irá ministrar, «garantida» pelo facto de todos os professores virem de Portugal. Com efeito, «a pré-inscrição em curso não passa disso mesmo, depois serão seleccionados os alunos que ficarão porque a procura é grande e como arrancaremos apenas com o jardim de infância e o 1º nível do ensino básico, em 2007, é normal que alguns fiquem de fora». No entender dum cooperante da escola portuguesa de Luanda, isso significa que «eles querem construir a escola definitiva com o dinheiro pago pelos primeiros». O colégio S. Francisco de Assis, deverá arrancar com as suas actividades, no próximo mês de Setembro, numas instalações provisórias erguidas com placas pré-fabricadas, não havendo datas para a construção da escola definitiva e consequente oferta das actividades curriculares e extra-curriculares propostas. A directora do ensino geral do Ministério da Educação, olhando para o preçário proposto pela Teixeira Duarte, fez questão de lembrar que o valor proposto para a matrícula, 4000 dólares, pode bem representar o equivalente a 6 meses de salário de muitos técnicos superiores angolanos. Outra questão que se levanta é se haverá em Angola tantos jovens portugueses que justifiquem a abertura de tantas escolas uma vez que segundo a lei portuguesa as escolas portuguesas no exterior visam «garantir a escolarização dos filhos dos portugueses aí residentes, nomeadamente em África, de acordo com os planos curriculares, os programas e os padrões de qualidade pedagógica próprios do Sistema Educativo Português». Mesmo que os houvesse, tantos alunos portugueses, levantar-se-iam sempre outras questões: os portugueses em Angola pagariam tais valores? Quanto ganha um português em Angola? Que dinheiro sobraria para transferir para casa?

Em Portugal paga-se tanto?

Em Portugal nenhum colégio, ou escola de outro género, se atreveria a cobrar valores que se aproximassem, sequer à metade do que os portugueses cobram em Angola. Em 2006, um aumento nos valores do almoço para 2,20 euros, pelo colégio da Fundação Biscaya Barreto, em Coimbra, gerou uma tomada de posição da associação de pais que não hesitou em solicitar a intervenção do Primeiro Ministro José Sócrates, segundo noticiou o Jornal de Notícias no dia 27 de Maio daquele ano.

Ciclicamente ocorrem manifestações de estudantes universitários quando se fala da subida de propinas que na sua maioria nunca atingem os 100 euros. A escola alemã de Lisboa, uma das mais caras, das mais apetrechadas, das mais selectivas e também das mais reputadas, cobra, por exemplo, no presente ano lectivo, uma trimestralidade máxima, no ensino liceal, de 1592 euros.

070512-19
Dívida alegada para cedência do capital na SAL era falsa
Taag aborta decolagem da companhia Airdiam

O Conselho de Administração da Taag impediu a concretização de um negócio estabelecido pela administração substituída em Agosto, através do qual a transportadora aérea angolana de bandeira passaria para a Endiama sua participação na Companhia de Aviação Ligeira (Sal). A Taag e a Endiama partilham o capital de Sal em 51 e 49 por cento, respectivamente, mas, nos termos da transacção abortada este ano, a companhia aérea passaria o seu capital à diamantífera a custo zero, dando lugar às notícias que no ano passado anunciaram o aparecimento de uma tal Airdiam, apresentada como a «Sonair do sector diamantífero». «A Airdiam será para o sector diamantífero, aquilo que a Sonair é para o sector petrolífero», diziam as notícias daquela altura do ano passado. A nova administração provou, entretanto, que uma suposta dívida da Taag, usada para justificar a passagem das acções da empresa na Sal para a Endima, afinal nunca existiu. «Foi um falso argumento», sublinhou a fonte sem esclarecer a quem beneficiaria a trama. De acordo com uma fonte deste jornal, na altura em que foi compulsivamente interrompido, o processo estava inteiramente formalizado, faltando apenas ser levado ao notário para assinatura. «Se a situação avançasse, a Taag ia perder», sublinhou. Ao tomar conhecimento disso, a administração da Taag apresentou uma contraproposta estabelecendo uma «participação equilibrada» das duas companhias no capital da Sal, ao mesmo tempo que a «diversificação» do universo de accionistas da empresa. Afirmando que não estão ainda definidos quem serão os accionistas que se vão juntar ao capital da Sal, a fonte declarou que a Endiama concordou com os termos da nova proposta da Taag. Representantes de ambas as empresas estão a trabalhar agora no sentido de concretizar a proposta da Taag, embora os contactos

estejam ainda numa fase em que não se podem prever prazos para a conclusão do processo. Uma coisa, porém, é certa: a companhia que emergir deste novo processo nunca se chamará Airdiam, mas, tão só, Sal, Companhia de Aviação Ligeira, ou seja, manterá a sua designação de sempre. Isso, apesar de que o objectivo da companhia será o de servir a Endiama, que precisa do concurso de uma empresa do género, mas também a Taag, que necessita dela para complementar a sua actividade. Embora esteja a atravessar um estado de penúria em relação a equipamentos, a Sal é a companhia angolana melhor servida em instalações, através da sua aerogare instalada numa área adjacente ao Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro. Em Julho do ano passado surgiram notícias de que a Endiama, quatro associações diamantíferas e duas empresas de aviação tinham constituído a Airdiam, uma companhia que seria para o sector diamantífero, aquilo que a Sonair é para o sector petrolífero. Nos termos do projecto, a sociedade é detida em 50 por cento pela Endiama, que assumiria a posição de sócio maioritário, tendo como parceiros um bloco de accionistas menores liderado pelo Projecto Catoca, com uma participação de 20 por cento. Os outros accionistas seriam a empresa Dior, com cinco por cento do capital, a companhia de aviação Austral, com igual percentagem, a mesma que detêm na empresa os projectos diamantíferos do Lucapa, Luô e Sslm. A Airdiam não seria a primeira incursão da Endiama no universo da aviação comercial. A companhia diamantífera é accionista da Angola Air Charter (Aac), uma empresa que se está a arrastar num mar de dificuldades financeira, estando à beira da liquidação.armado que terminou em 2002.

Comente este Artigo

070512-19
Comissário Panda em Luanda e protecção e intervenção
Super Comandante na Polícia de Luanda
O Comando da Polícia Nacional sofreu, esta semana, uma remodelação que, em alguns casos, não foi bem acolhida no seio dos homens de azul. Com efeito, o regresso de alguns «velhos» está a ser visto pelos mais jovens como o sinal de que a modernização morreu.

José Kaliengue

O novo comandante provincial de Luanda, da Polícia Nacional, comissário Eduardo Mingas «Panda», em

substituição do subcomissário Candela, tem pela frente uma tarefa para super polícia. Aos olhos dos agentes e oficiais da corporação, o maior desafio de «Panda» nem é o controlo do crime em Luanda « È pacifico que é impossível, enquanto se julgar que isso é tarefa da polícia apenas», adiantou um oficial. Para a nossa fonte, o grande problema de «Panda» será o seu posicionamento. «O subcomissário Panda será nos próximos tempos o comandante da Polícia de Luanda, o que seria visto como uma despromoção, ou o Comandante Geral Adjunto para a Protecção e Intervenção? Esta acumulação pode criar problemas», ajuntou Ambrósio de Lemos decidiu mexer na estrutura da hierarquia da Polícia Nacional, poucos dias depois de ter surpreendido o país, ao admitir, no conselho consultivo do Comando Geral da Polícia Nacional, que o crime tinha atingido patamares quase incontroláveis. Aquelas declarações foram entendidas por alguns analistas como um recado ao Ministro do Interior para que viabilizasse, politicamente, a reacção da polícia, mas pode ter servido, também, de esteio para as alterações que acaba de efectuar. O sinal para Luanda, por exemplo, pode querer dizer que, face ao incremento da criminalidade, haveria que se colocar na província um homem habituado a comandar uma polícia dura como a Pir. É um sinal de que a acção da polícia poderá passar a ser mais musculada em Luanda.

070512-19
Quadro das movimentações

Nas movimentações decididas pelo Comissário Geral, Ambrósio de Lemos, foram mandados para casa a comandante Filomena, da 7ª Divisão de Luanda, o comandante Monteiro, da 1º Divisão, o comandante da Unidade de Protecção Diplomática e o Director dos Recursos Humanos do Comando Geral da Polícia, este na sequência de irregularidades apuradas no âmbito de um inquérito sobre os processos de promoções. Para os Recursos Humanos foi, agora, destacado o subcomissário Cadete que detinha a direcção da Escola de Ordem Pública do Capolo. Já Oliveira Santos passou da Logística para conselheiro do Comando Geral.

070512-19
«Panda» pode queimar-se

As alterações que o Comissário Geral Ambrósio de Lemos efectuou no Comando da Polícia Nacional chegaram ao

conhecimento deste jornal no final da passada semana. A tomada de posse dos comandantes nos novos postos estava inicialmente marcada para a quarta feira, 9, tendo sido adiada, no mesmo dia, para quinta feira, 10 de Maio. Na tarde de quinta feira a Rádio Nacional notíciava, efectivamente, realização da cerimónia presidida pelo Ministro do Interior Leal Monteiro «Ngongo». O que ressalta das movimentações na Polícia não é apenas a mera redistribuição das províncias aos actuais comandantes. «Além de ser um caso de transferências, há também o regresso de velhos comandantes aos postos que ocuparam há alguns anos e dos quais saíram com a folha pouco limpa», avançou uma fonte policial. Com efeito o regresso de Vasco Araújo Guimarães de Castro «Maló» à Logística, posto que ocupara no tempo em que «Nandó», o actual Primeiro Ministro, era Comandante Geral, é um sinal mal digerido em alguns círculos policiais. «Quando é para mudar que se mude para melhor, que se renovem os quadros, já temos gente mais qualificada que daria sentido ao processo de modernização», desabafou uma fonte. A mesma fonte adiantou que no caso de Luanda, «se o Candelas com um só cargo não aguentou. Penso que o Panda com os cargos acumulados a de queimar-se certamente. É praticamente uma forma de o tirar da linha de sucessão». A mesma fonte adiantou que outro caso gritante é o de Quim Ribeiro «Ele, na prática caiu». O descontentamento é maior quando se toca a questão da modernização. «O Comandante Ambrósio vai cumprir o seu mandato de quatro anos com os mesmos homens o que significa que nada vai mudar. Não acolheu a juventude para ter junto a si homens com novas ideias. Provavelmente continuaremos a ter agentes a trabalhar 16 horas e a ganhar 24 mil kwanzas, em condições verdadeiramente más. Estes «velhos» comandantes não estão habituados a pensar a policia como uma corporação de homens, quase funcionários públicos, para eles é a arma e a força, e basta».

070512-19
Por serem "Generais" do Interior
Burity e Sambo postos fora da advocacia

José Kaliengue

Teresa Marçal, a presidente do Conselho Provincial de Luanda da Ordem dos Advogados, suspendeu, no passado dia 29 de Março, a inscrição naquela corporação dos advogados José Ambrósio Eduardo Sambo e Carlos Alberto Bravo Burity da Silva. Os dois citados, agora impedidos

do exercício da advocacia, são altos funcionários do Ministério do Interior, com funções e regalias tidas, pela ordem, como as atribuídas à classe dos oficiais generais. Ora a alínea D do artigo 4º dos estatutos da Ordem diz que «O exercício da advocacia é incompatível com as funções e actividades seguintes: e) funcionários dos tribunais, das polícias e serviços equiparados». A decisão de Teresa Marçal está baseada no artigo 63º dos estatutos da Ordem que, na alínea E, manda «suspender imediatamente o exercício da profissão e requerer, no prazo máximo de 30 dias, a suspensão da inscrição na Ordem quando ocorra incompatibilidade superveniente». No caso dos agentes da polícia levanta-se o problema da jura de lealdade e cumprimento de ordem emanadas pela hierarquia. Nenhum subordinado quer desobedecer à ordem de um comissário que para ele é lei. A situação torna-se mais complicada quando se verifica que os órgãos de investigação e instrução de processos crime, como a Dnic, estão integrados na Polícia Nacional. O Semanário Angolense soube de boa fonte que, no âmbito do processo de actualização da base de dados de inscrição dos seus associados, a Ordem possui, para notificação de suspensão, uma lista de outros advogados na mesma situação, por serem da Polícia Nacional. "Não Somos Polícias" Tanto Eduardo Sambo como Carlos Alberto Burity recorreram da suspensão junto do Bastonário da Ordem dos Advogados, Inglês Pinto. Nos recursos apresentados ambos negam o facto de pertencerem aos quadros da Polícia Nacional, embora reconhecendo o exercício da advocacia em paralelo com altas funções no ministério do interior há cerca de 20 anos. Outro argumento esgrimido é o facto de não terem sido ouvidos pela Ordem. Eduardo Sambo, argumenta que em nenhum momento a lei 1/95, no nº 1 do artigo 4º estatui que um Inspector-geral do Ministério do Interior esteja impedido de exercer advocacia. Carlos Burity também recusa que esteja em situação prevista pela mesma lei. Ou seja, para os dois advogados, não se pode aplicar uma pena com base numa lei que não existe, já que as suas situações não são abarcadas pela lei vigente. A reforçar os seus argumentos ambos anexaram às suas cartas uma declaração assinada pela directora Nacional dos Recursos Humanos do Minint, Margarida Jordão, atestando que os dois advogados são funcionários do Ministério e as funções que exercem. O que pretende a declaração é demonstrar que os dois advogados são funcionários do Ministério e não polícias, já que não prestam serviço ao comando da polícia nacional. Alguns advogados contactados por este jornal adiantam, no

entanto, que a declaração não diz que eles não têm patentes, que não beneficiam dos direitos inerentes às patentes, nomeadamente: passaporte diplomático, a sala dos generais no hospital militar. Se forem patenteados há que explicar que as patentes que ostentam não são da polícia mas sim do Ministério. Cabe ainda ao ministério e aos dois advogados provar que em circunstância alguma os visados trajam uniforme da polícia. Tudo está agora nas mãos dos membros do Conselho Nacional da Ordem para quem o Bastonário passou a bola, no passado dia 9 de Abril, com o seguinte despacho: «Agradeço comentários a respeito. O assunto será abordado na próxima sessão do Cn (conselho Nacional). Não se tratando de um processo disciplinar, sou a sugerir a suspensão da medida, considerando as razões apresentadas e os procedentes não seguidos pelo Cpl (Conselho Provincial de Luanda), vide nº 1 do artigo 57 do Estatuto. No entanto, estou seguro que a decisão pode e deve ser suspensa, até decisão final do Cn».

070512-19
Banco central ordenou aumento das remunerações sobre os Tbc e das reservas obrigatórias
Bna mexe no dinheiro e nas normas para conter procura do dólar

Aparentemente, o sector económico já deixou de olhar para a crescente fragilidade do dólar no nosso mercado como o resultado de um mero ajustamento técnico aceitável para «devolver» os ganhos obtidos pela moeda americana no terceiro trimestre do ano passado. Um alto oficial bancário disse ao Semanário Angolense que uma nova visão atribui a debilidade do dólar diante do kwanza, a uma combinação de factores externos e internos, em que predominam políticas governamentais tanto nos Eua, quanto em Angola. De acordo com a fonte, embora ligeira, a insistente depreciação do dólar no mercado angolano deve ser parcialmente atribuída à política do banco central americano em prol de um «dólar fraco», que torna as exportações estado-unidenses mais competitivas e atrai receitas em resultado do aumento do volume de viagens para aquele país. Mas tão ou mais importante do que isso, são as políticas adoptadas pelo Governo e pelo Banco Nacional de Angola (Bna) para estancar os fenómenos inflacionistas que se observaram na economia angolana durante os últimos dois trimestres do ano passado. Números da inflação moderadamente mais altos do que nos

meses precedentes, conduziram as autoridades financeiras a tomarem medidas restritivas com o fito de estancar as tendências crescentes do consumo que naquela altura se observavam. Acredita-se, entre as instituições governamentais de lideram a política económica, que as tendências inflacionárias poderiam ser refreadas com medidas de limitação dos níveis de consumo, algo que afecta a capacidade aquisitiva do país sobre o estrangeiro. Em duas palavras, uma desaceleração do ritmo de consumo pode resultar na redução da procura das divisas que suportam as compras ao estrangeiro, neste país que vive de importações. Numa das medidas tomadas para estancar a expansão do consumo, foi determinado um aumento das reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do banco central, fixando-as em 15 por cento do total dos depósitos. Ou seja, de cada 100 dólares recebidos em depósito em cada um dos bancos comerciais, 15 são constituídos em reserva obrigatória junto do banco central angolano. Na sua essência, esta medida limita a capacidade dos bancos comerciais de concederem os créditos que estimulam o consumo. Mas, já antes, o Bna tinha «mexido» no dinheiro ao ordenar um aumento das remunerações dos Títulos do Banco Central (Tbc), situando-as entre os 14 e os 15 por cento. Por último, coloca-se o velho facto das receitas fiscais angolanas serem esmagadoramente elevadas em dólares, numa altura em que a queda da cotação dessa moeda é, por factores acima explicados, um fenómeno do mercado global. Segundo números do Bna, o câmbio médio do dólar baixou de 80.3 kwanzas em Janeiro, para 79.84 em Abril, uma depreciação de aproximadamente meio ponto percentual, muito mais do que em igual período do ano passado, quando de 80,54 kwanzas em Janeiro, o curso da moeda dos Eua caiu para 80,37 kwanzas em Abril, desvalorizando-se em apenas 0,2 por cento.

070512-19
Informal afectado

Os cambistas do mercado informal pagaram, na semana que hoje termina, 78 kwanzas por um dólar, recebendo 81 pela venda, segundo informações colhidas por este jornal depois de divulgadas pela estação emissora LAC, na quarta-feira. Trata-se, de acordo com cambistas que aceitaram falar a este jornal, de uma queda da cotação da nota verde no mercado informal no seguimento daquilo que está a acontecer no mercado secundário. Antes do câmbio se ter estabelecido nos parâmetros em que esteve

nesta semana, o dólar era comprado a 79 kwanzas e vendido a 82, com o que fica constituída uma depreciação do valor da moeda americana de 1.2 por cento, muito mais profunda do que no mercado secundário (ver matéria ao lado). Observações estatísticas evidenciam que os ajustamentos do câmbio no mercado informal levam de dois a dois meses e meio a ocorrer depois de se terem verificado no mercado formal, mas que sucedem de forma abrupta, absorvendo duma só vez o total dos impactos que se vão dando ligeira e paulatinamente neste último mercado. Os cambistas informais que falaram a este jornal atribuíram a queda do curso dólar à ausência de kwanzas no mercado, uma explicação rústica para a relação que o oficial bancário que serviu de base para a matéria ao lado estabeleceu entre o volume das receitas fiscais colectadas em dólares e em kwanzas. Ou seja, parece ficar provado que o carácter da produção e das exportações angolanas têm estado a determinar com grande preponderância a cotação das divisas no nosso mercado, que recebe um volume de receitas em dólares desproporcionalmente superior àquele que é colectado em moeda nacional. Uma cambista citada pela LAC disse estimar que o câmbio poderia situar-se nos próximos tempos em apenas 75 kwanzas por dólar.

070512-19
Concurso público na Justiça manchado por irregularidades

Ilídio Manuel

Um concurso público, realizado há duas semanas, para admissão de novos funcionários no Ministério da Justiça, foi maculado por uma série de irregularidades e desorganização, que pode pôr em causa a probidade e a transparência no processo de recrutamento e selecção de quadros naquele órgão do Estado. Entre as anomalias verificadas no referido concurso avulta o facto dos testes de aptidão terem sido alterados sem o prévio conhecimento do presidente do júri, Bengui Makelendende, que terá sido «apagado» por alguns dos integrantes do corpo de jurados. Este quadro sénior da Justiça, que esteve ausente de Luanda aquando da realização dos testes, foi, de acordo com fontes afectas ao pelouro da Justiça, «pura e simplesmente esvaziado das suas competências». A alteração dos testes de aptidão, não só colheu de surpresa o próprio presidente do júri como também tem vindo a alimentar as

suspeitas de que visou favorecer certos candidatos com ligações a alguns membros afectos ao corpo de jurados. Tais candidatos, ainda segundo os rumores que têm estado a circular insistentemente no ministério da Justiça, terão sido privilegiados com o acesso antecipado aos testes. Bengui Makelendende, que a determinada altura terá sido relegado para plano secundário por dois outros integrantes do corpo do júri, nomeadamente o inspector-geral da Justiça, Mário Bettencourt, e a inspectora Ana Canene, não assistiu à realização dos exames em Luanda uma vez que foi «obrigado» a viajar na véspera para o Luena, onde acompanhou os testes de aptidão naquela província do leste do país. Abordado pelo Semanário Angolense, Makelendende justificou a ausência de Luanda com o facto de alguns membros do júri terem alegado indisponibilidade para se deslocarem ao Luena. Numa breve conversa telefónica, confirmou que não tinha sido previamente informado da alteração dos testes e tão pouco tinha tido acesso à «chave» dos mesmos. O concurso público, que se destina a prover o Ministério da Justiça de novos funcionários nos postos de conservadores adjuntos, oficiais dos tribunais, escrivães, dentre outros, foi maculado ainda por outros «pecados», algo desabonatórios para a imagem do pelouro dirigido por Manuel Aragão. Os testes, inicialmente marcados para o Instituto Nacional da Justiça (Inej), acabaram por ser realizados na faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Uan) sem que alguns dos muitos candidatos tivessem tomado conhecimento dessa alteração. Além da mudança intempestiva do local da realização das provas, cuja comunicação foi feita apenas na sexta-feira, 27, à noite, através da rádio e da televisão, o que não deixa de ser revelador de uma certa desorganização, verificou-se, também, que os nomes de alguns candidatos surgiram em ramos para os quais não se inscreveram. Informações obtidas pelo SA dão conta que as provas, que deveriam ter começado às 10 horas registaram um atraso de 5 horas, o que terá feito com que alguns dos candidatos tivessem desistido da sua realização. Há também indicações de não se ter observado nenhum rigor quanto à prova de identidade dos cerca de dois mil candidatos que, há duas semanas, concorreram aos 300 lugares disponíveis nos distintos órgãos da justiça em Luanda. «Até pode se ter dado o caso de alguns intrusos terem feito os testes em nome dos verdadeiros candidatos, uma vez que não foi exigida nenhuma prova de identidade aos presentes» revelou um dos examinandos. Inspector-geral diz que não houve

ilegalidades Mário Bettencourt, inspector-geral do Ministério da Justiça, confrontado, no mesmo dia, pelo Semanário Angolense, com a alteração dos testes de aptidão, justificou que tal decisão terá resultado de rumores postos a circular segundo os quais alguns candidatos teriam tido acesso às provas antes da data da sua realização. «Daí que decidimos alterar as provas, de forma a frustrar as expectativas», ajuntou. Em relação ao facto do presidente do júri não ter sido previamente informado dessa alteração, Mário Bettencourt limitou-se a dizer que «tudo foi feito dentro do contexto e com base na legalidade». Confirmou que os candidatos foram apenas informados da alteração do local da realização dos testes na véspera, ou seja, na noite de sexta-feira, mas que esse facto «não prejudicou os concorrentes, que apareceram em massa». «Optamos pela faculdade de Direito ao invés do Inej, devido à capacidade das salas onde decorreram os exames», acrescentou. Em relação às informações segundo as quais não tinham sido exigidas provas de identidade aos candidatos, o antigo responsável pela Conservatória do Lobito contra-atacou, dizendo que os mesmos fizeram prova da sua identificação, «através do BI, à entrada das salas, assim como no acto de entrega dos enunciados». Ana Canene em meio de polémicas A inclusão de Ana Canene entre os membros do júri tem estado a suscitar uma certa polémica no seio de alguns funcionários afectos ao pelouro da Justiça, que questionam as razões que levaram à indicação dessa funcionária para integrar uma comissão que tinha sob os seus ombros uma tarefa de grande responsabilidade e envergadura. Uma comissão que, na opinião das fontes, além dos critérios da competência, deveria também primar e guiar-se por princípios éticos de transparência e honestidade, capazes de transmitir aos candidatos a imagem de integridade moral e imparcialidade. Actualmente colocada na área da Inspecção da Justiça, Canene é apontada pelas fontes do SA como sendo um dos dois membros do júri que, a par de Mário Bettencourt, tomaram a decisão de proceder à alteração dos testes, à revelia do presidente desse órgão ad-hoc. Depois de uma passagem algo turbulenta pela 2ª Conservatória do Registo Civil, à Vila Alice, onde terá deixado manchas de incompetência e desorganização, eis que Ana Cadete surge agora à luz dos holofotes, num processo que pode ter sido tingido pela falta de transparência, desonestidade e usurpação de competências. Notícias de última hora dão conta que teriam sido recrutados pessoas estranhas ao corpo de

jurados para procederem à correcção das provas, o que a confirmar-se seria uma autêntica aberração.

070512-19 Augusto Carneiro acusado de proceder a promoções arbitrárias

Procurador-geral da República provoca «guerra» entre magistraturas

Ilídio Manuel

Uma guerra entre as magistraturas judicial e do ministério público foi aberta recentemente pelo Procurador-geral da República (Pgr), Augusto da Costa Carneiro, depois deste ter promovido de forma arbitrária cerca de uma dúzia de procuradores municipais aos cargos de procuradores provinciais adjuntos. Fontes afectas à magistratura judicial, que fizeram estas revelações ao Semanário Angolense, disseram que as referidas promoções foram feitas à margem da lei, uma vez que foram desrespeitados uma série de requisitos, sobretudo aquele que tem a ver com a realização do concurso de ascensão de carreira. Além dessa violação, o Prg, ao que se soube, também não comunicou a sua decisão ao Ministério da Administração Pública e Segurança Social (Mapess) no sentido desse organismo accionar junto do Ministério das Finanças os incrementos salariais subjacentes às promoções. O «sismo» causado por Augusto Carneiro, que poderá trazer como consequência um esforço financeiro por parte do tesouro público, a avaliar pelos reajustamentos salariais que deverão ser feitos, já produziu entretanto «réplicas» nos meios judiciais. De acordo com as fontes deste jornal, vários juízes municipais afectos à magistratura judicial têm vindo a reivindicar as suas promoções ao cargo de juízes provinciais adjuntos, com base na «jurisprudência» criada por Augusto Carneiro. O clima de mal-estar e insatisfação fez com que esses juízes tivessem dirigido, há dias, uma carta ao Conselho Superior da Magistratura Judicial no sentido desse órgão intervir a favor das suas pretensões. Há indicações de que os dois Conselhos Superiores, presididos por Augusto Carneiro e Cristiano André, deverão reunir-se em breve para tentar dirimir o pleito entre procuradores e juízes. Nesse encontro deverá, igualmente, tomar parte o titular da pasta da Justiça, Manuel Aragão e o seu coadjutor para a área dos Tribunais, Alves Monteiro. Enquanto se aguarda pela «sentença» que sairá dessa tão aguardada reunião, há

vozes que continuam a questionar as razões que levaram o Procurador-geral da República a tomar aquilo que elas consideram ser uma «medida ferida de ilegalidade». «Se o Pgr não agiu por desconhecimento da lei, então fê-lo de forma consciente, pois só assim se justifica que ele tenha metido os pés pelas mãos», disseram alguns dos magistrados judiciais, visivelmente agastados com a situação.

Tribunal Administrativo sofre assalto

A 2ª Secção do Tribunal cível e Administrativo de Luanda, localizado próximo dos escritórios da construtora Teixeira Duarte, no centro da cidade, foi assaltada na noite de domingo para segunda-feira. O assalto ocorreu, estranhamente, numa noite em que não se encontrava no local nenhum dos agentes da Polícia Nacional, que habitualmente procedem à guarda das referidas instalações. Este dado foi confirmado por um repórter deste jornal que, na manhã desse dia se deslocou ao referido tribunal e constatou a existência de sinais de arrombamento na porta principal de acesso ao apartamento onde funciona a 2ª Secção do «Cível». Soube-se, no terreno, que os assaltantes fizeram uso de objectos contundentes com os quais forçaram a porta de entrada. Não foi possível apurar se os meliantes subtraíram bens materiais ou documentos. Um funcionário afecto àquele órgão disse, horas mais tarde, que o tribunal não registou a falta de equipamentos ou de processos e que as pretensões dos assaltantes poderão ter sido frustradas devido ao movimento dos moradores que habitam o mesmo edifício. «É provável que eles tenham se assustado com o barulho de um dos moradores e se posto em fuga», prognosticou a nossa fonte. Um dos motivos que terá levado os meliantes a «visitar» às referidas instalações poderá estar relacionada com o facto da 2ª Secção do Tribunal Cível e Administrativo ter recepcionado, muito recentemente, algumas máquinas fotocopiadoras. Pairam também suspeitas de que essa acção criminosa poderá ter sido ordenada por alguém que pretenda fazer desaparecer processos judiciais que estejam a correr os seus tramites naquela instância judicial. Há informações de que alguns investigadores afectos à Direcção Nacional de Investigação Criminal (Dnic) já estiveram no local do «crime» e procederam à recolha de impressões digitais.

070512-19

Liquidação da companhia já tem acordo dos accionistas e do ministro dos Transportes

Angola Air Charter está a ser desmantelada

A Angola Air Charter (Aac) deve entrar muito proximamente num processo de liquidação que a extinguirá definitivamente dez anos depois da companhia de aviação ter iniciado o seu agonizante tombo. Detida em 51 por cento pela Taag e em 49 por cento Endiama, a Aac, especializada em voos de carga, começou a perder a sua operacionalidade depois de 1997, quando, no auge da guerra civil, o Estado passou a contratar fretes na companhia para transportar os mais diversos bens para as províncias do «interland» angolano. Desses serviços, emergiu uma dívida que, de acordo com os executivos que naquela altura dirigiam a companhia, atingiu a flagrante soma de 37 milhões de dólares, posteriormente inscrita na dívida pública. Mas, segundo fontes oficiais contactadas por este jornal, o Ministério das Finanças, encarregado da negociação e do pagamento da dívida, não reconhece que existam nos seus registos quaisquer débitos a favor da Aac. Tais fontes revelaram a este jornal que a declaração da nulidade ou da inexistência da dívida partiu do próprio ministro das Finanças, José Pedro de Morais, com o que caem por terras as expectativas da recuperação da empresa com base na absorção dos pagamentos que eram tidos como base da estratégia de relançamento da empresa. O Semanário Angolense apurou que, com esse desenvolvimento, as administrações da Taag e da Endiama chegaram à conclusão da necessidade de desmantelamento da Aac, dando conhecimento dessa decisão ao ministro dos Transportes, que não se opôs e até está de acordo com ela. É que, a par dos aspectos económicos prevalecentes, ao envolver o Ministério dos Transportes, o desmantelamento da Aac representa uma questão política e tende a evitar que se volte a instalar em Luanda o clima de tensão política criado pela liquidação da Angonave. «A (Angola Air) Charter não tem saída. Não vamos criar uma nova Angonave», disse a fonte para resumir conceptualmente a decisão. As perspectivas apontam para que o desmantelamento da Aac venha a ocorrer a velocidade cruzeiro. Ao ilustrar o andamento dos processos destinados a consumar a decisão, a fonte declarou que os accionistas da empresa estão a «trabalhar a todo o vapor para que isso se concretize no mais curto espaço de tempo possível». Os três passos necessários para culminar o processo resumem-se à criação de uma comissão liquidatária,

pagamento de dívida salarial, bem como de indemnizações e já estão em preparação, revelou a fonte que disse existir enorme preocupação em relação aos empregados daquela empresa. «É preciso tirar os trabalhadores daquele calvário», afirmou a fonte referindo-se à Aac, mas, mesmo nessa fase, tornam-se extremamente importantes os alegados fundos constituídos em dívida no tesouro nacional. «Se existe a dívida, é bom que, a bem dos trabalhadores e em abono do ideais trabalhistas do Estado angolano, quem de direito se pronuncie com toda a urgência, posto que estes fundos são fundamentais para tirar da agonia às centenas de famílias representadas pelos trabalhadores da Charter», declarou uma das fontes contactadas por este jornal. Essa fonte indicou que tais fundos podem constituir-se, também, em parte do fundamental que é necessário para cumprir as obrigações trabalhistas colocadas pelo processo de liquidação.

070512-19
Depósito imobilizado no Bai
Longa e penosa agonia

Há cerca de dez meses, em Julho do ano passado, correram em Luanda notícias de que a Angola Air Charter (Aac) estaria a ser adquirida por uma entidade privada angolana, um facto que fica agora desmentido com a liquidação da empresa e a passagem do seu quase nulo activo para os seus accionistas, que têm outros interesses da indústria da aviação comercial. Os rumores diziam que naquela altura, o Governo tinha-se decidido pelo «abate» da Aac depois de se ter comprovado que a companhia estava tecnicamente falida só com base nas dívidas para com os empregados e os fornecedores. Segundo se dizia, a Aac vira, por aquela altura, um depósito de vários milhões de dólares imobilizado no Banco Africano de Investimentos (Bai) em consequência de uma dívida que a companhia contraíra com o banco para adquirir três aeronaves de longo curso na última metade de década de 90. Naquela altura, o Aac solicitou ao Bai um financiamento para comprar três aeronaves à Boeing, mas apenas dois desses aparelhos chegaram ao país. O terceiro foi rejeitado pela companhia e a sua devolução a Angola encontrava-se, até há três anos, a pedido da Aac submetida à decisão de um tribunal internacional. A contrair esse empréstimo, a Aac contava reembolsá-lo com fundos da dívida pública,

quando o Governo devolvesse à companhia uma dívida de uns 37 milhões de dólares, contraída através de múltiplos fretes durante do conflito armado que perdurou até ao ano de 2002. Não estão até agora suficientemente apurados os factos pelos quais o ministro das Finanças alega não existir, da parte do Estado angolano, qualquer dívida a favor da Aac, quando já se passou por processos de arrolamento e de reembolso de dívida pública. Os projectos que, fora das expectativas do pagamento da dívida do Estado, visaram a capitalização da Aac apenas para gastos mínimos, como é o pagamento de salários, também não resultaram. Tal foi o caso da adjudicação dos voos que em 2003 transportaram da França o conteúdo de uma emissão de moeda decretada pelo Governo.

070512-19
Trabalhador encontrou depósito misterioso de 1.3 milhões de dólares na sua conta salário
Suborno na Enana?

Enquanto, de costas viradas, a administração e os trabalhadores da Enana discutem um caderno reivindicativo que, a não ficar solucionado, pode paralisar a empresa já no próximo dia 24 deste mês, um misterioso depósito de um milhão e 300 mil dólares foi encontrado na conta salário de um membro da comissão de trabalhadores envolvido nas discussões. O Semanário Angolense apurou que José Amadeu Natal, coordenador adjunto de uma dita comissão reivindicativa «ad-hoc», encontrou a quantia depositada na sua conta salário domiciliada no Bfa há duas semanas. Com a comissão sindical suspensa, os trabalhadores da empresa elegeram uma comissão para negociar com a administração da empresa um pesado pacote reivindicativo composta por cinco membro, tendo como coordenadora a controladora de tráfego aéreo Maria Amado Cordeiro da Mata. Nas funções de coordenador adjunto da comissão, José Amadeu Natal, que trabalha como operador de comunicações aeronáuticas, acabava de regressar de uma viagem de serviço a Dakar, Senegal, onde durante uma semana participou num encontro profissional, quando deu conta do estranho depósito em sua conta salário. Contactado pelo Semanário Angolense, o surpreso negociador dos trabalhadores da Enana confirmou a existência desse depósito, mas revelou que já tinha escrito uma carta à direcção do banco para se descartar do depósito. José Amadeu Natal disse a este jornal ter escrito ao banco a

declarar que o dinheiro do depósito do valor de um milhão e 300 mil dólares não lhe pertence, indicando não saber, realmente, qual é a sua origem. Afirmou, além do mais, a este jornal, que entregou o assunto a um advogado que lhe pediu para ter «muita cautela». As cautelas solicitadas por tal advogado destinam-se a «não atrapalhar o processo negocial em curso» entre a administração da Enana e os seus trabalhadores. Efectivamente, José Amadeu Natal e o advogado não são os únicos que relacionam o estranho depósito com a negociação das reivindicações laborais em curso na Enana: quando, na quinta-feira, foi abordado por este jornal para se explicar sobre o assunto, o administrador da empresa para a Administração e Recursos Humanos, Fernando Muquepe, negou prestar declarações quer sobre o depósito, quer sobre as reivindicações, pelos mesmos motivos. O depósito, segundo soube este jornal, partiu dos próprios serviços financeiros da Enana. É nesse clima que abundam, na empresa, suspeitas de que a quantia depositada na conta de José Amadeu Natal destinava-se a aliciar os membros da comissão reivindicativa, sendo liminarmente rejeitada a possibilidade de ter-se tratado de um erro bancário. Os que assim pensam acreditam em duas possibilidades: ou a administração da empresa tentou mesmo aliciar os representantes dos trabalhadores, ou, então, procurou minar a confiança depositada nos negociadores que os representam. Seja lá como for, José Amadeu Natal recebeu vários elogios de colegas seus, que evocaram a sua moral e sua integridade como contraponto daquilo que alegadamente representam os membros da administração da empresa. De uma maneira geral, no entanto, a confiança dos trabalhadores nos seus representantes negociais parece ter saído reforçada com o acto de devolução do dinheiro, com o que poderão usar de posições de força na procura de um entendimento com a administração. No início de Abril, os trabalhadores da Enana entregaram à administração da empresa um caderno contendo 30 reivindicações para cuja solução impunham a data de 24 de Maio próximo. A maior dessas reivindicações é a de um aumento salarial generalizado de 200 por cento sobre as actuais remunerações, uma proposta que a administração da empresa já considerou ser «exagerada», contrapondo com uma contraproposta que preconiza um aumento de apenas 20 por cento. Nas suas reivindicações, os trabalhadores pedem a introdução de alguns subsídios na lista das remunerações, exigindo, ao mesmo tempo, o pagamento retroactivo das remunerações operacionais para um vasto

número de trabalhadores mal enquadrados. Nas reivindicações é solicitada a melhoria das condições de trabalho e sociais, formação e enquadramento de pessoal, remunerações e outros assuntos, em reclamações que, na sua plenitude, fazem adivinhar um processo negocial difícil ou até mesmo a paralisação dos serviços de controlo da navegação aérea no espaço territorial angolano. A eclosão da greve trará implicações para economia nacional devido ao grande fluxo de pessoas que faz recurso das viagens aéreas para chegar ao nosso país. Milhares de passageiros poderão «ficar em terra» e as companhias não poderão levantar voo nem aterrar, advertiu uma fonte da Enana. No entanto, na vigência de uma possível greve, o espaço aéreo ficará aberto aos chamados voos vip, das Forças Armadas e de ajuda humanitária, questões que estão a ser devidamente acauteladas pela comissão sindical, assegurou uma fonte dos trabalhadores que ainda acredita no alcance de um acordo entre as partes.

070512-19
altos
Rosa Roque

- A professora Rosa Roque resolveu responder a um artigo deste jornal sobre o seu «comportamento irresponsável» no «Caldo da Juventude», como o jornalista Salas Neto referiu, ao sugerir que os «caldistas» lá estavam a tirar a «barriga da miséria». Na peça, o jornalista sugeria a Rosa Roque para que pedisse desculpas. Contudo, embora reconheça que proferiu efectivamente a frase da discórdia, a professora nega-se a pedir desculpas, por, segundo ela, tê-la dito num «tom de brincadeira», por acreditar estar num «ambiente bem familiar», remetendo o caso ao subjectivismo da interpretação de cada um, porque nunca teve a intenção de ofender. Aliás, ela diz que já pediu desculpas públicas, se bem que ninguém se lembre disso. Seja como for, na próxima edição, quando publicarmos a sua resposta na íntegra, ajuizaremos melhor as suas justificações e argumentações.

Bento Kangamba

- - Tal como acontece com a grande maioria dos ricos angolanos, quase ninguém sabe donde ele tira o dinheiro. Embora já se avente que não será

inteiramente dele, por parte da «massa» ser para a sua suposta missão de «cabo eleitoral» no Palanca, é líquido que o empresário Bento Kangamba não o «come» sozinho, ao protagonizar algumas acções filantrópicas de bom tamanho, sendo as «ofertas» de equipamentos a comités municipais do «ÊME» o seu último «show». Há uns meses, anunciou que iria asfaltar algumas ruas do «seu» bairro. Se o prometido é devido, o também dono do Kabuscorp do Palanca confirma que dará, já a partir de finais deste mês, início à empreitada, no valor de 3 milhões de dólares. À parte a sua maneira pouco ortodoxa de ser e estar, faz jeito a qualquer partido ter um militante assim, com quem se pode contar para alguns «populismos» necessários, daqueles que arregimentam simpatias.

Baixos
Fernando Heitor

– Comentador residente da Lac, este deputado da Unita mostrou segunda-feira que não se libertou dos estigmas partidários que no passado separaram os angolanos. Ao pronunciar-se sobre o júri do Prémio Nacional de Jornalismo, dias antes anunciado ao país, FH disse considerar ser a sua composição «muito partidarizada», por estarem os seus integrantes supostamente alinhados ao Mpla. FH esqueceu-se da postura de Estado e ignorou, não se sabe se deliberadamente, que os membros do júri também representam organismos estatais e organizações profissionais reconhecidamente importantes. FH nem se deu ao trabalho de fazer recurso à sua formação de economista, para fazer as contas e perceber que a ter-se em conta a sua proposta de representação partidária, teríamos um corpo de júri com mais de cem membros, que é o número de partidos que Angola tem.

Xxxxxxxxxxx

070512-15
A «globalizaão» chega aos seguros

Na actividade seguradora – tal como já aconteceu nas pescas, na aviação, nos diamantes e na indústria petrolífera – chegar primeiro não só resulta na vantagem de ficar na «cadeira da frente», mas também na consolidação e concentração de negócios de grupos e de personalidades Já se sabia que a paz e a estabilização

macroeconómica iriam criar oportunidades e incentivos ao investimento privado. Primeiro vieram as companhias de aviação. Seguiram-se as empresas de captura de pescado, de exploração de diamantes, a banca, e, mais recentemente, começou o «ataque» à indústria petrolífera. A angolanização da economia tem evoluído de tal maneira que hoje o próprio Governo já recorre a sindicatos de bancos locais para financiar a compra de aviões, como aconteceu com os aviões Boeing para a Taag, ou para a execução de projectos no domínio das infra-estruturas sociais. Isto quer dizer que a este nível a economia está boa. Assim sendo, está explicada a emergência de companhias de seguro. Se a paz e a estabilidade macroeconómica resultaram na expansão da actividade comercial, na multiplicação de oportunidades de negócios, em suma, no crescimento da economia, estes ganhos geraram outros negócios. E embora o hábito de «segurar» negócios não esteja ainda generalizado - a Arosfram é um exemplo - o recurso a companhias de seguros já começa a ser uma prática cada vez mais comum entre nós. A cultura do seguro é, por um lado, influenciada pelo medo do risco e pela necessidade de protecção dos investimentos, e, por outro lado, encorajada pelas companhias estrangeiras que se estabelecem no país. Perante a perspectiva de o crescimento económico de Angola vir a atingir números que fazem inveja a quase todos os países africanos, o investimento na actividade seguradora avista-se promissor. Na actividade do seguro e do resseguro - tal como já aconteceu nas pescas, na aviação e na indústria petrolífera - chegar primeiro não só resulta na vantagem de ficar na «cadeira da frente», mas também na consolidação, no cruzamento, e na concentração de negócios de grupos e de personalidades. Trata-se de se jogar no seguro. Se calhar é mais do que isso: é a «globalização» dos interesses de um grupo muito restrito de cidadãos. Ainda assim e porque as companhias já estabelecidas no mercado parecem mais tentadas em agarrar grandes fatias, deixando o micro-negócio ao Deus dará, não faltarão oportunidades para seguradoras apostadas em serviços como seguro de propriedade, contra acidentes de trabalho, contra acidentes pessoais ou seguro para as pequenas poupanças. Por outro lado, se o volume de negócios impulsionado sobretudo pelo petróleo é hoje manifestamente maior do que aquele que havia a 25 de Abril de 1974, ano em que a economia «colonial angolana» atingiu o auge, também é verdade que nos dias que correm não há um terço da diversificação que havia

naquele tempo, muito menos metade da rede de negócios daquela época. Por conseguinte, à medida que os benefícios do programa do Governo forem chegando a todo o país, mais diversificados serão os negócios. Estatísticas oficiais do tempo colonial indicam que em 1974 existiam 26 companhias de seguro com sede ou representações em Angola, sendo que o comércio de seguros na petroquímica e aviação eram monopólio de companhias baseadas na antiga metrópole. Hoje e por força do seu grande poder económico, a seguradora Aaa detém a fatia do leão no que toca à indústria petrolífera. Mas essa é apenas uma questão de tempo. Cada uma das outras companhias que vão surgindo no mercado local rapidamente tenta abocanhar o seu pedaço. O próximo grande embate chegará, provavelmente, quando o seguro automóvel for obrigatório. Quando isso acontecer, qual das actuais companhias angolanas ficará, por exemplo, com o seguro das frotas dos Ministérios do Interior, da Defesa ou mesmo da Presidência da República e apêndices? Por outro lado, sendo o Estado ainda o maior empregador, quem não gostaria de poder ter para si o seguro de saúde dos trabalhadores da função pública? Esta perspectiva é um sonho que não deverá acontecer já amanhã, mas quem reunir hoje a melhor carteira de negócios estará em vantagem e com isso em condições de apresentar ao Estado, daqui a dois ou três anos, a melhor oferta. Mas também pode acontecer que o Estado angolano não seja obrigado a isso. Afinal ele tem vindo a dar frequentes provas de que lida mal com concursos públicos e com a transparência. Conforme se apresenta hoje o mercado, provavelmente só a GA-Seguros, uma companhia constituída por capitais sul-africanos, não pode dizer que esteja já a «facturar» à grande e à francesa. Todos os outros concorrentes vão bem e em muitos casos recomendam-se. O Semanário Angolense faz uma breve incursão ao «interior» de cada uma das seguradoras que temos no país.

070512-15
AAA

- O capital investido pela Sonangol não explica tudo. O sucesso desta seguradora, gerida pelo economista São Vicente (na foto), reflecte um pouco o facto de ter provavelmente os melhores quadros angolanos e uma respeitável rede de parceiros no estrangeiro. O fim do monopólio da

Ensa, que ocorreu após a aprovação da nova lei de seguro e resseguro, em 2000, abriu às portas ao nascimento de um gigante. A seguradora Aaa cobre áreas como serviços financeiros, serviços de risco, pensões e resseguros. Tem uma subsidiária de correctores de seguros. Não há como parar. No final do mês passado introduziu no mercado a primeira unidade de uma rede de reparação de automóveis segurados por si, gesto que para já nenhuma outra seguradora consegue contrapor. Orçado em 12 milhões de dólares, o empreendimento localizado próximo a rotunda do Gamek, Luanda Sul, tem capacidade para reparação de 5 mil viaturas por ano, à razão de 25 por dia. A disseminação de unidades semelhantes noutros pontos do país vai reforçar a influência da companhia numa área onde pelos vistos mais ninguém quer pôr as mãos.

070512-15
MUNDIAL SEGUROS, SA

- Lançada a 7 de Fevereiro do ano passado com um capital social de 10 milhões de dólares, esta seguradora arrancou explorando negócios como seguro de vida, acidentes de trabalho, seguro automóvel e multirrisco, fundo de pensões, bem como negócios de resseguro e banca insurance. Tem previstas para mais adiante actividades conexas e complementares de seguros e resseguros. Por ela deram a cara Ricardo Sandindi, presidente do Conselho de Administração, e Augusto Aleixo, antigo presidente do Conselho de Administração da Ensa (na foto). O Bpc, o banco comercial estatal com o «portfolio» mais diversificado, tem uma quota na sociedade que deu corpo ao banco. Bornito de Sousa, chefe da bancada parlamentar do Mpla, é o presidente da mesa da assembleia-geral.

070512-15
GLOBAL SEGUROS

- Se a ideia de Higino Carneiro de constituir uma seguradora afigura-se perfeitamente legítima, já o envolvimento de José Pedro de Morais (na foto), enquanto ministro das Finanças (e à data da criação da Global Seguros exercia, cumulativamente, a função de presidente do Conselho de Administração da Ensa), é, no

mínimo, suspeito. O ministro sabe que mesmo em terra de cegos (que Angola não é), ninguém acreditaria que a seguradora é um negócio em que está apenas envolvido o seu filho. Aliás, mesmo que isso fosse verdade, as suspeitas de favorecimento não desapareceriam. De resto, ele próprio se encarrega de confirmar as suspeitas. De outra forma, como é que se explica que ao invés do filho, Ivan Morais, seja ele, José Pedro de Morais, a tomar parte das reuniões da companhia? JPM já teve o «mérito» de criar o seu próprio jogo do azar, a Luanda da Sorte, pondo-o a concorrer directamente com as Lotarias de Angola, empresa que ele tutela enquanto ministro das Finanças. Nada mais controverso! Se ele não tivesse abusado da sua condição de ministro das Finanças, provavelmente não teria conseguido tomar instalações que eram pertença das Lotarias de Angola para ali colocar a sede da Finangest, primeiro, e depois o Banc, onde tem como sócios Kundi Paihama e outros. José Pedro de Morais poderia ter seguido o exemplo de Sebastião Lavrador. Quando foi convidado pelo Presidente da República para dirigir o Banco Nacional de Angola pela segunda vez, Sebastião Lavrador pediu que antes da sua nomeação o então governador do Bna, António Furtado, despachasse todo expediente relativo ao banco que então tinha na forja, o Banco Sol. Se a entrada de JPM em negócios que concorrem com a sua condição de ministro é reprovável não se pode dizer, entretanto, que ele não tivesse sido bem-sucedido na relação das pessoas que lhe fazem companhia na Global Seguros. José Pedro de Morais tem como sócios Higino Carneiro, o pai da ideia, Francisco José, o mais bem-sucedido empresário angolano de exploração de diamantes, Carlos Alberto Jaime, «Calabeto», presidente do Conselho de Administração da Mecanagro, Empresa de Mecanização Agrícola, e João Loureço, primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional. Concebida com conta peso e medida, a Global Seguros acertou no «jackpot» quando foi buscar à AAA o especialista cabo-verdiano Herminaldo de Brito, conhecido como sendo um truta no negócio de seguros. A deserção deste deu-se há mais de 9 meses, mas ainda hoje a AAA lamenta a perda. Com o cabo-verdiano, desertaram, também, os manos Paulo e Rui Marques.

070512-15
ENSA

- Se à Aaa correspondem 99% do mercado ligado à indústria petrolífera, a Ensa pode gabar-se de ter uma carteira de negócios que envolve o seguro automóvel, seguro de vida e também o seguro de saúde dos membros do Governo, com a particularidade de valer em qualquer país do mundo. Detém um património imobiliário que nenhuma outra companhia, nem mesmo o Montepio, se pode gabar. Apesar de toda a carteira de negócios e do fabuloso património, a Ensa continua em dificuldades em sair do «vermelho», para onde foi levada pela gestão ruinosa de Bernardo Makombe (na foto). A situação a piorar quando Júlio Bessa passou pelo Ministério das Finanças e agravou-se com a chegada de José Pedro de Morais. Na verdade, embora nunca tivesse sido formalmente nomeado presidente do Conselho de Administração da Ensa, na prática Bernardo Makombe foi quase isso, sobretudo depois da saída de Aleixo Augusto. Enquanto Makombe vai carregar consigo para sempre projectos faraónicos como o Hotel Relaxe, onde mandou construir uma suíte para cada um dos administradores se permitir ao desfrute no final de cada jornada de trabalho, sendo que o hotel até hoje apenas teve um hóspede o «rapper» norte-americano Jay Z -, o actual ministro das Finanças tem no seu repertório, entre outras, a obtenção de soluções informáticas de aproximadamente 12 milhões de dólares de que a companhia não consegue tirar proveito. Actualmente, nem mesmo um projectado aumento das rendas dos muitos imóveis que tem ajudaria a Ensa a sair do «vermelho» num só acto.

Sem a muleta do Estado, a Ensa já teria ido desta para melhor

Nascida para falhar

O aperto por que passa actualmente a Ensa resultou de uma explosiva combinação de gestão ruinosa e falta de vocação para fazer dinheiro. Os entendidos na matéria sustentam que para pôr a Ensa a bater o pé à agressiva concorrência, o actual presidente do Conselho de Administração da empresa, Manuel Gonçalves, precisará de muito sabão e esponja para «desinfestar» a casa dos vícios e erros que os seus antecessores acumularam ao longo dos anos. Ao que dizem os mesmos entendidos, Júlio Bessa, primeiro, e José Pedro de Morais, depois, ambos apoiados por Bernardo Makombe, deixaram marcas difíceis de apagar. Mas não é de todo justo atribuir

apenas aos três «artistas» as dificuldades por que hoje passa a empresa. A Ensa não foi concebida como empresa para perseguir o lucro. No discurso da inauguração da Ensa, em 15 de Abril de 1978, o então ministro das Finanças, Ismael Martins, encorajava os empregados não a perseguirem os objectivos de qualquer empresa que se guie pelo cálculo económico, mas para outras metas. De acordo com a edição do dia 16 de Abril daquele ano, citada por Jacques dos Santos no seu livro Ensa: 20 ANOS, o então ministro das Finanças pedia aos trabalhadores, «que ao efectuarem qualquer tarefa, devem meter em conta se ela irá beneficiar as camadas mais exploradas» da população angolana. Aos atentos trabalhadores, Ismael Martins pediu, ainda, que, «conjuntamente com os seus colegas do Ministério das Finanças» formassem «um batalhão que possa contribuir e servir realmente para a defesa da Revolução». Para o próprio ministro, os objectivos da Ensa eram os mais difusos possíveis, o mais emblemático dos quais era o da «consolidação das vitórias alcançadas à custa de tanto sangue». Naquela mesma ocasião Ismael Martins anunciou que a nova empresa seria dotada de um «organismo para controlo da nossa economia». Antes do ministro, falou o então director da empresa, Leonel Serra, que, mais modesto, resumiu os objectivos da Ensa em «evitar certos gastos desnecessários em divisas». Mas quem caracterizou melhor o objecto social da nova empresa foi o Jornal de Angola para quem a «Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola (U.e.e Ensa) teria como finalidades «questões ligadas ao asseguramento de acidentes de diversos tipos, de assistência à velhice e de apoio social». Ora, com tão difusos e românticos objectivos pode dizer-se que a sobrevivência da Ensa só foi mesmo possível num contexto de monopólio estatal sobre a actividade seguradora. Num contexto de competição, a Ensa não teria sobrevivido até hoje.

070512-15
NOSSA SEGUROS

- Com um capital social inicial de 6 milhões de dólares, esta seguradora conseguiu muito rapidamente abocanhar 100 clientes de primeira linha, entre os quais estão a Arosfram, o Bca, o Projecto Luó, e companhias com interesses em construção civil, aviação, telecomunicações e finanças. Do grupo que a lançou fazem parte, entre

outros, o antigo ministro do Comércio, Vitorino Hossi (na foto), o Grupo Valentim Amões, Mário Palhares, Daniel Salgado, e Botelho de Vasconcelos, ministro da Energia e Águas. Outros accionistas conhecidos são a Real Seguradora, do grupo luso Bpn, detentora de 33.33%, o Bai, com 33.17%, a Ifc, titular de 16,67%, a Caixa de Providência das Forças Armadas Angolanas, o Grupo Mateba, e Joaquim Nunes, pelo consórcio Kitadi.

_

070512-15

Pólo Industrial de Viana

Investidores dizem-se perseguidos pelo Grn

O Ministério da Indústria, que tutela o programa, sabe do que se está a passar, solidariza-se com os empresários, mas até ao momento

Poucas semanas depois de haver sido associado à paralisação de várias britadeiras no município do Cacuaco, o Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn) surge agora associado a um problema semelhante, mas desta vez na zona de Viana, particularmente numa parcela que o Governo havia escolhido para alojar um dos maiores parques industriais da capital do país. Desta vez, são empresas como a Dominó Indústria, Prendamat, Manuel Pedro & Irmãos, Sol Dourado, Indústria Dominó e Cosal que se queixam de estarem perante um processo de espoliação dos seus terrenos por parte do Grn. A área em causa é uma das partes destinadas ao Pólo industrial de Viana (Piv), um projecto concebido em finais de 1998 pelo Ministério da Indústria, particularmente pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial, visando o relançamento das unidades fabris na capital. Representantes das empresas afectadas pelo que por enquanto são ainda pressões, disseram a este jornal terem indicações de que o Grn estaria por detrás de um projecto que visaria construir naquele mesmo local ou um pólo industrial paralelo ao Piv, ou um centro comercial. O Ministério da Indústria, que tutela o programa, sabe do que se está a passar, solidariza-se com os empresários, mas até ao momento não fez mais do que isso, já que as suas inquietações não são ouvidas pela entidade que supostamente desencadeou toda essa confusão. Fontes institucionais disseram, entretanto, que o Piv é a peça fundamental do programa de reindustrialização de Luanda, algo suportado por importantes instrumentos legislativos sancionados em Conselho de Ministros, como são as resoluções 1/98 e 4/98. A primeira resolução aprova a

política de desenvolvimento industrial e apoia a criação de conjuntos industriais numa perspectiva territorial, enquanto que a outra adopta o programa piloto de industrialização de Luanda, um programa que tem como peça fundamental o Pólo Industrial de Viana. Ambos os documentos concedem aos ministros das Finanças e da Indústria a prerrogativa de decidirem, em regime de exclusividade, sobre a cedência de terrenos na região demarcada para o Piv (sobre e os dois parágrafos anteriores, ler «ninguém sabe quem ordenou ocupação militar»). A atribuição dos terrenos que hoje estão em disputa sustentou-se numa declaração emitida pelas autoridades a anteceder aos contratos de direito de superfície, que ainda se encontram em fase de emissão. Ficou acordado que pelo direito de superfície, as empresas teriam que desembolsar um valor equivalente a 4 dólares norte-americanos por metro quadrado, em montantes que começaram a ser depositados na conta do Pólo Industrial de Viana, Sarl. As dimensões de cada parcela, estimadas em vários hectares, determinaram o preço que cada empresa deveria pagar e muitos seriam obrigados a gastar quantias próximas dos 100 mil dólares norte-americanos. Após a entrega dos terrenos, o próprio Governo Provincial de Luanda, outra entidade tida em conta neste processo, não teve qualquer posição contrária, tanto que o então director dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbana, Hélder José, aguardava apenas que os investidores se dirigissem aos serviços que ele dirigia para o acto de licenciamento de obras. Isso mesmo ficou demonstrado num documento que Hélder José endereçou ao responsável do Piv, Lucau Sebastião, em que garantia que até mesmo o governador de Luanda, Job Capapinha, estava em de acordo com o avanço do projecto naquela área, uma situação que contrasta com o actual aparecimento de interesses afectos ao Gabinete de Reconstrução Nacional. Segundo apurou o Semanário Angolense de fontes seguras, as empresas que se habilitaram ao Pólo Industrial de Viana pretendiam começar a construir as suas estruturas ainda no decurso do presente ano, sendo este um dos pressupostos acordados entre elas e o Idia. O acordo determina que as obras deveriam iniciar num período não superior a 12 meses, facto que apressou os industriais de Viana a colocarem no terreno os materiais necessários às onerosas obras de vedação: betoneiras, pás, enxadas, picaretas, etc. A Dominó Indústria, por exemplo, deseja erguer no local uma fábrica de cimento cola, detergentes e shampoo e a Manuel Pedro & Irmãos, que já produz numa outra unidade fabril, esperava avançar com

uma estrutura maior para produzir quantidades maiores de cimento cola e lixívia, assim como andaimes, tectos falsos e materiais de canalização. Produzir em quantidades industriais são, também, os propósitos da Sol Dourado e da PrendaMat. Para tanto, as duas empresas reclamam ter feito já investimentos, que afirmam ser de vários milhares de dólares. Agora e tal como as outras, as duas empresas estão muito apreensivas perante a iminência de verem todo o seu esforço ir por água abaixo. O drama dos investidores, maioritariamente angolanos, começou em Março deste ano quando militares fortemente armados lhes disseram terem sido mandatados pelo Gabinete de Reconstrução Nacional para evacuarem toda a área definida para o Pólo Industrial de Viana. «Eles disseram-nos que estavam lá a mando do Grn para impedir o desenvolvimento de qualquer projecto. Nunca disseram claramente de quem receberam a ordem, mas o à-vontade com falavam dava para perceber que tinham recebido ordens de alguém que tem muito poder», segundo contou ao Semanário Angolense o proprietário da empresa Manuel Pedro & Irmãos. Alguns dos empreendedores que agora se consideram esbulhados nos seus direitos disseram ao Semanário Angolense que nas vésperas do dia em que foram comunicados que já não poderiam continuar a realizar os seus projectos, um grupo de militares, que supostamente agia em nome da Casa Militar do Presidente da República, andou pela área recolhendo materiais que estavam guardados em contentores para o início das obras. Todos os empreendedores que procuraram o Semanário Angolense disseram desconhecer completamente o destino que os militares deram aos seus materiais de construção. Agastados com o que vêem, os empresários recorreram ao Ministério da Indústria, com quem assinaram contratos no âmbito do Pólo Industrial de Viana, bem como à administração daquele município, que foi a principal interlocutora das empresas na obtenção dos espaços. O ministro Joaquim David e sua equipa, que tutelam as acções do Piv, prometeram lutar com unhas e dentes para que os projectos industriais avancem sem problemas, tendo em conta que os contratos estão assinados. Já o administrador de Viana, João Alberto, disse ao Semanário Angolense está quarta-feira, 2, que «a administração municipal não tem nada a ver com isso, porque eles têm uma gestão própria e autónoma», acrescentando que «eles têm o espaço para realizarem tudo que lhes foi concedido. Outros pormenores só responsáveis do Piv podem fornecer».

070512-15
Pólo Industrial de Viana
Investidores dizem-se perseguidos pelo Grn
O Ministério da Indústria, que tutela o programa, sabe do que se está a passar, solidariza-se com os empresários, mas até ao momento

Poucas semanas depois de haver sido associado à paralisação de várias britadeiras no município do Cacuaco, o Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn) surge agora associado a um problema semelhante, mas desta vez na zona de Viana, particularmente numa parcela que o Governo havia escolhido para alojar um dos maiores parques industriais da capital do país. Desta vez, são empresas como a Dominó Indústria, Prendamat, Manuel Pedro & Irmãos, Sol Dourado, Indústria Dominó e Cosal que se queixam de estarem perante um processo de espoliação dos seus terrenos por parte do Grn. A área em causa é uma das partes destinadas ao Pólo industrial de Viana (Piv), um projecto concebido em finais de 1998 pelo Ministério da Indústria, particularmente pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial, visando o relançamento das unidades fabris na capital. Representantes das empresas afectadas pelo que por enquanto são ainda pressões, disseram a este jornal terem indicações de que o Grn estaria por detrás de um projecto que visaria construir naquele mesmo local ou um pólo industrial paralelo ao Piv, ou um centro comercial. O Ministério da Indústria, que tutela o programa, sabe do que se está a passar, solidariza-se com os empresários, mas até ao momento não fez mais do que isso, já que as suas inquietações não são ouvidas pela entidade que supostamente desencadeou toda essa confusão. Fontes institucionais disseram, entretanto, que o Piv é a peça fundamental do programa de reindustrialização de Luanda, algo suportado por importantes instrumentos legislativos sancionados em Conselho de Ministros, como são as resoluções 1/98 e 4/98. A primeira resolução aprova a política de desenvolvimento industrial e apoia a criação de conjuntos industriais numa perspectiva territorial, enquanto que a outra adopta o programa piloto de industrialização de Luanda, um programa que tem como peça fundamental o Pólo Industrial de Viana. Ambos os documentos concedem aos ministros das Finanças e da Indústria a prerrogativa de decidirem, em regime de exclusividade, sobre a cedência de terrenos na região demarcada para o Piv (sobre e os dois parágrafos

anteriores, ler «ninguém sabe quem ordenou ocupação militar»). A atribuição dos terrenos que hoje estão em disputa sustentou-se numa declaração emitida pelas autoridades a anteceder aos contratos de direito de superfície, que ainda se encontram em fase de emissão. Ficou acordado que pelo direito de superfície, as empresas teriam que desembolsar um valor equivalente a 4 dólares norte-americanos por metro quadrado, em montantes que começaram a ser depositados na conta do Pólo Industrial de Viana, Sarl. As dimensões de cada parcela, estimadas em vários hectares, determinaram o preço que cada empresa deveria pagar e muitos seriam obrigados a gastar quantias próximas dos 100 mil dólares norte-americanos. Após a entrega dos terrenos, o próprio Governo Provincial de Luanda, outra entidade tida em conta neste processo, não teve qualquer posição contrária, tanto que o então director dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbana, Hélder José, aguardava apenas que os investidores se dirigissem aos serviços que ele dirigia para o acto de licenciamento de obras. Isso mesmo ficou demonstrado num documento que Hélder José endereçou ao responsável do Piv, Lucau Sebastião, em que garantia que até mesmo o governador de Luanda, Job Capapinha, estava em de acordo com o avanço do projecto naquela área, uma situação que contrasta com o actual aparecimento de interesses afectos ao Gabinete de Reconstrução Nacional. Segundo apurou o Semanário Angolense de fontes seguras, as empresas que se habilitaram ao Pólo Industrial de Viana pretendiam começar a construir as suas estruturas ainda no decurso do presente ano, sendo este um dos pressupostos acordados entre elas e o Idia. O acordo determina que as obras deveriam iniciar num período não superior a 12 meses, facto que apressou os industriais de Viana a colocarem no terreno os materiais necessários às onerosas obras de vedação: betoneiras, pás, enxadas, picaretas, etc. A Dominó Indústria, por exemplo, deseja erguer no local uma fábrica de cimento cola, detergentes e shampoo e a Manuel Pedro & Irmãos, que já produz numa outra unidade fabril, esperava avançar com uma estrutura maior para produzir quantidades maiores de cimento cola e lixívia, assim como andaimes, tectos falsos e materiais de canalização. Produzir em quantidades industriais são, também, os propósitos da Sol Dourado e da PrendaMat. Para tanto, as duas empresas reclamam ter feito já investimentos, que afirmam ser de vários milhares de dólares. Agora e tal como as outras, as duas empresas estão muito apreensivas perante a iminência de verem todo o seu

esforço ir por água abaixo. O drama dos investidores, maioritariamente angolanos, começou em Março deste ano quando militares fortemente armados lhes disseram terem sido mandatados pelo Gabinete de Reconstrução Nacional para evacuarem toda a área definida para o Pólo Industrial de Viana. «Eles disseram-nos que estavam lá a mando do Grn para impedir o desenvolvimento de qualquer projecto. Nunca disseram claramente de quem receberam a ordem, mas o à-vontade com falavam dava para perceber que tinham recebido ordens de alguém que tem muito poder», segundo contou ao Semanário Angolense o proprietário da empresa Manuel Pedro & Irmãos. Alguns dos empreendedores que agora se consideram esbulhados nos seus direitos disseram ao Semanário Angolense que nas vésperas do dia em que foram comunicados que já não poderiam continuar a realizar os seus projectos, um grupo de militares, que supostamente agia em nome da Casa Militar do Presidente da República, andou pela área recolhendo materiais que estavam guardados em contentores para o início das obras. Todos os empreendedores que procuraram o Semanário Angolense disseram desconhecer completamente o destino que os militares deram aos seus materiais de construção. Agastados com o que vêem, os empresários recorreram ao Ministério da Indústria, com quem assinaram contratos no âmbito do Pólo Industrial de Viana, bem como à administração daquele município, que foi a principal interlocutora das empresas na obtenção dos espaços. O ministro Joaquim David e sua equipa, que tutelam as acções do Piv, prometeram lutar com unhas e dentes para que os projectos industriais avancem sem problemas, tendo em conta que os contratos estão assinados. Já o administrador de Viana, João Alberto, disse ao Semanário Angolense está quarta-feira, 2, que «a administração municipal não tem nada a ver com isso, porque eles têm uma gestão própria e autónoma», acrescentando que «eles têm o espaço para realizarem tudo que lhes foi concedido. Outros pormenores só responsáveis do Piv podem fornecer».

070512-15
Averiguações do Ministério da Indústria conduzem a impasse
«Ninguém» sabe quem ordenou a ocupação militar

O director-geral do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (Idia), Kiala Gabriel, declarou ao Semanário Angolense que do ponto de vista formal não

existe nenhum projecto paralelo ao Pólo Industrial de Viana (Piv), em cuja área foram implantadas forças militares que impedem o avanço das obras de edificação de instalações fabris autorizadas e legalmente contratadas. «Não conheço, o Ministério da Indústria não tem conhecimento, da implantação de nenhum outro projecto industrial na área de Viana, para além do Pólo de Desenvolvimento», afirmou o director-geral do Idia quando respondia ao Semanário Angolense quanto aos conflitos que ali se instalaram. O Idia é a instância do Ministério da Indústria que coordena as questões de implantação de projecto e do desenvolvimento industrial de Angola, cabendo-lhe o desenvolvimento de estudos, a concepção de políticas posteriormente adoptadas pelo Governo, como, também, a interacção entre o Estado o universo institucional e o empresarial. Kiala Gabriel revelou que depois de ter recebido as queixas das empresas que foram coagidas a paralisar obras de instalação ou apenas a abandonar terrenos legalmente adquiridos, a direcção do Ministério da Indústria (Mind) desenvolveu contactos junto da mais alta hierarquia do país. O director-geral do Idia não quis precisar com que entidades foram mantidos esses contactos, mas acrescentou que eles tinham abarcado, também, as entidades que são apresentadas pelos queixosos como responsáveis pela implantação das forças militares que ocupam a área do Piv, impedindo o prosseguimento do projecto. Mas, notou Kiala Gabriel, em resultado desses contactos, não foi possível estabelecer a verdade. «Ninguém assume a decisão de mandar suspender o curso daqueles empreendimentos», declarou o director-geral do Idia. O Semanário Angolense perguntou, então, se o caso passa a constituir-se num impasse, ao que a fonte respondeu liminarmente que naquilo que diz respeito à lei e ao Mind, não. «Para nós não há impasse porque há documentos e direitos adquiridos por essas pessoas», disse, referindo-se aos titulares dos terrenos que estão em vias daquilo que parecem ser tentativas de esbulho. Aliás, Kiala Gabriel sublinhou que o Mind mandou os empresários afectados «prosseguirem os seus trabalhos» para darem cumprimento àquilo que está contratualmente estabelecido, uma ordem que, entretanto, não poderá ser observada enquanto aquela área estiver ocupada e quem criou as dificuldades não for identificado. Em parte, explicou, a posição do Mind é a de que «até ordem em contrário» as empresas que viram os seus terrenos ocupados estão legalmente instaladas no perímetro do Pólo Industrial de Viana. De

acordo com Kiala Gabriel a presença dessas empresas é sustentada por uma resolução do Conselho de Ministro 01/98, de 10 de Março, que aprova a política de desenvolvimento industrial e apoia a criação de conjuntos industriais numa perspectiva territorial. A base legal que suporta a instalação de tais empresas assenta, ainda, na resolução do Conselho de Ministros 04/98, de 27 de Março, em que é aprovado o programa piloto de industrialização de Luanda, um programa que tem como peça fundamental o Pólo Industrial de Viana. Com base nisso, foi concedida competência exclusiva aos ministros da Indústria e das Finanças para a cedência dos espaços adstritos ao projecto, que recai sobre uma área total de seis mil hectares. No somatório, a posição oficial do Mind é a de que «só na base da revogação dos diplomas legais existentes é que se podem remover titulares contratados para projectos do Pólo Industrial de Viana».

070512-15
Joaquim David
Porquê abrir o bico?

Diz a sabedoria popular que em boca fechada não entra mosca. Em Angola temos governantes que ou não conseguem fechar a boca ou marimbam-se pura e simplesmente da sabedoria popular. Resultado: repetem-se nas asneiras. Todos os que na manhã de quinta-feira ouviram, nas antenas da Rádio Nacional de Angola, o ministro da Indústria a perorar sobre o Pólo de Desenvolvimento de Fútila, em Cabinda, não puderam evitar a conclusão de que o homem é um verdadeiro desbocado. Para quem não sabe (e nesta altura se calhar só ele mesmo não sabe), o Pólo Industrial de Viana, tutelado pelo Ministério da Indústria, foi posto em sentido pelo Grn. Os empresários que se habilitaram àquele projecto estão a ser literalmente varridos de Viana, alguns deles quase a galhetas e pontapés. Ora, não sendo capaz de defender, aqui em Luanda, um projecto que tem o suporte do Governo, por quê carga de água ele pensa que o fará em Cabinda? Ou o «ingénuo» do ministro pensa que aquele conhecido general que o pôs a apanhar sol e a tremer que nem varas verdes não conhece o caminho que leva a Cabinda? Que valor têm as garantias que deu aos (pobres) empresários que investiram o seu dinheiro em Viana e que agora correm o risco de ver todo o seu esforço ir por água abaixo?

070512-15
Sequelas das mutações geradas pelo Art. 66º

Em última análise, as desinteligências entre industriais e representantes de interesses que se supõe protegidos por responsáveis do Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn), um órgão que tem tutela directa do Presidente da República, no Pólo Industrial de Viana (Piv), são o reflexo da permanente disputa por protagonismo e poder entre a instituição presidencial e o Governo. Cria-se que o problema do artigo 66º da Lei Constitucional Angolana, que estabelece as competências do Presidente da República, tivesse ficado resolvido com o esvaziamento do poder de que era provido o cargo de primeiro-ministro. Acreditava-se que ao juntar funções executivas às de magistrado, o Presidente da República vestiria um fato feito à sua medida, passando a dispor do Governo, mas a prática tem-se revelado bem diferente. O Presidente da República confia os mais importantes «dossiers» de governação do país aos membros do seu gabinete, uma questão de que são exemplos a elaboração da Lei da Terra, a dívida para com a Rússia, o surgimento do Gabinete de Reconstrução Nacional ou a negociação dos empréstimos da China. A Lei da Terra foi preparada pelo antigo chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó, a dívida russa de Angola acabou negociada pelo chefe da Casa Militar, Hélder Vieira Dias «Kopelipa», que também recebeu a coordenação do Gabinete de Reconstrução Nacional, enquanto que inicialmente, o primeiro empréstimo da China teve um negociador pioneiro no destituído secretário do Conselho de Ministros (um órgão dependente do Chefe de Governo), «Toninho» Van-Dúnem. A lista desse tipo ingerências é claramente muito mais extensiva, como são fartos os exemplos que se podem dar de casos em que o Estado se deparou com a duplicação das funções das suas instituições, em que instituições governamentais viram as suas funções usurpadas e em que os seus titulares se viram irremediavelmente descartados e desautorizados. Uma prova disso pode ser o próprio ministro da Indústria. Em Agosto de 2006, Joaquim David, os seus dois vice-ministros, assim como um vasto número de acompanhantes, teve que permanecer uns 30 minutos do lado de fora de um chamado Centro Industrial de Viana, à espera que o general «Kopelipa» autorizasse a entrada dos aparentemente inoportunos visitantes. Com os seus acompanhantes, o ministro encontrava-se numa dita

«jornada de campo», quando decidiu visitar o Centro Industrial de Viana (contíguo ao Pólo Industrial de Viana), cuja edificação está acometida ao Gabinete de Reconstrução Nacional do general «Kopelipa». Quim David foi travado à entrada por simples sentinelas da Unidade da Guarda Presidencial (Ugp), que tem efectivos destacados na área. Portanto, as evidências dizem ser muito provável que os industriais que se preparam para se instalar no Pólo Industrial de Viana estejam a ser perturbados no quadro de conflitos que transcendem a sua humilde condição de investidores tais conflitos são parte daquilo que no nosso país pode ser chamado de «alta política» e que significa que quando eles ocorrem os beligerantes recorrem a golpes baixos. Como diz a milenar sabedoria popular, «quando dois elefantes lutam, o que sofre é o capim». Ora, vista a olho nu, a oposição que foi destinada ao grupo de industriais de que se fala aqui pode ter derivado da situação de dualidade e de sobreposição em que decorre o Programa de Investimentos Públicos (Pip). Embora quem do ponto de vista da lei tem prerrogativas para conceber, mandar executar e pagar obras públicas sejam as instituições governamentais, na prática, quem o faz são comissões «ad-hoc» criadas por decreto presidencial. No espectro das instituições angolanas, aquela que ainda funciona sem soluçar é a Presidência da República. As ordens do Presidente são geralmente acatadas por dever, por respeito ou ainda por temor. Pelo que deve haver algures, no seio do poder instituído, a percepção de que ao «emprestar» o seu nome à execução de projectos, o Presidente contribui para que eles tenham início e fim. Portanto, é provável que tenham havido ordens para que uma qualquer comissão procedesse contra os industriais do Pólo Industrial de Viana com vista a consumar um projecto paralelo que, ao contrário daquele que está sob a responsabilidade do Governo, inicie e termine a tempo do Presidente mostrar obra feita Nesse caso, os homens que estão a ser escorraçados do Pólo Industrial de Viana podem ver passar uma borracha sobre os contratos que assinaram e que os ligam legal e materialmente àquele projecto governamental. Este Governo faria um coro de vivas à sábia decisão de expulsar os industriais daquele empreendimento. É como diz o ditado: «como canta o abade, assim responde o sacristão».

070512-15
Não podia adiar a viagem para outra ocasião?

Capapinha a «passeio» nos Estados Unidos

Numa altura em que a sua presença seria obrigatória, no comando das acções para debelar a crise aguda que assola a «sua» província, o Governador Job Capapinha fez descaso disso e abalou na semana passada para os Estados Unidos da América, sob o pretexto de ir a Houston tratar de assuntos supostamente ligados ao processo de geminação que liga esta cidade à Luanda. Os seus serviços de informação não deram ênfase ao que o Governador Provincial de Luanda iria efectivamente a Houston, mas é provável que não tenha passado de um ou outro encontro com as autoridades ou empresários locais, dos quais, em regra, pouco ou mesmo nada de proveitoso resulta em termos imediatos. A única coisa que se sabia a propósito é que o Governo Provincial de Luanda estivera a solicitar a empresários angolanos, sobretudo do ramo da energia, que se inscrevessem caso estivessem interessados em integrar a comitiva do Governador neste «passeio» a Houston, presumindo-se então que se tratou de uma viagem meramente exploratória, tendo na mira o eventual estabelecimento de alguns negócios. Provavelmente mal aconselhado ou por alguma casmurrice, Job Capapinha deixou Luanda na quinta-feira da semana passada, um dia depois de ter dado um «show off» no Cazenga, por onde andou de Unimog (dos poucos carros então capazes de se movimentar pelas infindáveis crateras existentes nas rebentadas rodovias da zona), a comandar «in situ» uma intervenção de emergência dos seus serviços de «tapa-buracos». Na altura, o Governador Provincial de Luanda, à frente de brigadas equipadas com uma panóplia de «sukulas», escavadoras, cilindros e tractores, prometeu que os seus homens tornariam «transitável» o troço entre o chamado «Triângulo dos Congolenses» e o «Imbondeiro» do Cazenga em 48 horas. Porém, mesmo antes deste prazo ter terminado, lá estava ele a caminho de Houston, de onde tinha regresso marcado para esta quinta-feira, 3 de Maio. Sabe-se que este prazo não foi cumprido, se bem que, segundo uma fonte do seu governo, em conversa com o Semanário Angolense, já se possa transitar neste troço em melhores condições desde o início desta semana. A fonte disse também que o Governo Provincial de Luanda agora só está em condições de proceder a «remendos» nas rodovias escangalhadas da cidade, sendo que a solução definitiva para os grandes problemas que atolam a capital do país está na mão das autoridades centrais, nomeadamente do ministério das Obras Públicas. Este, porém, para desespero dos cidadãos, não

deu já sinais sobre quando começará a recuperação da cidade, que tem as estradas e as redes de saneamento básico num estado caótico. O que se sabe apenas é que algumas novas estradas serão construídas por cinco empresas brasileiras, que consumirão um bilião (ou mil milhões?) de dólares nessa empreitada, cujo término está aprazado para 12 meses (a partir de quando?).

Lucas Adão

070512-15
Agora é que seriam elas…
Maluka desafia BB para um debate sobre Luanda
A proposta do deputado da Unita já deu entrada na sede do secretariado provincial do Mpla de Luanda,

Até ao fecho desta edição, o Semanário Angolense não conseguiu apurar se o secretário provincial de Luanda do Mpla aceitou ou não o repto que lhe foi feito pelo seu homólogo da Unita para um frente-a-frente sobre os problemas que afligem a capital angolana. Com data de 26 de Abril, Daniel José Domingos «Maluka», secretário provincial de Luanda da Unita, dirigiu ao seu homólogo do Mpla, Bento Bento, uma carta em que o desafia para um debate sobre os «problemas que a cidade e os cidadãos vivem». Maluka diz que o debate faz-se necessário para que «nós a Unita e o Mpla possamos abordar com profundidade os problemas relacionados com a delinquência, saneamento básico, tráfego rodoviário, falta de luz, falta de água, estradas danificadas, recolha do lixo, etc, a que os cidadãos de Luanda estão submetidos». O dirigente da Unita afirma a sua total disponibilidade para concertar com Bento Bento a data, hora e local do pretendido «tête-a-tête». Até ao meio dia de quinta-feira, altura do fecho da presente edição, o Semanário Angolense não conseguiu apurar se Bento Bento vai ou não «ao jogo». O dirigente do Mpla não reagiu a nenhuma das várias ligações que o Semanário Angolense fez ao terminal telefónico através do qual é habitualmente contactado. Mas já sobre a hora do fecho da edição, o director em exercício do gabinete de Bento Bento disse ao Semanário Angolense que ele foi procurar tratamento fora de Luanda depois de haver fracturado uma perna e duas costelas na sequência de uma queda nas escadas de um edifício. De acordo com essa fonte, a esta altura Bento Bento estará em Portugal ou em Espanha, para onde foi fazer exames

complementares já que teme que a queda possa ter afectado outros órgãos. Mas mesmo que estivesse em Luanda, com a saúde em dia, dificilmente o dirigente do Mpla aceitaria o repto do seu homólogo da Unita. Tal leitura é permitida pela afirmação do director em exercício do gabinete de Bento Bento segundo a qual a carta de Daniel Maluka foi remetida ao Comité de Especialidade dos Engenheiros do Mpla. «As questões levantadas pelo Maluka são de natureza técnica e entendemos que é no Comité de Especialidade dos Engenheiros do Mpla que ele deve procurar as respostas para as suas inquietações». Contactado na mesma manhã de quinta-feira, o coordenador do Comité de Especialidade dos Engenheiros do Mpla, Luís Filipe da Silva, disse que a entidade que representa ainda não tinha nenhuma posição a respeito. «Como deve compreender, não posso exprimir posições pessoais numa matéria como esta», disse, remetendo o Semanário Angolense para eventuais esclarecimentos em outra ocasião. Embora tenha sido escrita e remetida no dia 26 de Abril, a carta do dirigente da Unita só deu entrada no gabinete de Bento Bento no dia 2 de Maio, segunda-feira. Quando solicitado a explicar a enorme diferença de datas, o gabinete do secretário provincial da Unita disse ao Semanário Angolense que tal deveu-se ao Mpla. «Eles não quiseram receber a carta no primeiro dia que a levamos. Só depois de muita insistência da nossa parte é que aceitaram recebê-la». Embora ausente de Luanda, Bento Bento tem conhecimento do conteúdo da carta. Aliás, segundo o seu gabinete, foi ele próprio quem deu instruções para que a carta fosse remetida ao Comité de Especialidade dos Engenheiros do Mpla. Fontes que privam com Bento Bento disseram ao Semanário Angolense que o facto de Bento Bento ter endossado a carta de Daniel Maluka ao Comité de Especialidade dos Engenheiros do Mpla significa que ele nunca aceitaria o debate proposto. «Conhecemos as suas habilidades. Bento Bento é um bom mobilizador de massas. É quase inexcedível na exaltação e até mesmo bajulação da figura do Presidente José Eduardo dos Santos. Mas é difícil imaginá-lo a aceitar o desafio do Maluka. Ele seria literalmente trucidado». Trucidado e provavelmente despedido da direcção do Mpla de Luanda, já que não é crível que os «camaradas» ficassem quedos e mudos face à humilhação de um dos seus numa província que consideram como seu bastião eleitoral. Para essa fonte do Semanário Angolense, que pediu para não ser identificada, «Maluka é engenheiro de formação e muito habilidoso no manejo da palavra. De resto, só assim

compreendo o desafio que fez ao Bento Bento. Ele tem consciência do que seria capaz. Não acredito que Maluka ousasse desafiar um outro dirigente do Mpla melhor apetrechado académica e intelectualmente».

070512-15
Como a avestruz

A indisponibilidade de Bento Bento para o debate proposto por Daniel Maluka é algo que já vai sendo habitual com os dirigentes do Mpla e membros do Governo. Face à crescente deterioração da qualidade de vida em todo o país, quer o Mpla quanto o Governo que sustenta optaram por imitar a avestruz, enterrando a cabeça na areia, com o que fingem não ver os problemas. Essa é, seguramente, a mais desastrada das opções, na medida em que o silêncio tumular cria entre os cidadãos o sentimento de orfandade, de descrença generalizadas nas instituições e a desesperança. O dirigente da Unita não impôs nenhuma condição para o debate com Bento Bento. Se o dirigente do Mpla não se sente preparado para enfrentar o adversário, o mais sensato seria propor-lhe um formato de debate diferente que incluísse, por exemplo, a participação de especialistas nas matérias em que Bento Bento «patinaria» seguramente. O silêncio e a fuga em frente não são, nas actuais condições, as melhores conselheiras tanto para o Mpla quanto para o Governo. Bento Bento pode estar momentaneamente incapacitado do ponto de vista físico. Mas o país não perderia nada se ele tivesse adiado o debate para depois da sua plena reabilitação. Algo que se deseja que aconteça o mais rapidamente possível. Quanto mais não seja para ele próprio enfrentar os olhares reprovadores dos muitos militantes do Mpla que, seguramente, lhe censurarão a fuga ao confronto com Daniel Maluka. Bento Bento, a respeito de quem se diz ter alguma apetência para o cargo de governador de Luanda, pode, dessa maneira, ter desperdiçado a derradeira oportunidade de mostrar aos luandenses o que vale. Seria uma boa oportunidade para Bento Bento mostrar qual seria a sua agenda se chegasse a governador como parece ser sua aspiração. Por outro lado, Bento Bento e seu «staff» não deveriam perder de vista que em política ou se aceitam ou não se aceitam os debates. Eles não são tranferíveis. Mesmo não sendo especialista em política externa, em França, por exemplo, alguém consegue imaginar Sarkozy a furtar-se a

um debate sobre a política africana do seu país alegando não dominar o dossier?

070512-15
Cedeu aviões da Forca Aérea Nacional à Jmpla
Gen. Furtado falta à palavra

Ana Margoso

Logo a seguir à sua nomeação para o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (Faa), uma das primeiras medidas que o general Francisco Furtado tomou foi a proibição da transportação irregular de civis e mercadorias alheias nas aeronaves da Força Aérea Nacional (Fana). A medida, encarada já na altura como contendo dois pesos e duas medidas, não foi bem digerida, quer pelos soldados, como pelos oficiais das diferentes áreas que compõem o exército angolano. Porém, «desobedecendo» às suas próprias ordens, Francisco Furtado deu o dito pelo não dito e ordenou a colocação de uma aeronave da Força Aérea Nacional ao serviço da Jmpla, organização juvenil do partido no poder, que serviu para transportar, a meio do mês passado, uma delegação da instituição a Saurimo, na Lunda-Sul, no quadro das festividades do «14 de Abril», dia consagrado à Juventude angolana. A aeronave, cujas características não nos foram fornecidas, não foi directamente a Saurimo, tendo passado antes pelo Namibe, onde foi recolher uma delegação da Jmpla local que também estava convidada para a festa, mas sem melhor forma de lá chegar que não fosse uma boleia da Fana. A decisão de Francisco Furtado, a contrariar as suas próprias ordens, não só foi alvo de chacota entre os oficiais do «braço aéreo» das Faa, como também do questionamento sobre se ele chegaria a tanto se a solicitação partisse de um outro partido político qualquer. «O despacho exarado pelo Chefe do Estado-Maior General das Faa é bem claro: está proibida a transportação de qualquer pessoa ou carga civil, excepto nos casos em que a entidade ou pessoa singular interessadas solicitem o aluguer da aeronave, o que não aconteceu neste caso, já que o avião foi pura e simplesmente cedido à Jmpla», atirou um militar. A transportação de cargas e pessoal civil foi um negócio rentável, particularmente na fase em que o conflito armado impedia a livre circulação de pessoas e bens por terra. Era também uma das formas que alguns soldados e oficias subalternos encontravam para engordarem um

pouco mais os salários que eram praticados nas Forças Armadas. Por isso, mesmo em tempos de paz, alguns militares não viram com bons olhos a medida tomada pelo «Chefe» Furtado. Até mesmo oficiais-generais não arredavam o pé deste negócio, sendo que a maioria acabava por «fretar» cargueiros para as províncias, onde possuem quintas e fazendas, para escoarem os produtos aí produzidos até aos grandes mercados em Luanda. Naquela época, tanto os aviões da Taag como os próprios camionistas evitavam chegar a certas regiões do país, onde as pistas estavam completamente danificadas, por um lado, e as estradas bem pior do que agora, por outro. A alternativa era a mobilização esquematizada dos cargueiros da Força Aérea Nacional para tais empreitadas. Na realidade, a medida do chefe do Estado-Maior das Faa, embora contestada pelos «casubuleiros», nome dado aos negociantes do «ramo», foi bem acolhida nos meios que não vêem com bons olhos a balbúrdia no terminal militar provocada por eles, mas os seus subordinados estavam longe de pensar que Francisco Furtado chegaria ao ponto de ser ele o primeiro a violar o seu próprio despacho proibitivo, dando assim o mote para o eventual «renascimento» dos esquemas nos aviões da Fana.0

070512-15
Caos mais visível que benefícios

Augustus (*)

O caos é total: ruas intransitáveis devido aos buracos nas estradas e consequentes engarrafamentos, famílias inteiras a dormirem cada vez menos, arrendamentos em alta no centro da cidade, vendas em baixa, pessoas a deambularem aos montes pelas ruas, lixo e águas paradas a coabitarem em vários pontos de Luanda… Em nada, a actual situação de Luanda é consentânea com o abaixamento da taxa de inflação, a estabilidade da taxa de câmbios, alta das reservas internacionais e a expectativa de crescimento da economia. Na verdade, a situação revela a ambiguidade entre os principais indicadores económicos e as condições efectivas de vida dos cidadãos. É no mínimo controverso que uma economia que espera crescer 30 por cento e cuja moeda se aprecia cada vez mais em relação ao dólar, conviva com uma extrema falta de competitividade e produtividade da maioria dos sectores e dos factores de produção, algo

perceptível por meio da precariedade das estradas, dos frequentes cortes de energia e escassa oferta de combustível e de gás butano, no que parece perfilar-se uma crise energética. Todos estes factores concorrem para a fraca competitividade da economia, num primeiro momento, em resultado de uma intrincada circulação de pessoas e bens, mas também pela multiplicação (por três ou quatro) do tempo necessário para executar as tarefas produtivas. O mercado informal, que averba no seu passado um elevado histórico de soluções para contornar a adversidade, perdeu uma percentagem elevada demais da sua rendibilidade, colocando a nu o «drama do desemprego estrutural» que assola a nossa economia e que durante algum tempo esteve a coberto pelos negócios informais. O que parece ter sido um «boom» económico gerado entre 1999 e 2003, quando iniciou a inflexão com o pacote contra a dolarização, fez com que um parte substancial da moeda entesourada se convertesse em activos bancários, e em activos patrimoniais (como casas, viaturas, geradores), outra. Com a expansão desenfreada da demanda por residências, surgiram novos bairros e uma teia de fenómenos económicos conexos, como o aumento da demanda por transportes, tanto colectivos, quanto pessoais. Consequentemente, multiplicou a procura por combustível, energia e água (três segmentos cujas tarifas são administradas pelo Governo). Este fenómeno, a que chamamos aqui «expansão conexa da crise», colapsou a generalidade das infra-estruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, hoteleiras, de energia e águas, desencadeando a crise estrutural que hoje está no centro daquilo que este jornal já considerou ser o «caos total». Num ano como este, em que se espera um crescimento do Pib de cerca de 30 por cento, a crise energética intensificou-se, bem visível pelas bichas permanentes nas bombas de combustíveis e nos cortes de energia eléctrica que se tornaram mais frequentes do que os fornecimentos. É necessário que o Governo explique como é que vai conseguir um tão transcendental crescimento no meio de uma crise dessas. Com a rotura com o Fmi e outras instituições multilaterais, as fontes de financiamento à economia concentrar-se-ão em acordos bilaterais, com destaque para a China e, de repente, o Brasil, que vai financiar a construção das estradas que se espera que venham minimizar o problema do trânsito. Cada vez mais, porém, a banca comercial angolana, que já financiou parte da aquisição da nova frota de aviões para a companhia de bandeira, a Taag, e deverá agora fazê-lo em relação à segunda fase do projecto «nova vida»,

visando a construção de milhares de residências, começa a tomar posições de destaque no financiamento dos gastos do Governo. A obsessão por um nível óptimo de reservas internacionais, com vista a dar mais consistência à âncora cambial e garantir a repressão da inflação, levou a uma situação de excesso de liquidez internacional que coabita de forma dramática com problemas relativos à baixa competitividade e consequente valorização artificial e administrativa do Kwanza. Os sinais que a economia vem dando indicam, pois, que persistem os problemas relativos à precariedade em torno dos fundamentos da economia e da efectiva estabilização e, que, apesar da reduzida «performance» económica, pretende-se utilizar o elevado nível de reservas internacionais como um indicador político e eleitoral. Perante estes cenários nublados e de crises em cadeia, reflectidas na quebra acentuada da demanda agregada, infere-se que a busca pelo nível óptimo das reservas tende a não corresponder efectivamente ao que gostávamos que fosse, porque o benefício social encontra-se muito abaixo do custo social, porquanto o custo de oportunidade das reservas, isto é, o produto marginal dos recursos reais que poderiam ter sido adquiridos com as reservas internacionais acumuladas é quase nulo, porque em nada estimula o investimento privado e a competitividade interna.

(*) Texto adaptado de um original do nosso colaborador Augustus

070512-15
Há vários erros e descasos na sua concepção
Estradas novas: fluidez comprometida

José Kaliengue

As novas estradas que o governo pretende construir em Luanda poderão não resolver o problema dos engarrafamentos, se não for igualmente recuperada a rede de estradas secundárias e terciárias da cidade. As vias mais congestionadas de Luanda só o são por serem as melhores que a capital apresenta. Com efeito a Av. Deolinda Rodrigues, por exemplo, está permanentemente congestionada porque a Estrada Nova da Cuca deixou de existir, bem como por estarem inoperantes as estradas do bairro Popular. «Reparar apenas a Deolinda

Rodrigues, neste caso, não resolverá nada, porque o tráfego continuará a confluir para aquele ponto», disse ao Semanário Angolense um conhecido engenheiro angolano, que fez questão de lembrar que, quando terminarem as obras, Luanda terá mais automóveis em circulação. O prazo apresentado para a execução do projecto não permite considerar a reparação prévia das estradas secundárias e terciárias para, de seguida, pegar-se nas vias principais, o que pressupõe um convívio complicado entre viaturas e obras. «Vai ser um inferno», confidenciou-nos um ilustre político. «Nestas obras, com tanto dinheiro, conta muito o amor que se tem pelo país. Para os estrangeiros, isso é negócio e nada mais, já que, para qualquer negociante, o que conta é dar pouco e receber muito» rematou. Um outro engenheiro apontou o excessivo peso da componente política na decisão sobre a recuperação da rede viária de Luanda. Para ele, é muito estranho que pessoas extremamente importantes nesta questão não tenham sido tidas nem achadas: «O Ministério do Interior, por exemplo, tal como a Protecção Civil, não fazem parte da comissão criada para o efeito. Será que os Bombeiros e a Polícia de Trânsito foram ouvidos na elaboração do projecto? Os nossos políticos têm que aprender que mesmo para a colocação de iluminação pública a polícia deve ser ouvida». Em relação à fluidez do tráfego, adiantou: «É só olhar para a estrada nova da Samba para ver os erros que lá foram cometidos. Por exemplo, sendo uma via rápida, não devia ter a sua faixa mais à direita a servir para estacionamento dos moradores das redondezas: Além disso, ela tem saídas à esquerda, que levam ao cruzamento, ao mesmo nível, com veículos em alta velocidade». Munido destas contribuições, o Semanário Angolense foi confrontar o comandante da Unidade de Transito de Luanda, Jorge Bengue, solicitando-lhe que optasse, em termos de fluidez do trânsito, entre uma estrada com saídas e entradas aéreas ou desniveladas à direita e os casos da Samba ou da estrada Golfe-Futungo que apresentam saídas à esquerda. Optou pela primeira. O engenheiro, com quem faláramos antes, explicou a opção do comandante do trânsito: «É simples. Quem vai por uma via rápida fá-lo para não parar. Se eu morar em Viana, deverei tomar a faixa mais à esquerda, a mais rápida e só tenho que abrandar quando estiver no meu destino. A faixa da direita serve para as saídas, entradas, veículos prioritários e transportes públicos. Se quiser voltar no sentido contrário, devo sair da estrada pela direita, cruzar-me com ela passando por baixo ou por

cima, e entrar pela direita no outro sentido, nunca virar à esquerda no meio do percurso. Só a minha desaceleração é já passível de criar engarrafamento, além do elevado risco de provocar um acidente». O Semanário Angolense foi dar uma volta pelas estradas da Samba e do Golfe. Os painéis de propaganda apostos verticalmente às vias com o desenho das obras dão razão aos técnicos angolanos: estão projectadas saídas à esquerda. Na estrada do Golfe, os efeitos destes erros sentem-se todos os dias: quem vem no sentido Futungo - Golfe, na faixa da esquerda, vê-se obrigado a abrandar ou a meter-se no engarrafamento causado pelas entradas de quem vem da rotunda do Gamek e quer ir para o projecto Nova Vida. Neste caso, dos que querem ir ao Nova Vida, a fila não se forma no exterior da via rápida, mas sim no interior desta, impedindo a fluidez do tráfego para o Futungo. Outro aspecto negativo, nas novas vias, é ideia de se lhes colocar passadeiras. Em alguns casos têm mais a função de «matadouros».

070512-15
Aumento de 12% nos salários da Função Pública
Benefício real ou um presente envenenado para os pobres?

Miguel O. Da Silva (*)

Nos últimos dias, fomos confrontados com o anúncio de um aumento em 12% nos salários da Função Pública. Várias correntes de opinião fizeram-se ouvir a propósito e, sintetizando a essência dos comentários, pode-se dizer que é voz comum que essa acção não passou de um «show off», na medida em que não se traduz em benefício real para os trabalhadores, havendo apenas uma insignificante alteração no salário nominal. Porém, discordo significativamente dessas opiniões. O aumento de 12% nos salários da Função Pública, longe de constituir um mero «show off», trata-se de uma medida válida do ponto de vista da eficácia da gestão financeira-fiscal do Estado. Ou seja, se por um lado esse aumento é absolutamente insignificante para alavancar a capacidade de compra dos beneficiários, não terá também qualquer efeito na procura, o que salvaguarda, à partida, a estabilidade monetária, no que se refere a tendências inflacionárias. Por outro lado, visto que o conceito «ceteris paribus» é meramente teórico-académico, na vida real, verificamos

que outras variáveis são efectivamente afectadas. Ou seja: de acordo com o estabelecido na lei 10/99 sobre o IRT, estão isentos deste imposto todos os salários até Kz 8 500.00 - o que quer dizer que a partir de Kz 8 501.00 o salário passa a constituir matéria colectável. Neste contexto, com o aumento de 12%, apesar do poder de compra não ser em quase nada afectado, do ponto de vista fiscal muito boa gente passará a pagar mais impostos, pois transitará para um grupo de colecta mais elevado, e o que é pior, muitos indivíduos que tinham isenção, perdem-na, sem que, entretanto, tenham tido um aumento significativo nos seus rendimento reais. A medida de compensar eventuais deficits orçamentais com recurso ao aumento da contribuição dos cidadãos é um mecanismo universalmente usado pela maioria dos países do mundo. Contudo, exige eficiência económica (aqui estamos a falar de várias componentes dos benefícios económicos, destacando-se o bem-estar), de formas que as medidas sejam adoptadas tendo em conta o contexto. Em minha opinião, não é muito racional que numa altura em que o país beneficia de receitas extraordinárias (no curto-médio prazo), devido à alta do petróleo e existindo o problema de pessoal excedentário na Função Pública como factor de deficit orçamental, se procure reduzir esse deficit por métodos fiscais, onerando mais quem já pouco ganha. Um dos grandes problemas dos países (africanos) pobres é normalmente a redistribuição pouco racional da riqueza. E visto que é quase impossível falar-se de gestão macroeconómica, sem se falar de política, voltamos ao velho, mas sempre actual, problema: Quem fiscaliza a eficiência governativa do país? Ou quem é que tem o poder de evitar que sejamos as eternas cobaias das «experiências governativas? A resposta é muito simples: os próprios cidadãos. Como? Através do voto. É absolutamente insólito que uma medida governativa com um impacto social desta natureza seja um facto, sem que o governo tenha explicado nos mínimos detalhes o que pretende com ela. Isso demonstra que, não obstante o pregão da diferença e de novos rumos, a filosofia continua ser a mesma: a do «Governo Centrista».

(*) Economista, Especialista em Marketing

070512-15
Para reforç o da pesca
Presidente entrega barcos
José Kaliengue

O Presidente da República entregou ontem, sexta feira, 4 de Maio, cinco barcos para a pesca semi-industrial a armadores de Benguela e dezasseis barcos para a pesca artesanal a armadores de Cabinda. O acto teve lugar no porto pesqueiro de Luanda, mas a primeira data esteve marcada para o passado dia 26 de Abril. Até ao momento não foi adiantada qualquer explicação oficial para o adiamento. Diversas fontes afectas ao processo coincidiram em declarações, ao Semanário Angolense, num aspectos que poderá, eventualmente, estar entre as razões do adiamento. Segundo as nossas fontes, os dezasseis barcos para a pesca artesanal, são o que se pode salvar de um total de vinte chegados ao porto comercial de Luanda em Março. Os barcos tiveram que sofrer operações de retoque, com passagem de equipamentos de uns para outros, depois de terem sido esventrados no porto. No final do processo de recuperação, quatro deles ficaram sem aproveitamento. «Nem os cascos se puderam aproveitar» avançou uma fonte. Para as nossas fontes, estes actos de vandalismo não são «inocentes»: «Há pessoas que sempre dominaram o mundo das pescas em Angola e que não vêm com bons olhos os novos rumos que o sector está a seguir. Houve mão de gente que quer continuar a dominar as pescas. Não se tratou de meros roubos, como os que acontecem habitualmente no porto, tratou-se de sabotagem». O Semanário Angolesnse soube, no entanto, que as embarcações tinham seguro. Segundo uma fonte do Ministério das Pescas os armadores contemplados por este projecto de fomento recebem os navios por indicação das associações de armadores das respectivas províncias, sendo que uma das condições é a posse de infra-estruturas em terra que assegurem a conservação, preservação e o escoamento do pescado. O reembolso do valor de cada navio será feito em períodos que poderão chegar aos 15 anos. Este primeiro grupo de embarcações será reforçado com mais onze para a pesca semi-industrial, sendo que seis virão para Luanda e cinco para o Namibe. Todos os navios são novos e vêm dos estaleiros navais de Peniche, Portugal, onde quarenta angolanos estiveram durante quarenta e cinco dias em formação para familiarização e tripulação dos navios. Para a pesca semi-industrial, os navios, de 25 metros de cumprimento, comportam equipas de 15 pessoas, têm câmaras frigoríficas e capacidade para 25 toneladas de pescado. Cada navio está equipado com rádio Vhs1, Vhs2; Ssb (para longo alcance), Gps, radar, eco-sonda, sonar e piloto automático. Custando o valor de € 1.734.142.

00. Nos contactos efectuados por este jornal com o Ministério das Pescas e com o Fadepa não foi possível apurar o valor total do investimento. Em ambos os casos foi-nos dito, apenas, que este representa o maior investimento jamais feito por Angola num sector que rompeu os acordos com a União Europeia em que o nosso país estava em posição demasiado desvantajosa. «Eles tinham liberdade para fazer o que quisessem no nosso mar. Não éramos donos dos nossos recursos», avançou uma fonte ligada ao ministério das pescas.

070512-15
Está-se à espera de quê, para desalojá-lo?
Prédio da «Angola Telecom» vai cair!
Depois de ter estado na origem das fissuras que agora apresenta, ao fixar no seu terraço pesados equipamentos de comunicação,

Os moradores do chamado «Prédio da Angola Telecom», à rua Ho-Chi-Min, próximo do Largo das Heroínas, em Luanda, correm sérios riscos de vida, devido às perigosas fissuras que o edifício apresenta, depois daquela empresa pública de telecomunicações ter levado a cabo a montagem de equipamentos pesados no seu terraço. Segundo soube o Semanário Angolense, o prédio começou a apresentar fissuras há cerca de dez anos, pouco depois da Angola Telecom ter procedido à montagem de uma antena monumental e outros equipamentos electrónicos. «Eles chegaram a pôr no terraço quatro carradas de areia, o que, juntando aos equipamentos de comunicação, representou um grande peso para a estrutura do prédio, tendo começado a ceder desde então», confidenciou-nos um morador do edifício. Disse ainda que a comissão de moradores tudo fez para que a Angola Telecom retirasse os pesados equipamentos do terraço, o que só viria a acontecer em princípios do ano passado, porém, numa altura em que o processo de degradação já se encontrava numa fase praticamente irreversível. De resto, desde então a situação é cada vez pior, pelo que os moradores se encontram preocupados devido aos sinais que apontam para o desabamento do prédio a qualquer instante. O principal sinal de perigo virá das fissuras nas juntas de dilatação entre os três blocos que compõem o edifício, que já atingiram mais de vinte e cinco centímetros de afastamento. Outro sinal de perigo tem a ver com o abaixamento que o prédio tem estado a registar devido à infiltração de águas nas suas bases de sustentação. Há

cerca de dois anos, o ministério da Defesa, proprietário do edifício, e a Angola Telecom travaram uma batalha judicial para que esta se responsabilizasse pelos estragos que alegadamente causou ao imóvel, mas o desfecho foi favorável à empresa de telecomunicações, por o juiz que julgou a causa não ter dado como provadas as acusações que pesavam sobre ela. Contudo, jogando à cautela, em 2006, a Angola Telecom retirou-se do edifício, onde ocupava quase todo o andar térreo, deixando a «sarna» para os seus moradores, na sua maioria quadros do ministério da Defesa, sendo os restantes cidadãos que lá habitam em regime de subaluguer. O edifício, de dez andares com oito apartamentos em cada, alberga oitenta famílias, a maioria desde 1992, altura em que o ministério da Defesa «contemplou» com residências alguns quadros seus, em especial da Força Aérea. Muitos destes, também jogando à cautela, em face dos riscos de desabamento que o prédio corre, decidiram subalugar os seus apartamentos. Segundo fontes do ministério da Defesa, é intenção da instituição desalojar o edifício, tendo, inclusive, procedido já, há dois anos, a um levantamento, com base num formulário distribuído aos moradores para o registo do número de integrantes de cada família, entre outros dados. Mas, de acordo com alguns moradores, desde então nunca mais se ouviu falar do assunto. Corre agora à boca pequena que está por se fazer um estudo técnico, sob responsabilidade de especialistas angolanos em construção civil, para determinar se ainda é possível a reparação do edifício e, se assim acontecer, se é preciso desalojar todos os moradores ou apenas parte deles.

070512-15

Governador Paulo Kassoma ao Semanário Angolense
«Daqui a dois anos voltaremos a ter o Huambo industrializado»

José Kaliengue

O Governador Provincial do Huambo, Paulo Kassoma, em conversa com o Semanário Angolense, prometeu o renascimento do parque industrial do Huambo para daqui a dois anos. Para conseguir este desiderato, o seu governo está a apostar forte na recuperação da barragem do Ngove, peça fundamental desse projecto. A formação técnica dos jovens, bem como a sua integração num

centro de formação profissional são outras peças importantes nos planos de recuperação daquele que já foi considerado o segundo maior parque industrial do país. Nesta entrevista ao Semanário Angolense, na sequência da radiografia que efectuamos à província no mês passado, Paulo Kassoma, muito à vontade, fala do que se está a fazer para se tocar o Huambo p'ra frente, com as obras de construção civil a surgirem em primeiro plano. Eis o rescaldo da conversa. Semanário Angolense – Ao andarmos pelas ruas do Huambo não foi difícil reparar que na avenida da Independência, antiga 5 de Outubro, a parte mais consistente é a da calçada de granito, que é também uma das marcas da cidade. Vai-se continuar a utilizar granito na pavimentação das ruas do Huambo? Paulo Kassoma – O que nós pretendemos é preservar tudo o que consideramos positivo na estrutura da nossa cidade. A avenida da Independência é um dos troços de um conjunto que se inicia junto ao palácio da Caala, o ponto zero, e termina à entrada da Chianga. O troço Huambo-Caala deverá ser entregue até Maio deste ano. A obra vem até à passagem de nível de S. Pedro e a empresa que a executa prosseguirá com a avenida da Independência. De qualquer maneira, neste mês de Abril iniciar-se-á uma primeira intervenção para facilitar a circulação. O ministro das Obras Públicas esteve cá, há dias, e orientou a empresa no sentido de fazer uma passagem de arranjos para retirar o aspecto que tem neste momento. Ainda temos alguns velhos artesãos que gostam de passar o dia nos arranjos destas calçadas, por isso é que nos sítios onde existe calçada desde o tempo colonial o piso está bem conservado. SA – A exploração do granito para a reparação da estrada que liga o Huambo ao Kuito faz-se nos terrenos da missão do Dôndi. Mas há uma particularidade que pode ser motivo para algum incómodo: a pedreira está a menos de 500 metros do hospital. Não temos aqui um risco de impacto negativo, ou seja, a poluição sonora, as poeiras e a passagem constante de camiões a poucos metros do hospital? PK – Não. Não haverá uma relação directa entre a exploração da pedra e o funcionamento do hospital. O hospital está a ser reabilitado com base num acordo tripartido, entre a administração municipal, a direcção da missão e o empreiteiro, que permite à este último a exploração do granito enquanto estiver nos trabalhos no troço que vai até ao Chinguar. Será esse o período de exploração da mina. SA – Não há a possibilidade de se continuar a explorar granito para obras, numa outra fase, em estradas secundárias e terciárias? PK – Não. Quando terminar o troço que vai

até um pouco para além do Chinguar, o empreiteiro entrega o hospital. O hospital será, portanto, entregue daqui a pouco mais de um ano, já reabilitado e pronto a funcionar. Neste momento, o empreiteiro está a utilizar o hospital como instalações enquadradas no estaleiro. O objectivo é a reabilitação para a saúde. Na altura em que ele se retirar, fará a entrega do hospital. SA – Mas, há outras estradas por reabilitar … PK – Além do Dôndi, temos muitos outros pontos com granito. Há pontos que marcamos como não utilizáveis para a exploração de inertes, brita, etc., porque fazem parte das características ambientais, paisagísticas e turísticas da província, mas há outros que estão identificados como áreas para exploração, temos um mapa elaborado. SA – Então, não falta muito para vermos o Huambo como exportador de granito… PK – A ideia não é essa. A ideia é utilizarmos o nosso granito para fins de reconstrução das nossas infra-estruturas, quer rodoviária como ferroviárias e, eventualmente, no desenvolvimento porque as estradas secundárias e terciárias são, quase na sua totalidade terraplanadas, embora algumas sejam «ressiladas com betuminoso. O volume de utilização do granito será ainda muito grande, se pensarmos nas ruas das cidades e vilas, nas estradas intermunicipais. Não há, para já, qualquer intenção de exportação. Eu recordo-me de um episódio, numa visita do Eng.º António Henriques, na altura ministro das Obras Públicas, em que se dizia surpreendido com o potencial de exploração de brita aqui nesta região, quando para Luanda se tinha de importar. Mas não é só aqui, o país tem muito granito. SA – A Huíla já exporta… PK – Sim, a Huila está a exportar o granito negro, o azul e o granito rosa. Nós temos mais do cinzento, que é mais adequado para as infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias e também para outras aplicações na construção civil, como em soalhos, etc.. SA – Nota-se no Huambo que a população é esmagadoramente jovem e com forte apego à escola, o que cria um potencial intelectual e até técnico elevado. Temos aqui um problema: os jovens estudam até ao ensino médio, mas depois não têm universidades, nem institutos superiores que os absorvam, além da falta de formação profissional, que, contudo, quando a têm, não existem empresas. PK – Realmente, estamos diante de uma equação complicada. Neste momento, temos cerca de 700 mil estudantes nos vários níveis. Há um nível de ensino deficitário que é o do ensino técnico profissional. Nesse momento a nossa actuação tem como direcção a consolidação do ensino superior, a par da introdução,

cada vez mais, de instituições de ensino técnico-profissional. O Huambo teve escolas industriais e comerciais, onde se formavam quadros intermédios. Esses quadros foram aqueles que se constituíram no pilar do funcionamento das estruturas empresariais e dos serviços, por esta razão é que o governo da província, com o apoio do ministério da Educação, está apostado na multiplicação do ensino técnico profissional, não só nas escolas técnicas, mas também em institutos, e alterar um pouco os quesitos das escolas de ensino superior com a introdução da escola de ciência e tecnologia para formar bacharéis, com uma grande carga de formação profissional. Tudo isso é essencial para as condições que viabilizarão o parque industrial do Huambo. SA – Este é o factor humano. Que mais falta para viabilizar a industria? PK – Uma das componentes fundamentais para a viabilização do parque industrial é a energia. A energia térmica inviabiliza os investimentos, principalmente nas média e grande indústrias. Por essa razão é que estamos a trabalhar com o ministério da Energia e Água para acelerarmos a adjudicação das obras da barragem do N'Gove, que a transformarão numa barragem hidroeléctrica, o que deverá ocorrer, provavelmente ainda este mês (Abril), para, até Junho, a empresa escolhida montar o seu estaleiro, de forma a dar início às obras no segundo semestre deste ano e daqui a 18 meses podermos dar início aos ensaios das turbinas. Isso desde que, enquanto se inicia a obra da barragem, se inicie também os estudos, seguidos da construção da linha de transporte de energia. SA – Voltamos à questão da formação. Industrializar sem dar formação aos jovens? PK – Estamos a dizer que daqui a dois anos o Huambo poderá ver o renascimento do parque industrial com energia barata, com o retorno das empresas e a criação de outra industria. Isso quer dizer que, com a industrialização, os jovens que pretendemos formar nas escolas técnico-profissionais terão maiores possibilidades de emprego. Neste momento, estamos a estudar um procedimento que levará à criação, na zona do S. Pedro, de uma área destinada a ser uma incubadora de empresas. Este projecto está a ser elaborado entre o Estado, com a sua agência de enquadramento, e o sector privado, para construirmos aí uma área onde os jovens poderão dar os primeiros passos para a montagem de empresas e oficinas de prestação de serviço técnico: serralharia, recauchutagem, etc. e absorver todos os que saem das escolas de formação profissional. O problema do emprego põe-se, de facto neste momento,

enquanto não temos uma agricultura desenvolvida e uma indústria que corresponda aos esforços que se vão fazendo, já, na área da produção agrícola. O que pretendemos com a nossa agricultura é transformá-la industrialmente em produtos alimentares com melhores condições de preservação para a população. SA - E a Universidade do Planalto, como está este assunto? PK - O Huambo gosta de ser visto como um território de intelectuais. Há aqui gente a estudar à luz de candeeiros de rua, temos gente com muita apetência pela escola e para responder ao assalto de jovens de outras áreas, os governos do Huambo e do Bié decidiram argumentar pela necessidade de se criar aqui uma universidade estatal, autónoma da Agostinho Neto e que forme pessoas para responder principalmente às necessidades específicas da região. A nossa argumentação foi bem recebida e sabe-se de outras regiões que pretendem seguir os mesmos passos. Ao termos mão-de-obra mais qualificada, teremos melhores condições para o investimento estrangeiro. Por exemplo, na questão do estudo dos solos, dos fertilizantes orgânicos, devemos criar competências de investigação e pesquisa com angolanos. A universidade do planalto contribuirá para o desenvolvimento da região e do país. Julgamos que o Conselho de Ministros se pronunciará sobre este assunto ainda este ano. SA - A zona nobre do comércio no Huambo, à baixa da cidade, chama a atenção por uma outra particularidade: os lojistas são quase todos cidadãos do norte de África, árabes e/ou muçulmanos. Os angolanos não conseguem fazer comércio? PK - Este é um assunto delicado. O empresariado angolano acorreu às possibilidades abertas com o programa de redimensionamento da economia, adquiriu infra-estruturas, mas não teve capacidade para as manter funcionais e desenvolvê-las. O aluguer ou sub-aluguer dos espaços foi algo que fugiu ao nosso controlo. Neste aspecto, a fiscalização não respondeu com eficácia, regulamentando, etc., etc.. Mas, neste momento, os bancos já dão apoio e os angolanos já querem gerir o seu património. Além disso, o ministério do Comércio definiu novas regras para o retalho, que está destinado a ser operado em 100% pelos angolanos. SA - Para fechar, gostávamos de saber se o Huambo ficou triste, quando soube que não iria receber jogos do Can. PK - Naturalmente. O Huambo tem contribuído para o futebol nacional. Falemos dos Curicutelas, do Mambrôa, do Desportivo da Caála, no passado e agora também temos marcado presença digna no Girabola. Respeitamos a decisão e iremos esperar por outros eventos. Vem aí o

Afrobasquet e o africano de andebol, iremos recebê-los. Estamos satisfeitos. Estes eventos trarão investimentos e estimularão o investimento da zona periférica do pavilhão. No lugar onde se está a erguer o pavilhão havia um jango, mas a decisão de se construir lá foi boa, irá permitir que se melhore tudo à volta: a biblioteca central, o edifício da reitoria da universidade e o largo Deolinda Rodrigues. Tiveram que se abater algumas árvores, mas eram árvores crivadas de balas e algumas já velhas. Estamos a reflorestar algumas áreas da província e aquela área não está de fora. Temos um arquitecto a trabalhar num plano paisagístico da área.

070512-15
«Nosso Super» no Huambo a partir de hoje
Presild inclui mercados rurais

SA - Por outro lado, estando numa província em que as famílias são quase auto-suficientes em produtos vegetais, em que cada um tem uma horta, uma «chitaka», ou uma fazenda, dificilmente as pessoas recorrerão ao Presild para comprar batata-doce, ou couve. Teremos o sistema do Presild a adquirir produtos no Huambo para ir vender fora da província?
PK - Exactamente. Há três componentes na intervenção do Presild: a primeira é a substituição de alguns dos mercados informais não organizados que também comercializam os produtos agrícolas dos camponeses. O Presild terá condições para melhor conservar e embalar estes produtos paras as pessoas que vivem nas cidades e que não têm a tal horta onde ir buscá-los. A segunda componente é a da industrialização. Ao transformarmos os nossos produtos, permitiremos que, por exemplo, se compre no Presild uma embalagem de leite, de yogurte ou manteiga feitos a partir da nossa soja. A terceira componente é a de se levar bens de produção local para outras regiões do país, que não têm os nossos produtos. O inverso também será verdade. O Nosso Super comercializará, por exemplo, a fuba de bombo, que virá de Malange, a banana de Benguela, a banana-pão do Uige, enfim. E também da Namíbia e África do Sul, até porque pretendemos um mercado livre na nossa região.
SA - Mas o Presild não resolve todos os problemas. Se algumas pessoas ficarão satisfeitas, como alguns consumidores, outras haverá que não terão razão para tanto, por exemplo aquelas que vivem da venda nas cidades de produtos dos campos. Estas pessoas poderão

perder a sua fonte de rendimento, quando já estamos num país com números elevados de desemprego.
PK – O projecto do Presild inclui também a construção de mercados rurais, porque nem toda a gente tem a possibilidade de vir à cidade, ao supermercado. Estas pessoas recorrerão ao mercado rural, que também terão condições para a comercialização dos chamados produtos do dia-a-dia. Os mercados rurais e os municipais continuarão a funcionar e a vender ao seu público. Olhando para Luanda, vemos grandes supermercados e hipermercados, mas os mercados informais estão sempre cheios, já que aqui há sempre coisas que as grandes superfícies não têm: o angolano gosta, por exemplo, de comprar galinha viva. Além do mais, o mercado informal proporciona melhor convívio, o ambiente do mercado rural também é um ambiente saudável. Muita gente vai ao mercado comprar o quiabo, mas também para encontrar amigos. Quantas pessoas não põem as compras no carro, mas perdem um pouco mais de tempo para tomar uma cerveja ou um refresco com um amigo encontrado num mercado popular?

«Sou adepto da concorrência»

SA – Sr. Governador, o Huambo está refém de dois problemas e não se irá desenvolver enquanto não os resolver. De um deles já falamos um pouco, é o problema da energia eléctrica e o outro é o problema do Caminhos de Ferros de Benguela (Cfb). Voltemos à electricidade, considera a opção por fontes de energia mais baratas, mais limpas, mais duradoiras como a energia eólica, tendo o Huambo grandes montes e muito vento, ou até a foto-eléctrica, tendo a província muita luz do sol também.Já pensou em aproveitar estes recursos naturais que o Huambo tem em abundância?
PK – Creio que o Huambo é uma das primeiras províncias a enveredar por este caminho, o caminho da utilização da energia eólica e fotovoltaica. Nós queremos associar todos estes sistemas de energia, com excepção da energia térmica. A tendência do Huambo será a de abandonar a energia térmica. Somos um território com uma das maiores bacias hidrográficas, então temos que rentabilizar essa riqueza hídrica, com a construção de barragens para a produção de energia e para os sistemas de irrigação, construindo mini hídricas. O Huambo pensa explorar as três estações de produção agrícola, durante o ano. Como temos três estações, devemos aproveitar o nosso potencial para multiplicar as nossas capacidades

de produção. Já nos viramos para a instalação e aproveitamento das mini hídricas. Neste aspecto, o objectivo principal é aproveitar a energia para a mecanização dos sistemas agrícolas. Nós iniciamos, há já alguns anos, a instalação de sistemas de energia fotovoltaica e algumas das nossas instituições e escolas têm já este sistema montado. O programa de desenvolvimento 2007 / 2008 tem um grande enfoque nos sistemas de energia rural. Em todas as comunas, para os serviços sociais (escolas, serviços de saúde, edifícios das autoridades) instalaremos sistemas de energia fotovoltaica. Quanto à energia eólica, temos já um ensaio no Bailundo. No Huambo, o futuro passa pela utilização de energia limpa e pela eliminação da energia termoeléctrica. A energia térmica é um brilho fugaz, até porque a experiência mostra como é difícil fazer a manutenção dos grupos geradores, a substituição de peças e quão caro fica em consumo de combustível, além de poluir.
SA – Com este espírito ambientalista, com o crescendo da produção agrícola e portanto, com os seus excedentes e derivados, pensando também na limpeza das matas, podemos adivinhar, a prazo, uma aposta no biodiesel, ou produção de metanol?
PK – Estamos abertos. Já temos estado em contacto com dois pesquisadores da Embrapa, uma empresa que muito contribuiu para o desenvolvimento da agricultura brasileira, que virão elaborar um manual para a produção da soja. A Embrapa está muito interessada na produção local do biodisel. A soja, felizmente, dá em toda a província. Estamos abertos.
SA – E o Cfb?
PK – Será, sem dúvidas, um dos nossos principais parceiros no processo de desenvolvimento. Porque nos proporcionará transporte mais barato para as mercadorias e abrirá facilidades de crescimento para as localidades e para a indústria. O comboio sempre foi importante para o pólo de desenvolvimento que tivemos nesta província. As oficinas do Cfb e todo o seu sistema foram e serão um importante factor de emprego. O Cfb faz parte do nosso coração. Esperemos que até ao fim do ano o comboio esteja a ligar o Huambo ao Lobito.
SA – Diz que o Cfb facilitará o crescimento da indústria. O que o Huambo pretende é a revitalização da antiga indústria ou apontar para novos rumos, com tecnologia de ponta e produção de electrónica, por exemplo?
PK – Primeiro, teremos de aproveitar os antigos técnicos para formarem novos. Só assim estaremos aptos

para a industrialização. Depois, teremos de criar boas condições para que as pequenas e médias empresas se consolidem. É preciso dar-lhes capacidade de gestão para ganharem dimensão e consolidar competências. Nós, angolanos, somos empresários há muito pouco tempo, temos muito a aprender. Neste aspecto, o papel do Inapem é essencial, para que as pessoas não utilizem os créditos de forma errada, por exemplo. Temos gente que com crédito na mão prioriza a compra de um carro, para parecer mais empresário, em detrimento da consolidação da empresa. Em relação a isso, há que dizer que os camponeses têm dado bons exemplos de como aplicar os créditos obtidos e provam que a boa gestão é essencial. Temos camponeses que começaram com o micro crédito e hoje multiplicaram as suas finanças e já compram tractores.
SA – Quando é que se verá o Huambo a arrancar efectivamente?
PK – Estamos há dois anos do apito de partida. É só termos electricidade, comboio e algumas estradas reparadas.
SA – Portanto, a Huíla e Benguela que se cuidem …
PK – (Risos) Não aproveitaram o tempo em que estivemos parados.
SA – Não o incomoda um clima competitivo com as outras províncias?
PK – Sou adepto do desenvolvimento harmonioso do país, mas sou, também, adepto da competitividade. No nosso país, os programas têm como base de orientação geral o programa de desenvolvimento da República de Angola. Mas, por exemplo, se houver intervenção de bons investidores na nossa agricultura é claro que a província dará todo o apoio para capacitarmos maiores investimentos no campo e na indústria. Nós estamos a criar condições para que os nossos visitantes e os potenciais investidores se sintam bem no Huambo. Dar-lhes conforto é prioritário e isso fará o Huambo crescer rapidamente. Já temos muita gente interessada em investir aqui.

070512-15
Empresa contraiu dívidas em bancos auditados por ela
Kpmg troca favores com clientes?

Implantada no mercado angolano da consultoria e auditoria, a empresa internacional Kpmg deixou-se, claramente, contagiar pelo espírito dos garimpeiros que atravessam as nossas fronteiras com o resoluto propósito de malbaratar recursos que consideram mal-

empregados para os donos desta terra. Na edição anterior a esta (ver titulo «Kpmg almeja o céu e a terra»), o Semanário Angolense já havia dado conta que, do ramo da auditoria, a Kpmg estaria a estender os seus tentáculos para tudo quanto é negócio. Naquela matéria falava-se, entretanto, apenas da apetência dessa empresa para abocanhar dois concursos destinados a seleccionar uma entidade para elaborar um projecto de reestruturação do sector eléctrico angolano e outro para o cadastramento e enquadramento dos edifícios públicos. Como se sabe, a Kpmg já tem, no nosso mercado, contratos para auditar as contas de dez bancos (ver fac-simile), produziu o Diagnóstico do Sector Petrolífero e auditou as contas do Bna, além de que tem uma participação no Consórcio Técnico Eleitoral (Cte). O que aqui é enumerado corresponde apenas aos contratos mais visíveis, não se falando dos mais pequenos, os quais, na sua voracidade pelos resultados dos negócios, os executivos da empresa também não rejeitam. O certo é que ao publicar aquela matéria, o Semanário Angolense destapou o que, afinal, parece ser um muito alastrado mal-estar de vários sectores da nossa sociedade face à atitude dos executivos da Kpmg em relação ao dinheiro. Uma fonte contactada por este jornal forneceu as provas de que a empresa de consultoria está envolvida em acções que ferem a sua imparcialidade, do que resultam enormes dúvidas sobre o conteúdo dos pareceres que apõe sobre as contas das entidades que audita. Tal fonte forneceu ao Semanário Angolense elementos de prova que atestam que a Kpmg contraiu dois empréstimos de 200 mil dólares cada, em dois bancos comerciais aos quais presta serviços de auditoria externa. O Semanário Angolense tem, inclusivamente, os dois extractos das contas correntes caucionadas através das quais a empresa contraiu as referidas dívidas. As fontes do SA não souberam, contudo, explicar sobre as garantias que a Kpmg apresentou às duas instituições bancárias para a contratação dos aludidos créditos. De acordo com a fonte, por princípios éticos, os auditores não devem envolver-se em negócios com os seus clientes, por formas a salvaguardarem a integridade das verificações contábeis para as quais são contratadas. «Embora seja uma entidade empresarial, com os mesmos direitos de todas as outras, a condição de empresa de consultoria deveria coibir os executivos da Kpmg de se envolverem em negócios com os seus clientes, para que não fique a impressão da ocorrência de troca de favores», segundo disse ao SA uma fonte do interior da própria Kpmg. A necessidade de financiamentos obtidos nessas condições

decorre do desvio da empresa do seu objecto social, determinado pela casa mãe, que, na própria página da Kpmg disponível na Internet é: Audit, Tax, e Advisory. Além do mais, o facto de, na sua qualidade de auditora, possuir informação privilegiada, deveria impedir com fossem estabelecidos quaisquer negócios entre auditores e clientes que transcendessem o objecto de trabalho dos primeiros. Poderia dar-se o caso dos auditores e consultores decidirem usar de forma perversa informações obtidas no decurso da execução dos contratos. Fontes deste jornal consideram estar-se muito próximo de provar que o moralismo com que a empresa presenteia a nossa sociedade nos seus relatórios e que lhe confere credibilidade junto das instituições internacionais não passa de mera aparência. De acordo com as fontes do SA é, por exemplo, indecente que a Kpmg Angola esteja a concorrer para o cadastramento e enquadramento dos edifícios públicos, quando ela própria foi consultora do Ministério do Urbanismo e Ambiente para esse mesmo concurso.

070512-15

xxxxxxx

070428-0505
Isto está um Congo

O drama de Luanda, que bem pode e deve ser atribuído em ainda maior escala às outras cidades, aldeias de vilas de Angola, tem também origens nos conceitos de governação formados em decorrência de factores culturais que não podem ser atribuídos ao Estado ou à Nação Angolana no seu todo. Em parte, é necessário ter em conta a origem humilde da imensa maioria daqueles que ao longo dos anos têm assumido cargos governamentais no nosso país. De tal forma que as instituições passaram a reger-se por uma mentalidade rural (este jornal já escreveu sobre isso em outra ocasião). A vida nas velhas sanzalas angolanas, foi, muitas vezes, a maior referência que o poder teve na hora de tomar decisões. No sistema de valores do soba, o líder de uma sanzala angolana, a provisão de saneamento, estradas, transportes públicos, luz eléctrica e água canalizada nunca era mais importante

do que a manutenção, vá lá, do seu harém. Os jovens que, saídos das aldeias rurais angolanas ou dos subúrbios proletários das cidades (onde também imperavam muitos costumes rurais), foram enfrentar o colonialismo de armas na mão, sublimaram as aspirações do povo angolano pelo resgate da sua cidadania. Muitos deles fizeram-no com valentia. Mas o destino não poderia ter sido mais cruel para o povo deste país, ao estabelecer para os seus libertadores, um aprendizado dos processos governativos do pós-independência localizado no ex-Zaíre de Mobutu Sese Seko. Infelizmente, todos, estejam hoje alinhados à esquerda ou à direita, tiveram pelo menos uma passagem por lá durante a fase em que estavam a forjar as suas personalidades. Déspota, manipulador de massas, trapaceiro e corrupto até à exaustão, Mobutu fez escola entre muitos daqueles que mais tarde vieram ocupar os gabinetes governamentais em Luanda, mas também a liderança da oposição, primeiro no estrangeiro e depois e depois no interior do país. Enquanto se ia apropriando dos fundos públicos para constituir a sua descomunal fortuna pessoal, o falecido ditador era obrigado a acobertar aqueles que o acompanhavam nessa saga criminosa, para não ser ele próprio desmascarado. A sua autoridade para com esses, ficava confinada a uma frase célebre para a mentalidade que Mobutu forjara naquele país: «roubem, mas se vos apanhar!!!». Nos meios criminais que povoam o universo institucional do nosso país também está convencionado que «pode-se roubar, mas ser apanhado é que não». No decurso da robalheira, no Zaíre, os cidadãos daquele país tornaram-se mais pobres do que antes da sua ascensão à independência, em razão do desprezo que a endinheirada e corrupta classe política daquele país nutria sobre o povo. «Desenrasquem-se», outra tirada tornada célebre e ordenada pelo ditador ao seu povo, na ausência de políticas consagradas ao bem-estar comum dos filhos Zaíre, quando faltaram alimentos, médicos e medicamentos, estradas e escolas. Dir-se-ia que dada a abundante semelhança entre os dois casos, o caos que «governava» os zairenses, uma cidadania que entre os homens e as nações perdeu toda a respeitabilidade, está a tomar conta de Angola. Pela pobreza profunda que aflige hoje um número proporcionalmente maior de angolanos (se comparado com a data da Independência Nacional), as carências, o atraso, o fosso entre ricos e pobres, as formas de apropriação de fundos estatais e o desinteresse da classe governante pelo povo, pode dizer-se que isto está um Congo!!!.

070428-0505
Chuvas para que te quero…

Há males que vêm por bem

Fica difícil descortinar o quê que o Governo está a fazer para sacudir o país depois deste ter ficado literalmente submergido pelas chuvas dos últimos três meses. Em Luanda, onde as estatísticas dizem residir 65 por cento da população total de Angola, não há actos visíveis para além das promessas e da aparição algo espalhafatosa do governador provincial. Job Capapinha subiu para a carroçaria de um poderoso Unimog para cruzar a cidade pantanosa em que Luanda se transformou, instalou-se no Cazenga, conduziu «sukulas» e no meio disso exarou decretos que criavam comissões daquelas que nunca apresentam ao povo as conclusões do seu trabalho. Mas, com isso, não conseguiu nada, além de levantar alguma da já incontida animosidade dos cidadãos luandenses ou de arrancar irónicas gargalhadas dos habitantes desta cidade, em grande parte descrentes da seriedade e, talvez, até, da viabilidade das autoridades que os governam. Diligente nas questões da preservação do seu posto, ou, neste caso específico, nem tanto assim, Job Capapinha apenas apareceu depois do Presidente da República ter empreendido um penoso percurso pelos bairros e ruas de Luanda, desta vez, sem dar tempo para que os bobos da corte tapassem os buracos das estradas e sobre eles estendessem tapetes. Suspeita-se que tenha emergido dessa penosa mas ilustrativa visita, um Presidente furioso e desiludido face a muitos dos colaboradores. Como o Presidente da República, um cada vez mais «ousado» e elevado número de cidadãos deixou de acreditar na capacidade que o poder instituído tem para viabilizar o país. Esta semana, ao comentar num foro da Internet o reconhecimento que Botelho de Vasconcelos, ministro da Energia e Águas, fez quanto aos défices do fornecimento de energia eléctrica a Luanda, seguindo a linha de pensamento de muitos outros internautas, um deles escreveu o inevitável. «Reconheceu, e, pelos vistos, só agora, o que toda a gente sabe, ou melhor, sofre. O melhor seria remeter-se ao silêncio». Pelo que aí é dito, tem-se que, noutras circunstâncias, o autor dessas linhas teria mandado o ministro calar-se. Para comentar um novo plano para circulação rodoviária em

Luanda, um outro, também alinhado aos que com ele opinavam sobre o assunto, escreveu, referindo-se ao Governo: «gostaria de acreditar nas vossas palavras, mas, quando alguém está sempre a mentir, acaba desacreditado». Agora que provavelmente também podemos colocar o Presidente da República no saco dos desiludidos, constata-se que o facto de ele não se pronunciar publicamente sobre os seus desencantos, é o que, no fundamental, o diferencia do povo. Depois de ter percorrido Luanda para constatar o alcance das calamidades provocadas pelas chuvas, o Presidente da República não se pronunciou, quando se esperava que dissesse o que viu e apontasse quem deve ser responsabilizado, porque nem todos nós somos responsáveis pelo que está a acontecer por estes dias em Luanda. Impiedosas, este ano, as chuvas voltaram a semear o luto e a dor no seio da grande família angolana. Mas. Como ensina a sabedoria popular, «há males que vêm por bem». No caso das chuvas, elas possibilitaram uma tomada de consciência geral quanto à inacção do Governo em muitas questões da vida nacional.

070428-0505
Apenas 29 mil se registaram em Luanda
Desencantados, militantes do Mpla ignoram registo eleitoral

Diz o ditado que «santos de casa não fazem milagres», o que sendo aplicado à Unita, num passado ainda recente, quando a organização submetia a ferro e fogo os populares dos bastiões político-militares que ocupava, também serve de bitola para o Governo liderado pelo Mpla, naquilo que diz respeito ao seu eleitorado. Quis a providência que no decurso dos três meses pelos quais se abateram grandes enxurradas sobre Luanda, as áreas mais afectadas de Luanda fossem exactamente aquelas que são tidas como bastiões eleitorais do partido governamental, o Mpla. Municípios como Cazenga, para onde o governador provincial de Luanda foi a correr na semana que hoje termina, Sambizanga, Rangel e Kilamba Kiaxi, ficaram submergidos, perderam as infra-estruturas que as ligam a outros pontos da capital angolana e os parâmetros que se concebem para locais habitáveis, tal como foram assolados pela doença e pela morte. Relatos que ao longo do tempo chegam da região centro-sul de Angola, no passado bastiões da guerrilha da Unita, apontam frequentemente para um amplo

sentimento de desdém que essas populações passaram a nutrir em relação ao antigo movimento rebelde, sua actuação sanguinária no tempo da guerra. Aparentemente, semelhantes sentimentos passaram a dominar as populações da base eleitoral do Mpla em Luanda, bairros e municípios populosos e com elevado peso demográfico. Segundo informações obtidas pelo Semanário Angolense, o Comité Provincial do Mpla de Luanda acaba de fazer um levantamento que derivou na amarga constatação de que apenas 29 mil dos seus militantes desta cidade se tinham registado para as eleições legislativas e presidenciais que neste momento se encontram em preparação. Realce-se que em resultado de campanhas de crescimento realizadas depois de 2003, esse partido tem reclamado possuir mais de um milhão de militantes em todo o país, estando o seu maior número em Luanda. Nas últimas semanas de Março, responsáveis das células locais do Mpla esquadrinharam as respectivas áreas de residência, indagando sobre membros desse partido que já se tivessem registado para os desafios eleitorais que se avizinham, algo que pode dar um alto grau de fiabilidade quanto aos dados produzidos pelo tal levantamento. Curiosamente, o domínio das conclusões desse levantamento coincide com a admissão mais ou menos formal da extensão do prazo para o registo eleitoral, feita a caminho de duas semanas pelo ministro da Administração do Território. Estima-se, entretanto, que no caso de Luanda, não há relação directa entre a ausência dos militantes do Mpla dos postos de registo, com o alargamento dos prazos desse processo, devendo, antes pelo contrário, existir maior relação com o que pode vir a acontecer nas urnas quando os sufrágios tiverem lugar. Duas causas são apontadas pela direcção provincial do Mpla para é a surpreendente falta de militantes registados em Luanda: o desencanto com as políticas sociais do governo apoiado por esse partido, em que desponta a acentuação do fosso entre ricos e pobres, bem como a má qualidade dos militantes. A adesão ao partido decorre mais em torno de expectativas económicas, já que, em certa medida, a distribuição da riqueza e dos rendimentos é feita com base em pressupostos dessa maneira politizados, do que pela partilha de posições ou interesses políticos e ideológicos. Caso esses números se mantenham, o Mpla não atingirá em Luanda o êxito eleitoral do processo de 92, quando a capital angolana foi preponderante para a vitória desse partido.

070428-0505
Mais uma disputa ou o ocaso de um general?

Já ocorreram, em mais de uma ocasião, confrontos entre figuras ligadas ao poder. Por isso, se alguém tomou o «descongelamento» acelerado do general Kopelipa como resultado de um braço-de-ferro com Higino Carneiro, o que não parece ser o caso, a única explicação que se pode dar a esta interpretação é que ela resulta da repetição, no caso presente, de nuances idênticas às de outros conflitos, e por isso mesmo propensas a uma interpretação dessa natureza: a entrada de um nos terrenos do outro. Não é a primeira vez que assistimos a um «filme» destes. Nandó e Tjipilika, por exemplo, bateram-se publicamente pelo controlo da polícia judiciária. Antes disso, o primeiro-ministro teve choques com Fernando Miala, por causa do controlo das secretas.

Esses choques seriam apenas ensaios para os confrontos que o ex-ministro do Interior viria a ter mais tarde. Com efeito, Nandó ainda não tinha um mês como primeiro-ministro e já tinha «advertido» Aguinaldo Jaime de que não toleraria «violações ao seu território». Não o fez nos melhores termos e não parece que tenha capitalizado muito com isso. É conhecido também o mal-estar que havia entre ele e Toninho Van-Dúnem, que só terminou quando este foi exonerado. Houve, também, o caso do ex-ministro das Finanças, Júlio Bessa, que «desafiou» Aguinaldo Jaime, na altura governador do Bna, para um «sprint». Quando, depois, precisou das pernas e dos pulmões para correr a «maratona» em que se envolvera com Toninho Van-Dúnem, de quem foi adjunto no Conselho de Ministros, Júlio Bessa já não tinha fôlego.

As políticas que então escolhera para baixar a inflação tinham-no deixado mais enfraquecido ainda, de tal maneira que não foi difícil perceber que Aguinaldo Jaime é que tinha razão. É conhecida também a relação «amarela» que vai entre Aguinaldo Jaime e José Pedro de Morais, homem que ele sugeriu para substituir Júlio Bessa no Ministério das Finanças. E neste caso, o que começou por ser uma questão de comportamento, promete vir a ser uma questão de «controlo de território», pois um dia há-de se determinar quem é quem na economia angolana. É pouco provável que Alfred Hitchcok, o «mestre» do suspense, conseguisse produzir um enredo igual a este. Toninho Van-Dúnem saiu do Governo com contas por acertar com Carlos Feijó - aparentemente está tudo bem agora - bem como com quase toda a elite

do Mpla, a quem não passava cartão. Ao franquear os portões do palácio, ele arranjou uma rixa com o general Cirilo de Sá, «Ita», a quem acusou de passar dicas aos jornalistas. Juntam-se as batalhas com José Leitão, pessoa que o recebeu no Futungo de Belas, ainda «bebé». Temos, igualmente, memória da bulha em que se envolveram o ministro da Defesa, Kundi Pahiama, e o antigo Cemgfa, general João de Matos. Embalado pelo curso da guerra, e encorajado pela «corrida» que dera ao actual secretário-geral do Mpla, Dino Matross, João de Matos não se conteve na ostracização do ministro, apelidado então de «Odp». O «desempate» foi decidido pelo Presidente da República, que optou por «desactivar» João de Matos, da mesma maneira como fez com Lopo do Nascimento, Marcolino Moco e França Van-Dúnem.

Paihama viria a embrulhar-se mais tarde com o chefe dos Serviços de Informação Militar, general José Maria. Só que desta vez o PR «desempatou» a favor do último. Retirou a informação militar do Ministério da Defesa, colocando-a sob seu controlo. Não era seguramente isto que o ministro esperava. Nada terá sido mais surpreendente e absurdo do que a «guerra de três dias» entre o ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro, Ngongo, e o procurador-geral da República, Augusto da Costa Carneiro. Se nos outros casos notou-se, sobretudo, uma disposição para não se ceder terreno a ninguém, neste caso ficou subjacente alguma falta de comunicação entre as instituições e um deficit de solidariedade institucional por parte do chefe dos polícias. Ngongo fez um pé-de-vento à volta da soltura de presos, que, como se viu, não se justificava. Pelo meio ameaçou intentar um processo contra jornalistas da Católica. O «kizangu» com o Pgr acabou na mesa de José Eduardo dos Santos, com este a enviar para Augusto da Costa Carneiro um protesto do ministro do Interior. Quem conhece bem o que é que a casa gasta, não deve ter dificuldades em saber o destino que o PR deu à resposta do Pgr: enviou-a ao ministro! Houve ainda casos de três governantes, Carlos Sumbula e José Dias, ambos da Geologia e Minas, e Luís Filipe da Silva, da Energia e Águas, que saíram do Governo apenas porque acidentalmente se viram em terrenos alheios. Os dois primeiros «atrapalhavam» Fernando Miala, o terceiro viu o seu nome na mesa de negociações com os russos. Quem negociava com os russos? Kopelipa! Porém, nada, absolutamente nada, terá sido tão «sangrento» como foi o braço de ferro, a competição, a disputa, chame-se lá o que se quiser, entre os generais Miala e Kopelipa.

Valeu tudo. Bateram-se até à exaustão e Miala, já enfraquecido pelo desprezo do chefe e traído pela boca dos subordinados - a tal estória das medidas activas, acabou «ensanduichado». Em uma ocasião Miala e Kopelipa estiveram quase a travar-se de razões no quintal do Futungo de Belas. Desse abortado «tira-teimas» ficou uma relação irreconciliável que só acabou quando Kopelipa, a mando do PR, dirigiu a sindicância que viria a custar a carreira a Miala. Em substância, nenhuma batalha entre os membros da nomenclatura foi tão desgastante e brutal como foram os choques entre os membros do séquito presidencial, a sede do poder. Em regra, alguém acabou sempre fora do ringue, ou seja, fora da vedação do palácio. Foi assim «desterrado» para Lisboa. Foi assim que acabou também a crise entre José Leitão e Toninho Van-Dúnem. José Leitão foi primeiro «imobilizado» pelo PR, acabando, depois, despedido de forma ríspida, embora hoje o grupo empresarial que dirige, Gema - beneficie de oportunidades como pouquíssimos. Kopelipa não é exactamente um estreante nestas batalhas «de se comerem uns aos outros». Esteve envolvido numa guerra de baixa intensidade com o falecido ministro do Interior, Osvaldo Serra Van-Dúnem, nomeado chefe da Casa Militar após as eleições de 1992. O pretexto teria sido os aviões presidenciais, cujo apetrechamento, encomendado em Israel, ficara sob responsabilidade do falecido ministro. O que chegou aos ouvidos de José Eduardo dos Santos é que parte da pintura estava a estalar. Não se sabe que relevância o PR deu à intriga, pois Serra Van-Dúnem viria a ser nomeado mais tarde ministro do Interior, mas a verdade é que na hora quem ganhou foi Kopelipa, que acabou nomeado chefe da Casa Militar, enquanto Serra Van-Dúnem foi para o Brasil como embaixador. Já a segunda crise entre Toninho e Feijó custou o emprego aos dois, embora Feijó não se possa queixar na medida em que a saída do palácio «empurrou-o» para o mundo dos petróleos, onde está como ninguém enquanto advogado. A decisão do PR de afastar estes dois resultou na promoção de Kopelipa à condição de assessor principal, «pau para toda a obra», «génio» ou «super-homem». Os dias que antecederam a exoneração de ambos, particularmente a de Toninho, que era quem detinha os dossiês mais «cabeludos», foram de muitos amores entre Higino Carneiro e Kopelipa. Já foi manchete neste jornal a «emboscada» que ambos montaram a Toninho Van-Dúnem no Hotel Trópico, onde uma equipa do Governo mantinha consultas com executivos de uma petrolífera estrangeira. Kopelipa estava a fazer o rastreio do fio que ligava Toninho à China, e a coisa

também interessava a Higino Carneiro. Sem respostas para a acareação a que foi submetido na presença do ministro das Finanças, Toninho não conseguiu travar o derrame em que se convertera a sua paixão pela China. Entretanto, a aliança pontual entre Higino Carneiro e Kopelipa não viria a durar muito, pois a criação do Gabinete de Reconstrução Nacional, Grn, gerido desde a sua criação por Kopelipa, viria a resultar numa diminuição acentuada da intervenção de Higino Carneiro. Não consta que Kopelipa se tivesse feito ao lugar, embora não lhe tivesse faltado vontade de atropelar o «panzer». Conhecendo-se como se conhece o PR é pouco provável também que este lhe tivesse pedido para que fizesse isso. O PR estava apenas a repetir o que fizera no passado: tirar a este para dar àquele. Mais do que isso. Estava a «insuflar» Kopelipa, como fizera antes com Toninho Van-Dúnem, Carlos Feijó, Fernando Miala, João Lourenço e outros. O que difere no caso Higino-Kopelipa, se de um caso podemos falar, é o facto de que enquanto nos outros os «ofendidos» se bateram pelo «farelo» e pelo poder (foi isso que animou as outras disputas), no caso presente o general Peito Alto encaixou as perdas com «olimpismo». Na verdade, a derrocada em que entrou Kopelipa decorre, sobretudo, da incapacidade do Grn dar vazão ao que lhe cabe e da mistura de negócios pessoais com obrigações do Estado. Kopelipa «tropeçou» sozinho na bola. Hoje entrou em «descongelamento» como entrou Miala nos meses que antecederam a sua exoneração. Vai levar tempo - e ninguém está aqui particularmente a torcer para que o tecto lhe caia na cabeça, mas Kopelipa sabe muito bem que a partir do momento em que o PR travou o comércio de areia, de que era um dos beneficiados, transferiu para Higino Carneiro algumas obras que estavam sob sua alçada, e, sobretudo, desde que o seu enfraquecimento (está com «um por campo») se tornou publico, ele já não é o que era. Por alguma razão o PR colocou-o à boca do aspirador de Higino Carneiro. Ainda assim é mais um caso de derrapagem de um poderoso do que de uma guerra de estrelas.

070428-0505
Por alegado crime de difamação e calúnia
Semanário Angolense ganha causa interposta no tribunal por «Nandó»

O Semanário Angolense foi, há uma semana, absolvido no processo judicial em que o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos «Nandó», pedia uma indemnização equivalente a um milhão de dólares, para reparar supostos danos provocados por uma matéria publicada por este jornal, em Novembro de 2004. «Julgo a acção improcedente, por não provada, e em consequência absolvo os réus», declarou Maria Alice José da Silva, juíza da terceira secção da sala do cível-administrativo do Tribunal Provincial da Luanda, ao proferir a sentença que dá por encerrada uma disputa que ocorria desde aquele mesmo mês de Novembro de 2004. Na altura, os representantes legais do primeiro-ministro, liderados pelo jurista Manuel «Né» Gonçalves, apresentaram ao Tribunal Provincial de Luanda uma queixa, na qual se alegava contra a publicação de uma matéria em que o Semanário Angolense levantava a questão da titularidade de empresas distribuidoras de bens essenciais de consumo, então denunciadas pelo Presidente da República, por manipularem os preços e criarem processos de instabilidade macroeconómica «evitáveis». No rasto das declarações do Presidente José Eduardo dos Santos, este jornal publicou uma matéria em que, sem fazer afirmações taxativas, eram evocados os nomes de três altos funcionários do Estado Angolano, apontados por rumores como tendo ligações a empresas que, pela sua actuação, se enquadrariam entre aquelas denunciadas pelo chefe do Estado e do Governo Angolano. Dizia-se que, embora os supostos titulares (de tais empresas) fossem libaneses, rumores davam como certo que qualquer uma delas estava ligada a personalidades com influência e poder político. Lia-se, então, que o nome do primeiro-ministro era apontado nesses rumores como supostamente ligado à Arosfram, oficialmente detida por outras entidades, uma das quais libanesa, ao mesmo tempo que dois outros altos funcionários do Estado, Mawete João Baptista e André Pitra «Petroff», eram dados como presumivelmente relacionados com a Angoalissar e o Grolfrate Group. Ao desencadear o processo judicial, os representantes do primeiro-ministro alegaram ter havido danos provocados a si pela matéria, argumentando em torno de um presumível esmorecimento que a sua publicação causava ao desempenho de «Nandó» enquanto governante. Para reparar os alegados danos, a defesa do primeiro-ministro pediu que o Semanário Angolense fosse condenado a pagar uma indemnização orçada em um milhão de dólares dos Eua. Os advogados arregimentados pelo queixoso chegaram a solicitar um parecer sobre o

assunto ao jornalista Reginaldo Silva, que lhes terá servido como reforço argumentativo, pelo facto do seu conteúdo, desfavorável ao Semanário Angolense, como seria de esperar, parecer à primeira «encorajador» quanto bastasse. Afinal, sempre estava em causa o milhão de dólares. No «alto da sua cátedra», Reginaldo Silva deu um parecer aparentemente objectivo e imparcial, mas que a páginas tantas acabou por se manifestar tendencioso, com juízos de valor aleivosos, se calhar, inspirados por uma nunca escondida «inimizade de estimação» que nutre pelo principal responsável da publicação, o jornalista Graça Campos, despoletada ao mínimo pretexto. E este até era dos grandes, se bem que a intervenção tenha sido por convite. Se bem que, agora, mesmo para os convites sejam pagos, quanto mais para um «parecer». Então, estava certamente longe de imaginar que a «batalha» pelo milhão acabaria perdida, já que parecia ganha à partida. De resto, mesmo sem recurso a muito latim, o SA acabou por fazer valer os seus argumentos. Como quem diz: a razão sempre acaba por triunfar. E esta, tínhamo-la nós, passe alguma redundância. Nas audiências, a última das quais teve lugar em Novembro, os representantes do Semanário Angolense alegaram não ter ofendido o direito do primeiro-ministro, como também argumentaram com sucesso a favor da ausência do dever de o indemnizar. Disseram ainda que indagaram o assunto da titularidade das empresas denunciadas pelo Presidente da República em nome da consciência nacional. Assim, no acórdão, são dadas como provadas as declarações do Presidente da República, embora o mesmo não aconteça em relação às supostas ligações entre «Nandó» e a Arosfram, mas a juíza considera que os queixosos não provaram a culpa dos réus, o Semanário Angolense e o seu director-geral, Graça Campos, dessa acção, decidindo-se pela sua absolvição. Como noutras acções também nesta a bem-sucedida defesa do Semanário Angolense foi feita pelos advogados João Gourgel e Paulo Rangel.

070428-0505
O «douto parecer» de Reginaldo Silva

Na sequência do processo judicial que o primeiro-ministro «Nandó» intentou contra o Semanário Angolense, por alegado crime de calúnia e difamação, a equipa de advogados que o representa solicitou um «parecer» ao

jornalista Reginaldo Silva, por sinal, apresentado posteriormente como matéria de acusação. O Semanário Angolense passa aqui extractos do extenso documento: (…) Na qualidade de Jornalista, foi-me solicitado um Parecer que, em abstracto e nas perspectivas técnica, ética e da deontologia da profissão de Jornalista, responda a diversas questões. (…) (…) No jornalismo de referência, o chamado jornalismo sério, por oposição ao jornalismo sensacionalista, os rumores, quando eles se revestem de um manifesto interesse público, devem ser valorizados, mas apenas como pista informativa, uma espécie de matéria-prima sensível, sujeita posteriormente ao tratamento que os manuais de qualquer curso de jornalismo recomendam. Este tratamento tem a ver a basicamente com o processo de confirmação da referida informação, que passa em primeiro lugar pelo contacto directo com o protagonista ou os protagonistas do acontecimento a que se referem os rumores para, antes de mais, se verificar se eles têm alguma base objectiva. Se por qualquer motivo, devidamente justificado, não for possível ao jornalista contactar a parte ou as partes envolvidas ou se estas se recusarem a prestar os esclarecimentos solicitados, mesmo assim o profissional bem intencionado deve tentar falar com outras fontes conexas, evitando assim dar divulgação ao rumor em bruto conforme ele chegou ao seu conhecimento. E aí que entra em acção o famoso jornalismo investigativo, que em muito tem contribuído para o esclarecimento de situações gravemente lesivas ao interesse público em vários países, incluindo o nosso. (…) (…) Em termos de correcção ou não, suposições e suspeitas são siamesas, quando não assumidas por nenhuma fonte devidamente identificada. Por princípio, o jornalista não supõe, nem deve avançar com uma determinada conclusão com base apenas nas suas suposições. Há claramente uma potencial contradição entre suposições e factos, enquanto não se tira limpo a situação. (…) É correcta a associação de pessoas a determinados factos graves, nomeadamente a alusão «ao facto de dois jornais privados terem associado os nomes» de certas pessoas a certas entidades a quem foram imputados factos eticamente censuráveis, sendo certo que um dos referidos jornais é o mesmo que contém e veicula a notícia? Trata-se de um recurso jornalístico habitual citar confrades, quer em situações normais, quer noutras menos pacíficas. Já não diria o mesmo quando se está diante da segunda hipótese, porque não faz muito sentido fazer referência, sem o explicitar, à nossa própria

publicação, corno sendo uma das fontes de informação. Será por excesso de modéstia? (…) (…) Entre nós, diz-se e muito bem, que «quem te suja, muito dificilmente te poderá limpar». É exactamente para evitar estes danos irreparáveis que os jornalistas (com todo o direito que têm de informar sem as barreiras artificiais criadas muitas vezes pelos detentores do poder político) devem pautar a sua intervenção pela boa-fé, lisura e transparência nos processos utilizados. Nenhum texto com acusações criminais deverá ser publicado, enquanto não forem esgotadas todas as possibilidades de se ouvir a parte acusada. Não basta, contudo, nestes casos, para se evitar a calúnia ou intoxicação da opinião pública, a identificação da fonte de informação, nem o simples registo da resposta da parte acusada. É preciso, segundo recomendam alguns especialistas de renome, uma investigação própria, muito cuidada, prudente e imparcial. Os mais cuidadosos acham mesmo que, se subsistirem dúvidas quanto à veracidade de uma informação, é preferível adiar a sua publicação, sacrificando, inclusive, a actualidade. (…) (…) Tendo em conta a legislação existente em Angola, um jornalista está sujeito a ser responsabilizado penalmente, caso se comprove que a sua prática, por ter desrespeitado as normas éticas e deontológicas da profissão, afectou gravemente os direitos ao bom-nome e a imagem de terceiros. Este, o meu Parecer, salvo melhor.

070428-0505
Académico de aluguer

Ponto prévio: O presente texto é dedicado aos estudantes de jornalismo, aos quais se recomenda que tenham cuidado com os vendedores de banha de cobra e redobrem esforços para a emergência de uma nova classe jornalística nacional, temente a Deus, mas ciosa das suas responsabilidades técnicas e éticas. No pleno exercício da cidadania.

No que parece ser uma mera experimentação «académica», condensando-se regras técnicas recolhidas em diferentes manuais - sem que nenhum deles tenha sido citado, o que evidencia a indigência intelectual do confrade - um conhecido escriba da banda entendeu por bem, «salvo melhor parecer», destilar o seu fel e ódio sobre o

director desta publicação, a pretexto de que teria «desrespeitado as normas éticas e deontológicas da profissão» e afectado «gravemente» os direitos ao bom-nome e imagem de terceiros. O caso não seria aqui assinalado, se o autor do «parecer», travestido de bula académica, não soubesse, à partida, que se tratava de uma tentativa de fundamentação «científica» para o linchamento de um colega seu. Eu explico-me: o autor do «parecer» sabia, desde o princípio, que se pretendia abater o Semanário Angolense, a pretexto da figura jurídica da difamação, calúnia e quejandos. Não me cabendo estabelecer juízos de valor sobre o processo judicial em si, o facto que gostaria de relevar é que, pela primeira vez no nosso país, uma alta figura do Estado perde em tribunal contra um jornal (privado). Sinais dos tempos. O pior – para mim – é que se tenha arregimentado um jornalista contra outro jornalista, embora se alegue ter-se tratado, tão simplesmente, de um parecer «abstracto nas perspectivas técnica, ética e da deontologia da profissão». Felizmente, o juiz não acompanhou a cantiga e absolveu o Semanário Angolense das acusações que lhe eram imputadas. Dito de outro modo, há um milhão de dólares que ficou por cobrar… e um parecer técnico jornalístico de má memoria, que deveria envergonhar quem o pariu. É caso para dizer que, quando o ódio pessoal, a estúpida vaidade e o amor infinito pelo vil metal nos toldam a mente, não surpreende a aliança espúria com o Diabo…

PS: Perdoa-me, Graça Campos: não responderei à pergunta. Não terei tempo para alimentar novelas e dou-me por feliz por cumprir a 3.ª das leis do poder: «Se você não tem inimigos, descubra um meio de tê-los» – Robert Greene.

A.Matxiânvua

070428-0505
A conversa ainda é a informação geográfica
Geofoto, um braço utilitário da CatÁfrica
Para prestar serviços com qualidade de primeiro mundo, a companhia tem um avião

Pioneira no estratégico segmento de negócios da informação geográfica em Angola, a CartÁfrica chegou a enfrentar algumas dificuldades para satisfazer a crescente demanda privada e estatal. Assim, passados quatro anos do início da sua actividade e face ao

contínuo crescimento de solicitações no mercado nacional, a CartÁfrica, teve que driblar a falta de informação geográfica para alimentar a sua produção cartográfica (ortofotos, sistemas de informação geográficos, etc.), de modo a garantir a continuidade de crescimento e qualidade em tempo útil. Para ultrapassar esta situação, foi fundada a Geofoto – Fotografia Aérea Lda. em Abril de 2007, um braço utilitário da CartÁfrica. O objectivo dessa derivação é prover as necessidades angolanas na generalidade e particularmente da CartÁfrica, em toda a linha de produtos de reconhecimento aéreo fotogramétrico. Para responder tecnologicamente aos requisitos mais avançados, a Geofoto acha-se convenientemente equipada em meios humanos experientes e qualificados pelos melhores centros de formação disponíveis nesta actividade. Por outro lado, dispõe de tecnologia de última geração, como sistemas Lidar (laser scan) com câmara digital integrada e sistema de posicionamento GPS/Inércia, da Leica – modelo ALS-50II com frequência entre 150 000/450 000 Hz. Este sistema é capaz, por exemplo, de proporcionar modelos digitais de terreno com resoluções de até 15cm sem apoio topográfico. Entre o equipamento para o trabalho fotogramétrico sobressai a câmara analógica da Leica RC30 com resolução superior a 110 linhas/mm e suportada por sistema GPS/Inércia da Applanix 510, que diminui consideravelmente o apoio topográfico. Todo o processamento – laboratorial digital ou analógico – é executado nas instalações da Geofoto. Todo este equipamento está instalado numa aeronave Cessna 421B, pressurizada, que pertence à Geofoto e estacionada no aeroporto 4 de Fevereiro. Com esta capacidade, a Geofoto garante sem problemas de qualquer natureza a execução de qualquer tipo de fotografia aérea fotogramétrica e fornecimento atempado com altíssima qualidade.

070428-0505
Está a jogar fora do seu campo social em Angola
KPMG almeja o céu e terra

Com uma área de actividade centralizada essencialmente na prestação de serviços de consultoria e auditoria, como acontece em outros países pelo mundo afora onde está representada, as intenções da Kpmg no território angolano abrangem outros sectores que a olho nu não aparecem contemplados dentro do seu objecto social.

Informações apuradas pelo Semanário Angolense indicam que nos últimos tempos a empresa pretende lançar os seus tentáculos em quase todos os ramos, além daqueles em que já está praticamente inserido, dentro dos parâmetros pelos quais foi criada. Tem às mãos contratos com cerca de 10 instituições bancárias, entre estatais e privadas, e já efectuou trabalhos sensíveis de auditoria, como o Diagnostico do Sector Petrolífero, para a Sonangol. Na sua folha de serviços constam, ainda, trabalhos efectuados para o Banco Nacional de Angola. E o facto de possuir contratos do género, com as empresas mencionadas, evidencia, declaradamente, que a Kpmg será uma das poucas firmas em posse de informações privilegiadas, que a colocariam, à partida, em vantagem em qualquer contenda negocial em que se envolver. Há pouco menos de um ano, a Kpmg conseguiu, através de um concurso público, um lugar no Consórcio Técnico Eleitoral (Cte), juntamente com outros quatro organismos angolanos, nomeadamente Centro de Estudos Estratégicos de Angola (Ceea), Sinfic, Junic e Ecocentro. Embora o Ceea, encabeçado pelo general Cirilo de Sá «Ita», esteja à frente da associão, a Kpmg tem a sua parte do «bolo» nesta equipa, cuja missão passa, essencialmente, pela supervisão e acompanhamento da solução tecnológica que está a ser usada no processo de registo eleitoral. Os níveis de prestação de serviços desta conhecida firma de consultoria e auditoria internacional no Cte não têm sido muito famosos, tendo em conta a especificidade dos objectivos preconizados. Mas, mesmo assim, a Kpmg lançou-se, seguramente fora do seu objecto social, num outro desafio, tido por muitos como mais complexo: a reestruturação do sector eléctrico. No concurso para a elaboração do Projecto de Reestruturação do Sector Eléctrico, conta com a concorrência directa da Iguana, uma empresa angolana ligada ao sector. De acordo com informações obtidas por este jornal, para a reestruturação do sector eléctrico do país, a Kpmg apresentou uma proposta de 9.200.000 dólares, ao passo que os angolanos propõem-se a fazer o mesmo trabalho por 4.200.000 dólares. Apesar da enorme diferença de preços, entidades ligadas ao sector energético receiam que a disputa possa não beneficiar necessariamente a empresa que apresenta os melhores preços, já que a Kpmg possuirá informações privilegiadas e talvez recorrer ainda a métodos menos honestos para afastar a concorrência. Ainda dentro dos seus apetites expansionistas, a Kpmg pretende, também, entrar numa outra disputa. O Semanário Angolense soube de boa fonte

que ela habilitou-se igualmente a um concurso, promovido pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente, para o Cadastramento e Enquadramento de todos os Edifícios Públicos do país. O cadastramento dos edifícios públicos do país é algo que foge completamente do objecto social da Kpmg. Uma fonte que falou ao Semanário Angolense na condição de não ser identificada receia que o concurso promovido pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente possa ficar inquinado uma vez que a «Kpmg parece disposta a concorrer com artilharia muito pesada». O vencedor desse concurso embolsará mais de 3 milhões de dólares. A Kpmg é citada em pelo menos dois escândalos financeiros no Brasil por ter aprovado em 1994 as contas do Banco Nacional que meses depois se descobriu terem um rombo de 7 biliões de reais. Em 1996, a Kpmg aprovou o lucro líquido de 56 milhões de Reais do Banco Boavista, que se veio a saber depois não ter passado de pura ficção quando o património negativo deste Banco foi repassado para o Grupo Espírito Santo.

070428-0505
Cosal e Mbakassi entram para o Bta

A Cosal e a Mbakassi & Filhos deverão garantir participações de 25 a 30 por cento no capital do Banco Totta Angola, com vista a viabilizar a entrada da maior instituição bancária portuguesa, a Caixa Geral de Depósitos (Cgd) no capital do Bta. O português Diário Económico, noticiou segunda-feira que a entrada destes grupos nacionais deveu-se a imposições do Banco Nacional de Angola (Bna), que não viu com bons olhos que um banco estatal estrangeiro, como é o da Cgd, tomasse um banco privado de direito angolano, como é o caso do Bta. Ainda assim, a Cgd conseguirá assegurar a maior fatia do capital do banco, desde que acomode estes parceiros angolanos, e destine outros cinco por cento a quadros do Bta, como os economistas Mário Nelson e Ermelinda Graça, esta última falecida recentemente. O jornal revela que conversações neste sentido consumiram mais de um ano e que o anúncio da autorização do Bna estará em vias de sair a público, permitindo assim a entrada da Cgd no capital do Bta, controlado pelo Santander, da Espanha. O jornal luso indica que o facto da Cgd ser um banco estrangeiro e, sobretudo, estatal, suscitou alguns problemas junto do Bna, tendo provocado uma enorme demora na validação do

«dossier». Foi necessário efectuar alguns ajustamentos ao projecto inicial, para resolver alguns constrangimentos detectados. A principal preocupação do regulador angolano consistiu, desde sempre, em assegurar uma presença relevante de grupos angolanos no capital do Bta. Em Fevereiro de 2006, a Cgd e o Santander anunciaram um acordo de parceria para Angola. O grupo espanhol acordou com o maior banco português partilhar o capital do Bta, sendo que a Caixa detém uma opção para adquirir, a prazo, o controlo da instituição. Assim, por formas a resolver as divergências encontradas, terá sido acordada com o banco central angolano a entrada no capital do Bta de dois dos mais importantes grupos empresariais angolanos. A Cosal tem interesses nos sectores automóvel e imobiliário, sendo a representante em Angola das marcas Mercedes, Mitsubishi e Hyundai, enquanto o Grupo Mbakassy & Filhos está ligado aos sectores petrolífero com a Falcon Oil , automóvel, com as marcas Volkswagen e Audi, financeiro através dos bancos Bai e Bca e Equador, em São Tomé e Princípe, e ainda no comercial, com presença na Hogi, proprietária do recém inaugurado Belas Shopping. «A formalização destes pormenores terá sido muito recente», acrescentou o jornal, para explicar a entrada dos empresários angolanos Jaime Freitas, um antigo quadro da Sonangol, e António Mosquito, os rostos mais visíveis dos grupos Cosal e Mbakassy & Filhos.

070428-0505

Energia nuclear angolana

Em vias de passar pelo parlamento, a Lei da Energia Nuclear anunciada na semana que hoje termina pelo ministro da Ciência e Tecnologia, João Baptista Ngandajina, pode criar as condições institucionais para a produção de energia nuclear em Angola. Depreendendo-se dos pronunciamentos feitos a respeito pelo ministro da Ciência e Tecnologia, a aprovação da lei pelo parlamento vai lançar Angola na produção de energia nuclear com que espera compensar as suas carências de energia eléctrica. «O país tem limitações na produção de energia, então porque não começar-se a pensar em projectos que no futuro possam produzir energia a partir de fontes nucleares?», indagou o ministro citado na quarta-feira pela Voz da América. A prioridade actual está, no entanto, consagrada à formação de

quadros através de cursos de física nuclear ministrados na faculdade de ciências da Universidade Agostinho Neto. «Montou-se um laboratório para o ensino desta cadeira, isto é de física nuclear; neste momento estão a fazer o doutoramento, docentes e técnicos do laboratório de análise do Ministério (da Ciência e Tecnologia). Tudo isso visa capacitar o país para este fim», declarou o ministro da Ciência e Tecnologia. Por outro lado, a lei vai permitir o desenvolvimento de projectos científicos nas áreas da medicina, agricultura e da protecção das águas marítimas. João Baptista Ngandajina afirmou que beneficiarão com a aprovação de tal lei, projectos como o reequipamento do Centro Nacional de Oncologia, com a formação e especialização de médicos deste instituto público; desenvolvimento de projectos ligados à agricultura, tais como o controlo de doenças em animais; Assim como o desenvolvimento de projectos ligados ao combate à malária e à tripanosomiase, com uso de tecnologia nuclear. Angola tem também em execução, programas de formação de pessoal e projectos ligados ao controlo de poluição marítima associada à produção de petróleo, e está ainda vinculada ao Afra, um programa da Aeia que envolve vários países africanos. De acordo com o ministro da Ciência e Tecnologia, estes projectos estão a ser desenvolvidos com acções de formação, aguardando-se a aprovação da Lei de Energia Nuclear, que vai definir tudo sobre aquisição, transporte, uso e armazenamento que as autoridades angolanas quiserem dar aos conhecimentos e aos equipamentos. Por último, resolvida a questão da capacidade técnica, Angola não deverá ter problemas de recursos naturais. De acordo com o ministro já foram identificadas jazidas de minérios radioactivos como o urânio, cuja localização recusou-se a revelar. O ministro notou que o Governo Angolano começou a ponderar sobre o desenvolvimento de um programa desta natureza a partir da sua adesão à Agência Internacional de Energia Atómica (Aeia), em 1999. Atentas à controvérsia hoje no mundo sobre esta matéria, as autoridades angolanas querem deixar claro a natureza das suas intenções, declarou João Baptista Ngandajina, sublinhando que estas não se prendem com quaisquer propósitos orientados para a industria armamentista.

070428-0505
Em cinco meses

Banco Privado do Atlântico já captou 150 milhões de dólares

Com cinco meses de actividade, o Banco Privado Atlântico começa gradualmente a impor-se no mercado e, ao captar neste curto período de tempo, mais de 150 milhões de dólares de recursos de clientes, assegura uma assinalável quota de mercado, que lhe permitirá atingir, durante o ano em curso, o «breakeven». A estruturação de projectos no sector imobiliário, no domínio da saúde e a perspectiva de financiamentos na área agro-industrial figuram entre as principais apostas desta nova instituição bancária, pioneira na introdução de um modelo de negócios assente numa tipologia operacional mista de banca de relação e de banca de investimento. «Estamos também apostados na prestação de serviços de suporte ao desenvolvimento de infra-estruturas e dos sectores da energia e indústria transformadora» - disse ao Semanário Angolense, o Presidente do conselho de administração do Bpa, Dr. Carlos da Silva. «Os resultados são francamente animadores para os accionistas» - disse outra fonte do banco. Inovador para o mercado local é, sem dúvida, a promoção por este banco de um concurso, a partir do mês de Julho, para jovens angolanos residentes no país e no estrangeiro dispostos a proporem projectos empresariais de referência para o país. Como suporte desta iniciativa inédita, o Bpa disponibilizará um fundo de 50 milhões de dólares e predispõe-se, através da sua banca de investimento, assumir parcerias de capital de risco com os projectos vencedores. «Queremos fomentar o empreendedorismo dos jovens angolanos, ajudando-os a abraçar projectos, que lhes permitam criar projectos estruturantes para a economia nacional e rentabilizar o seu capital humano e a sua experiência» - acrescentou o Pca do BPA.

070428-0505
Nova sede na forja

Depois de ter inaugurado na quinta-feira as instalações provisórias da sede, o Bpa prepara-se para erguer dentro de três meses um novo edifício de seis pisos - três abaixo e três acima - que ocupará uma área de 9 mil metros quadrados. Com um investimento avaliado em 20 milhões de dólares, a sede definitiva encerrará um figurino arquitectónico contemporâneo, único no país. O edifício comportará um misto de zonas de ruptura e de transparência que contrastarão com os planos quase

cegos que protegerão as zonas de maior privacidade do banco. Estes rasgos serão dois espelhos de água com o fundo em vidro, que criarão uma barreira física à passagem de pessoas ao mesmo tempo que possibilitarão iluminação natural para o piso onde se localizará a sua área social. Os pátios interiores penetrarão verticalmente no edifício, permitindo iluminação e ventilação naturais, associados a uma maior qualificação espacial. O módulo central será marcado por um átrio de pé-direito triplo onde se desenvolverão os acessos verticais. «O objectivo é marcar uma presença escultórica e referencial da zona mais destacada do edifício» - disse um arquitecto envolvido no projecto. A zona administrativa ocupará os últimos pisos e todos os outros departamentos ocuparão os pisos intermédios. No piso zero será instalado um balcão de atendimento comum e comportará uma cafetaria, um auditório e um ginásio para os colaboradores do banco. O módulo dois funcionará como parque de estacionamento de viaturas e no módulo três será instalado o equipamento de segurança. A expansão do Bpa passará ainda este ano pela abertura de mais cinco agências, estando prevista para 2008 a entrada no mercado de mais 15 agências em Luanda e nas principais capitais de província. Simultaneamente está a ser gizado um ousado plano estratégico para, até 2012, instalar o banco nas principais praças financeiras mundiais. «Queremos fazer do Banco Privado Atlântico, uma instituição financeira respeitada em Angola e no mundo» - concluiu o Dr. Carlos da Silva.

070428-0505
SA antecipa-se à publicação oficial dos resultados do banco em 2006
Besa cresceu mais de 20 por cento

Os resultados do Banco Espírito Santo Angola (Besa) para o cômputo do ano passado foram de três mil, 924 milhões de kwanzas (algo mais do que 41 milhões de dólares), mais 20,7 face aos 34 milhões de dólares de 2005, segundo números do relatório e contas da instituição relativo a 2006. O Besa diz que em 2006, o seu activo líquido global cresceu 68 por cento face ao ano anterior, para 478 milhões de dólares, para o que contribuíram, fundamentalmente, um aumento do montante em instituições de crédito da ordem dos 71 milhões de dólares e do imobilizado em 18 milhões de dólares. O banco atribuiu tal «performance», além do mais, ao que diz ser um «crescimento significativo» da rubrica

«caixa e disponibilidades no banco central», que aumentou em 24 milhões de dólares em resultado da elevação do número de agências e das reservas obrigatórias. Na sua composição, os activos constituem-se em aplicações monetárias equivalentes a 24 por cento do seu total (contra 51 por cento em 2005) e crédito aos clientes situado em 38 por cento (24 por cento em 2005). Na perspectiva desse último número, o Besa cita estatísticas do Banco Nacional de Angola (Bna) que em Dezembro de 2006 o colocavam em quinto lugar (10 por cento) no que concerne à quota de mercado para crédito concedido, num universo dos 14 bancos que naquela altura estavam operacionais. O passivo do banco reportou aumentos da ordem dos 79 por cento no que respeita aos Recursos de Clientes, o que representa um acréscimo de 290 milhões de dólares, e corresponde a oito por cento do total do mercado, colocando o Besa em quarto lugar entre todos os bancos que operam no país. Nessa acepção, os fundos próprios cresceram em 42 milhões de dólares, apesar de naquele ano terem sido repartidos dividendos representando 13,6 milhões de dólares relativos ao ano de 2005. O ano 2006 foi caracterizado pela abertura do edifício sede e de três novas agências do Besa na cidade de Luanda, o que, segundo o banco, acentua a continuidade do seu processo de expansão e de cobertura geográfica. O Besa iniciou as suas operações bancárias em Angola no ano de 2002, quando abriu uma agência no bairro das Ingombotas, em Luanda. Com a sua estratégia de expansão, no ano de 2003 o banco abriu outras cinco agências e dois prolongamentos em Luanda, todas estrategicamente situadas, por formas a fazer face às necessidades do mercado.

070428-0505
Grupo empresarial angolano queixa-se de aldrabices
Miamop rompe com Imbondex

As fortes chuvadas que se abatem por todo o País constituíram ingredientes para que o caldo entornasse na relação comercial entre o grupo empresarial angolano Miamop e a empresa cubana de construção, Imbondex. Com negócios no domínio da construção há mais de cinco anos, Monteiro Kapunga, administrador do grupo angolano, decidiu abrir o livro para denunciar uma série de peripécias porque tem passado essa relação. No município de Kalandula, em Malange, a Miamop está a

construir um complexo turístico com o mesmo nome, de quarenta quartos e 10 suítes e com todos os apetrechos para ter o rotulo de qualidade internacional. As obras foram adjudicadas em 2004 aos cubanos da Imbondex tendo para o efeito sido pagas a 100%.O compromisso era de o complexo estar concluído em no máximo dois anos, mas o que se verifica é um grande atraso nas obras, má qualidade nos materiais que estão a ser utilizados e muitas desculpas. Com atraso de um ano, Monteiro Kapunga não acredita mais que os cubanos possam fazer jus à sua palavra, pelo que decidiu rescindir o contrato e intentar uma acção judicial. Mas tudo não fica por aqui. No município de Viana, em Luanda, a Imbondex recebeu a empreitada de construir estaleiros e armazéns da Miamop numa área de 9 mil metros quadrados. Desde 2004 até hoje as obras não estão concluídas, e, mais grave, com essas últimas chuvadas, o que já estava pronto, sobretudo o tecto, desabou como manteiga em pão quente, causando graves prejuízos materiais ao grupo angolano que tinha já ali guardado bens e equipamentos diversos, entre os quais dezenas de viaturas novas. Uma residência na vila Alice, também pertença da Miamop, é outro exemplo vivo de obras pagas e mal construídas. Deita água por todos os cantos impossibilitando que qualquer pessoa, nesse tempo de chuva, possa viver ali tranquilamente. Igualmente uma residência no Projecto Nova Vida, que também levou o rótulo da Imbondex, está inabitável por erros técnicos graves na sua reparação. Responsáveis da Imbondex reconhecem a sua culpa em todas essas obras, prometem repará-las mas quem já não acredita em «milagre» a operar pela Imbondex é Monteiro Kapunga, que acusa os empreiteiros cubanos de serem mentirosos. «A direcção da empresa aqui em Angola não manda nada. Está dependente de ordens de Cuba e como já receberam o dinheiro vão nos entretendo com falinhas mansas. Já reunimos, manifestei a minha posição: rescisão do contrato e indemnização por todos esses prejuízos. O assunto agora está entregue às autoridades judiciais. Isso é uma relação comercial e não podemos estar a brincar», disse ao Semanário Angolense o desconsolado empresário.

Xxxxxxxxxxxxx

070421-28

Numa reunião do secretariado do BP do Mpla
Dorso e tornozelo de «Kope» passaram pelo grelhador

No Gabinete de Reconstrução Nacional repousam as principais empreitadas que o Mpla e, especialmente, o próprio José Eduardo dos Santos esperam exibir por altura das eleições. De acordo com as fontes consultadas pelo Semanário Angolense, isto talvez explique o facto de José Eduardo dos Santos, contra o que lhe é habitual, ter levado a questão das performances do Gabinete de Reconstrução Nacional ao secretariado do Bureau Político do Mpla. Com efeito, o desempenho do Gabinete de Reconstrução Nacional foi passado a limpo na reunião do Secretariado, realizada no dia 26 de Março. Primeiro foi ouvido o ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, que em relação ao que lhe cabe apresentou resultados correspondentes a um cumprimento de 58%. Chamado a dar a sua parte, o general Kopelipa teve dificuldades em explicar os atrasos que se registam, particularmente no novo aeroporto, em Bom Jesus. Segundo uma curiosa expressão de uma fonte do Mpla, na reunião do Bureau Político o director do Gabinete de Reconstrução Nacional acabou com o dorso e o traseiro no grelhador, e José Eduardo dos Santos não fez nada para o ajudar. Pelo contrário, um dia depois assinou o despacho que proibia a exploração de areia na área onde está a ser construído o novo aeroporto de Luanda. A decisão do Presidente da República, disseram as nossas fontes, acabaria por atingir o próprio Kopelipa, tido também como sendo um dos comerciantes de areia licenciados pelo Ministério da Geologia e Minas. A decisão de José Eduardo dos Santos de expor o seu principal assistente, acabou por resultar no enfraquecimento do mesmo, pelo que Kopelipa já não conserva o lugar que tinha no ranking deste país. «O Gabinete de Reconstrução Nacional perdeu pontos, o Kopelipa perdeu autoridade e respeito», acentuaram as fontes do Semanário Angolense.

070421-28

Apesar dos solavancos do registo eleitoral

Vírgilio F. Pereira diz ter a situação controlada

A cidade de Luanda, tida como a principal praça eleitoral, por albergar cerca de um terço da população do país, está a criar fortes dores de cabeça aos responsáveis da CIPE

Dani Costa Só em meados do próximo mês é que os responsáveis da CIPE estarão em condições de analisar a possibilidade do período de registo eleitoral ser ou não alargado, algo que está em sintonia com os propósitos de vários partidos da oposição, sobretudo

extra-parlamentares, que na última semana vieram a publico solicitar o alargamento do período. Consciente das interpretações políticas que implicam um pronunciamento contrário, o coordenador da CIPE e ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, fez saber na conferência de imprensa realizada na passada terça-feira, 17, que ainda não é tempo para pensar na dilatação do tempo, porque tem a situação sob controlo. Segundo assegurou, por enquanto a solução passa, apenas, pela conjugação de esforços suplementares, como a melhoria das condições de trabalho das brigadas e respectivos brigadistas, reparação dos equipamentos que são utilizados, independentemente dos estragos que as chuvas têm provocado. As fortes enxurradas, que caiem intensamente em quase todo o território tornaram-se no inimigo «número 1» do próprio registo eleitoral. Destruíram materiais como zebras, computadores, as tendas não resistiram à velocidade dos ventos e os produtos de consumo corrente deterioram-se. A intensidade das chuvas tornou praticamente impossível a circulação em algumas regiões de províncias como Úige, Malange (esta é a pior de todas), Kuanza-Norte, Bié, Moxico e Kuando-Kubango, ao ponto de viaturas todo-terreno das marcas Land Cruiser e Land Rover não se adaptarem ao estado em que se encontram as estradas de terra batida. Por esta razão, muitos destes veículos serão substituídos por outros de marca Unimog's. Uma das soluções encontradas pela CIPE para ultrapassar os problemas criados pela chuva, entre os quais a pouca aderência de pessoas às brigadas de registo, será a criação de outras 164 brigadas, ao passo que aqueles que estão em locais «desertos» serão transferidas para localidades onde existem maiores concentrações populacionais. Virgílio de Fontes Pereira não compreende a indiferença de pessoas em localidades como Catete (Bengo), Lobito e a cidade de Benguela, onde pouco menos de 20 pessoas efectuam os registos diariamente. Em Luanda, tida por todos como a maior praça eleitoral, também notou-se uma fraca afluência em Marco, algo que é sobretudo atribuído às chuvas e ao crescente desencanto das populações com o calamitoso estado da cidade. O coordenador da Cipe acha que a pouca adesão dos luandenses ao registo eleitoral também pode dever-se ao facto de eles, geralmente, preferirem empurrar as suas obrigações para os últimos dias. Ele entende, ainda, que a forma como foi desencadeado o início do registo em Luanda também pode ter influenciado a adesão das pessoas. «O estilo de funcionamento já não se adequa.

Vamos instar as comissões executivas provinciais e municipais a trabalharem em full-time. Pensamos que nos próximos 10 dias podemos atingir os 4 milhões de cidadãos registados, para nos aproximarmos do tecto, que são 7 milhões de indivíduos registados», avançou o ministro da Administração do Território, tendo acrescentado ainda que «neste momento estamos a promover reuniões para melhorarmos a situação e uma melhor organização da logística». Para alcançar as suas metas, a Cipe ensaiará uma nova forma de actuação nos próximos dias, com a abertura de postos de registo nas zonas de grande concentração populacional, entre as quais mercados, campos de futebol, igrejas e em supermercados, como o «Nosso Super» e o recém-inaugurado «Belas Shopping». No interior do país far-se-á o desdobramento das brigadas, algo que poderá ser garantido com a introdução de novos meios e postos de emergências, que se ocuparão da reposição de zebras e outras tecnologias utilizadas.

070421-28
E agora, Rui?

O contencioso que opõe o Gabinete de Reconstrução Nacional às britadeiras que exploram calcário e outros inertes em Cacuaco vai deixar Rui Ferreira, um dos mais respeitados advogados da nossa praça, sob fogo cruzado. Longe de saber que viria a substituir Nelo Victor da presidência da Nova Cimangola, Rui Ferreira aceitou, há algum tempo, representar uma série de britadeiras que se viram compulsivamente expulsas das suas concessões atribuídas pelo Ministério da Geologia e Minas. As companhias em questão teriam recorrido a Rui Ferreira por considerarem que a decisão do Gabinete de Reconstrução Nacional resultou na acumulação de prejuízos, decorrentes dos investimentos correspondentes aos prazos de exploração das concessões. Nalguns casos, os valores aplicados ascendem a 4 milhões de dólares. O jurista assumiu prontamente a defesa da causa dos concessionários, que ele considerou haverem sido esbulhados. Com a sua recente nomeação para presidir o Conselho de Administração da Nova Cimangola o cenário deixa Rui Ferreira perante um dilema, pois as concessões que Gabinete de Reconstrução Nacional quer retirar a britadeiras, empresas que ele representa, são também reivindicadas pela cimenteira nacional. Fontes judiciais disseram a este semanário que ou Rui Ferreira

sai do caso, o que provavelmente já é muito tarde, ou recomenda uma solução extrajudicial, que eventualmente vai obrigar o Estado a pagar uma indemnização. Entretanto e à medida que o tempo passa a coerência do Grn torna-se mais complexa pois não só permitiu que a Teixeira Duarte continuasse confortavelmente a explorar as suas britadeiras em Cacuaco, algo que negou a outros concessionários, como acaba de permitir o regresso de duas empresas. Já sobre o fecho desta edição, o Semanário Angolense soube de boa fonte que o Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn) cedeu «a fortes pressões» para que a Paviterra e a Tecnovia continuem a explorar inertes em Cacuaco. As duas empresas teriam feito constar ao Grn que boa parte das obras executadas pelos seus principais clientes, Mota Engil e Odebrechet, respectivamente, ficariam seriamente comprometidas sem as remessas de calcário e outros inertes que exploram em Cacuaco. As duas empresas fizeram saber que entre as empreitadas que ficariam comprometidas incluem-se importantes obras recentemente consignadas pelo Governo no âmbito do seu programa de construção e reabilitação de infra-estruturas. Assustado, o Gabinete de Reconstrução Nacional estará agora a analisar alternativas que não comprometam os compromissos que aquelas duas empresas têm com o Governo. A fonte do Semanário Angolense disse que o Grn concedeu à Paviterra e Tecnovia uma moratória até 10 de Junho, período que julga suficiente para as duas empresas suprirem as mais urgentes necessidades da Mota Engil e da Odebrecht. Essa moratória, segundo soube este jornal, não é extensiva às outras empresas que têm concessões de inertes em Cacuaco.

070421-28
Gabinete de Reconstrução Nacional será extinto
Kopelipa entrou em colapso
A «devolução» ao Minopu de projectos que tinham sido entregues ao Grn configura o princípio do esvaziamento deste, com o que diminui, significativamente, a autoridade do general Kopelipa

Quando for inaugurado o novo aeroporto de Luanda, o nome do general Hélder Manuel Vieira Dias «Kopelipa» deverá constar entre os que deram início à obra. Porém, depois do que se passou nas últimas semanas, já é arriscado, demasiado arriscado mesmo, dizer que ele constará entre os que acompanharão o projecto até ao fim. Em mais de uma ocasião falou-se aqui, e noutras

publicações, da possibilidade do general Kopelipa poder vir a deixar a Casa Militar, que lidera desde 1994, e passar a ocupar-se exclusivamente do Gabinete de Reconstrução Nacional, Grn, do qual é o director desde a sua criação, em Novembro de 2004. A alteração visaria deixar o general Kopelipa em melhores condições de responder aos grandes desafios e missões que o Presidente da República lhe confia constantemente. Como se sabe, além da Casa Militar do Presidente da República e do Gabinete de Reconstrução Nacional, o general Kopelipa, também conhecido como Robinho ou Schwarzenegger, responde, igualmente, por «frentes» como as negociações com a Rússia por causa da dívida, acordos com Israel e pela coordenação de um sem número de comissões criadas por José Eduardo dos Santos. A determinada altura ele foi o «contacto» com uma instituição suíça intermediária na compra de equipamento para desminagem. Muito recentemente foi integrado numa comissão, de que também faz parte o ministro das Finanças, destinada a identificar áreas de negócios que deveriam ser exclusivamente preenchidas por angolanos . A «penetração» do general Kopelipa em territórios que não eram suposto caírem na sua alçada acentuou-se nos finais de 2004, após o afastamento, pelo Presidente da República, de Carlos Feijó, e de António Van-Dúnem, figuras que tinham sobre os ombros a maior parte desses dossiers. Na verdade, o próprio Gabinete de Reconstrução Nacional foi constituído exactamente um mês antes de ambos terem sido afastados, o que sugere que a decisão vinha sendo ponderada há já algum tempo. Por força desta multiplicação de tarefas, Kopelipa passou a ser uma reencarnação dos ministros de Estado, figuras criadas pelo Presidente da República nos anos 80, aos quais conferia poderes para controlar duas a quatro áreas do governo. Kundi Pahiama controlava a Defesa, Segurança e Ordem Interna; Maria Mambo Café ocupava-se da Esfera Económica e Social, e o falecido Pedro de Castro Van-Dúnem «Loy» respondia pela Esfera Produtiva. A experiência dos anos 80 não deu em nada, e a sua repetição, 20 anos depois, nem por isso tem sido melhor. Algumas vezes Kopelipa pareceu um homem atolado de trabalho, outras vezes pareceu pouco trabalhado para aquilo que se esperava dele. Em resultado disso, a «descompressão» então insinuada pela imprensa entrou em andamento, com a diferença de que o general pode vir a fazer o movimento em sentido contrário. Ao invés de deixar a Casa Militar para ocupar-se exclusivamente do Grn, que já tomou como maior desafio da sua carreira, provavelmente passará a

concentrar-se mais na e da Casa Militar. O Semanário Angolense soube de fonte bem informada que por ordem do Presidente José Eduardo dos Santos, o Gabinete de Reconstrução Nacional transferiu para o Ministério das Obras Públicas, Minopu, algumas das obras que tinha sobre os ombros. Na verdade tratou-se de uma «devolução» de projectos que tinham sido entregues ao Grn por altura da sua constituição. Este processo, que já não parece ter recuo, configura o princípio do esvaziamento progressivo do Grn, com o que diminui, sobremaneira, a autoridade do general Kopelipa. Já são também notórios sinais de que as alterações determinadas pelo Presidente da República afectam, igualmente, o governador de Luanda, Job Capapinha. Além de ter «perdido» para o Minopu o programa de reabilitação das vias estruturantes e terciárias da cidade de Luanda, Capapinha viu o Presidente da República criar, nas suas «costas», um gabinete técnico para atender particularmente a questão da drenagem de alguns pontos da capital. Se alguma coisa pode consolar Capapinha é o facto de a sua nomeação, a 1 de Fevereiro de 2005, não ter gerado 1/5 das expectativas que se criaram à volta da constituição do Grn. O mau tempo que se abate sobre o general Kopelipa não se esgotou na reunião do secretariado do BP do Mpla (ler caixa), nem no despacho do Presidente da República, de que se faz referência noutra página. No dia 31 de Março, um sábado, José Eduardo dos Santos foi a Bom Jesus para ver com os próprios olhos como andam as obras do futuro aeroporto de Luanda. Ali apurou que além da área ser um estaleiro para suporte das obras, funciona também como um depósito de materiais necessários aos negócios pessoais do general. Presente, Kopelipa não esboçou nenhum desmentido. «Foram os funcionários do Grn e da Casa Militar que disseram ao Presidente da República que isto e aquilo eram do general e não do Gabinete», disse uma fonte familiar ao assunto. Mal-humorado depois do que viu e ouviu em Bom Jesus, José Eduardo dos Santos cancelou uma série de visitas que deveria efectuar naquela mesma manhã à zona industrial de Viana onde estão em execução outras obras do Estado. José Eduardo dos Santos viria, quatro dias depois, a reunir na mesma sala o ministro das Obras Públicas e o director do Grn. Disse ao segundo que deveria devolver ao primeiro uma série de obras. Em resultado disso, e de acordo com fontes bem informadas, o controlo das obras do novo aeroporto poderá vir a mudar de mãos muito proximamente, e «o Grn só não será extinto já porque isso resultaria em prejuízos políticos para o

próprio Presidente da República, que não quererá dar razão aos que (sempre) disseram que o Grn não só não era convencional, como estava mal entregue». Se a extinção do Gabinete de Reconstrução Nacional é uma questão de tempo, o enfraquecimento do general Kopelipa é um processo já em andamento. O regresso em tempo integral à caserna da Casa Militar nem por isso se afigura animador. Observadores notam que a reformulação dos Serviços de Segurança militar, hoje liderados pelo general António José Maria, não deixa muito espaço para «o outro» general. «Tecnicamente ele (Kopelipa) já está na situação em que estava José Leitão quando saiu do gabinete do PR: tinha um cargo, despachava algumas coisas, abria algumas portas, mas o resto do governo – a quem passou a vida a impressionar já sabia que ele não passava de um boneco insuflado. Homens assim não têm nenhuma serventia para o PR. José Eduardo precisa que os seus homens falem 'grosso'. Kopelipa já não assusta o mais fraco dos ministros».

070421-28
Já se sabe porquê pararam as obras
Bom Jesus tem areia «muito» preciosa
Ao contrário de diamantes, os chineses encontraram siliciosa durante a construção

Siliciosa, uma areia muito preciosa, é o material que foi encontrado em quantidades consideráveis sobre a região demarcada para a construção do novo aeroporto internacional de Luanda, em Bom Jesus, soube o Semanário Angolense de fontes dignas de fé. A siliciosa, segundo disseram as fontes deste jornal, é amplamente utilizada na fabricação de vidro e de cimento cola, sendo que a região do Bom Jesus estava, já durante o era colonial, constituída como reserva da Vidrul, uma empresa fabril com séria implantação em Angola. Um despacho recente do Presidente da República proibindo a exploração de areias na área em que será erigido o novo aeroporto internacional de Luanda, reacendeu os rumores da descoberta de minerais preciosos na região do Bom Jesus. Tais rumores surgiram no ano passado, quando as obras paralisaram haviam uns três meses sobre o seu início e já tinham levado à terraplanagem da pista principal, com 3.800 metros de cumprimento e 65 de largura, assim como do taxi-way de dois mil metros. A empreitada deveria prosseguir com o acondicionamento do terreno para receber uma segunda pista de três mil de cumprimento e 45 de largura quando

foi temporariamente interrompida, desencadeando os rumores sobre a descoberta de materiais preciosos na área, falando-se mais correntemente de diamantes, mas também de petróleo ou das duas coisas juntas. Alimentados pelos boatos que rapidamente se disseminaram por Luanda, naturais daquela região, muitos dos quais a haviam deixado há décadas, iniciaram uma autêntica romaria ao gabinete de Arnaldo Calado, presidente da empresa concessionária de diamantes, a Endiama. Idos de todos os cantos e Luanda, uns, provenientes de Bom Jesus, dos arredores próximos e distantes, outros tantos, naturais de Catete arremeteram diariamente contra o gabinete o presidente do Conselho de Administração da Endiama com pedidos de concessões diamantíferas que só os rumores diziam existirem sobre o perímetro onde está ser construído o novo aeroporto. O argumento mais utilizado nos pedidos prendia-se com os factos nem sempre verdadeiros dos seus autores terem nascido, descenderem ou terem os seus ancestrais sepultados na região de Bom Jesus. Uma vez que a Endiama nunca foi notificada sobre a existência das jazidas que se dizia serem significativas, o presidente do Conselho de Administração da empresa não respondeu aos pedidos, até porque o seu elevado número impossibilitava que fossem respondidos um por um. Toda a situação que se gerou, incluindo a cedência de terrenos em decisões recentemente revogadas por despacho presidencial, foi fomentada pelo silêncio do Governo e do Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn), que não se prestaram a esclarecer o motivo porque tinham paralisado as obras de construção do novo aeroporto. Este jornal soube agora que ao contrário de diamantes, foi encontrada siliciosa em quantidades tais, que se prognostica a sua exportação, aparentemente depois de processos de produção combinados com o percurso das obras. Esta revelação confirma o ensinamento da sabedoria popular que afirma que «não há fumo sem fogo». A desenfreada corrida à areia siliciosa foi incentivada pelos chineses. Mal chegaram ao local e testaram a qualidade e serventia daquele material, puseram-se a correr atrás de títulos de concessão de exploração. Intrigados, os habitantes locais começaram por cerrar fileiras sobre as terras que consideram como suas propriedades e só depois lançaram rumores de que os chineses teriam descoberto ali importantes jazidas de diamantes. Os chineses correram atrás da siliciosa não apenas para fabricarem vidro e cimento cola para proverem as suas necessidades no mercado angolano como também para

abastecerem as empresas do seu país, algumas das quais já vendem cimento e outros produtos fabricados com materiais extraídos aqui mesmo. Além do vidro e do cimento cola, a areia siliciosa é também empregue em outros fins, nomeadamente no tratamento de água, cerâmicas, aquários, jardins, etc. Com variadas graulometrias, é geralmente fornecida a granel ou ensacada. Além da disputadíssima areia, Bom Jesus pode ter também importantes lençóis de petróleo, como se pode ler na peça ao lado.

070421-28

Em resultado da recuperação de muita da actividade que estava com o Grn

Higino namora quadros que marginalizou no Minopu

No meio de expectativas geradas por recentes indicações de que o Presidente da República estaria inclinado a restituir ao Ministério das Obras Públicas (Minopu) algumas das funções atribuídas ao Gabinete de Reconstrução Nacional (Grn), o titular daquele pelouro governamental está a admoestar-se contra os erros que cometeu quando chegou ao posto. Higino Carneiro apareceu como titular do Minopu nos fins de 2002, quando ficou concluído o fundamental do processo de paz angolano, onde jogou um papel destaque na qualidade de negociador do Governo. No período da implementação desse processo, enquanto foi necessário acomodar dirigentes da ala beligerante da Unita, Higino Carneiro estava «estrategicamente» colocado como vice-ministro da Administração do Território. Provavelmente para compensar os «serviços prestados» ou devido a uma extraordinária áurea de confiança conquistada junto do Chefe de Estado angolano, Higino Carneiro tornou-se, em determinado momento, entre fins de 2002 e meados de 2004, num dos mais mediáticos membros do Governo. Aparentemente, a sua ascensão apenas esmoreceu em resultado das lutas intestinas travadas no seio da «entourage» pela obtenção de poder preponderante sobre os fundos afectos aos empréstimos que Angola começou a contrair da China naquele ano de 2004. Enquanto isso não aconteceu, Higino Carneiro adoptou um estilo inflado, caracterizado pelas suas declarações públicas pomposas e pela tomada de decisões ousadas. Foi assim que se conduziu nos meses imediatamente posteriores à sua chegada ao Minopu. Numa das primeiras decisões que tomou, o ministro marginalizou antigos funcionários de

carreira dos seus postos, geralmente técnicos superiores que ocupavam cargos de directores nacionais para as diferentes áreas daquela instituição governamental, substituindo-os, sobretudo, por militares generais sem ocupação nas Faa e por técnicos médios, que recrutou não tanto pelas suas qualificações mas essencialmente por lhe merecerem total confiança. Fragilizado, no entanto, com os eventos da luta pela primazia da tutela dos fundos da China, Higino Carneiro assistiu, impotente, o seu protagonismo fugir-lhe das mãos, vendo assim também atingida a serventia dos generais que havia recrutado para o ajudarem. Este estado de coisas teria perdurado por mais tempo, se aquele que resultou no grande protagonista em resultado da desgraça de Higino Carneiro, o general Hélder Vieira Dias «Kopelipa», não tivesse fracassado em algumas das inúmeras «frentes» que lhe foram confiadas, nomeadamente a da reconstrução nacional. Enquanto a situação do general «Kopelipa» ainda se encontra naquela fase ritual, correspondente ao esvaziamento das prerrogativas do «seu» Grn, uma antecâmara da exoneração «de jure», várias incumbências vão recaindo sobre os ombros de Higino Carneiro, desta vez, um homem menos emotivo e provavelmente um político mais amadurecido. Ele pode ter percebido, por exemplo, que não deveria correr o risco de ver-se apontado à luz da falta de «competência técnica» que tomou conta do Minopu depois da sua decisão inicial de menosprezar quadros de carreira por militares. É assim que Higino Carneiro aparece ultimamente na posição do homem redimido, a re-arrumar «a casa» com base na recuperação de alguns dos quadros que dispensou com a sua chegada ao Minopu. Notícias disponíveis dão conta que o ministro das Obras Públicas está a criar condições para o regresso de alguns deles, casos como o do engenheiro Carlos Mateus, que chefiou o departamento nacional de Infra-estruturas Públicas do Minopu. Depois que deixou o ministério, Carlos Mateus foi apertadamente disputado pelas principais construtoras que operam no mercado nacional, mas ele preferiu trabalhar por conta própria. Os factos indicam que semelhante aproximação poderia ter sido feita em relação ao engenheiro António Venâncio, afastado por Higino Carneiro do posto de director da Comissão Nacional de Classificação de Empreiteiros (Conicle) e à jurista Alice Escórcio, que encontrou um poiso temporário na empresa imobiliária Sodimo, depois de ter deixado a chefia do Gabinete Jurídico do Minopu. «Peito Alto», como também é cognominado Higino Carneiro, em razão do tom ousado dos

seus pronunciamentos e procedimentos e também por preferir essa parte na carne de vaca, pode estar de regresso. Prova disso é que a caminho de duas semanas anunciou na Matala, Huíla, a maior cifra alguma vez tentada pelas instituições oficiais angolanas sobre o processo de recuperação e construção de estradas. Segundo Higino Carneiro, até 2009, o Governo mandará estender uns nove mil quilómetros de estrada, quando, por outro lado, o Inea preconiza para os seis primeiros meses do ano em curso um total de mil 400 quilómetros. É claro que se a tendência for a dos números de Inea, até 2009 será possível 5.600 quilómetros de estradas asfaltadas, e não nove mil, como diz o ministro das Obras Públicas. «Peito Alto» pode efectivamente estar de regresso, com a diferença de que desta vez, caso tinha disponíveis os quadros com os quais se quer reconciliar agora, poderá fazê-lo na base de um mais amplo discernimento.

070421-28

Sobre as distinções atribuídas terça-feira pela revista Estratégia

Gestores vistos pela preguiça

Sousa Neto

Pensar no agraciamento de indivíduos, organizações ou feitos como um direito de quem assim entende fazer é uma coisa muito diferente da constatação de que muitos o fazem apenas para garantir favores ou para aparecer, mas sempre para bajular. Percebendo quanto de dignidade ou de respeito próprio perdem muitos dos nossos concidadãos, muita gente entra em pânico na proximidade das cerimónias de premiação que Luanda passou a acolher em quantidades industriais. Nessas ocasiões, é justo pensar: «lá vamos nós perder mais um pouco de nós mesmos». Foi isso que aconteceu na terça-feira, quando ao cumprir o seu primeiro aniversário, a revista Estratégia reuniu dezenas de pessoas num jantar, em Luanda, para premiar aqueles que a publicação considera terem sido os gestores empresariais mais destacados do ano passado. Designado «gestor/2006», o prémio distinguiu personalidades e instituições ligadas à banca, seguros, telecomunicações, indústria petrolífera e diamantífera, distribuição alimentar, imobiliário e hotelaria. Segundo a organização, os critérios para a selecção dos premiados basearam-se nos níveis de eficiência, eficácia, inovação e notoriedade que os

indicados conseguiram para as organizações empresariais que representam. Os presidentes dos conselhos de administração de empresas ou instituições como a Sonangol, Bfa, Bpc e Besa, respectivamente, Manuel Vicente, Emídio Pinheiro, Paixão Júnior e Álvaro Sobrinho foram distinguidos com o galardão principal, de «líderes empresariais de 2006». Houveram prémios para outras subcategorias, distinguindo outras pessoas e empresas, mas, como tinha que ser, no fim, chega-se a um descaso. Citando uma fonte da organização, o Jornal de Angola anunciou na terça-feira, 17, que naquela cerimónia António Mosquito e Isabel dos Santos foram premiados como empreendedores do ano, «o primeiro pela sua iniciativa empresarial e a segunda - que preside a Cruz Vermelha de Angola - pelo protagonismo na área social». Tanto à luz dos critérios da premiação, quanto à luz da verdade, chegados aqui, as coisas já não se explicam. Aqui, as coisas complicam-se. Complicam-se, porque os critérios da eficiência, eficácia, inovação e notoriedade aplicados para medir o desempenho daquelas empresas, não são válidos para avaliar uma organização beneficente nacional e angolana como a Cruz Vermelha de Angola (Cva). No momento em que foi premiada, pouca gente sabia formalmente que Isabel dos Santos havia substituído Albino Malungo na presidência da Cva, embora tenham havido indícios disso com a publicitação do lançamento de um calendário beneficente preenchido com fotos ariscas de beldades angolanas. Numa evidência da falta de sentido de oportunidade, os fundos da campanha de solidariedade que forem proporcionados pela venda do calendário, não se destinam às vítimas do rasto de destruição das chuvas que nos últimos quatro meses têm assolado o país com particular ferocidade. Dirigindo empresas que granjearam viabilidade e poder à custa de empurrões do Estado, os prémios concedidos aos gestores distinguidos também podem não se explicar totalmente, quando temos no país homens e mulheres que mantêm abertas as suas empresas, valendo-se apenas de vontade e raça rija. Poder-se-ia escolher como explicação o facto da revista ter preferido ficar-se pelos lugares comuns, fugindo à pesquisa esmerada, mas isso não se explica pelo facto dela ter Manuel Nunes Júnior, um proeminente académico e intelectual angolano, como presidente. Então, é justo analisar esses prémios à luz da normalidade vigente, em que imperam, sem piedade, a preguiça, o arrivismo, a ideologia do lucro e o eleitoralismo.

070421-28
Proposta do Mirex congelada há 3 anos
Rejuvenescimento de diplomatas jaz na gaveta do Presidente

Continua encalhada uma proposta de rejuvenescimento do corpo de diplomatas angolanos submetida ao Presidente da República pelo ministro das Relações Exteriores, João de Bernardo Miranda, já lá vão três anos. Segundo soube o Semanário Angolense de boa fonte, quando a proposta lhe foi parar à mesa, o Presidente da República limitou-se a apor o seguinte parecer: «Tomei conhecimento». João Miranda voltaria à carga tempos mais tarde, e desta feita, segundo as fontes, José Eduardo dos Santos sentenciou que esse era um assunto da sua reserva enquanto Chefe de Estado. Nunca mais se ouviu falar na proposta que, a ir para a frente, causaria certamente um grande rebuliço no Ministério das Relações Exteriores. Ao que soube o SA, João Miranda propunha, com o apoio de amplos sectores do ministério e da própria direcção do Mpla, que se fosse dotando as chefias das missões diplomáticas no estrangeiro de quadros mais jovens, mais bem preparados técnica e academicamente e também mais adaptados aos actuais desafios que se colocam à política externa e diplomática de Angola, visando uma cada vez melhor inserção do país no mundo, no continente e na região. Angola já vai tendo estes quadros, mais talhados para os desafios do presente. Acontece, todavia, que não têm tido oportunidade de despontar, pois quer as embaixadas, quer as diversas estruturas centrais do Mirex em Luanda estão literalmente «entupidas» de funcionários e quadros antigos. Em Julho próximo, os primeiros licenciados do Instituto de Relações Internacionais deverão defender as respectivas teses de fim de curso. Muitos desses jovens correm o risco de não encontrar colocação no Mirex, caso a situação se mantenha, apesar de esta academia ter sido concebida exactamente com a perspectiva de ir fornecendo os quadros para processar-se a mudança de geração. É este cenário passadista, repleto de «ferrugem», que a proposta submetida ao Presidente José Eduardo dos Santos visava «limpar». O SA sabe que no epicentro da mesma figurava, sobretudo, a ideia de mudar a velha geração de embaixadores, a maior parte dos quais de nomeação política e que hoje estão acima dos sessenta anos. A verdade é que não tendo anuído à proposta, Jes deixou claro que toda e qualquer mudança que se verifique no corpo de embaixadores angolanos é algo que

não depende tanto dos interesses estratégicos do país, mas dos equilíbrios políticos e dos interesses pessoais do Presidente da República. Alguns dos velhos «dinossauros» espalhados pelas embaixadas e missões consulares do país são seus amigos pessoais. Seja como for, este é um assunto que se mantém em agenda no Mirex, onde não foi enterrada a ideia de que é preciso efectuar um drástico rejuvenescimento dos diplomatas do país. Isto significa, por exemplo, que se o PR anuísse à proposta e não fosse indulgente com os nossos diplomatas sexagenários e septuagenários, só uns poucos embaixadores não regressariam à casa para se ocuparem de afazeres domésticos ou cuidar dos netos e bisnetos.

070421-28
MARÇO / ABRIL 07

26 de Março, 2ª-feira

José Eduardo dos Santos preside a uma reunião do secretariado do BP do Mpla na qual é feito um levantamento sobre o andamento das principais obras do Estado. Os generais Higino Carneiro e Kopelipa são chamados. O primeiro, convenientemente documentado, apresenta uma taxa de cumprimento de 58%. A execução dos restantes 42% continua dentro dos prazos. Kopelipa tem dificuldades em explicar o que se passa no futuro aeroporto de Luanda e como vão as outras obras atribuídas ao Gabinete de Reconstrução Nacional.

27 de Março, 3ªfeira

José Eduardo dos Santos inaugura pela manhã o Belas Shopping. À tarde exara o despacho que proíbe a exploração de areia na zona de construção do novo aeroporto de Luanda. [Sabe-se, agora, que era por causa da areia que ali se extrai, rara e muito valiosa, e não por causa de diamante, que havia um grande corrupio em torna da zona onde se ergue o aeroporto]. Entretanto e num gesto normal, mas ainda assim curioso para as circunstâncias, o despacho exarado pelo PR nessa manhã só foi publicado na sexta-feira seguinte, ou seja dia 30, isto é, na véspera da «inspecção» que o Presidente efectuou às ditas obras. Provavelmente só o PR e a sua Assessora para os Assuntos Jurídicos sabiam dos termos do despacho.

430 de Março, 6ª-feira

A imprensa oficial publica o despacho do PR dando conta da «proibição de qualquer exploração de areia ou de alguma utilização indevida da zona considerada reserva para a construção do novo aeroporto Internacional». Segundo o despacho presidencial, «são revogados, desta forma, todas as resoluções do Ministério da Geologia e Minas que autorizam a exploração de areia por algumas empresas, na zona considerada reserva para a construção do novo Aeroporto». O Governo tinha aprovado, a 15 de Maio de 2006, a constituição de uma reserva na zona de Calomboloca, província do Bengo, para a construção do novo aeroporto internacional, incluindo a sua respectiva zona de protecção e de expansão.

31 de Março, Sábado

O Presidente da República inicia pela manhã a primeira de uma série de visitas semanais a diversos projectos em execução pelo Governo. O novo aeroporto era o primeiro. Da agenda do dia faziam parte, também, obras em Viana, pelo que empreiteiros com projectos na zona de visita foram postos de sobreaviso . Após a conclusão da visita ao que será o futuro aeroporto, e pelos vistos, muito indisposto com o que viu e ouviu, o PR decidiu cancelar o resto da agenda. O PR voltaria a efectuar jornadas de campos nas sextas-feiras subsequentes, sendo que no dia 13, fê-lo logo após a grande chuvada que se abateu sobre a cidade. José Eduardo viu mais uma vez com os próprios olhos em que estado ficam áreas como a Lagoa de São Pedro e Rio Suroca, no Cazenga, bem como outros pontos «submersos» da cidade.

2 de Abril, 4ª-feira

Se este encontro tivesse tido lugar na véspera 1 de Abril, Kopelipa poderia ter pensado que o PR, pouco dado a brincadeiras, tinha a aderido ao dia das mentiras. Azar dele: era dia 2. E o Presidente da República, na verdade, nadza interessado nem dado a parodiar, chamou para a sua sala o ministro das Obras Públicas, general Higino Carneiro, e o director do Gabinete de Reconstrução Nacional, general Manuel Hélder Vieira Dias. Este recebeu instruções para começar a transferir para o Minopu uma grande parte das obras até aí sob seu controlo. Só ali Kopelipa percebe

que entrara em queda, e que o Presidente tinha decidido começar a esvaziá-lo.

3 de Abril, 5ª-feira

São adjudicados cinco pacotes do programa de reabilitação das vias estruturantes e terciárias da cidade de Luanda no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (Pip), durante uma cerimónia presidida pelo ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro. Fazem parte do projecto a via expresso Luanda/Kifangondo, com início na Boavista, avenida Ngola Kiluanje, desde o mercado de São Paulo até Kifangondo, Quarta Avenida, ligando a Ngola Kiluanje a estrada de Catete, e Quinta Avenida, a partir da estrada de Catete a Ngola Kiluanje. Constam ainda do programa de reabilitação os troços Sexta Avenida, ligando a estrada de Catete a Refinaria de Luanda, via Boavista/Tunga Ngó/estrada de Catete, estrada do Golfe/Viana, a partir do Gamek e inclui a rua do Sanatório, Auto-estrada periférica de Luanda ligando Cacuaco/ Viana/Cabolongo, incluindo a ponte de ligação em Cacuaco no troço Cabolongo/Chitungo, ligação Gamek antigo controlo (Golfe), Viana/Kikuxi, Viana/Calumbo, passando pelo Zango. Num grande exercício de relações públicas, Higino Carneiro, que andou os últimos a meses longe dos microfones, recomendou a necessidade do cumprimento escrupuloso dos prazos de execução das obras de reabilitação das vias rodoviárias degradadas de Luanda. Ao contrário de Kopelipa, que gere o aeroporto como de se uma sociedade secreta se tratasse, Higino Carneiro não só falou de prazos como avançou valores, e benefícios como o descongestionamento, e a criação de 5 mil empregos directos e indirectos.

12 de Abril, 5ª-feira

Passam-se 9 dias e aparentemente a poeira começa a assentar. Puro engano. O PR cria, por despacho, uma comissão multisectorial denominada «Gabinete Técnico e Executivo de Coordenação dos Projectos da Província de Luanda» a quem confia a missão de harmonizar as acções a serem implementadas pelo Governo no biénio 2007-2008. Quem esteve atento não perdeu de vista o facto desta comissão ser coordenada pelo director nacional de Infra-estruturas Públicas do Ministério das Obras Públicas, José Joanes André. Fazem ainda parte da mesma representantes dos Ministérios das Finanças, dos Transportes e do Urbanismo e Ambiente, do Grn, bem como

do Gabinete de Obras Especiais. Fazem igualmente parte da comissão o coordenador do Grupo Técnico de Coordenação do Programa de Reabilitação das Infra-estruturas Rodoviárias e representantes da Edel, da Epal, da Encib, da Angola Telecom, do Instituto Nacional de Estradas de Angola, da Elisal e da Dar Al Handash. Este formato seguramente que não são boas notícias para o general Kopelipa, nem tão pouco o para o governador provincial de Luanda, Job Capapinha. O primeiro perde porque o gabinete que dirige acaba subalternizado pelo Minopu. Higino Carneiro ganha mais uns pontos «sem sequer ter tido a maçada de dar um tiro»; o segundo soçobra mais um bocado, porque no espaço de uma semana o PR cria duas comissões – a outra visa a gestão de um programa de realojamento das populações que residem nas áreas onde serão desenvolvidos projectos de impacto social – que o desautorizam completamente. Numa palavra: Kopelipa e Capapinha foram postos na boca do aspirador em que o PR transformou o Minopu.

13 de Abril, 6ª-feira

É sexta-feira 13, dia tido com sendo de azar. Apesar do PR não ter exonerado ninguém, nem ter criado outra comissão, quem o viu, e o Semanário Angolense está entre as testemunhas, concluiu que JES não estava lá bem humorado quando a sua viatura galgava as crateras e sulcava as lagoas que se estendem da zona da Ftu até ao interior do Cazenga para onde se deslocou pela segunda vez no espaço de uma semana. Não haja dúvidas que mesmo se tratando de viaturas sofisticadas, como são os casos dos «Chevrolets» em que ultimamente se desloca o PR, não há conforto que resista à dureza aterradora daquelas partes da cidade. Mas pelos vistos não era que o incomodava o PR. Era provavelmente o calvário em que ainda vivem as populações daquelas áreas da cidade, apesar de todos os programas.

070421-28
Um vai abaixo, mas o outro não alcançará o tecto
«Kope» em queda acelerada e «Peito Alto» sobe devagarinho

Perante o que se passou nas últimas semanas, já não restam dúvidas que o director do Gabinete de Reconstrução Nacional, general Manuel Hélder Vieiras Dias, Kopelipa, já teve melhores dias. De outro modo

não se compreenderia que o Presidente da República tivesse ficado completamente indisposto depois que visitou as obras do futuro aeroporto de Luanda. Também não se compreenderiam algumas decisões que ele tomou nos últimos dias retirando ou reduzindo protagonismo ao Gabinete de Reconstrução Nacional. De qualquer forma, não se pode dizer, ou pelo menos ainda é cedo, que o general Higino Carneiro, o provável sucessor de Kopelipa como «mestre-de-obras» do Governo já tenha ou venha a ficar com o menu todo. Quem se der ao trabalho de reparar na composição e no mandato da comissão que vai gerir as obras inerentes à drenagem de vários pontos de Luanda há-de concluir que o homem indicado por Higino Carneiro, o engenheiro, José Joanes André, director de Infra-estruturas do Minopu, está cercado por uma série de «pivots» de José Eduardo dos Santos, a começar pelo Gabinete de Obras Especiais, o seu empreiteiro de reserva do Presidente da República. Segundo avaliação de uma fonte informada, «o Presidente da República não tirou 100 a Kopelipa para dar 100 ao Higino. Mais dias, menos dias Kopelipa vai perder mesmo os 100, mas até ver, Higino só vai ver 25 a 35 por cento do bolo». É certo que o ministro das Obras Públicas está à testa das obras de construção e reabilitação das estradas de Luanda. Mas o cofre está no Banco Nacional de Angola e os códigos estão guardados no Ministério das Finanças. Isto quer dizer que Higino Carneiro não está com a «bola» toda. Por conseguinte, e se isso serve de consolo a Kopelipa, ele vai abaixo, disso não há dúvidas, mas Higino «não chegará ao tecto tão cedo».

070421-28
A difícil escolha do Governo
O aeroporto ou o petróleo?
Estudos geológicos efectuados por reputadas empresas internacionais atestam que a região de Bom Jesus,

Os «peregrinos» que «entupiram» o gabinete do presidente do Conselho de Administração da Endiama, Arnaldo Calado, em Setembro passado, não estavam de todo errados quanto à existência de «qualquer coisa» em Bom Jesus, Calomboloca, zona onde se ergue o novo aeroporto de Luanda. Embora não haja evidências da existência - ou da não - de enormes jazidas de diamantes naquela zona, que justificassem uma forte

aposta na área, há sugestões, antigas e recentes, que recomendam um levantamento geofísico mais actualizado sobre o terreno. A suspeita de que ali há «qualquer coisa» vem de longe e acentuou-se após o presidente da República ter proibido à exploração de areia naquela zona. «Convenceram-nos de que não havia diamantes, mas nunca nos disseram que não nos podíamos juntar aos comerciantes de areia», disse um dos cidadãos que recorreu à Endiama. O Semanário Angolense soube de fonte fidedigna que apesar das razões que levaram a Fina Petróleos a abandonar, há muitos anos, os campos «marginais» de petróleo que explorava naquela região, a «digitalização», pela Conoco, de dados analógicos dos anos 50 - que eventualmente terão inspirado a Fina Petróleos a «fazer as malas», sugerem a existência de hidrocarbonetos em toda aquela área. «As dúvidas só acabarão quando se fizer um estudo, e isto não é coisa que se possa esconder como se escondem as obras do aeroporto», disse uma fonte da indústria petrolífera contactada por este jornal. «Ao nível do petróleo, eventos destes não são considerados segredo», acrescentou a nossa fonte. Os dados fornecidos ao Semanário Angolense indicam também que estudos geofísicos conduzidos mais tarde pela Agip e pela Elf, petrolíferas italiana e francesa, respectivamente, produziram resultados idênticos. Os estudos, tanto da Conoco como os que se seguiram, incidiram sobre uma área que vai da Muserra, norte do Bengo, ao Cabo Ledo, sul de Luanda, passando por Bom Jesus e pela Barra do Dande. De acordo com os mesmos dados, os primeiros sinais de areia siliciosa, a tal que deu a balbúrdia recentemente proibida pelo Presidente da República, foram detectados exactamente na Barra do Dande, onde, não certamente por acaso, foi instalada uma unidade de apoio às explorações de petróleo que a British Petroleum/Amoco executa no bloco 18. Perante isto, fontes da indústria petrolífera disseram a este jornal que as obras do futuro aeroporto internacional de Luanda só deveriam ir para frente depois de se ter a certeza, e de «todos saberem» que ali não há petróleo, ou pelo menos o que existirá por lá não é comercialmente viável. «Não só não se fez isto, como também nunca se ouviu falar de um estudo de impacto ambiental. Na reportagem que o Jornal de Angola publicou em Agosto passado, viu-se alguma linha sobre estudos ambientais?», interrogou-se uma das fontes contactadas por este jornal. Fontes da indústria petrolífera disseram a este semanário que Angola não deve perder de vista que nos próximos anos o petróleo

continuará entre os 50 e os 60 dólares por barril e por isso não perderia nada em executar um novo estudo e transferir o aeroporto para outra localidade. Quanto aos diamantes, fontes ligadas à indústria mineira disseram a este jornal, que diante do que se sabe até aqui é muito pouco provável que haja diamantes que justifiquem investimentos. «A existência de silício, ou de areias siliciosas não chegam para justificar a existência de depósitos primários de diamantes, são quase sempre associados a ocorrência de eventos vulcânicos, o que não é caso daquelas localidades. Nunca houve aí nada disso». As mesmas fontes advertem, no entanto, que ante a existência de hidrocarbonetos em zonas adjacentes ao curso do rio Kwanza – daí a criação da zona de exploração da bacia do Kwanza – há 60 % de probabilidades de haver petróleo em Bom Jesus. «Isto só se esclarece com estudos geofísicos».

070421–28
Livres da «guilhotina»

De acordo com as contas feitas por este jornal, se o critério para a «limpeza» for sobretudo a idade, entre os embaixadores que não seriam atingidos pela medida estariam Liseth Pena (Polónia), Albino Malungo (Japão), Toko Diakenga Serão (Bélgica), Leovegildo Leitão (Brasil) e Armindo Espírito Santo (representante junto do Vaticano). O cilindro também não atingiria José João «Jota» (Israel), Flávio Fonseca (Singapura), Alberto Correia Neto (Eslovénia), Armando da Cruz Neto (Espanha), Josefina Diakité (Estados Unidos da América), Victor Lima (França), Manuel Augusto (Etiópia), Apolinário Correia (Suíça), Arcanjo Maria do Nascimento (representante do país junto das organizações do sistema das Nações Unidas na Suíça) e Armando Cadete (Guiné Equatorial). De fora da medida ficariam ainda o indigitado embaixador na Zâmbia (Pedro Neto), Toni da Costa Fernandes (Índia), bem como Miguel Gaspar Neto (África do Sul), Ana Maria Carreira (Inglaterra), Armando Tito (Rússia), Isaías Jaime Vilinga (Grécia) e José Alves Primo (Ghana).

070421–28
Embaixadores na corda bamba

Se a proposta de «saneamento» dos diplomatas angolanos que o PR mantém engavetada no seu gabinete basear-se

essencialmente no critério da idade, estariam na corda bamba todos os embaixadores com mais de sessenta anos. Em África temos: Alexandre Rodrigues «Kito» (Namíbia), Garcia Bires (Moçambique), Luís de Almeida (Marrocos), Hermínio Escórcio (Argélia), José César Augusto «Kiluanje» (Cabo Verde), Pedro Hendrik Vaal Neto (Egipto), Brito Sozinho (Guiné-Bissau), Evaristo Domingos Kimba (Nigéria), Emílio Guerra (Gabão), Pedro Mavunza (S. Tomé e Príncipe), Ambrósio Lukoki (Tanzânia), Mawete João Baptista (República Democrática do Congo) e Pedro Agostinho Neto (Botswana).
Na Europa estão os seguintes embaixadores: Manuel Pedro Pacavira (Itália), Domingos Culolo (Suécia), Almerindo Jaka Jamba (representante na UNESCO), João Vahekeny (Hungria), Bento Ribeiro (Alemanha) e Assunção dos Anjos (Portugal). No continente americano estão: Miguel Nzau Puna (Canadá), José Condesse de Carvalho «Toca» (Cuba), Ismael Martins (representante na ONU), Fernando Dito (Argentina) e José Jaime Furtado Gonçalves (México).
Finalmente, na Ásia, apenas um na corda bamba: João Manuel Bernardo (Chi

070421-28
A cidade dos buracos

A cidade do Huambo pode bem ser a cidade angolana com mais buracos: os das ruas. Não há, praticamente, uma rua sem buracos; os das fachadas - ainda existem muitas paredes com marcas de balas; os das árvores, muitas das árvores da cidade ostentam marcas de balas. Segundo Henrique Mendes, Director Provincial do Plano o governo provincial pretende ter a avenida da independência (antiga 5 de Outubro) recuperada até meados deste ano, mas alguns cidadãos disseram a este jornal que a empresa a quem foi adjudicada a obra, a portuguesa Monte e Monte, não dá garantias. Terá sido a mesma empresa que atrasou a recuperação da via Huambo/Caála. Aliás, sente-se nos habitantes do Huambo alguma insatisfação com o trabalho das empresas portuguesas, que acusam de serem pachorrentas. Diz-se que no caso dos chineses, os engenheiros vivem nos estaleiros e acompanham os trabalhos noite e dia, já os engenheiros portugueses instalam-se nos melhores hotéis, passam os fins-de-semana em Luanda, passam o tempo acompanhados de raparigas e a queixar-se do país, como se alguém os tivesse arrastado para cá e não o desemprego no seu país de origem. Ou seja, «com os portugueses as obras

não cumprem prazos, saem muito caras e sem a qualidade exigível», confidenciou-nos um velho funcionário público. «No caso da 5 de Outubro os portugueses nem souberam lidar com a chuva. Será que em Portugal não chove, que fazem de propósito, ou andará por aqui muito engenheiro falso?», interrogou-se.

070421-28
Nove unidades fazem a indústria do Huambo

A Cefa que produz a Coca-Cola, a Ulisses (montagem de motorizadas Yamaha), Uma fábrica de espuma (esponja), uma unidade de madeiras, a fábrica de plásticos (pronta a arrancar com a produção de garrafas), a fábrica de leite de soja da Microform II, uma empresa de confecções de batas e uniformes, a fábrica de ração animal Hossi e a fábrica de sabão da Caala são o que resta do segundo maior parque industrial de Angola. A Cuca está a ser recuperada, ao que se diz, por António Mosquito. A falta de energia eléctrica é apontada como o mais importante entre os factores inibidores do renascimento do parque industrial do Huambo. A situação geográfica, no centro do país, somada a paralisação do Caminho-de-Ferro de Benguela (Cfb) e às assustadoras condições das estradas nacionais, é outro dos factores que asfixiam os desejos da reabilitação industrial do Huambo. O governo da província, no entanto, faz planos e aposta na agro-indústria e nas indústrias de materiais para a construção civil. Está a pensar-se num pólo industrial a que se associarão escolas de formação técnica. A ideia é ganhar terreno e empregos aproveitando os recursos da região. Este aproveitamento terá um incremento com a abertura do Presild na província, que comercializará uma parte da produção agrícola.

070421-28
Desde 1975
Mais de 175 mil empregos perdidos

Nos primeiros anos após a independência os níveis de emprego no Huambo ainda eram altos, chegando aos 200 mil empregados. Hoje a diferença é abismal, são apenas 25 mil os que contam como estando empregados. A razão não está na modernização das empresas e meios de produção que levariam à substituição da força braçal por máquinas. A guerra encarregou-se de destruir as fábricas e outras infra estruturas. Contando que cada

família tem uma média de cinco pessoas, chega-se às 875 mil pessoas com menos rendimentos, ou sem qualquer rendimento. É dramático. O Cfb (Caminho de Ferro de Benguela) estava entre os maiores empregadores no Huambo, ou seria mesmo o maior, hoje está paralisado. Tem as oficinas, estações e apeadeiros destruídos e a espera de reconstrução. Em 2002 o Director Geral, em Benguela dizia que em Agosto de 2004 estaria tudo sobre carris, estamos em 2007 e não será neste Agosto também. A Cuca (fábrica de cervejas) era outro dos grandes empregadores e financiadores do sistema tributário. Os impostos da Cuca, per si, pagavam a totalidade dos salários da função pública no Huambo.

070421-28
«Defender os interesses dos cidadãos que não possuem viatura e criminalizar a irresponsabilidade de quem conduz mal»
Importância do seguro automóvel obrigatório

No dia das mentiras, o Jornal de Angola juntou-se às brincadeiras da época, publicando uma notícia segundo a qual, os automobilistas seriam obrigados a partir de uma data muito próxima a assegurar os seus veículos contra certos riscos. Fora daquela publicação, no entanto, a situação prevalece a sério. Segundo notícias em posse deste jornal, o novo Código da Estrada, cuja aprovação tem estado inexplicavelmente a patinar nos gabinetes da burocracia de Luanda, prevê a obrigatoriedade de um seguro de responsabilidade civil para todos os automóveis que se habilitem a circular pelas estradas do país. Por seu lado, a Lei sobre o Seguro Automóvel preceitua o mesmo. Resta saber agora se o mercado reúne condições para essa iniciativa, típica de sociedades mais justas e caracteristicamente primeiro-mundista. Radicado no Canadá, João de Almeida, um especialista do sector dos seguros, tem todas as respostas suscitadas por esta questão, concedendo-as ao leitor nesta interessante conversa com jornalistas do Semanário Angolense.

Semanário Angolense (SA): Qual é a importância do seguro automóvel?
João de Almeida (JA): O proprietário de uma viatura, nos termos das alterações a serem efectuadas a lei sobre o seguro automóvel, é obrigado a subscrever esta cobertura. O melhor seguro automóvel protege a viatura de qualquer inconveniência que possa ocorrer, como acidentes contra a propriedade alheia e contra os

pedestres que em consequência de um acidente podem sofrer lesões corporais e até morte. Em Angola nós temos varias companhias de seguro que certamente vendem coberturas para assegurar viaturas e os respectivos condutores, mas a questão que se coloca é saber qual destas companhias no mercado angolano oferece a melhor cobertura «contra-terceiros» ou, tecnicamente falando, o melhor seguro de «Responsabilidade Civil». Mas, aqui também é preciso que a lei especifique a que tipo de responsabilidade civil se refere; se responsabilidade civil auto ou responsabilidade civil obrigatória. Não conheço o prospecto da nova lei e por isso não posso ser muito específico sobre o tipo de responsabilidade civil. Quanto a mim, deveria ser um tipo de responsabilidade civil obrigatório contra danos corporais e danos materiais, mas isto provoca fraudes ilimitadas. Os angolanos ainda não estão suficientemente esclarecidos sobre esta matéria e aí o Instituto de Supervisão de Seguros terá de fazer um trabalho de esclarecimento antes desta lei entrar em efectividade. No Canadá, por exemplo, que é o país onde me formei, ninguém contrata os serviços de uma seguradora que não oferece pelo menos um milhão de dólares para cobertura de acidentes contra pessoas e contra a propriedade alheia, que pode ser uma viatura, posto de electricidade público ou uma habitação, ou, pior, danos corporais. E isto apenas para o seguro automóvel contra terceiros. Se quiser ser mais específico posso dar o seguinte exemplo: A polícia considera o motorista «A» culpado num acidente de viação em que tenha destruído um Rolls Royce e causado danos físicos ao motorista deste carro luxuoso. O valor da apólice subscrita pela seguradora tem de ser capaz de assumir as despesas de reparação do Rolls Royce e pagar as despesas clínicas do outro automobilista. Portanto, é muito complexo e extensivo falar da importância do seguro automóvel. Depende muito da percepção do proprietário da viatura quanto à extensão dos danos que possa causar e, consequentemente, de quanto ele quer gastar para se precaver contra reclamações por danos causados. Mas para o propósito das alterações à lei que o Governo Angolano vai introduzir proximamente, penso que esta definição é suficiente, visto haver evidentemente uma clara implicação social nisso tudo.

SA: No contexto de Angola, em que a maior parte dos cidadãos tem rendimentos muito baixos, o seguro automóvel obrigatório não afastaria esses cidadãos da possibilidade de terem o seu próprio automóvel?

JA: Bem, o Governo Angolano está perante o dilema de proteger a propriedade alheia, a vida alheia, e, o que é mais importante, a defesa dos interesses financeiros dos cidadãos que não possuem viatura e criminalizar a irresponsabilidade de quem conduz mal. E aqui eu gostaria de ser claro: quando se determina que há crime num acidente, a seguradora não indemniza. Se o Governo Angolano decidiu introduzir estas alterações na lei com a melhor das intenções, e penso que o fez, então fê-lo muito bem. Li recentemente pela imprensa do nosso pais que o director do Instituto de Supervisão de Seguros havia declarado que para o seguro automóvel contra terceiros, prevê uma apólice com um prémio de USD$300/ano em duas tranches de USD$150, suponho de seis em seis meses. Ou, mais fácil ainda, 82 cêntimos do dólar por dia. E aí não concordo que seja o ISS a estabelecer o prémio, mas isso é conversa para outra ocasião. Depois é preciso determinar a importância segurada. Ora, quem tem dinheiro para adquirir uma viatura, também deve ter para pagar o seguro, sob pena de em caso de acidente ter de ser responsabilizado civilmente por circular sem o competente «slip» ou certificado de seguro e assumir as despesas pelos danos causados. Por outro lado, se alguém sofrer um acidente provocado por um automobilista que não tem seguro obrigatório, mesmo que a culpa seja do primeiro, a responsabilidade civil do motorista que não tem o seguro não desaparece. Sem falar das despesas. Por outro lado, com a introdução do seguro automóvel obrigatório, o Governo deveria instituir um fundo de garantias de seguro para cobrir os custos dos sinistros provocados por motoristas sem capacidade financeira. Este fundo de garantias de seguros deveria ser independente do Ministério das Finanças e do ISS, digamos uma instituição autónoma. Nalguns países este fundo é subsidiado pelas próprias e pelo Estado. Aqui estamos a falar de responsabilidade social. Pode o ISS instituir um seguro-auto para pessoas de baixa renda? Eu penso que a questão não se coloca nos baixos rendimentos das pessoas. A população deve pensar primeiro que com a subscrição do seguro automóvel mínimo está a proteger os seus bens e a si mesma sobre futuros sinistros. E é essa a vontade e a intenção que eu penso terem movido o Governo a avançar para esta reestruturação. Uma visão principalmente social. E para que esta lei seja cumprida, penso que o Instituto de Supervisão de Seguros e as seguradoras nacionais deveriam trabalhar em conjunto no sentido de educarem os agentes da polícia de trânsito sobre os instrumentos

técnicos que regem a lei que vai entrar em vigor. As seguradoras devem estabelecer mecanismos de sincronia com a Polícia de Trânsito sobre os acidentes de viação, tal como ocorre aqui no Canadá. Se isto não acontecer, vamos começar a verificar o crescimento e a sofisticação da fraude do seguro automóvel, um desvio moral que no Canadá chega a atingir 1 bilião de dólares de prejuízos para as seguradoras e de taxas e impostos para o governo. De acordo com as alfândegas, só Luanda tem cerca de 2,5 milhões de viaturas e entram diariamente cerca de 10 mil pelo Porto de Luanda. Portanto, não vamos esperar que toda a gente conduza assegurada, porque mesmo aqui no Canadá existem motoristas a conduzir sem seguro. Se forem apanhados pagam uma multa de $4,000,00 dólares e 30 dias de cadeia. Não sei qual é a proposta do Iss levada já ao Conselho de Ministros, mas também não deve ser leve para os costumes de Angola.

SA: Estando a oferta de transporte público muito abaixo das necessidades, o seguro automóvel não iria agravar o problema em grandes centros urbanos como Luanda?

JA: É provável que sim. As pessoas teriam receio em manusear uma viatura se não fossem portadoras do competente certificado de seguro emitido pelas seguradoras. Mas isso dependeria também das multas pecuniárias envolvidas que a lei estabelece a quem conduza sem seguro, quanto mais não seja, o seguro automóvel mais básico que é o seguro contra-terceiros ou de Responsabilidade Civil.

Para evitar uma sobrecarga aos transportes públicos devido à introdução do seguro obrigatório, as seguradoras devem criar mecanismos de distribuição do referido seguro através de formas mais expeditas, como a aceitação da intermediação através da «brokeragem» e de agentes independentes instalados por toda a extensão do país e das grandes cidades como Luanda. As informações que possuo fazem transparecer que as seguradoras instaladas no mercado angolano não estão muito dispostas a modernizar e a expandir os seus sistemas de distribuição. Privilegiam outros critérios que não os técnicos sobre a distribuição. No Canadá, nos Estados Unidos e na Alemanha, por exemplo, o sucesso financeiro das suas companhias depende em grande medida dos seus sofisticados sistemas de distribuição de seguro. A indústria seguradora angolana está em franco crescimento e as companhias que não souberem prever o futuro da indústria serão ultrapassadas pela concorrência, principalmente aquelas

que gerem multimilionários portfólios de pensões de reforma.
SA: Há alguma relação entre a ausência do seguro automóvel e a enorme quantidade de carros que entra no país?
JA: Não vejo aí nenhuma relação e não acredito que com a promulgação da lei do seguro automóvel obrigatório, os carros vão deixar de ser importados ou pelo menos diminuir o seu fluxo. Do ponto de vista comercial, é provável que quantas mais viaturas estiverem em circulação, mais rendimentos terão os mediadores e «brokers». Mas não sei se isto acontecerá proporcional em relação às seguradoras. Só um especialista actuarial poderia concisamente responder esta questão. Eu sou especializado em subscrição e a única coisa que lhe poderia dizer é que quantas mais viaturas tivermos em circulação, maior será o risco de cada uma delas nas estradas e, portanto, os itens de subscrição e análise de riscos dependeriam deste factor estatístico. Mas até aí, confesso que a promulgação da lei não vai refrear a entrada de viaturas em Angola. Pode, e isto muito remotamente, diminuir a circulação delas.
SA: A promulgação da lei sobre o seguro automóvel obrigatório traz algumas vantagens para o país?
JA: Obviamente que sim. Como deve calcular, o seguro tem várias funções e uma delas é social. A introdução desta lei vai ter certamente um impacto muito grande nos índices de desemprego por todo o país e penso que o Governo Angolano está alertado para esta vantagem. Voltando à questão da distribuição; a promulgação da lei do seguro obrigatório vai atiçar a criação de pequenos escritórios de mediação e «brokeragem» de seguro. Isto vai certamente criar empregos directos. Uma outra função do seguro é financeira e económica; multas a quem conduz sem seguros, taxas cobradas às seguradoras, os bancos vão poder criar um sistema de banco de dados mais fiável em relação ao crédito automóvel e aumentar os seus rendimentos neste segmento, além de ajudar a amenizar o problema de pessoas que tenham sofrido danos corporais por ocasião de um acidente, que deve ser o motivo principal da lei. Sei por exemplo que alguns bancos angolanos estão a pensar em entrar para a «bankassurance» ou seguro comercializado em bancos. A promulgação desta lei será certamente uma alavanca para que esta iniciativa dos bancos avance. É preciso e que os bancos tenham especialistas que entendam sobre os conceitos de «bankassurance» para protegerem os seus activos financeiros. Os bancos não podem entrar para a

«bankassurance» como mediadores deixando o papel da elaboração do estudo de viabilidade e outros «agreements» nas mãos dos especialistas das seguradoras de quem vão vender os produtos. Os gestores dos bancos comerciais angolanos precisam perceber que são eles que têm o activo mais importante para entrar neste segmento de negócios: os seus clientes.

070421-28
070421-28

Xxxxxxxxxx

070414-21
Reprovado por incompetência e desonestidade
Nelo Victor sai da Nova Cimangola com muitas nódoas na imagem
O ex-Pca arrastou consigo o director de Marketing e Vendas

O presidente do Conselho de Administração da Nova Cimangola e o seu coadjutor para as áreas de Marketing e Vendas, Nelo Victor e António Albino, respectivamente, foram terça-feira destituídos no fim de um processo em que foram forçados a solicitar o seu afastamento, soube este jornal de fontes dignas de fé. Este jornal obteve revelações segundo as quais os dois acabaram por ceder a pressões da empresa que detém a maioria accionista da Nova Cimangola, a Ciminvest, no sentido de apresentarem pedidos de demissão. A Ciminvest assumiu em Outubro uma participação maioritária no capital da Nova Cimangola no quadro de um processo em que ficou com 49 por cento das acções que o Estado angolano detinha naquela que é a maior cimenteira nacional. As informações disponíveis indicam que na sua qualidade de sócia, Isabel dos Santos comunicou pessoalmente a Nelo Victor, na semana passada, o facto de que a Ciminvest lhe havia retirado a confiança, recomendando que fosse dar o recado a António Albino, a quem a decisão era extensiva, e exigindo que ambos apresentassem pedidos de demissão (ler mais sobre isso no título Abril fatídico). A apresentação de pedidos de demissão, embora ainda não suficientemente vulgarizada nos casos em que impere a rescisão do empregado, tem sido adoptada em situações em que o pagamento das indemnizações legalmente previstas se apresente contraproducente. De acordo com as informações obtidas, em relação a Nelo Victor e a António Albino abundavam razões para que a sociedade

que detém a Nova Cimangola pretendesse livrar-se deles, nomeadamente em consequência de uma gestão que a Ciminivest tomou como flagrantemente incompetente e viciada (este último aspecto relativo à política de recursos humanos), mas, também, face a outra tanta dose de desonestidade na administração financeira da empresa. Segundo se diz, Nelo Victor estava a encher a Nova Cimangola de parentes, sendo esse o critério mais básico da política de recursos humanos da sua gestão. Essa lógica deu lugar a que fossem tomadas outras tantas decisões promíscuas. Ainda no início deste mês (para dar apenas um exemplo), a empresa incorreu em gastos considerados importantes quando a filha de uma alegada amante de Nelo Victor foi dar a luz em Portugal, tendo todas as despesas a seu favor e de um numeroso séquito de damas de companhia, tias, primas e avós, pagas pela cimenteira. Isso, além de que veio a saber-se que o agora destituído PCA da Nova Cimangola ficava com 80 por cento do valor de uma certa quantidade das vendas de cimento destinadas a cobrir as necessidades do Progresso Associação do Sambizanga, patrocinado pela empresa. Já em relação a António Albino existem evidências claras de ter feito importações indevidas de cimento e de klinker, uma variável daquele produto, atentando contra os cofres da empresa. Compelidos a demitirem-se, Nelo Victor e António Albino apenas se convenceram da inevitabilidade dessa decisão na última terça-feira, quando o corpo de accionistas da Nova Cimangola se reuniu em Luanda expressamente para decidir o afastamento dos dois. Américo Amorim, sócio de Isabel dos Santos na Ciminvest, veio de propósito de Portugal para participar na reunião, que decidiu sobre o afastamento de Nelo Victor e António Albino, mas, também, em torno de um novo formato para a administração da empresa. No quadro desta última questão, ficou decidido que a Nova Cimangola passa a ter um Conselho de Administração desprovido de funções executivas, que a partir de agora ficam unicamente destinadas a um administrador delegado indicado pela Ciminvest. Assim, o jurista Rui Ferreira, que jogou um papel preponderante no resgate da posição accionista maioritária da Nova Cimangola das mãos da Cimpor portuguesa (ver caixa na pág. 4), foi indicado para presidir o Conselho de Administração, ao passo que André Pacavira Júnior foi indigitado para o posto de administrador delegado. O engenheiro Silva Neto, um português, foi nomeado para o cargo de director do Marketing e Vendas, substituindo o demitido António Albino. As expectativas giram agora em torno do dia

seguinte. De acordo com as fontes que forneceram estas informações, que disseram basear-se «no rumo que as conversas estão a tomar», é provável que depois de afastados, Nelo Victor e de António Albino tenham que enfrentar algumas chatices no prédio onde funciona a Dnic.

070414-21

O Pca não tinha credenciais

O tipo de gestão que Nelo Victor exerceu na Nova Cimangola era diametralmente oposto às metas empresariais da Ciminvest, que contraiu no Bic um crédito de 74 milhões de dólares para adquirir 49 por cento das acções da cimenteira. Assumindo decisões de gestão de carácter bairrista ou perdendo-se na desonestidade, Nelo Victor não podia corresponder às expectativas de uma gestão virada para os resultados traçada pelos accionistas da empresa cimenteira angolana. Fontes deste jornal consideraram, por isso, que os desencontros com os accionistas da Nova Cimangola ficaram a dever-se, fundamentalmente, a deficiências pessoais e também a uma acentuada dose de desonestidade de Nelo Victor. Ido dos quadros da Jmpla, que geralmente se encontram entre a clientela que provê os postos de gestão nas empresas públicas, não se pode afirmar, a rigor, que Nelo Victor tenha trabalhado alguma vez na vida antes de ter sido imposto como gestor na Nova Cimangola. Tanto no passado, quanto no presente, o exercício de cargos e a participação na actividade política da organização juvenil do Mpla não pode ser considerada como uma função laboral quer à luz dos critérios trabalhistas, quer segundo os padrões profissionais. Quando muito isso apenas ensina os caminhos e dá traquejo nos corredores onde se exercita a bajulação. Nelo Victor foi levado para a Nova Cimangola pelas mãos do seu cunhado Fernando Nogueira «Ligeiro», até há meia dúzia de anos atrás delegado do Estado na cimenteira angolana. Ao ser imposto à empresa, Nelo Victor ocupou o posto de director Comercial, do qual, e no que pareceu ser já uma evidência da sua falta de credenciais para conduzir uma área tão sensível, foi «rebaixado» para um posto de direcção de menos importância técnica, sendo-lhe então destinado o posto de chefe do sector de Comunicação e Imagem. Para Nelo Victor, esta fase da sua vida não condizia com as suas aspirações: deixou de falar com o cunhado, que acusou de não lhe ter dado a protecção que esperava, e começou o mexer com as suas influências na

sede do Mpla, onde efectivamente encontrou o amparo necessário para a sua ascensão. Numa das crises cíclicas da empresa, durante os tempos em que uma parte considerável das acções andou a saltar de mãos em mão, Nelo Victor foi primeiramente catapultado para o posto de administrador delegado e depois para o de presidente do Conselho de Administração da Nova Cimangola. É nisso que reside o facto de ter caído em desgraça na Nova Cimangola. Com o seu perfil mais inclinado para fazer sobressair o militante situacionista do que o homem de negócios, Nelo Victor acaba por não reunir as condições para se alinhar à filosofia de gestão dos accionistas maioritários da empresa, uma associação de empresários sofisticados que persegue os resultados e, nesta perspectiva específica, muitas vezes disposta a atirar as «guias de marcha» emitidas na sede do Mpla para o cesto do lixo. Nelo Victor sai da Nova Cimangola com a imagem profundamente arranhada, o que à partida lhe vedará, pelo menos para os tempos mais próximos, as portas de qualquer empresa que se preze. Mas sai com os bolsos abarrotados. As pessoas que conviveram com os seus processos de gestão na Nova Cimangola asseguram que Nelo Victor perseguiu incansavelmente a meta que anunciou um dia depois de tomar posse como presidente do Conselho de Administração. «Nunca mais serei pobre».

070414-21
Abril Fatídico

Segundo apurou o Semanário Angolense, desde que tomou conhecimento da contingência de ter que se demitir, António Albino traçou para si uma estratégia que levasse a que os accionistas o demitissem, com o que preservaria a aptidão para as indemnizações legalmente previstas. Mas Nelo Victor foi incansável nos esforços para se manter no cargo, contrariando a vontade de Isabel dos Santos e dos outros sócios da Ciminvest. Lendo esta cronologia dos factos ligados à demissão de Nelo Victor e António Albino, o leitor perceberá melhor aquilo que aqui é afirmado.

Primeira Semana

Sem usar intermediários, Isabel dos Santos deu pessoalmente a Nelo Victor a notícia de que os accionistas da Nova Cimangola tinham retirado a confiança no Conselho de Administração, comunicando-lhe, além do mais, que a decisão era extensiva ao administrador da área de Marketing e Vendas e que

esperava que ambos apresentassem pedidos de demissão. Na sua primeira reacção, Nelo Victor tomou a comunicação de Isabel dos Santos como uma reminiscência do dia das mentiras, universalmente celebrado na véspera. Mas pelo sim e pelo não, pôs-se em campo e foi então que descobriu que era o único que ainda andava a leste das intenções da Ciminvest.

Quinta-feira, 05

Nelo Victor iniciou diligências no sentido de travar a queda, tendo nesse mesmo dia sido visto na sede do Mpla tentando falar com o secretário-geral desse partido, com certeza que para uma conversa em que procuraria evocar a sua condição de militante dedicado que devotou a vida ao partido. Mas além da afabilidade que serve em doses muito generosas a todos com que fala - independentemente da origem, cor da pele, filiação politica, etc - é improvável que Dino Matross pudesse, pelo menos nesta altura, ter outra serventia para Nelo Victor.

Quinta-feira, 05

Neste mesmo dia Nelo Victor terá estendido a sua investida ao Primeiro-Ministro. As fontes do Semanário Angolense não puderam confirmar se Nelo Victor foi mesmo recebido pelo «premiér». Mas tanto quanto julgam conhecer de Nandó, as fontes deste jornal estão convencidas que Nelo Victor não terá conseguido arrancar-lhe mais do que uma palmadinha nas costas quando o foi acompanhar até à porta de saída. Promessas de apoio, que era o que Nelo Victor precisaria de ouvir naqueles momentos de angústia, isso ele nunca obteria de Nandó. Calculista quanto baste, o Primeiro-Ministro nunca se comprometeria numa causa antecipadamente perdida, sobretudo quando na outra metade do campo estava nada mais nada menos do que a «Princesa» Isabel. Quando muito, Nelo Victor levou apenas para casa o enigmático sorriso de Nandó.

Sexta-feira, 06

O exasperado Nelo Victor reúne amigos e familiares para analisar a possibilidade de solicitar uma audiência ao Presidente da República. A intenção foi abortada ali mesmo quando um dos presentes, que tem boa memória, recordou a todos que José Eduardo dos Santos é o pai de Isabel. E isso ele já era antes de ser Presidente da

República. Por isso, de nada valeria bater-lhe a porta porque naquela altura do campeonato já deveria estar mais do que informado da decisão da filha.

Segunda-feira, 09

O ainda PCA da Nova Cimangola desdobra-se em novos contactos com várias entidades, procurando apoios para uma cruzada que levasse a Ciminvest a reconsiderar as suas posições e a recuar. Ninguém lhe ofereceu o ombro.

Terça-feira, 10

Nelo Victor e António Albino redigiram e subscreveram finalmente os seus pedidos de demissão, convencidos de ser essa uma opção que os ajudaria a contornar os problemas legais que poderiam emergir de um desfecho judicial da questão.

070414-21
Estrutura accionista

Em Outubro do ano passado, a Ciminvest cobriu, com um montante de 74 milhões de dólares, o resgate de 49 por cento das acções da Nova Cimangola até àquela altura detidas pela empresa cimenteira portuguesa Cimpor. Fontes oficiais disseram na altura que essa operação impunha-se para retirar à Cimpor, uma empresa portuguesa, o controlo do sector angolano do cimento. Argumentou-se, ainda, que o controlo da Nova Cimangola, uma empresa estratégica no actual processo de recuperação e construção de infra-estruturas, por uma empresa estrangeira, representava um perigo para a estabilidade do mercado de materiais de construção e do cimento em particular. Depois dessa operação, a estrutura accionista da Nova Cimangola SA ficou liderada pela Ciminvest, com 49 por cento das acções. A Ciminvest é uma empresa cujo aparecimento só deixou de surpreender quando se soube pertencer a uma sociedade que tem participação preponderante de Isabel dos Santos e do empresário português Américo Amorim. A Cimangola Uee (em representação do Estado), conta com 40.20 por cento das acções da Nova Cimangola, o Banco Africano de Investimentos tem 9.52 por cento, e accionistas individuais detêm 1.28 por cento. Nesta última participação pode eventualmente incluir-se uma empresa do ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, designada Cabuta, assim como uma presumível e não

conhecida participação do ministro das Finanças, José Pedro de Morais. O Estado perdeu a liderança do empreendimento, depois de a ter conseguido quando em Janeiro do ano em passado afastou os representantes da Cimpor do Conselho de Administração no quadro de uma aliança entre os accionistas nacionais que colocou a parte angolana em maioria com 51 por cento dos votos.

070414-21
Subsídios elevam remunerações das chefias
«Pingo doce» volta a jorrar na Taag

Valdemiro Dias

Um aumento dos privilégios dos titulares de postos de direcção e chefia na Taag gerou um mal-estar entre os trabalhadores da companhia, segundo soube este jornal de uma fonte que considerou que as medidas nesse sentido tomadas pelo presidente do Conselho da Administração, Nelson Martins, aumentam o fosso entre os empregados da empresa. O acrescimo dos privilégios para as chefias ocorreu em Novembro último, prevendo um pacote de subsídios destinados aos chefes de secção e de divisão, os subdirectores e directores de serviços. Nos termos dessa decisão, os chefes de secção passaram a beneficiar de um bónus mensal correspondente a 400 dólares, os chefes de uma divisão 1.500, subdirectores 3.500 e directores uma quantia máxima de cinco mil dólares, desconhecendo-se que valores este esquema destinou aos administradores. Além destes subsídios, foram adoptados privilégios adicionais para as categorias de empregados acima citadas, em que se incluem a disponibilização de cartões de compras do Intermarket e recargas telefónicas pré-pagas. Um subsídio de alimentação também instituído com este pacote é extensivo a todos os trabalhadores. Uma fonte da companhia declarou, quando falava a este jornal, que o regime de privilégios adoptado contraria o conteúdo da mensagem que o Pca tem feito passar, mostrando-se determinado a pôr fim às injustiças que vigoraram na empresa durante o mandato da anterior administração. Ao tomar posse como Pca da Taag em Novembro último, Nelson Martins prometeu engajar-se pessoalmente em pôr termo às divisões entre os trabalhadores da companhia, que assentavam particularmente num esquema que ficou conhecido como «Pingo Doce», uma espécie recompensa que era paga sob conveniência a alguns trabalhadores. De acordo com fontes da Taag, transcorridos seis meses

sobre a tomada de posse, nenhum sinal de mudança foi evidenciado pelo Conselho de Administração no tocante a questão salarial, regida por cinco diferentes tabelas. A implementação dos subsídios de direcção e chefia é encarada como o restabelecimento do «Pingo doce», desta vez adoptado em moldes mais refinados, mas nem por isso menos conflituosos ou menos dolosos em relação ao erário público. Em muitos casos, disse uma fonte, o valor dos subsídios duplica o valor dos salários de alguns dos beneficiários deste aparentemente novo esquema. Geralmente, os pagamentos extraordinários superam o valor do salário mínimo vigente na empresa. A fonte declarou que os níveis de descontentamento no seio dos trabalhadores da transportadora aérea de bandeira mantêm-se inalterados face aqueles que persistiam durante a administração de Mateus Neto, reflectindo-se sobre a generalidade dos serviços da companhia.

070414-21

ritadeiras estão desactivadas, mas ninguém assume o ónus
Guerra dos inertes em Cacuaco
Sem dar explicações, alguém usou a Guarda Presidencial

Luanda está a ser trespassada pela guerra dos inertes, uma disputa que opõe responsáveis do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) aos donos das britadeiras instaladas Cacuaco. Britadeiras são, por assim dizer, minas de exploração de inertes, matéria-prima como calcário utilizada como componentes de materiais de construção que vão de blocos e placas de betão armado, à massa betuminosa usada na constituição dos tapetes de asfalto para as estradas. A crise começou no início do ano quando as empresas que exploraram calcário e outros inertes em Cacuaco souberam de fontes oficiosas que a sua actividade seria interrompida em virtude da saturação dos materiais ali extraídos. Mas a guerra foi desencadeada no início deste mês quando um grupo de homens armados apareceu na área onde essas minas estão localizadas, com licenças de concessão passadas pelo Ministério da Geologia e Minas, ordenando a paralisação dos trabalhos. Anunciando estar a cumprir ordens do Gabinete de Reconstrução Nacional, o grupo não soube, no entanto, dizer de quem concretamente recebeu as ordens para interromper as explorações, limitando-se a remeter os concessionários das minas a alguém

identificado simplesmente como capitão Marques. Ao telefone, já que ele afastou liminarmente o contacto pessoal com os concessionários das minas, o tal capitão Marques disse-lhes apenas que mandara para ali os seus homens em obediência a «ordens superiores», nunca, entretanto, indicando a sua origem. Foram afectadas pela decisão, que se julga arbitrária, pelo menos seis empresas, nomeadamente a Paviterra, Soares da Costa, Cojoal, Sanir, Tecnovia e Africavision. As ditas «ordens superiores» não atingiram, curiosamente, uma britadeira afecta à Teixeira Duarte, uma empresa de construção civil e também do ramo automóvel em torno da qual se alegam interesses de Ana Paula dos Santos, esposa do Presidente da República. Representantes das empresas que ficaram sem as suas explorações de inertes fizeram outras abordagens ao capitão Marques para obterem esclarecimentos mais concisos sobre as ordens que fez cumprir ao encerrar as britadeiras, mas este oficial voltou a aparentar não saber explicar-se. Alias, foi isso mesmo que aconteceu na segunda-feira, 09, quando interpelado telefonicamente por este jornal, o capitão Marques iniciou um jogo de pingue-pongue, remetendo o jornalista não já ao Gabinete de Reconstrução Nacional, de quem os militares que ocuparam as britadeiras disseram receber a ordem, mas à Casa Militar do Presidente da República. Pouco depois, ele voltaria a dar duas opções ao jornalista: buscar explicações junto ao Governo Provincial de Luanda ou junto do administrador municipal do Cacuaco. Inconformados com o pingue-pongue, os representantes das seis concessionárias impedidas de trabalhar contactaram o Ministério da Geologia e Minas para saberem se a ordem de paralisação teria sido emanada dali. Recebidos por Paulo Vica, director nacional de Minas, aos seis foi dito que não só o ministério não ordenou a paralisação das britadeiras como lhes foi reafirmado a validade dos títulos de concessão que possuem. Mas alguma luz começa a aflorar sobre esta intempestiva ordem, mesmo com o Grn a fechar nos seus domínios a informação que possa conduzir a juízos sobre a decisão que mandou executar. Suspeita-se que estejam em cursos processos de expropriação dos direitos sobre os terrenos em que as minas estão localizadas. Representantes das empresas escorraçadas terem recebidos informações de que haveria o propósito de construir ali uma nova empresa industrial de cimentos. Influentes no meio empresarial e nas lides oficiais do país, os representantes das empresas que se viram repentinamente impedidos de prosseguir a exploração de

inertes em Cacuaco disseram ter obtido essa informação junto de fontes institucionais ou de representantes do Governo que dominam informação privilegiada. O Semanário Angolense foi informado por uma fonte oficial que as terras do município de Cacuaco dominadas por aquelas explorações passaram a estar consignadas a projectos habitacionais previstos na agenda social do Governo. Fornecida pelo administrador do Cacuaco, Costa Gabriel, esta informação está geralmente apoiada na escolha da região de Cacuaco para projectos do género em estudos diversos encomendados pelas autoridades governamentais angolanas. Entre essas duas opções, apenas a da hipotética construção da cimenteira suscita a argumentação mais visceral contra a proibição exercida sem decreto sobre as explorações de inertes de Cacuaco. E o primeiro argumento insurge-se contra a natureza da propriedade de qualquer cimenteira que fosse ser erguida ali, porquanto, tanto quanto se sabe, a única fábrica de cimento autorizada pelo Governo de que há conhecimento público está projectada para o Lobito, na província de Benguela. Isso significa, sublinharam as fontes, que a ser construída uma cimenteira sobre as concessões britadeiras de Cacuaco, ela seja detida por interesses privados, neste caso favorecidos por um processo de expropriação determinado por figuras que utilizaram o seu poder de decisão para beneficiarem os seus próprios interesses. Por outras palavras, a confirmarem-se os rumores de que se pretenderia construir ali uma fábrica de cimento estar-se-ia diante de um caso de fraude em que funcionários investidos de poder utilizaram-no para favorecerem os seus próprios negócios ou os de outros, obtendo presumíveis dividendos. Uma cimenteira ali, apontaram por outro lado as fontes, revelar-se-ia de um impacto ambiental problemático, afectando directamente o normal funcionamento de uma escola de primeiro e segundo níveis em construção a uns 600 metros da área das consignações britadeiras, mas também aos habitantes de um conjunto de alojamentos que a Nova Cimangola está a erguer nas redondezas para acolher famílias que vão ser removidas das proximidades das áreas de produção da companhia. Mas questiona-se profundamente a desactivação destas explorações de inertes nesta etapa do processo de recuperação de infra-estruturas em Luanda, estimando-se que na ausência dos inertes ali produzidos o Governo venha a ser confrontado com a contingência de ter que os importar, ou de os comprar às empresas chinesas que os produzem em Angola, para aqui mesmo os venderem a preços exorbitantes. Por

exemplo, um metro cúbico de brita 040, comprada nas britadeiras de Cacuaco entre 17 e 20 dólares, é vendido em Viana pelas empresas chinesas a 55 dólares, ao passo que inertes de diversas granulometrias disponíveis em Cacuaco a preços situados entre 29 e 31 dólares por metro cúbico, são encontrados a 60 dólares entre as empresas chinesas. Neste caso, disseram supor as fontes, a desactivação das explorações de inertes de Cacuaco foi feita em consequência da necessidade de criar mercado para as empresas chinesas, na hipótese, nem por isso remota, de estarem ligadas aos interesses económicos individuais dos decisores do Grn. Seja lá como for, o que vier a ser erguido nos espaços que forem desocupados pelas britadeiras sofrerá os efeitos directos daquilo que vai acontecer já agora sobre os preços dos inertes, que ficarão temporariamente afectados pela escassez, tendendo, por isso, a subir.

More on this here . . .
http://www.semanarioangolense.net/subindex.php?edit=209&type=Politica

070414-21

070414-21

070414-21

070414-21

070414-21

070414-21

Xxxxxxxxx

070331-0407

Há novas racionalidades a emergirem no seu «modus faciendi»
Unita caminha cada vez mais sem o «guarda-chuva» de Savimbi
O que se está a passar não significa, necessariamente, uma ruptura com o legado do seu fundador.

Severino Carlos

O 41º aniversário da fundação da Unita, assinalado recentemente, deu indícios do modo como a organização do Galo Negro, sob a condução de Isaías Samakuva, pretende gerir, doravante, a imagem do seu líder-fundador, Jonas Malheiro Savimbi. Assiste-se já a uma mudança muito sintomática em relação à gestão da imagem do seu líder-fundador. Pressente-se, sobretudo, que no que depender do actual presidente da Unita, Isaías Samakuva, perpetuar o culto à personalidade de Savimbi está fora de questão. Ou, pelo menos, a imagem de Savimbi não será exaltada com a exuberância do passado, a exemplo do que acontecia com o «Grande Líder» da Coreia do Norte, Kim Il Sung. Sinais dessa mudança? Vamos a uma pequena «análise de conteúdo» à cerimónia do acto central do aniversário da Unita, que teve lugar no Cine Atlântico em Luanda. Quer em relação aos adereços colocados no recinto, quer no que diz respeito à quantidade de vezes que o nome (Savimbi) foi pronunciado – em canções ou em discursos – há uma realidade nova a assinalar. Jonas Savimbi, que era conhecido pelas profusas e grandiloquentes citações que punha geralmente nos seus discursos, transmitiu essa característica aos seus discípulos. No entanto, os discursos (moções e declarações) que se ouviram no Cine Atlântico, foram, nesse aspecto, marcados por uma sobriedade que não é típica da Unita. Ao contrário do que se esperava, as referências à Savimbi foram muito discretas. Na declaração que a direcção da Unita produziu para assinalar a efeméride, há apenas uma solitária citação do seu líder histórico, feita para incentivar as pessoas ao registo eleitoral: «O bom cidadão que não vota permite que os maus dirigentes continuem a desgovernar o nosso País». Nos tempos da Jamba, os recintos onde se realizavam os grandes actos políticos eram em regra literalmente engalanados com cartazes com o rosto de Savimbi e dísticos com citações dos seus discursos. Estes adereços podiam mesmo superar o número de bandeiras da Unita no local. No Atlântico não se viu disso. Havia apenas uma fotografia de Jonas Savimbi no palanque. E mesmo assim colocada discretamente ao lado de outra, do actual presidente, Isaías Samakuva. Este pormenor poderia, em certa medida, ter sido induzido por aquilo que sucedeu a 22 de Fevereiro último, durante o acto com que a Unita assinalou o 5º aniversário da morte do seu fundador, quando agentes da polícia irromperam no recinto e arrancaram abruptamente os cartazes com o rosto de Savimbi que ali haviam sido afixados. Mas não é tanto o caso. É preferível, mesmo, falarmos que essa cada vez

menor enfatização da figura e da imagem de Jonas Savimbi provavelmente traduzirá já a existência de novas racionalidades políticas a emergirem na organização. Trata-se, ao que tudo indica, de um movimento de demarcação e autonomização da Unita em relação à figura tutelar do seu fundador. Antigamente isso não era assim. Estruturalmente, a Unita nem sequer se confundia com a figura do seu líder. Era, pelo contrário, completamente submergida por ele. Só por si, como já alguém referiu, Jonas Savimbi valia 70 por cento de toda a sua organização. As suas forças militares representavam 20 por cento e o resto da Unita somente 10 por cento. É válida a metáfora segundo a qual quando Savimbi espirrasse toda a Unita constipava-se. O que se está a passar não significa, necessariamente, uma ruptura para com o legado de Savimbi. Mas traduz, como disse ao Semanário Angolense uma fonte da direcção do Galo Negro, uma necessidade do partido caminhar, finalmente, pelo seu próprio pé. «No Dr. Jonas Savimbi, que será sempre o primeiro dos nossos ícones, iremos sempre buscar exemplos e ensinamentos que nos sirvam presentemente. O Mpla não deixou cair Agostinho Neto. Nós também não o faremos em relação àquele que foi o nosso maior» afirmou o membro dirigente da Unita, que pediu para não ser identificado. «Mas será necessário decantar devidamente os seus ensinamentos. Há aspectos do seu legado que certamente apenas servirão para efeitos de preservação da história do partido. Provavelmente, a direcção do partido terá de ter coragem para ser mais pragmática e prescindir daqueles valores e noções propagados pelo seu fundador que não sejam consentâneos com os desafios com que o partido se confronta nos tempos de hoje - explicou. Estas declarações convergem com uma revelação, de carácter ainda mais confidencial, que outra fonte do Galo Negro fez ao Semanário Angolense, segundo a qual está em perspectiva a criação de um grupo que teria a missão específica de estudar este assunto. No entanto, a fonte escusou-se a avançar de onde vem a iniciativa, por se «tratar de um assunto delicado». Mas garantiu que «o grupo, restritíssimo, deverá ser capaz de produzir no final algo que sirva de orientação à direcção do partido em relação a tudo quanto diga respeito ao seu fundador, mas que não fira susceptibilidades a ninguém».

070331-0407

Legado de Savimbi em risco de extinção? Na sua vasta prole, ninguém saiu ao pai

O patriarca não deixou «clones»

Muito pouco se sabe acerca de como a família de Jonas Savimbi (viúvas, filhos e sobrinhos) encara o futuro da Unita sem o homem que fundou a organização em 1966. Dos elementos que o Semanário Angolense conseguiu reunir relativamente a esse aspecto da discussão em torno do «pós-Savimbi» no interior da Unita, ressalta a ideia de que dificilmente os seus descendentes estarão em condições de exercer influência sobre o curso do processo. Isso estaria mais perto de acontecer se porventura ele tivesse deixado um sucessor directo saído de dentro do seu clã. Um dos «seus» mesmo. Alguém que se lhe assemelhasse no comportamento, carácter e intelecto, mas que fosse sobretudo portador de uma inquebrantável vontade de segurar firme o touro pelos cornos e fazer tudo para exercer o poder – conforme foi Savimbi, um Atila que viveu a vida intensamente e almejou o poder dando mil à hora. Na realidade, o poder na Unita hoje está a ser disputado por todos menos por alguém que descenda do clã Savimbi. Muitos nostálgicos ainda olham ao redor à espera de qualquer coisa que se mova dentre os escombros qual Fénix, mas, debalde, não há nada a fazer: Jonas Savimbi não deixou «clones»! O futuro da Unita, o destino a dar ao seu legado, ou mesmo o respeito a ter em relação à sua memória, tudo isso será inexoravelmente decidido fora da «cerca» daquele que fundou a organização. Neste momento, além da prerrogativa de escolher e determinar o lugar no qual os restos mortais de Jonas Savimbi deverão repousar definitivamente, o mais longe que a sua família poderá ir será talvez procurar uma espécie de «entronização» do clã. Isto é, pugnar para que perdure sobre os seus membros a «aura de graça» que a direcção do partido lhes tem concedido, quase fazendo da família uma «monarquia» incrustada dentro da organização. A direcção da Unita sente que tem o dever moral de cuidar para que aos parentes em primeiro grau de Jonas Savimbi sejam proporcionadas as condições materiais indispensáveis para que vivam com o mínimo de desafogo e dignidade. Esta parece ser também, ao que apurou o Semanário Angolense, uma responsabilidade em certa medida assumida pelas próprias autoridades governamentais. Esta é a realidade do clã Savimbi. Neste momento, quem mais longe se encontra em termos de funções nas estruturas da Unita é Araújo Kassiki Pena, um sobrinho de Savimbi que responde pelos assuntos

protocolares do partido. Pode dizer-se que ele está no seu elemento, pois ao tempo do tio foi sempre uma espécie de oficial de diligências no seu gabinete. Bastante simpático e com amigos em vários escalões hierárquicos do partido e inclusivamente em determinados círculos da heterogénea sociedade luandense, Kassiki estará sempre nas cercanias do centro do poder, seja qual for o presidente da Unita, com Samakuva ou outro qualquer. Mas é tudo. Ele não irá mais além. Formado em França, Senegal e Costa do Marfim, a Kassiki faltou sempre o fôlego dos seus irmãos mais velhos, os falecidos Elias Salupeto e Arlindo Chenda Pena «Ben Ben». Com residência no projecto Nova Vida, em Luanda, e à frente de uma Ong, é um irmão de Kassiki (Esteves Kamy Pena) que assumiu a incumbência de responder, cuidar e velar pelos interesses dos membros do clã Savimbi. Kami faz o papel de uma espécie de tutor da família, sobretudo dos filhos que Savimbi deixou e de algumas viúvas. Por exemplo, ninguém está autorizado a falar para a imprensa sem o seu consentimento. Mas tal como acontece com o irmão (Kassiki), a Kami também falta engenho natural para ir mais além nas estruturas políticas da Unita. É respeitado por ser quem é - sobrinho directo do «Mais Velho» -, mas já não é cogitado para voos mais altos em matéria política no sentido estrito da palavra. É verdade, contudo, que depois de Jonas Savimbi ter perdido os seus sobrinhos predilectos (Ben Ben e Salupeto), com os quais provavelmente contava para efeitos de sucessão, muitos olhares na Unita convergiram para Kamy Pena, a ver se ele podia continuar o «reinado» do tio. Com o tio em vida, a determinada altura, Kamy chegou a desempenhar funções sensíveis no aparelho de inteligência da organização. De feitio um tanto durão (ele parece-se mais com Salupeto, enquanto a afabilidade de Kassiki terá mais a ver com Ben Ben), Kamy Pena foi alvo de especulações, depois da morte de Savimbi, segundo as quais iria continuar com a rebelião. Mas tudo não passou disso mesmo: especulações, barro jogado à parede a ver se colava. Kamy já não tem pedalada política, mas é garantido que a preservação da imagem de Savimbi no interior da Unita terá nele um ferocíssimo cão de guarda.

070331-0407
Filho de Savimbi regressado do Gana
Rafael Massanga descarta qualquer projecto político

E agora é caso para dizer que filho de cobra nem sempre é cobra?

Nos últimos tempos houve uma certa azáfama em torno de um dos filhos de Jonas Savimbi. Chama-se Rafael Massanga, tem 27 anos e está de regresso a Angola, proveniente do Gana, onde fez estudos na área de gestão e administração de empresas. No memorial do líder-fundador da Unita, que se realizou em Fevereiro numa sala de espectáculos de Luanda, ele foi a figura mais notada da cerimónia. Fez uma intervenção que convenceu a muitos nostálgicos da «velha Unita» que se estava, finalmente, perante o verdadeiro herdeiro político de Jonas Savimbi. Não apenas com as suas palavras de exaltação à memória do pai, mas também pela semelhança do porte físico e o timbre da voz, Rafael Massanga levou muitas pessoas à comoção, que desataram em lágrimas despregadas. O Semanário Angolense foi aos bastidores do Galo Negro e está em condições de garantir que, pelo menos por ora, a nova estrela do clã Savimbi não está interessado em fazer política e seguir as pisadas do pai. Pode ser mesmo um daqueles casos de negação do conhecido aforismo «filho de cobra é cobra» que o próprio Jonas Savimbi muito usou em vida. Rafael Massanga, segundo fontes a que o nosso jornal acedeu, está mais preocupado com a sua inserção social e profissional agora que regressou ao país. Está, neste momento, a fazer diligências para conseguir emprego em alguma empresa estrangeira. Outra preocupação é poder andar pelas cidades do país, a começar por Luanda, como um qualquer outro jovem, sem ser perturbado por ser filho de Jonas Savimbi. «Ele quer é frequentar locais de lazer e entretenimento como discotecas sem recear ser m0lestado», garantiu um membro da Unita. Tudo isto vem contrariar as informações postas a circular, recentemente, segundo as quais este filho de Savimbi, impulsionado por alguns estrategos da Unita, estaria já a preparar-se para vir a concorrer um dia à Presidência da República. Segundo ainda tais estrategos, Massanga poderia facilmente convencer o eleitorado do leste e do planalto central. E dizem mais: que nos próximos meses, ele passaria mais tempo no Moxico para aprender a língua chokwe e familiarizar-se com a cultura da mãe. Em meios da Unita que seguem este «affaire» com maior sensatez e ponderação, argumenta-se que aos 27 anos, Rafael Massanga até pode ter um nível de consciência política mais ou menos «formatado», mas que é discutível que já tenha ganho maturação suficiente para protagonismos políticos maiores. É dado adquirido que

Rafael Massanga, que teve uma relação cordial e empática com o pai, é grato à sua memória, ao contrário do que sucede, por exemplo, com a «linhagem» de Ana Paulino – esposa de Savimbi que foi assassinada. Entre os filhos de Savimbi, o factor que determinava se alguém era ou não contra o pai era o tratamento que o falecido teria dado às respectivas mães. Neste ponto, Rafael não parece ter razões de queixa, pois a sua mãe (Catarina – ler mais em caixa) foi uma das mulheres de Savimbi cujo nome nunca surgiu ligado a qualquer episódio escandaloso.

070331-0407

Massanga dixit

A intervenção de Rafael Massanga, cuja versão integral o SA aqui publica, no memorial realizado pela Unita por ocasião do quinto aniversário da morte de Jonas Savimbi, é um texto curto que não permite grandes aferições de carácter político, mas indiscutivelmente denso no plano emocional. Nele, Rafael Massanga faz uma fervorosa exaltação de Jonas Savimbi e exorta a direcção da Unita a efectuar diligências para a transladação dos seus restos mortais para a sua aldeia natal, na Lopitanga, Bié. Atente-se, também, para uma curiosa revelação que não se ouve todos os dias: João Soares atribuiu a um filho seu o nome do falecido líder da Unita. O filho do antigo presidente português Mário Soares sempre foi polémico e controverso no seu relacionamento com Savimbi, mas com este «requiem» há que fazer-lhe justiça: a isto é o que se chama coerência. «Em nome de todos os meus irmãos, filhos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Eu sou o Rafael Massanga Sakaita Savimbi, um dos filhos do Dr. Savimbi. Como dizia, é em nome de todos os meus irmãos, é em nome de toda a minha família, que venho agradecer à Dra. Maria Palla, ao Dr. João Soares e a todos os seus amigos, pela coragem que têm tido em manter firme a memória do nosso pai. Também queremos agradecer a coragem particular do Dr. João Soares em dar o nome do seu filho ao nosso pai. Muito obrigado. Os nossos agradecimentos também estendem-se à direcção do partido, a todos os militantes e amigos, pela coragem, pela força, pela teimosia que têm mostrado em manter firme o nome do Dr. Savimbi. Gostaria de perguntar ao nosso partido: já lá vão cinco anos. Parece que seria tempo de podermos fazer a transladação do corpo do pai

para a Lopitanga aldeia. Por fim, gostaria de deixar aqui uma citação do nosso pai, que dizia: "Nesta época apocalíptica, não nos salvaremos uns tantos: ou todos ou nenhum!."»

070331-0407
Juíza bate o pé
«Sou o único general nesta sala»

A juíza Víctoria Céu Nunes Firmino pode ter feito «jurisprudência» nos anais da história judicial angolana. Não só pela coragem que teve em levar a cabo um julgamento que envolvia uma figura de peso, bastante influente nos meios castrenses, como também pela conduta imparcial e algo destemida que demonstrou ao longo de todo o processo. Consta que a magistrada judicial afecta à Secção do «Cível» não teve medidas e durante uma sessão de audiência de testemunhas, teve de mandar calar a boca ao todo-poderoso general Zé Maria. Isto aconteceu em Novembro de 2006, quando o general José Maria, fardado a rigor, tendo sobre os ombros três estrelas cintilantes, apareceu na sessão para a qual não tinha sido chamado. A sua presença na sala de audiências só foi permitida graças a um gesto de condescendência da juíza. Mas ela determinou de imediato que a Zé Maria não seria permitido o uso da palavra, uma vez que aquela sessão estava apenas reservada à audição das testemunhas. Apesar de advertido, o director da «secreta» militar procurou, em distintas ocasiões, violar o «pacto de silêncio» ao ponto de esgotar a paciência da juíza Víctoria Firmino, que desabafou mais ou menos nos seguintes termos: «Sr. general, nesta sala sou eu [Víctoria Firmino] o único general. Ou o Sr. se cala ou mando-lhe pôr fora da sala». O inesperado desabafo da magistrada não só pôs em sentido o visado como também arrancou risos sonoros da plateia.

070331-0407
E outras viúvas de Savimbi...
Mãe Catarina

Rafael Massanga é filho de Jonas Savimbi com aquela que foi uma das suas esposas mais conhecidas e respeitadas: Catarina, natural do Moxico. Pela sua popularidade, em círculos ligados à Unita, ela ganhou o apelido de «Mãe Catarina». Uma fonte do Galo Negro descreveu-a como sendo uma mulher de grande dignidade, algo que já vem desde os tempos de Savimbi, no mato. «Mesmo agora, na

condição de viúva, o seu comportamento tem sido exemplar. Ela é das poucas pessoas, na elite da Unita, que têm tido compaixão para com os menos favorecidos do movimento. Esta senhora não se cansa de visitar os mutilados de guerra da Unita ou mesmo de partilhar os seus parcos recursos com gente que com ela viveu no leste de Angola». Desconhece-se que conselhos de natureza política, Catarina tem dado a Rafael Massanga - por exemplo, se o incentiva ou não a pensar numa carreira política. Mas o certo é que ela, apesar da sua simplicidade, não é uma mulher omissa às grandes questões e discussões do partido. Pelo menos tem sido vista na primeira fila dos auditórios em que ocorram cerimónias e eventos dos «maninhos», algo que de certo modo não estará alheio ao facto de presentemente ser a viúva mais mediática de Jonas Savimbi, e que os próprios dirigentes da organização exploram para efeitos de marketing. Sabe-se que ela apoiou a candidatura vitoriosa de Isaías Samakuva à liderança do partido. Resta saber de que lado estaria caso o filho, Rafael Massanga, decidisse avançar para uma carreira política. No rasto das viúvas de Jonas Savimbi, o Semanário Angolense apurou que tal como Catarina, há uma outra a residir no projecto Nova Vida, em Luanda. Trata-se de Valentina Seke, a mulher que esteve com ele no momento em que foi morto. Se ela um dia resolvesse contar o que sabe sobre os instantes finais de Savimbi, resultaria sem dúvida num magnífico «best-seller». As memórias de Sandra Kalufele, outra importante viúva de Savimbi, também se converteriam num retumbante sucesso se fossem vertidas em livro. Das mulheres que Savimbi teve, esta continua até hoje a fazer espumar de raiva muitos militantes, inconformados com certos episódios escabrosos e pouco nobres que ela protagonizou junto dele. Há mesmo quem atribua a derrota militar da Unita ao facto de Savimbi, perdido de amores, ter supostamente alienado a ela importantes poderes. Conta-se, por exemplo, que a determinada altura ela ganhou um ascendente tal sobre Savimbi que generais duríssimos passaram a ter dificuldades para aceder ao chefe e tremiam diante dela, que se dava ao desplante de os humilhar.

070331-0407
Onde pára o resto da parentela?

AS MENINAS - Não se pense que Rafael Massanga está sozinho. Ele nem sequer é o mais velho. A primeira filha de Jonas Savimbi, com a sul-africana Stela

Maunga, tem quase 40 anos e chama-se Nanikie. Casou-se com um ganês e vive em Acra. Savimbi, que sempre teve uma relação tumultuosa com as filhas, tinha praticamente «deserdado» a Nanikie por esta se ter manifestado descontente com a sua relação com Sandra Kalufele, uma jovem com idade para ser sua neta. Nanikie sempre teve um quê de rebeldia - aliás diz-se que Savimbi não se dava bem com as meninas por elas serem precisamente teimosas e orgulhosas como o pai. Ela optou por uma vida independente, tendo custeado os seus próprios estudos. Mas como pai é pai, Nanikie ficou muito traumatizada e perturbada com a forma como ele perdeu a vida. As raparigas também são, em princípio, as que têm prosseguido uma formação mais sólida, contrariamente aos varões. Duas irmãs de Nanikie são, nomeadamente, Helena Sakaita e Rosa Chikumbu Malheiro. Helena vive em França onde está a estudar. Mas já manifestou que regressará depois disso. A outra estuda na Califórnia, Eua, com dinheiro do próprio bolso: tem feito trabalhos braçais como limpezas, cuidar de idosos, em bombas de combustível, etc. Diz-se que a Chikumbu, como também é conhecida, é dotada de uma inteligência invulgar. Fala perfeitamente o inglês que muita gente a confunde com uma negra americana ou então pensa que é membro da vastíssima diáspora africana nos Eua. Apesar do «free style», elas têm feito tudo para preservar a memória de Savimbi. A Chikumbu, ao que contam, não pode ouvir falar mal do pai que entra em parafuso. Advoga que Savimbi foi mal entendido por muitos. OS RAPAZES - Cheya, Sakaita, Ululi e Sakatu, todos da linhagem dos Sakaita, estão em França onde correm o risco de se tornarem «estudantes perpétuos». O seu aproveitamento escolar tem sido fraquíssimo. São os mais descuidados. Por razões várias foram os mais mimados. Viviam num bairro chique de Paris, tinham motoristas e viajavam frequentemente aos Estados Unidos de Concorde. Savimbi satisfazia todos os seus pedidos. Embora a actual direcção tenha assumido o compromisso de os apoiar, estes filhos de Savimbi, muitos dos quais à beira dos 30, já perceberam que não poderão gozar eternamente do estatuto de «meninos do papá». Todavia, Savimbi teve outros varões, estes menos descuidados. Muitos deles optaram pela vida de negócios na África Ocidental. Em Luanda está o famoso Araújo Sakaita, que fustigou o pai com este ainda em vida. Tem sido acometido de problemas mentais.

070331-0407

Judite Pena, a matriarca

Irmã por quem Jonas Savimbi teve imenso respeito, esta anciã é actualmente uma verdadeira matriarca do clã. Viveu, até há alguns anos, na Costa do Marfim. Agora está em Luanda, no condomínio Nova Vida. Savimbi nunca será acusado de ter protegido os sobrinhos, filhos desta senhora. Dois deles – Loth e Salupeto – pereceram em confrontos armados. Outro filho, o conhecidíssimo general Ben Ben morreu de doença num hospital da África do Sul. Não obstante, Judite Pena tem encarado estes infortúnios com grande serenidade. Ultimamente tem sido bastante importunada pelo reumático. Porém, contam que sempre que pode faz questão de estar presente em actividades do partido que o irmão fundou. A velha está nos óbitos e assiste aos cultos da Igreja Evangélica. Ela tem duas filhas (Analtide e Anabela Pena) fora de Angola. Bela Pena preferiu manter-se em Portugal, na cidade do Porto, onde exerce medicina. Ficou profundamente abalada com as mortes dos irmãos. A certa altura deu a impressão de que já não queria nada com Angola ou mesmo com a Unita. Está a recuperar. É casada com um militante da Unita, o arquitecto Délio Chiteculo, com quem tem uma filha. Analtide, a cassula da família Pena, estuda em França.

070331-0407
Numa peleja com Armindo César
General Zé Maria sai derrotado no tribunal e nos bolsos
Além da causa perdida, o director do Serviço de Inteligência Militar tem de arcar com

O director dos Serviços de Inteligência Militar (Sim), António José Maria, vulgo general Zé Maria, perdeu, no começo deste ano, um pleito judicial na Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda (TPL), depois de ter tentado esbulhar um vasto terreno, no Morro dos Veados, à comuna do Benfica. A alta patente das Forças Armadas Angolanas (Faa), que chegou, não raras vezes, a recorrer à força dos militares nessa disputa de terras que o opunha ao empresário Armindo César Sibingo, patrão do Grupo César & Filhos, fracassou na sua tentativa de abocanhar o aludido terreno naquela cobiçada zona, localizada a sul de Luanda. O recurso à justiça emergiu depois que o director do Sim se recusou sistematicamente a resolver o diferendo de forma amigável. Ao invés de apostar nessa via, optou pela intimidação, recorrendo, frequentemente, à força dissuasora dos militares que tem às suas ordens. Estes não só chegaram a impedir a

construção do muro que estava a ser feito por Armindo César, como arrancaram marcos que, no pico da «peleja», haviam sido colocados por funcionários afectos ao Governo Provincial de Luanda (Gpl), de forma a arbitrar o conflito. Daí que Armindo César tenha achado por bem levar o caso à barra dos tribunais, aos quais solicitou uma providência cautelar. Numa sentença datada de 28 de Janeiro do presente ano, a 1ª sessão da Sala Cível e Administrativo do Tpl, que julgou o caso, não só deu razão ao empresário, como também conferiu-lhe luz verde para continuar os trabalhos de edificação do muro que estava a ser executado por uma empresa contratada por Armindo César. Por força dessa decisão judicial, o general Zé Maria deverá abster-se de recorrer ao uso de militares e permitir livremente que Armindo César edifique o muro de vedação nos limites da sua propriedade. O tribunal considerou que a «atitude coerciva (por meio de utilização de militares)» protagonizada pelo director do SIM visou «impedir a construção de um muro» que começou a ser erguido, há três anos, por uma empresa ao serviço do proprietário da «Maboque». Concluiu que foi «a partir de Dezembro de 2004, que o requerido [José António Maria], com ajuda de militares, tem estado a impedir o requerente (Armindo César Sibingo) de continuar a construir o muro de vedação à volta do complexo hoteleiro que está a construir naquela área». O órgão judicial justificou a sua decisão no facto de a acção de prevenção ser dirigida «contra uma ameaça geradora de um justo receio de ser perturbado ou esbulhado da coisa, destinando-se a afastar esse risco relevante de ingerência de terceiro». A sentença, da qual o director do Sim não recorreu, penalizou ainda o general Zé Maria a pagar as custas judiciais no valor de seis milhões e oitocentos mil Kwanzas (Kz 6.800.00,00). Caso pretendesse contrariar o veredicto, deveria fazê-lo no prazo de um mês e proceder ao depósito bancário da quantia de 40 mil dólares norte-americanos.

070331-0407

GPL com culpas no cartório

O Governo da Província de Luanda pode ter uma cota de responsabilidade nessa «disputa territorial», dado que foram alguns dos seus titulares – Justino Fernandes, Aníbal Rocha e Simão Paulo – que alocaram terrenos nos distintos intervenientes numa zona que outrora integrava a chamada «cintura verde de Luanda Sul». Não

se sabe as razões que levaram tais governantes a cometer tamanha «gafe», mas um dado é certo: no vasto espaço onde hoje se digladiam interesses milionários, existiam antes vastos campos agrícolas pertencentes a camponeses, cujos direitos de propriedade foram pura e simplesmente retirados. O conflito remonta ao ano de 1997, quando o Governo Provincial de Luanda (Gpl) encabeçado, na altura, por Justino Fernandes, concedeu a título provisório um terreno, com uma extensão de 271.250 metros quadrados (pouco mais de 27 hectares), à Marina Construtora, Sarl, uma empresa da qual o general Zé Maria é um accionistas. Nos termos da aludida concessão provisória, a empresa beneficiária obrigava-se a apresentar, no prazo de seis meses, um projecto arquitectónico, sob pena de perder o terreno. Volvidos 10 anos, essa empresa ainda não cumpriu com as obrigações resultantes desse contrato. Isto mesmo foi constatado por uma inspecção judicial que, em finais do ano passado, se deslocou ao terreno. Um ano mais tarde, o GPL, através do governador Aníbal Rocha, viria a ceder, nas mesmas condições, uma outra parcela de terreno à Jocara-Empreendimentos, S.A.R.L, com uma extensão de 462.500.00 metros quadrados (mais de 46 hectares), ou seja, quase o dobro da primeira concessão feita à Marina Construtora. Acontece, porém, que a cedência do vasto terreno à Jocara haveria de causar uma situação inesperada, visto que tal espaço já tinha sido antes atribuído à Marina. Volvidos dois anos, ou seja em 2000, o Gpl, pelo punho do mesmíssimo Aníbal Rocha, viria a ceder um espaço de 171.637 e 50 metros quadrados a Armindo César, ao abrigo de um contrato promessa de concessão em direito de superfície. Desse terreno, aproximadamente 100 mil metros quadros tinham já sido cedidos à Jocara. Simão Paulo que, em 2004, se encontrava à testa do GPL, não se opôs a que o espaço em causa fosse registado a favor de Armindo César. Daí que a 6 de Junho de 2004, a Conservatória do Registo Predial de Luanda emitiu uma certidão confirmando o registo de direito de superfície a favor do proprietário da «Maboque», que celebrou em Agosto do mesmo ano um contrato de empreitada com a empresa Mande & Técnicas - Construções, Lda., para a edificação de um muro de delimitação. Segundo a sentença a que o Semanário Angolense teve acesso, foi a partir de Dezembro desse mesmo ano que o general Zé Maria entrou em campo, impedindo a construção do muro de vedação no espaço onde o empresário tem hoje erguido parte do seu complexo hoteleiro. Dois anos depois, exactamente a 12 de Julho de 2006, o GPL autorizou as empresas Marina e

Jocara a procederam «a ocupação e vedação precária do terreno com uma área de 574.375,00 metros quadrados, no Morro dos Veados». Esta última, à semelhança da primeira empresa, não cumpriu com as condições impostas pelo Gpl, ou seja a ocupação efectiva do terreno, uma situação que foi igualmente observada pela equipa de inspecção judicial. Zé Maria, que arrolou como testemunhas Simão Paulo e o antigo administrador da Samba, Costa Gabriel, para defender a sua «dama», não foi capaz de convencer o tribunal, visto que era detentor de títulos de concessão provisória caducados, enquanto Armindo César, mais bem documentado, tinha a seu favor um título de concessão do direito de superfície. O tribunal considerou que o director do SIM era apenas sócio da Marina Construtora e que não estava legitimado a falar em nome da Jocara, visto não ser sócio dessa última empresa.

070331-0407
Nomeação do Presidente do Tribunal de Contas pelo Presidente da República
Uma «bomba» que quase explodia o Parlamento

Dani Costa

A proposta de alteração da Lei que cria o Tribunal de Contas, despoletada esta semana, esteve perto de transformar a Assembleia Nacional num autêntico campo de batalha entre as principais forças políticas lá representadas e o partido maioritário. Um único ponto das alterações pretendidas inquinou a discussão: a probabilidade do presidente do Tribunal de Contas passar a ser nomeado pelo Presidente da República. Com base neste ponto que já se adivinhava intrigante, o Semanário Angolense ouviu algumas personalidades, entre parlamentares e integrantes de conhecidas organizações da sociedade civil, para opinarem sobre a ideia atribuída ao Mpla para que os próximos presidentes do Tribunal de Contas sejam nomeados pelo Presidente da República, ao invés de serem eleitos pela Assembleia Nacional, a exemplo do que aconteceu com Julião António, o primeiro presidente deste organismo. «Sei que foi o Mpla quem propôs isso. E seria um verdadeiro retrocesso da democracia. A nomeação implicaria muitas interferências politicas», declarou o vice-presidente do grupo parlamentar da Unita, questionando: «a nossa

proposta é essa. Se Julião António foi eleito pela An, por que os outros tem de ser nomeados?». Por sua vez, André Paulo, líder da bancada da Fnla, acha que o problema também deve ser encarado do ponto de vista histórico, pelo facto de o Parlamento ser a única instituição que vota as leis e, principalmente, o Orçamento Geral do Estado. «Isso», de acordo André Paulo, «confere ao Parlamento, como um dos órgãos de soberania, a competência de fiscalizar a acção do Tribunal de Contas, no que diz respeito à aplicação orçamental. Esta instituição deveria estar em sintonia com a Assembleia Nacional, porque é o Parlamento que fiscaliza o trabalho do executivo». Sem meias palavras, André Paulo acrescenta: «seria um retrocesso grosseiro e perigoso permitir que o Presidente da República nomeie nos próximos tempos o presidente e o vice-presidente do Tribunal de Contas. Nem dá para acreditar numa medida do género». Um conhecido político angolano, que preferiu falar sob anonimato, interrogou-se sobre como é que o Presidente da República, que é o Chefe do Governo, poderá nomear um indivíduo que, em princípio, tem como missão fiscalizar as acções deste mesmo executivo. E o nosso interlocutor anónimo explicou a razão da sua inquietação: «o Tribunal de Contas visa a fiscalização dos actos dos titulares de cargos públicos, daqueles que fazem o manuseamento do dinheiro público, por isso não teria condição política para exercer a fiscalização com maior isenção. Poderia ter peso de consciência para fiscalizar as contas de um indivíduo que é membro do seu Comité Central ou do Bureau Político». Segundo ele, está muito bem o actual cenário em que o juiz presidente do Tribunal de Contas é eleito pela Assembleia Nacional, por ser este o órgão representativo do povo, em perfeita sintonia com o ditado segundo o qual «a soberania reside no povo. Se a Assembleia Nacional representa o povo, então tem de ser ela a eleger. Não pode ser nomeado por um decreto, senão estará submetido aos ditames de quem o no

070331-0407
Diz que a Legislação actual consagra possibilidade do PR poder nomear

Mpla desdramatiza a controvérsia

«Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a actual legislação já consagra a possibilidade de o Presidente da República poder nomear o presidente do Tribunal de Contas. Mas as pessoas que apareceram esta semana na Ecclesia, a darem lições de sapiência, não sabem disso

porque desconhecem as próprias leis em vigor», reagiu, quase irado, um conhecido membro do Bureau Político do Mpla segundo ele, a lei inicial dispunha que para se encontrar o primeiro dirigente máximo do órgão em questão, o juiz presidente do Tribunal Supremo tinha de indicar cinco candidatos, a Assembleia Nacional três nomes e o Presidente da República nomeava o Presidente do Tc. Ainda de acordo com esse dirigente do Mpla, futuramente o método para se encontrar o presidente do Tribunal de Contas basear-se-á num outro procedimento. Os membros do Tribunal Supremo poderiam encontrar um único candidato e o Pr nomeá-lo. Sendo Angola um Estado de direito democrático, pensam alguns sectores deste partido que para a eleição dos futuros presidentes e vice-presidentes do Tribunal de Contas deveriam intervir outros órgãos externos, como por exemplo o próprio Conselho Superior da Magistratura Judicial. «Nószpensamos que é necessária a intervenção de um órgão externo, como acontece com a escolha do presidente do Tribunal Supremo. Por isso, estamos perante um falso problema, porque as pessoas estão a fazer manipulação política sem sustentação técnica. Nem sequer tiveram em conta as leis em vigor quando fizeram os seus pronunciamentos esta semana, incluindo alguns que dizem ter concluído mestrados em países mais desenvolvidos que o nosso», disse o dirigente partidário. Entretanto, na ânsia de encontrarmos os autores da polémica proposta de alteração da Lei que cria o Tribunal de Contas, este jornal procurou outras figuras do partido no poder, mas fomos confrontados com um retumbante «não fomos nós». Rui Falcão, deputado e director do Departamento de Informação e Propaganda (Dip), do Comité Central do Mpla, que foi contactado posteriormente pelo Semanário Angolense, assegurou que esse assunto nunca esteve agendado na Assembleia Nacional e nem fazia parte do leque dos temas que seriam abordados na plenária desta semana. O político, igualmente integrante da bancada do maioritário, realçou que a responsabilidade pela elaboração da Proposta de alteração da Lei que cria o Tribunal de Contas poderia ser imputada ao Governo e nunca ao Mpla, porque o seu grupo parlamentar nunca discutiu esta proposta.

070331-0407
Museu do Diamante em causa
Colaboradores contestam Gomes Maiato

As críticas do governador da Lunda Norte, Francisco Gomes Maiato, à administração da Endiama-EP por conta da construção do Museu do Diamante em Luanda não só surpreenderam as altas figuras da companhia de diamantes porque inauditas, como levaram alguns colabores directos de Francisco Gomes a Maiato a questionarem o seu posicionamento. Em e-mail enviado á nossa redacção os dois subscritores da missiva, que pedem para não ser identificados por temerem eventuais represálias, escrevem que o governador está preocupado com questões acessórias, quando tem assuntos mais importantes para tratar do que discutir o local da edificação do Museu do Diamante. Para os dois contestatários, neste momento é mais importante criar condições para atrair o investimento privado, algo que não existe devido ao clima menos propício para o efeito. «Falta muita coisa na província, faltam serviços essenciais, coisas que podiam ser resolvidas se houvesse investimos, algo que não há precisamente porque o governo da província nada faz para isso aconteça, chegando mesmo a afugentar potenciais investidores. Segundo os subscritores do e-mail, a postura do governador é de quem pensa que a Endiama lhe deve explicações sobre a sua actividade. Para eles, o governo quer viver à pala da companhia diamantífera, quando a reconstrução e todos os restantes programas da província é da responsabilidade única e exclusivamente do governo local (Gpln). «É bom que o governador não perca de vista que, além de a Endiama não ser uma empresa de âmbito provincial, não tendo, por isso obrigação de apresentar os seus resultados ao Gpln», explicam depois de sustentarem que «o compromisso da Endiama deve ser com todo o país e não apenas com a Lunda Norte». Comparando a posição do governo com a oposição do PRS, cuja base está precisamente no leste de Angola, os autores da carta alertam que o facto de a Endiama ter contribuído para a reconstrução do Museu do Dundo não lhe obriga agora a construir o Museu do Diamante nessa região do país. Além disso, dizem que o próprio Gpln não está proibido de construir uma Museu do Diamante no Dundo se assim o entender. Os dois quadros seniores do Gpln questionam por que razão o Museu do Diamante tem que ser construído na Lunda Norte, quando há outras províncias do país que também produzem diamante. «Luanda é o maior centro comercial do país e, por isso, não fica mal que tanto o museu quanto a fábrica de lapidação e as lojas de venda fiquem na capital. Precisamos ser realistas pois, nas actuais condições, pouca gente se daria ao trabalho de

vir até ao Dundo para comprar jóias», escreve. Acrescentam que recuperar o Palácio de Ferro, um monumento histórico nacional, para ali instalar o Museu do Diamante é juntar o útil ao agradável. «Quem conhece o valor histórico que esse edifício encerra aplaude imediatamente a ideia de fazê-lo recebeu o museu», defendem. Os autores estranharam igualmente que o governador, que tem foros próprios para discutir esta questão, tenha vindo a publica fazê-lo, algo que não é comum entre as distintas instituições governamentais. «E isto não apenas por solidariedade institucional, mas também e sobretudo porque são todos do mesmo partido e há normas disciplinares a seguir», concluem. Em entrevista ao Jornal de Angola na sua edição de quarta-feira passada, 28, o governador da Lunda Norte questionou a instalação do Museu do Diamante em Luanda. «Não existem razões históricas da cidade de Luanda ligadas à actividade diamantífera, pois, as sete primeiras pedras deste recurso mineral foram descobertas em mil novecentos e doze, pelos belgas provenientes da antiga República do Zaíre, no Ribeiro Musalala, afluente do rio Chihumbwe, que dista cerca de quarenta quilómetros da cidade do Dundo», disse ao periódico. Para Francisco Gomes Maiato Gostaria tem sido hábito muitas vezes, as pessoas ignorarem a província, quando se fala dos diamantes, um dos suportes de desenvolvimento da região e do país. Por exemplo, a fábrica de lapidação e a loja de venda de jóias de diamantes, bem como, a clínica da Endiama foram construídas na cidade de Luanda na Lunda Norte não hás nada de benefícios que simbolizem os quase cem anos de exploração dos diamantes.

070331-0407
Há um ano, SA destacava:
«O Mirex é uma casa de alterne?»

Um mal-estar decorrente de contestados critérios de nomeações de funcionários no Ministério das Relações Exteriores, que depois acabou por descambar numa autêntica discussão de quitanda, foi a manchete do SA há um ano. Nunca uma instituição do Estado angolano se vira tão diminuída na Internet ou em documentos como aconteceu nessa ocasião com o Mirex. O mote da situação foi uma matéria publicada semana antes por este mesmo jornal relativa a uma inspecção que o Presidente da República mandara instaurar ao Mirex. Na sequência, a discussão desaguou sobretudo no caso de funcionárias,

cujas promoções, transferências para o exterior ou permanências em missões no estrangeiro, dependeram quase sempre de favores sexuais. No espaço que o Angonotícias dedicara ao debate sobre aquela matéria, eram identificados inúmeros casos de embaixadores, funcionários e funcionárias que se tinham envolvido em relações sexuais, facto que gerou uma promiscuidade generalizada, com facadas conjugais e chantagens. Os comentários despejados na Internet atingiram igualmente as escolhas de João Miranda para determinados postos, entre os quais o Instituto de Relações Internacionais, entregue, segundo se disse no site do Angonotícias, a quadros mal formados e pouco rodados. Uma alegada bakonguização da instituição, a que estaria associado o antigo director do Serviço de Inteligência Externa, Fernando Miala, compunha o ramalhete de um debate que quase retratou o Mirex como uma nulidade em termos de políticas que sustentem os interesses de Angola no estrangeiro. Há um ano, o SA destacou igualmente a exoneração do antigo comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral José Alfredo «Ekuikui». Procurando antecipar o que se seguiria, este jornal avançou as previsões que corriam nos bastidores, dando conta que o antigo responsável da Polícia seria nomeado governador provincial do Moxico, em substituição do «eterno» João Ernesto dos Santos «Liberdade». Esta previsão não se consumou. De toda esta situação transpareceu, contudo, que a exoneração de José Alfredo Ekuikui teria sido o resultado de uma suposta intervenção nos assuntos da Polícia Nacional pelo chefe da Casa Militar do Presidente da República, que se encontrava num momento de expansão acelerada da sua influência, mais a mais depois de ter levado ao tapete Fernando Garcia Miala, antigo chefe da secreta externa. Para persuadir o Presidente José Eduardo dos Santos, o general Manuel Helder Vieira Dias «Kopelipa» contaria com o apoio tácito do ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro «Ngongo», figura em defesa de quem argumentou quando se colocou a questão da escolha do novo ministro do Interior. Atento ao cenário do «derrube» e diante do que se passava à sua volta, José Alfredo «Ekuikui» entrara num exercício de sobrevivência e luta pelo cargo. Este esforço levara-o a contactar entidades próximas ao Presidente para que lhe transmitissem as suas inquietações. Mas, debalde. Ekuikui caiu mesmo!

070331-0407

A antecâmara eleitoral vista por Mário Plácido Cirilo de Sá «Ita»

«Não copiamos experiências de fora»

É tido, em alguns sectores, como um dos maiores estrategos

Ana Margoso

Semanário Angolense (SA) – O processo do registo eleitoral já vai na sua segunda fase. Que consideração se lhe oferece fazer, em termos técnicos, estruturais e organizativos das brigadas? General Mário Plácido Cirilo de Sá «Ita» – Primeiro deixa-me dizer que considero que o processo do registo eleitoral está a correr bem. Apesar de algumas dificuldades inerentes à própria situação do país, de ordem organizativa, logística e técnicas que têm criado alguns constrangimentos, mas não têm impedido que o processo continue a seguir o seu caminho normal. Nós hoje estamos muito perto dos dois milhões e setecentos mil registados, em todo o país. Temos, neste momento, desdobradas à volta de quatrocentas e dez brigadas no terreno. Falta muito pouco para completarmos o previsto, os cerca de 7 milhões de eleitores. Consideramos que, fora estes constrangimentos e outros como as chuvas no leste, norte e centro do país, que têm dificultado o movimento das brigadas e o acesso das pessoas às áreas de registo, o processo está a correr bem. Semanário Angolense – E como tem sido a actuação dos brigadistas? Gen. Ita – Nós fizemos um grande esforço na formação do pessoal. Conseguimos fazer com que jovens – muitos deles nunca tinham trabalhado com um computador – se tornassem campeões nas nossas brigadas. Com conhecimentos muito bons em termos de informática têm, hoje, possibilidades futuras quando acabar este processo, porque adquiriram algumas ferramentas que lhes poderão servir para a vida profissional. Penso que este é um dos grandes ganhos que nós obtivemos. SA – E que outros ganhos se podem enumerar? Gen. Ita – As empresas angolanas que se juntaram e aceitaram candidatar-se a este grande desafio que visa, fundamentalmente, fazer o registo dos cerca de sete milhões e meio previstos, pelo menos é este o número que até agora temos, embora eu pense que se possa chegar aos oito milhões. Conseguimos fazer com que estas empresas convergissem esforços, colocando todos os seus conhecimentos à volta deste grande desafio. Montar o sistema de registo eleitoral nacional

e registar as pessoas. Este é um dos grandes ganhos para o país. No futuro, durante os pleitos eleitorais não será necessária uma nova campanha de registo. O sistema está montado de modo que os angolanos, doravante, passarão a ir a votos como em qualquer país normal. Bastará ter a identificação pessoal em dia. Depois o sistema, por si só, interconectar-se-á com outros sistemas do registo civil, da justiça, etc., permitindo uma actualização e normalização do processo. O cidadão quando completa 18 anos entra para o sistema, aqueles que morrem saem do sistema, tudo dentro do normal. Eu considero que o processo de registo eleitoral até agora está a correr os trâmites normais, naturalmente que este não é um projecto acabado. SA - Onde foram, os senhores, buscar a experiência técnica que está a ser usada neste processo? Gen. Ita - Nós não fomos buscar experiências de nenhum país. O que se passa é que as empresas que compõem o Cte, como a Sinfic que tem a responsabilidade das tecnologias de informação, a Kpmg, que se ocupa da parte dos recursos humanos e gestão financeira, a Jerc, que está com a gestão do controlo de qualidade, ou seja, nós próprios nos impusemos uma estrutura para, indo avaliando e controlando a nossa qualidade, podermos aumentar, ao longo de todo esse processo, a nossa perfomance na realização do trabalho. A Eco-Centro que está com os estudos demográficos e estatísticos, e nós, o Ceea, que lideramos todo este projecto, estamos confiantes da importância de conseguimos montar o sistema. Está aí. Está comprovado que funciona, apesar das suas dificuldades. Naturalmente que as pessoas às vezes reclamam, mas a verdade é que o processo não parou e continua a desenvolver-se. Também as próprias condições de Angola, em termos de infra-estruturas, telecomunicações e electricidade não nos facilitam a vida. É a realidade de Angola hoje. Mas, mesmo assim, conseguimos colocar este projecto em marcha. Considero ser este um feito e um ganho para o país SA - Falou-nos há pouco que as brigadas estão espalhadas por todo o país. Significa dizer que até as zonas mais recônditas do país estão abrangidas? Gen. Ita - Nós hoje temos a cobertura em quase todos os municípios do país, e agora vamos continuar a estender a malha. Agora o que é que vai acontecer? Vai haver zonas onde praticamente já não há ninguém para registar, aí nós manobramos estas brigadas de uma direcção para outras e assim vamos alargar a malha até cobrir todos os angolanos. SA - Neste momento quantas pessoas já se registaram em Luanda? Pode fornecer-nos dados concretos? Gen. Ita -

Neste momento Luanda já tem registadas mais de meio milhão de pessoas. Estamos bem perto dos seiscentos milhões. SA – Há quem afirme que o registo eleitoral está a ser feito às cegas, como aconteceu em 1992, por falta de um censo populacional que permitiria acesso a dados concretos de quantos somos e quantos iremos às urnas … Gen. Ita – Não estamos às cegas, até porque há uma série de estudos feitos, como as campanhas de vacinação, os registos escolares, os registos das conservatórias, os trabalhos efectuados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Comparando todos estes dados a um inquérito que nós fizemos, isto antes de iniciarmos o projecto, nas 18 províncias do país, pudemos abalizar um número, e eu penso que este número não está muito longe da realidade. SA – Já se pode falar, neste momento, de alguma província recordista, ou seja aquela com maior índice de registados até ao momento? Gen. Ita – Não. De um modo geral existe uma aderência em massa em todo o país. Acontece é que há províncias mais densamente povoadas e nestas, logicamente, existe maior fluxo de pessoas às áreas de registo, como são os casos das províncias de Luanda, Benguela, Huambo e Huíla. Portanto, neste momento, não acho que seja importante dizer em qual das províncias há mais ou menos aderência. Luanda, na primeira fase, até 15 de Dezembro, foi a província com a pior perfomance, mas agora é a província que está com melhor prestação. O mesmo acontece com as províncias de Benguela, Huambo, Bié e as Lundas. Mas de uma forma geral, em todo o país há um crescimento permanente na perfomance da execução do projecto. Se nós fizermos uma comparação do que eram as brigadas em Dezembro e o que são hoje, do que é o desempenho de toda estrutura montada pelo Mat, que é uma estrutura pesada, de logística de abastecimento, do que era em Dezembro e do que é hoje, há realmente uma evolução positiva que nos permite ter confiança de virmos a conseguir alcançar os objectivos nos prazos estabelecidos. SA – É do nosso conhecimento que algumas províncias, como Huambo, Bengo, Kuando Kubango e mesmo o Cunene se debatem com alguns problemas de ordem organizativa. Fala-se em brigadas não sinalizadas. Isto corresponde à verdade? Gen. Ita – A movimentação das brigadas, de um lado para o outro, não é da competência do Cte. Quem decide sobre o mapeamento das brigadas, quem decide o local, e as mudanças é o Ministério da Administração do Território (Mat) através das suas estruturas. Portanto, o que pode acontecer é talvez as faixas que estavam a ser colocadas «registe-se aqui»

estragaram-se. Mas elas estão a ser substituídas. Eu sei que no Huambo houve alguns problemas desta natureza, mas foi porque na primeira fase, o pessoal, por alguma má interpretação distribuiu mal as faixas. Houve tarjas distribuídas para aquilo que não era necessário, agora já estão a corrigir. Mas não é possível querer que tudo corra como uma mar de rosa, isto é uma ilusão. SA - isto significa que se tem encontrado muitas dificuldades no terreno? Gen. Ita - Temos encontrado algumas. SA - Por exemplo? Gen. Ita - Desde o local correcto para pôr as brigadas a funcionar; instalações com as mínimas condições para os brigadistas dormirem; os itinerários a percorrer que se encontram em más condições; às vezes a alimentação, como a empresa contratada para confeccionar os alimentos não o estar a fazer bem e ter que ser substituída. Mas o que mas importa, em tudo isso, são os nossos elementos chave: o brigadista e o cidadão. É a eles que nós dedicamos toda a nossa atenção para que não lhes falte, pelo menos aos brigadistas, o mínimo necessário para poderem continuar a realizar o trabalho.

070331-0407

Maioria dos angolanos não tem Partido

Nas contas do general Ita, apesar dos números de militantes propalados pelos vários partidos,

SA - Pelo facto de até ao momento não se ter uma data exacta para o acto eleitoral, embora o Presidente da República já tenha vindo a público dizer que as legislativas serão em 2008 e às presidências em 2009, não acha que isto afectará de forma negativa a adesão da população, em massa, ao registo?
Gen. Ita - Creio que isto não é factor impeditivo ou que dificulte a presença da população nos postos. O que deve ser feito, e está a sê-lo, é melhorar o programa de Educação Cívica. O trabalho de chamar a atenção das pessoas para este direito cívico é de todos nós, não é uma tarefa deste ou daquele, é uma tarefa dos angolanos. Apesar de haver uma estrutura indicada para fazer este trabalho, que é uma estrutura do Governo, que subcontratou um consórcio não significa que esta tarefa lhe cabe unicamente. As Ong's, a sociedade civil, as associações socioprofissionais, às igrejas, as autoridades tradicionais, todos nós temos responsabilidades neste projecto.

SA – Como surge o Ceea na liderança do Cte?
Gen. Ita – Tudo aconteceu de um processo, não muito longo. Nós já vínhamos amadurecendo a ideia há algum tempo, e fomos trabalhando com aqueles que são hoje os nossos parceiros. A ideia nasce primeiro entre o Centro de Estudos e a Kpmg, fomos nós que começamos a trabalhar a ideia, e depois fomos agregando os outros, acabando por criar-se o elenco que temos. De seguida desenvolvemos o trabalho de concepção, de planificação e depois criaram-se as condições de trabalho. Nós fomos a concurso, num concurso onde todas as empresas eram de direito angolano. Eu não tenho dúvida que apresentamos a melhor proposta e sinto-me orgulhoso por termos ganho. Pela especificidade da situação, os membros do consórcio acharam por bem que a liderança fosse entregue ao Centro de Estudo. E eu na qualidade de presidente executivo do Ceea e mentor da ideia aceitei o desafio.

SA – Os Partidos políticos da oposição questionam muito a lisura do registo eleitoral. Haverá alguma razão para essa desconfiança?
Gen. Ita – A pergunta que eu faço é a seguinte: Existe algum interesse em registar menos ou mais pessoas? É a pergunta que eu me faço muitas vezes. Qual é a razão que o consórcio teria ou que o Governo terá para registar só A, B e não registar C ou D? Não me parece que exista aí algum interesse, pelo menos é essa a minha opinião. Além disso é um projecto que não termina no dia 15 de Junho. De acordo com o que o Mat planificou, vai haver uma actualização do registo, possivelmente um novo registo, para quê? Porque é nosso objectivo que todos os angolanos com mais de 18 anos e até aqueles que fazem 18 anos no dia 31 de Dezembro deste ano se registem. Por outro lado, a população de Angola com mais de 18 anos deve estar avaliada agora, de acordo com os cálculos, entre os sete milhões e meio, os oito milhões e meio. Será que todos os partidos angolanos absorvem esta massa toda? Não acredito. O Mpla diz que tem um milhão, um milhão e tal, quantos tem a Fnla, quantos tem a Unita, quantos têm os outros partidos? Não tenho dados, mas não sei se chega a um terço da população de Angola. A maioria dos angolanos com mais de 18 anos não está filiada a nenhum partido político. Que razão haveria em não os registar? Não me parece uma questão que tenha lógica discutir.

SA – Não será pelo facto, assim como acontece no Mat e na Cne, de ser uma figura conotada com o partido no poder?
Gen. Ita – Eu sou militar e não estou no activo. A minha condição, apesar de não estar no activo, não me permite ser filiado a este ou aquele partido. Um processo desta natureza nada tem a ver com os interesses partidários. Não sei como podem falar de fraude, quando o governo disponibilizou verbas e transporte para que os partidos pudessem ter os seus fiscais nas brigadas. Antigamente era porque havia dificuldades de vária ordem, agora eles estão lá. Em todas as brigadas por onde tenho passado já encontrei fiscais da Unita, do Mpla e do Prs. Os da Fnla uns aqui, outros lá.

070331-0407
Augusto Tomás ataca remunerações exorbitantes dos «marajás» do Sep
Secretário de Estado tem plano ético contra privilégios exagerados dos gestores do Sector Empresarial Público

Sousa Neto

Remunerações e outros privilégios menos éticos e irresponsáveis estão na linha de tiro e figuram entre os primeiros alvos da Estratégia e Plano de Actividades 2007-2008 da Secretaria de Estado do Sector Empresarial Público (Sesep), a caminho de duas semanas adoptado pelo Conselho de Ministros. O plano, que, por outro lado, levanta claramente a perspectiva de novas privatizações, ao prever «retirar da esfera do Estado as empresas menos relevantes», foi recebido como «uma apologia da transparência» e «uma abordagem pouco usual das questões da ética» entre as instituições do nosso país por um observador instando a comentar os factos. No seu conceito mais geral, o plano da Sesep propõe-se formar uma rede empresarial pública que acrescente «elevado» valor ao país, através dos serviços prestados aos cidadãos e do estímulo ao desenvolvimento nacional, factos nos quais a instituição recentemente criada determina que residem os propósitos gerais do Sector Empresarial Público (Sep) angolano. Nessa acepção, a Sesep obrigará as empresas do Sep a conduzirem-se por seis valores tidos por essenciais e que constituem aquilo que a instituição definiu como necessário para elevar a importância das empresas públicas na economia angolana e na vida dos cidadãos deste país. Segundo

está estabelecido no plano de actividades, os valores pelos quais se devem guiar as empresas do Sep assentam na eficiência, no sentido da obtenção de padrões aceitáveis de competitividade; sinergia, visando uma operacionalidade das empresas públicas angolanas numa rede que favoreça as trocas no seu seio; e a abertura, no sentido da transparência sobre os actos de gestão e o processo de produção. Outros três valores residem na competência, tida como necessária para a elevação do nível de gestão das empresas; ética, no sentido da observação de padrões morais entre os gestores públicos, impedindo-os, por exemplo, de obter remunerações e privilégios que ponham em causa a viabilidade das empresas; e responsabilidade, enquadrada no âmbito da prestação de contas. «As empresas do Sector Empresarial Público devem se eficientes na utilização dos recursos postos à sua disposição, sinergéticas na cooperação entre si, abertas na adopção de parcerias público-privadas, competentes na actuação dos seus gestores e quadros, éticas nas práticas de gestão e nas remunerações e benefícios dos seus gestores, assim como responsáveis na prestação de contas ao Estado e à sociedade», lê-se num comunicado da Sesep fornecido a este jornal a propósito da adopção do seu plano de actividades pelo Governo. Entre o que vai do ano em curso e o fim do próximo, a Sesep anunciou, como base no seu plano de actividades e tendo em conta as definições conceituais e valores acima enumerados, que vai procurar reduzir a complexidade do actual Sep, «retirando da esfera do Estado as empresas menos relevantes». Além disso, a Sesep preconiza que entre 2007 e 2008 procurará «eliminar» situações críticas no Sep, principalmente dos pontos de vista da eficiência e da ética, elevar os actuais níveis de governação e da estratégia, controlo económico, financeiro e patrimonial das empresas do sector, tal como criar as bases da futura Rede Empresarial Pública, exercício eficaz da superintendência e tutela do Sep. A aplicação do plano de actividades 2007-2008 decorrerá entre o curto e o médio prazo, ao longo de quatro chamados «ciclos de intervenção», o primeiro dos quais designado «ciclo de intervenção próxima», que terá lugar entre Abril e Junho do ano em curso. O ciclo de intervenção de curto prazo ocorrerá entre Julho e Dezembro deste ano, enquanto a primeira fase do ciclo de médio prazo vai vigorar durante todo o primeiro semestre de 2008 e a segunda fase desse mesmo ciclo, nos seis meses seguintes daquele mesmo ano. Segundo a Sesep, no ciclo

de intervenção próxima, as acções perseguem sanar as chamadas «situações críticas» no Sep., dando início à definição das metodologias de orientação, acompanhamento e fiscalização, à realização de estudos de caracterização global do sector, estudos e visitas de benchmarking (estudos comparados com o estrangeiro), lançar o projecto de construção do Sistema de Informação Consolidada do Sep. (Sicosep), recrutar assessoria especializada e dar início a um processo de comunicação com a sociedade sobre o Sep. No ciclo de curto prazo, as intervenções recairão sobre a consolidação de um grande número de acções iniciadas no ciclo anterior, mas abrangerão também a definição de uma estratégia e a aprovação de um novo quadro jurídico para o sector e o regresso às privatizações, um processo dito de «exclusão de empresas menos relevantes» e concepção de Rede Empresarial Pública. Segundo considera a Sesep, a nova Rede Empresarial Pública vai exigir um enquadramento legal diferente daquele que actualmente regula o Sep, pelo que exigirá a adaptação da legislação aplicável ao sector, o que inclui revisões e actualizações sobre pelo menos cinco instrumentos legislativos. Está decidido que passarão por esse processo a Lei-quadro do Sector Empresarial Público, Regulamento da Lei do Sector Empresarial Público, Lei das Privatizações, Estatuto do Gestor Público e Estatuto Remuneratório do Gestor Público. Nas duas fases do médio prazo, as actividades estarão consagradas à consolidação dos processos que iniciam em Abril, incidindo sobre a orientação, acompanhamento, fiscalização, privatizações, estabelecimento de Rede Empresarial Pública e implantação do Sicosep Os responsáveis da Sesep disseram ao Semanário Angolense temer que a sua actividade seja interpretada como uma administração policial do sistema de empresas públicas angolanas, mas declararam a este jornal que na sua missão, pretendem apenas «ajudar as empresas no sentido da eficiência, eficácia, da clarividência estratégica e da boa governação». Eles citam como inspirador para o seu trabalho, um discurso em que o presidente José Eduardo dos Santos notou necessitar-se de «génio criador, boa organização e disciplina, bons programas, boa condução e trabalho abnegado a todos os níveis para transformar a riqueza potencial em riqueza geral».

070331-0407

Por onde começar?

A Secretaria de Estado do Sector Empresarial Público traçou um quadro das acções que pretende empreender para atingir as suas metas, dado por sete medidas consubstanciadas no estabelecimento de uma visão e estratégia para a Rede de Empresas do SepTrata-se de metas estratégicas respeitando os níveis de produção, renda e resultados que, depois de adoptadas pelo Governo, serão concretizadas pela Rede de Empresas do Sep TA seguir, a Secretaria de Estado vai exercer a gestão das participações financeiras empresariais do Estado, coordenar políticas de reestruturação do SepTe de privatização de empresas públicas. A Sesep vai determinar a governação das empresas públicas, propondo os órgãos que devem exercer essa governação, os seus responsáveis, as respectivas remunerações e outros benefícios. Controlará a gestão das empresas do Sep, definindo as metodologias adequadas, ordenando a prestação de contas e efectuando auditorias, fundamentalmente no domínio económico, financeiro e patrimonial. A Sesep insistirá em que a prestação de contas seja direccionada aos órgãos de soberania e â sociedade. Em duas outras medidas, a instituição propõe-se coordenar as estratégias do SepT e colaborar na definição da política de formação de recursos humanos do sector financeiro e empresarial do Estado.

070331-0407
Mais um grupo angolano reconhecido no estrangeiro
Estrela de Ouro para a Anglodente

Nos dois últimos anos inúmeras empresas nacionais vêm sendo reconhecidas por algumas das mais prestigiadas organizações estrangeiras, em resultado do seu desempenho nos processos de produção e prestação de serviços. Esta semana a proeza coube a Clínica Anglodente, que recebeu o Premio Estrela de Ouro, na 11 edição da «The Internacional Star Award In The Gold Quality» da Business Initiative Directions (Bid), pelo que é dito ser a sua «diferenciada qualidade de prestação de serviços de saúde». O evento da distinção ocorreu no Concorde La Fayette Convenntion Hall, em Paris, e foi presidido por José Prieto, presidente da Bid, contando com a presença de altas personalidades do mundo do negócio e membros do corpo diplomático acreditado na Republica de Franca. A empresa distinguida esteve representada por dois dos principais membros da sua administração, nomeadamente os doutores

Manuel João e Filomeno Fortes, que viajaram a Paris especificamente para receber a «Estrela de Ouro» em nome dos seus funcionários. Um dos principais propósitos da décima primeira edição da Internacional «Star Award of Convention Quality Paris», conforme ficou conhecido este ultimo evento realizado na capital francesa, foi o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados por algumas companhias e empresas em áreas como a produção industrial e prestação de serviços. O presidente executivo da Bid salientou que a distinção destas companhias é símbolo do reconhecimento da liderança, tecnologia e inovação e servem de modelo para as outras entidades empresariais. Além da Clínica Anglodente, a Bid reconheceu, nesta sua última edição de entrega das estrelas de ouro, instituições de outros países como a National Business Institute (vocacionada para a formação de homens de negocio na Rússia), a Nigbo Oulin Utensils (empresa chinesa especializada na fabricação de utensílios de cozinha e que emprega mais de 700 pessoas), a Gulf Air/Arabian Experience Destination (companhia aérea de bandeira do Reino de Bahrain) e Ispc (uma das instituições que nos últimos tempos trabalha na modernização das infra-estruturas dos caminhos de ferro da Roménia). O grupo de distinguidos engloba ainda a Cba Kereskedelmi, da Hungria, a Ytl Power Service Sdn Bhd, da Malásia, Bidepa Security Srl da Roménia, Syrian Art Production International (uma produtora de televisão especializada na divulgação da cultura síria, adoptando técnicas modernas de direcção e produção de cinema), a Al Yamamah Printing Est, da Arábia Saudita (responsável pela publicação do jornal diário Al-Riyadh, um dos mais prestigiados órgãos de imprensa do seu pais), a Air Ivore, da Costa do Marfim (uma companhia de aviação detida pela Air France) e a Mkono & C. Advocaters, da Tanzânia (o único escritório de advogados tanzaniano alistado na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América), o Areximbank, da Arménia, e a Kazinterfreight, do Kazaquistão. Segundo uma nota de imprensa do Bid a que este jornal teve acesso, são agraciadas com estrelas de ouro empresas ligadas aos sectores da energia, transportação, telecomunicações, alimentacao, indústrias químicas, metalúrgicas, têxteis e prestação de serviços.
\

070331-0407

Investimento do Grupo Bartolomeu Dias

Nori produz óleo alimentar

A Nori, braço Industrial do grupo empresarial Bartolomeu Dias (BD), vai inaugurar uma fábrica de óleo vegetal no próximo dia 1 de Maio, tornando-se assim na primeira empresa nacional a apostar num negócio do género depois de há vários anos a fábrica de óleo Maná ter-se arruinado. Construída de raiz num espaço de 25 mil metros quadrados, sendo oito mil metros quadrados de área construída, o investimento está orçado em 36 milhões de dólares, financiados maioritariamente por Bartolomeu Dias, o patrão do grupo com o mesmo nome. Sete por cento do valor total do investimento foram suportados pelo Banco de Poupança e Credito (Bpc). Durai Samy, engenheiro indiano que está a dirigir a última fase de afinação dos equipamentos, assegurou que «estão criadas todas as condições para a produção de 144 mil litros de óleo diários, mas esta quantidade é insuficiente para atender a demanda do mercado». A fábrica está equipada com equipamentos da mais alta tecnologia recomendada para a produção de óleo vegetal e conta com um sistema de controlo de qualidade totalmente electrónico. Este investimento proporcionara, numa primeira fase, 100 postos de trabalho directos, repartidos entre engenheiros e operários, assim como 300 postos indirectos, segundo apurou o Semanário Angolense.

HoGi Ho Gi
070331-0407

Como foi construído

Totalmente cifrado em 35 milhões de dólares, detido por um grupo empreendedor participado pela Ho Gestão de Investimentos, um consórcio de capitais angolanos, e pelo braço angolano da empresa brasileira Norberto Odebrecht, a Odebrecht Angola, o Belas Shopping foi inaugurado terça-feira. A Ho Gestão de Investimentos, detida em partes iguais de 23,3 por cento cada pelo Grupo António Mosquito (Gam), a Tv Sat, a Ineg Imo e a Vernan Angolan Services, participa na empreitada com 70 por cento do capital, enquanto a Odebrecht Angola fá-lo com apenas 30 por cento. Dessa maneira constituído, o grupo empreendedor contratou para gerir e explorar o Belas Shopping durante e após a sua edificação, a Enashopp uma empresa brasileira especializada nessa matéria e que desde há 20 anos gere vários empreendimentos do género naquele país sul-americano. A construção do Belas Shopping é resultado de um trabalho

de pesquisa realizado há três anos com um mapeamento da cidade de Luanda destinado a determinar o local ideal para a edificação de uma estrutura do género, assim como um levantamento visando determinar os perfil e os hábitos de consumo locais. Entre outras coisas, essa pesquisa determinou que o comércio retalhista possui um alto potencial de expansão, carecendo embora de opções de lazer e necessitando de uma optimização que solucione a questão crescimento da procura e face às debilidades da oferta. Setenta e oito por cento das pessoas que responderam ao inquérito disseram que frequentariam um espaço comercial do género, 80 por cento dos respondentes vaticinou o sucesso da empreitada, 49 por cento louvou a abertura de salas de cinema projectadas e 35 por cento afirmou que tentaria possuir ali uma loja. A resposta a essas constatações resultou no projecto do Belas Shopping, projectado com base nos critérios da modernidade, sofisticação e da atractividade. Numa área de terreno de aproximadamente 199.5 mil metros quadrados, cerca de 28.3 mil metros quadrados de construção e uma área bruta arrendável de perto de 16.8 mil metros quadrados, o Belas Shopping ficou instalado nas imediações do projecto Talatona, situado a uma distância de 15 a 20 quilómetros da baixa de Luanda, com estradas pavimentadas em três diferentes acessos.

070331-0407
Decisão estará a causar o pânico em alguns lares
João Teta afasta professores sem mestrado concluído
No entanto, o Magnífico Reitor da Universidade Agostinho Neto garante que não «riscou» ninguém

Dani Costa

A aplicação de uma medida adoptada pela Comissão Permanente do Senado da Universidade Agostinho Neto, em Agosto de 2006, no Huambo, estará a ter consequências alarmantes em alguns lares, uma vez que muitos chefes de família estariam a ser afastados dos seus postos de trabalho e os seus nomes riscados das folhas de salários das faculdades onde leccionavam, como soube o Semanário Angolense de boas fontes. Tudo porque, no encontro do Planalto Central, se decidiu que os professores assistentes da Uan só podem ser indivíduos que tenham concluído o mestrado. Ao contrário, não poderão mais exercer a docência na universidade pública. Apesar da carência de professores em algumas

unidades orgânicas da Uan, o reitor João Teta não se abalou e nos últimos meses terá colocado a medida em prática, para desgraça daqueles que ainda não fizeram o mestrado. Um grupo de professores nessa condição diz ter transitado para a categoria de assistentes durante o consulado da então reitora Laurinda Hoyggard, mas, ao que parece, os seus direitos adquiridos não estão a ser tidos em contas pelo actual homem-forte da Uan. Só que alguns dos afastados, segundo informações chegadas ao Semanario Angolense, acham que esta medida não abrangeu todos os docentes na mesma condição. Por isso, falam em dois pesos e duas medidas, já que haverá docentes sem os respectivos mestrados que continuam a leccionar sem problemas. As nossas fontes dizem ainda que também há casos de docentes que foram ao exterior para efectuar o mestrado, mas não o concluíram, tendo sido supostamente «perdoados» pelo Reitor, não obstante o facto de terem esbanjado o dinheiro do Estado. «Achamos que estas pessoas são intocáveis por parte do Magnífico Reitor, o Professor-Doutor Engenheiro João Teta. Há inclusive uma pessoa cuja responsabilidade no Centro Universitário da Huíla obrigaria pelo menos a licenciatura, mas nem esta sequer tem. Como é que ele fica e a nós exigem um mestrado em tão pouco tempo?", acusou, interrogando-se, um dos professores «expulsos». Curiosamente, o processo de alguns docentes, sobretudo na Faculdade de Engenharia e no Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda, seguiu um curso contrário. Em vez de partirem dos respectivas unidades, as decisões de afastamento «indeterminado» ou «definitivo» saíram directamente da Reitoria. Alguns receberam-nas a partir do gabinete da responsável pelos Serviços de Investigação Cientifica e Pós-graduação da Uan, Luzia Pitra Milagr. De acordo com um documento exarado por Luzia Pitra Milagre, o retorno à docência está condicionado à conclusão do mestrado de cada professor afastado, mas às suas expensas, quer seja na Uan ou noutra instituição qualquer. Por enquanto, eles podem apenas concorrer à carreira técnica da função pública, até que o regresso seja possível. «Acreditamos que a Reitoria está a ferir a Constituição do país e a própria Lei Geral do Trabalho. A Lei deveria afectar os que entraram depois da publicação do decreto e não as pessoas que estão na Universidade Agostinho Neto há mais de 15 anos, a maioria dos quais nunca beneficiou de qualquer pós-graduação às custas do Estado, como seria de esperar e de bom tom», desabafou um dos excluídos.

070331-0407
A palavra ao Magnífico Reitor
«Quem reprova,não pode ensinar»

Contactado telefonicamente pelo Semanario Angolense, na quarta-feira, 28, o Magnífico Reitor da Uan refutou as acusações que pendem sobre si, tendo esclarecido que a decisão do Senado da instituição, exarada no Huambo, estabelece que «os professores que estão há muito tempo no exterior a fazerem o mestrado e não prestam informações à Uan devem ser afastados, assim como os docentes que reprovaram na parte curricular dos mestrados». Segundo João Teta, essa medida atinge sobretudo aqueles que não mostram competência para exercer a docência, porque «um professor que reprova, não tem como ensinar outras pessoas». O nosso interlocutor garantiu ainda que tudo está sendo feito sem excepções, por isso não se pode falar em dois pesos e duas medidas. Por outro lado, segundo ainda o Magnífico Reitor, as pessoas abrangidas deixaram de ser docentes, mas não foram obrigadas a deixar a instituição, sem mais nem menos, como alguns acusam. «Quem tiver informações sobre docentes que tenham reprovado, mas não foram abrangidos por esta medida, que informem à Reitoria. Vamos tomar as medidas competentes», avisou, aproveitando a oportunidade para esclarecer que não se «riscou» ninguém das folhas de salários.

Xxxxxxxxx

Nos bastidores há quem fale em 4 milhões
Unita vendeu as instalações do seu secretariado-geral por Usd 3 milhões
O homem também é filho de Deus! Isaías Samakuva instala-se na chiquérrima» talatona

Dani Costa

Compradas supostamente na época em que Lukamba Gato era o coordenador da Comissão de Gestão da Unita, por cerca de 200 mil dólares norte-americanos, segundo fontes do Semanário Angolense, as instalações que albergaram nos

últimos anos o seu secretariado-geral e outras estruturas do maior partido da oposição, entre as quais o secretariado para a Informação, foram vendidas em Dezembro do ano passado. A referida operação, que esteve avaliada em três milhões de dólares norte-americanos, foi dirigida por duas figuras ligadas a área do património da equipa de Isaías Samakuva e teve como cliente um desconhecido grupo imobiliário que está a erguer uma unidade hoteleira nas cercanias do então secretariado-geral da Unita. Só que em círculos privados muitas pessoas insistem em dizer que o imóvel terá sido vendido por um valor estimado em 4 milhões de dólares, uma cifra contrariada esta quarta-feira, 21, pelo secretário-geral deste partido, Mário Kanhali Vatuva. Para concluir a edificação do citado hotel, os compradores precisavam de mais espaços, não havendo outra saída que não fosse a negociação com os «maninhos». Eles já tinham destruído duas residências adquiridas anteriormente e os efeitos disso se fizeram sentir no secretariado-geral da Unita. «Não havia outra alternativa, senão vender o imóvel. E foi vendido por três milhões de dólares e quem diz o contrário que prove», desafiou o secretário-geral da Unita. De acordo com informações chegadas ao Semanário Angolense, tão logo o negócio foi concluído, houve necessidade de se transferir para outros lugares os secretariados que funcionavam no edifício vendido, e os responsáveis da área do Património saíram em busca de um imóvel para arrendar. De acordo com as fontes, eles terão encontrado uma casa no Kassenda, paga a preço de ouro (falaram em 80 mil dólares/mês), mas o proprietário exigiu que não fosse colocado qualquer dístico da Unita ou outros materiais de propaganda e terá proposto que o contrato fosse estabelecido com uma outra entidade, como uma Ong ou algo parecido, e não o partido. «Confrontados com as exigências do senhor da casa do Kassenda, alguns militantes recusaram-se a passar para lá, porque sem bandeira e outros símbolos da Unita significava que estávamos a regressar à clandestinidade. Por isso, fomos para Viana, onde funciona provisoriamente o secretáriado-geral», explicou uma fonte da organização. Caso tudo isso seja verdade, só em um ano a Unita poderá ter gasto no arrendamento da casa do Kassenda qualquer coisa como 960 mil dólares, isto é, menos 40 mil para um milhão. Contudo, Vatuva desmentiu estes números, que considera extremamente exagerados, e sublinhou que «em nenhuma altura se colocou a hipótese de o secretariado ir parar ao Kassenda. Aquilo foi arrendado ao preço de 11 mil

dólares/mês (132 mil dólares ano) para ser transformado nos escritórios da Sociedade Geral de Minas (Sgm) e outras repartições administrativas, mas nada de questões políticas. Por isso, não houve arrendamento em nome da Unita». Entretanto, meio sério, meio a brincar, Vatuva aproveitou a conversa com o Semanário Angolense para explicar que a direcção do seu partido comprou recentemente uma casa para o seu presidente, Isaías Samakuva. «Antes que alguns se aproveitem disso para fins políticos, quero frisar que não ficava nada bem ao nosso presidente continuar a viver em casas arrendadas e compramos uma residência. E isso foi feito com base num empréstimo bancário», rematou em jeito de prudência.

070324-31

Nem que for para comprar o terreno, dizem os «maninhos»
Negócio propicia construção da futura sede do partido

O montante em causa permite folgadamente encontrar um local para acomodar o secretariado-geral, mas o Semanário Angolense apurou que uma boa parte do remanescente será aplicado na compra de um espaço onde deverá ser erguido brevemente a futura sede da Unita. Actualmente, a direcção dos «maninhos» funciona em «ilhas», estando a presidência, vice-presidência e o secretariado-geral a labutarem em três zonas distintas, respectivamente Maianga, Ingombota e Ilha de Luanda. Os secretariados para a informação e antigos combatentes funcionam na rua Rei Katiavala, o que obriga os responsáveis dos sectores que integram estes dois órgãos a efectuarem autênticas ginásticas quanto têm de se reunir. A construção ou a entrega da sede dos «maninhos» era uma tarefa que competia ao governo central, no quadro do Protocolo de Lusaka e do Memorando de Entendimento do Luena, mas ainda não se concretizou. Por isso, Isaías Samakuva e sua equipa pretendem materializar tal objectivo com recurso a meios próprios. Competia igualmente ao Governo entregar as 18 delegações provinciais e residências para alguns dirigentes, o que vem acontecendo de forma paulatina. A maioria dos dirigentes da Unita que regressaram a Luanda após o fim do conflito militar foi contemplada com residências no projecto habitacional Nova Vida, em retribuição a algumas que foram ocupadas por populares em Luanda e arredores. A antiga sede de Luanda ainda não foi restituída, ao passo que nas restantes

províncias muitas estruturas também ainda não voltaram à alçada dos «maninhos». Mas a esperança continua viva, pois o assunto tem sido permanentemente agendado nas reuniões bilaterais com o Governo.

070324-31

Problemática sobre as cartas de condução
Epílogo de um «folhetim»em que não se disse tudo
Alguém sabe como anda a velha questão das pensões dos antigos funcionários do Estado português? A geração destes pensionistas esquecidos e seus descendentes está a desaparecer e não há lembrança de que alguma vez as autoridades angolanas se tenham debruçado sobre esta matéria com a mesma «virilidade» que acabam de mostrar em relação à problemática das licenças de condução.

Angolanos e portugueses de boa-fé exultaram e respiraram de alívio quando viram, esta semana, os governos dos dois países a rubricarem um memorando de entendimento para resolver a querela em torno das cartas de condução. A percepção de muita gente é a de que se chegou a um «fim feliz», mas nem tudo foi dito neste «folhetim» sobre as cartas de condução. É bem verdade que as autoridades angolanas reagiram como muita gente esperava, ao retaliar e encostar Portugal à parede, forçando-o a tratar os automobilistas angolanos que conduzam em solo lusitano com base no princípio da reciprocidade. Mas muita coisa leva a crer que foi apenas aparente a imagem pública que o Governo de Angola mostrou, nomeadamente de um executivo benemérito e preocupado com a sorte das comunidades angolanas na diáspora. Muita gente com um palmo de testa sabe disso. Por exemplo, foi com carradas de razão que um cibernauta sintetizou este aspecto num comentário debitado sobre esta matéria no Jornal digital Angonotícias. «Não estejam convencidos que Angola reagiu ao problema das cartas de condução para atender a sua diáspora em Portugal. Nem por sonhos» - disse, categoricamente, o cibernauta. Depois, em poucas palavras, apontou o que no seu entendimento terão sido as reais motivações da intervenção do governo angolano: «Os ministros angolanos têm casas e carros em Portugal, filhos a conduzir mal, [bem como] esposas e amantes. E eles mesmos, quando se deslocam a Portugal, conduzem os seus carros com cartas da República de Angola. O JM [João Miranda, ministro angolano das Relações Exteriores] foi a Portugal salvaguardar os interesses

dele e dos outros grandes», rematou. Há, de facto, razões fundadas para concordarmos com a opinião deste internauta, que tudo indica tratar-se de um angolano. Se fosse só pelo Mantorras, provavelmente as autoridades nacionais não teriam reagido. Aliás, viu-se como elas andaram a arrastar os pés, numa hesitação exasperante, quando vieram a público as denúncias dando conta do humilhante tratamento a que se sujeitavam os angolanos que acorriam aos serviços do Consulado-Geral de Portugal em Luanda para obter um visto de entrada em território português. Como os filhos dos governantes angolanos e outros membros da «nomenklatura» do país viajam com passaportes diplomáticos ou de serviço - expediente que os isenta de ir à Embaixada lusa sempre que queiram deslocar-se a Portugal -, as autoridades angolanas só reagiram quando a situação se tornou por demais escandalosa. E mesmo assim foi apenas quando o assunto ganhou inevitável amplitude mediática, em face de vários artigos a respeito publicados pelo Semanário Angolense e por Ismael Mateus, no Jornal de Angola. Por tudo isso é que não custa nada pensar que o móbil que levou as autoridades angolanas a baterem o pé nesta questão das cartas de condução, tenha sido realmente a salvaguarda dos interesses da «nomenklatura» angolana. A decisão de invalidar o uso da carta angolana em terras portuguesas acabou por afectar, sobretudo, o incontável número de filhos de dignitários angolanos que vivem ou estudam no país ibérico, quantas vezes com sofrível rendimento ou mesmo sem qualquer aproveitamento académico. Ajudados pelos abastados progenitores, em regra estes «filhinhos de papai» são os angolanos que postos em Portugal estão em condições de adquirir automóveis, podendo por essa razão dispensar os meios de transportes públicos. Juntam-se a este restrito clube de elite esposas, amantes e outra «parentela» dos dignitários angolanos, geralmente com direito à casa e transporte próprios. Raríssimos são os angolanos comuns que escolhem Portugal para destino turístico que se podem dar ao luxo de usar como meios de transporte viaturas próprias ou alugadas. Esta realidade é por demais conhecida dos cidadãos atentos. E é esse comportamento das autoridades angolanas, de apenas agirem em proveito próprio, que explica que outros dossiers muito mais importantes que os da problemática das cartas de condução estejam a cair ou tenham mesmo caído no esquecimento. Alguém sabe como anda a velha questão das pensões dos antigos funcionários do Estado português? A geração destes pensionistas esquecidos e seus descendentes está a

desaparecer e não há lembrança de que alguma vez as autoridades angolanas se tenham debruçado sobre esta matéria com a mesma «virilidade» que acabam de mostrar em relação à problemática das licenças de condução. A lentidão (ou desinteresse?) evidenciada na resolução do pendente sobre as pensões contrasta gritantemente com a celeridade imprimida na regulamentação sobre o desconfiscado aos luso-cidadãos pelo Estado angolano com o advento da independência.

070324-31

Brasileira OceanAir anuncia voos

A companhia aérea brasileira OceanAir anunciou segunda-feira última, 19, em São Paulo, que recebeu a permissão das autoridades do sector do seu país para iniciar a operação de voos para o México, Angola e Nigéria. O presidente da empresa, Carlos Ebner, afirmou que a autorização foi concedida há uma semana pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o regulador brasileiro do sector. «Agora estamos apenas a aguardar a chegada das aeronaves para começar a operação», disse o executivo, ao salientar que a rota para o México terá sete frequências semanais. Em Maio, a companhia brasileira iniciará os voos diários para Lagos, a principal cidade da Nigéria, e para Luanda, capital de Angola, com aviões Boeing 767-ER300, com 180 passageiros em classe económica e 32 em executiva. A companhia, controlada pelo empresário Germán Efromovich, que chegou a participar do processo de venda da VARIG, no ano passado, anunciou ainda o lançamento de um programa de milhas para os seus clientes. Fonte da administração da TAAG contactada para comentar a notícia disse que oficialmente à companhia nacional de bandeira ainda não foi notificada. «Sei que há transportadoras brasileiras nas quais muitos governantes angolanos têm fortes interesses e que pretendem ocupar o lugar deixado pela brasileira VARIG (a já extinta companhia de bandeira daquele país) no mercado angolano, mas nada há de concreto», disse. Para a nossa fonte, para já esta possibilidade é remota, porquanto depende da revogação de um acordo assinado pelos dois governos há mais de 20 anos. A mesma convenção indica que companhias de ambos os países devem assegurar a linha e frequência acordadas, sendo que até agora o documento não foi revogado, mantendo-se para todos os efeitos válido. A fonte que vimos citando não só atribuiu este movimento

a influentes grupos económicos angolanos (bem como figuras individuais), como também admite ser uma tentativa de desestabilização da TAAG, numa altura em que a companhia está a dar passos em direcção à modernidade, algo consubstanciado na recente aquisição de novos aparelhos e na prestação de serviços com padrão de qualidade mundial. Líder brasileira do sector de voos de pequeno e médio portes, a companhia ampliará também as suas operações no Estado de São Paulo a partir do Aeroporto de Viracopos, a cerca de 100 quilómetros da cidade de São Paulo.

070324-31

Petrolífera apadrinha universidade privada e deixa populosa Uan a ver navios

Sonangol vai de passo trocado no apoio ao ensino superior

Sousa Neto

À primeira vista, a anunciada participação da Sonangol na constituição da Universidade de Tecnologias e Ciências de Angola (Utec) parece ser um acto que sublima uma qualquer vocação do concessionário nacional de hidrocarbonetos para a responsabilidade social, mas olhando bem para dentro do projecto, obtém-se a percepção de que tudo não passa disso mesmo: pura aparência. Granjeando cada vez maior opulência com base na exploração de um recurso natural teoricamente pertencente a todos os angolanos, como é o petróleo, a Sonangol é, na relação quantitativa dos seus lucros, a maior empresa angolana. Nos últimos dois anos, os resultados líquidos da companhia atingiram a soma total de dois biliões de dólares, estando-se a falar aqui do dinheiro que fica nos cofres da Sonangol depois do pagamento das contribuições fiscais, investimentos e outros encargos. É ponto assente que a Sonangol deve assumir uma quota de responsabilidade social compatível com a sua envergadura, até mesmo para compensar a frágil actuação do Governo na provisão dos serviços sociais necessários para mitigar o espectro de pobreza que assola a imensa maioria dos angolanos. Fontes instadas por este jornal disseram que a associação da Sonangol ao ensino superior é necessária, principalmente pelo efeito estruturante dessa empreitada, olhada a montante e a jusante como um mecanismo que transcende as formas tradicionais de combate à pobreza. A nível da sociedade, a ensino

superior confere ao país a base científica que pode suportar o seu processo de desenvolvimento, enquanto que, a nível do indivíduo, ele proporciona os meios que aperfeiçoam a sua existência. Não estando em causa o princípio do apoio ao ensino superior, o que as fontes deste jornal questionam é a natureza da associação à qual a Sonangol se juntou à Utec. As fontes deste jornal disseram tratar-se de uma organização na qual se cruzam interesses privados de matiz política localizada na «situação», o que inclui dirigentes e deputados do Mpla, representantes do Governo, oficiais das Faa e da Polícia Nacional (ler mais em caixa). A natureza dessa associação aparece ainda ofuscada aos olhos da opinião pública, onde, entretanto, surgem vozes que questionam os critérios que conduziram a Sonangol, uma empresa estatal, a destinar fundos a uma sociedade empresarial privada, em detrimento do subsistema público de ensino superior, visto na Universidade Agostinho Neto (Uan). «Apoiar o ensino superior é necessário sim senhor, mas o ensino superior público», declarou a este jornal uma fonte, referindo-se à Sonangol na sua qualidade de empresa estatal angolana, e à Utec, titulada por uma sociedade privada. A fonte notou que os sinais que vêm do subsistema de ensino superior são alarmantes para a Uan, onde além das sofríveis condições em que trabalham docentes e discentes, existia, pelo até ao ano de 2005, um instituto superior que ministrava um cursos em situação de ilegalidade. Trata-se do Instituto Superior de Engenharia e Arquitectura (Istea), criado com o intuito de apoiar a Faculdade de Engenharia da Uan, contribuir para a melhoria dos honorários e para a retenção dos docentes desta faculdade. O espectro de problemas sugeridos pelo que é dito nestes dois últimos parágrafos demonstra o nível estrutural das dificuldades da Uan, uma universidade que pelas suas responsabilidades, vê-se na contingência de absorver o grosso dos estudantes que em Angola se candidatam ao ensino superior. Enquanto, isoladamente, a Universidade Agostinho conta com mais de dois terços do total dos estudantes do ensino superior no nosso país, atraídos pela exiguidade dos desembolsos mensais, a sistema privado, novo e mais projectado para os resultados financeiros, absorve apenas um terço do total, de acordo com estimativas informais. A partir dos próximos dois anos, já se sabe que a Uan acentuará a tendência para a absorção da maior parte da demanda por cursos superiores, à luz da projectada construção da Cidade Universitária da Luanda, onde se prevê que venham a estar alojados, em cada ano lectivo, entre 18 e 20 mil

estudantes do ensino superior. Do ponto de vista do senso comum, era a projectos como este que a Sonangol se deveria associar, destinando os seus recursos à solução dos problemas ali, onde eles existem. Mas, como se pode ler nas páginas seguintes, a construção desse importante empreendimento está a patinar em resultado de uma alegada falta de fundos, incompreensível quando se vêm desembolsos de empresas estatais como a Sonangol a irem parar às mãos de sociedades privadas. Como se explica, então, o envolvimento da Sonangol numa iniciativa do foro empresarial privado para o sistema de ensino? Desde que os gestores públicos deste país começaram a aproveitar-se das suas posições para constituírem fortunas individuais, passou a ficar vincada a tendência para o esvaziamento do Estado. Quer dizer que os negócios privados só se projectam à custa da desvalorização do serviço, um processo canibalista em que sistemas inteiros de provisão estatal de serviços e bens públicos são destruídos para dar lugar à entrada de interesses privados. O epicentro da tomada de decisões para a desactivação de um serviço público a favor do privado é o mesmo: os próprios funcionários do Estado, travestidos de negociantes irresponsáveis em resultado da sua desmedida ambição. É nessa perspectiva que deve ser encarada a associação da Sonangol a uma instituição universitária gerida por capitais privados? A forma recorrente com que a petrolífera estatal angolana se rende ao financiamento de iniciativas de foro privado deixa vestígios de uma honestidade pouco genuína. Do passado vêm evidências que mostram a constituição da Unitel, que veio a reclamar-se a maior empresa de telecomunicações do país, com base em aquisições que deveriam favorecer a criação de uma subsidiária da companhia petrolífera para esse ramo. Fazendo jus às negociatas que neste país envolvem o público e o privado numa mistura promíscua, a companhia petrolífera «prescindiu», assim mesmo, entre aspas, dos equipamentos que já dispunha, colocando-os nas mãos dos interesses privados que depois formaram a Unitel. Numa outra ocasião, a companhia acabou ressarcida na soma de um milhão de dólares, depois da opinião pública ter discutido uma doação a uma ceita religiosa conhecida como Maná e que esteve em vias de ser desviada para Portugal. O fiel depositário dessa doação na Mana de Angola era um professor universitário de origem cubana, que em tempos leccionara na Uan, onde teve um aluno que mais tarde se tornou influente no Conselho de Administração da companhia petrolífera angolana.

070324-31

Há um ano, o SA destacava:
As portas do país estão totalmente escancaradas
A geografia humana e a verdade eleitoral duramente ameaçadas

A descontrolada entrada de imigrantes ilegais em território angolano e o respectivo perigo para a estabilidade futura do país foi o destaque do SA há um ano. Conforme se dizia no artigo, trata-se de um fenómeno que tem vindo a alastrar-se, podendo provocar um perigoso ambiente de xenofobia no país, pernicioso para os desafios económicos, que exigem um movimento doseado e controlado de mão-de-obra estrangeira. Embora tímidos e não muito eficazes, há alguns anos que as autoridades despertaram para o surto de imigração ilegal que já naquela altura ameaçava a economia nacional, visível num perigoso fenómeno de «libanização» que tem vindo a afectar a actividade comercial. Empresários oeste-africanos, árabes e hindus, usando processos de cartel, tomaram de assalto sectores importantes da economia angolana, sobretudo o ramo da distribuição de bens essenciais, ao ponto de determinarem os preços do mercado. Esta situação resultou dos deficientes mecanismos de controlo das nossas fronteiras, que a guerra tornou ainda mais vulneráveis, e da existência de esquemas de corrupção e conluio com os agentes do sector de imigração. O escândalo que se verificou, em finais de 2005, no Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) foi apenas a confirmação da existência de pessoas envolvidas no esquema de cumplicidade e suborno que permite a entrada ilegal de imigrantes no país a troco de dinheiro. Os efeitos perversos que a imigração ilegal tem sobre a economia nacional e o envolvimento de altas figuras angolanas neste fenómeno haviam sido referidos pelo Presidente da República, em 2004, na cidade do Namibe, no seu discurso à Nação em alusão aos 29 anos da independência nacional. José Eduardo dos Santos reconheceu, então, que grupos estrangeiros devidamente identificados, em conluio com cidadãos nacionais, distorciam o mercado nacional através do controlo dos preços de diversos produtos. Depois dessa polémica denúncia do Presidente angolano, esperava-se que se seguissem medidas tendentes à divulgação e responsabilização das entidades envolvidas, mas a

verdade é que tal não veio a acontecer. Certo, contudo, é que continua cada vez mais ameaçadora a perspectiva de Angola, um país com forte potencial para importar imigrantes em busca de trabalho, passar a ter um quadro demográfico bastante híbrido, ao ponto de existirem mais cidadãos estrangeiros do que nacionais, caso a imigração ilegal descontrolada não for imediatamente travada. Pelo andar da carruagem, esta radical alteração da geografia humana pode acontecer dentro de 10 a 15 anos, com o perigo igualmente de afectar a verdade eleitoral. Outro assunto que mereceu destaque foi um recenciamento feito pelo nosso jornal dos logros e embustes em que o Presidente da República tem caído sistematicamente ao ser levado a inaugurar obras inacabadas. Exemplo disso foi a inauguração do Hospital Geral de Luanda pelo Presidente da República. Contra todas as expectativas, esta instituição hospitalar, construída para ser o «pronto-socorro» de todos os centros de saúde municipais, só poderá funcionar plenamente a partir de 2011, cinco anos depois de José Eduardo dos Santos ter cortado a fita. O hospital, conforme se veio a verificar, não dispunha na altura de estruturas essenciais como um refeitório para os doentes e técnicos da instituição, nem de um banco de sangue. O próprio bloco operatório encontrava-se às moscas. O depósito de medicamentos fora improvisado, não cumprindo com as dimensões apropriadas para a sua função de stockagem e armazenagem de fármacos. A maioria dos espaços clínicos estava desprovida de climatização e não havia um laboratório de análises. Além do Hospital Geral de Luanda, na lista de empreedimentos deficientes inaugurados pelo Presidente angolano, destacamos, entre outros, o Estádio da Cidadela (Dezembro de 1985), a barragem de Kapanda (Novembro de 2005), o Estádio dos Coqueiros (Julho de 2005), o projecto Aldeia Nova (Novembro de 2005) e o Palácio da Cidade Alta.

070324-31

Será que a nossa «prima» vem para Angola?
Sónia Falcone expulsa dos EUA

Antes que a justiça norte-americana lhe fizesse o que a justiça francesa fez ao marido, ou seja, a cadeia, Sónia Falcone entrou num acordo que ao fim e ao cabo impõe-lhe a mesma sorte que o consorte conheceu. Unido

na felicidade, o casal Falcone continua também unido na desgraça. O marido, Pierre Joseph Falcone, deixou França, onde vivia desde 1983, ludibriando a justiça, e a mulher, Sónia, deixa os Eua empurrada pela justiça. Com o acordo feito com a justiça americana, chega ao fim um processo que começou a 17 de Fevereiro do ano passado com a detenção, em Paradise Valley, Arizona, de Sónia Íris Falcone, de 41 anos de idade, acusada de perjúrio, falsificação de documentos, contratação de imigrantes ilegais e obtenção de residência por via fraudulenta. Ao abrigo das leis do estado do Arizona, crimes desta natureza são puníveis com 250 mil dólares de multa e pena de prisão de pelo menos 10 anos. À data da sua detenção, Sónia Falcone foi obrigada a entregar o seu passaporte boliviano, o cartão de estrangeira residente, bem como os passaportes dos filhos menores. Com o pagamento adicional de uma fiança de 50 mil dólares, a cara-metade do nosso «primo» Pierre Falcone garantiu a sua liberdade condicional até quarta-feira desta semana, dia em que foi concluído um acordo ao abrigo do qual evita a cadeia, mas tem de deixar o território norte-americano. Sónia Falcone é casada desde 1994 com Pierre Falcone, ministro-conselheiro da embaixada de Angola na Unesco e comerciante de armas que esteve na origem do Angolagate. O libelo acusatório produzido pelo Bureau de Imigração do estado de Arizona atesta que em 1983, 11 anos antes do casório com Falcone, Sónia forjou um casamento com um cidadão norte-americano com o fim exclusivo de obter residência nos Estados Unidos. Sónia Falcone viria a separar-se do «marido» em 1987. Entretanto, e porque este crime tinha prescrito, a polícia do Arizona levantou outras alegações referentes ao seu estatuto de imigrante nos Eua. Perante as provas evidenciadas pelas autoridades, Sónia Falcone reconheceu ter contratado imigrantes não autorizados a trabalhar nos Eua. Sónia admitiu também ter falsificado uma certidão de nascimento que diz que ela tem 41 anos de idade, e não 44 como deveria ser. A mulher do ministro-conselheiro da nossa embaixada junto da Unesco é conhecida no Arizona pelas campanhas de caridade que promove, sobretudo a favor da comunidade latina, mas também pela faustosa vida que tem. O casal Falcone conheceu-se em 1990 durante uma corrida de Fórmula 1 no Arizona. O casamento foi celebrado quatro anos depois, e dele nasceram três crianças. Em 2000, o casal comprou, em Paradise Valley, uma das zonas mais exclusivas do Arizona, uma mansão de 10 milhões de dólares, agora posta no mercado pelo preço de 11 milhões e 400 mil. Antiga miss Bolívia Internacional,

Sónia Falcone lançou-se também no comércio, colocando no mercado uma linha de produtos denominada Essanté. Durante o processo negocial, os advogados de Sónia Falcone, os mais bem pagos do Arizona, exaltaram a sua predisposição para ajudar o próximo, argumento que o procurador responsável pelo caso questionou, interrogando-se sobre a ausência de respostas para o consecutivo envolvimento em falsificação de documentos. A detenção de Sónia Falcone há um ano levou ao «chalé» dela cerca de 50 polícias, que empreenderam uma das mais demoradas buscas numa residência particular em todo o Arizona. Aparentemente, a Polícia não encontrou nada que acrescentasse ao caso, porém o que tinha era suficiente para a encurralar. Sónia Falcone sustentou desde o princípio o argumento de que não fez nada de errado. Contudo, ao abrigo do acordo a que os advogados dela chegaram com o procurador, Sónia Falcone perde o estatuto de estrangeira residente, devendo abandonar os Eua no próximo dia 15 de Agosto. Com esta decisão o casal Falcone pode passar mais tempo junto, pois o marido, mesmo estando habilitado com um passaporte diplomático angolano, nunca conseguiu visto de entrada nos Estados Unidos. Agora que está expulsa dos Estados Unidos, um dos próximos destinos de Sónia pode ser Angola, país onde seguramente desfrutará de todas as regalias inerentes à função atribuída ao marido.

070324-31

Nas costas do Med

Fontes bem informadas disseram que até há duas semanas atrás, a recentemente constituída Secretaria de Estado para o Ensino Superior, a instância que a nível do Ministério da Educação (Med) superintende esse subsistema, não tinha conhecimento formal da constituição da Utec. Contactadas por este jornal, as fontes afirmaram estranhar o facto dessa instituição iniciar a funcionar já no próximo mês de Abril, caso tenha que observar os procedimentos legais preconizados para a constituição de instituições do ensino superior. Para tal, coloca-se uma aturada tramitação burocrática junto do Med, mas, além disso, é necessário o agendamento e discussão do processo no Conselho de Ministros. As fontes concluíram que se os gestores da Utec conseguiram desembaraçar todo esse processo em duas semanas, só podem tê-lo feito recorrendo ao

tráfico de influências, sabendo-se, já, que os serviços do Med não foram tidos em conta para a presumível aprovação do processo. Estes dados podem constituir prova suficiente da ligação dos titulares da sociedade gestora da Utec ao poder instituído. Em todo o caso, este caso abona as conclusões de um estudo oficial que recentemente procurou traçar as «linhas mestras» para a viabilização do subsistema de ensino superior em Angola, onde é denunciado o facto de três instituições estarem a conferir cursos na ilegalidade. Trata-se do Istea, da Faculdades de Engenharia da Uan, assim como de cursos ministrados no Ispra e no instituto Gregório Semedo, onde os currículos de certos cursos não foram sancionados pelo Med (para apenas citar dois exemplos). A tutela do Ministério da Educação tem sido posta em causa para as questões orçamentais da Uan, mas sobretudo em relação à matéria curricular das instituições angolanas do ensino superior, no seu todo.

070324-31

De que serve a luta pelo aumento dos preços de combustíveis?

No fim de Fevereiro, quando a administração da Sonangol juntou inúmeros jornalistas numa conferência de imprensa para anunciar os seus resultados de 2006, este jornal perguntou em privado ao administrador para a área de distribuição, o quê que a companhia tinha feito com o decreto governamental que desde há uns dois anos a autoriza de estabelecer os preços dos combustíveis. Fernando Roberto foi evasivo e não forneceu nenhuma resposta cabal, o que não é consistente com a velha luta da empresa petrolífera estatal angolana no domínio dos preços dos carburantes. Do ponto de vista do conceito, essa batalha visa a obtenção de uma definição que caracterize os combustíveis como bens económicos puros, conforme a companhia diz que são, e não como bens de interesse público, tal como os encara o Governo. Essas são definições do foro de Política Económica: se, do ponto de vista institucional, os combustíveis forem considerados bens económicos puros, então, ficam regidos pelos mesmos critérios do mercado mas, no outro caso, impera o interesse público (entendendo-se dever ser o seu acesso o mais abrangente possível), imperando sobre eles um regime de protecção. No nosso caso, tem prevalecido a última definição, uma

protecção que se traduz em subsídios estatais que cobrem uma alta percentagem dos preços, em desembolsos nem sempre transferidos para o concessionário nacional de hidrocarbonetos com a religiosidade requerida, dando lugar a falhas de caixa, de tal ordem, que a Sonangol alega chegar a perder em competitividade para as suas congéneres da África Austral. Com disponibilidades de caixa permanentes, as companhias de distribuição dos outros países da Sadcpossuem orçamentos de investimento senão superiores, pelo menos mais regulares que a nossa, reunindo agora as condições para as situações concorrenciais que se avizinham com a abertura dos mercados nacionais da região. Ao colocar esta última questão, a Sonangol sempre o fez tendo como base os preços dos combustíveis. Mas, quando se vê a Sonangol a «prescindir» de fundos, brindando delicadezas como equipamentos que depois dão origem a prósperas empresas privadas de que a Unitel é exemplo, livrando-se de milhares que podem ir servir as ambições de um ou dois charlatães em Portugal (como no caso da Maná de Angola), ou simplesmente abraçando iniciativas que não procedem sob o ponto de vista da nossa existência colectiva (como se vê na Utec), fica a pergunta: a questão do preço dos combustíveis, tal como a Sonangol a coloca, é para ser levada a sério, se a companhia está a dar dinheiro de graça a alguns espertalhões? Seria bonito agora, a Sonangol aumentar os preços dos combustíveis e, ao invés de potenciar os seus investimentos, fosse dar largas ao seu profuso despedício!!!

070324-31

see
http://www.semanarioangolense.net/subindex.php?edit=206&type=Politica for more details about the university system

Cidade universitária: um projecto utópico?
Enquanto a Sonangol decide apoiar a criação de uma universidade privada, o Estado não consegue sequer terminar a primeira fase do «campus».

Salas Neto e Valdimiro Dias

O ensino universitário público em Angola necessita de investimentos substanciais, sobretudo em termos de

infra-estruturas, para poder fazer face à grande demanda a que está sujeito. Todos os anos, milhares de alunos, especialmente os de menos posses, vêem os seus sonhos adiados por manifesta incapacidade das faculdades ligadas à única universidade estatal em absorvê-los. E os sonhos adiados ganham um carácter de desespero à medida que os anos vão passando, sem que se concretize a ansiada entrada para o ensino universitário, seja por falta de lugares nas faculdades públicas, seja por falta de dinheiro para o ingresso nas particulares. Provavelmente em face disso, o Estado decidiu tomar a peito as suas responsabilidades e partir para a criação da Cidade Universitária, um projecto já em marcha, mas que tem sido marcado por bastantes atrasos, de tal forma que ainda não se conseguiu sequer concluir a sua primeira fase. Esta tinha o seu término marcado para Dezembro último, mas pelo andar da carruagem e, segundo informações obtidas pelo Semanário Angolense, só em 2008 o «campus universitário» deverá começar a receber os primeiros estudantes. Paradoxalmente, somos surpreendidos por notícias que dão conta de que a Sonangol, a empresa pública mais endinheirada do país, estará a apadrinhar o projecto de criação de uma universidade particular, quando devia, decididamente, encaminhar este investimento para ajudar à conclusão do «campus», que é a grande esperança dos angolanos no que toca ao desenvolvimento do ensino universitário (público) do país, especialmente em Luanda, no que será o maior projecto do Estado relativo ao ensino superior. Afinal, os seus proventos, que serão de todos nós, devem ser aplicados na perspectiva da beneficiação de um grande número de angolanos e não apenas para fazer as delícias de pequenos grupos de iluminados. Comenta-se em alguns meios sociais que fortes interesses ligados ao ensino privado, por sinal com bastante influência nos mais diversos sectores de decisão, estejam a conspirar contra o «campus universitário», devido às substantivas implicações que terá no mercado tão logo o projecto seja viabilizado, ao resultar certamente na diminuição da demanda às universidades particulares. Ou seja, o «campus» há-de significar menos lucros para os «investidores» privados, daí que tudo esteja alegadamente a ser feito para adiá-lo. E os cortes sistemáticos no orçamento necessário para a sua conclusão enquadrar-se-ão neste afã.

070324-31

Haverá algum tesouro escondido nessa área?
Juízes brigam pela Sala de Trabalho do Tribunal de Luanda

Ilídio Manuel e Dani Costa

Quatro magistrados afectos à Sala do Trabalho consideraram como ilegal e ilícita uma movimentação a que foram sujeitos, há duas semanas, por ordem do juiz presidente em exercício do Tribunal Provincial de Luanda, Augusto Escrivão. No passado dia 13 do mês em curso, Escrivão ordenou, através do despacho n. 4/Tpl/2007, as transferências dos juízes Armando Luacuti, Vidal Romeu, Frederico Hulilapi, Manuel Pereira da Silva e Rui Fernando Gonçalves, todos anteriormente ligados à Sala do Trabalho, para a sala dos Crimes Comuns. No mesmo despacho, que foi exarado com conhecimento ao Conselho Superior de Magistratura, ministro da Justiça, Manuel Aragão, e o seu "vice" para os Tribunais, Alves Monteiro, assim como os departamentos dos Recursos Humanos e de gestão do orçamento do órgão de tutela, o juiz presidente em exercício ordenou igualmente as transferências de outros cinco magistrados, antes ligados à sala de Crimes Comuns, nomeadamente Veríssimo Caiumba, Bartolomeu José Hangalo, Anabela Mendes Vidinha, Maria de Fátima da Silva e Rosário Joaquim António para a Sala de Trabalho do referido tribunal. Três dias depois, os juízes afastados da primeira, terceira, quarta, quinta e sexta secções da Sala de Trabalho do Tribunal de Luanda contrariaram às posições do responsável máximo em exercício, por intermédio de um documento endereçado às mesmas instituições e personalidades a quem Augusto Escrivão deu a conhecer as movimentações. De acordo com os magistrados « da Sala de Trabalho, nos termos do artigo 128 da Lei Constitucional «os juízes são inamovíveis, não podendo ser transferidos, promovidos, suspensos, reformados ou demitidos senão nos termos da lei». Segundo os contestários, nos termos do artigo 35 da lei n. 18 /88, de 31 de Dezembro, que revogou o artigo acima mencionado, «o Presidente do Tribunal Provincial não tem competência para transferir os juízes e muito menos competência tem um Presidente em exercício», como é o caso de Augusto Escrivão. Eles consideram ainda que estas prerrogativas foram conferidas ao Conselho Superior de Magistratura, enquanto órgão supremo, a

quem compete «fazer a transferência dos magistrados judiciais e do Ministério Público, a pedido dos interessados, por conveniência de serviço ou por decisão disciplinar». Por conseguinte, os quatro juízes subscritores da carta requereram a nulidade do acto, por o consideram «ferido de legalidade». No entendimento dos subscritores, o juiz presidente em exercício terá feito «tábua rasa a todo dispositivo legal, ou seja a Lei Constitucional, Lei 7/94 de 29 de Abril, sendo por isso uma decisão unilateral armada por este magistrado e de todo ilegal». Dizem, por fim, que acção de Escrivão constitui «uma aberração ao Estado democrático de direito que está sendo construído. E o mais grave é que partiu de um indivíduo aplicador da lei». «A movimentação é legítima», defende-se presidente do Tpl Abordado na terça-feira, 20, por este jornal, o jurista Augusto Escrivão defendeu-se dizendo que o seu acto era legal e o mesmo decorria das competências que lhe tinham sido atribuídas pelo art. 128 da Lei Constitucional. Disse que a sua decisão não tinha sido unilateral, visto que a mesma foi feita por orientações do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal Supremo e do Ministério da Justiça. «Não se trata de uma ilegalidade, visto que ao presidente do Tpl foram investidos poderes para movimentar juízes dentro dos limites territoriais da província de Luanda. Ninguém foi movimentado para fora de Luanda, sendo por isso o acto legal», reforçou Escrivão. O presidente em exercício do Tpl foi mais longe afirmando que as movimentações visavam também «imprimir uma maior celeridade na dinâmica da Sala do Trabalho, dada a fraca produtividade que a mesma vinha a registar». O argumento apresentado pelos descontentes, segundo o qual a movimentação afectaria a qualidade do trabalho a prestar pela Sala do Trabalho, Escrivão contra-atacou afirmando que isso «não colhia, uma vez que todos os juízes indicados eram formados em Direito e estavam por isso habilitados para os novos desafios». Fontes independentes disseram entretanto ao SA que a contestação dos juízes poderá estar relacionada com a importância estratégica que a Sala do Trabalho joga no contexto da justiça, visto que não nesse órgão tem «corrido muito dinheiro resultante das indemnizações pagas pelas entidades patronais.

070324-31

«Caso» Borges mexe com o Tribunal Supremo

Juiz Tito Mufumana em maus lençóis

Ilídio Manuel

O polémico juiz Tito Mufumana, afecto à Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda (Tpl), foi convocado na quarta-feira, 21, pelo presidente do Tribunal Supremo (TS), Cristiano André, devido à sua actuação pouco transparente naquilo que ficou conhecido como o «despejo à Borges». O magistrado judicial, que terá sido subornado para favorecer, há três semanas, o cidadão português José Borges, numa tentativa de esbulho de uma moradia a uma família angolana, foi chamado ao gabinete do presidente do TS na sequência das denúncias publicadas no último fim-de-semana pelo Semanário Angolense em torno desse conturbado despejo. Fontes afectas ao Tpl disseram, nesse mesmo dia, a este jornal que não só foi pedida a presença física do juiz, como também de todo o dossier relativo ao caso. «O próprio juiz foi quem levou o processo em mão», ajuntaram as fontes. A iniciativa do Ts chamar o caso para a sua esfera de actuação está a ser encarada entre alguns profissionais ligados à justiça como uma avocação do processo, ainda que oficiosa, por parte desse órgão de maior hierarquia na pirâmide judicial angolana; uma acção que, na prática, poderá traduzir uma retirada de confiança a Tito Mufumana. Um jurista contactado a propósito pelo SA defendeu, na quinta-feira, 22, a tese segundo a qual a eventual avocação do processo terá resultado da amálgama de «atropelos e irregularidades verificados na condução do mesmo, uma vez que ficou subjacente a ideia de que alguns funcionários foram subornados para actuaram no sentido de favorecer uma das partes». «O juiz Mufumana não só interveio num processo que se encontrava sob alçada de um outro juiz, como, pior ainda, requisitou a força policial e arregimentou funcionários judiciais para fazer o despejo. Se a isso juntarmos o facto da sentença não ser um caso julgado e existir um recurso no Ts há motivos de sobra para se concluir que o magistrado meteu os pés pelas mãos», observou a fonte. A confirmar-se que o «Supremo» tenha avocado o processo, tal situação decorrerá «com base na Lei n.º 18/88, do Sistema Unificado de Justiça, que permite o presidente do TS avocar processos dos tribunais de hierarquia inferior», acentuou o mesmo jurista, que pediu para não ser identificado. Embora a notícia de convocação do juiz em causa pelo «Supremo» não tivesse

sido confirmada pelo presidente do Tpl, Augusto Escrivão, as fontes do SA não descreveram em que clima terá decorrido o encontro entre Cristiano André e Tito Mufumana. A avaliar pelo «terramoto» gerado pelo «caso Borges», presume-se que o encontro não tenha sido pacífico, uma vez que o presidente do TS tem estado, a dar sinais de uma certa insatisfação, sobretudo depois da actuação algo negativa de alguns magistrados nos processos em que está envolvido um dos mais mediáticos vilões lusos em Angola. Na terça-feira, 19, o presidente do Ts e o vice-ministro para a Área dos Tribunais, Alves Monteiro, avistaram-se com o presidente do Tpl, com quem abordaram especificamente o polémico «caso Borges». Um encontro que, aliás, foi confirmado por Augusto Escrivão, quando, nesse mesmo dia, foi abordado a respeito pelo SA. Tudo aponta que o Conselho Superior da Magistratura Judicial poderá reunir-se, em breve, para determinar se o juiz Tito Mufumana será objecto de uma acção disciplinar ou/e judicial a ser instaurado por aquele órgão. De igual modo, aguarda-se, com alguma expectativa, que o Tpl venha também a instaurar processos disciplinares e judiciais aos funcionários judiciais Ana Maria, Manuel Garcia e um de outro identificado apenas por Nelson, suspeitos de terem sido igualmente subornados. Sobre a primeira funcionária correm informações que a mesma ainda não procedeu à devolução das chaves à família lesada, que a mesma havia apreendido quando da acção de despejo, no passado dia 6 de Março. Ministério da Justiça promete agir em conformidade Enquanto isso, o Semanário Angolense soube de fontes afectas ao gabinete do ministro da Justiça que o órgão tutelado por Manuel Aragão estava a «tomar a peito o problema Borges» e que o mesmo irá averiguar as denúncias feitas por este jornal. Em relação à Procuradoria-geral da República (Pgr), onde, há mais de três anos, repousa, sem qualquer solução à vista, uma queixa-crime contra o cidadão luso por falsificação de identidade, não foi possível colher nenhuma informação. O Adjunto do Procurador-geral da República, Agostinho Domingos, não reagiu, na quarta-feira, 21, aos telefonemas e à mensagem que lhe tinham sido dirigidas para o seu aparelho portátil. Nos Serviços de Migração e Fronteiras (Sme), onde, há vários anos, adormece também uma participação contra José Borges, por prática do mesmo crime, não foi igualmente possível obter um pronunciamento sobre o caso. Um repórter deste jornal que se deslocou na quinta-feira, 22, àqueles serviços regressou de mãos vazias, visto que as pessoas

contactadas afectas à área de Fiscalização alegaram não estar mandatadas para falar... O chefe do Departamento de Fiscalização, António Paulo, segundo foi dado a conhecer, «encontrava-se reunido». Não foi possível obter a sua versão sobre o andamento do caso, até ao fecho desta edição, nesta quinta-feira, 22. Fontes conhecedoras do dossier disseram entretanto a este jornal que o empresário luso poderá ter também estendido às suas influências aos referidos serviços, visto que alguns operativos afectos aos Sme têm vindo a colocar em dúvida as circunstancias em que José Borges obteve a nacionalidade angolana. Burla da Toyota no «Supremo»? O processo da burla de dois milhões de dólares norte-americanos, que lesou os cofres da concessionária de Automóveis Toyota de Angola, e que se encontra encalhado na 5.ª Secção da Sala do Crime do Tpl, poderá ser avocado pelo Tribunal Supremo, segundo prognosticou, na quinta-feira, 22, um magistrado judicial, que pediu encarecidamente para não ser identificado. Esta leitura é justificada pelo facto de, no âmbito das suas competências, o TS dispor de poderes para avocar processos, caso se verifiquem irregularidades na sua condução. A informação segundo a qual o «processo Toyota» se encontrava encalhado no Tpl foi, aliás, confirmada na terça-feira, 20, pelo presidente desse órgão, Augusto Escrivão, que admitiu a existência daquilo que, em linguagem jurídica, quer dizer «incidente de suspeição». Tal incidente emergiu depois da defesa ter levantado suspeitas de que o juiz Salomão Tito Pedro Filipe encarregue de julgar o cidadão português José Borges, estava a ser subornado. As suspeitas terão sido reforçadas pelo facto de ter sido o mesmo juiz a ordenar a soltura do cidadão português, quando este se encontrava a contas com a justiça. Apesar das tentativas feitas por este jornal, já sobre o fecho da presente edição, não foi possível ouvir a versão do referido magistrado judicial, pelo que, contamos fazê-lo em próximas ocasiões.

070324-31

José Borges não quer ir sozinho para a cadeia…
Vilão português promete dar com a língua nos dentes

O empresário português de construção civil José Eduardo Saraiva Borges mantém-se parcialmente incomunicável

desde sábado último, depois do Semanário Angolense (SA) ter destapado, na sua última edição, parte do véu que encobrem as suas falcatruas em Angola. Há indicações de que o cidadão luso optou pelo recatamento, de forma a evitar olhares indiscretos. No prédio onde habita, no R/C do nº 57 da Rua Fernando de Sousa, por detrás do Instituto Politécnico Makarenko, à Vila Alice, os vizinhos pouco ou nada sabem acerca do vilão lusitano. O «acantonamento» tem sido, de resto, também uma opção adoptada pelo seu irmão mais velho, António Saraiva Borges, que com ele divide o referido apartamento. Mais do que evitar dar o rosto, os manos Borges têm estado, à cautela, a manter os seus aparelhos celulares desligados ou a fazer apenas uso dos mesmos em «casos de extrema necessidade», conforme confidenciou uma fonte do SA. Nos escritórios da empresa «Borges Construções», à rua Francisco das Necessidades, nº 31, no conhecido prédio do Cuco, junto ao estádio dos Coqueiros, ninguém sabe deles. Isto mesmo foi confirmado pelo nosso jornal esta semana junto de alguns operários que procediam à reparação do imóvel e que nada souberam dizer sobre o paradeiro dos manos Borges. A fonte do SA revelou que o empresário luso tem estado apenas a contactar alguns dos seus amigos mais próximos, aos quais estará a fazer passar a mensagem de que dificilmente será preso, devido às suas «costas largas» … Um sentimento de confiança ao qual não está alheio o facto de José Saraiva Borges gozar de um certo proteccionismo entre alguns elementos afectos à polícia de investigação criminal, Procuradoria da República junto desse órgão policial e Tribunal Provincial de Luanda (Tpl). A fonte disse também que o expatriado luso terá mesmo confidenciado aos aludidos amigos que, caso venha a ser preso um dia, não hesitará em dar com a língua nos dentes. Ou seja, estará disponível para entregar a cabeça dos seus cúmplices, sobretudo aqueles que foram contemplados com dinheiro e bens materiais diversos. «Não acredito que esses tipos me prendam, até porque tenho muitos segredos que vão comprometê-los em tribunal…», terá dito o empresário, num aparente desafio à capacidade reactiva dos órgãos judiciais angolanos. «O Borges era muito generoso e não vacilava quando se tratava de corromper com dinheiro e, noutros casos, com viaturas de alta cilindrada os cúmplices que sempre o defenderam nos órgãos judiciais. Mas desta vez a coisa parece estar mesmo feia e não sei como ele vai se safar» prognosticou a mesma fonte.

070324-31

Expatriado luso quer ajuste de contas

José Saraiva Borges na Dpic por ameaças a um jornalista do SA

José Eduardo Saraiva Borges, um expatriado português com dupla naturalidade, será chamado dentro de dias pela Direcção Provincial de Investigação Criminal (Dpic), a fim de responder a uma queixa-crime por ameaças a um jornalista deste jornal. Ilídio Manuel, editor de Cultura do Semanário Angolense (SA), deu entrada, a 18 de Março passado, na Dpic uma queixa-crime contra o empresário português por este ter feito ameaças à sua integridade física, no decurso de um trabalho jornalístico que estava a ser levado a cabo pelo referido profissional da comunicação social. De acordo com a participação, as ameaças tiveram lugar nas instalações do SA, à Vila Alice, a 8 de Março último, quando o jornalista em causa solicitou, por via telefónica, a presença de José Saraiva Borges para que este apresentasse a sua versão sobre uma matéria que estava a ser objecto de tratamento jornalístico. A matéria em causa tinha a ver com as irregularidades decorrentes de uma tentativa de esbulho de uma moradia a uma família angolana, cujo desfecho, como se sabe, acabou por ser desfavorável ao expatriado português. Ainda segundo o queixoso, José Borges, visivelmente perturbado, ao invés de responder directamente às perguntas que, na ocasião, lhe estavam a ser dirigidas, optou por evasivas e elevar o tom de voz. Advertido de que não estava obrigado a responder às questões, o empresário, numa linguagem ordinária, não teve meias medidas e partiu para a ameaça. «Tens andado desde há muito a minha atrás, mas espera aí que te vou lixar nas eleições», disse alto e bom som, numa ameaça que ecoou pela redacção adentro. Ilídio Manuel considera que tais ameaças não foram feitas ao acaso, visto que o mesmo tem vindo a subscrever, de uns tempos a esta parte, uma série de matérias que têm a ver com a conduta cavilosa do empresário. No primeiro artigo, que deu à estampa no SA, em Setembro de 2004, o articulista referia-se, em primeira mão, à detenção de José Borges nos calabouços da Direcção Nacional de Investigação Criminal (Dnic), por um crime de burla por defraudação, na qual a concessionária de automóveis Toyota de Angola teria sido «aliviada» em dois milhões de dólares norte-americanos. Noutra matéria, publicada alguns meses depois, o mesmo jornalista denunciava a soltura, em circunstâncias pouco claras, do antigo proprietário da empresa Angola Minha, por ordens expressas do

Procurador da República junto daquela polícia de investigação criminal, José Machado da Rosa. As suspeitas de irregularidades na soltura de José Borges ficariam evidentes mais tarde, depois do Procurador-geral da República, Augusto Carneiro, ter ordenado um novo encarceramento do controverso empresário. Em finais do ano passado, noutra peça da sua lavra, o jornalista denunciava uma outra falcatrua que envolvia o nome do empresário português, na qual este terá abocanhado à Empresa Nacional de Navegação Aérea (Enana) a quantia de 300 mil dólares norte-americanos. O mesmo artigo denunciava uma suposta tentativa de alguns funcionários judiciais afectos à Sala do Cível do Tribunal Provincial de Luanda no sentido de «apagarem» as pistas do crime. O queixoso entende que a escolha do período eleitoral para um eventual «ajuste de contas», conforme promessa expressa por José Borges, poderá enquadrar-se no clima de agitação política e social que normalmente se regista nesse género de eventos.

070324-31

Boeing imobilizado em Luanda

Um Boeing-Tbj-737-700 da Taag, um aparelho de última geração que é parte da frota que o construtor norte-americano entregou à Taag em Novembro, encontra-se imobilizado há um mês no Aeroporto Internacional «4 de Fevereiro» devido à falta de uma peça que, por sinal, está retida nas alfândegas de Luanda há considerável tempo, soube o Semanário Angolense de uma fonte afecta à área de manutenção da companhia nacional de bandeira. Segundo apurou este jornal, trata-se de um actuador, uma espécie de amortecedor que funciona nos trens de aterragem, e, tal como afirmaram as fontes, o desalfandegamento dessa peça só não tem ocorrido devido àquilo que consideraram ser «negligencia» e «falta de agressividade» da área administrativa da Direcção de Manutenção. De certa maneira, lamentaram as fontes, essa falha pode comprometer o sucesso do relançamento da companhia estimulado pela aquisição de seis aparelhos de última geração à Boeing, uma operação que ficou concluída em Novembro depois de ter iniciado no ano de 2004. As fontes sublinharam que falhas desse género têm sido frequentes ao longo dos últimos anos, revelando que, neste momento, a área de manutenção da

Taag encontra-se num estado deplorável, faltando de tudo um pouco (sobretudo acessórios), resultando no alegado «ócio» dos técnicos que, na expectativa de verem o material de stock chegar, dedicam-se a jogar de cartas no hangar. As novas aeronaves não estão a ser rentabilizadas, declarou, nessa mesma acepção, a fonte, dando conta de que às terças e quintas-feiras, sábados e domingos, «a frota da Taag fica praticamente em terra» por falta de rotas, denotando, no fundo, «uma certa visão estratégica da Direcção Comercial». Ao que se sabe, antes da chegada dos novos aviões, a Taag cogitava abrir novas rotas, nomeadamente para a China, Dubai e outros destinos, algo que, de acordo com as fontes deste jornal, está a tardar em acontecer. Entretanto, o Semanário Angolense apurou que, brevemente, os trabalhadores afectos à Direcção de Manutenção de Voos da Taag farão chegar à administração um abaixo assinado exigindo a demissão do director desta área, o engenheiro Henrique Anapaz, que se tem caracterizado por uma alegada animosidade em relação aos subordinados, com agressões verbais que, supostamente, atentam contra a dignidades destes. Henrique Anapaz, tido pelos trabalhadores da área de manutenção como um «garimpeiro de emprego», teria abandonado a companhia em tempos de aperto para trabalhar em varias concorrentes privadas, regressando à Taag pelas mãos do novo Pca, que lhe concede plenos poderes, frisou uma das fontes deste jornal. Numa medida tida como arbitrária, Henrique Anapaz e a administração da Taag estabeleceram que, doravante, qualquer trabalhador da companhia que reprove nos cursos superação enquadrados no pacote da compra dos Boeing, ficará obrigado a ressarcir a empresa na totalidade do curso, acrescida de um valor de cinco por cento, algo contestado pelos empregados da transportadora que querem saber se tal decisão tem respaldo na da Lei Geral do Trabalho. Aliás, sublinharam as fontes, a Boeing já tinha financiado as operações de formação do pessoal técnico ao consagrar, com a compra dos seis aparelhos, um bónus de vários milhões de dólares para o efeito. Apesar do compromisso da Taag em formar o seu pessoal técnico em face das novas aquisições, as acções nesse sentido estão ainda incompletas, limitando-se ainda a um nível tido como apenas «bastante teórico». Faltam acções de job training que deveriam ocorrer no Brasil, mas que acabaram substituídas pela contratação de técnicos estrangeiros. Com negligência, fracas noções estratégicas e deficiências na sua componente técnica,

não se sabe se a Taag vai dar conta das metas comerciais que tem assumido publicamente.

070324-31

Xirimbimbi empurra pesca no Zaire

Os níveis de captura de peixe na Província do Zaire atingiram, no ano passado, 4.2 mil toneladas, apurou, no Soyo o Semanário Angolense, durante o acto que naquela localidade marcou o relançamento do Programa de início da Pesca Artesanal Marítima e do Fomento da Pesca Continental. Trata-se de um programa criado pelo Governo de Angola com objectivo de diminuir a fome e a pobreza, segundo disseram a este jornal fontes do Ministério das Pescas. À semelhança de algumas províncias que já beneficiaram desta iniciativa, motores fora de bordo, material de navegação, de sinalização marítima e de pintura e fibragem para embarcações, balanças, coletes salva-vidas, luvas para o tratamento de pescado e material de conservação pesqueira, foram entregues ao governo da província do Zaire pelo ministro das Pescas, Salomão Xirimbimbi. De recordar que no âmbito do Programa de Relançamento da Pesca Artesanal Marítima e do Fomento da Pesca Continental, cinco províncias angolanas, nomeadamente Luanda, Cabinda, Zaire, Bengo, Namibe e Bengo, foram agraciadas com equipamentos dos género, entregues às autoridades provinciais, para serem distribuídos pelos populares inseridos na iniciativa. Os números do sector das pescas no Zaire apontam para existência 57 comunidades piscatórias, perfazendo um total de 1.909 pescadores controlados pela Direcção Provincial da Agricultura, Pescas e Ambiente, 19 cooperativas, estando operacionais 909 embarcações dos vários tipos. Na cerimónia, Salomão Xirimbimbi prometeu continuar na senda desse programa que, como, ainda não chegou ao fim: «não é tudo o que está programado para a pesca artesanal ou continental», afirmou o ministro. A partir de Maio, frisou, o seu ministério vai entregar igualmente barcos e canoas ao governo provincial do Zaire, lembrando, contudo, que o governo apenas vai apoiar os pescadores organizados em cooperativas ou associações. O equipamento entregue ficará constituído em dívida, a qual os beneficiários pagarão, por amortização, ao fim de um prazo de dez anos. Entretanto, os pecadores do Soyo denunciam a pratica da

pesca ilegal por arrasto, queixando-se do facto de que ela poderá comprometer o sucesso deste programa. Na ocasião os pescadores pediram ao titular do ministério das Pescas maior atenção ao sector da fiscalização, para pôr termo à irregularidade provocada pelos barcos que praticam a pesca por arrastão, que tem deixado danos significativos à sua actividade diária, com a destruição de viveiros, redes e outros materiais. Relatos obtidos dos pescadores pelo Semanário Angolense indicam a presença de deste tipo de embarcação naquela zona, razão que os levou, com o concurso da sua associação, a reforçar o pedido para que mais meios de fiscalização sejam alocados à província. O ministro das pescas concordou com as queixas, falando, também ele, sobre a importância da fiscalização ao chamar a atenção dos pescadores para o cuidado e tratamento que deverão dar aos equipamentos. No prosseguimento deste programa, cumpriu no inicio desta semana agenda idêntica na província do Kwanza-Sul, no município pesqueiro do Porto-Amboim, onde procedeu à entrega de kits para fomentar actividade da pesca artesanal naquela província.

070324-31

070324-31

070324-31

070324-31

070324-31

070324-31

070324-31

XXXXXXXXXXX

070317-24

Suspensão de negociações com FMI é facto histórico
Angola é o primeiro país africano a prescindir de concurso do Fmi

Publicamente conhecida na semana que hoje termina, a decisão do Governo angolano de suspender as negociações com o Fmi para a adopção de um programa conjunto de estabilização macroeconómica a favor do nosso país, pode vir a figurar como um facto histórico imprecedente no continente africano. Segundo estimaram observadores contactados por este jornal, pela primeira vez, uma nação africana considera não valer a pena continuar os seus processos de estabilização e crescimento no âmbito de um enquadramento do Fundo Monetário Internacional, fazendo-o, além do mais, de acordo com a racionalidade económica. Quatro anos depois de ter iniciado a implementação de programas económicos suportados por recursos próprios, os indicadores que na óptica das análises do Fmi e do Banco Mundial definem a viabilidade da economia dos países, estão, no caso angolano, estabilizados. Na economia angolana, a balança de pagamentos é superavitária desde 2003, aumentou o volume de reservas internacionais líquidas, ao mesmo tempo que o défice fiscal e a taxa de inflação permanecem sob controlo em níveis considerados baixos. Os programas económicos apoiados pelo FMI perseguem, via de regra, a estabilização desses indicadores, algo que tendo sido feito no quadro de esforços próprios, pode ter levado o governo a decidir suspender o estabelecimento de um programa que envolvesse entendimentos com a instituição financeira internacional. A Voz da América, que no início da semana noticiou a decisão do Governo, citou uma carta dirigida a 13 de Fevereiro em então chefe da missão do Fmi para Angola, Sangeev Gupta, em que o ministro das Finanças, José Pedro de Morais, diz que o seu governo concluiu que um programa com o Fmi «não ajudará Angola a preservar a estabilidade económica e social alcançada até aqui». José Pedro de Morais atirou à cara dos representantes do FMI que sem o concurso da instituição, nos 3 últimos anos «a economia de Angola cresceu, em termos reais, 13 por cento ao ano, ao mesmo tempo que a inflação baixou drasticamente». Para vincar a posição do Governo, o ministro das Finanças argumentou o facto do aumento das reservas internacionais propiciar a Angola a faculdade de eliminar de forma acelerada o remanescente da dívida externa, nuances que permitem ao Governo financiar o investimento com recursos próprios, ao invés de o fazer «recorrendo a crédito externo», (ver caixa a página ao lado). Conhecedores do assunto evocam a hipótese de um programa conjunto poder representar, para o Governo

angolano, riscos que colocariam em causa as conquistas até aqui alcançadas, uma alusão aos focos de divergência que sempre ensombraram a consumação da aproximação entre as partes. Uma fonte referiu, por exemplo, que o Fmi considera errada política cambial angolana que tem estado a permitir a manutenção da estabilidade do câmbio ao longo de mais de quatro anos. A instituição financeira internacional insistia numa desvalorização do kwanza, a moeda angolana, apesar dos benefícios que toda a gente vê terem sido alcançados pela estabilidade cambial, assentes, para dar outro exemplo, no aumento das reservas internacionais líquidas. Ao referir-se a essa decisão do Governo, Fernando Heitor, o mais reputado economista da Unita (a maior partido da oposição), considerou, também ele, que as razões que estiveram na base da aproximação de Angola ao Fmi deixaram de existir. Falando a uma estação radiofónica de Luanda, Fernando Heitor disse que terminada a guerra, Angola encontrou outras alternativas para financiar a sua economia, algo que, antes, não tinha. Mas, segundo o também deputado Fernando Heitor, a ligação com a China e outros países, bem como o crescimento da produção petrolífera, levaram o país a desafogar-se e sair do sufoco financeiro, conseguindo deste modo implementar um «programa macroeconómico aceitável». Com essa última tirada, Fernando Heitor andou por perto das posições de outros analistas, que temem que ao aproximar-se da China, onde obtém financiamentos em condições quase concessionais e onde em troca deles não tem que sujeitar-se a condições do foro da transparência, boa governação, da economia de mercado, da democracia e dos direitos humanos (conforme teria que fazê-lo face ao FMI), o Governo angolano esteja o fugir às boas práticas. Sob esse ponto de vista, na carta citada pela Voz da América, José Pedro de Morais quase se denuncia ao declarar que embora exposto a circunstancias muito difíceis, o governo de Angola conseguiu, com sucesso, implementar um programa interno de estabilização macroeconómica, que pretende continuar a executar, «sem estar sujeito a condições restritivas». Estas fontes receiam que o despesismo subjacente a esta afirmação do ministro das Finanças implique más práticas de governação e acentue os processos obscuros de acumulação de capital geralmente atribuídas à elite governamental angolana. Seja lá como for, a conclusão de um estudioso angolano contactado por jornal é a de que Angola depara-se presentemente com condições económicas, do ponto de vista da balança de pagamentos, reservas

internacionais, taxa de inflação e défice fiscal que, previsivelmente, se vão manter favoráveis até aos anos de 2010 e 2011. Nestas circunstâncias, disse a fonte, um entendimento com o Fmi não se faz de todo necessário, porquanto não vai resolver os problemas que os acordos promovidos pela instituição se propõem solucionar – os programas elaborados pelo Fmi prevêem desbloqueamentos para apoiar única e exclusivamente a balança de pagamentos que, no caso angolano, é superavitária de 2003. «Acho que o mi deveria era saudar a circunstância de pela primeira vez, um país dominado por uma economia emergente, se predispor a correr para o desenvolvimento fora da sua sombrinha», disse tal fonte a este jornal.

070317-24

Angola e as dores de parto na OPEP
Sauditas querem travar aumento da produção

Angola experimentou esta semana, em Viena de Áustria, sede da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), um pouco daquilo que poderá ser a sua vida no cartel. Até aqui não tinha problemas sobre como gerir a sua produção. Em Viena, naquela que foi primeira reunião da organização desde que foi admitida na Opep, Angola viu um dos gigantes do grupo, a Arábia Saudita, levantar objecções ao aumento da sua produção de petróleo. Fontes próximas ao sector petrolífero disseram a este jornal que a Arábia Saudita fez circular nos corredores a sugestão de que os angolanos não devem elevar a produção para cima dos 2 milhões e meio, que Angola espera atingir em 2012. A «advertência» saudita soou tão mal aos angolanos quanto às companhias petrolíferas que têm vindo a investir muito em Angola. Nos próximos 24 meses deverão entrar em acção novos campos dos blocos 15 e 18, produção esta que deverá colocar a safra de Angola acima dos 2 milhões de barris por dia. Conquanto Desidério Costa e Manuel Vicente, os enviados de Angola, tivessem preferido a discrição as companhias petrolíferas, afectadas com um eventual «tecto» em Angola, foram aos «arames», obrigando os sauditas a retrataram-se. Em resultado desta «mini-revolta», a Arábia Saudita passou os dois últimos dias a desculpar-se, dizendo que nunca iria tratar um novo membro nestes termos. Apesar disso, os sauditas fizeram sentir que gostariam que o preço do

petróleo continuasse a 60 dólares por barril, o que de alguma forma iria implicar uma contenção na produção. Analistas petrolíferos disseram a este jornal que a recomendação dos sauditas não passa disso, pois em mais de uma ocasião países como a Argélia e a Líbia romperam com as quotas impostas pela Opep. Angola tinha a seu favor o facto de, segundo a Agência Internacional de Energia, os «stocks» dos principais consumidores mundiais de petróleo estarem em baixo, o que poderá justificar um aumento da produção. Porém, advertem as mesmas fontes, tarde ou cedo Angola enfrentará de novo uma recomendação para conter a sua produção. Angola vem tentado convencer a Opep a não considerar para efeitos de produção diária, mais 200 mil barris por dia que quer pôr no mercado interno. Para a Opep não faz diferença que sejam para auto-consumo ou para exportação, disseram as nossas fontes.

070317-24

SA faz a cronologia da problemática das cartas de condução

A César o que é de César

Finalmente, as autoridades nacionais decidiram dar o «troco» aos portugueses, pela forma como têm tratado os automobilistas angolanos que conduzem em Portugal com cartas emitidas em Angola. O caso começou a ganhar visibilidade pública em Agosto de 2006, quando o Semanário Angolense denunciou o que se estava a passar em primeira mão e ouviu a versão do responsável máximo da Direcção Nacional de Viação e Trânsito, subcomissário Inocêncio de Brito, que até àquela data não tinha recebido qualquer notificação oficial sobre o assunto. Passados cerca de seis, sete meses, a situação dos automobilistas angolanos em Portugal agravou-se de tal forma que alguns foram detidos e obrigados a pagarem coimas elevadíssimas, enquanto em Luanda os portugueses continuavam a passear-se a «bel-prazer», como se os seus governantes permitissem o mesmo aos angolanos. Depois de ter despoletado a denúncia, o Semanário Angolense apresenta aqui uma breve cronologia deste diferendo, que está agora a ser seguido com avidez por outros órgãos de imprensa, entre os quais a Televisão Pública de Angola (Tpa), bem como a única agência de informação e o único diário do país. A César o que é de César...

19 de Agosto de 2006 – Foi na sua edição 177 que este jornal levantou, em primeira mão, a polémica sobre a validade ou não das cartas de condução angolanas em Portugal. Naquela altura, o Semanário Angolense deu eco a fortes suspeitas de que as autoridades portuguesas haviam desencadeado uma verdadeira operação de cassação de licenças de condução emitidas em Angola. Cidadãos angolanos que se deslocavam a Portugal eram advertidos para não conduzirem em território luso, quando indivíduos deste país circulavam impunes em todo o território angolano. Aos consulados de Angola em Lisboa e no Porto, duas cidades com as maiores colónias de angolanos no país ibérico, chegavam todos os dias queixas de automobilistas angolanos que além de terem sido autuados, foram igualmente levados às barras do Tribunal, como se de desencartados se tratassem. Os representantes diplomáticos de Angola em Portugal ainda não tinham movido qualquer palha para solucionar o caso, ao ponto da própria Direcção Nacional de Viação e Trânsito (Dnvt), em Luanda, não ter sido notificada oficialmente, como reconheceu na ocasião, ao Semanário Angolense, o subcomissário Inocêncio de Brito. O responsável máximo da Dnvt estava ao corrente, de tudo, embora em termos oficiosos: «Quando lá estive, há algumas semanas, fui alertado sobre este caso por um alto funcionário do nosso consulado. Temos sido abordados, de quando em vez, pela polícia portuguesa para provar a autenticidade de algumas cartas apreendidas, mas nunca fomos informados oficialmente de que os cidadãos nacionais não residentes naquele país não podiam usar as licenças de condução emitidas em Angola», esclareceu Inocêncio de Brito. De igual modo, o Consulado de Portugal em Luanda garantia que desconhecia totalmente a situação, em que estariam envolvidos cidadãos angolanos não residentes em Portugal. Um alto funcionário da representação lusa avançou a este jornal que «nunca tinham recebido qualquer notificação ou comunicação das autoridades angolanas ou queixas de angolanos que tenham estado em Portugal e impedidos de conduzir». O diplomata português salientou mesmo que «não correspondia à verdade as informações de que os serviços consulares recomendavam aos angolanos para que não fizessem o uso de cartas angolanas em solo luso». 23 de Dezembro de 2006 – Quatro meses depois, o Semanário Angolense voltou à carga, uma vez que as autoridades portuguesas continuavam a prender e a multar os cidadãos angolanos que fossem encontrados a conduzir com cartas nacionais.

Desta vez, trouxemos a público o documento emitido pela Direcção-Geral de Viação de Portugal, que dava consistência às informações de que um hipotético processo de cassação de cartas de condução angolanas estava em curso. O referido documento estabelecia que os angolanos, à semelhança de outros cidadãos dos países de Língua Oficial Portuguesa (Palop's), não se encontram legalmente habilitados a conduzir veículos a motor em território português. A «lista negra» intimava os cidadãos naturais de Angola, Moçambique, São Tome e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo-Verde a procederem à troca das suas licenças por idênticos títulos portugueses. Contudo, a troca é condicionada «à submissão e aprovação em novo exame de condução, realizado em regime de autopropositura». Contrariamente, os portugueses concederam um período de graça aos cidadãos brasileiros, que mesmo na condição de não residentes em Portugal poderiam fazer uso das suas licenças de condução durante 185 dias, isto é, aproximadamente seis meses. Tal como avançara o subcomissário Inocêncio de Brito, fontes deste jornal em Portugal e Angola corroboraram que o veto das autoridades portuguesas às cartas angolanas, que vigora desde o início deste ano, se tratou de uma posição que Lisboa tomou sem que tivesse previamente comunicado às autoridades angolanas. 3 de Janeiro de 2007 - Pela primeira vez, um diplomata angolano veio a terreiro falar sobre o assunto, que um dia depois acabou por ser retomado pelo Jornal de Angola, o único diário do pais. Tratou-se de Eliseu Bumba, primeiro secretário do consulado de Angola em Portugal, que se manifestou preocupado face ao aumento de detenções de cidadãos angolanos residentes e de passagem temporária em terras lusas. O diplomata angolano salientou que houve um encontro entre responsáveis das direcções de Viação e Trânsito de Portugal e Angola para resolverem assuntos pendentes. Nessa altura, as autoridades portuguesas argumentavam que Angola não era subscritora da Convenção de Genebra sobre Trânsito Rodoviário, realizada de 23 de Agosto a 19 de Setembro de 1949. Por sua vez, as autoridades angolanas garantiam que tinham estabelecido um acordo com a Associação de Turismo da Federação Internacional de Automóvel, que permitia aos angolanos circularem em váriosos países. 5 de Março de 2007 - Sete meses depois da cassação ter sido denunciada na imprensa pelo Semanário Angolense, o futebolista internacional angolano ao serviço do Sport Lisboa e Benfica Pedro Mantorras é detido em Lisboa, de acordo com informações postas a circular pelo jornal

on-line «Mais Futebol». Inicialmente, diziam as fontes do jornal virtual, o jogador teria sido interceptado por conduzir com um documento que o habilitava a isso somente em Angola. Pelo facto, o jogador angolano foi levado de imediato para o Tribunal de Seixal, onde deveria regressar ontem, sexta-feira, 16, juntamente com o responsável jurídico do Benfica, Andrade e Sousa. Posteriormente ficou-se a saber que a carta de Mantorras estava caducada e aguardava pelos documentos em posse da mulher, em Angola, para regularizar a situação. Mas mesmo que não estivesse expirada, o futebolista não se livraria do «aperto» por que passou e ainda poderá passar. 9 de Março de 2007 - Cansados das reclamações dos cidadãos angolanos em Portugal, que são autuados e obrigados a pagar coimas consideradas exageradas, a Direcção Nacional de Viação e Trânsito de Angola decidiu retribuir na mesma moeda, impedindo igualmente os portugueses de usarem as suas licenças de condução em território angolano. Coube à Tpa anunciar em primeira-mão a decisão das autoridades angolanas, depois de em Fevereiro passado ter enviado repórteres a Portugal para uma cobertura mais ampla, ou seja, passados sete meses depois do Semanário Angolense ter tornado público o assunto e levado ao conhecimento das próprias autoridades. Dois dias depois do anúncio da decisão angolana, fontes da embaixada portuguesa em Luanda, citadas pelo diário luso «Público», garantiam que «Portugal e Angola estão a estudar a possibilidade de estabelecer um mecanismo bilateral, que permita obviar este tipo de situação». Salientava a mesma fonte que «os angolanos decidiram antecipar-se e estabelecer uma medida retaliatória, apelando ao direito à reciprocidade». 12 de Março de 2007 - Luís Amado, ministro português dos Negócios Estrangeiros, apareceu pela primeira vez em público para falar sobre o assunto, imputando-o à falta de enquadramento normativo. «Estamos a trabalhar no assunto. É preciso ultrapassar o vazio regulamentar que existe neste momento», declarou o governante luso, adiantando que o assunto será analisado a partir do dia 20 deste mês. O chefe da diplomacia portuguesa acredita que na próxima semana a polémica estará ultrapassada, para o bem dos angolanos em Portugal e dos portugueses em Angola. Um dia antes, o secretário de Estado da Administração Interna de Portugal, Ascenso Simões, avançara que o encontro da próxima semana foi solicitado pelo Ministério do Interior de Angola, estando as duas entidades a trocarem informações sobre a creditação das cartas de condução. 13 de Março de 2007 - Um dia depois

das informações avançadas por Luís Amado, Inocêncio de Brito, responsável máximo da Direcção Nacional de Viação e Transito, afirmou à agência Lusa que a situação manter-se-ia inalterável até ao encontro entre o chefe da diplomacia portuguesa e o ministro angolano das Relações Exteriores, João Miranda. «Ainda não fomos notificados em relação ao encontro interministerial que poderá acontecer entre os dois países», assegurou o subcomissário. Em menos de quatro dias, a Policia Nacional já tinha apreendido mais de 20 cartas de condução e estendido a operação para outras províncias, entre as quais Huíla e Lunda-Sul. Informações postas a circular neste dia em Portugal davam conta que nove portugueses deveriam comparecer ontem sexta-feira, 16, em tribunal, sendo o caso da competência do juiz de Viana, localidade onde os mesmos foram detidos com cartas de condução portuguesas. 14 de Março de 2007- Na quarta-feira, 14, o diário português «Correio da Manha» anunciava uma hipotética trégua entre as autoridades angolanas e portuguesas, pelo simples facto da Polícia de Trânsito não ter apreendido mais nenhuma carta de condução portuguesa. Insistia ainda o mesmo periódico que cidadãos portugueses, que vivem em Luanda, achavam que a decisão angolana, tomada na sexta-feira, tinha sido uma retaliação pelo sucedido ao futebolista angolano Pedro Mantorras. 15 de Março de 2007 - O Semanário Angolense fazia o fecho da presente edição, mas o caso não findava aqui, prometendo novos episódios...

070317-24

Em obediência a ordens superiores
General Furtado cancela patenteamento nas Faa

Alguns oficiais superiores e subalternos da Faa estão a subir depressa demais. Pelo menos parece ser este o pensamento do Chefe do Estado-Maior General, Francisco Furtado, que mandou cancelar o acto de patenteamento que deveria acontecer no mês passado, a nível nacional e envolvendo todos os escalões. Falando sob anonimato, uma fonte militar disse ao Semanário Angolense que o cancelamento resultou em grande medida da constatação de que têm existido graves irregularidades nos actos de promoção nas Faa, que alegadamente acabaram por se transformar num negócio para certos oficiais, provocando insatisfação no seio das tropas. «A Direcção

de Pessoal e Quadros é a grande culpada por tudo isto; é lá onde acontece o negócio. As pessoas pagam para subirem de patente», disse a fonte, adiantando que «existem nas Faa capitães, majores e coronéis vindos das extintas Fapla que não são promovidos há 20 anos, enquanto outros conhecem uma subida meteórica». Ao cruzar esta informação com uma outra fonte, o Semanário Angolense soube que a ordem para cancelar o patenteamento que deveria ter ocorrido no mês de Fevereiro partiu de cima, ou seja, do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e Presidente da República, José Eduardo dos Santos. «A ordem para o cancelamento das promoções partiu do Presidente da República, nas vestes de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, e o general Furtado apenas tratou de a pôr em prática». A mesma fonte desmentiu, ainda, a acusação segundo a qual na Direcção de Pessoal e Quadros do Ministério da Defesa se esteja a facturar com as promoções. «Isto não é possível, porque se trata de um processo muito rigoroso que envolve entidades diversas, sendo sancionado pela Presidência da República e pelo Governo do Banco Nacional de Angola. Portanto, não estou a ver qualquer oficial a pagar toda esta gente», explica. Adianta que muitos militares não ascendem de categoria em virtude de muitas vezes se recusarem a deixar os seus postos para outras posições, com medo de perderem regalias. O Semanário Angolense contactou o gabinete de Educação e Quadros, na pessoa do tenente-general Baltazar, que alegou precisar de autorização superior para se pronunciar sobre a questão.

AM

070317-24

Caixa Postal
Réplica à Edel

Foi surpreendente a imediata reacção pública do serviço de comunicação e imagem da Edel, com relação à situação dos prédios adjacentes à Assembleia Nacional! De lamentar, é não ter havido da parte desses serviços, e como função inerente, a mesma pronta disponibilidade e receptividade do problema, quando contactados por esses moradores, desde Novembro do ano findo, limitando-se, tal qual «Pilatos», a orientar que aqueles reclamassem junto da direcção-geral da empresa. A signatária reafirma a situação exposta por a mesma traduzir a

verdade: a constatação de irregularidades, negligência, deficiência e indiferença da parte dos serviços desta empresa para com o problema desses 5 edifícios. Aliás, não é um caso isolado, se tivermos em conta a insatisfação geral sempre manifestada e devidamente fundamentada, desde que o assunto seja energia eléctrica. Esclarecimentos empolgados e envernizados de «charme» não ultrapassam nem resolvem as graves lacunas, desorganização e avultados danos que, embora não se queira admitir, tem-se consciência que existem, pois são sistematicamente apontadas, comprovadas e fundamentadas pela grande maioria dos clientes, principalmente através da imprensa ou da Internet. Como querer ignorar estas evidências? A fiabilidade a que se referem serão os cabos desprotegidos em buracos a céu aberto ou armários abertos, oferecendo a morte aos incautos, sobretudo crianças inocentes? Será o péssimo atendimento do piquete? Será a forma negativa no sentido lucrativo de alguns técnicos chamados a atender as reclamações? Serão os danos causados pelas constantes oscilações e cortes bruscos? Será? O problema vivido pelos moradores destes edifícios, que aliás é um dos inúmeros com que se debatem outros tantos, foi tornado público no sentido de não só de uma vez mais dar a conhecer a deficiente prestação de serviço dessa empresa, como principalmente ter o mesmo eco e solução, o que veio efectivamente a acontecer! Como exigir deveres aos clientes, se não se demonstram os direitos? A responsabilidade, o desejo de superação, o respeito pelo direito dos demais, o amor ao trabalho, são algumas das premissas básicas de funcionamento das sociedades, onde cada cidadão é chamado a fazer a sua parte. Infelizmente, só uma mínima (quase nenhuma) parte da população segue estas regras na sua vida diária. Falta atitude! Quanto mais empenho colocarmos nos nossos actos e mudarmos a nossa atitude, mais próximos estaremos de ver a entrada do nosso país na senda do progresso e bem-estar. Somos o que fazemos, mas somos, principalmente o que fazemos, para mudar o que somos. Dou assim por encerrada esta questão.

Teresa Guerra

070317-24

Polícia nega matanças selectivas

Mas, como soube o SA, a prática atesta o contrário. Só no Rangel, foram cinco...

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional nega que tenha voltado a fazer recurso a matanças selectivas de alegados criminosos altamente perigosos para lograr a diminuição dos elevados índices de delinquência que «atormentam» actualmente a cidade capital. O desmentido foi feito pelo intendente Divaldo Martins, porta-voz da instituição, em declarações ao Semanário Angolense. «Isto não pode corresponder à verdade», sublinhou, manifestando-se surpreso com os exemplos apresentados por este jornal. Contudo, como já é mais que sabido, a Polícia faz sim senhor recurso a fuzilamentos sumários de indivíduos alegadamente catalogados como «altamente perigosos» sempre que a criminalidade dispara em Luanda, o que acontece sazonalmente desde há muitos anos. Tinha até um chamado «grupo operativo» especializado nestas matanças, que são mais frequentes nos bairros periféricos da cidade e visam sobretudo os criminosos «pés rapados», enquanto os outros, se calhar bem mais perigosos, se «passeiam» alegremente pelas zonas nobres da cidade, sob protecção dos papais ou compadres destes bem colocados. O Semanário Angolense soube de uma razia perpetrada em alguns muceques de Luanda, sobretudo no Rangel, onde até o início desta semana o saldo era de cinco mortos, entre os quais se destacava um tal de «Manucho», cujo corpo, bastante maltratado, foi atirado nas proximidades do «Tunga Ngó», no domingo. «Manucho», que era mesmo conhecido como meliante perigoso, morava na rua de Gaia, onde se situa a «falecida» biblioteca Nzinga Mbandi, ao Nelito Soares e teria sido detido por um agente à paisana no interior do Rangel, na tarde de sábado, depois de ter sido atraído (e traído) por um amigo. A polícia nega ter tido participação na sua morte. Segundo um familiar seu, além de roubos de telemóveis, ele também estaria envolvido no assassinato de um agente policial ocorrido na Cuca em finais do ano passado. Pelo menos, ele andou a alardear a amigos que assistiu à cena do crime e, de acordo ainda com a mesma fonte, isto terá ditado a sua sentença de morte. Outras fontes consideram que a razia feita no Rangel teria ligação com o assassinato do juiz Miguel Gaspar Macumbi, baleado no abdómen, há três semanas, por um grupo de meliantes saídos do Rangel, quando se encontrava defronte a uma «roullotte» na Avenida Brasil, vindo a sucumbir dias depois num hospital de Luanda. A razia, em proporções não conhecidas já, estender-se-ia à Viana, onde Macumbi

exercia as funções de juiz municipal. Há quem pensa que a sua morte terá a ver com algum caso que tivesse tido em mãos, já que os seus algozes não fizeram menção de levar fosse o que fosse. As últimas matanças teriam iniciado na manhã de sexta-feira da semana passada, dia em que várias unidades policiais de Luanda estrearam, curiosamente, os equipamentos novos acabados de receber, tendo feito um autêntico desfile por alguns bairros da cidade, em meio a micro-operações de captura (ou abate) de alegados delinquentes.

070317-24

Endividamento interno cobre investimentos

Ao escrever ao Fmi, o ministro das Finanças realçou o facto do aumento das reservas internacionais líquidas estar a propiciar a Angola a faculdade de eliminar de forma acelerada o remanescente da dívida externa, nuance que permite ao Governo financiar o investimento com recursos próprios, ao invés de o fazer «recorrendo a crédito externo». Com essa afirmação, o ministro das finanças estava a falar de dois factos fundamentais. Primeiro, desde há três anos, Luanda enveredou por regularizar de forma bilateral a sua dívida, para com os países do Clube de París, obtendo o benefício de ter podido negociar novos empréstimos, em condições menos gravosas do que do passado. Segundo notícias disponíveis, só nos últimos dois anos Angola, negociou com sucesso créditos à exportação com instituições alemães, brasileiras, russas, portuguesas e israelitas. Não se tratando, na sua totalidade, de representantes do Clube de Paris, trata-se, com certeza, de uma percepção do risco país angolano qualitativamente nova no mercado financeiro: tal aparenta ser uma evidência de que o mercado internacional, para lá do receio, está inclinado a negociar capitais em Angola. Em segundo lugar, as autoridades parecem ter apostado num novo modelo de financiamento dos investimentos do Estado, algo que vem da emissão de títulos do Governo que em determinada altura serviram para pagar a dívida pública interna. Mas nos últimos dois anos, duas milionárias operações concertadas por sindicatos de bancos de direito angolano, públicos e privados, financiaram aquisições ou empreitadas milionárias do Estado. Está-se a falar aqui no agenciamento de perto de 200 milhões

de dólares para a compra de seis aviões à Boeing, e no financiamento de um projecto de 400 milhões de dólares relativo à edificação de infra-estruturas, aprovado no mês passado pelo Conselho de Ministros. «A natureza do modelo angolano de estabilização e crescimento económico está a ser provada na prática», disse a este jornal um economista do Ministério do Planeamento, para quem a suspensão das negociações para um entendimento com o Fmi tem razões plausíveis para ter ocorrido.

070317-24

Não é o fim

Ao solicitar a suspensão das negociações para um entendimento com o Fmi, o Governo angolano não anulou a sua filiação a essa instituição financeira internacional. O que o ministro das Finanças solicitou foi uma suspensão das discussões em curso para a formulação de um programa conjunto de estabilização macroeconómica, envolvendo o Governo e o Fmi. José Pedro de Morais evocou as conquistas conseguidas em matéria de estabilização macroeconómica e crescimento para considerar extemporâneo qualquer entendimento nesse domínio. Embora tenha pedido o cancelamento de uma missão da instituição que em Fevereiro deveria ter vindo a Angola no quadro das consultas prevista no artigo IV, que sujeita aos países membros a uma análise do desempenho da economia durante os 12 meses precedentes, o ministro das Finanças deixou claro que nessa matéria nada se haverá de alterar. José Pedro Morais sublinhou o compromisso de Angola em continuar a respeitar as suas obrigações para com o Fmi, e manter uma cooperação «construtiva com o Fundo dentro dos mecanismos de acompanhamento e de fiscalização previstos no artigo IV».

070317-24

Angola VS Fundo Monetário Internacional
Afinal, a crise vem de muito longe!

Ninguém em consciência pode dizer que as relações entre Angola e o Fundo Monetário Internacional (Fmi) tivessem sido sempre um mar de rosas. Em boa verdade, as coisas só andaram bem enquanto Angola se bateu por um reconhecimento, mínimo que fosse. Porém, à medida que o Fmi foi subindo a fasquia, impondo a redução das

despesas públicas, exigindo auditorias regulares e, sobretudo, acesso às contas todas, a conversa nunca foi por aí além. Nunca faltaram, por conseguinte, sinais de que a corda iria rebentar, mais tarde ou mais cedo. De notar que, neste vai-e-vem, as duas partes chegaram a apor as respectivas assinaturas nalguns (poucos) papéis. Em Abril de 2000, Angola assinou com o Fmi um acordo para o estabelecimento de um programa monitorado, que veio a ser revogado em Abril de 2002, porque o Governo angolano não conseguiu, neste lapso de tempo, responder as exigências do Fmi. Em consequência, Angola ficou inabilitada para um programa de combate à pobreza e de facilidades de crescimento. Para as autoridades angolanas este pacote teria custos elevadíssimos para as suas populações. Só o tempo, contudo, dirá se o passo que Angola deu foi bom ou mau. Um país que goza da fama – e muitos dos seus principais dirigentes do proveito também – de gerir mal o dinheiro público, não perderia muito se continuasse a negociar com o Fmi «ad eternum». Assim não se entendeu e doravante será o que Deus quiser. Seja como for, os sinais de que a paciência de Angola estava a chegar ao fim foram inequívocos e partiram de pessoas que sabem para onde vai este país. O Semanário Angolense compilou algumas declarações relativas ao dossier Angola versus Fmi. Atente, caro leitor:

« (…) Os fundos com que negociamos empréstimos não foram emprestados pelo Fmi. São receitas próprias do Governo angolano, Governo de um estado soberano, e que deve exercer a sua soberania sobre estes recursos. E o Governo deve prestar contas sobre a utilização destes recursos aos outros órgãos de soberania e não ao Fundo Monetário Internacional. Portanto, há aí uma actuação incorrecta do Fmi, e nós temos criticado a acção policial do Fmi em relação a Angola. Não é esta a missão do Fundo. Acho que não é isto que está nos seus estatutos. Estamos de acordo que tenham acesso às estatísticas sobre a nossa economia, possam fazer o acompanhamento da economia global, mas também achamos que devem ser respeitados os direitos de soberania do Estado angolano».

José Eduardo dos Santos – Voz da América, Washington, 24 de Fevereiro de 2002.

«O nosso entendimento é que a (boa) performance positiva já existe. A taxa de inflação tem vindo a reduzir substancialmente, há um equilíbrio no mercado

de câmbio e medidas de transparência governativa estão em curso. Tudo isto para nós abona a favor do Governo, pelo que gostávamos que isto fosse tido em consideração».

Aguinaldo Jaime – Voz da América, Washington, 24 de Fevereiro de 2004

«O Fundo Monetário reconheceu pela primeira vez não haver discrepâncias entre os valores reportados nas suas avaliações e as contas apresentadas pelo Governo de Angola».

Aguinaldo Jaime – Maio de 2004. Conferência de imprensa conjunta com o ministro das Finanças, o Pca da Sonangol e o Governador do Bna.

«Durante os dois últimos anos desenvolvemos esforços diplomáticos para convencer a comunidade internacional a realizar uma conferência de doadores para a reconstrução de Angola no pós-guerra. Os países mais influentes desta comunidade hesitam até hoje, e condicionam injustamente a conferência a contrapartidas de natureza política e económica. É claro que não vamos desistir e continuaremos a fazer diligências e, vamos, entretanto, fazer um maior aproveitamento da cooperação bilateral e do investimento privado nacional e estrangeiro, com vista a mobilizar recursos para a reconstrução e o desenvolvimento».

José Eduardo dos Santos – Fevereiro de 2005, na abertura da reunião do CC do Mpla

«Nós precisamos de estruturar a nossa dívida pública com a qual esperamos levar de volta o país às transacções fluidas. Por conseguinte, o acordo não depende de nós, até porque estamos prontos. O estabelecimento de um acordo com o Fmi está a ser politizado. Se tivermos que ser penalizados pelas divisões políticas que houve no mundo no passado, então este acordo não virá tão cedo».

José Pedro de Morais, Fevereiro de 2005 – Entrevista ao Irin, Serviço de Informação das Nações Unidas

«Se forem necessários recursos do Fmi, já não serão da magnitude que se estava a pensar, pois uma parte do diferencial de financiamento para reconstruir o país e

provocar o crescimento económico já esta a ser conseguido».

José Pedro de Morais – Jornal de Angola. Abril de 2005, após um encontro com Peter Gakunu, administrador do Fmi, em Luanda

«Os representantes da Comissão Executiva da União Europeia (EU) comunicaram ao nosso ministro das Relações Exteriores que já não era oportuna a conferência de doadores, porque Angola tem recursos minerais. Devia pensar-se agora numa conferência do investimento».

José Eduardo dos Santos – 30 Setembro de 2005, abertura da reunião do CC do Mpla

«Desde que tivemos o último contacto com o Fmi a situação evoluiu de maneira dramática, e a actual situação de Angola em matéria de balança de pagamentos, reservas internacionais líquidas, e estabilidade do câmbio já permitem o Fundo dizer que podem aceitar o modelo de estabilização que estamos a adoptar. Portanto, há evolução ao nível das políticas que devem ser consensuais entre o Governo e o Fundo, mas também permite-nos estabelecer outro tipo de objectivos em matéria do fluxo de informação que o Governo deve estabelecer com o Fundo Monetário Internacional. Aproveitamos para colocar à direcção geral do Fmi um certo mal-estar que nós temos no Governo em relação à aparente ou real inflexibilidade da comunidade internacional em matérias como a dívida no Clube de Paris e a própria conferência de doadores».

José Pedro de Morais – Voz da América, Outubro de 2005, Washington

070317-24

Última hora
PR vai à China

O Presidente José Eduardo dos Santos poderá visitar a China entre Abril e Maio, soube o Semanário Angolense de boa fonte. Partes dos detalhes da visita do presidente foram acertados pelo ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, que chefiou a delegação de

Angola à reunião da comissão mista em Pequim. Seguiram viagem com Higino Carneiro, a vice-ministra das Relações Exteriores para Cooperação, Irene Neto, e o vice-ministro das Finanças, Job Graça. O anúncio oficial da visita do PR deverá acontecer nas próximas semanas quando estiver concluída a agenda da deslocação. Embora as discussões preliminares tivessem sido lideradas pelo ministro das Obras Públicas, cujo pelouro perdeu para o Gabinete de Reconstrução Nacional o «filet-mignon» das grandes obras, a agenda definitiva deverá ter o petróleo à cabeça. A rotura das negociações entre a Sonangol e a Sinopec, relativas a entrega à esta última de mais de 50 por cento das acções da refinaria do Lobito - Sonaref - não caiu bem em Pequim. Os angolanos não aceitaram a ideia defendida pelos chineses de que a Sonaref deveria produzir petróleo exclusivamente para o mercado chinês. A Sinopec oferecera-se para entrar com 3 biliões de dólares na construção da nova refinaria. Fontes do sector petrolífero disseram ao Semanário Angolense que os chineses, de alguma forma, tomaram o negócio como um dado adquirido. «Depois de terem emprestado 2 biliões, de terem por via disso ficado com a parte de leão da reconstrução de Angola, e de terem constituído com a Sonangol uma «joint-venture» que assegurou 27,5 por cento no bloco 17, 40 por cento no bloco 18, mais 20 por cento no bloco 15, totalizando mais de 1 bilião e meio de dólares, os chineses pensaram que poderiam ditar algumas regras em relação à refinaria. Não foi o caso.» A visita de José Eduardo dos Santos deverá também desfazer todos os equívocos levantados pelo facto de o PR não ter ido à cimeira China-África, e de nem o presidente Hu Jintao ter escalado Luanda, durante o périplo que efectuou à África no princípio do ano. Fonte diplomática angolana disse ao Semanário Angolense que embora Hu Jintao tivesse preferido ter na cimeira Jes, ao invés de «Nandó», a exclusão de Angola do seu périplo não foi exactamente uma retaliação. «O volume de negócios entre Angola e a China recomenda que o presidente chinês faça uma vista de pelo menos dois dias, e não de umas horas como aconteceu com a maioria dos países africanos que visitou». De acordo com as mesmas fontes, assim que terminar a visita de Jes, delegações dos dois países irão começar a trabalhar numa deslocação de Hu Jintao a Angola, ainda este ano.

070317-24

Angola terá mapas digitais

Igca, Endiama e De Beers juntam-se para modernizar rede geodésica do país

O director-geral do Instituto de Geodesia e Cadastro de Angola (Igca), eng. Domingos Armando, disse ao Semanário Angolense que a sua instituição dispõe já de um programa de modernização da rede geodésica do país, que permitirá a actualização de toda a sua cartografia. E isto deverá acontecer até final do ano. Segundo Domingos Armando, o Igca debate-se, no entanto, com dificuldades de ordem técnica e financeira, que espera ver esbatidas a breve trecho. «A falta de pessoal devidamente qualificado, bem com as dificuldades de acesso a várias áreas do país não nos têm permitido constatar in loco o estado da rede geodésica», lamentou. O director do órgão do governo mandato para a criação de infra-estruturas geodésicas, cartográficas e topográficas falava à margem de um «workshop» sobre o assunto realizado no princípio da semana em Luanda, que reuniu especialistas nacionais e estrangeiros, nomeadamente portugueses, sob o tema «Redes de Estações Permanentes Gps». O encontro é o resultado de uma parceria entre o Igca e as diamantíferas Endiama e De Beers, sendo um importante passo para o estabelecimento de sinergias que visam a implantação de uma rede geodésica moderna em Angola, que é também fundamental para a exploração mineira. Na abertura do workshop, o ministro do Urbanismo e Ambiente, Sita José, realçou o início duma «interessante relação de parceria entre a Endiama, a De Beers e o Igca», considerando-a como um exemplo de cooperação pioneiro no processo de substituição da rede geodésica do país, que é baseada em observações realizadas nos anos 40 do século passado, por uma outra, a constituir com base em técnicas de medições do sistema global de navegação via satélite. Segundo o ministro, a adopção de uma rede de estações de referência Gps habilitará o país a participar do projecto Afref(África Reference Frame), que visa a adopção de um referencial geodésico único para todo o continente ligado directamente ao Quadro de Referência Internacional. Por seu lado, o director de Tecnologias de Informação da Endiama, Emanuel Saturnino, em conversa com o Semanário Angolense, referiu que a sua empresa e a De Beers estão bastante interessadas no projecto de modernização por estarem a trabalhar com informação não muito fidedigna em termos de localização geográfica, o que dificulta sobremaneira

a consecução do seu objecto social. Para ele, é urgente a modernização da rede geodésica, porque isto permitirá a criação de mapas digitais, que são mais seguros e precisos.

Valdimiro Dias

070317-24

De congénere caboverdiana
Imprensa Nacional imita logótipo
Dani Costa

As celeumas ainda não amainaram na Imprensa Nacional, órgão oficial do Estado responsável pela produção do Diário da República. O nome do Pca desta instituição, José Gomes, continua associado a muitas falcatruas, algumas das quais ridículas, como uma que terá acontecido supostamente nos últimos dois meses. De acordo com fontes do Semanário Angolense, a maior empresa gráfica do pais não possuía até há bem pouco tempo um logótipo próprio, que identifique a firma, à semelhança do que já acontecia com as restantes instituições públicas angolanas da sua dimensão. Pressionado internamente, José Gomes mandou conceber o símbolo, mas sem ir por caminhos normais. Não realizou um concurso público, no qual participassem cidadãos entendidos em artes gráficas a nível de Luanda ou do país, ou através de propostas que poderiam ser elaboradas pelos seus próprios trabalhadores. Havia ainda uma terceira opção: recorrer a uma empresa publicitária aqui no mercado. Mas esta via também foi ignorada, tendo-se apostado num logótipo que já existe, com a qual a empresa passaria a identificar-se. Trata-se de um símbolo semelhante ao da sua congénere caboverdiana, que está a ser visto como uma verdadeira imitação. «Isso é uma vergonha para Angola diante de Cabo Verde, um pais pequenino e pouco desenvolvido. Além disso, eles nem tiveram o bom-senso de pensar que a empresa pode ser penalizada. Ficamos extremamente chocados quando soubemos que aquilo era uma cópia do símbolo da Imprensa Nacional de Cabo Verde», sublinhou uma das fontes. O Semanário Angolense tentou ouvir a versão de José Gomes, mas a sua secretária informou que ele se encontra em Portugal. Entretanto, este jornal apurou que os funcionários da Imprensa Nacional, fruto das velhas makas na casa, endereçaram outra carta ao presidente do Conselho de Ministros, Reis Júnior, que

não tem conseguido dar solução aos problemas. Esperavam eles no mínimo que Reis Júnior fosse comprometido com a verdade e a gestão transparente mandasse instaurar uma auditoria independente para averiguar se as falcatruas e má gestão atribuídas a José Gomes são verídicas ou infundadas. Face à incapacidade de pôr cobro aos problemas que o secretário do Conselho de Ministros revela, os funcionários da Imprensa viram as suas esperanças para Augusto Tomás, secretário do Estado para o Sector Empresarial Público. Esta entidade assumirá, provavelmente, a tutela da Imprensa Nacional. «Assim, o Conselho de Ministros fica limitado e a competência de Augusto Tomás dá-nos alento e esperança de valorização salarial, material e técnica. Saberemos com precisão em que gráfica são produzidos os selos e os modelos XV e XVI, que são de produção exclusiva e de responsabilidade da nossa empresa», comentou um dos funcionários.

070317-24

Taag em negociações para parceria com a Air Bissau

A companhia aérea angolana Taag está em negociações «avançadas» para se tornar parceira da Air Bissau Internacional, a nova transportadora aérea guineense, devendo assegurar em nome desta a ligação Bissau-Lisboa, revelou esta semana o ministro dos Transportes da Guiné-Bissau. Em entrevista à agência noticiosa portuguesa Lusa, à margem de uma Conferência Internacional de Transportes, Admiro Nelson Belo adiantou que há «vários» outros interessados na parceria com a empresa privada guineense, mas «os trabalhos com a Taag estão muito avançados». Há cerca de um mês, a Taag passou a fazer a ligação entre São Tomé e Lisboa, em nome da também recém-criada STP Airways. Tal como no caso são-tomense, a rota entre Bissau e Lisboa foi abandonada em Setembro do ano passado, com a falência da Air Luxor, que a explorava através de uma companhia de direito local. De acordo com o ministro guineense, com a prevista parceria será possível à nova Air Bissau Internacional «explorar outras rotas regionais detidas pela Guiné-Bissau», no âmbito de acordos aéreos bilaterais, como Dacar (Senegal), Cabo Verde, Banjul (Gâmbia), e Conacri (Guiné). Admiro Belo adiantou que foi pedida em

Dezembro a Portugal a autorização para que a nova companhia aérea passe a voar para Lisboa. Este pedido, referiu, foi aprovado ao nível do Ministério dos Transportes português e já encaminhado para a Autoridade de Transportes Aeronáuticos (Inac). Para as próximas semanas está prevista a ida a Lisboa de uma delegação da Air Bissau Internacional, a fim de acompanhar o andamento do processo, segundo o ministro guineense. Actualmente, Lisboa e Bissau estão ligadas apenas por um voo semanal, realizado à sexta-feira pela Tap, embora a transportadora portuguesa, em colaboração com a Air Senegal, faça idêntico trajecto via Dacar.

070317-24

Mau atendimento e baixa formação dos empregados bancários
No Millennium para a família

José kaliengue

«O que é que o senhor quer? Ela é minha cunhada, eu trabalho aqui, é obvio que estou cá para ajudar a minha família e os meus amigos». A funcionária da dependência do banco Millenium na rua Rainha Ginga, em Luanda, que acabara de pronunciar estas palavras, reagia dessa forma enfurecida contra um cliente que a acabara de censurar por uma acção de injustiça. Depois virou as costas e desapareceu atrás da porta por onde havia surgido minutos antes. O que aconteceu pode ser descrito em poucas linhas: Um cidadão que pretendia fazer uma transferência pela Western Union, dirigiu-se ao dito balcão do Millenium, onde preencheu o respectivo formulário e, como lhe havia sido recomendado pelos funcionários, depositou-o num cesto sobre o balcão, deixando-se ficar à espera que o chamassem, tal como o estavam a fazer dezenas de pessoas que tinham chegado primeiro. Eram cerca das 13:35h. Passados alguns minutos entrou uma jovem senhora de aspecto reluzente, disparando palavras contra o telemóvel. Esta nova cliente dirigiu-se ao balcão onde preencheu o formulário, mas, antes de o ter terminado, surgiu, de uma porta situada a trás dos balconistas, uma funcionária que se dirigiu à nova cliente, recebendo-lhe o formulário que despachou para atendimento imediato. Em poucos segundos a nova cliente estava despachada. Quando ia a sair, o cidadão, que como os outros esperava pela sua vez, dirigiu-se à

funcionária perguntando o que teria aquela cliente de diferente dos outros que a impedisse de esperar pela sua vez, havendo na sala senhoras com crianças ao colo e que nem assim passavam a frente de quem tinha chegado antes? Foi como «cutucar» a onça com vara curta. Para aquela funcionária, era inadmissível que alguém questionasse os seus critérios, e muito menos o seu desprezo pela ralé que a vai incomodar no seu posto de trabalho que afinal é a razão do salário que recebe no final de cada mês. O que se seguiu foi a resposta acima transcrita. Embora não tivesse havido berros e a funcionária não chegasse a «rodar a saia», como parecia fazer menção, a cena não foi muito civilizada. Mas o mais triste foi o funcionário que se disse chefe daquela secção ter admitido ser normal os colegas trocarem estes «jeitinhos» e se ter recusado a entregar, ao cidadão, o livro de reclamações, por três vezes solicitado. Tudo isso aconteceu no passado dia 9 deste mês de Março. Esta cena triste vem reforçar as razões das especulações sobre os critérios de selecção do pessoal que trabalha nos bancos que operam em Angola. Razões como tom da pele, corrupção, cunhas, compra de oportunidades e até favores sexuais, são alguns dos vícios apontados nos processos de recrutamento em todo o país, em detrimento da competência profissional e da inteligência. Talvez se explique assim, a sofrível qualidade do atendimento bancário em Angola. Infelizmente os atendimentos com cunha são frequentes. A demora para qualquer operação bancária quase nuca é inferior a 20 minutos (sem «cunhadas» ninguém faz menos tempo numa dependência bancária). O mal é comum entre os bancos Na dependência que o Bic tem junto ao cine Atlântico, além das frequentes ultrapassagens a que alguns clientes são sujeitos por outros mais afortunados e a quase total proibição de sorrisos nos rostos dos funcionários, a solicitação de um código para acesso ao banco pela Internet leva mais de 15 dias. No passado dia 13, às 12:00, deu-se noutra dependência deste banco, junto ao condomínio do Gamek, uma cena caricata: um cidadão angolano que estava a tratar dos seus assuntos, viu o funcionário abandona-lo no meio do atendimento para ir atender um outro que exibia um passaporte português numa sala de atendimento privado. Já no Bci, para as transferências pela Western Union, quando as dependências têm sistema, faltam os impressos, quando estes existem, há um funcionário que não os entrega a quem solicite porque o banco está cheio, nem que seja para o cliente ir com eles em busca de uma outra

dependência menos cheia. «Temos impressos, mas guardei porque aqui está muito cheio, tem que esperar». Aquele não terá sido um bom dia para se ir aos bancos. Talvez as pessoas que estão a frente dos bancos que operam em Angola devessem começar a ponderar se um serviço eficiente, célere e competente não será a melhor campanha de marketing que se pode inventar. As outras campanhas de marketing até podem mostrar meninas e meninos sorridentes e felizes, mas não satisfazem o cliente. Muito menos quando este descobre que os bancos, agindo em cartel, lhe ficam com 1% de cada operação de levantamento do seu próprio dinheiro, ou, como fazia o BESA no ano passado, que as contas são obrigadas a pagar uma mensalidade de manutenção de Usd 10.00, sem que tais estratagemas de saque sejam comunicados ao cliente no acto de abertura de conta.

070317-24

Angolanos não têm «peito» para a indústria petrolífera?
Mosquito procura comprador e Gema já tem novo parceiro

António Mosquito pode vir a concluir a sua primeira transacção no mercado petrolífero angolano sem ter logrado negociar o petróleo que a sua companhia, Falcon Oil, vem tentando explorar em Angola. O Semanário Angolense soube de fonte petrolífera que este empresário angolano estaria a tentar vender parte das participações que detém no mercado petrolífero angolano. A Falcon Oil detém 10 por cento do bloco 33, situado em águas ultra-profundas, 10 por cento do bloco 6, operado pela Petrobrás, 5 por cento do bloco 15, cujo operador principal é a italiana Eni, e mais 5 por cento do bloco 18. Segundo o que pode apurar ainda o Semanário Angolense, as operações do bloco 33 são as mais desafogadas para Mosquito. Com efeito, ele estaria a beneficiar da disposição da Exxon-Mobil em cobrir os custos inerentes à participação da Falcon Oil, coisa que não se verifica em nenhum outro bloco. Perante o evidente aumento de custos, Mosquito é citado no mercado petrolífero como tendo oferecido a companhias britânicas e francesas parte das suas participações. Mosquito não é o único «magnata» angolano a derivar nesta direcção. A Acr, de Carlos Amaral & cia, vendeu 40 por cento das suas acções à companhia britânica Terra Energy. A Falcon Oil e a Acr são duas das companhias angolanas que operam no mercado petrolífero. Têm a companhia do Grupo Gema, de José Leitão, Carlos Feijó, Pitra Neto e Reis Júnior, bem como a Somoil, de

Manuel Vicente e Desidério Costa, e outras companhias que aguardam concessões. Entretanto e ao mesmo tempo em que Mosquito procurava passar parte das suas acções, o Grupo Gema fechava negócio com o magnata espanhol Jacques Hachuel, accionista principal da H Oil. Fonte bem informada disse ao Semanário Angolense que José Leitão e Álvaro Hachuel – filho de Jacques – concordaram em constituir uma «joint-venture» que vai intervir no bloco 18 onde o grupo Gema detém 5 por cento. Neste bloco, o grupo Gema tem a companhia da BP – operadora –, Sinopec (20%), Sonangol (20%) e Falcon Oil (5%). Antes de chegar a Angola, a H Oil , uma derivação dos negócios da família Hachuel, cuja especialidade é a especulação financeira, tinha já garantido o bloco EA da região de Juba, no Sudão.

070317-24

Chineses perdem mais uma

A esta hora, os chineses, que são famosos pela sua interminável paciência, devem estar a fazer recurso a toda calma para gerirem os dois «cortes» que levaram dos angolanos nas últimas quatro semanas. Depois de Angola ter dito que não fazia sentido continuar a negociar a construção de uma refinaria que serviria só para eles, os chineses receberam a notícia de que o Estado angolano decidiu não renovar o contrato que ligava a Endiama e o Fundo de Pensões Futuro à China International Funds. Desta «joint venture» saiu a FP Empreendimentos SA, companhia que operava no vale do Cavaco, e em partes seleccionadas dos rios Coporolo e Catumbela, na província de Benguela. Os proventos das suas operações destinavam-se ao pagamento de pensões a alguns veteranos.

070317-24

Sonangol encomenda 3 Airbus

A Sonangol China, uma subsidiária da Sonangol, acaba de pôr no papel o que há muito circulava em alguns corredores, ou seja, encomendou três Airbus executivos com capacidade para viagens de longo curso. As aeronaves são um «up-grade» do A 320, com a particularidade de serem feitos do nariz à cauda ao gosto do cliente. A Sonangol China é uma «joint-venture» constituída pela Sonangol e pela Sinopec.

Xxxxxx

030710-17

«Nandó» abre-se sobre assunto tabu do Governo
Primeiro-ministro reconhece existência da corrupção

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade «Nandó», disse segunda-feira, na abertura da reunião anual e de um Seminário de Planificação Estratégica das Instituições Supremas de Controlo de África dos Países de Expressão Inglesa (Afrosai-E), em Luanda, «que a corrupção, a fraude e a apropriação indevida dos bens públicos são factores que dificultam o controlo eficaz da gestão financeira e patrimonial». «Nandó» não descobriu a pólvora: nenhum verdadeiro cidadão angolano passa um dia da sua vida sem amaldiçoar o fenómeno da corrupção e a forma como ela se enraizou entre nós. O mérito do primeiro-ministro é o de, como dizem os brasileiros, ter acertado na mosca. Previamente, é necessário que nos abstenhamos de cogitar que por estar a fazer essa afirmação numa reunião continental, o primeiro-ministro a tenha feito no quadro de uma generalização dos problemas da África. Nem pensar! «Nandó» não tem mandato para falar em nome dos governos dos outros países. Logo, o primeiro-ministro angolano estava a falar de particularidades caracteristicamente angolanas, com o condão de reconhecer aquilo que, estando a ser permanente e insistentemente denunciado pela opinião pública, figura, no entanto, entre os maiores tabus do regime vigente. Em Angola, conversa mais proibida que a da corrupção é só a de sucessão presidencial, de tal forma, que esta declaração do primeiro-ministro teve como precedente único um discurso em que o presidente José Eduardo dos Santos reconheceu, há já muitos anos atrás, que a corrupção era o segundo «mal» que afligia o país, depois guerra. Condicionada a adoptar, dia sim, dia também, os pronunciamentos da hierarquia do Estado como «documentos de trabalho» e de «estudo», a burocracia angolana nem por isso se inclinou a fazer daquele discurso de José Eduardo dos Santos aquilo que ela chama «guia de acção» quando pretende traçar metas de

governação. Claro! A formação de capital e a constituição de riqueza são, neste país, consequência directa do usufruto de cargos públicos: por regra, é à custa do aproveitamento de posições ocupadas no Estado, que os negócios privados prosperam, mesmo quando isso implique o esvaziamento do próprio Estado. É aí que faz sentido o verbo «corto circuitar»: os executores institucionais fazem letra morta dos discursos que zurzem a corrupção em consequência directa do seu envolvimento. Mas agora temos uma declaração do primeiro-ministro dando conta não só do reconhecimento da existência do fenómeno da corrupção em Angola, mas descrevendo, também, como é que ela inviabiliza e governação, por um lado, e a vida dos angolanos, por outro. «São factores que dificultam o controlo eficaz da gestão financeira e patrimonial», disse «Nandó», sintetizando, não se sabe se propositadamente, muitos outros danos provocados pelo fenómeno da corrupção. O criminoso enriquecimento sem causa, a inviabilização de projectos institucionais de interesse público, a ineficiência do Estado na provisão de serviços sociais básicos como educação, saúde e infra-estrutura, a acentuação das diferenças sociais e o fosso entre ricos e pobres, a estratificação da sociedade que impede a chamada paz social com a agudização da luta de classes, enfim, o caos. Vinda tardiamente, a declaração do primeiro-ministro vem a reboque das reclamações da sociedade contra o fenómeno da corrupção: infelizmente, temos um Estado pouco dado a iniciativas alinhadas ao melhoramento da nossa existência colectiva e que não reage, nem mesmo quando as evidências já não podem ser escondidas. Segundo estimativas feitas por especialistas angolanos, 20 por cento do valor anual do Orçamento Geral do Estado (OGE) é desviado todos os anos para os bolsos de burocratas com poder de decisão, sendo que nos últimos dois anos, as receitas orçamentais totais aproximam-se dos 30 biliões de dólares. Agora, com a inusitada confissão do primeiro-ministro, está por se saber se ela resolve os problemas judiciais que neste momento vários representantes da opinião pública enfrentam nos tribunais angolanos em resultado de denúncias contra a corrupção em Angola. Neste momento, o Semanário Angolense, para citar apenas um exemplo, enfrenta quatro processos judiciais pela denúncia de casos de corrupção envolvendo figuras do Estado angolano, sendo o próprio primeiro-ministro queixoso num deles. Aliás, está retida em Luanda a activista da Global Witness Sarah Wykes, detida quando trabalhava na produção de um relatório sobre a

transparência na utilização dos recursos petrolíferos, uma aparente «vingança de Estado» contra essa organização não-governamental várias vezes ameaçada de procedimento judicial depois publicar documentos provando ou dando indicações do desvio de fundos públicos angolanos. Felizmente, a declaração do primeiro-ministro angolano já pode passar a ser usada como argumento de defesa quando ao denunciarem a corrupção, os representantes da opinião pública voltarem a ser confrontados com processos judiciais abusivos. Se como é dito neste artigo, ao fazer tais afirmações, o primeiro-ministro esteve a falar das nossas particularidades angolanas, também é verdade que não as proferiu ao acordar de um sono em que tenha dormido destapado. É claro que o primeiro-ministro angolano fez essas declarações com base em informações concretas, obtidas dos diferentes serviços que o Governo dispõe para vigiar a conformidade legal dos actos dos cidadãos, empresas e instituições. Por isso, o reconhecimento da existência de corrupção, embora já seja um passo encorajador, ainda não é suficiente para combater o fenómeno. O primeiro-ministro tinha que ter dito, também, quem são esses, que corrompem e são corrompidos, cometem fraudes e desviam fundos públicos. Quando numa ocasião se referiu à questão nestes termos, o presidente José Eduardo dos Santos evocou a falta de provas subjacente às denuncias dos representantes da opinião pública, um argumento que fez escola até ao ponto de nenhum gestor público investido de cargos proeminentes ter sido, até hoje, condenado pelos tribunais criminais em resultado do cometimento de fraudes no exercício das suas funções. Mas isso é um equívoco: não são os denunciantes que têm que provar o que quer que seja, mas os corruptos são quem deve provar como podem possuir a riqueza que ostentam em manifestações de exibição de sinais exteriores de riqueza que contrastam com a miséria generalizada dos seus concidadãos.

030710-17

Conjura e crime organizado

Encoberta, feita no quadro de conjuras e alianças que a transportam para o mundo do crime organizado, protegida pelos seus próprios protagonistas, invariavelmente detentores de cargos públicos para fins lucrativos, a corrupção em Angola não deixa vestígios da sua ocorrência. Aliás, documentos de instituições

financeiras internacionais têm assinalado, com evidente preocupação, que a corrupção no nosso país tem dado mostras de «sofisticação» e ousadia. Os entendidos dizem que, anualmente, 20 por cento do valor total do OGE é desviado para contas privadas de membros da «nomenklatura», mas no caso angolano, já passou o tempo em que o ladrão de colarinho branco servia-se directamente dos cofres públicos. É verdade que quando se lêem relatórios da Inspecção Geral do Estado (IGAE), nota-se que ainda ocorre um elevado número de «gastos não justificados», mas parece que não é por aí que passa o grosso do resultado das conjuras criminais para delapidar o erário público. Recentemente, num dos seus raros momentos de inspiração, o presidente do Tribunal de Contas, Julião António, denunciou o facto de que na sua essência, ou, naquilo em que ela é significativa, a corrupção ocorre nos contratos estabelecidos entre o Estado e o sector privado para a aquisição de bens, equipamentos e serviços. Efectivamente, é dessa maneira que os titulares de cargos públicos passaram a roubar ao Estado sem se exporem ao risco de serem descobertos. Tornou-se banal ver, agora, titulares ministeriais a constituírem empresas privadas inscritas em nome de familiares e amigos, mas alinhadas ao objecto social dos pelouros governamentais que dirigem, destinando-lhes fabulosos contratos. Muitos dos gastos do Governo favorecem estas empresas, mas numa perspectiva dolosa em que contra a maximização dos desembolsos, são adquiridos bens, equipamentos ou serviços de qualidade sofrível, desrespeitando-se muitas vezes o princípio da «melhor oferta», que obriga as entidades estatais a seleccionarem os seus fornecedores na base de uma relação vantajosa entre o preço e a qualidade. Numa outra variável, funcionários do Estado utilizam informação privilegiada e introduzem empresas suas nos concursos de licitação de contratos de empreitadas, de produção mineira ou de gestão de empreendimentos empresariais não privatizados, para apenas citar alguns casos. Esse tipo de fraude está generalizado, envolvendo grande parte dos dignitários e funcionários do Estado com poder de adjudicar contratos, em todos os escalões da administração pública, desde os ministros, vice-ministros e directores nacionais, aos governadores provinciais, seus adjuntos e directores provinciais. A receptação também tem um peso significativo na corrupção: muitas vezes, os titulares de cargos políticos envolvidos em processos de licitação contentam-se com a cedência de favores em troca de somas em dinheiro ou activos empresariais. Numa nuance

da sua sofisticação, os fundos obtidos dessa maneira fraudulenta são investidos em activos empresariais ou introduzidos no sistema bancário angolano, que aloja depósitos consideráveis «sem fazer perguntas». O sistema bancário angolano passou a ser o destino de fundos privados e obscuros, depois da ocorrência de denúncias que em diferentes ocasiões puseram a nu a existência de depósitos avultados em bancos suíços, luxemburgueses ou das Ilhas Caimão, em nome de dignitários como os ministros das Finanças e da Indústria, o governador do Bna ou um antigo assessor do Presidente da República. A corrupção está de tal forma encoberta, que para a enfrentar, o recurso de que a Justiça poderia dispor já, seria o da investigação dos sinais exteriores de riqueza, o único tipo de manifestação que aparenta poder trair os nossos corruptos, submetendo-os ao crivo da lei.

030710-17

SA completou 4 anos
Além de um projecto de mídia, um compromisso com o país

Ao completar, na passada quarta-feira, 07, quatro anos de existência, o Semanário Angolense (SA) não cumpriu com um ciclo costumeiro na vida de uma publicação periódica. É muito mais do que uma simples efeméride aquilo que este percurso de quatro anos representa. Tratou-se, na realidade, de mover com a força das mãos a roda da História e, numa conjuntura extremamente adversa, pôr em marcha um projecto mediático que não visa, simplesmente, a obtenção de lucro. Não foi o que Graça Campos, Silva Candembo e Mateus Fula, o trio que compunha a então Comissão de Gestão do Angolense, tinham em mente quando decidiram criar um novo jornal, numa memorável noite de Março de 2003 - no que foram secundados, prontamente e sem vacilar, por um naipe de valiosos e íntegros colaboradores (jornalistas, designers e outros). Naquela mesma noite, em que as ideias refulgiam em turbilhão, prevaleceu a decisão de fazer do SA um compromisso inalienável com o País, na esteira do espírito que já vinha sendo seguido nos derradeiros meses do Angolense (original). A decisão acabou por revelar-se acertada e de carácter transcendente para a história recente do jornalismo angolano, em face do contributo que o jornal tem dado à democracia nascente no País. A criação de um novo

título permitiu que se deslocalizasse um litígio judicial que, na realidade, se foi revelando apenas um factor de enorme desgaste de energias físicas e mentais. Estavam, assim, criadas as condições para que nos concentrássemos, prioritariamente, em fazer avançar um projecto jornalístico que identificamos como bom e os leitores, com a sua escolha semanal, acabaram por caucionar. Contudo, a caminhada não tem sido fácil. Além da ausência de apoios institucionais, somos constantemente fustigados com processos judiciais que não visam mais senão amordaçar as nossas consciências e asfixiar o nosso compromisso com a verdade. É um corpo a corpo que nos últimos tempos tem sido particularmente esgotante, a provar que estão errados os que pensam que vida de jornalista é pêra doce, mas não serão tais contratempos que nos desviarão da rota. Ou seja, daquilo que elegemos como uma missão sacerdotal: a) denunciar a corrupção e o peculato quase institucional que delapidam o erário público; b) apontar as práticas de gestão ruinosa e má governação que resultam numa constante degeneração da qualidade de vida do povo; e c) não pactuar com a acentuada injustiça social que o país vive, visível numa desigual redistribuição da renda nacional, um sistema de que somente se beneficia uma minúscula casta de privilegiados. Para cumprir com estes desideratos, fomos muitas vezes taxados de nos desviarmos de regras padrão para abraçar um jornalismo excessivamente opinativo. A verdade é que a base do nosso sucesso decorre exactamente de não aceitarmos a «ditadura» do jornalismo noticiarista e cinzento. No estádio em que se encontra o nosso país, isto não aquece nem arrefece. Por isso, estamos conversados: desceremos sempre muito além do rotineiro e vulgar exercício de dizer «o quê», «quando» e «onde» está a acontecer um dado facto. Isto não significa que nos demitiremos de relatar os factos. Mas continuaremos a esquadrinhar e a interpretá-los, mostrando «porquê» e «como» eles acontecem. Que nos desculpem, pois, os puristas e cultores de um jornalismo insípido, que apenas tem contribuído para adormecer consciências. Tenham a santa paciência, mas o SA , que este ano em particular provou que está para lavar e durar, desafiando até impiedosos fenómenos da natureza como a chuva que em Janeiro último provocou-nos grandes prejuízos materiais, não desistirá. Além de um projecto mediático que prosseguimos com engenho e arte, está o nosso compromisso com o País.

030710-17

SA completetou 4 anos
Além de um projecto de mídia, um compromisso com o país

Ao completar, na passada quarta-feira, 07, quatro anos de existência, o Semanário Angolense (SA) não cumpriu com um ciclo costumeiro na vida de uma publicação periódica. É muito mais do que uma simples efeméride aquilo que este percurso de quatro anos representa. Tratou-se, na realidade, de mover com a força das mãos a roda da História e, numa conjuntura extremamente adversa, pôr em marcha um projecto mediático que não visa, simplesmente, a obtenção de lucro. Não foi o que Graça Campos, Silva Candembo e Mateus Fula, o trio que compunha a então Comissão de Gestão do Angolense, tinham em mente quando decidiram criar um novo jornal, numa memorável noite de Março de 2003 – no que foram secundados, prontamente e sem vacilar, por um naipe de valiosos e íntegros colaboradores (jornalistas, designers e outros). Naquela mesma noite, em que as ideias refulgiam em turbilhão, prevaleceu a decisão de fazer do SA um compromisso inalienável com o País, na esteira do espírito que já vinha sendo seguido nos derradeiros meses do Angolense (original). A decisão acabou por revelar-se acertada e de carácter transcendente para a história recente do jornalismo angolano, em face do contributo que o jornal tem dado à democracia nascente no País. A criação de um novo título permitiu que se deslocalizasse um litígio judicial que, na realidade, se foi revelando apenas um factor de enorme desgaste de energias físicas e mentais. Estavam, assim, criadas as condições para que nos concentrássemos, prioritariamente, em fazer avançar um projecto jornalístico que identificamos como bom e os leitores, com a sua escolha semanal, acabaram por caucionar. Contudo, a caminhada não tem sido fácil. Além da ausência de apoios institucionais, somos constantemente fustigados com processos judiciais que não visam mais senão amordaçar as nossas consciências e asfixiar o nosso compromisso com a verdade. É um corpo a corpo que nos últimos tempos tem sido particularmente esgotante, a provar que estão errados os que pensam que vida de jornalista é pêra doce, mas não serão tais contratempos que nos desviarão da rota. Ou seja, daquilo que elegemos como uma missão sacerdotal: a) denunciar a corrupção e o peculato quase institucional que delapidam o erário público; b) apontar as práticas de gestão ruinosa e má governação que resultam numa

constante degeneração da qualidade de vida do povo; e c) não pactuar com a acentuada injustiça social que o país vive, visível numa desigual redistribuição da renda nacional, um sistema de que somente se beneficia uma minúscula casta de privilegiados. Para cumprir com estes desideratos, fomos muitas vezes taxados de nos desviarmos de regras padrão para abraçar um jornalismo excessivamente opinativo. A verdade é que a base do nosso sucesso decorre exactamente de não aceitarmos a «ditadura» do jornalismo noticiarista e cinzento. No estádio em que se encontra o nosso país, isto não aquece nem arrefece. Por isso, estamos conversados: desceremos sempre muito além do rotineiro e vulgar exercício de dizer «o quê», «quando» e «onde» está a acontecer um dado facto. Isto não significa que nos demitiremos de relatar os factos. Mas continuaremos a esquadrinhar e a interpretá-los, mostrando «porquê» e «como» eles acontecem. Que nos desculpem, pois, os puristas e cultores de um jornalismo insípido, que apenas tem contribuído para adormecer consciências. Tenham a santa paciência, mas o SA , que este ano em particular provou que está para lavar e durar, desafiando até impiedosos fenómenos da natureza como a chuva que em Janeiro último provocou-nos grandes prejuízos materiais, não desistirá. Além de um projecto mediático que prosseguimos com engenho e arte, está o nosso compromisso com o País.

030710-17

Por suposta pressão do Governo angolano

Gbagbo quer investigar riqueza de Bedié

A riqueza agora ostentada por Henri Konan Bedié, deposto do cargo de presidente da Costa do Marfim em 1999, pode confirmar as informações segundo as quais ele ter-se-á apropriado de parte substancial do dinheiro da Unita que Jonas Savimbi lhe pediu para guardar. O também intitulado líder da oposição ivoriense é tido no seu país como detentor de uma fabulosa riqueza, a tal ponto que adquiriu uma principesca mansão na 18ª Arroundissement, um distrito chique de Paris (França), onde passa parte do seu tempo. A outra metade passa-a em Abidjan. A abastança de Henri Konan Bedié – quando assumiu o poder era apenas um remediado – é tanta que nos corredores políticos marfinenses comenta-se, amiúde, que o Governo pretende investigar a origem da fortuna subitamente acumulada pelo político. De acordo com fontes geralmente bem informadas, o Governo angolano estaria a pressionar o Presidente da Cote D´Ivoire, Laurent Gbagbo, a avançar com a investigação já que suspeita que o dinheiro de Henri Konan Bedié pode

ser proveniente da venda de diamantes de sangue angolanos. Laurent Gbagbo é, como se sabe, um aliado do governo angolano. Frequentes vezes, ele envia a Luanda representantes seus para explicarem ao Presidente José Eduardo dos Santos a evolução política na Costa do Marfim, um país que mergulhou em crises cíclicas desde a morte de Félix Houphouet Boigny. A determinação de Laurent Gbabo de apurar a origem da riqueza de Konan Bedie visaria, simultaneamente, alcançar dois objectivos: satisfazer as supostas exigências do governo angolano e enfraquecer politicamente o seu adversário, enquanto candidato às eleições presidenciais ivorienses, marcadas para os próximos meses.

030710-17

Desbaratou toda a «massa»

Kakumba sem dinheiro

Antes e durante a guerra pós-eleitoral que Jonas Savimbi desencadeou, a representação da Unita na Costa do Marfim era a que recebia os maiores fluxos financeiros destinados à chamada Missão Externa. O tratamento especial que a Unita dispensava à sua representação em Abidjan devia-se a dois factores: era ali que viviam e estudavam a maior parte dos filhos de Jonas Savimbi, bem como a sua irmã mais velha, Judite Pena, mas, sobretudo, porque a Costa do Marfim, então liderada por Félix Houphouet Boigny, era dos mais seguros aliados africanos da Unita. Grande parte do dinheiro enviado à Costa do Marfim passava pelas mãos de John Marques Kakumba, que era uma espécie de ajudante de campo de Jonas Savimbi naquele país, a partir do qual estendia o marketing político da Unita para várias nações francófonas. Chamava também a si outras tarefas, designadamente a compra de armas, víveres, e outros bens de que a Unita necessitava na sua cruzada contra o governo angolano. Na Costa do Marfim acredita-se piamente que Kakumba não testemunhou apenas a transferência do dinheiro da Unita para as contas de Konan Bedie. A ele próprio também teriam sido confiados largos milhões de dólares por causa da sua estreita relação com Jonas Savimbi. «O Dr. Savimbi era geralmente inclemente com os membros da Unita que falhassem e isso incluía os seus próprios filhos. Mas a Kakumba ele dispensava um tratamento diferenciado. Tinham uma relação muito, mas muito próxima mesmo», conforme confirmou ao Semanário Angolense um membro da Comissão Política da Unita que pediu para não ser identificado. Apesar de acreditar que Savimbi teria confiado também dinheiro à guarda de John Marques Kakumba, a fonte não tem esperança nenhuma de que tal dinheiro possa reverter a favor da Unita. Aos seus colegas na bancada parlamentar da Unita, Kakumba tem dito reiteradamente que não tem dinheiro nenhum. «Ele nos tem dito que não tem dinheiro até para satisfazer as suas próprias necessidades», disse, desalentada, a fonte do Semanário Angolense para quem a «Unita não tem como provar que Kakumba ainda tem dinheiro do partido». A fonte concede, contudo, o benefício da dúvida a John Marques Kakumba, acreditando que a falência financeira dele possa ter começado em 1999, altura em que Henri Konan Bedié, com quem tinha um relacionamento muito estreito, foi afastado da Presidência ivoriense. É também por essa altura que a Unita entrou num irreversível processo de decomposição militar com a

sucessiva queda das suas principais praças. Com a deposição de Konan Bedié, seu amigo e aliado, John Kakumba teria, ele também, entrado em processo de falência. O destituído Presidente já não podia acudir as suas necessidades financeiras e no Andulo e Bailundo já não estava ninguém para assegurar os fluxos financeiros a Abidjan. Nessa altura, Kakumba não só perdeu protagonismo como viu confiscados, por acumulação de dívidas, a totalidade dos apartamentos de luxo que tinha na capital francesa, Paris. Natural da Catumbela (Benguela), John Marques Kakumba saiu de Angola na década de 50 e, posto no Ghana, conseguiu bolsa para estudar na Universidade de Lincoln (Eua), mas não concluiu os estudos. Nos Estados Unidos, Kakumba trabalhou como empregado de mesa num hotel de luxo. Foi lá onde aprendeu as maneiras dos ricos. Regressado à África, foi ministro na Guiné Equatorial, tendo depois emigrado para a Costa do Marfim, onde chegou a ser assessor do Presidente Félix Houphouet Boygni. «Descoberto» por Jorge Ornelas Sangumba, João (nesta altura já se chamava John) Marques Kakumba foi «pescado» por Jonas Savimbi por causa do seu profundo conhecimento e bom relacionamento com as elites da chamada África ocidental francesa, onde se movimentava com muita facilidade. Foi ele, aliás, quem escancarou para Jonas Savimbi as portas dos palácios presidenciais de países como a Costa do Marfim, Burkina Faso, Togo, etc.

030710-17

Voltou à carga com mais um discurso contundente

Isaías Samakuva dispara em todas as direcções

Além do PR, desta vez o líder da UNITA escolheu outros alvos; a Assembleia Nacional Eleitoral está longe de ser uma instituíção independente

Dani Costa

Três meses depois do polémico discurso em que disse existirem similitudes entre os métodos políticos do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e o finado ditador português Oliveira Salazar, o líder da Unita, Isaías Samakuva, voltou à carga. Desta vez, fê-lo disparando em todas as direcções num discurso sobre o «Estado da Nação», na passada terça-feira, 6, em que não poupou a Presidência da Republica, a Assembleia Nacional e a Comissão Nacional Eleitoral (Cne). Ladeado pelos principais dirigentes do seu partido, entre os quais Abel Chivukuvuku, seu presumível adversário no próximo congresso do Galo Negro, Isaías Samakuva acusou o Mpla de não respeitar o compromisso sagrado com a paz, a democracia e o Estado de direito, estabelecido nos acordos de pacificação. As críticas e desconfianças do presidente do maior partido da oposição foram, em primeiro lugar, dirigidas ao processo eleitoral. Segundo ele, o «Partido-Estado» atribuiu a coordenação do processo a um órgão não independente, a Comissão Nacional Eleitoral. Isaías Samakuva descreve a Cne como uma instituição não equilibrada, parcial e sem autonomia, por integrar oito elementos ligados ao Mpla e apenas quatro de outros partidos. O líder da Unita contesta mesmo o facto de ser atribuído a direcção da Cne a Caetano de Sousa, segundo ele um juiz da magistratura

judicial que, ao abrigo da lei em vigor, deveria apenas exercer a função de docente. Samakuva fez questão de notar que Caetano de Sousa é vice-presidente do Tribunal Supremo, por sinal a entidade de recurso das decisões da Cne. Samakuva acusou, por outro lado, a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (Cipe) de não ter cumprido os objectivos que presidiram a sua criação: preparar as condições técnicas e logísticas para as eleições. «O facto é que, após dois anos de funcionamento, a Cne ainda não tem instalações para funcionar em todo o país, nem meios materiais para supervisionar com eficácia os actos de execução do registo eleitoral», enfatizou o presidente da Unita. Samakuva sublinhou ainda que a legislação de suporte do processo eleitoral viola a Lei Constitucional e que o próprio Tribunal Supremo, que goza da prerrogativa de ordenar a sua correcção, também a infringe. Para o líder da Unita, a Assembleia Nacional terá sido utilizada para aprovar leis não democráticas que irão governar as próximas eleições, assim como para subverter a democracia, ao passo que o Tribunal Supremo tem funcionado com dualidade de critérios, respondendo somente a assuntos provenientes da Presidência da Republica. Lembrou, a propósito, que a Unita aguarda desde 2005 por uma resposta deste órgão a uma petição sua. «A inércia do Tribunal Supremo tem o efeito prático de permitir a manipulação do registo eleitoral e a preparação de eleições não democráticas nem imparciais. O não cumprimento da Lei pelo próprio garante da legalidade, que não é independente do poder político, constitui uma violação do regime ao contrato social angolano», sublinhou. Sobre o Tribunal Supremo não é tudo. O parecer relativo à validade dos mandatos do Presidente da República, deliberado em Julho de 2005, segundo o qual «o mandato do Chefe de Estado só começa a contar a partir do momento em que se realizem eleições presidenciais conclusivas no país, seguidas da posse efectiva do Presidente eleito», foi um dos assuntos focados. Essa decisão, na visão do líder dos «maninhos», permite que o Presidente da República governe por tempo indeterminado e agrave a anormalidade constitucional. No plano socioeconómico, Isaías Samakuva alegou que «os órgãos de governação e o grupo social que os controla» estão a engendrar «esquemas sofisticados de desvios do erário público». «Constituindo cartéis para controlarem a economia, controlam os preços e são protegidos pelo sistema, que não permite, na prática, a livre entrada de outros actores no mercado». Peremptório, disse mais: «torna-se cada vez mais difícil distinguir dirigentes políticos dos dirigentes ou detentores de interesses económicos do Estado. O regime no poder está a subverter a função governativa e, praticamente, a institucionalizar a corrupção empobrecendo os angolanos». Caso a situação se mantenha (com incumprimento da lei pelos órgãos de soberania do Estado, o poder político sobrepor-se ao judicial e continuar a perseguir cidadãos, com espancamento e prisões arbitrárias, etc.), a Unita, conforme anunciou o seu dirigente, deverá tomar medidas cautelares. Segundo apurou o Semanario Angolense, estas medidas cautelares passam também pela saída deste partido do Gurn e da Assembleia Nacional.

030710-17

Samakuva dixit

O que disse o líder da Unita

«Os juízes do Tribunal são ameaçados ou amordaçados. Os fundos do Estado são desviados para enriquecimento ilícito. Não há responsabilização nem prestação de contas. Não há imparcialidade na preparação dos processos eleitorais. As instituições do Estado são utilizadas para subverter a democracia, violar os direitos humanos, corromper oportunistas e desacreditar o regime da soberania das leis.»

.../...

«A ditadura está aí, meus irmãos. Não precisa de mais textos escritos. Ela está sendo praticada, subtilmente, através das próprias instituições do Estado. E ela tem rosto e tem marca embora este rosto, visto ao espelho, não reflecte a imagem dos fundamentos dos partidos subscritores do contrato social angolano.»

.../...

«Desde 2004, sua Excia o Presidente da República tem vindo a público manifestar uma clara disponibilidade do Estado angolano para o cumprimento daquela missão de restaurar a normalidade institucional. Ate 2005, e ainda antes de começar o registo eleitoral, Angola já teria gasto mais de 200 milhões de dólares para o cumprimento daquela missão.»

.../... «Após cinco anos de paz, os angolanos em geral estão mais pobres do que há 30 anos atrás, enquanto se torna cada vez mais difícil distinguir dirigentes políticos dos dirigentes ou detentores dos interesses económicos privados.»

.../...

«Afirma a imprensa que os dirigentes do Estado, com raras excepções, utilizam o Estado para fazer negócios consigo mesmo. Isso tornou-se prática corrente, institucionalizando-se assim a corrupção, enquanto o cidadão comum anda a pé, na lama, não tem água potável, nem sonha com a luz eléctrica.»

.../...

«O poder instalado quer inviabilizar a construção de um verdadeiro Estado democrático em Angola. E nesse desiderato quer arrastar alguns militantes e dirigentes partidários, em particular aqueles que talvez já se tenham cansado de preservar a defesa dos interesses do povo, ou que talvez já se sintam realizados.»

030710-17

Estragos do «caso Sara Wykes»?

Angola foi «dispensada»da lista dos transparentes

O mais provável é que estejamos, já, em presença do primeiro efeito do «caso Sara Wykes» - afinal a Global Witness, para quem ela trabalha, não é exactamente um tigre de papel. Mas também pode ser apenas resultado da política angolana de arrastar os pés, ou seja, de não se comprometer com projectos sobre transparência. Isolados ou combinados, o facto é que a semana que hoje chega ao fim não correu da melhor maneira para a diplomacia deste país. É que enquanto o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Aguinaldo Jaime, lançava mão de toda a sua retórica batendo-se, em Toronto, Canadá, para trazer para o nosso país a próxima cimeira mundial do diamante, prevista para 2008, o nome de Angola desaparecia da lista de países identificados com a Iniciativa para a Transparência na Indústria Extractiva, cuja sigla inglesa é Eiti. Lançada a 17 de Junho de 2003 em Lancaster House, arredores de Londres, pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, a Iniciativa para a Transparência na Indústria Extractiva foi de pronto subscrita por mais de metade dos 53 países produtores de minerais e similares, bem como pela nata das companhias petrolíferas e diamantíferas e mais de 20 Ong's, incluindo as «nossas conhecidas» Global Witness, Transparência Internacional, Publica o que Você Paga, e a Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional. O Banco Mundial, o Fmi e o Bad compõem a lista de padrinhos desta iniciativa. De resto, a página da Eiti na internet está «geneticamente» ligada à pagina do Banco Mundial. Com estes e outros apoios, a Eiti conseguiu ganhar a confiança de 70 companhias de investimentos, cujas operações em 2006 totalizaram 12 triliões de dólares. Portanto se o dinheiro faz o «lobby», já se vê o que vem aí... Este e os cenários que se desenharam na altura em que Tony Blair lançou a iniciativa, pelos vistos, foram insuficientes para persuadir Angola a aderir à mesma. Enviados a Lancaster House, Job Graça, vice-ministro das Finanças, e Manuel Vicente, presidente do Conselho de Administração da Sonangol, disseram na altura que Angola não estava preparada. A Nigéria avançou com a mesma alegação, mas acabou por aderir formalmente, em Outubro passado, na cimeira realizada em Oslo, na Noruega. A pedido de Job Graça, a conferência registou a disponibilidade de Angola considerar a questão, sem nunca ter atribuído ao nosso país o estatuto de observador - porque isto não está contemplado nos estatutos. Angola constava da lista, mas não era peixe nem era carne. Ao abrigo do arranjo defendido pelo próprio Banco Mundial, Angola foi colocada tanto na disposição por ordem alfabética, quanto na disposição geográfica. Acreditava-se que isto viesse um dia a persuadir as nossas autoridades a darem o outro passo, ou seja, a aderirem de corpo e alma, com o que teriam que mostrar quão transparente é a sua indústria extractiva. Quer em Lancaster House como em Oslo, Angola alegou que não se poderia comprometer profundamente com a iniciativa porque a sua prioridade eram as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Hoje já não se sabe muito bem o que é que condiciona o quê. As negociações com o Fmi andam a um passo muito inferior ao do camaleão. Se é verdade que do ponto de vista económico, Angola está a crescer, também é verdade que há muitas alcavalas por aí. Perante todo este cinzentismo, o Banco Mundial começou por deixar o nome de Angola apenas na lista alfabética, retirando-o da representação por regiões. Mas esta semana a ficção chegou ao fim. Como Angola não diz que sim nem que não, isto é, continua a esconder as cartas, o seu nome desapareceu por completo de todas as listas, num exercício que promete inquinar a próxima cimeira mundial do diamante que Luanda quer acolher em 2008. O Semanário Angolense soube de boa fonte que o processo de retirada do nome de Angola foi objecto de consultas entre a sede do Banco Mundial e a sua delegação em Luanda, tendo esta recebido instruções

sobre como comunicar a decisão ao Ministério das Finanças, a instituição com quem a Eiti e o BM tratam deste assunto. Funcionários de várias Ong's internacionais disseram ao Semanário Angolense que embora a Eiti e o Banco Mundial digam que a decisão de riscar o nome do nosso país não tenha nada a ver com o caso de Sara Wykes, que veio a Angola, entre outras coisas, para ver como anda a transparência na indústria petrolífera, é quase certo que a retirada do nome de Angola tenha sido precipitada pelo processo que foi desencadeado em Cabinda contra a consultora britânica. «Está prevista uma reunião para o final deste mês e ao que tudo indica se até lá Angola não tiver dado nenhum passo concreto para respeitar os requisitos inerentes à Eiti , aí sim, será definitivamente afastada. Mas quem pensar que o caso Wykes precipitou as coisas não estará a cometer nenhuma heresia; afinal ela é britânica e a Eiti é uma iniciativa do governo dela», comentou ao Semanário Angolense uma fonte angolana muito atenta a esse processo.

030710-17

«Caderno de encargos» da Eiti assusta o governo angolano?

Dependendo da posição de cada um, o «caderno de encargos» da Eiti pode ser visto como favas contadas, ou como uma sarna. Uma coisa, porém, é certa: a alegação do nosso Governo de que não adere já à Eiti porque a sua prioridade é o entendimento com o Fundo Monetário Internacional é muito inconsistente. O Governo tem dado sinais de que foge da Eiti como o diabo da cruz. Porquê o faz? Será apenas para preservar a soberania do nosso país? Essa é também uma «saída» que não convence ninguém, já que não há notícia de que países como a Nigéria, a Bolívia ou o Níger, que subscreveram a iniciativa, viram as suas soberanias hipotecadas. Ao Governo assiste o óbvio direito de aderir ou não à Eiti ou a qualquer outra organização. De resto, ele não perdeu a face por durante muito tempo ter colocado os dois pés de Angola na Opaep (Organização dos Países Africanos Exportadores de Petróleo) ao mesmo tempo que não queria conversa com a Opep. O que se exige do Governo angolano é que encontre explicações racionais para as suas opções. Não o fazendo, escancara as portas da suspeição e da especulação. Por isso, é hoje consensual, em muitas capitais mundiais, a ideia de que o que leva o Governo de Angola a fugir da Eiti não são as difíceis negociações com o Fmi. Seriam, sim, as exigências da Eiti. O Semanário Angolense deu uma vista de olhos ao pacote da Eiti e convida os leitores a fazerem o mesmo.

• Publicação regular e disponibilização, para uma audiência vasta, dos pagamentos feitos por companhias de exploração de gás, petróleo e outros minerais aos governos que aderem à Eiti.

• Sujeição dos pagamentos e das receitas a companhias de auditoria credíveis, independentes e alinhadas pelos padrões internacionais.

• Envolvimento da sociedade civil nos debates sobre fiscalização de todo o processo.

• Estabelecimento de um plano de trabalho desenvolvido pelo Governo com assistência de instituições financeiras internacionais onde serão identificados as metas e prazos de todos os programas.

Será que o Governo de Angola, que nem à Assembleia Nacional diz o que existe ou não nos cofres do Estado, aceitaria sujeitar-se ao incómodo «caderno de encargos» da Eiti?

030710-17

Ironia

Luanda aborda reputação do diamante

Pode ser só uma coincidência, mas a verdade é que ao mesmo tempo em que a Eiti riscava o nome de Angola da lista de países que se comprometeram a abraçar a transparência na indústria extractiva, em Toronto, Canadá, Aguinaldo Jaime conseguia vender a ideia para que a próxima cimeira mundial do diamante, marcada para 2008 em Luanda, fosse dedicada à reputação mundial do diamante e seu impacto na criação de desenvolvimento sustentável. A ironia não poderia ser maior. Se, por um lado, o Governo não se sente confortável em respeitar as regras impostas pela Eiti, que em boa verdade não são nada diferentes do que diz a nossa própria lei, sobretudo no que toca à prestação de contas, por outro lado está disposto a promover um debate sobre a reputação do diamante, mesmo sabendo que a «camanga» é uma das indústrias mais expostas ao tráfico de influência no nosso país. Faz lembrar um pouco aquele ditado que diz: faz o que te digo, não faças o que eu faço!

030710-17

PR não «toca» em Sara Wykes

Há duas semanas, fontes oficiais angolanas eram citadas como tendo dito que ainda que quisesse, o Presidente José Eduardo dos Santos não iria interferir no processo que envolve a cidadã britânica Sara Wykes, por respeito ao princípio da separação de poderes. Este seria um dos argumentos que o Presidente da República usaria se decidisse responder aos sete senadores norte-americanos que lhe escreveram pedindo que intercedesse no caso Sara Wykes. O Semanário Angolense soube de boa fonte que seja por respeito ao princípio de não interferência em questões de foro judicial, seja por outra razão qualquer, o Presidente da República não vai, nem quer pôr as mãos nessa maka. Por

premonição ou não, quando se despediu do Presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, e do Primeiro-Ministro, Nandó, em Luanda, à partida para a Guiné Equatorial, onde cumpriu visita oficial, e depois para a Espanha, onde foi a tratamento médico, José Eduardo dos Santos teria dito, mais palavra menos palavra, que não queria ser incomodado, salvo para questões sérias. Os que aqui ficaram fizeram mal as contas e, à força do seu trungungo, transformaram a visita de Sara Wykes num assunto sério. Segundo o que apurou o Semanário Angolense, embora o processo esteja a correr os seus trâmites num tribunal de Cabinda, a «batata quente» anda aos pontapés entre o gabinete do Primeiro-Ministro e a Casa Militar, instituições de uma ou de outra maneira ligadas à decisão arrogante e desvairada das autoridades de Cabinda. Ao seu estilo, José Eduardo dos Santos assiste da sua janela ao «ping-pong», com a convicção de que a saída que Nandó ou Kopelipa (ou ambos) arranjar(em) não pode criar mais embaraços do que aquele que ele imaginaria. Um influente membro do gabinete de José Eduardo dos Santos foi citado por uma fonte do Semanário Angolense como tendo dito em círculos privados que aqueles que «arranjaram a sarna vão ter de coçá-la sozinhos».

030710-17

Notas do Workshop do Ceea

Angolanização acinzentada

Manuel Vicente disse tudo o que levava quando discursou na abertura do workshop sobre a angolanização do sector dos petróleos, promovido pelo Centro de Estudos Estratégicos de Angola, Ceea. Falou do volume de investimentos e da disponibilidade da concessionária continuar a apoiar a emergência de empresários nacionais. Manuel Vicente teria falado mais se o equipamento de som usado no centro de conferências de Talatona não tivesse «conspirado». É que uma parte da sala não conseguia perceber o que ele dizia. Gente que foi para saber como é que a Sonangol avalia o grau de implementação da lei 20/82 sobre a promoção de quadros nacionais nas companhias estrangeiras – enfim o ponto de partida da angolanização – saiu como entrou, isto é, ficou sem saber se e como é que a concessionária nacional fiscaliza esta obrigação das companhias estrangeiras. Por outro lado e já que o próprio Pca da Sonangol admitiu que a angolanização está acima das expectativas, aquele seria exactamente o evento próprio para se falar disso. Infelizmente não deu. Quem fala da angolanização, fala de outras questões, que não tendo sido abordadas por Manuel Vicente seriam seguramente levantadas pela audiência. Seja como for, valeu o esforço do Ceea. Foi reconfortante ouvir Manuel Vicente falar da intenção de se domiciliarem em Angola os estudos de engenharia, pois isto vai criar mais emprego e gerar mais riqueza para os angolanos. Caiu bem a promessa de investimento numa instituição de ensino superior especializada. É bom saber que o volume de negócios associados a companhias locais gera anualmente cerca de 300 milhões de dólares. Porém foi angustiante não poder perguntar por que razão não há mais transparência no processo de adjudicação de concessões a companhias locais. Não é todos os dias que uma das principais figuras deste país se dispõe a falar com os seus, pelo que seria bom que não só se repetisse a coisa, como se fizesse antes um levantamento das condições. Por fim, e porque toda gente notou, não ficou bem ao

general João de Matos, presidente do Ceea, omitir o nome do Cemgfaa, Francisco Pereira Furtado, quando fez a apresentação da mesa. Estando Furtado à mesma mesa com Manuel Vicente, Desidério Costa, Virgílio de Fontes Pereira e do vice-ministro dos Petróleos, Anibal Silva, e tendo ele apresentado todos estes, por que razão não fez o mesmo em relação a Pereira Furtado? Furtado estava naquela mesa por alguma razão. João de Matos não iria perder nada se mencionasse a presença de um companheiro de armas.

030710-17

«Maratonas» não são

Em Luanda fala-se muito da delinquência juvenil, mas segundo os número da polícia, os adultos cometeram, o dobro dos crimes atribuídos aos adolescentes e crianças. Temos uma situação em que a sociedade reage de forma mais indignada quando os crimes são praticados por menores?

Paulo Pombolo (PP) – Este é um tema que faz parte do trabalho diário das nossas estruturas, por isso a delinquência juvenil teve largo espaço de debate no nosso último congresso. Este assunto consta do plano programático para este mandato que estamos a gerir. Quando estas questões chegam a preocupar o mais alto mandatário da Nação é porque os índices fogem já ao que se poderia considerar de normal. O chefe de Estado quis transmitir, no discurso de fim de ano, à sociedade, que havia este problema e que a sociedade não poderia manter-se impávida, deixando que a questão da criminalidade fosse tratada apenas pelo Ministério do Interior e pela Polícia, mas que houvesse um envolvimento muito mais activo de todos os actores sociais. Julgo que esta é a mensagem do Presidente para a sociedade angolana.

SA – A Jmpla trabalha com jovens e está numa posição privilegiada para perceber o que leva os jovens a delinquir.

PP – Estamos bem posicionados porque a preocupação da Jmpla com esse problema é permanente, da mesma forma que exercemos um papel de advocacia, junto das Instituições do estado, para a resolução dos problemas que preocupam a juventude, a delinquência é também uma peça dentro das nossas preocupações. A Jmpla defende que neste caso não nos devemos ficar pela identificação das causas. As causas estão identificadas, o que falta é encontrar as vias que levem às soluções de redução ou estancagem deste fenómeno. Vivemos um período em que todas as atenções estão viradas para a reconstrução nacional e para reconstruir o país tem que se contar com a juventude. Termos jovens que praticam crimes, as consequências são as medidas policiais e judiciais que levam os jovens às prisões quando deveriam estar cá fora a formar-se para contribuir para a reconstrução.

030710-17

PGR portuguesa diz que filha de Jes não é investigada na Operação Furacão

Isabel dos Santos fora de suspeitas

A filha mais velha do Presidente da República, Isabel dos Santos, acaba de ver o seu nome acima de qualquer suspeita nas averiguações da chamada «Operação Furacão», conduzida pela justiça portuguesa para apurar crimes de evasão fiscal cometidos naquele país. Na quarta-feira, 28, a Procuradoria-Geral da República (Pgr) de Portugal emitiu uma nota de esclarecimento, na qual dá conta do facto de não recaírem sobre a filha do presidente angolano quaisquer suspeitas de ligação aos eventos da «Operação Furacão». O documento, emitido pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (Dciap) da Pgr portuguesa, esclarece que «não corresponde à verdade a notícia divulgada pela comunicação social de que a Sr.ª D. Isabel Santos, filha de Sua Excelência o Sr. Presidente da República de Angola, seja objecto de suspeita ou de investigação no âmbito do processo conhecido por Operação Furacão». A nota da Pgr portuguesa foi depois citada em várias publicações portuguesas, com destaque para o Diário Económico, que escreveu uma peça sob o título «filha de Eduardo dos Santos fora da Operação Furacão». Os esclarecimentos dessa forma divulgados serviram para contrariar os efeitos de uma matéria publicada no português Diário de Notícias na segunda-feira, 24, em que se dizia que os procuradores do Ministério Público daquele país responsáveis pela tal Operação Furacão, tinham recolhido, numa busca aos escritórios de um advogado, documentação relativa à constituição de uma sociedade «offshore» ligada à filha mais velha do presidente angolano. Segundo a Diário de Notícias, tal sociedade tinha sido alegadamente utilizada por Isabel dos Santos para comprar um apartamento em Lisboa, mas esse mesmo jornal já dizia ter sido informado de que nessa transacção, todos os impostos tinham sido pagos, pelo que não impendiam suspeitas criminais sobre a filha do presidente angolano. O Diário Económico noticiou na semana que hoje termina que a directora do Dciap, Cândida Almeida, assumiu que o escritório do advogado em que se diz terem sido encontrados tais documentos, tinha efectivamente sido revistado, mas que se recusava afirmar que Isabel dos santos estivesse a ser alvo de suspeita. Com a nota emitida pela Pgr portuguesa, fica desfeito o que parece ter sido um equívoco que esteve a pontos de gerar outros mal-entendido em Luanda, onde o jornal oficial, sem qualquer mandato ou procuração para a defesa da filha do presidente, escreveu um editorial a destratar a «certos jornalistas portugueses», os quais dizia inclinados a difamar a instituição presidencial angolana.

030710-17 Com inauguração do primeiro Nosso Super no Sambizanga

Estado angolano avança para o controlo da distribuição

O primeiro dos 31 supermercados integrados no Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e Distribuição de Bens Essenciais (Presild) foi quinta-feira

inaugurado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. A nova superfície comercial tem uma área de três mil metros quadrados e prevê apresentar uma oferta de mil e 800 produtos. O supermercado do Sambizanga emprega 70 das 180.900 pessoas que o governo prevê empregar, de forma directa e indirecta, em todo o programa. Segundo se soube, uma série de pacotes legais integrados no programa estão prestes a ser aprovados, respeitando as regras da livre iniciativa. «Está a ser criado um quadro jurídico e legal para o comércio em Angola, no qual se destaca a Lei de Concorrência e respectivo regulamento, além de um diploma sobre a organização e funcionamento de mercados abastecedores e outro relativo a instrumentos de pesos e medidas nas transacções comerciais», disse um responsável do programa citado na semana que hoje termina, em Luanda. Estas medidas visam, segundo alguns analistas, não apenas colocar alguma ordem numa área em que o Estado se encontrava cada vez mais refém de alguns grupos que controlam o mercado, com forte influência de estrangeiros, mas, sobretudo, promover o acesso de empresários angolanos à quotas de mercado no negócio da distribuição. Algumas fontes contactadas por este jornal não hesitam em apontar o Presild como uma resposta necessária do Estado à ameaça representada por um conhecido grupo comercial que controla a distribuição grossista e retalhista integrado por empresários de origem libanesa e indiana e algumas figuras do Estado angolano. Outros analistas apontam o pendor fortemente eleitoralista deste programa, cujos supermercados comercializarão produtos a preços muito competitivos num clima de campanha eleitoral, o que fará com que o lucro não seja um factor importante para a viabilidade do projecto. «O que se pretende é libertar o Estado e o governo do nó imposto por grupos capazes de determinar as variações dos preços e do valor da moeda, por um lado, elevar os índices de satisfação das pessoas e manter a estabilidade dos preços até às eleições. Depois disso o mais natural será a alienação destes empreendimentos, mas nessa altura o Estado já terá criado mecanismos reguladores que impedirão grandes monopólios nesta área em que Angola importa quase tudo. Imagine-se que se eles especularem com a farinha de trigo, sobe o preço do pão e o povo culpa o Governo (…). O Presild, com todos os defeitos, livra-nos de sanguessugas», declarou ao Semanário Angolense uma fonte oficial instada a comentar o programa. Até ao final deste mês deverão ser inauguradas, em Luanda, mais três superfícies inseridas no Presild, sendo uma no Rocha Pinto, uma em Viana e outra Golfe. O programa prevê a abertura de 31 supermercados em todo o país. O Semanário Angolense apresentou, em Novembro último, detalhes sobre o Presild, baseados numa cópia do projecto, depois de ter sido aprovado pelo Governo.

030710-17

Contribuições para o sucesso das empreitadas de obras públicas (XXIX)

Qualidade das obras públicas

Engº António Venâncio*

avenancio1955@hotmail.com

Tel. 912393503

A linguagem do povo tem uma força extraordinária. “Estradas de esferovite”, “ruas descartáveis” são facetos corriqueiros que mais vezes se ouvem em muitas esquinas, quando se pretende ridicularizar um pouco a má qualidade de certas obras adjudicadas pelo Estado. A pergunta que se coloca é: há ou não há qualidade nas obras públicas? Já muitas vezes fui confrontado com essa pergunta. De facto, existe uma grande preocupação com a qualidade das obras públicas em Angola, e isso é de total legitimidade, até porque a população de um modo geral, enquanto seu utente beneficiário, goza de todo o direito para reclamar e sugerir caminhos que visem uma melhor qualidade e o respeito na utilização dos fundos públicos. Mas nem sempre o debate se pautou pela racionalidade e justeza de julgamento. Na maior parte dos casos, a crítica dirigida ao Sector das obras públicas se desvia muito da objectividade para descambar no simples e gratuito ataque. Em certos momentos, nota-se que certos discursos políticos atacam a má qualidade das obras públicas, no único propósito de criar desgaste à imagem do governo e do partido no poder. Todavia, é certo que o sector enfrenta ainda sérias lacunas e dificuldades – sobretudo pela escassez de quadros experientes – e vem somando falhas que comprometem seriamente a realização plena do programa do governo. Em suma, a má qualidade das obras pagas pelo tesouro nacional - que é o dinheiro de todos nós - é um enorme mal a combater, mas mesmo assim, é no “como” combater e não no “contra quem” combater que está o cerne da questão. Reconheça-se, a reconstrução das infra-estruturas do país, requer a contribuição positiva e construtiva de toda a sociedade, pois envolve de modo transversal outros inúmeros sectores importantes da vida nacional. Não foi por mero acaso que o Chefe do governo admitiu e estruturou um Gabinete específico, cuja missão de algum tempo a esta parte, tem consistido no impulsionamento inicial do conjunto das obras mais importantes e decisivas, um impulso imprescindível para o arranque da economia no seu todo. Gabinetes como o Grn e o Goe, a meu ver, assumem assim alguma natureza efémera no contexto mais geral da governação, e julgo mesmo que tão logo o pelouro afim possa conduzir sem sobressaltos todo este histórico processo, e se transforme de forma garantida, numa poderosíssima máquina de realizar as obras públicas essenciais para fazer marchar o país, haverá lugar para uma convergência, e os vários papéis até agora ainda dispersos por gabinetes autónomos e departamentos ministeriais, serão necessariamente aglutinados num verdadeiro ministério, ministério classicamente falando. Diria que estes curiosamente dois pés de apoio, que se reconhece por agora serem de grande mais valia pelas razões objectivas que lhes deram origem, e com as quais estou plenamente de acordo com o Chefe de Estado, tenderão a esvair-se no tempo, para darem lugar ao ministério das obras públicas soberano, portentoso, poderoso, capacitado e por isso, respeitado! Este desiderato que me parece ser comum dos cidadãos mais lúcidos, se mais tarde concretizado, será o exemplo de obra feita para durar, devendo-se entretanto, colocar o factor “homem” no seu devido lugar. Fica por aqui este breve mas condicional sinal: sem homens não há obra que se faça! Para atingirmos a qualidade das obras, precisamos primeiro apostar na qualidade dos homens que têm a missão de as erguer. Mas o país só poderá contar com braços e cérebros nacionais, se a política a si dirigida tiver condimentos de patriotismo, no interesse de defender as metas

nacionais antes mesmo das nossas próprias metas individuais. Todos deveríamos reunir coragem suficiente para denunciar aqueles dignitários, que preferem promover políticas de aproveitamento de quadros completamente erradas, baseadas no nepotismo, no compadrio e no repugnante princípio da "pessoa de confiança", em detrimento do mérito próprio e da competência profissional, ascendendo, para o prejuízo do colectivo, os de "confiança" aos postos decisivos do comando das coisas, numa altura em que o país não pode mais esperar por caprichos e por permanentes falhanços que se reflectem negativamente na qualidade das obras. Ao falar de qualidade das obras, o cidadão comum pensa na obra final, é óbvio. Nós, e os que se dizem profissionais conhecedores da matéria, temos o dever de saber que a qualidade não pode ser vista no fim da obra. A qualidade vê-se no início! É no início do processo de atribuição da empreitada, no processo da sua condução e na atitude daqueles a quem a responsabilidade de zelar pela defesa do interesse público lhes foi legalmente assacada, que a qualidade nasce e se impõe. O inverso, não passará de um ciclo vicioso que se pode encaixar na teoria do leite derramado. Por ele não adianta chorar. Proponho uma luta titânica pela preservação do nosso «leite», antes mesmo dele ser derramado. E para isso, está o país preparado, ainda que no mínimo das condições, porque existe legislação adequada; a orientação está dada; o dinheiro existe. O nosso país, como muitos poucos, dispõe actualmente de recursos financeiros invejáveis e exclusivamente destinados às obras públicas, e se a nossa inteligência aguçada funcionar, haveremos de dar lições ao mundo. Se ela não funcionar, o povo continuará no seu refrão habitual: estradas de papel, de esferovite e ruas descartáveis; os empresários, cada vez mais melhorando os lucros com a perniciosa e habitual fórmula do menor-custo-maior-lucro. É isso que deve ser evitado, antes que seja tarde. A abordagem deste sensível capítulo da qualidade das obras públicas, conduz-nos também a uma análise de profundidade política, que inclui necessariamente a abordagem do aproveitamento da força de trabalho qualificada do país e de um modo geral a do papel do "homem". Depois, somos obrigados a entender que os homens se reunem para realizar um trabalho, aplicando meios e recursos, aquilo que Marx e outros pensadores antigos diziam em seus escritos. Tudo isso, desemboca na produção. A produção é da responsabilidade das empresas. Então, podemos concluir que a qualidade da produção, passa também, irremediavelmente, pela qualidade das empresas. A pergunta mais sensata deveria ser: que empresa construiu tal estrada de «esferovite»? Ou melhor: quantas estradas de «esferovite» construiu a empresa X? E porquê que até agora insistimos que deve ser ela a construir mais, e mais outras? Quantas estradas rectificou a suas expensas, como manda a lei, e porque o mercado não reage a esta degradação da «marca» da empresa, permanecendo ela beneficiária da «confiança» e da hipócrita «credibilidade» dos potenciais adjudicantes? Que factores concorrem para esta suposta impunidade quer do mercado, quer dos departamentos nacionais encarregues de julgar e punir as infracções e as violações dos cadernos de encargos aprovados legalmente? As respostas a estas e outras perguntas devem pautar-se pela objectividade e assentar no realismo da situação actual do nosso país. Não se recomenda aqui a simples conclusão baseada em enredos mais ou menos explicados, que geralmente se conotam com teias de corrupção, amiguismos ou favoritismo. Tais fenómenos não são exclusivos de Angola, nem isso explica tudo. A questão da qualidade das obras ultrapassa os meandros do Sector das obras públicas e se reparte por entre instituições da alçada económica; dos mecanismos da concorrência; dos bancos e empresas seguradoras; da certificação das empresas por

entidades reconhecidas no país ou fora dele; dos órgãos de avaliação com competências interventivas; dos mecanismos da defesa da transparência e dos tribunais. É todo um rio de longa extensão, que depois desagua no funcionamento interno das próprias empresas. As empresas de construção devem pautar a sua actividade por índices de qualidade cada vez mais eficientes, e lutar com todos os meios ao seu alcance para conquistar o mercado não por via dos esquemas e influências montadas aqui e acolá - porque isso não é seguro a médio e longo prazos - mas por via da aposta que devem fazer ao nível da força de trabalho, das máquinas e das tecnologias que utilizam, bem como da organização interna dos seus sectores de gestão da qualidade e da defesa da imagem e marca empresariais. É este o caminho que proponho para a melhoria da qualidade das obras públicas (e também particulares) em Angola. ...O mundo competitivo em que nos encontramos obriga à necessidade de se conseguirem elevados índices de produtividade conjuntamente com bons níveis de qualidade. Com efeito, é cada vez maior o número de empresas que consegue este desiderato e se atendermos à crescente sensibilização dos consumidores para escolherem produtos e serviços que os satisfaçam plenamente, não teremos alternativas para o sucesso senão apostando fortemente na Qualidade... ... Não é por acaso que potências como os Eua e Japão fizeram da Qualidade o “leitmotiv” do seu desenvolvimento: o primeiro com honorários principescos para os seus técnicos mais consagrados (Demming ganhava Usd 10.000 por dia em consultoria e Juran ganhava Usd 8.000 diários em 1985) e o Japão, com a extensão a todos os níveis do ensino, da sensibilização, formação e vivência da Qualidade. Partex/cds fim de citação. Seguramente alguns perguntarão se o Estado pode ou não influenciar na qualidade das empresas. É óbvio que não de forma directa, mas indirectamente pode e deve, enquanto for o principal cliente delas. Biliões de dólares foram e estão sendo negociados entre as instituições do Estado e as empresas de construção e obras públicas. Enquanto cidadãos, se nos coloca a questão de saber se o bem público que resulta dessas milionárias negociações, reúne os requisitos em nome dos quais foram diponibilizadas as verbas. O cidadão exige qualidade! E este desafio da qualidade, serve de igual modo às empresas de construção como ao nosso governo, a quem se deve apelar à um melhor reconhecimento das capacidades da nata nacional, a quem deve remunerar bem, excelentemente bem - se quisermos obter Qualidade - porque descuidar hoje a qualidade das obras públicas, teremos amanhã um futuro seriamente comprometido!

***Consultor e Docente**

030710-17

O adiamento vem do ano 2000

Pólo Industrial de Viana sem data para arranque

Rui Albino

A entrada em funcionamento definitivo e sem qualquer empecilho dos seis mil hectares de terra definidos em meados da década de 90 pelo Conselho de Ministros para a edificação do Pólo Industrial de Viana (Piv) não está para breve, segundo apurou o SA. Existem actualmente pouco mais de uma dezena de indústrias a funcionar no pólo, enfrentando adversidades de natureza infra-estrutural que, segundo consta, devem ser solucionadas pelo Estado. Estas adversidades têm encarecido a actividade e consequentemente, o produto final, com previsíveis prejuízos para o consumidor. Na altura em que foi concebido, a meta para a conclusão do projecto era o ano 2000, mas o projecto ficou estagnado e até ao momento as poucas indústrias existentes só funcionam por força da coragem dos empreendedores que se arriscam mesmo sem terem água e de energia eléctrica disponíveis. O investimento para a sua reestruturação está avaliado em cerca de USD 23 milhões, mas o projecto encontra-se «encalhado» por falta deste valor para a criação de infra-estruturas básicas como a rede de distribuição de água, energia eléctrica, arruamentos e a construção de pavilhões. Aliás, estas são as condições que muitos empreendedores aguardam para poderem desenvolver a sua actividade industrial no local. Para resolver este problema, a direcção conjunta do Piv está actualmente a encetar contactos no sentido de angariar investidores, uma vez que, o Estado é o único e accionista do projecto, com 60 por cento das acções, representadas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Industrial de Angola (Idia). Os restantes 40 estão abertos aos possíveis accionistas que poderão ser instituições públicas ou privadas, caso estejam interessadas. Segundo fontes familiarizadas com o dossiêr, já existe uma movimentação do corpo directivo no sentido de contactar instituições empresariais para aderirem ao projecto. Estas entidades empresariais, segundo o que nos foi possível apurar, são da Edurb, Ene, Epal e Encib. Tais firmas são consideradas como parceiros de grande valia devido ao objecto social de cada uma, aliado às necessidades do projecto. Após a efectivação destes contactos, serão traçadas as metas para o arranque em definitivo da actividade no local há muito visto como o epicentro do desenvolvimento do sector por concentrar 75 por cento da actividade industrial não petrolífera do país. Neste momento, estão a ser preparados 150 hectares que representam 120 hectares úteis, e 350 para as indústrias de grande porte. Existem ainda 500 para as indústrias que merecem um tratamento diferenciado (aquelas cujo impacto ambiental carece de um estudo profundo). O Piv, Sarl, – empresa de capitais mistos, públicos e privados, gere o polo com um capital social de usd 500.000 subscritos por 50.000 acções, e possui autonomia financeira e administrativa e de gestão do seu património. Para o director provincial da Indústria de Luanda, Carlos Botelho Vasconcelos, a falta deste montante está a dificultar a conclusão do pólo e consequentemente o desenvolvimento do sector. «A falta dos 23 milhões de dólares está a atrasar todo um trabalho que visa desenvolver a actividade do sector. Neste momento, existem muitos investidores que querem entrar no pólo apenas com o equipamento para a produção, tudo porque cabe ao Estado a criação de infra-estruturas de apoio como a construção de pavilhões, energia, água e arruamentos», esclareceu. Ainda assim, Carlos Botelho de Vasconcelos reconheceu que cerca de mil hectares já foram entregues aos industriais, mas estes estão com dificuldades de entrar por falta de condições infra-estruturais. Outra novidade é o porto seco que irá operar em Viana através dos seus terminais de 2ª e 3ª linha com o objectivo de proporcionar agilidade aos investidores na retirada dos seus equipamentos e matérias-primas.

030710-17

Centena e meia de empresas industriais em dois anos

O Director Provincial de Luanda da Indústria, Carlos Botelho de Vasconcelos, declarou esta semana, em Luanda, que o sector que dirige cresceu significativamente nos últimos dois anos. Carlos de Vasconcelos, que falava em exclusivo para o SA, disse que umas 159 pequenas e médias empresas industriais foram criadas no ramo alimentar e que, a par disso, foram criadas outras no ramo ligeiro, em transacções que atingiram USD 22.505.565, representado apenas capital privado. Deste número, 106 representam as panificadoras e as restantes são as indústrias ligeiras como as fábricas de alumínio, plásticos, colchões e marcenarias, permitindo assim a criação de 3.703 postos de trabalhos. Para o Carlos de Vasconcelos, apesar de se ter registado este crescimento no sector, ainda é longo o caminho a percorrer, mas, adiantou, o quadro poderá mudar atendendo à demanda do mercado. Referindo-se as panificadoras Carlos Botelho disse haver ainda um défice. As panificadoras existentes não cobrem as necessidades das populações «se tivermos em conta que o consumo diário de pão é de 350 grama por pessoa, veremos que é insuficiente», Referiu.

Xxxxxx

070303-10

Sonangol incompatibiliza-se com chineses e franceses
Semanário Angolense (Sousa Neto)

Notas mais marcantes de uma colectiva com a imprensa, na sexta-feira, 23, o presidente do Conselho de Administração da Sonangol deu conta de inquietações do concessionário nacional de hidrocarbonetos em negócios com parceiros chineses e franceses, referindo-se a eles em termos pouco usuais, senão duros.

Manuel Vicente também pode ter sido notado pela franqueza com que fez o primeiro pronunciamento oficial público sobre a actuação das empresas privadas angolanas que no ano passado licitaram concessões num concurso público internacional promovido pela Sonangol.

O presidente do Conselho de Administração da Sonangol foi levado a revelar, depois de indagado pelo correspondente de imprensa Gustavo Costa, que não foram «bem-sucedidas» as negociações para a constituição da sociedade investidora do projecto Sonaref, para a instalação de uma refinaria moderna na cidade do Lobito.

Tido como um dos mais importantes projectos de investimento da companhia e até do sector petrolífero angolano, depois do Angola-LNG (para exploração de gás natural), o Projecto Sonaref chegou a um impasse irreversível em Janeiro deste ano, no quadro das negociações com potenciais parceiros chineses que se arrastavam desde Abril do ano passado.

«Tínhamos em preparação um acordo com parceiros chineses», recordou Manuel Vicente, acrescentando que depois de iniciadas em Abril, a negociações tinham decorrido até Janeiro, mas que não tinham sido «bem-sucedidas».

«Chegamos a uma proposta em que já não pudemos ceder», declarou o presidente do Conselho de Administração do Grupo Sonangol, revelando que o processo deparou-se com um impasse relativo aos produtos a obter da refinaria.

«Não podemos fazer uma refinaria só para fazer produtos para a China», disse Manuel Vicente para explicar a natureza do impasse.

O presidente do Conselho de Administração da Sonangol afirmou que o grupo haverá de prosseguir isoladamente esse projecto. «Vamos prosseguir com esse projecto sozinhos», disse, enumerando os factores que sustentam uma tal perspectiva.

«Hoje há dinheiro na praça», declarou numa referência ao sector bancário angolano, notando, nessa mesma acepção, estarem salvaguardadas as questões de índole tecnológica, porquanto, disse, «tecnologia compra-se».

Manuel Vicente revelou, por outro lado, que a Sonangol utilizou uma «posição de força» e «aproveitou» as circunstâncias para tomar as posições da petrolífera francesa Total na Refinaria de Luanda e em concessões do bloco 17. «Usamos a situação de finalização de contratos e aproveitamos para tomar uma posição de força» nas negociações para adquirir a participação da

Total na Refinaria de Luanda, disse Manuel Vicente aos jornalistas.

Numa das suas posições negociais, a Sonangol condicionou a entrada da Total no bloco 17, à cedência de outras participações na indústria petrolífera angolana, uma complexa história que levou, até, a um apossamento temporário daquelas concessões pela Sonangol Pesquisa e Produção.

Na sua estrutura accionista, a Refinaria de Luanda, que pela falta de investimentos e consequente degradação dos seus equipamentos, produz apenas 30 por cento das necessidades de consumo do país, é detida em 68 por cento pela Total e em 30 por cento pelo Estado angolano, que não tem voto de qualidade, estando dois por cento destinados a accionistas privados.

O presidente do Conselho de Administração da Sonangol disse que a partir do segundo trimestre do ano em curso, a Refinaria de Luanda ficará definitivamente tomada pelo Estado Angolano, que está a ponderar a hipótese de admitir um outro parceiro estrangeiro para a gestão do empreendimento, desde que não seja a Total.

«Estamos a admitir a hipótese de (seleccionar) um outro parceiro estrangeiro, mas a Total sai definitivamente», declarou Manuel Vicente. Os custos das operações de aquisição da posição francesa na Refinaria de Luanda foram avaliados em estudos separadamente realizados pela Sonangol, Total e uma entidade independente, tendo os números resultado convergentes, algo que viabiliza o processo.

«Alguns compatriotas não avaliaram bem este risco», disse Manuel Vicente quando solicitado a avaliar o desempenho das empresas privadas angolanas que no ano passado obtiveram licenças para entrar na indústria petrolífera do nosso país. Naquele que foi o primeiro pronunciamento oficial público sobre esse assunto, Manuel Vicente afirmou que a Sonangol teve que colocar-se na contingência de fornecer ajuda a tais empresas.

De todas as formas, salientou, «este não é ainda o programa que nós concebemos para os angolanos» no sector petrolífero. «Queremos pô-los em sectores em que os riscos sejam mitigados».

Observadores instados a comentar as revelações de Manuel Vicente em relação ao recuo nas negociações com os chineses e face às pressões exercidas sobre a Total, disseram que tal é confirmação de um tipo de diplomacia para a qual as autoridades angolanas tendem nos últimos cinco anos, que é a «diplomacia do petróleo».

Com esse tipo de diplomacia o Governo angolano já deu mostras de poder usar de alguma truculência na solução de ingentes problemas da sua assumpção na cena internacional, tendo como exemplos mais flagrantes os desfechos conseguidos sobre o «Caso Falcone» ou «Angolagate» na Suíça e na França.

Com a presença de Manuel Vicente, o Conselho de Administração da Sonangol deu uma conferência de imprensa na sexta-feira, 23, consagrada ao 31º aniversário desse conglomerado angolano de empresas. Fernando Roberto e Mateus de Brito, dois administradores do grupo, participaram na conferência.

Mar 03, 12:14

Fonte:Semanário Angolense (Sousa Neto)

070303-10

Quem estaria contra ou a favor do «impeachment» do legado de Savimbi

A «dessavimbização» da Unita

O destino que a Unita dará aos restos mortais do seu líder histórico, 5 anos depois da sua morte, está na ordem do dia. Acaba de expirar o período que impedia qualquer exumação. À luz da lei, a direcção da Unita já tem respaldo para solicitar ao Governo autorização para transladar as ossadas, supostamente, sepultadas na ala norte do Cemitério Municipal de Luena. Procedendo sem hesitações nem receios, a Unita daria o primeiro sinal de estar disposta a dar tratamento digno ao homem que fundou a organização. Mas mais do que isso, teríamos aqui o início de um processo de sacralização da figura e do legado de Jonas Savimbi. O contrário poderia ser interpretado não somente como um sinal de tibieza, como também de quem pretende «deixar o defunto» como está e passar uma esponja sobre a História. Dê por onde der, este é um assunto que a Unita pode, mas já não deve ser

adiado por muito mais tempo. A construção de uma «nova Unita» passa necessariamente pela definição do que fazer com o legado de Jonas Savimbi, sob pena dela se tornar, aos olhos de muitos dos seus seguidores, um partido sem memória nem espírito. Savimbi – não tenhamos ilusões – é um assunto escaldante. E vai daí a direcção da Unita parecer tomada de pânico, especada e sem saber como agir. Na passada semana, instados pela imprensa, o secretário-geral e o porta-voz, respectivamente Mário Vatuva e Adalberto Jr., fizeram declarações circunstanciais que no fundo não revelaram se já foi efectuada uma demanda formal sobre o assunto junto do Governo. Em todo o caso, as próprias autoridades já emitiram um claro aviso que pode significar que, na sua óptica, «o corpo do cadáver ainda está quente». Foi sintomático o facto de a polícia ter retirado, de maneira abrupta, cartazes a respeito de Jonas Savimbi que haviam sido colados na fachada do Teatro Avenida, para um acto que Unita realizou recentemente em memória do seu fundador. Mas a própria cerimónia – em que a estrela solitária foi um filho de Savimbi que vive no Ghana – foi reveladora de que a direcção da Unita está acabrunhada e a arrastar os pés. Estranhamente, tudo indica que as despesas do desafio de sacralizar ou não a figura de Savimbi estão, afinal, a ser assumidas pela chamada «tribo branca» do Galo Negro, geralmente personificada pelo seu «lobby» baseado em Portugal. Num acto cujas rédeas deviam ter sido conduzidas pelos seus principais dirigentes, foram quatro personalidades brancas vindas de Portugal a usarem da palavra para exaltar a vida e obra de Jonas Savimbi. Mais estranho ainda: o presidente da Unita, Isaías Samakuva, não se fez presente, nem Abel Chivukuvuku, candidato assumido à disputa da liderança do partido no seu próximo congresso, em Junho. É tudo isso que leva a concluir que ou a Unita está tomada de pânico, ou a figura de Jonas Savimbi, com todo o seu legado ideológico, já não empolga. Mas seja como for, tarde ou cedo, os dirigentes da Unita vão ter mesmo de fazer a escolha. Sacralizar Savimbi ou apeá-lo de vez, seguindo os conselhos do académico americano Gerard Bender, que já dizia que a memória de Jonas Savimbi é um fardo para a Unita. Senhoras e senhores, está a começar um processo histórico: a (des)savimbização da Unita, 41 anos depois de Muangai.

070303-10

Lukamba Paulo Gato
Um adepto circunstancial, um grandessíssimo actor!

Num determinado momento do seu percurso vimo-lo com discursos e atitudes muito parecidos com os de Jonas Savimbi, sobretudo quando desempenhou as funções de secretário-geral. Porém, aqueles que lhe conhecem o íntimo nunca engoliram o isco. Acham que foi um comportamento postiço que se adequava apenas aos seus interesses de subir e firmar-se nas mais altas posições da hierarquia da UNITA. Há, mesmo, quem vá mais longe e considere que a sua ascensão não foi produto de desempenho ou competência, mas resultado dos laços de afinidade que passou a ter com o clã Savimbi após ter desposado uma conhecida sobrinha do líder, Violeta Pena. Enviado para funções diplomáticas em Paris, passou a ser um homem de confiança, e uma espécie de protector de cintura lá fora. Assim, a sua posição junto de Savimbi acabou sendo determinada mais por interesses do que qualquer apelo de ordem ideológica ou mesmo afectiva. Interesses apenas. Aliás, ele desceu muito na consideração de Savimbi e do seu clã quando colocou Violeta Pena num plano secundário na sua «corte» de esposas. Em todo o caso, numa discussão como essa o seu primeiro instinto será de sobrevivência, o que o levaria a mover-se, em princípio, sempre o mais próximo possível da falange de adeptos da memória de Savimbi, sobretudo das bases do partido. A sua recente aproximação a Abel Chivukuvuku é algo que é ditado por critérios de circunstância, não entrando nas contas de cada um o aspecto ideológico. Não é isso que os une ou desune. Por conseguinte, Lukamba Gato remará, em primeiro lugar, com os que torcem a favor da permanência do legado savimbista, que é onde estão importantes apoiantes para causas eleitorais. Mas deixar-se-á levar pela correnteza se o rio de repente se tornar demasiado caudaloso e os partidários do contra estiverem eventualmente a levar a melhor.

070303-10

Isaías Samakuva
Jonas ainda é um bom leit-motiv

O presidente da Unita está entre os que respeitam a memória do líder fundador da organização. Mas não tem

por ele uma veneração cega e exacerbada que se vê em muitos outros dirigentes, que passaram a imitar-lhe gestos, trejeitos, a fala e até a propensão para a poligamia de que Isaías Samakuva parece ter grande aversão. No entanto, Samakuva tem consciência de que Jonas Savimbi, e as causas que ele defendeu em vida, permanecem uma bandeira e um leit-motiv para a actual Unita. Vê-se isso no modo como para procurar firmar a sua liderança e autoridade estabeleceu pontes com as franjas da organização mais ciosas da pureza do legado de Savimbi. Há coisa de dois anos, por ocasião do aniversário da fundação da Unita, ele ofereceu aos presidentes dos principais partidos concorrentes (Mpla e Fnla) uma estatueta em madeira trabalhada com as imagens de Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto, personalidades que no seu entendimento são os «pais do nacionalismo angolano». A inclusão do líder fundador da Unita não é fortuita mas também não resulta de mero aproveitamento político. Samakuva e Savimbi respeitavam-se mutuamente. Savimbi teve sempre apreço pelo desempenho de Samakuva nos postos em que o colocou, pela sobriedade de atitudes e comportamentos, subindo na hierarquia da organização por via de factores como honestidade e competência, e nunca da intriga que foi característica de muitos outros. Dir-se-á que Samakuva fazia aquilo que em umbundu se diz «okulissumbissa» (dar-se ao respeito). Por isso é que Savimbi retribuiu vendo nele o homem certo para exercer funções de tesouraria. Samakuva não é ingrato e vai defender a memória de Savimbi em muitos aspectos e até onde der. Mas ele é suficientemente pragmático para não carregar no tom e, no que depender dele, poderá fazer ajustamentos ideológicos que sejam mais equilibrados e compatíveis com o tempo presente, sem romper abruptamente com o passado. Contudo, jamais faria isso de forma unilateral e sem buscar o consenso junto de outras correntes e tendências.

070303-10

Samuel Chiwale
A devota velha guarda

Que ninguém tenha ilusões. Se coubesse à velha guarda decidir como fica o problema do legado ideológico de Savimbi, este assunto estaria arrumado em favor da preservação da história. E um primeiro nome a bater-se por essa causa seria o de um velho conjurado de 1966, Samuel Chiwale, um dos que fizeram treinos militares na

Academia de Nanquin (China), juntamente com Savimbi. Quando se trata de compulsar a história do Galo Negro e da vida e obra de Savimbi, ele é uma referência obrigatória. Tanto que acaba de regressar de Portugal, onde esteve retirado por uns tempos do bulício da capital angolana, exactamente para tratar de escrever um livro sobre as suas memórias. É fácil adivinhar que a estrela da obra será Jonas Savimbi, sempre na positiva, por quem tinha e tem uma enorme gratidão. Respigando a história, sabe-se que Savimbi passou uma esponja sobre o envolvimento de Chiwale numa das primeiras dissensões na organização, protagonizada por Jorge Sangumba. Nos primórdios da guerra civil, aldeões do planalto central que o admiravam diziam: «Sangumba okwete osapi io Ngola» (Sangumba tem a chave para Angola). Seja como for, embora na cultura da Unita haja um grande respeito pelos anciãos, nesta questão da (dês)sacralização de Jonas Savimbi eles apenas terão valor consultivo. Não decidirão nada. O depoimento do velho «maquisard» concedido ao Semanário Angolense a propósito do 5º aniversário da morte de Jonas Savimbi, dá uma verdadeira imagem do que o falecido líder da Unita continua a representar para alguns dos seus antigos correligionários. Dir-se-ia que no que depender exclusivamente de Samuel Chiwale, a Unita está no «ponto rebuçado», isto é, não precisa de retoques nenhuns.

070303-10

De Bândua a Nunda, o papel dos carrascos de Savimbi
A teoria do «segundo fim»

Jonas Savimbi saiu de cena empurrado vigorosamente por vários dos seus mais valiosos cabos de guerra, que foram na realidade os seus verdugos. Jacinto Bândua e Geraldo Sachipengo Nunda foram no seu encalço até ouvirem o tiro de misericórdia a 22 de Fevereiro de 2002. Ainda hoje muita gente se interroga se eles agiram assim apenas porque era necessário pôr fim à guerra a qualquer preço, ou terão sido movidos por algo mais profundo. O ponto que agora conta é que o objectivo que perseguiam não foi propriamente a Unita, mas o seu líder. Isto pode significar também que a ruptura com o partido foi apenas imposta pelas funções militares que actualmente exercem, mas os sentimentos

eventualmente permanecem intactos. Assim sendo a questão é saber se estes dois generais, e outros como eles, vêem o processo em curso na Unita sem paixões e totalmente distanciados. Depois da voracidade com que se entregou à tarefa de o eliminar, a Jacinto Bândua, por exemplo, satisfaria ver a figura de Jonas Savimbi no mais alto pedestal da organização? Ou procuraria, se lhe fosse possível, influenciar o resultado do jogo? Ninguém sabe ao certo. Mas para um chefe militar como Jacinto Bândua (em quem, segundo consta, aos 14 anos Savimbi tinha depositado tamanha confiança ao ponto de lhe atribuir a tarefa de carregar os seus cantis de kissângua e provar-lhe a comida, e depois passou a odiá-lo profundamente), o fim da história tem de ser outro: o «segundo fim». Numa perspectiva diferente, Geraldo Nunda também gostaria de ver o «segundo fim» de Jonas Savimbi. É que se na estrutura militar da Unita os oficiais dividiam-se entre operacionais e ideólogos, Nunda fazia parte exactamente do segundo grupo. Não lutou por lutar. Tinha de saber por que empunhava a arma. As razões que o separaram verdadeiramente de Jonas Savimbi foram de fundo ideológico, ao contrário das de Bândua, que terão sido do foro psíquico. Seja como for, umas e outras reclamam pelo «segundo fim» de Savimbi.

070303-10

«Savimbi está nas insónias dos que o mataram»

1. O Dr. Savimbi foi um dirigente que apareceu na nossa época, no séc. XX, com uma dimensão que ele próprio lutou para conseguir. O Dr. Svimbi, com os seus conhecimentos, os seus dotes e aquilo que ele pensava não foi algo que caísse do céu, foi as suas conquistas quotidianas. O Dr. Savimbi era um homem largo que fazia de Angola o seu ser e a dignidade dos angolanos o seu objectivo. Por causa disso ele passou por inúmeras peripécias, na luta política, na luta estratégica (militar), a luta económica e todas as vertentes que pudessem dignificar o angolano. O Dr. Savimbi não abraçou a luta para a libertação dos angolanos em 1974/75. Foi desde 1958 quando partiu de Angola para o exterior. Eu conheci alguns líderes, essa é a minha própria experiência: conheci um pouco o Dr. Eduardo Mondlane, conheci um pouco o ex-presidente interino da África do Sul Dr. Oliver Tambo, conheci um pouco Robert Mugabe, o Joshua N`Komo, conheci profundamente Sam

Nujoma. Conheci também o Dr. Agostinho Neto. Com Amílcar Cabral nunca estivemos assim, próximos. De todos os dirigentes políticos da década de 60, o Dr. Savimbi foi daqueles que tinham talento de passar a sua mensagem, de fazer convencer o outro a acreditar na sua mensagem. Podemos caracterizar o Dr. Savimbi como um homem que, por vontade própria, chegou onde chegou sem se aproveitar do país, ele foi um homem de profundas convicções e de profunda dedicação ao seu projecto para Angola. Hoje não se pode falar de África e de Angola sem se falar do Dr. Savimbi, ele tomou um papel incontornável, conquistado. 2. O Dr. Savimbi dizia-nos que nunca se deve ter ódio contra os dirigentes do país. Dizia para não se pensar em matar o Dr. Agostinho Neto, para não se pensar em matar o Eng.º Eduardo dos Santos. Seria um erro irreparável. Foi o que eles fizeram ao matar o Dr. Savimbi. Agora o Dr. Savimbi é um fenómeno presente em Angola, na África e ao nível do mundo. Já ninguém trava esse fenómeno. Nos autocarros, nas praças e nos Hiaces fala-se do Dr. Savimbi. O Dr. Savimbi está nas insónias dos que o mataram. Muita gente diz que se ele estivesse vivo isso não estaria assim. Pelo mundo fora, hoje, a intelectualidade estuda a vida e obra do Dr. Savimbi. No dia 22 de Fevereiro a televisão zambiana passou dez minutos sobre a vida e obra de Savimbi e este comentário terminava dizendo que após a sua morte em Angola nada mudou. Hoje em Portugal, França, Angola, a intelectualidade queima horas e horas a debater a vida e a obra do Dr. Savimbi. (…) A memória do Dr. Savimbi irá sobreviver aos tramas e dores que a guerra provocou aos angolanos. Não há luta que não cause sofrimento. Na guerra, os canos não disparam medicamentos, disparam balas e bombas. Mas para se dançar o tango não basta um. No entanto temos exemplos de povos que passaram pelos mesmos traumas: a África do Sul, a Namíbia, o Vietname, a China, a Argélia. Mas estes povos reconciliaram-se. Não se faz a luta só por lutar, nos tínhamos razões políticas para a luta 3. Uma história improvisada não tem conteúdo de vida. Ninguém conseguirá modernizar a Unita sem falar de Muangai, ninguém pode modernizar a Unita sem falar do Dr. Savimbi. Outra Unita não existe. Quem quer ser dirigente da Unita e a quiser modernizar apagando a historia e os princípios fundadores terá que pensar 1000 vezes. Com a revolução cultural a China tentou apagar a imagem de Mao, falharam! Quando os vietnamitas se reuniram e tentaram apagar os aspectos fundamentais da liderança de Ho Chi Min, não conseguiram. As montanhas mais pesadas da minha pátria são os heróis.

As coisas mais leves, sem peso na minha pátria, são os reles traidores de causas desde 1482 até aos nossos dias. Quem fundou a Unita? A Unita já foi fundada. Só se funda uma vez. Quem quiser modernizar a Unita terá que respeitar os princípios democráticos que nortearam a sua fundação. Nos anos 60 e 70 quem falasse de democracia em África era visto como louco, mas a Unita lutou pela democracia, fundou-se com princípios democráticos e hoje estamos a implantar a democracia em Angola. Não se pode escrever outra história esquecendo os erros cometidos pelo Mpla, pela Fnla e pela Unita. Não se fala da grandiosidade de Angola sem falar em Agostinho Neto, Holden Roberto e em Jonas Savimbi.

070303-10

Puna, Toni e Tjipilika contam?
O jogo para além dos noventa minutos

Depois de darem as costas a Savimbi e criarem a Tendência de Reflexão Democrática (Trd), Miguel Nzau Puna, Toni da Costa Fernandes e Paulo Tjipilika foram engolidos pelo «establishment» do Mpla. Mas com a morte de Jonas Savimbi muitos conjecturaram que poderiam ter lugar na «Unita seguinte». Manda, porém, a verdade dizer que não. Já não são contados, nem podem influenciar. No entanto, é claro que Nzau Puna, este antigo secretário-geral da Unita, apesar de ter despido a camisola, irá certamente roer as unhas para ver como vai desembocar o processo de «dessavimbização» da Unita. Aparentemente, o actual embaixador de Angola no Canadá mostra-se hoje obcecado contra Jonas Savimbi, mas os que conheceram a sua trajectória no mato garantem que foi um dos maiores defensores do líder histórico. Foram, de facto, muitas horas passadas ao lado de Savimbi, partilhando com ele segredos cabeludos da guerrilha, para agora assistir a tudo sem que nenhuma corda se mova lá dentro. Por isso, dizem nos mentideros que Nzau Puna não conseguiu alhear-se completamente da Unita. Sempre que tem uma «folga» conversa com gente da Unita, quer saber como está o Galo Negro, acompanha e vive os seus problemas. O caso de Toni Fernandes é diferente. Ao contrário de Puna, mudou mesmo e partiu para outra. Nunca olhou para trás. Se tivesse alguma possibilidade de influenciar estaria no contra. Na realidade, não teve ligações íntimas com Savimbi, não foi secretário-geral e não marcou muita gente como Puna. Quanto a Paulo Tjipilika, apesar de

ser da «tribo» e anti-Savimbi por definição e prática, há muito deixou de contar. Ganhou anticorpos.

070303-10

A receita segundo Alcides Sakala e Jardo Muekalia
Uma colher cheia de Savimbi ou Jonas quanto baste?

Estes dois homens de trato fino, rodados nos salões das grandes chancelarias diplomáticas do mundo, fariam o contraponto um do outro. Apesar de ambos serem defensores de uma Unita «nova e moderna», têm visões opostas sobre o lugar e papel póstumo do líder fundador. Domingos Jardo Muekalia, que concebeu em Washington e montou em Luanda os escritórios do Instituto de Desenvolvimento Democrático do partido, está talhado para mudar e não olhar para trás conforme propõe Abel Chivukuvuku. Mas é suficientemente cerebral para moderar o passo e alinhar com Isaías Samakuva numa posição de meio-termo, em que há lugar para o respeito à memória de Jonas Savimbi, sem que isso signifique o culto à personalidade. Savimbi quanto baste, portanto. Já no pensamento de Alcides Sakala o lugar de Savimbi está perfeitamente sacralizado. Mostrou isso em vários discursos e num livro que escreveu recentemente. A facilidade com que saltou da Bélgica para ficar junto de Savimbi no Bailundo e Andulo e, depois, viver com ele as agruras e vicissitudes dos momentos finais em Lukusse, Moxico, também demonstra a sua fidelidade à causa savimbista. Jardo Muekalia também teria feito o mesmo, mas apenas para cumprir ordens. Deixaria Washington a contragosto. Enfim, o garboso Alcides Simões Sakala que todos conhecem vai continuar a encarnar uma Unita burguesa e nobre como é do seu talhe, mas em relação à Savimbi não transigirá: tem de ser cultuado.

070303-10

De Carlos Candanda a Ernesto Mulato, com Dembo de permeio
O factor tchokwe e bakongo

Seria muito interessante observar como se posicionariam os «barões» da Unita de origens étnicas bakongo e tchokwe. A forma como Jonas Savimbi se relacionou com estas duas etnias poderia determinar tudo ou até não

decidir coisíssima nenhuma. Savimbi sempre teve os tchokwes em grande apreço, algo que se notava nas suas estruturas familiar e política, muito mais naquela do que nesta. Ele falava tchokwe, desposou várias mulheres do leste e adoptou o apelido Sakaita (dessa origem) para os filhos, ao ponto de terem corrido rumores de que na realidade ele seria tchokwe e não ovimbundu. Muitos grandes cabos militares da Unita foram indivíduos do leste, a começar pelo falecido Smart Chata, que fez treinamento militar na China com Savimbi, que até a esse nível teve predilecção para fazer das anharas do leste o seu grande teatro de operações militares. Foi o seu ponto de partida e acabou por morrer lá. À partida, estes aspectos exercem uma grande mística nos militantes do leste. E, por isso, poderiam concorrer para favorecer a imagem de Savimbi na discussão em causa. Mas não é tudo. Apesar de lhes ter dado um tratamento especial nos aspectos referidos, a verdade é que ficou sempre uma pequena espinha encravada na garganta de muitos tchokwes: raríssimos deles beneficiaram de bolsas de estudo. Ainda assim, dirigentes da Unita de primeira linha como Carlos Candanda agirão sempre em ordem a engrandecer Savimbi por aquilo que fez pelos tchokwes. Desculpar-lhe-ão «qualquer coisinha». Não se deve perder de vista, em todo o caso, a imprevisibilidade que caracteriza, por natureza, a mentalidade dos indivíduos do leste. Por exemplo, uma controvérsia no interior da Unita tem sido a avaliação do score eleitoral obtido pelo partido em 1992. Os analistas do Galo Negro consideram que naquele sufrágio os militantes tchokwes amoleceram e permitiram a alienação do «voto quioco» em favor do Partido da Renovação Social (Prs). Curiosamente, leitura idêntica tem tido o Mpla para a sua perda de terreno no leste. Menos imprevisíveis, entretanto, são os bakongos da Unita. Eles, por certo, não esqueceriam a inflexão que Jonas Savimbi realizou na direcção do partido, ao optar por um vice-presidente do norte (António Dembo) quando teve de prover o cargo após a morte de Jeremias Chitunda em 1992. Isaías Samakuva seguiu o «guião» atribuindo a vice-presidência a Joaquim Ernesto Mulato, natural do Uíje. Antes disso mesmo, ao transportar a guerrilha para norte do rio Kwanza, ele tirou o máximo partido do cruzamento que se tinha dado entre os bakongos e os contratados ovimbundu que foram para a região setentrional trabalhar nas plantações de café. Neste particular, apesar do seu espírito etnocêntrico por natureza, uma directiva emanada por Savimbi foi aconselhar aos seus militares

uma maior miscigenação com os irmãos bakongos. A estrutura militar também conheceu tal efeito com a colocação no terreno, à testa dos comandos operacionais, de homens nascidos na região. Estamos a falar de homens como os generais Zorro e Apolo. Por tudo, isso os bakongos da Unita passaram a ter em Savimbi a visão de um nacionalista. Esta óptica da questão é ainda mais nítida num dirigente como Ernesto Mulato, que praticamente fez um «transplante» cultural e biológico. O actual vice-presidente da Unita casou-se com a filha de uma irmã de Savimbi. Adoptado pela família de Savimbi por via do matrimónio, Mulato é visto como um guerreiro nobre vindo de uma tribo distante que se casa com a princesa do reino, sendo tratado com respeito e deferência. Por isso, Mulato é um bakongo que defende com firmeza a alma de Jonas Savimbi, o seu legado e os interesses do clã na hierarquia directiva da Unita. Muito mais do que o faria, por exemplo, um ovimbundu como Lukamba Paulo Gato.

070303-10

João Vahekeny
E os kwanhamas?

Membro de uma família da «nobreza» kwanhama, João Vahekeny, actual embaixador de Angola na Hungria indicado pela Unita, acusou enorme frustração com a supressão, por Savimbi, de figuras emblemáticas da sua tribo, entre as quais o conhecido Vakulukuta. Ele não bateu com a porta, mas esfriou o seu relacionamento com Savimbi, que vinha dos tempos em que ambos estudavam na Suíça. Chegaram a ter alguma intimidade. Depois disso foi funcionando «a meio gás» como representante do partido na Suíça, mas Savimbi nunca o pressionou. Sente-se, contudo, que se ultrapassar as feridas, em nome da velha amizade, pode condescender em relação à memória de Savimbi. Mas a verdade é que, lá no fundo, João Vahekeny é mais Unita do que savimbista.

070303-10

Almerindo Jaka e José Sousa
Papel doutrinário do clã Jamba

Se a problemática da sacralização ou não da figura de Jonas Savimbi e do seu legado ideológico no partido que fundou em 1966 vier a esquentar, entre os que teriam, mais do que capacidade, sensatez para botar água na fervura estão os irmãos Almerindo Jaka e Joseph Sousa Jamba. Intelectuais e homens de cultura, ambos estão em condições de enxergar o problema nas suas variadas vertentes e, desta maneira, aproximar e conciliar as posições mais extremadas. Jaka Jamba, actualmente o representante de Angola na Unesco, teve um percurso que o coloca entre os históricos da Unita; logo seria sempre consultado. Mais sereno que o irmão, e tendo vivido a organização mais por dentro, reconheceria as coisas boas da trajectória de Savimbi, mas não deixaria de notar as más. Nunca foi militar na estrutura da Unita, nem quis afirmar-se na sua hierarquia. Chegou mesmo a engolir alguns sapos vivos, mas é exactamente essa serenidade (quase sacerdotal) que lhe garantiu a sobrevivência e o respeito e estima na organização. Nesta discussão manter-se-á o mesmo. Não o estamos a ver a agitar a bandeira da «révanche». E, de certo modo, poderá ser o catalisador das tensões do irmão. Muito mais novo, temperamental e impulsivo, Sousa Jamba viveu este tempo todo fora de Angola não apenas para formar-se e ser o cidadão do mundo que todos conhecemos. Foi também, decerto, para evitar colisões e fricções. Serenando os impulsos, Sousa Jamba não irá defender o «extermínio» da imagem de Jonas Savimbi e sugerirá que o coloquem no lugar que merece no «panteão» da história da Unita, em que sempre teve lugar central e cimeiro. Depois disto, contudo, bater-se-á pela transformação da Unita num partido moderno, democrático e de fortes preocupações sociais, onde o homem e a sua competência sejam valorizados. Em suma, bater-se-á por uma Unita diferente daquela que Jonas Savimbi idealizou e conduziu com mão de ferro. É isto que, provavelmente, já andará a sugerir este escritor e jornalista que nunca escondeu a sua preferência pela continuidade de Isaías Samakuva à frente da Unita

070303-10

Fora da «portuguese conection»
A imagem de Savimbi torna-se mais desfocada

No lobby português da Unita também há elos frágeis, mas muito poucos, que certamente estarão em personagens que integraram a organização não tanto pelas causas

defendidas por Savimbi, mas perfilhando essencialmente uma visão mercantil. São os casos de Rui Oliveira e de Rui Antunes, que estiveram nos escritórios do Galo Negro no Brasil e na Suécia. Em 1992, em Luanda, antes da «décalage» eleitoral, Rui Oliveira foi visto em labirintos pouco políticos, transaccionado propriedades imobiliárias. Nenhum deles teria veia e sensibilidade evidenciadas, por exemplo, por Maria Antónia Palla que ao intervir no congresso da Unita, em 2003, chorou comovidamente ao falar de Jonas Savimbi. Mas é à medida que saímos dos terrenos da chamada «portuguese conection» que a imagem de um Jonas Savimbi «venerado» vai ficando mais desfocada. Sobretudo porque se está a lidar com personalidades cuja ligação ao líder fundador da Unita foi feita numa base menos espiritual. Fred Bridgland, o britanico que escreveu a maior biografia que se conhece do velho guerrilheiro («Jonas Savimbi, Uma Chave Para a África») não hesitou em virar-lhe as costas, mal teve uma melhor percepção do seu lado despótico. Por razões que se fundam mais no pragmatismo e na «realpolitik», ou até mesmo no vil metal, velhos apoios que a Unita tinha em França e nos Estados Unidos esfumaram-se. Dificilmente partiriam de lá apoios declarados a Savimbi como aqueles que vieram de Jacques Foccard, antigo «homem África» do presidente francês. A acção de Foccard foi determinante para impulsionar escritos como os que no passado contribuíram para passar nas chancelarias mundiais uma imagem revolucionária e de paladino da democracia ocidental do líder da Unita nos quais também se inspirassem os adeptos da pureza do legado savimbista. Foi por acção de um lobby intenso dos sectores republicanos que Jonas Savimbi chegou em duas ocasiões à Sala Oval, recebido oficialmente pelos ex-presidentes americanos Ronald Reagan e George Bush pai, com a aura de combatente da liberdade e democracia em África.

070303-10

Abel Chivukuvuku
Sempre questionou os pilares ideológicos

Para fazer-lhe justiça, entre os dirigentes da Unita, Abel Chivukuvuku pode ser tido como um dos pioneiros de uma atitude de questionamento dos pilares ideológicos de Jonas Savimbi, que foi criticando em privado. Estas críticas tornaram-se mais incisivas depois de ele ter

sobrevivido aos confrontos pós-eleitorais de Luanda, em Outubro de 1992. Este incidente mais o facto de os americanos acharem que daria um bom sucessor de Savimbi foram factores que o impulsionaram, dando-lhe como que «legitimidade» para confrontar o líder. Antes dele, as críticas a Savimbi eram para aspectos de procedimentos, direitos humanos e não propriamente aos fundamentos do seu sistema político. Por tudo isso é que os que defendem o legado ideológico de Jonas Savimbi como uma espécie de «Santo Graal» temem que com Abel Chivukuvuku na presidência da Unita, a ruptura com o passado fosse total e completa. E que valores e conceitos como «Angola profunda», que encontram tutela no «Projecto de Muangai», fossem largados ao tambor da História. O temor é maior porque ele tem algum carisma e capacidade de convencer. É dos discípulos de Savimbi aquele que melhor usa o dom da oratória. Faz citações como poucos, sendo esse, de resto, um terreno em que terá conseguido «tirar o líder do sério». Certa vez ele disse a Savimbi que não é por não se ser médico nem enfermeiro que alguém tem de desvalorizar os hospitais. Sente-se, por isso, que com ele ao leme do Galo Negro haveria, de facto, uma «dessavimbização» da organização nas suas entranhas ideológicas. A nota curiosa é que não poucos dos seus correligionários acham que Chivukuvuku apenas difere de Savimbi no plano ideológico. Relativamente ao «modus operandis», eles estão um para o outro. São ambos discípulos de Maquiavel.

070303-10

Só adeptos entre a tribo branca

É um terreno pejado de forte controvérsia. Apesar das aparências e das visões feitas a respeito de um Savimbi anti-caucasiano, o líder fundador da Unita teve uma afeição digna de nota pelos membros e adeptos de raça branca da sua organização. E há inúmeros factos do seu percurso que testemunham isso. Eles dificilmente lhe virariam as costas, mesmo aqueles que, a determinada altura, tiveram sérios motivos para se incompatibilizarem com ele. É o caso, por exemplo, da antiga secretária para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fátima Roque, ex-mulher do banqueiro açoriano Horácio Roque, do Banco Internacional do Funchal (Banif). Expulsa da Unita em 1995, num processo mal explicado a que Savimbi anuiu, depois disso, nunca Fátima Roque foi vista em actos de «révanche». Manteve

o enorme respeito e admiração que tinha por ele, mesmo depois da sua morte. Aliás, quando isso aconteceu, em 2002, ela esteve entre as personalidades que fizeram as mais deferentes elegias sobre o chefe guerrilheiro. Fátima Roque recusou, liminarmente, alguns acenos para reaproximação feitos pela actual direcção da Unita, mas manteve-se sempre polida e sem denotar fel algum pela organização. Apesar de tudo, à distância ela torce pela modernização da Unita, mas não se está a vê-la a aplaudir um «impeachment» contra o legado de Jonas Savimbi. Veja-se, por exemplo, a ligação muito pessoal, e quase epidérmica, que Savimbi manteve com a ala a que muitos designam «facção branca», ou ainda «tribo branca» radicada na Europa, especialmente em Portugal. Veja-se, também, a relação que Jonas Savimbi teve com o seu piloto de estimação, um indivíduo conhecido pelo nome de código «Comandante Sequeira». Houve aqui uma mistura de amizade e respeito pelas performances técnicas do piloto, que não desistiu da saga na Jamba, apesar de se ter despenhado e sobrevivido em duas ocasiões. Numa delas, saía de Kinshasa para o interior de Angola e graças à sua perícia ficaram entre os sobreviventes Abel Chivukuvuku (um «eterno sobrevivente) e Ana Isabel, a falecida esposa oficial de Savimbi. Há aqui motivo para gratidão. Diz-se hoje que o paradeiro do «Comandante Sequeira» é a região do Algarve, em Portugal, aonde se enclausurou e, acredita-se, que nunca ninguém o ouvirá debitar algo contra o «velho». Outro que está de pedra e cal entre os saudosistas de Jonas Savimbi é Carlos Morgado. Pode dizer-se mesmo que é mais savimbista do que Unita. Savimbi, que não tinha meio-termo (ou amava ou odiava), teve grande afecto pelo médico nascido em Luanda, filho de um comerciante que provavelmente terá integrado uma caravana de adeptos brancos que idos da capital angolana foram aclamar o líder da Unita em Cangumbe, logo após o cessar-fogo com as Forças Armadas portuguesas. Esta afeição, por certo, não terá sido alheia à fidelidade e forma asséptica como Morgado se desempenhou enquanto foi seu médico pessoal. Mas teve reciprocidade em Morgado, que o exaltou um sem número de vezes em comícios e outras intervenções públicas em Angola e Portugal. É, portanto, um caso arrumado: Carlos Morgado nunca alinharia num processo de «dessavimbização» da memória da Unita. Segue-se Adalberto da Costa Júnior, um mestiço angolano. Nele, que também foi uma espécie de «filho adoptivo» de Savimbi e cujo casamento apadrinhou, o fundador da Unita via reflectida a imagem daquilo que interiormente

admirava nos mestiços: o seu élan e autoconfiança. Por isso, Adalberto Jr., mesmo passando a maior parte do tempo em escritórios da organização na Europa (Lisboa e Roma depois), serviu a Savimbi como uma «montra» para acenar e penetrar nuns poucos nichos mestiços do litoral. Vai, certamente, pugnar por uma organização moderna, com menos pruridos tribais e mais plural, mas dificilmente deixaria cair a imagem do padrinho. Em todo o caso, numa discussão séria sobre o legado de Jonas Savimbi, o finado teria a seu favor velhas personalidades da direita portuguesa que constituíram a «portuguese conection» da Unita. São os casos do analista e consultor Jaime Nogueira Pinto, bem como de Corte Real, um homem que andou ligado aos Caminhos de Ferro de Benguela, no qual o pai de Savimbi foi funcionário durante mais de 20 anos. Estariam igualmente ao seu lado os jornalistas Francisco Xavier Figueiredo (newsletter África Monitor) e Fernando Trigo (agência Lusa) e o economista Joffre Justino. E até Carlos Fontoura, que apesar de ter tido sempre na organização o papel de um guarda-livros, e não se lhe conhecer grande carga ideológica, mostrou fidelidade e princípios, testados em momentos de grandes crises por que a Unita tem passado.

070303-10

«Furacão» português e o banzé do JA

Isabel dos Santos não necessita que o único jornal público do país saia em sua defesa num caso em que não é acusada de nada

Uma alusão meramente jornalística do português Diário de Notícias (edição de 26 de Fevereiro) ao facto de documentos de duma empresa offshore da filha primogénita do Presidente da República, Isabel dos Santos, terem sido encontrados entre os processos confiscados a uma firma portuguesa envolvida num caso de sonegação de impostos, provocou quarta-feira uma intempestiva reacção, com direito a editorial e tudo, no Jornal de Angola. Basicamente, a informação veiculada pelo DN dizia que os procuradores do Ministério Público (português) que estão a conduzir a chamada «Operação Furacão» recolheram, no início de Fevereiro, numa busca ao escritório de um advogado, documentação relativa à constituição de uma sociedade sediada numa offshore ligada à filha mais velha do Presidente José Eduardo dos Santos. A referida

sociedade, acrescentava o jornal citando fontes conhecedoras do processo, foi utilizada por Isabel dos Santos para a compra de um apartamento em Lisboa, mas, sublinhou a publicação, todos os impostos inerentes a essa transacção foram pagos, rejeitando-se qualquer suspeita de evasão fiscal. A matéria não implica a filha do Presidente angolano em nenhum crime, apontando inclusivamente o facto de ter sido rejeitada qualquer suspeita de evasão fiscal. Para o Jornal de Angola, onde foi publicado um editorial sobre o assunto, a publicação dessa matéria envolve o nome do Presidente da República de Angola «nos numerosos escândalos que atravessam actualmente a sociedade portuguesa». Ora, o DN, uma publicação com a sua própria história e os seus próprios argumentos, que neste caso não faltarão, saberá como desmontar a surpreende inclusão da instituição presidencial angolana num assunto mesquinho, que apenas diz respeito à cidadã Isabel dos Santos. Ao Semanário Angolense não compete o papel de advogado do diabo. Mas não é por isso que este jornal deixará de notar a confusa defesa que é feita a Isabel dos Santos no editorial de que aqui se fala. Adulta, empresária com provas dadas, conhecedora indesmentível da fala e da escrita, a rigor, Isabel dos Santos não necessitaria que o Jornal de Angola, uma publicação sustentada por recursos públicos, saísse em sua defesa num caso em que não é acusada de nada, absolutamente nada. Comprar um apartamento em Portugal, cumprindo com todas as exigências legais previstas naquele país, não é crime. Então, a única coisa que o editorial do Jornal de Angola conseguiu foi envolver a instituição presidencial angolana para poder dar asas a uma argumentação careca de velha, aquela que era usada quando, para explicar os nossos azares, atribuía-se tudo à «hostilidade de certa imprensa lusa» ou estrangeira. Sinceramente, há pessoas que são verdadeiros anacronismos: estão na primeira década do século XXI, com todas as possibilidades de fazerem uso dos conceitos modernos da vida, mas consolam-se vivendo das explicações desgastadas do passado. Aquela confusão muito reclamada pelos defensores dos domínios presidenciais, que vivem a reclamar da pretensa ingerência da imprensa privada na vida privada do Presidente José Eduardo dos Santos, foi finalmente conseguida no Jornal de Angola. Na presença de uma matéria que evoca Isabel dos Santos, dando, acessoriamente, o dado que a situa diante dos leitores como filha do Presidente angolano, o Jornal de Angola entende estar-se a falar sempre da mesma pessoa, o

Presidente José Eduardo dos Santos. Admitir, como fez o Jornal de Angola, que a simples referência a José Eduardo dos Santos como pai de Isabel – o que não é mentira nenhuma – pode perturbar as relações de Angola com Portugal é quase uma enormindade. Tanto quanto se sabe, o Jornal de Angola é uma empresa jornalística angolana, financiada pelos cofres do Estado, para prover a sociedade de um serviço público, e não para posicionar-se nos marcos de certas apologias político-ideológicas, subalternizando o estatuto de cidadania de muitos, a favor de meia dúzia de outros. É que no mesmo período em que veio à luz a desajeitada defesa de Isabel dos Santos, a imprensa portuguesa tinha estado a abordar factos relativos ao ministro angolano da Educação, Burity da Silva, e ao empresário Henrique Miguel «Riquinho», enquanto que na Ucrânia, tinha sido apanhado o homem que assassinou seu vizinho angolano por não gostar deste. Usando dois pesos e duas medidas, dando ênfase às suas conveniências, o Jornal de Angola ignorou todos estes assuntos, para fazer o seu banzé a favor da «primogénita». Para os leitores do Jornal de Angola, o problema está num certo «complexo de mordomo» de que sofrem alguns representantes das nossas instituições. O problema reside também numa certa casta de angolanos que no seu obscuro processo de acumulação de riqueza não admite que os seus interesses sejam sequer mencionados.

070303-10

Burlados em Lisboa

Está a correr em Portugal um processo judicial intentado por vários investidores, entre os quais um grupo de angolanos representados numa denominada Dea, que acusa o recentemente exonerado vice-reitor da Universidade Independente (UnI) de Portugal, Rui Verde, de uma burla de quatro milhões de euros (um euro equivale a 106 kwanzas). O grupo Dea, que aparece na imprensa portuguesa representado por Carlos Burity da Silva, reitor da Universidade Independente de Angola (Unia) e irmão do ministro angolano da Educação, António Burity da Silva, teria visto inviabilizada a posição de accionista maioritária da universidade portuguesa depois de ter adquirido 67,5 por cento das acções. Citado pela imprensa portuguesa, Carlos Burity da Silva revelou que as negociações para a compra da maioria das acções da empresa gestora da Uni, a Sides,

foram mantidas com Rui Verde e com Amadeu Lima de Carvalho. «A Universidade Independente de Angola, através do grupo Dea adquiriu 6 7,5 por cento de acções da Sides, depois de as ter comprado a Amadeu Lima de Carvalho» no início de 2005, disse Carlos Burity da Silva. Devido ao negócio, o grupo Dea foi o accionista maioritário da universidade particular portuguesa durante seis meses e um dos seus representantes assumiu a vice-presidência da direcção da Sides. Mas passado esse período, houve uma quebra de compromisso e as acções foram devolvidas a Amadeu Lima de Carvalho. Neste momento o grupo Dea diz-se credor das parcelas que pagou pelas acções. A mídia portuguesa escreveu que entre as vítimas da suposta burla estaria o ministro angolano da Educação. Mas Burity da Silv negou, através do seu assessor de imprensa, António Campos, qualquer envolvimento com a Dea.

070303-10

Riquinho «desmonta» campanha difamatória na imprensa portuguesa

«É uma conspiração contra Angola»

Para ele, adiamentos de concertos (como o festival afro-americano de «hip-hop» que a «Casablanca» pretende realizar em

Salas Neto

O empresário Henrique Miguel «Riquinho», proprietário da promotora de espectáculos «Casablanca», considerou quarta-feira em Luanda, em entrevista conjunta concedida ao Semanário Angolense e ao jornal Agora, que a campanha difamatória de que foi alvo na última semana em alguns jornais portugueses visaram, em última instância, sujar o nome de Angola e em particular do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O proprietário da «Casablanca» foi amplamente referenciado na imprensa portuguesa a propósito dos sucessivos adiamentos de um festival de «hip-hop» marcado para o Pavilhão Atlântico em Lisboa, que teria (ou terá) o «rapper» americano 50 Cent como figura de cartaz. «Riquinho» justifica os três adiamentos que o show daquele «rapper» americano já teve com a inconstância que lhe é característica. «O Fifty Cent é uma estrela que joga muito com a bilheteira, fazendo com que os seus agentes nunca dêem uma confirmação oficial sobre a data dos espectáculos em que o artista tenha sido contratado. E nós, se estivermos

interessados, temos de aceitar as condições impostas por ele», explicou. Alguns jornais portugueses, com o Expresso e o Público à cabeça, chegaram a fazer considerações sobre uma alegada fraude, bem como acusações sobre uma suposta lavagem de dinheiro sujo em que o empresário angolano estaria envolvido, devido aos elevados montantes (cerca de 500 mil euros) que «Riquinho» empregou para promover o espectáculo com 50 Cent. Para reforçar a sua ideia de que se está diante de mais uma das sazonais campanhas contra Angola e contra o seu Presidente, na imprensa portuguesa, promovida pelos seus detractores em Portugal, o proprietário da «Casablanca» socorreu-se do estranho facto das acusações contra si terem sido precedidas da notícia sobre uma alegada fuga ao fisco em que estaria envolvida a primogénita de José Eduardo dos Santos, a empresária Isabel dos Santos, publicada na segunda-feira, 26, pelo «Diário de Notícias», com o suposto propósito de o atingir. Ou ainda da colagem entre ele e o Presidente da República que um dos jornais envolvidos pretendeu fazer, ao ilustrar a matéria sobre as «graves acusações» contra si com uma foto em que aparece com o Chefe de Estado angolano, o que, na sua óptica, não seria inocente. É que, segundo alguns círculos da imprensa lusa, Henriques Miguel teria beneficiado de largas somas do Estado angolano para a promoção e realização de espectáculos em Portugal, o que só seria possível com a anuência do Presidente da República de Angola, que é também o chefe do Governo. Desde já, «Riquinho» garante que isso é falso, porque nunca beneficiou do «apoio oficial» do ministério da Cultura. Aliás, como diz, ele tem feito recurso ao financiamento bancário e/ou ao patrocínio comercial de vários grupos empresariais angolanos – Mbakassy & Filhos, Valentim Amões, e Chicoil entre outros, passe a publicidade. «Já não tenho dúvidas de que tudo isso se trata de uma conspiração contra Angola, principalmente para atingir o Presidente da República», afirmou o empresário na entrevista conjunta que concedeu a seu pedido, «para fazer uma declaração oficial sobre o assunto», como justificou.

070303-10

Editora Universal na liderança
«Não nos querem lá»

Por outro lado, em relação às acusações particulares contra si, Henrique Miguel garante que elas visam, em primeira instância, impedir que um angolano «tome conta do hip-hop» na Tuga, acusando a editora Universal Music Portugal, a quem chama de «núcleo duro do show-biz» desse país, de ser a comandante da campanha de difamação. Para ele, os adiamentos do show de 50 Cent foram apenas aproveitados como o pretexto, porque eles são normais em qualquer parte do mundo. «O Elton John adiou três espectáculos em Portugal, a Madonna também adiou concertos em Portugal e não houve essa confusão, pelo que, julgo que eles foram apenas o pretexto para o 'núcleo duro do show-biz' desencadear a campanha contra nós, cujo objectivo é o de sermos vetados», explicou. Riquinho diz que, enquanto andou a realizar shows com artistas africanos (angolanos), a sociedade portuguesa nunca se preocupou com isso, dando o exemplo dos espectáculos que a «Casablanca» promoveu na «Aula Magna», em Lisboa, com Dani L, Eduardo Paim, Bonga e Paulo Flores, entre outros. «A sociedade portuguesa não se preocupou, porque eram negros a fazerem espectáculos com africanos», explica. Porém, as coisas começaram a ficar difíceis a partir da altura em que «fez» o Bust Rhymes e o Fat Joe, antes de pretender avançar com outros americanos, entre os quais destaca 50 Cent. Para «Riquinho», os seus adversários tugas começaram a ficar particularmente preocupados, quando, no ano passado, levou cinco mil pessoas ao Pavilhão Atlântico para um espectáculo com Bust Rhymes e Fat Joe. «Passamos a ficar na mira, depois de, pela primeira vez na história de Portugal, um angolano negro ter conseguido levar um músico americano de renome a Lisboa», atesta. «Sentimos que a Universal (editora do Bust) ficou enciumada por não ser tida nem achada no processo», sublinhou, para acrescentar: «O grande problema é que estes produtores gostam de ter protagonismo sem gastar nada». Riquinho considera que os obstáculos que estão a ser criados à expansão da sua empresa em Portugal são injustos. «São injustos, porque se os portugueses vêm a Angola fazer o 'Super Bock-Super Rock' à vontade e até com apoio institucional, porque razão é que nós não podemos realizar espectáculos em Portugal?», interroga. A propósito, o proprietário da «Casablanca» afirmou que sempre vai avançar com o espectáculo de 50 Cent no Pavilhão Atlântico em Lisboa, mais por uma questão de honra, porque já não espera lucros, em função da ampla e cara campanha de promoção que tem estado a fazer. Em princípio, ele vai acontecer no dia 22 de Março, data tida por definitiva, segundo confirmação do próprio

«rapper», que, como «Riquinho» garante, já recebeu o seu «cachet». Em declarações a um jornal português, a propósito duma eventual indisponibilidade do Pavilhão Atlântico para albergar o espectáculo, o empresário angolano garantiu que, ainda que tiver que ser na rua, o show com 50 Cent sempre irá sair. A terminar, Henrique Miguel minimizou as acusações sobre branqueamento de dinheiro e outras que lhes foram feitas, como as de alegadas fraude e burla, dizendo estar à vontade em relação a isso, porque só trabalha com bancos (Bpc, no caso), por um lado, e que o Pavilhão Atlântico já estaria a indemnizar os detentores de ingressos para o espectáculo de 50 Cent adiado, a 22 de Fevereiro por outro. Disse ainda que alguns dos jornais envolvidos na campanha de difamação já se retrataram, depois da «reacção dura» que ele empreendeu nos últimos tempos em vários órgãos da imprensa portuguesa, incluindo estações televisivas, antes de garantir que processará judicialmente o semanário «Expresso» e a fonte da polícia judiciária portuguesa que o acusou de fraude e burla.

070303-10

Há um ano o SA destacava:
O tecto desabou

O despacho presidencial que criou a célebre comissão de sindicância ao Serviço de Inteligência Externa (Sie), na era do então general Fernando Garcia Miala, deu o mote para, há um ano, o Semanário Angolense dedicar oito páginas inteirinhas a um assunto mediático cujos ecos ainda hoje continuam a mexer com o país político. Recorde-se que um dos temas fortes da penúltima edição do jornal foi exactamente uma matéria em torno do provável julgamento do antigo chefe da secreta externa angolana. Mas há um ano, o despacho do PR que, além da demissão compulsiva, pôs o general Miala sob investigação de uma comissão integrada por três dos seus principais algozes (os generais Kopelipa e Zé Maria, bem como o brigadeiro Gilberto Veríssimo), aludia a graves violações às normas de trabalho e de disciplina por membros da direcção do Sie. Numa altura em que não abundavam informações precisas sobre o caso, o SA logrou apurar de fontes não oficiais que a actividade marginal do general Miala e de membros do seu pelouro resultara na manipulação de informação

prejudicial ao Presidente da República. Como consequência, «o Presidente ficava a saber apenas aquilo que o general Miala quisesse». As fontes deste jornal estavam já então convencidas que, na posse de informação estratégica, alegadamente sonegada ao Chefe de Estado, o director do Serviço de Inteligência Externa poderia gerir interesses políticos, militares e outros como quisesse. Neste processo dizia-se que Fernando Miala teria bloqueado a promoção de militares cujo expediente passava primeiro por ele antes de chegar ao Presidente José Eduardo dos Santos. O antigo director do Sie já era acusado também de ter convertido os postos da segurança externa nas embaixadas e consulados de Angola em unidades de apoio a projectos filantrópicos a que estava ligado. O maior beneficiário desta operação tinha sido o projecto Criança Futuro, criado para apoiar crianças desamparadas da cidade do Kuito, província do Bié. Ao que foi notado, estes projectos filantrópicos desenvolvidos por Miala teriam, alegadamente, por fito dar-lhe protagonismo pessoal, ao ponto de serem comparadas com os actos do Presidente da República. «O Presidente juntou-se a Akwa-Sambila, o Miala integrou a Associação dos Amigos do Rangel. O presidente é patrono da Fesa e o Miala é o suporte do projecto Criança Futuro», enumerou uma fonte. De acordo com as fontes do SA, a sindicância criada pelo Presidente da República pretendia igualmente explicações do general Miala sobre a forma desmesurada como teria gerido mais de 50 milhões de dólares em cinco anos, tendo antes recebido orientações de José Eduardo dos Santos para apoiar, de maneira faseada, alguns segmentos da sociedade carentes de bens materiais, entre jornalistas e agentes culturais. Na gestão destes fundos, segundo as fontes, Fernando Miala excedeu-se ao ponto de ter recorrido a novas remessas junto da banca estatal e da Sonangol. Em função disso, a equipa económica do Governo e a petrolífera nacional alertaram o Presidente da República para os riscos decorrentes da natureza dos gastos do Serviço de Inteligência Externa. Numa reunião realizada em Junho de 2005, na capital do país, presenciada por membros da equipa económica (excepção feita à ministra do Planeamento) e o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, Fernando Miala foi incapaz de justificar de forma plausível o destino dado aos mais de 50 milhões de dólares em cinco anos.

070303-10

070303-10

070303-10

070303-10

070303-10

070303-10

Xxxxxxx

070224-0303

Ecos da visita do PR à Guiné Equatorial
Há sarna por aí?

Pela mobilização que envolveu, a Guiné Equatorial deve significar muito para Angola. Só que aos angolanos ainda não foi explicada qual a sua verdadeira importância…

A enorme mobilização de meios que envolveu a recente visita que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, realizou à Guiné Equatorial, para conversações com o seu homólogo, Teodoro Obiang Nguema, visando o reforço da cooperação bilateral entre os dois países, indica que aquele país terá bastante importância para Angola, se bem que à larga maioria dos cidadãos isso ainda não tenha sido explicado como deve ser. A mobilização de meios foi de tal monta que, por exemplo, envolveu a ida de três aviões: um Airbus 390, um Boeing 727 e um Falcon 50, para uma delegação que, além do Presidente da República e esposa, integrou os seus assessores, membros da sua segurança, diversos ministros e representantes dos órgãos da Comunicação Social Públicos. Aos contribuintes angolanos não foi dito exactamente quantas pessoas estiveram em Bata a acompanhar a visita do Presidente da República, mas é legítimo supor que, contabilizada por alto a capacidade

dos três aviões, centenas de lugares ficaram por preencher. Este desperdício faz, mais uma vez, jus ao «despesismo» que as autoridades angolanas gostam de desfilar pelo mundo, como se o país tivesse dinheiro até para deitar fora, quando há problemas muito sérios a resolver, na saúde, na educação, na reintegração social, enfim. São gastos como esses que tornam cada vez mais incompreensíveis os pedidos de ajuda que Angola faz à comunidade internacional. Segundo uma fonte do Semanário Angolense, ao fim da visita presidencial e depois de José Eduardo dos Santos ter partido para a Espanha onde se submete a exames médicos o «grupo da avançada», os ministros (João Miranda, Salomão Xirimbimbi, André Luís Brandão, entre outros) e os representantes da imprensa regressaram a Luanda no Boeing 727, todos juntos. E não há notícias de que tenha havido algum problema por causa disso. No entanto, uma coisa chamou a atenção: havia vários lugares vazios. E estes lugares, contas feitas outra vez, chegavam muito bem para os assessores que o Presidente da República ordenou que o acompanhassem à Guiné Equatorial. Ao que se sabe, os assessores (Aldemiro da Conceição, Archer Mangueira, José Mena Abrantes, entre outros) regressaram a Luanda num (absolutamente dispensável) Falcon, se calhar, para não se «misturarem» no Boeing com os ministros, o pessoal da segurança e os jornalistas, não fossem apanhar uma doença qualquer contagiosa. Haverá sarna por aí?

070224-0303

Multimilionário russo com vários interesses em Angola

Gaydamak pode levar Netanyahu de volta ao poder em Israel

O multimilionário russo Arcadi Gaydamak deveria anunciar esta semana a fundação de um novo partido político, que poderá determinar o regresso ao poder do partido Likud, um partido da direita israelita, e de seu líder, o ex-primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. O Likud lidera actualmente no Parlamento (Knesset) a oposição ao Governo de coligação formado no ano passado pelo primeiro-ministro, Ehud Olmert, do partido de centro Kadima, e pelo ministro da Defesa, Amir Peretz, líder do Partido Trabalhista. Fontes do Likud desmentiram que Gaydamak, suspeito de lavagem de somas

milionárias oriundas do tráfico de armas da Europa Oriental, África e América Latina, tenha conversado com o seu amigo Netanyahu sobre a criação do novo partido. As fontes, porém, dizem que o multimilionário, que ganhou popularidade devido a suas obras beneficentes, será um aliado estratégico do Likud no caso de antecipação das eleições nacionais. Todas as pesquisas sobre intenções de voto favorecem amplamente Netanyahu. Gaydamak esclareceu à noite à imprensa local que não tem intenções de entrar para a política. «Eu não sou um líder político, sou um líder popular», comentou. Por enquanto, ainda não se sabe quem vai liderar o novo partido, que vai se dedicar a assuntos sócio-económicos em defesa das classes humildes e das minorias. Ao contrário de outros políticos, que costumam manter distância de Gaydamak devido às suspeitas policiais, Netanyahu foi a uma de suas festas espectaculares. A sua presença motivou boatos sobre uma possível aliança. Arcadi Gaydamak, israelita de origem russa, tem múltiplos interesses económicos em Angola, de que se destacam os seus negócios nos diamantes, sendo um dos principais accionistas da Ascorp.

070224-0303

Filho de Ngola Kabangu exige!
«Quero o Benedito de volta»
Celestino Andrade

«Granda lata!», diriam certamente os detractores do seu pai

Chama-se Júlio Diasiwa Kabangu. Tem 36 anos e vive em Luanda há 10, vindo do Congo Democrático, depois de uma estada longa em França, onde residia. É filho do 2.º vice-presidente da Fnla, Ngola Kabangu. Nesta semana, ele procurou o Semanário Angolense para falar sobre o caso «Alberto Benedito», que envolve seriamente o seu pai, a fazer fé nas informações que se seguiram à sua «descoberta» pela Tpa na casa onde o próprio habita. Surpreendente, Júlio Diasiwa Kabangu fez uma curiosa afirmação: quer Alberto Benedito de volta, por se ter afeiçoado muito a ele. «Granda lata!», diriam certamente os detractores do seu pai. Mas, deixemos que ele fale das suas razões. Para já, como diz, está disposto até a reabilitar o quarto onde Benedito estava recolhido, a fim de lhe proporcionar melhores condições de habitabilidade, quando ele voltar. E a viver com ele até aonde der. Só na pior das hipóteses, como revela, é

que o enviaria ao «Beiral». Júlio Diasiwa Kabangu começou a opor-se à versão de Alberto Benedito que diz, em declarações à Televisão Pública de Angola, que ficou debilitado duas semanas depois de ter estado na residência de Ngola Kabangu. Na verdade, segundo o filho do 2.º vice-presidente da Fnla, ele já surgiu na n.º 9 da rua Eduardo Mondlane paralítico, isto em 1997, num mês de que já não se lembra. Além do mais, acrescenta, o seu pai já não vive nesta casa desde um pouco depois (dois meses) da chegada de Alberto Benedito, mas sim ele, o filho, embora a residência seja pertença daquele partido. «O Alberto Benedito chegou da província do Zaire já debilitado e dirigiu-se ao centro médico Mossamba, na Petrangol», informou. Aqui seria recebido por um médico que milita na Fnla, conhecido apenas por Dr. Kiela. Porém, segundo Júlio Kabangu, o Dr. Kiela não aceitou interná-lo, por ter recebido a informação de que a sua doença tinha a ver com forças ocultas. Ou seja, era alvo de feitiço. «O Dr. Kiela não admitiu que alguém acometido por uma 'doença tradicional' ficasse internado no mesmo sítio onde estavam doentes 'normais'», sublinhou. Em face disso, acrescentou, a alternativa encontrada foi levá-lo à casa onde Holden Roberto então residia, que é a mesma que depois passou para o seu pai, antes de ser deixada para ele, alguns meses mais tarde. Ou seja, foi assim que Júlio Kabangu, acabado de chegar do Congo Democrático, «herdou» a residência e os dois doentes que nela estavam «acantonados», ambos militantes de alguma importância na Fnla (supõe-se), no quadro duma esquisita política social desse partido. «Quem cuidava deles, era eu e a minha esposa e não Ngola Kabangu, o meu pai, porque ele já não vive aqui há muitos anos. O Alberto viveu comigo dez anos, partilhou intimidades comigo, pelo que quero que ele volte», atirou o filho de Ngola Kabangu, para algum espanto do repórter, em face do ambiente de suspeição que se criou à volta do caso, que não apontava para uma declaração dessas. E vai mais longe: «Peço à sociedade civil e aos órgãos de Justiça para que me apoiem a reviver com o Alberto Benedito». Questionado sobre os motivos que o levaram a manter o antigo guerrilheiro da Fnla em sua casa, Júlio Kabangu jura que o fez por «razões humanitárias» e por «solidariedade». Neste momento, como diz e perspectivando já o eventual «regresso» de Alberto Benedito, garante que está a preparar condições mais condignas para recolhê-lo eventualmente. O filho de Ngola Kabangu acredita que se está em presença de um aproveitamento empolado do caso para sujar o nome da

sua família, sobretudo o seu pai, bem como o da Fnla. Acredita também que as mesmas pessoas que assim o fazem, certamente por razões políticas, tão logo termine o «teatro», haverão de abandonar Alberto Benedito à sua sorte. Em relação aos supostos familiares do «velho guerrilheiro» surgidos, Júlio Kabangu acredita que fazem parte da encenação. Para ele, não é possível aparecer algum familiar, por ele estar sem qualquer contacto com qualquer parente há cerca de 55 anos. «Como é que depois de tanto tempo surge uma suposta prima, por sinal sua menor, a reivindicar o parentesco? Só pode ser falso», ajunta. Júlio Kabangu informou, por outro lado, que já foi ouvido por agentes da Direcção Provincial de Investigação Criminal, afectos à 3.ª esquadra da IV Divisão, na segunda-feira, 19 de Fevereiro. Ele conta que mais de 80 efectivos policiais, incluindo forças especiais, estiveram envolvidos na «convocatória» feita a partir da sua casa.

070224-0303

DOSSIER

A PRAGA DOS PARTIDOS INÚTEIS

Eles cresceram como cogumelos

Em 1992 eram apenas 18 partidos. Hoje ultrapassam largamente a centena. Sem representatividade alguma, a maior parte desses partidos só existem para sugar os cofres do Estado. Não é hora de travar o fenómeno de «congolização» do país?

Severino Carlos e Dani Costa

Já são 126 e a conta ainda não está fechada Verdadeiros sorvedouros de recursos públicos É uma praga de gafanhotos, aquela com que se confronta actualmente o sistema partidário angolano. De 18 partidos que concorreram às primeiras eleições no país, em Setembro de 1992, essa cifra cresceu assustadoramente, fixando-se hoje muito acima de 100 - para o acompanhamento e fiscalização do registo eleitoral, a Cne licenciou 126 partidos. Se as autoridades não instituírem um mecanismo que trave a sua progressão, nas próximas eleições eles terão ultrapassado as duas centenas, com

o que estará literalmente «congolizado» o sistema político-eleitoral nacional. Desta situação resulta, em termos práticos, que tenhamos um poder legislativo muito pouco profícuo. Embora o número exagerado de partidos políticos não esteja reflectido na Assembleia Nacional, certo, contudo, é que o domínio avassalador do partido no poder decorre em parte do fraccionamento da oposição. As múltiplas capelinhas de pequenos partidos sem assento na Assembleia sempre representam, de algum modo, uma situação de dispersão de «massa cinzenta» que não é devidamente aproveitada para o debate parlamentar. Mas este não é nem o único nem o maior dos dissabores que essa situação acarreta. Outro problema está em que estes partidos não têm representatividade na sociedade e mesmo assim se converteram num enorme sorvedouro de recursos financeiros do Estado. Recursos que teriam maior rendibilidade se fossem aplicados em tarefas bem mais utilitárias. E o que não falta neste país é onde aplicar esse dinheiro. O fortalecimento da própria democracia exige dinheiro que não se esgota no financiamento das eleições ou dos partidos políticos. A imprensa privada, os sindicados e as organizações não governamentais nacionais, por exemplo, são agentes cruciais deste processo, com actividades que a prática tem comprovado ser bem mais úteis que a desenvolvida pela maior parte destes partidos juntos. Mas têm sido marginalizados. Tal como a realidade se mostra, há muito que as autoridades já deviam ter adoptado medidas para alterar radicalmente o quadro vigente. Trata-se, concretamente, de criar um mecanismo para «filtrar» a entrada de novos partidos no sistema. O «filtro» deveria ir mais além, saneando, igualmente, as formações partidárias já existentes, mas que não servem para nada. A própria Lei de Financiamento dos Partidos Políticos estabelece mecanismos que, se accionados, já teriam provocado a extinção da maior parte dos partidos que maculam o nosso panorama. O que se tem observado é um arrastar de pés por parte das autoridades que não resolve integralmente o problema. Ora avançamos, mas tão depressa recuamos. Há uns anos, por exemplo, depois de uns pouquíssimos políticos terem tomado consciência do ridículo que representava um país com não mais de 15 milhões de habitantes ter mais de 100 partidos a pulularem no seu panorama político, foi proposta e adoptada uma nova cláusula de licenciamento de partidos. De pouco mais de mil assinaturas por província que no início eram exigidas para a legalização de um partido, passou-se para 5.000 e

depois para as actuais 7.500. Embora fosse um número que se previa, à partida, que provocaria enxaquecas a muitos candidatos à formação de «partidecos», neste país em que a corrupção campeia a todos os níveis e a contrafacção de documentos de identidade acontecem à luz do dia, está agora evidente que muitos espertalhões terão conseguido ludibriar a fasquia estabelecida. E mesmo que se tenha conseguido «filtrar» a entrada de novos partidos, não está garantido que a medida tenha conseguido depurar os que já lá se encontram incrustados como autênticos parasitas. Não que o sistema em si não tenha essa capacidade, mas põe-se também a questão da falta de vontade política das autoridades para tornar cabal a filtragem e depuração pretendidas. O Semanário Angolense tem conhecimento, por exemplo, que o Tribunal Supremo invalidou a entrada de muitos pretendentes, tendo, inclusivamente, ilegalizado outros tantos partidos já existentes. Mas apesar de já ter decorrido um tempo considerado razoável desde que o TS foi ao terreno «à caça dos inúteis», a verdade é que não há meio da instituição dar a conhecer ao país os resultados de tal diligência. Num esforço que vem fazendo já lá vão três semanas para aceder, ao menos, à lista de formações políticas existentes e, tanto quanto possível, apurar o que custa aos cofres do Estado a sua manutenção, este jornal bateu na trave. Até ao momento, nenhuma entidade oficial se dispôs a abrir o jogo. Ora, é tudo isso que leva muita gente a pensar que estamos em presença de um processo pouco transparente que possivelmente visará manter as coisas como estão. Apenas isso explica que em lugar de levar até às últimas consequências a «filtragem» dos partidos, o Estado tenha aberto os cordões à bolsa e concedido, há poucos dias, 200 mil dólares a cada um deles para eles aplicarem (se é que vão mesmo fazê-lo) no processo de registo eleitoral. Multiplique-se isso pelos 126 partidos que se apresentaram à mesa do delicioso repasto e veremos que mais de 45 milhões de dólares foram torrados num abrir e fechar de olhos. É muito dinheiro em causa, pois não entram nestas contas as verbas respeitantes aos subsídios a que têm direito os 12 partidos com assento na Assembleia Nacional - já que a extinção do Fda é pouco mais do que fictícia . Sem contar com o montante que todos os partidos, sem excepção, já recebem e vão receber no âmbito do processo eleitoral. Nessas contas não entram também os recursos financeiros que partidos extraparlamentares recebem regularmente do Ministério das Finanças. O dossier sobre o assunto que o Semanário

Angolense publica nesta edição pretende essencialmente mostrar que o país ganharia muito mais se mudasse radicalmente as coisas. Pouparia, para já, dinheiro, muito dinheiro mesmo. Seguramente, depois de aplicada a «guilhotina», teríamos partidos mais fortes, o que forçaria aquele que está no Governo a melhorar as suas políticas e programas de governação. Também teria mais tranquilidade para governar se contasse apenas com a maior qualidade dos partidos com representação parlamentar, sem ter de «aturar» o ruído da turba de organizações políticas inúteis que rugem, dispersas, lá fora. Muitas delas, como dizia um conhecido jornalista cá da praça, além de não terem propostas políticas válidas e decentes para o país, têm direcções que cabem inteirinhas num automóvel com cinco lugares. Em todo o caso, a manter-se a situação presente, estaremos cá para ver como é que as autoridades eleitorais se vão desenvencilhar para confeccionar, em formato e tamanho razoáveis, boletins de voto nos quais possam caber as mais de 100 siglas partidárias existentes. Isto sem gerar a menor confusão nos eleitores, muitos dos quais, como é sabido, são iletrados. Ou será que em lugar de boletins de votos, teremos volumosos encartes? Queremos igualmente ver como serão os tempos de antena na Rádio e na Televisão. Tempos de antena, de facto, ou uma cacofonia intragável e susceptível de afugentar o público dos ecrãs e dos rádios?

Ainda se vai a tempo de cortar o mal pela raiz
Tribunal Supremo extirpou mais de vinte partidos
Além destes, mais quatro formações poderão cair no «radar» montado

Quando há mais de um ano o Tribunal Supremo convocou, através das páginas do Jornal de Angola, as direcções de quase três dezenas de partidos extraparlamentares, os cidadãos mais atentos tinham quase a certeza de que alguma coisa corria mal. Poucos meses depois, o tempo mostrou que quase todas as formações chamadas naquela altura não tinham em dia os respectivos processos de legalização. A maioria destas agremiações é desconhecida do público, assim como de muitos círculos políticos. Ao ponto dos seus líderes nunca terem sido vistos, tanto em conferências de imprensa como noutras actividades políticas. Como disse ao Semanário Angolense um conhecido magistrado, muitos desses grupos nem sequer deveriam designar-se por partidos. Boa parte deles nem sequer foi capaz de reunir a papelada

necessária. De sorte que uma das questões mais intrigantes para os juízes que tiveram estes casos nas mãos prende-se com a forma como esses grupos de amigos terão conseguido reunir as assinaturas exigidas. Na realidade, são afirmações contrastam com episódios que sucedem inúmeras vezes em actividades realizadas por alguns dos partidos extraparlamentares mais conhecidos, que acabam por ficar as moscas, com um número de participantes risível. E o que dizer dos outros, que são seguramente desconhecidos? Por estas e outras razões ganha cada vez mais consistência a tese segundo a qual muitas destas agremiações terão enveredado por meios pouco honestos para obterem as assinaturas. Não está fora de hipótese a possibilidade de um dia alguns dos seus responsáveis terem de responder em juízo. Segundo apurou o Semanario Angolense, 23 partidos foram literalmente ilegalizados, uma medida que permitiu uma ligeira redução do excessivo número de partidos; que neste momento é de 126, a maioria dos quais desconhecidos. De acordo com fontes não oficiais do Tribunal Supremo, apesar de se apresentarem como partidos políticos, muitos não passavam de meras comissões instaladoras, um dos passos iniciais para o processo de reconhecimento. «Constatamos que existiam muitas irregularidades no processo. Foram notificadas as Comissões Instaladoras, porque não as consideramos ainda como partidos políticos. Fizemos, sim, o cancelamento do processo destas comissões instaladoras, mas elas acabaram por apresentar recursos». Além dos 23, um outro grupo, composto por quatro comissões instaladoras, foi também notificado pelo Tribunal Supremo. Prevê-se que tenham o mesmo destino que os primeiros. A concretizar-se este processo, é provável então que o número de partidos políticos possa descer para uma cifra inferior a 100. Para chegar à fase de limpeza, as fontes do Tribunal Supremo garantiram que foi necessário um levantamento em quase todos os processos há cerca de dois anos, a fim de separar o trigo do joio. Só após a conclusão deste processo é que esta instância judicial poderá pronunciar-se sobre o número real de partidos existentes em Angola.

070224-0303

Quantos partidos têm existência legal?
Supremo não fornece os números oficiais

Após tenaz diligência, o Semanário Angolense bateu na trave. A entidade presidida por Cristiano André não se descoseu

Foram por água abaixo as diligências feitas pelo Semanário Angolense (SA) para obter a lista com o número exacto de partidos com existência legal. De sorte que os dados de que o jornal se socorre para elaborar o presente dossier podem pecar por defeito. O Tribunal Supremo, entidade que tem a incumbência de licenciar as formações políticas, recusou-se a fornecê-la, naquilo que, até prova em contrário, reputaremos sempre como uma incompreensível e escusada falta de colaboração. Esta matéria vinha sendo adiada desde o passado mês de Janeiro, à espera de dados exactos do Tribunal Supremo. Foi a pedido deste que após diligências preliminares, a 1 de Fevereiro último, o jornal remeteu a esta entidade uma carta a solicitar oficialmente os dados que pretendia. A resposta do Tribunal Supremo aconteceu transcorridos oito dias, tendo chegado à nossa Redacção apenas no dia 14. E que resposta, senhores! Como quem pretende desencorajar o jornal de uma vez por todas, o Tribunal Supremo pediu-nos para aguardar mais um mês. Foi por essa razão que o Semanário Angolense entendeu avançar com os dados de que dispunha. Este é, pois, o dossier possível.

070224-0303

Juristas, politólogos, sociólogos, etc. coincidem
O filtro não virá por decreto
Democracia efectiva e regularidade eleitoral serão a «solução natural»

O jurista Raul Araújo acha que o crescimento de partidos políticos em Angola, apesar de exagerado, é um fenómeno normal em democracias nascentes como a nossa. Considera, no entanto, que há muita gente oportunista a aproveitar-se da situação para amealhar dinheiro fácil. O ex-Bastonário da Ordem dos Advogados não preconiza medidas concretas para acabar com a proliferação de partidos políticos. Ele pensa é que será a realização de eleições periódicas - legislativas, presidenciais e autárquicas - a resolver o problema. Outro que acha que a solução para o problema está nas urnas é o sociólogo Paulo de Carvalho. Assim, os partidos que não obtiverem aceitação popular irão naturalmente desaparecer. Lamenta, todavia, que enquanto a situação se mantiver,

o Estado tenda a gastar muito dinheiro que poderia ser empregue para fins mais úteis como o combate à pobreza, por exemplo. Recém-regressado dos Estados Unidos, onde fez um mestrado em Ciência Política, Fernando Macedo preconiza a necessidade de uma mudança no «statu quo». Mas adverte não ser desejável que o filtro para travar o crescimento exagerado de partidos políticos seja decidido apenas e só por um grupo. Um recado evidente ao partido do governo que, segundo ele, «tem grandes responsabilidades na "invenção" (criação) de, pelo menos, alguns partidos». «É aconselhável que se instaure o debate público de forma diferente e que o conhecimento e saber – não a instrumentalização da ciência por via dos comités de especialidade – sejam convocados para o desenho de hipóteses de solução do problema. Alguns dos factores que podem concorrer para uma política refractária à negação da competição democrática são a realização normal e periódica de eleições, o quadro institucional e a política do quotidiano. Estes factores informam o processo de «selecção natural» no que concerne ao número de partidos políticos», pode ler-se no depoimento de Fernando Macedo. O único que não hesita e propõe medidas administrativas draconianas é o secretário-geral da União dos Escritores Angolanos, Adriano Botelho de Vasconcelos. Triplicar o número de assinaturas exigidas, estipular a obrigatoriedade das comissões instaladoras de partidos realizarem dois congressos constituintes para sancionarem a respectiva legalização são algumas das sugestões do escritor para que se ponha termo à balbúrdia. Rui Araújo, Paulo de Carvalho, Fernando Macedo e Adriano Botelho de Vasconcelos responderam à seguinte bateria de questões colocada pelo Semanário Angolense: 1. Concorda que temos um país com um exagerado número de partidos políticos?; 2. O que é que acha que está na origem deste fenómeno: uma legislação permissiva ou um outro factor?; 3. Que males concretos este espectro partidário distorcido acarreta ou pode acarretar para o país? e, 4. Que solução preconiza para o problema?

070224-0303

Paulo de Carvalho, Sociólogo

«A democracia nascente é permissível à vontade de enriquecimento rápido»

1. Acima de 100 partidos políticos é realmente muito, fundamentalmente se considerarmos que Angola é um país com baixa densidade populacional. Ainda que consideremos que só algumas dessas agremiações funcionam realmente como partidos políticos, a dispersão abona em desfavor da democracia. Da mesma forma como não é bom para a democracia nascente haver total predominância de um partido político, também não é bom que o espaço político tenha dezenas de agremiações políticas.

2. Não acredito que legislação diferente originasse consequência diferente. Penso que há acima de tudo duas causas. A primeira é a euforia, própria de quem nunca tinha vivido em democracia. A segunda é o facto de haver em Angola muita gente que se acha com capacidade para liderar em termos políticos. Ao invés de se preocuparem com uma boa formação e o correcto exercício de uma profissão, muitos angolanos pensam que só se pode vingar através da política, o que está errado. Mas é preciso não esquecer dois outros pormenores importantes. Um deles tem a ver com o facto de a esmagadora maioria dos partidos políticos angolanos ter sido criada no espaço sócio-cultural Kongo. Isso pode parecer contradição, se tivermos em conta que se trata do espaço sócio-cultural de maior união social e cultural. Para além de razões de natureza cultural, a perda do monopólio político nesse espaço por parte da Fnla pode estar na origem da proliferação de partidos políticos nascidos na área Kongo. O segundo pormenor está relacionado com a vontade de aproveitamento do espaço político para tirar dividendos económicos. Da mesma forma que existem supostas organizações não-governamentais que se aproveitam da permissividade e condescendência do Estado para funcionar como empresas (sem que sintam a pesada mão do Estado), a democracia nascente é permissível à vontade de enriquecimento através da criação de supostos partidos políticos (sem acção política de relevo e sem representarem sequer a vontade de 0,5% da população).

3. A partir do momento em que passe a haver eleições de forma regular, penso que não haverá consequências negativas para o país, pois quem não obtenha aceitação popular vai desaparecer naturalmente. Por agora, o que está mal é que essa situação faz com que se gaste dinheiro que poderia ser investido no desenvolvimento do país ou na luta contra a pobreza ou ainda encaminhado para o reforço da democracia. É claro que

sempre existe a possibilidade de virmos a ter um Parlamento que reflicta a actual dispersão do sistema partidário angolano. Não vejo grande probabilidade para que isso aconteça, mas temos de ter consciência que um Parlamento com dezenas de partidos políticos (como sucede na República Democrática do Congo, onde há acima de 60 partidos políticos) pode acarretar consequências negativas para a democracia nascente em Angola.

4. Como disse antes, a solução são as urnas. Não vejo qualquer outra hipótese, sobretudo por haver em Angola muita gente que se acha com capacidade e possibilidade de liderar. Portanto, quem não obtenha respaldo popular será forçado a desistir do intento de exercer o poder político. E isso será bom para o processo de democratização política em curso.

070224-0303

Raul Araújo, Jurista
«Não acredito em medidas administrativas»

A realização de eleições gerais e autárquicas com a periodicidade prevista na Constituição vai regular esta situação e determinar quais, de facto, os partidos que vão sobreviver politicamente. Não acredito que haja medidas administrativas que possam solucionar este fenómeno

1. Sem dúvida que sim.

2. Vários factores contribuem para esta situação. A jovem democracia existente no país faz com que haja uma tendência de formação de vários partidos. Em alguns casos um certo oportunismo porque há pessoas que acham que podem ganhar dinheiro a criar partidos. Há igualmente factores sociológicos que contribuem para esta situação. Veja quantos partidos têm origem nas populações do norte do país e quantos foram criados no centro e sul de Angola. Este é um estudo que deve ser feito e o resultado deve ser interessante.

3. O maior problema pode ser o dos cidadãos começarem a interrogar-se sobre a seriedade dos partidos políticos e a deixar de acreditar na sua bondade. Os partidos políticos são instituições fundamentais para o exercício da democracia política e têm um papel

essencial na educação política e mobilização dos cidadãos para o exercício da democracia. Os partidos políticos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do poder e devem trabalhar nesta perspectiva, respeitando os princípios constitucionais, a lei e as regras da democracia que todos dizem defender.

4. A realização de eleições gerais e autárquicas com a periodicidade prevista na Constituição vai regular esta situação e determinar quais, de facto, os partidos que vão sobreviver politicamente. Não acredito que haja medidas administrativas que possam solucionar este fenómeno, que, como disse, é normal em democracias nascentes.

070224-0303

Fernando Macedo, licenciado em Relações Internacionais
«Não é desejável que as soluções sejam decididas apenas e só por um grupo»

1. A qualidade da democracia não se afere apenas pelo número de partidos, embora estes tenham um papel indispensável nesta forma de governo. No caso angolano, a existência de mais de cem partidos políticos constitui sintoma de um mal de que padece a nossa política. Contudo, a liberdade de criação de partidos políticos, em democracia, não tem limitações de ordem numérica. Um dos factores que poderá estar na base da existência de tantos partidos políticos é a negação da política, embora esta esteja formalmente estabelecida na Lei Constitucional angolana. Por negação da política, no caso angolano, pode entender-se a não concretização da competição que lhe daria vida, pela recusa aos partidos na oposição à efectiva disputa do poder, em igualdade de circunstâncias, pela crítica e debate públicos enraizados nos interesses do corpo político. Um partido, tendo privatizado os órgãos de comunicação social do Estado, um bem público, permanentemente, faz propaganda política por via deles, em vez de ser confrontado com o debate crítico e a apresentação de políticas alternativas às suas. Não governa. Manipula, criando a ilusão de que não há alternativa à sua liderança.

2. Sou de opinião que se impõe uma mudança do status quo. A democracia (também) é definida como competição pelo poder político. Um jogo com regras predeterminadas que devem ser respeitadas pelos jogadores. A exposição ao eleitorado, por meio da apresentação de soluções para os problemas, por via dos órgãos de comunicação social, determina, em grande medida, a credibilidade dos partidos políticos e concorre para o sucesso ou insucesso no jogo que inclui o pleito eleitoral. O verbo e o fazer constituem os elementos essenciais e estruturantes do jogo político em democracia. Os partidos políticos devem ser induzidos ao debate permanente sobre os assuntos e problemas que preocupam, de facto, a comunidade política, apresentando soluções para esses mesmos problemas. Para que tal aconteça, é necessário que os jornais, as rádios e a televisão desempenhem o papel que lhes compete. Os órgãos de comunicação social privados, jornais e rádios, têm, com todos os defeitos e pecados que lhes são apontados, desempenhado melhor do que os órgãos de comunicação social do Estado o seu papel. Os eleitores precisam do maior número e diversidade possível de informações sobre os jogadores (ou equipas), para poderem fazer as suas escolhas.

3. Não é desejável que as soluções para o problema da existência de um número elevado de partidos políticos sejam decididas apenas e só por um grupo, que aliás tem grandes responsabilidades na «invenção» (criação) de, pelo menos, alguns partidos. É aconselhável que se instaure o debate público de forma diferente e que o conhecimento e saber – não a instrumentalização da ciência por via dos comités de especialidade – sejam convocados para o desenho de hipóteses de solução do problema. Alguns dos factores que podem concorrer para uma política refractária à negação da competição democrática são a realização normal e periódica de eleições, o quadro institucional e a política do quotidiano. Estes factores ora enumerados informam o processo de «selecção natural» no que concerne ao número de partidos políticos. Os sistemas eleitorais, maioritários ou proporcionais e as regras atinentes aos requisitos para a formação e permanência dos partidos políticos, elementos constitutivos do quadro institucional, têm diferentes implicações para o sistema de partidos políticos. Eles podem ser adoptados por via de legislação por serem técnicas de organização dos sistemas de partidos: a sua combinação óptima tendo em vista certos e determinados objectivos é uma arte.

Nas sociedades abertas dos nossos dias parece que a representatividade política dos partidos políticos depende cada vez mais da equação em que estes conseguem incorporar os anseios, preocupações e problemas do corpo político, e apresentam soluções com as quais segmentos significativos do eleitorado se identifiquem. Esta equação tem sido confirmada pela tendência para ciclos de exercício de poder por uma ou duas legislaturas (ou mandatos) do partido A ou B. A representatividade terá, assim, uma forte correlação com a vontade dos membros da comunidade política. Note-se que a representatividade, no sentido de os partidos conseguirem o maior número de votos possíveis, nas democracias consolidadas, muda de depositário, com regularidade, à excepção dos fenómenos como a «mexicanização» ou «bongolização» da política. Mas, mais uma vez, é relevante o papel dos órgãos de comunicação social como co-formatadores do espaço público, entendido esse espaço como aquele em que correntes e grupos com os mais variados interesses expressam as suas posições visando influenciar o curso das políticas públicas.

4. É provável que se possa corrigir o sistema de partidos políticos angolano com um quadro institucional arquitectado para o efeito. Porém, a institucionalização, de facto, da política como um jogo (competição), em concomitância com outros factores, alguns dos quais acima referidos, parece constituir o agente determinante da alteração que se pretende em relação ao número elevadíssimo de partidos políticos existentes.

070224-0303

Adriano Botelho de Vasconcelos, Escritor
«A maior parte dos partidos são feudos onde se cria a cultura da autocracia»

1. Sim, temos um número exagerado de partidos, mas é ainda mais preocupante a qualidade de intervenção ideológica, política e de pluralidade interna desses mesmos partidos que qualifico de «invisíveis». Teríamos um outro País se essa centena de partidos da oposição tivesse substância, mas, infelizmente, o que tem vingado é o descrédito da classe política.

2. A legislação deve ser mais exigente. A maior parte dos partidos existentes, infelizmente, há mais de 15 anos que não realizam os seus congressos, não estimulam a alternância interna. São pequenos feudos onde, na verdade, se cria a mais perigosa cultura autocrática.

3. Funciona como um espelho. Os líderes quererão ter uma imagem de poder nunca sufragado pelos seus confrades, pois só esses conhecem como ninguém os seus defeitos e virtudes. E o fascínio que toca os seus discípulos…ah! é ainda mais perigoso, esses continuadores tornam-se em modelos inacabados e politicamente mais imprevisíveis.

4. Dever-se-á avançar em vários aspectos nucleares: triplicar o número de assinaturas exigidas e, no quadro de uma nova lei, estipular a devida obrigatoriedade de realização de dois congressos constituintes do partido até então forjado e idealizado por uma «Comissão de instalação». Cada um dos eventos magnos terá que ser realizados no espaço de 4 anos, ou seja, só oito anos depois é que o tribunal daria por concluído o processo legal de registo. Outrossim, estabelecer como paradigma obrigatório dos estatutos de todos os partidos, o princípio das primárias ou directas até para que o País conheça primeiro o potencial humano, intelectual, tecnocrático e de tolerância e coabitação no seio dos partidos. Os eleitores não podem ter dúvidas sobre a dimensão humana e política dos seus potenciais líderes. Falo ainda da efectiva proibição do «voto sem urna» nos processos de eleição dos dirigentes partidários até para que os votos nos partidos não tenham «rostos». Permita-me avançar com mais uma sugestão: assim como existe crime por parte dos gestores das organizações empresariais que não apresentam o R&C aos seus sócios, para os partidos, a falta de realização de dois congressos nas datas oficiais, deveria penalizar os seus líderes prevaricadores, naturalmente, arredando-os mesmo dos seus lugares de direcção. Por último, esse novo quadro legal deveria conter uma alínea que permitisse o simples processo de anulação do registo oficial dos partidos que, em três pleitos eleitorais legislativos, não obtivessem assentos no Parlamento. Doze anos de insucesso político, de rejeição do eleitorado são suficientes para que se tenha uma noção da falência política desses partidos que seriam visados pelo novo paradigma.

070224-0303

Caetano de Sousa e o «superávit» de partidos políticos
Assim não vamos a lado algum

Apesar da insistência do Semanário Angolense, tanto o presidente da Comissão Nacional Eleitoral (Cne), Caetano de Sousa, quanto o seu porta-voz, Adão de Almeida, não exprimiram os seus pontos de vista sobre o assunto em causa. São depoimentos que certamente enriqueceriam este dossier, porque saberíamos, por exemplo, como ficarão os boletins de voto no caso de os mais de 120 partidos concorrerem sozinhos às legislativas do próximo ano. Será que teremos de recorrer a brochuras com pelo menos 20 páginas? As tentativas do SA foram frustradas porque Caetano de Sousa deslocou-se à Africa do Sul em missão de serviço, depois de ter prometido que contactaria o jornal, o que não aconteceu. Por seu turno, Adão de Almeida alegou que precisava da autorização do seu superior hierárquico, mas o certo é que, posteriormente, as chamadas telefónicas que efectuamos não foram atendidas. Para colmatar a ausência de um pronunciamento actualizado da Cne, o SA socorreu-se de excertos de uma comunicação do juiz Caetano de Sousa, intitulada «O papel das eleições no fortalecimento da paz e da democracia», apresentada durante o Seminário Nacional sobre Educação Cívica, realizado há aproximadamente dois anos, em Luanda. Nessa altura, de acordo com o que apurou o Semanário Angolense, o referido magistrado falava na existência de 105 partidos políticos, mas é ponto assente que nos anos seguintes o número aumentou. As afirmações de Caetano de Sousa já então indicavam que, mesmo ao nível do Tribunal Supremo, de que é vice-presidente, existiam fortes preocupações por causa do amplo número de partidos políticos, tendo chamado a atenção para o risco que isso constitui para a sociedade angolana. «Angola não irá a lado algum com um número elevado de partidos políticos e muitos deles jamais terão assento parlamentar, mesmo depois das próximas eleições. Não há tantas ideologias políticas entre os nossos partidos, pelo que juntar muitos num só é uma saída para resolver o problema», dizia então Caetano de Sousa. De acordo com uma proposta do magistrado, formar coligações seria «ideal para a resolução do problema no período do sufrágio», exemplificando com o que ocorreu em 1992, quando um grupo de oito partidos constituiu a AD-

Coligação. Este grupo, que teve Simão Cacete como seu candidato presidencial, conseguiu apenas um lugar nas legislativas, ocupado actualmente por João Viera Lopes, um membro da Frente para a Democracia. «Todos os partidos não caberiam na Assembleia Nacional. E se formos às eleições com um limite de 300 partidos, em que Assembleia vão ter assento? Os cidadãos é que vão penalizá-los e resolver o problema dos partidos políticos», assegurou Caetano de Sousa.

070224-0303

Mais fracos estão os extraparlamentares
Nem a união faz a força

Contrariamente ao que apregoa o velho ditado, segundo o qual «a união faz a força», no que diz respeito aos partidos extraparlamentares a realidade parece mostrar o inverso. Apesar do número existente de coligações feitas entre eles, a última das quais constituída em finais do ano passado, estes grupos encontram-se cada vez mais fracos, incapazes até de criarem factos políticos ou promoverem manifestações em que todos os seus militantes juntos possam, pelo menos, abarrotar o minúsculo Pavilhão Gimno-Desportivo da Cidadela. Houve épocas em que os Partidos da Oposição Civil (Poc), que congregava 10 membros, alguns dos quais com representação parlamentar, ainda conseguiam reagir aos acontecimentos políticos, mas o grupo caiu no esquecimento desde a altura em que o seu líder, Paulino Pinto João, começou a ter problemas de saúde. Os discípulos deste, nomeadamente Manuel Fernandes e Quintino Moreira, não conseguiram segurar o barco e hoje é seguramente um assunto encerrado. Nos últimos dois anos, surgiu, para surpresa de muitos, uma até então desconhecida Plataforma Política Eleitoral (Ppe), liderada por outro ilustre incógnito: Adão Joaquim. Esta coligação, que algumas vezes é referida como sendo integrada por 26 formações políticas e outras vezes por 50 (mas que exagero!), dificilmente cria factos políticos. As poucas vezes que saiu da toca ou foi para corroborar uma afirmação do Presidente da República ou para reclamar dinheiro a que diz ter direito. A única vez que o PPE criou uma «notícia», pela negativa, foi quando, irresponsavelmente, numa fase em que os angolanos estavam mais empenhados em consolidar a paz alcançada, um dos seus dirigentes veio a público afirmar que tinha informações de que, mesmo depois do

fim da guerra, a Unita ainda possuía 23 mil paióis espalhados pelos vários cantos do país. Dizia ele, na altura, que tinha chegado a esta constatação depois de um trabalho realizado pelos membros da coligação no interior. Não muito distante daquilo que tem sido o desempenho das suas homólogas, surge o Conselho Político da Oposição. Se não sai da toca para corroborar com alguma coisa, então a missão é outra e praticamente conhecida: reclamar dinheiro e sempre dinheiro, chegando ao cúmulo de um dos seus responsáveis, que atende pelo nome de Mateus Jorge, ter vindo a público reclamar da exiguidade dos montantes que tem recebido do Ministério das Finanças. Como se não bastassem os 114 mil dólares que o seu dispensável conglomerado recebe sem qualquer mérito, sendo que a maior parte desse dinheiro é gasto com a aquisição de viaturas de uso pessoal, Mateus Jorge defendeu que aquel quantia deveria ser incrementada para 400 mil dólares norte-americanos todos os anos. Quanto a AD Coligação, constituída por três partidos, agora sob batuta de Kenguele Jorge, pouco ou nada se sabe. Depois da audiência com o PR, no âmbito das consultas realizadas por este, não há iniciativas políticas e o grupo parece estar de patas ao ar, sobretudo após as tentativas de afastamento do deputado que a representa na Assembleia Nacional, o médico João Vieira Lopes. Além das coligações mencionadas, existem outras, de acordo com uma lista publicada nos últimos dois anos pelo Tribunal Supremo, cujos líderes e as próprias estruturas não funcionam. Desde 1992, altura em que foram realizadas as únicas eleições em Angola, alguém se lembra de ter ouvido falar em Fofoc (Fórum Fraternal Angolano- Coligação), constituído por cinco partidos; Utpa (União Tendência Presidencial de Angola), 3; Cdo (Conselho Democrático da Oposição), 5; ou Fresa-Pjsd (Frente Juvenil da Salvação-Partido Juvenil Social Democracia), 5?

070224-0303

Multiplicação de Partidos Políticos
Mpla lava as mãos e atira as culpas aos maiores adversários na oposição

Em 1992, no dealbar da era multipartidária, o Mpla tentou endurecer as regras para a criação de partidos políticos, mas foi «travado» pela Unita e Fnla, que o acusaram de pretender cercear a democracia. Até hoje, os «camaradas» continuam convencidos que a partir dali

perdeu-se uma boa oportunidade para travar a «partidomania»

Enquanto a sociedade procura as causas para a intrigante proliferação de partidos políticos, a maior parte dos quais desconhecidos e sem expressão, o Mpla tem uma explicação para o fenómeno: a condescendência da Unita e da Fnla. «Se hoje temos esse número elevadíssimo de partidos a culpa deve ser inteiramente atribuída à Unita e à Fnla, já que foram elas que permitiram este estado de coisas», conforme disse ao Semanário Angolense um dirigente do Mpla, que pediu para não ser identificado uma vez que exprimia apenas as suas opiniões. Esse dirigente do Mpla diz que as sementes da balbúrdia foram lançadas em 1992, por altura da realização da conferência multipartidária, um evento que reuniu em Luanda os três grandes da política angolana e mais dois partidos recém-criados. Nesse evento, o Mpla sugeriu que a criação de um partido político deveria ser sustentada por um mínimo de três mil assinaturas. «A Unita e a Fnla acusaram-nos imediatamente de pretendermos controlar e cercear a democracia», defende-se o dirigente do Mpla. Provavelmente, diz o dirigente da «grande família», a Unita e a Fnla guiaram-se pela lógica de que quantos mais partidos mais enfraqueceriam o Mpla. «Mas a realidade hoje mostra que as coisas não funcionam assim». Ficou-se, então, pelo meio-termo, colocando-se a fasquia nas 1.500 assinaturas. Além da significativa redução, a multipartidária criou um extraordinário incentivo ao surgimento da «partidomania»: estabeleceu-se que aos partidos já então existentes deveriam ser atribuídos 50 mil dólares para cobrir as despesas do seu funcionamento e a valor idêntico teriam direito todas as comissões instaladoras dos futuros partidos políticos. A generosidade dos cofres públicos estendeu-se por três anos. Quando, finalmente, o Governo «descobriu» que não tinha «caixa» para suportar tanta despesa, pouco mais havia a fazer: o Tribunal Supremo já tinha legalizado 53 partidos políticos e 200 comissões instaladoras acotovelavam-se na bicha para obterem o reconhecimento oficial. Estávamos em 1995. Dois anos depois, em 1997, a Assembleia Nacional fez uma revisão à Lei dos Partidos Políticos, com o que se pretendeu tornar mais decente o processo de constituição de formações políticas. Ficou estabelecido que o reconhecimento de um Partido Político é requerido por um mínimo de 5 mil cidadãos maiores de 18 anos. No mesmo ano, a Assembleia Nacional aprovou a Lei do

Financiamento aos Partidos Políticos (Lei n.º3/97) que limitava a assistência financeira do Estado aos partidos ou coligações que tivessem representação parlamentar. Mas nessa altura já estavam licenciados mais de 100 partidos e quase duas centenas de comissões instaladoras continuavam a «esfregar-se» no Tribunal Supremo. «O que lhe digo é que a balbúrdia que hoje vivemos teria sido evitada se os partidos adultos tivessem adoptado dispositivos mais rígidos. O que hoje vemos é uma vergonha. Há muitas fragilidades nestes partidos. Há uma enorme apetência pelo dinheiro e isso fica muito evidente quando há cisões internas. Quando há crises internas, o que cada ala faz em primeiro lugar é escrever ao ministro das Finanças para reclamar para si os subsídios públicos. Está mesmo muito claro que grande parte destes partidos só persegue um fim: o dinheiro», diz, desconsolado, o dirigente do Mpla. Quando interrogado sobre se o seu partido já atirou a toalha ao tapete, o dirigente do Mpla afirma: «Nem pensar! Vamos continuar a batalhar para que o país tenha apenas o número de partidos estritamente necessários. Não, não atiramos a toalha ao tapete. Vamos continuar a lutar para que o exercício da política não seja confundido com a corrida ao dinheiro».

070224-0303

Alcides Sakala, presidente da bancada parlamentar da Unita

A «cogumelização» de partidos será resolvida com a realização de eleições regulares

Alcides Sakala, presidente do Grupo Parlamentar da Unita, não se mostra muito preocupado com a proliferação de partidos políticos. Reagindo à acusação de que a Unita e a Fnla seriam os responsáveis pelo surgimento do elevado número de partidos políticos que «empestam» o panorama angolano, Sakala diz-se despreocupado a atribui esse fenómeno ao contexto histórico determinado. «O assunto deve ser visto do ponto de vista sociológico. Devemos entender isso à luz da realidade africana, onde nos inserimos, em que as democracias nascentes coincidiram com o surgimento de um elevado número de partidos políticos. Temos um exemplo disso, aqui mesmo ao lado, no ex-Zaíre». O

dirigente da Unita acredita que Angola está perante um fenómeno passageiro. «À medida que o tempo passa vai haver uma redução drástica desses partidos. O que é necessário é que as pessoas compreendam o contexto histórico em que isso acontece. Foram os Acordos de Bicesse que abriram o caminho». Para Alcides Sakala não faz hoje qualquer sentido responsabilizar A ou B pelo elevado número de partidos políticos que existem em Angola. «Aquilo que o Mpla faz é propaganda que não resolve o problema». Para ele, a «cogumelização da política angolana só será resolvida com a realização regular de eleições no país».

070224-0303

Membro da Comissão de Economia e Finanças da AN revela 90 por cento dos subsídios são esbanjados em carros usados

A Assembleia Nacional é a entidade para onde as direcções dos partidos extraparlamentares remetem, em primeira instância, os seus relatórios e contas para justificar a aplicação que dão aos subsídios atribuídos pelo Estado. Mas, contrariando as expectativas públicas, este processo tem decorrido de forma atabalhoada e sem o menor rigor, permitindo que a maioria dos responsáveis destas agremiações esbanje em bens supérfluos verbas que era suposto serem aplicadas em actividades políticas. Em posse do relatório e contas de uma formação extraparlamentar, os deputados da quinta comissão (Economia e Finanças) constatam, via de regra, que 90 cento do subsídio foi gasto na aquisição de viaturas para uso pessoal. Apenas uma cifra muito inferior a esta é empregue para o pagamento de rendas de instalações e para o financiamento de actividades políticas. Apesar de ser a emanação do seu objecto social, a esta última rubrica destinam-se em geral montantes irrisórios, numa clara demonstração de que os seus líderes não andam nada preocupados com a política propriamente dita, mas sim com a acomodação material. Muitas destas despesas são mencionadas sem os respectivos comprovativos, mas constata-se que o próprio Parlamento nem sequer os exige e muito menos o Ministério das Finanças, para onde são encaminhados os respectivos relatórios de contas, deixando assim o caminho aberto para falcatruas. Na Assembleia Nacional, os parlamentares esperam que o Tribunal de Contas entre em campo para apurar o destino dado a centenas de

milhares, se não milhões, de dólares, que poderiam ter destinos mais úteis. «Sem medo de errar, posso afirmar que 90 ou 95 por cento destes partidos recebem dinheiro à-toa. Não têm visibilidade nem desenvolvem qualquer actividade política», disse ao Semanário Angolense um membro da Quinta Comissão da Assembleia Nacional. Segundo ele, os deputados chegam a confrontar-se com episódios verdadeiramente caricatos, em que recebem três ou quatro relatórios em nome de um único partido: um assinado pelo presidente da organização e outros subscritos pelos vice-presidente, secretário-geral e tesoureiro, respectivamente. Casos do género ocorrem sobretudo quando há divergências no interior de alguns partidos ou quando a apresentação dos relatórios está atrasada e os líderes não querem ver a sua fatia do bolo passar-lhes ao lado. De acordo ainda com esse deputado, uma insuficiência na contabiliade dos partidos decorre do facto de «não haver um modelo tipo para as prestações de contas, facto que permite que cada um rabisque o que bem entender e como quiser, sem recorrer, primeiramente, a uma auditoria interna e outra externa». Prevê-se que dentro dos próximos anos já haja um modelo tipo para prestação de contas, para cuja elaboração estão neste momento a trabalhar alguns sectores do Parlamento. Até lá, o guia de prestação de contas será o das empresas públicas. Num leque de 108 formações, que neste momento têm os cofres do Ministério das Finanças completamente escancarados, somente 50 ou 60 por cento deles apresentam relatórios razoáveis. «O resto é um desastre. Ao ponto de alguns mencionarem nos seus pareceres que emprestaram dinheiro a um membro do partido ou fizeram um vale ao próprio presidente, compraram uma lapiseira ou um espelho na rua. Isso levou-nos a concluir que, em vês de partidos, estamos a lidar mais com algumas lavras de amigos e parentes, do que instituições sérias».

070224-0303

Mais do que as mães…

Ao «banquete» de mais de 45 milhões de dólares com que o Governo presenteou os partidos políticos apresentaram-se 126 comensais. A maior parte desses partidos são desconhecidos dos angolanos. É até improvável que todos eles tenham Estatutos e Programas, como estabelece a Lei n.º 2/05, de 1 de Julho de 2005. Não é também garantido, como estipula a mesma lei, que a actividade desses partidos, nos planos local,

nacional e internacional, seja do conhecimento da maior parte dos cidadãos angolanos. Como os leitores verificarão, a falta de imaginação é tão grande que muitos partidos quase partilham os mesmos folclóricos nomes. Vejamos, então, a lista de partidos que os angolanos são forçados a financiar. Há aqui nomes para todos os gostos, feitios e desgostos.

. Aliança Democrática para Libertação de Angola
. Aliança Democrática dos Povos Angolanos
. Aliança Democrática Trabalhista de Angola
. Aliança Nacional
. Aliança Nacional Democrática
. Aliança Democrática Angolana Cristã
. Aliança do Povo Independente Democrático Angolano
. Aliança Nacional Independente Democrático de Angola
. Convenção Nacional Democrática de Angola
. Centro Democrático Social
. Congresso Nacional Angolano
. Congresso de Aliança Democrática Angolana
. Frente Nacional de Libertação de Angola
. Frente Nacional do Desenvolvimento Democrático
. Frente Social Democrata para o Progresso
. Frente para Democracia
. Frente Unida para a Liberdade de Angola
. Frente Unida de Salvação de Angola
. Fórum Integral Juvenil
. Frente Juvenil de Salvação – Partido Juvenil da Social
. Frente de Esperança para Democracia em Angola
. Movimento Popular de Libertação de Angola
. Movimento Democrático da Defesa dos Interesses de Angola
.Partido da Consciência Nacional
. Movimento Democrático de Angola
. Movimento Independente Democrático de Angola
. Movimento Nacional Democrático
. Movimento Nacional para Estabilidade e Progresso
. Movimento para Democracia de Angola
. Movimento Patriótico Renovador de Salvação Nacional
. Partido da Aliança Juventude Operários e camponeses de Angola
. Partido Social Democrata
. Partido Renovador Democrata
. Partido Renovador Social
. Partido Nacional Democrático Angolano
. Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola
. Partido Liberal Democrático

. Partido Angolano Conservador da Identidade Africana
. Partido Angolano Conservador do Povo
. Partido de Apoio para Democracia e Desenvolvimento de Angola
. Partido Angolano do Desenvolvimento Social
. Partido Angolano Independente
. Partido Angolano para os Interesses Democráticos
. Partido de Apoio a Liberdade e Democracia de Angola
. Partido da Aliança Livre da Maioria Angolano
. Partido da Aliança Pacífica e Progresso de Angola
. Partido Angolano para Unidade e Desenvolvimento
. Partido Angolano para Unidade, Democracia e Desenvolvimento
. Partido Angolano Liberal
. Partido Democrático Pacífico de Angola
. Partido Conservador
. Partido Congressista Angolano
. Partido da Comunidade Comunista Angolano
. Partido da Convergência Democrática Angolana
. Partido da Convergência Democrática e Progresso
. Partido da Classe Operária Camponesa
. Partido da Convergência Nacional
. Partido Comunista Renovador Angolano
. Partido da Comunidade Socialista Angolano
. Partido Democrático Angolano
. Partido Democrático Liberal Angolano
. Partido do Desenvolvimento Operário Angolano
. Partido Democrático para o Progresso social
. Partido Democrático Radical de Angola
. Partido Democrático dos Trabalhadores
. Partido Democrático Unificado de Angola
. Partido de Expressão Livre Angolano
. Partido da Frente Democrática de Angola
. Partido Independente Renovador
. Partido Liberal Democrático para Solidariedade
. Partido Liberal para o Progresso de Angola
. Partido Nacional
. Partido Nacional dos Camponeses Angolanos
. Partido Nacional Ecológico de Angola
. Partido Nacional Independente de Angola
. Partido Nacional Progressista de Angola
. Partido Operário Social Democrático de Angola
. Partido Progressista Democrático de Angola
. Partido Progressista Democrático Liberal de Angola
. Partido Popular Social Democrata
. Partido Reformador de Angola
. Partido Restaurador da Esperança - Partido Verde
. Partido Republicano da Juventude de Angola
. Partido Republicano Social Democrático

. Partido Socialista Angolano
. Partido da Solidariedade e Consciência d Angola
. Partido Social Democrático de Angola
. Partido Social Independente de Angola
. Partido Socialista Angolano
. Partido Liberal para Unidade Nacional
. Partido de Salvação Nacional
. Partido Social da Paz de Angola
. Partido Trabalhista de Angola
. Partido para Unidade Nacional de Angola
. Partido Unido do Povo
. Partido Nacional d Salvação de Angola
. Partido Republicano Conservador de Angola
. Partido Democrático Social
. Partido de Apoio a Liberdade Linguística de Angola
. Partido de Reunificação do Povo Angolano
. Partido Democrático Nacional
. Partido de Massas Democrático
. Partido Angolano Republicano
. Partido Unido dos Renovadores Angolanos
. Partido de Reconstrução Nacional
. Partido Pacífico Angolano
. Partido Republicano de Angola
. Partido de Unidade de Angola para o Desenvolvimento
. Tendência de Reflexão Democrática
. União Angolana para a Paz Democracia e Desenvolvimento
. União Democrática Nacional de Angola
. União Nacional Angola – Partido Terra
. União Democrática dos Povos de Angola
. União Liberal Democrática de Angola
. União Nacional para Democracia
. União Nacional para Democracia e Progresso
. União Nacional da Luz para democracia e Desenvolvimento de Angola
. União Social Democrática
. União do Povo Angolano
. União Nacional da Renascença Democrática
. União Nacional para Independência Total da Angola

. Unificação Democrática Angolana

070224-0303

PALAVRA FINAL
O drama de gastar mais com partidos do que em cloroquina
Severino Carlos

A manutenção de partidos sem representatividade nacional privou o país de dinheiro para comprar, por exemplo, mais aparelhos de ressonância magnética e para livrar milhares de pessoas da doença do sono

Neste dossier dedicado à nossa estrambólica paisagem partidária, não tratamos apenas de ver as virtudes intrínsecas a um processo de drástica redução das formações políticas. Tal como as coisas andam, antes de tudo há lugar para que questionemos e duvidemos da legalidade destes partidos. Há algo aqui que não bate certo. Os partidos continuam a multiplicar-se como cogumelos apesar de as autoridades terem, até certo ponto, adoptado nos últimos anos disposições normativas mais rígidas para o seu licenciamento. De 5 mil assinaturas que eram exigidas para um partido lograr existência legal, as últimas disposições introduzidas na Lei dos Partidos Políticos passaram a estabelecer que as comissões instaladoras depositem no Tribunal Supremo um mínimo de 7.500 subscrições, das quais pelo menos 150 em cada província – ver comparação nesta página. Esta disposição, pelos vistos, não impediu que o número de partidos aumentasse. Em conformidade com os números manuseados pela Comissão Nacional Eleitoral e pelo Gabinete para Assuntos Parlamentares, Políticos e Sociais do Secretariado do Conselho de Ministros, para acompanhar a operação de registo eleitoral foram inscritos 126 partidos. Este é, pois, o dado que em termos oficiosos nos indica o número aproximado de partidos com existência legal no país. Daqui podemos tirar duas conclusões: ou a barreira é manifestamente insuficiente, ou então os candidatos a partidos continuam, como foi visto no passado, a forjar os documentos necessários para o seu licenciamento, com o que se estaria a incorrer em violação da alínea c do nº2 do artigo 14º da Lei, que estabelece que os partidos que querem licenciar-se devem apresentar ao Tribunal Supremo fotocópias do BI, do passaporte ou do cartão de eleitor de cada um dos 7.500 subscritores. O quotidiano deste país está prenhe de casos que comprovam que adquirir documentos de identidade importantes como o BI ou o passaporte por meios fraudulentos é algo que virou rotina e é feito por gente aparentemente bem reputada. Mesmo que consideremos que a meta de arrecadar 7.500 adeptos esteja perfeitamente ao alcance dos partidos, não deixa de ser estranho que os nomes dos subscritores destas formações, cujas assinaturas foram consideradas

válidas, nunca tenham sido publicados em editais para conhecimento público, conforme estabelece a legislação vigente. Esta prescreve, de facto, que os nomes dos subscritores dos partidos licenciados sejam tornados públicos em cada uma das capitais de províncias. Até onde vai o nosso conhecimento, tal não tem acontecido, nem mesmo em Luanda, o que não deixa de ser estranho. Há fortes suspeitas de que muitos destes partidos estejam a pescar nas mesmas águas – isto é, a partilhar os mesmos militantes –, algo que a lei condena ao estabelecer que ninguém pode estar inscrito simultaneamente em mais do que um partido, nem subscrever o pedido de inscrição de uma formação política enquanto estiver vinculado a outra. Tememos que isto esteja a ocorrer com muitos destes partidos. Todos estamos lembrados do célebre processo que envolveu um finado líder partidário, acusado de se ter apropriado, sem autorização, de fotocópias retiradas de processos de alunos seus, para legalizar o seu partido. Não é difícil presumir que muitos daqueles estudantes estariam provavelmente inscritos noutros partidos. É inquestionável que não pode haver democracia sem partidos políticos. Nem partidos sem dinheiro. Mas o financiamento da democracia tem de ser criteriosamente sopesado, em harmonia e equilíbrio com o que se gasta noutros sectores da vida do país. Nos nossos 14 anos de democracia multipartidária, o financiamento de partidos políticos tem saído muito caro: Usd 538.835. 500.00 (ver quadro na página seguinte). Há claros casos de gastos que impedem o país de fazer provisão em meios extremamente úteis para os cidadãos. Ao longo desse tempo, por exemplo, um partido como o Pnda, de que quase ninguém ouve falar, privou o Estado de uma soma equivalente a Usd 719.670.00 (ver quadro) que teria dado para adquirir, a custo de fábrica, um equipamento importante no sector da Saúde como é o aparelho de ressonância magnética, de que Angola só agora passou a dispor. Na realidade, há que repensar o que tem sido gasto com a manutenção de partidos, cuja utilidade já vimos que é pouco mais do que duvidosa. É dinheiro que serviria para acudir carências dramáticas no país. Neste momento, por exemplo, o Ministério da Saúde grita por 5 milhões de dólares que poderiam livrar milhares e milhares de pessoas ameaçadas pela doença do sono, mas isso não impediu o Governo de, num acender de fósforos, abrir os cordões à bolsa e atribuir 200 mil dólares a cada um dos 126 partidos que acompanham o processo de registo eleitoral. Ou seja, há mais de 45 milhões de dólares para entregar a partidos que já declararam não

saber nem ter meios para gastar tanto dinheiro, e não há 5 milhões para tirar milhares de cidadãos das garras da terrível tsé-tsé. É a mesma vergonha que ocorre com a educação. Agora mesmo acaba de arrancar o ano lectivo e vemos que subsistem os dramas de sempre: milhares e milhares de pessoas fora do sistema escolar, alegadamente por falta de recursos financeiros, para construir e equipar escolas, que afinal são esbanjados com partidos e políticos que não trazem valor acrescentado ao país. A mais pequena análise de custos e benefícios mostra-nos que há aqui uma visão errática por parte das autoridades. Vivemos num país em que as empresas despendem montantes incríveis em direitos aduaneiros pela importação de equipamentos e matérias-primas vitais para a produção nacional, ao passo que partidos de existência e utilidade duvidosas estão isentos do pagamento de direitos aduaneiros de bens que necessitem. Angola, aliás, deve ser um caso raro, senão único, em muitos dos benefícios e vantagens que são atribuídos aos partidos e aos respectivos líderes. Além dos subsídios que recebem anualmente, partidos e coligações com assento na Assembleia Nacional estão isentos do pagamento do imposto de selo, de consumo e sobre as sucessões e doações que façam. Além de estarem igualmente isentos do imposto predial, eles também não pagam o Sisa pela aquisição de edifícios para a instalação da sede, delegações e outros serviços. Angola também deve ser um caso raro em que os presidentes de partidos representados na Assembleia Nacional têm direito a uso de passaporte diplomático. Quanto ao passaporte de serviço, este virou uma banalidade a que têm direito até os presidentes de partidos extraparlamentares. Ao que chegamos! Enfim, havendo vontade política, é possível reavaliar, de forma integral e honesta, o processo que levou à legalização do número descomunal de partidos que temos hoje no país. Trata-se de qualquer coisa que chega a ser imoral para a nossa realidade, pelas razões que acabámos de ver. Ganharíamos todos. Seja porque a redução implicaria desde logo uma menor depauperação do erário, seja também porque a própria democracia sairia mais fortalecida. Aliás, a manutenção do «status quo» apenas interessa à dupla de partidos maioritários, Mpla e Unita, os únicos a quem aproveita ter ao redor uma multiplicidade de pequenos bandos a brincarem aos partidos.

070224-0303

Lei nº 2/97- DR N.º 11, I.ª Série, de 13 de Março de 1997

Artigo 14.º (Pedido de inscrição)

A inscrição de um Partido Político é feita a requerimento de, no mínimo, cinco mil cidadãos maiores de dezoito anos e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, devendo entre os requerentes figurar pelo menos cento e cinquenta residentes em cada uma das Províncias que integram o país.

xxxxxxx

070218-23

Miala vai a tribunal

Além de outro crime que lhe é imputado, o antigo chefe do Sie deverá responder em juízo pelo facto de não se ter apresentado no Ministério da Defesa para o acto oficial de despromoção ordenada pelo Comandante-em-Chefe das Faa

Levou algum tempo, mas a promessa reflectida no comunicado emitido pelos Serviços de Apoio ao Presidente da República a 2 de Abril de 2006 segundo a qual estavam previstas «a aplicação, a seu tempo (...), de medidas de carácter jurídico-legal» contra a antiga direcção do Serviço de Inteligência Externa (Sie) pode estar à beira de se consumar. O Semanário Angolense soube de fonte oficial que o general Fernando Garcia Miala, antigo director do Sie, é objecto de uma investigação - a segunda - cujos resultados poderão desembocar num processo judicial ou num processo disciplinar - o segundo, ou ainda em nada. Fernando Miala está a ser investigado por uma comissão que inclui oficiais da Polícia Judiciária Militar, Procuradoria Militar, Direcção Nacional de Investigação Criminal (Dnic) e do Sinfo, Serviços de Informação e Análise. As fontes contactadas pelo SA disseram que as investigações já produziram matéria suficiente para que Fernando Miala seja indiciado em pelo menos um crime. Não foi avançada a natureza do alegado crime, mas fontes associadas a este caso têm como certo que Miala deverá responder em juízo pelo facto de não se ter

apresentado no Ministério da Defesa para o acto oficial de despromoção ordenada pelo Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, José Eduardo dos Santos, após a conclusão da sindicância que ele próprio mandara instaurar contra a antiga direcção do Serviço de Inteligência Externa. Naquela mesma altura, o Comandante-em-Chefe das Faa ordenara, também, a passagem à reserva compulsiva de Fernando Garcia Miala, a despromoção e licenciamento compulsivo do coronel Miguel Francisco André e o afastamento, igualmente compulsivo, dos tenentes-coronéis Maria da Conceição Domingas e Ferraz António, todos eles até então oficiais de primeiro plano do Sie. O mote para a investigação conduzida por uma comissão expressamente constituída pelo Presidente da República foi a discussão, pelos antigos oficiais do Sie, da possibilidade de tomarem «medidas activas». A investigação que se seguiu à alusão a essa possibilidade constatou irregularidades como «a criação pelo Sie de órgãos alheios à missão e vocação do serviço», «aquisição de equipamento de inteligência sem autorização do Presidente da Republica», «intromissão do Sie nas actividades da segurança Presidencial sem orientação superior», «realização de expedientes operativos de investigação secreta contra determinadas actividades do Governo de carácter restrito, investigação contra membros do Governo, funcionários dos Serviços de Apoio ao PR, assim como violação às normas que impunham a apresentação de planos de funcionamento», bem como outras acusações. Segundo o que apurou este Semanário, as constatações apuradas pela Comissão de Sindicância farão parte do miolo do que deverá ser o libelo acusatório contra Fernando Garcia Miala. As constatações apuradas pela Comissão de Sindicância bem como a advertência segundo o qual estavam previstas «a aplicação, a seu tempo (...) de medidas de carácter jurídico-legal» eram, segundo fonte bem informada, dossiers arquivados, condenados a reaparecem um dia distante pela mão de um historiador qualquer. A sua «ressurreição», há dois meses, foi ditada pelo que fontes oficiais chamam de acções premeditadas do general Miala, que faziam passar o suposto prevaricador - ele - por vítima. Miala foi associado a uma série de artigos publicados por um jornal de Luanda que supostamente estariam a deixar mal algumas instituições angolanas. O pretexto final teria sido uma matéria publicada há pouco tempo pelo Folha-8 que dizia que o antigo director do Serviço de Inteligência Externa teria escapado a duas tentativas

consecutivas de assassinato, cujo mandante seria o chefe da Casa Militar, general Manuel Hélder Vieira Dias «Kopelipa», que coordenou a Comissão de Sindicância. Aos olhos das autoridades, a matéria referente aos alegados incidentes conformava um caso político e não um caso de delito comum. «Só a partir daí é que se desencadearam os mecanismos judiciais». O antigo chefe da secreta externa teria igualmente provocado a ira de alguns sectores do regime quando tentou, primeiro, lançar em frente à Rádio Nacional de Angola um disco compacto associado ao projecto filantrópico que criou, o Criança Futuro. Impedido de o fazer ali, Miala fê-lo no largo diante da Lac – Luanda Antena Comercial – e depois realizou um movimentado espectáculo de caridade – a que faltou a imprensa estatal – no Huambo. A decisão sobre o tratamento a dar às constatações da comissão que investiga Fernando Garcia Miala dependerá de um procurador militar que vai dizer em última instância se há ou não matéria para o caso ir a tribunal. Ao contrário dos seus antigos colegas da Segurança Externa, Miala não foi ouvido em todo o processo desencadeado pela Comissão de Sindicância. Porém, fontes judiciais disseram ao Semanário Angolense que um julgamento é completamente diferente. «Teoricamente ele e a acusação têm as mesmas possibilidades». O SA não conseguiu apurar se a acção judicial que está a ser preparada contra Fernando Miala será extensiva aos seus antigos colaboradores mais próximos, nomeadamente Miguel Francisco André, director geral adjunto, Constantino Vitiaca, director de Informação e Análise, Maria da Conceição Domingas, directora de Contra-Inteligência Externa e Ferraz António, director de Estudos e Planeamento, todos eles igualmente afastados do Sie.

070218-23

Matéria de crime

A 1 de Abril de 2006, os Serviços de Apoio ao Presidente da República tornaram público um comunicado reflectindo os resultados que a Comissão de Sindicância disse ter apurado. De acordo com as fontes do Semanário Angolense, a comissão multidisciplinar que prossegue as investigações ao ex-director do Sie adoptou os resultados da primeira sindicância como «documento de trabalho». O Semanário Angolense recorda algumas das

mais importantes irregularidades então imputadas a Fernando Miala. Graves Violações às Normas de Trabalho e Disciplina no Serviço de Inteligência Externa pelos membros da sua Direcção; Inobservância da Lei e das orientações funcionais reitoras da organização e funcionamento do SIE, mormente a Lei nº 12/02, de 16 de Agosto (...), bem como as orientações funcionais do Presidente da República; A não submissão pelo SIE dos seus documentos reitores de planeamento e de funcionamento referentes ao ano 2005/6, bem como dos seus documentos operativos à aprovação do Presidente da República; Manutenção pelo Sie de um ordenamento organizativo e funcional também de âmbito interno, fazendo sobreposição de funções atribuídas aos outros serviços que integram o Sistema Nacional de Segurança e usurpando as competências do Presidente da República em matéria de direcção dos Serviços; Criação e a manutenção pelo Sie de estruturas operativas junto de várias instituições nacionais no interior do País, estranhas à sua esfera de jurisdição; Realização pelo Sie de expedientes operativos (de investigação secreta), sem competência legal, sem razão funcional e sem orientação superior e cobertura jurídico-legal, contra determinados membros do governo e dos Serviços de Apoio ao Presidente da República; Realização pelo Sie de expedientes operativos (de investigação secreta), contra determinadas actividades do Governo de carácter estratégico; Intromissão pelo Sie nas missões e actividades da Segurança Presidencial sem orientação superior; Aquisição pelo Sie no seu processo de apetrechamento técnico-material, de determinado equipamento de inteligência sem a devida autorização superior do Presidente da República; Prática pelo Sie, de gestão irregular de recursos e de incorrecta movimentação de quadros, usurpando as competências do Presidente da República em matéria de nomeação e exoneração dos Directores do Serviço; Criação e a manutenção pelo Sie de órgãos não operativos alheios à missão e vocação do Serviço, usando para o efeito recursos humanos e materiais não cabimentados e não autorizados superiormente, bem como o financiamento de actividades de natureza social, cultural e a manutenção de relações promíscuas com determinados órgãos e membros da comunicação social; Recusa pelo General Fernando Garcia Miala, enquanto Director Geral do Sie, em adoptar os documentos reitores do Sie conforme o estabelecido na Lei e em acatar as orientações superiores do Presidente da República, tendo, deste modo, obstaculizado a reestruturação do SIE e,

subsequentemente, conduzido o funcionamento do Serviço à margem do Presidente da República e dos demais órgãos afins do poder político (...); Aproveitamento pelo General Fernando Garcia Miala, enquanto Director Geral do Sie, e pelos seus colaboradores atrás designados, no desempenho das suas funções, de determinadas reuniões internas e encontros pessoais para a manifestação de atitudes de desrespeito ao Presidente da República e de insubordinação, chegando ao ponto de alvitrarem a hipótese de tomada de "medidas activas"; Prática pelo General Fernando Garcia Miala, enquanto Director Geral do Sie e pelos colaboradores acima referidos, no desempenho das suas funções, de graves incumprimentos relativamente ao disposto na Lei e nas orientações funcionais superiores, que puseram em causa a preservação e a salvaguarda dos valores fundamentais do Sie, tais como a missão, a hierarquia, a coesão, a segurança e os princípios éticos de virtude e de honra inerentes à sua condição de membros do Sie e da Comunidade de Inteligência, assim como a qualidade militar de alguns dos implicados, comprometendo o regular funcionamento, o bom nome e a imagem do Sie.

070218-23

Presidente diz-se instigado a impor ditadura
O país está em perigo!
Sousa Neto

Como os indivíduos que defendem o retorno à ditadura do proletariado militam no partido de que José Eduardo dos Santos é Presidente, é legítimo temer uma hecatombe no dia em que ele abandonar o poder, deixando o país sob as rédeas de certos dos seus correligionários?

Ao discursar na abertura da reunião do Comité Central do seu partido, na semana passada, o Presidente do Mpla revelou que tinha sido confrontado com documentos que o instigam a impor no nosso país uma nova ditadura do proletariado, instituindo aqui um novo Estado monopartidário. Essa revelação é assustadora! O Mpla constitui a maior força político-partidária do país, em parte pelo apoio que recebe de amplos sectores da sociedade angolana, mas, também, à custa de um poderio financeiro arrebatador, conseguido na base do domínio que exerceu sobre o Estado ao longo dos últimos 31 anos. Com tão portentosos predicados, o Mpla representa

uma força com arcaboiço suficiente para influenciar o curso da política angolana, mas, se não se libertou dos dogmas doutrinários da sua remota génese, ainda que isso se restrinja a alguns sectores no seu seio, esse partido passa a ser uma força política perigosa para o futuro do país. A democracia multipartidária e a economia de mercado, os pilares das reformas político-económicas que conduziram o país à paz e o deveriam estar a encaminhar agora para o desenvolvimento e a equidade, representam inegáveis conquistas para o povo angolano. Ao abraçar essas opções, o povo angolano fê-lo rompendo com a sua amarga experiência de totalitarismo, um Estado intolerante face à diversidade, repressor das liberdades individuais, protector das suas elites operário-camponesas, desconfiado dos intelectuais e profissionais liberais, tal como, de resto, economicamente inviável. As opções políticas do povo angolano, formalmente sufragadas em 1992, parecem convergir em que apesar das suas imperfeições, a democracia multipartidária e o mercado ainda se afiguram as formas de governo e convivência social mais racionais que o pensamento humano pôde alguma vez conceber. Logo, um regresso ao velho regime afigurar-se-ia um retrocesso que nos custaria caro, posto que colocaria em risco as nossas aspirações de progresso, desenvolvimento e prosperidade baseadas no senso comum. É preciso compreender que a ditadura imposta em 1975 em Angola apenas perdurou pelos 16 anos posteriores num contexto internacional marcado pela divisão do Mundo em dois blocos político-ideológicos opostos, tal como pela adesão interna a políticas consagradas à assumpção do poder, historicamente, o primeiro factor que se colocou à emergência da cidadania angolana. Hoje, num Mundo globalizado, em que a instabilidade num certo ponto geográfico se repercute em todos os outros, onde a concepção da vida, da política e da economia tende a evoluir segundo os critérios humanistas desdenhados pelo totalitarismo, aquilo que sectores do Mpla defendem não seria tolerado. Os regimes dessa natureza (olhe-se para Cuba e a Coreia do Norte) estão condenados ao isolamento e ao opróbrio, privando-se dos benefícios da cooperação internacional, das trocas comerciais e do investimento. Dessa forma, têm o seu desenvolvimento adiado. Nesse discurso, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou-se partidário das opções democráticas do povo angolano, enviando aos guardiães do velho templo do totalitarismo o recado de que Angola jamais voltaria a implantar um regime ditatorial. Mas, infelizmente, isso

não basta para tranquilizar-nos quanto aos receios provocados pela revelação do Presidente do Mpla em relação à intenção de círculos do seu partido de voltarem a impor uma ditadura monopartidária. É verdade que quando se olha para a resistência às reformas políticas e económicas, factos como a surpreendente elasticidade dos prazos para a legitamação do poder, a preponderância de uma maioria parlamentar pouca dada a mudanças no legislativo, a interferência do executivo na administração da justiça, o engajamento do Estado na economia, os mecanismos reaccionários de redistribuição ou a tendência perigosamente agressiva dos órgãos de coerção, nota-se que nunca abandonamos suficientemente o totalitarismo. Mas agora temos a revelação de que forças, às quais o Presidente se diz avesso, o têm instigado a impor uma ditadura, certamente, subvertendo a ordem constitucional. Como recados saem do seio do seu próprio partido, é legítimo temer uma hecatombe no dia em o Presidente José Eduardo dos Santos abandonar o poder, deixando o país sob as rédeas de certos dos seus correligionários? E ficam apreensões mais graves ainda: até aonde estão esses tais correligionários do Presidente do Mpla dispostos a ir para terem o caminho aberto para imporem o seu projecto ditatorial, se José Eduardo dos Santos diz que não o subscreve? Apressarão as coisas, livrando-se de uma liderança do partido oposta às suas soluções? Por que meios o farão? O Presidente José Eduardo dos Santos pecou quando ao fazer essas revelações não indicou mais precisamente a origem dessas instigações e não forneceu os nomes dos seus autores, municiando os eleitores. Fazendo-o, o Presidente não apenas deixaria embaraçados esses saudosistas como encontraria em milhões de angolanos verdadeiros parceiros na cruzada contra o regresso a um passado de más recordações. Mas deve fazê-lo sem demora, junto dos serviços de inteligência e da polícia, dedicando às Faa os cuidados que já tomou e os que ainda não tomou. É que o país está em perigo.

O que Jes disse Exactamente

«Têm circulado alguns textos ultimamente, onde essa ditadura é considerada como sendo necessária para o desenvolvimento de Angola, e onde são apresentados conceitos e ideias abandonados por quase todos os partidos de esquerda. Diz-se que os referidos textos são elaborados por «tendências» do Mpla, que não se manifestam abertamente. Esses grupos não são do Mpla. As correntes de opinião no seio do Mpla são promovidas

na base dos princípios e dos objectivos estabelecidos nos seus Estatutos e Programa».

070218-23

A opção social-democrata do Mpla
O debate não pode ser cerceado
Sousa Neto

Com as reformas, foram abandonados os projectos nacionais de alfabetização e gratuitidade do ensino, elevando os níveis de analfabetismo e reduzindo o acesso de vastas camadas da população ao ensino, a principal premissa de qualquer projecto sério de combate à pobreza

José Eduardo dos Santos não só se demarca dos instigadores que sugerem a reimplantação da ditadura em Angola: o Presidente diz que essa gente não é do Mpla, evoca a coesão interna do partido e minimiza a existência de tendências no seu seio, mas, com tudo isso, cerceia um debate que já deveria ter ocorrido. O Mpla, que, com os ventos da mudança que eclodiram com a implosão do bloco do leste, se declarou um partido social-democrata (sem que muitos dos seus militantes e até dirigentes soubessem o que isso significa), posicionou-se à direita do processo político angolano. A social-democracia é definida como uma ideologia de centro-esquerda, mas, no caso da evolução político-ideológica do Mpla, ela significa uma tendencial viragem à direita, com o abandono das práticas políticas da esquerda dogmática antigamente personificada por esse partido. Na verdade, a social-democracia é uma dissidência do marxismo e conserva em si muitos dos ideais do velho filósofo. O afastamento dos sociais-democratas da internacional socialista apenas se deu quando Kautsky e Rosa Luxemburgo divergiram com Lenine quanto aos meios para a consumação da revolução e a introdução de transformações socialistas na sociedade. Lenine insistia em que, a exemplo da Rússia, a revolução socialista só seria alcançada com acções do tipo «assalto ao Palácio de Inverno», enquanto que Kautsky e Rosa Luxemburgo defendiam que, ao contrário da violência sanguinária, os revolucionários deveriam aproveitar a via parlamentarista para, paulatinamente,

irem introduzindo transformações socialistas na sociedade. Quando nos anos 80 o império soviético já dava os seus últimos suspiros e os estudiosos russos foram observar as sociedades dos países nórdicos, onde a social-democracia se implantou com sucesso, concluíram, literalmente, que o socialismo perseguido pelo bloco do leste tinha, realmente, sido atingido em países que não se declaravam como tal, como haviam previsto os dois sociais-democratas alemães. Eles notaram nos altos padrões de vida, elevadas pensões de velhice, gratuitidade do ensino e da saúde, e muitas outras conquistas perseguidas sem sucesso no leste. Kautsky e Rosa Luxemburgo tinham a razão histórica, mas o que importa reter aqui é o carácter esquerdizante da social-democracia, a ideologia adoptada pelo Mpla. Com a sua cartilha social-democrata, este partido, que tem conduzido o Estado no processo de transformação da sociedade angolana, insiste em pender para a direita, mas absorvendo os traços mais degradantes do capitalismo. Trata-se de um processo absolutista, em que os resquícios do passado são rejeitados, independentemente de se manterem válidos ou não na sociedade angolana de hoje. Por exemplo, na vigência da velha sociedade monopartidária, não eram visíveis em Angola fenómenos típicos do capitalismo, como a corrupção, por um lado, e a mendicidade, prostituição, a ostentação da riqueza, as gritantes injustiças sociais, a indiferença para com os dramas que afligem os segmentos menos favorecidos da sociedade, por outro, fenómenos que fizeram morada entre nós com o advento das mudanças. Que infeliz coincidência! Com as reformas, foram abandonados os projectos nacionais de alfabetização e gratuitidade do ensino, elevando os níveis de analfabetismo e reduzindo o acesso de vastas camadas da população ao ensino, a principal premissa de qualquer projecto sério de combate à pobreza. É verdade que muitos desaprenderam de viver durante o Estado-previdência implantado em Angola pelo Mpla depois de 1975, vivendo hoje a nostalgia dos privilégios que obtinham administrativamente. Muitos não conseguem viver e muito menos empreender fora da sombrinha do Estado, como se da saia da mamã se tratasse. Mas no caso aqui em análise, a questão que se coloca não é a da resistência às reformas, de qualquer saudosismo ou da apologia da ditadura. Trata-se de reivindicar coerência ao Mpla, enquanto partido político. Trata-se de pedir-lhe que tenha uma alma, tenha espírito, princípios, e, talvez até alguma nobreza. O partido tem que passar por este debate.

070218-23

A opção social-democrata do Mpla

O debate não pode ser cerceado

Sousa Neto

Com as reformas, foram abandonados os projectos nacionais de alfabetização e gratuitidade do ensino, elevando os níveis de analfabetismo e reduzindo o acesso de vastas camadas da população ao ensino, a principal premissa de qualquer projecto sério de combate à pobreza

José Eduardo dos Santos não só se demarca dos instigadores que sugerem a reimplantação da ditadura em Angola: o Presidente diz que essa gente não é do Mpla, evoca a coesão interna do partido e minimiza a existência de tendências no seu seio, mas, com tudo isso, cerceia um debate que já deveria ter ocorrido. O Mpla, que, com os ventos da mudança que eclodiram com a implosão do bloco do leste, se declarou um partido social-democrata (sem que muitos dos seus militantes e até dirigentes soubessem o que isso significa), posicionou-se à direita do processo político angolano. A social-democracia é definida como uma ideologia de centro-esquerda, mas, no caso da evolução político-ideológica do Mpla, ela significa uma tendencial viragem à direita, com o abandono das práticas políticas da esquerda dogmática antigamente personificada por esse partido. Na verdade, a social-democracia é uma dissidência do marxismo e conserva em si muitos dos ideais do velho filósofo. O afastamento dos sociais-democratas da internacional socialista apenas se deu quando Kautsky e Rosa Luxemburgo divergiram com Lenine quanto aos meios para a consumação da revolução e a introdução de transformações socialistas na sociedade. Lenine insistia em que, a exemplo da Rússia, a revolução socialista só seria alcançada com acções do tipo «assalto ao Palácio de Inverno», enquanto que Kautsky e Rosa Luxemburgo defendiam que, ao contrário da violência sanguinária, os revolucionários deveriam aproveitar a via parlamentarista para, paulatinamente, irem introduzindo transformações socialistas na sociedade. Quando nos anos 80 o império soviético já dava os seus últimos suspiros e os estudiosos russos foram observar as sociedades dos países nórdicos, onde a social-democracia se implantou com sucesso, concluíram, literalmente, que o socialismo perseguido

pelo bloco do leste tinha, realmente, sido atingido em países que não se declaravam como tal, como haviam previsto os dois sociais-democratas alemães. Eles notaram nos altos padrões de vida, elevadas pensões de velhice, gratuitidade do ensino e da saúde, e muitas outras conquistas perseguidas sem sucesso no leste. Kautsky e Rosa Luxemburgo tinham a razão histórica, mas o que importa reter aqui é o carácter esquerdizante da social-democracia, a ideologia adoptada pelo Mpla. Com a sua cartilha social-democrata, este partido, que tem conduzido o Estado no processo de transformação da sociedade angolana, insiste em pender para a direita, mas absorvendo os traços mais degradantes do capitalismo. Trata-se de um processo absolutista, em que os resquícios do passado são rejeitados, independentemente de se manterem válidos ou não na sociedade angolana de hoje. Por exemplo, na vigência da velha sociedade monopartidária, não eram visíveis em Angola fenómenos típicos do capitalismo, como a corrupção, por um lado, e a mendicidade, prostituição, a ostentação da riqueza, as gritantes injustiças sociais, a indiferença para com os dramas que afligem os segmentos menos favorecidos da sociedade, por outro, fenómenos que fizeram morada entre nós com o advento das mudanças. Que infeliz coincidência! Com as reformas, foram abandonados os projectos nacionais de alfabetização e gratuitidade do ensino, elevando os níveis de analfabetismo e reduzindo o acesso de vastas camadas da população ao ensino, a principal premissa de qualquer projecto sério de combate à pobreza. É verdade que muitos desaprenderam de viver durante o Estado-previdência implantado em Angola pelo Mpla depois de 1975, vivendo hoje a nostalgia dos privilégios que obtinham administrativamente. Muitos não conseguem viver e muito menos empreender fora da sombrinha do Estado, como se da saia da mamã se tratasse. Mas no caso aqui em análise, a questão que se coloca não é a da resistência às reformas, de qualquer saudosismo ou da apologia da ditadura. Trata-se de reivindicar coerência ao Mpla, enquanto partido político. Trata-se de pedir-lhe que tenha uma alma, tenha espírito, princípios, e, talvez até alguma nobreza. O partido tem que passar por este debate.

070218-23

Tendências para todos os gostos

Aparentemente desfeitos os equívocos, como o Semanário Angolense tentou fazer aqui, tudo se encaminha agora para o facto de que as mensagens de contestação ao curso do regime tenham partido do seio do próprio Mpla. Esse é, aliás, o único aspecto em que todos convergem. Fica, portanto, em aberto, a questão da identificação dos sectores dos quais partiram as reivindicações que provocaram a reacção pública do Presidente do Mpla, ora denunciando a existência de tendências de pendor totalitário, ora demarcando-se delas, até afirmar que não se tratam de militantes desse partido. Como se viu na peça ao lado, atribuir a autoria de tais escritos aos nitistas é fácil, mas não convence nem resolve a questão da identificação das origens das reivindicações. Reprimidos de forma esmagadora depois da suposta intentona de 27 de Maio de 1977, eles são dos que neste país melhor têm noção da natureza do regime. Certamente, escolheriam outros métodos para reivindicar e fazer política, mas nunca voltariam a juntar-se em «facções», para a seguir serem rotulados como «fraccionistas», expondo-se dessa maneira ao extermínio. Isso não colhe. É necessário fazer uma análise mais realista, evitando cair nas posições da política da avestruz, que diante do perigo, enfia a cabeça na areia. É que na sua propalada unidade e coesão interna, o Mpla acaba por ser um espaço prenhe de ressentimentos, em resultado do seu nem sempre pacífico e muitas vezes tumultuado processo de evolução. Além das já conhecidas Revolta Activa, Revolta do Leste e do alegado movimento fraccionista de Nito Alves, nas últimas três décadas o Mpla foi sacudido por eventos que, no mínimo, não colheram a unanimidade da sua classe dirigente e dos militantes. Casos como a purga de dirigentes históricos no congresso de 1985, o «caso do quadro» e os acontecimentos que lhe eram inerentes, o intempestivo afastamento de três secretários-gerais, longe da falsa unanimidade expressa no voto directo, foram propulsores das correntes de opinião ou das tendências que, ainda que de forma sub-reptícia, ferem a coesão interna do partido. Agora mesmo, um naipe muito significativo dos chamados «militantes de primeira hora» está excluído do processo de enriquecimento desencadeado numa espécie de corrida ao ouro, em que a obtenção de privilégios favorece os que têm ligações com o poder. Nos lugares de muitos históricos, militantes carismáticos do passado, estão hoje pessoas que não tiveram percursos expressivos, sendo sobre elas que recai o privilégio do

enriquecimento e da obtenção dos recursos para a adaptação à nova realidade capitalista. Por outro lado e embora seja a força que sustenta o Governo, é de todos sabido que o centro de decisão deste país deslocou-se, há muito, da sede do Mpla para os corredores do Palácio Presidencial. São hoje conhecidos casos de simples asssessores de José Eduardo dos Santos que influem mais nos rumos do país do que todos os membros da cúpula do Mpla juntos. Em duas palavras, descontentes, o Mpla tem-nos para todos os gostos, de todas as formas e feitios, são sendo de todo sensato atribuir as reivindicações de hoje ao lado do problema que até é o mais vulnerável: os assustadiços protagonistas do 27 de Maio. O Mpla, com as suas dimensões, o seu elevado potencial para influenciar o curso da política angolana e as suas responsabilidades históricas, ou discute de uma vez por todas estes problemas, ou não o faz, deixando o país confinado à incerteza quanto à evolução do processo democrático. É isso que aconteceu agora, que o presidente desse partido se queixou das correntes que no seio do partido advogam o regresso à ditadura.

Autoria dos panfletos

Fontes dignas de fé disseram ao Semanário Angolense que os escritos aos quais se referiu o Presidente José Eduardo dos Santos foram, na verdade, alguns panfletos disseminados por Luanda e também disponíveis na Internet, cuja autoria alguns sectores do Mpla se inclinam a atribuir a círculos ligados ao movimento do 27 de Maio. As suspeitas reinantes no seio do Mpla de que estes slogans tenham as impressões digitais de sectores ligados ao 27 de Maio poderiam ter ficado reforçadas pelo presidente da Associação 27 de Maio, Silva Mateus, quando na quarta-feira, 14, foi contactado pelo Semanário Angolense para confirmar as alegações que relacionam o movimento à autoria dos panfletos. Mas embora tivesse admitido implicitamente um tal envolvimento, Silva Mateus não foi convincente, mais parecendo ter estado a ensaiar um qualquer aproveitamento, já que o movimento não está propriamente fadado a criar factos políticos que incomodem a direcção do Mpla e muito menos o seu Presidente. Seja lá como for, de resto, não seria desta vez que a direcção do Mpla ficaria tentada a reagir a reivindicações desse movimento, que todos os anos, por altura do 27 de Maio, mobiliza alguns sectores da

opinião pública para fazer reclamações políticas dirigidas aos actuais dirigentes do MPLA e ao Governo. Invariavelmente, tanto o Partido, quanto o seu Governo, reagem a tais reivindicações com indiferença, uma regra que parece que não se alteraria agora, se os panfletos tivessem mesmo partido de movimentos ligados ao 27. A verdade em relação à autoria desses documentos, concluíram observadores abordados pelo Semanário Angolense, ainda está por ser desvendada.

070218-23

Citações dos panfletos que apelam ao restauro da ditadura
«Camaradas! É chegado a hora»

Já sobre o fecho da presente edição, o Semanário Angolense tomou contacto com pelo menos sete diferentes documentos, os tais «escritos» denunciados pelo Presidente José Eduardo dos Santos como apologistas da instauração de uma nova ditadura em Angola. Produzidos por uma intitulada União das Tendências do MPLA, abreviadamente, UT-MPLA, os escritos vêm, em pelo menos duas ocasiões, assinados por um Rui Gomes Saraiva, alguém, entretanto, não discernível no universo dos históricos e carismáticos desse partido. Escritos em linguagem irascível, os panfletos recorrem grandemente a uma argumentação «demodé», fundamentalmente assente na recuperação dos discursos revolucionários de 1975, constituindo, muitas vezes, imitações toscas do palavreado de Nito Alves. Tanto o português, quanto a articulação das ideias, são sofríveis . No seu conteúdo, porém, esses papéis expandem-se em sérios apelos à tomada de consciência para consumação da revolução angolana e à tomada do poder «pelos trabalhadores», condenando a «burguesia e a pequena burguesia nacional, que detêm o poder» e «facilita a implantação de um neocolonialismo em Angola». Contraditoriamente, num outro texto, é lançado um apelo aos intelectuais angolanos a juntarem-se à UT-MPLA, partindo-se da ideia de que os operários e camponeses que em determinadas alturas assumiram cargos dirigentes nesse partido não têm ideias para se conduzirem por si próprios. É reclamada uma profunda reestruturação desse partido, solicitando-se uma revisão do programa e dos estatutos. Repetitivos, os panfletos exortam os militantes a «permanecerem fiéis aos ensinamentos do Guia Imortal Dr. António Agostinho Neto» e às ideias do MPLA, mas nunca se referem ao Presidente do partido em

funções, José Eduardo dos Santos. O Semanário Angolense passa a citar passagens aqui tidas como significativas dos panfletos contra os quais o Presidente José Eduardo dos Santos reagiu na reunião do CC do MPLA na semana passada. Os erros gramaticais que forem notados «são de fábrica».

Lema: Os documentos são produzidos sob um apelo aposto sobre cada um dos grandes textos produzidos, uma frase que toma diversas formas, mantendo, entretanto, uma ideia central: «Camaradas! O momento é de decisão…! Compatriotas despertai-vos porque é chegado a hora», ou, «Compatriotas! Despertemo-nos porque é chegado a hora da tomada de decisão sobre o processo de luta anti-neocolonial em Angola».

(in «Conheça do pensamento da UT-Mpla»)

Definição da UT-Mpla: «Como participantes da luta de libertação nacional, liderado pelo Mpla Movimento, nos sentimos no dever moral e na obrigação patriótica de continuar a dar a nossa contribuição na luta pela reposição da linha política que ao longo de alguns anos tem vindo a ser desviada, o que se tem tornado um grande obstáculo para a realização do programa maior pelo partido definido».

(Idem)

Objectivos: «Organizar, unificar todas as tendências do passado – Mpla. Negociar na base do consenso e princípios políticos que norteiam o partido os moldes e procedimento, para integração política dos membros no seio da estrutura actual – Mpla. É sobretudo congregar na base da diferença de pensamento a grande família Mpla, por formas a tornar real o slogan "o Mpla é o povo e o povo é o Mpla". É repor a linha política do partido».

(Ibidem)

Definição de neo-colonialismo: «A lei geral do neocolonialismo consiste em que nos países em vias de desenvolvimento onde o neocolonialismo conseguiu consolidar as suas posições aumentam os contrastes sociais, FLORESCE A CORRUPÇÃO E O SUBORNO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS, eleva-se a ingerência do neocolonialismo nos assuntos internos dos países. Tudo

isto cria as condições para abalar as bases do neocolonialismo»

(in panfleto sem designação)

Doutrina: «Alertamos a todos os compatriotas amantes da paz e do progresso social de Angola que nesta fase de luta para a independência económica, o adversário principal do nosso povo não tem cor, veste a mesma camisola que os compatriotas que chamaram a si a responsabilidade de travar o impacto das forças do retrocesso do desenvolvimento sócio-económico de Angola. Daí que torna-se difícil a sua fácil identificação para a sua rápida neutralização. E é por esta razão que a luta contra o neocolonialismo é uma luta mais difícil que a luta colonial. Por esta razão não nos admiramos o comportamento da classe pequeno burguesa em vacilar em tomar parte nela, com o objectivo único de manter as suas benesses que o sistema lhe proporciona em detrimento do sofrimento da maioria dos seus compatriotas».

(In «Apelo à união das tendências do Mpla»)

«Sendo que a questão fundamental de qualquer revolução é a definição clara da classe que detém o poder do Estado, a união das tendências do Mpla traz na ordem das suas prioridades, esta importante questão – quem detém o poder do Estado em Angola? E porquê?»

(Idem)

«O poder do Estado em Angola o detém a pequena burguesia e que representam interesses próprios em detrimento dos interesses da maioria do povo (…). A união das tendências do Mpla alerta o povo angolano para que se consciencialize que enquanto o poder do Estado, isto é o poder político, estiver nas mãos da pequena burguesia não revolucionária, qualquer decisão de qualquer instituição representativa não é nada do que charlantismo oco e mesquinho».

(Ibidem)

«Ora, assim sendo esta corrente de opinião concorda plenamente com os teóricos do movimento operário mundial quando reafirmam em dizer de que qualquer revolução social é impossível sem a destruição violenta da máquina burguesa do estado e a sua substituição por

um novo estado, designado ESTADO DE DITADURA DOS TRABALHADORES que é equivalente, nos nossos dias ao ESTADO DEMOCRATICO DE DIREITO».

(Ibidem)

«Perante a complexa situação que o processo de desenvolvimento social Angolano atravessa, as forças do progresso de Angola devem unir esforços em torno da União das Tendências do MPLA, A ÚNICA FORÇA POLÍTICA DO MOMENTO CAPAZ DE ROMPER COM OS DIRIGENTES OPORTUNISTAS E REFORMISTAS, OS AUTÊNTICOS TRANSGRESSORES A LEI E DA MORAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO».

(Ibidem)

«Recordamos que não há uma só questão relevante de luta de classe que a história tenha resolvido de outro modo que não tenha sido pela violência. Reafirma em dizer, que quando a violência emana dos trabalhadores, das amplas massas populares mais desfavorecida e que é dirigido contra os exploradores do nosso povo, sim esta união das tendências é partidário dela».

(In «Apelo à união das tendências do Mpla») Metas de curto prazo: «Cada elemento tem a obrigação de nos próximos 6 meses de mobilizar 10 ou mais membros para reforçar o quadro de mando da UT-Mpla que devem pertencer as estruturas de base actuais (Caps), elementos que aceitem os objectivos e programa definidos para esta primeira fase (6 meses) e as alterações a serem feitos ao Programa e Estatutos (P e E) actuais do Mpla».

(in «Quadro de mando da União das Tendências do Mpla»)

Exortação: «Depois de examinado e assimilado todas as lições extraídas dos teóricos do movimento operária mundial, esta união das Tendências do Mpla, alerta a toda a população angolana, a permanecerem fiéis aos ensinamentos do Guia Imortal Dr António Agostinho Neto e às ideias pelo Mpla defendido no manifesto de 1956 e reafirmadas nas resoluções do CC de 23 e 29 de Outubro de 1976».

(In «Conheça o pensamento da UT-Mpla»)

070218-23

Brincadeira de muito mau gosto
Traficante de escravos dá nome à rua da capital
Ana Margoso

Apesar do assunto já ter passado pelo Conselho de Ministro (CM) e a Direcção Provincial da Cultura ter sugerido há tempos ao Governo da Província de Luanda (Gpl) a criação de uma comissão que se encarregue de atribuir nomes às ruas e bairros de Luanda, o certo é que até agora não existe um organismo que regule este sector.

Só por este motivo entende-se que um traficante de escravo do século XIX tenha o seu nome atribuído a uma rua da capital do país. Arsénio Pompilho Pompeu de Carpo, «um fraudulento negociante», assim mesmo se refere a história a este cidadão português que chegou a ocupar o distinto cargo de presidente da Câmara Municipal de Luanda, onde foi proprietário do jornal «Aurora». Segundo fonte do Gpl que não quis ser identificada o nome deste negreiro foi dado pela administração portuguesa e não pelas autoridades angolanas, adiantando que «algumas figuras vêem os seus nomes constarem em tabuletas de rua não por terem feito algo significante, mas também pela negativa para não nos esquecermos do passado». Condenado por um tribunal criminal de Portugal, Pompilho Pompeu de Carpo chegou a Angola depois de ter sido desterrado da sua terra natal, onde foi condenado por vários crimes. Devido a falta de um órgão que regularize a situação toponomástica da capital esta apresenta uma confusa toponímia onde no lugar do Gpl os próprios cidadãos têm sido obrigados a dar alcunhas às suas ruas e bairros, como são os exemplos dos bairros Uíje, Mabor, São Pedro da Barra, Paraíso, etc., etc. Logo após a independência, isto em 1982, foi criada uma comissão na qual faziam parte entre outras personalidades o deputado do Mpla Mendes de Carvalho e António Jacinto, ministro da Cultura ao tempo do partido único, que tinha como missão juntar alguns nomes que deveriam constar na lista toponímica da cidade de Luanda. Contactado pelo Semanário Angolense Mendes de Carvalho afirmou que esta comissão trabalhou sob muita pressão, e muitos nomes de filhos da terra foram substituídos por figuras estrangeiras. «Eu, o António Jacinto e mais umas 10 pessoas integrámos esta comissão que não teve o seu trabalho facilitado. Aliás, aquilo foi uma confusão

muito grande, uma vez que convidamos algumas pessoas das mais variadas áreas para nos ajudarem a encontrar alguns nomes que achávamos que mereciam este título. A uma determinada altura cada um puxava a brasa a sua sardinha, cada um escolhia a figura que achasse mais conveniente». «Lembro-me, por exemplo de uma rua no bairro da Maianga que nós denominamos de António Monteiro, mas depois surgiram algumas vozes a contrariar e colocaram a alcunha de um cidadão português. Quanto aos requisitos eram serem figuras nacionais de preferência, e terem feito algo em prol do país. No fim do nosso trabalho fomos bastante criticados, mas não foram todas as ruas contempladas, outras acabaram por ficar com os antigos nomes postos pelo governo colonial, que eu acredito ser o caso da rua Arsénio Pompilho de Pompeu», explicou. O caso desta rua, sita no bairro da Vila Alice, entre a Eugénio de Castro e a Senado da Câmara, não é o único exemplo. Muitas artérias de Luanda, para não falar do resto do país, levam a assinatura de membros do governo colonial que os luandenses desconhecem os feitos para merecerem tal distinção. Na opinião de um especialista na matéria, «é urgente que o governo da província ou a direcção provincial de Luanda dê maior atenção a esta área, porque o facto de Luanda manter o nome de algumas figuras coloniais que participaram de forma activa no tráfico de escravos é uma vergonha, não só para o cidadão comum mas principalmente para quem tem o poder decisório. Quem vem de fora certamente estranhará a inclusão desta figura na malha toponímica da cidade de Luanda. A não ser que nos orgulhemos do tráfico de escravos». Desde figuras ligadas ao marxismo-leninismo, da era colonial, a nacionalistas africanos, o Gpl parece não ter realmente uma estratégia para ordenar a cognominação da cidade capital. Outro aspecto que chama atenção aos mais atentos é o privilégio que estas individualidades gozam em relação aos nacionais, que se ficam por pequenas artérias, quando indivíduos alienígenas ocupam grandes avenidas, como são os casos das avenidas Revolução de Outubro e Ho Chi Min. Enquanto que Agostinho Neto e Amilcar Cabral, grandes figuras do nacionalismo africano, têm os seus nomes em vias secundárias da capital portuguesa, Lisboa.

070218-23

DIREITO DE RESPOSTA

Sebastião Veloso responde
«No Minsa há graves irregularidades e eu tive coragem de as denunciar»

Respostas e esclarecimentos a dois artigos com os títulos de: 1. Ministro virtual da saúde:
2. À semelhança do que aconteceu com Sebastião Veloso, Teixeira pagou pela ausência (Pág. 5 e 17) do Semanário Angolense de 10 a 17 de 02.07.

O senhor jornalista Benjamim Formigo faltou à verdade quando diz no seu artigo: 1) O ex. Ministro da saúde nunca apresentou queixas/denúncias das gravíssimas irregularidades que estavam acontecendo no Minsa. Devo recordar-lhe que no dia 05/04/05, quando a Assembleia Nacional solicitou ao Governo uma informação sobre a situação da epidemia de Marburg, quando cheguei ao ponto financeiro, eu declarei e cito: «há várias e gravíssimas irregularidades assim como desvios dos dinheiros públicos e que pela sua gravidade merecem uma atenção superior» - fim de citação. Decorridos alguns dias, a Inspecção-Geral do Estado enviou uma equipa técnica de inspectores com excelentes experiências que inspeccionaram o Minsa, através do despacho n.º 04/Ige/05 de 12 de Abril, do Excelentíssimo Senhor Inspector-Geral do Estado e que encontrou irregularidades. Contra factos não há argumentos. Em quatro reuniões diferentes solicitei os envolvidos para que clarificassem as suas contas, como não aceitaram abandonar esta prática lesiva ao país, em ofício n.º 1241 do GM/05 de 06/06/05, dirigido a sua excelência senhor Primeiro-Ministro, informei as gravíssimas irregularidades e considerei que o errar era humano mas o continuar no erro seria um crime - por isso solicitei a exoneração da Secretária-Geral do Minsa, e no dia 15/06/05, recebi a devida autorização e eu agi em conformidade - documentos nºs 2 e 3 em anexo.

Portanto, até aqui, ficou demonstrado que no Minsa há irregularidades e muitas delas muito graves que lesam o país, e eu tive a coragem de as denunciar. Demonstrei também que nunca fiquei silencioso como repetiu por várias vezes no seu artigo.

2) Eu tinha 30% de poder de ministro e muito limitado; é por isso que até o dia que eu saí do Minsa, ficou por montar o importantíssimo aparelho de Ressonância Magnética Nuclear que deveria ser montado no Hospital do Prenda, na Área de imagiologia. Como são outros que

mandavam, impediram a sua montagem com argumentos infundados cientificamente.

3) Pergunta-me quanto custou a Ressonância Magnética Nuclear – A resposta é: o contrato global custou 750 mil dólares incluindo a montagem, a manutenção, a formação de técnicos e o material gastável para dois anos, anexo nº3. Devo aqui informar que é [por] falta deste aparelho no país que muitos doentes têm que ser evacuados para o exterior do país para o diagnóstico e tratamento.

4) Quanto à pergunta onde está o material que eu comprei? As respostas são as seguintes: a) A ressonância Magnética Nuclear está no Hospital Oncológico; b) O material de Luta Contra a Malária: 50 viaturas Toyota Land Cruiser 4x4, o insecticida, para a pulverização extra domiciliar e intra domiciliar, está na Anglomédica. Devo aqui informar que com um poder limitado ou esvaziado não foi possível levar a cabo um programa ideal para o país; se tivesse um poder como de outros, este programa teria arrancado aos 15/01/07, e mais de trinta mil angolanos que morrem por malária por ano deixariam de morrer; quer dizer que todas as condições técnicas estão criadas para a malária deixar de enlutar o nosso povo. c) O material para o tratamento de até 400 doentes por semana de insuficiência renal aguda e crónica está a ser concluída a sua montagem no Hospital Josina Machel e dentro de dias esta unidade estará em funcionamento e a salvar muitas vidas que até à data morrem por insuficiência renal aguda ou crónica. d) O material de Ortopedia – está a ser montado na Unidade Especial de Ortopedia do Hospital do Prenda. e) O material para correcção cirúrgica de Hidrocefalia está na Unidade de Cirurgia – Especial – Pediátrico no Hospital Pediátrico de Luanda, Dr. Bernardino. Devo aqui dizer que nós como Técnicos de Saúde sabemos muito bem o que deveríamos fazer na saúde para o nosso povo. É por isso, que sempre insisti na elaboração da Política Nacional de Saúde para o país, para traçar as estratégias correctas no domínio da saúde, para que haja uma linha clara de orientação e meta.

5) Diz no seu artigo que sua Excelência Senhor Vice-Ministro da Saúde, Dr.º José Van-Dúnem, nunca geriu o dinheiro do Minsa. A ordem de saque n.º 259 de 02/05 de 2005, anexo n.º 4, contraria categoricamente esta afirmação. Devo aqui dizer que a assinatura é autêntica

e que esta ordem de saque foi paga pelo banco no dia 09/05/2005. Além de mais, eu como ministro (Gestor) estava no país;

6) Em relação a três viaturas para o Uíje, supostamente doados por dois bancos portugueses, o senhor jornalista Benjamim Formigo deve dizer o nome dos bancos para que o Minsa vá levantá-las e enviá-las imediatamente para o Uíje, pois o povo tanto necessita delas, pois que até hoje os doentes são transportados duma forma desumana em tipóias e cangulos. Na página nº5, informa que eu saí sem autorização. Quanto a isto eu saí em missão de serviço à República da África do Sul para concluir o Acordo de Cooperação entre o Ministério da Saúde de Angola e o da África do Sul. Não é justo que as autoridades sul-africanas continuassem em dúvidas quanto ao tratamento dos doentes que até agora são atendidos em clínicas privadas, quando deveria ser em hospitais públicos, em conformidade com o estipulado no Acordo assinado.

Para terminar devo dizer duas coisas: 1ª- Eu sou Bantu e tenho cultura Bantu, em que me educaram que se você matou uma cobra perigosa e os outros não estão a acreditar nas suas palavras deve fazer pelo menos duas coisas: a) Uma mão mostra a cobra perigosa que matou; b) Com outra mão mostra o pau com que você matou a cobra perigosa. 2ª- Que Deus Todo-Poderoso escute o clamor do seu povo - o povo que se chama pelo seu Nome e abençoe Angola para que tenhamos uma Angola regenerada e redimida para que todos os angolanos possam comer das imensas riquezas da nossa querida terra.

Gabinete do Ministro da Saúde, Luanda, aos 15 de Fevereiro de 2007.
O Ministro cessante

Dr. Sebastião Veloso

070218-23

Engenheiro António Venâncio
A prevenção é mais barata do que o socorro
José Kaliengue

António Venâncio é um conhecido engenheiro angolano que se tem feito notar com a publicação dos seus «contributos» para o entendimento das implicações

técnicas, financeiras e sociais das obras públicas. O Semanário Angolense trá-lo, nesta edição, como uma das individualidades das quais se pretendem ideias válidas para ajudar na reflexão necessária ante a enxurrada de 22 de Janeiro e das chuvas que têm espalhado o sofrimento no leste de Angola. É o segundo depoimento.

Semanário Angolense – Parece que entramos na rota das grandes enxurradas … António Venâncio – Do meu ponto de vista nós temos que encontrar um discurso realista que não fuja àquilo que são às regras que nos impõe a natureza. A qualquer momento o país pode ter situações de cheias. Qualquer país está sujeito a situações de calamidade como é o caso de inundações, enxurradas, chuvas torrenciais, etc. As quedas pluviométricas variam de época em época, de 50 em 50 anos, ou de 30 em 30 anos, e no caso de Angola isso não foge à regra. Nós temos que criar um discurso de aceitação de que as condições climatéricas a qualquer momento podem alterar-se. Por outro lado, é claro que não é possível, em três ou quatro anos de alguma estabilidade política e económica, regularizar a situação que foi criada com a imigração massiva de populares para a cidade de Luanda e se quiséssemos acolher estas pessoas em bairros já urbanizados levaríamos dezenas de anos. Assim não se podem atirar as culpas ao governo que mesmo que tivesse fundos disponíveis, não o faria em menos de dez, quinze anos. Portanto, não o faria a curto prazo. Nem à população porque a população tem de encontrar uma maneira de ter abrigo.

SA – Olhando para as consequências nefastas que estão a ser agora contabilizadas, como se poderia atenuar ou reduzir os efeitos dessas grandes enxurradas?

AV – Eu acho que é necessário fazer-se um grande estudo das manchas demográficas actuais. É preciso fazer um estudo da malha hidrográfica que surge das grandes chuvas para podermos ter uma compreensão, nos anos seguintes, daquilo que são os efeitos causados pela actual anarquia, esse desordenamento habitacional. Julgo que nessa malha hidrográfica composta, fundamentalmente, por cursos naturais de água chamados também linhas de água, não havendo o respeito que se lhes deve, não havendo a intervenção preventiva da parte do Estado iremos ter consequências ao nível das habitações e vidas humanas.

SA – Mesmo que essas linhas de água fossem respeitadas haveria sempre problemas, se a qualidade da construção não fosse boa. Com a quantidade de água que caiu (a 22 se Janeiro) não haveria sempre consequências graves?

AV – Sim. Não há dúvidas que uma grande parte das habitações precárias que foram construídas foram encorajadas pela situação militar. As pessoas vieram e tiveram que construir em qualquer sítio. O Estado também não estava preparado para receber as populações nas zonas urbanizadas ou semi-urbanizadas. Com fraca qualidade, as casas de habitação, em princípio, estavam já condenadas. Também é verdade que o Estado deveria conhecer uma parte das grandes linhas de água, as mas importantes da província de Luanda, e dar-lhes o tratamento técnico adequado. Não se vê, na província de Luanda, de uma maneira muito ordenada, a protecção ou a manutenção das linhas das águas, por um lado, e também a preservação destes cursos de água que geralmente se fazem com gabiões. Os gabiões são estruturas compostas por malhas, geralmente de arame, que quando funcionam dentro de água são revestidas geralmente com material plástico e que permitem, com uma mão-de-obra não qualificada, fazer o seu enchimento com pedra natural, que nós temos muito no nosso país e que permitem, depois, fazer o assentamento, a protecção das margens dos cursos das águas, a protecção dos leitos desses cursos de água, e, portanto, são uma estrutura de protecção ambiental que na província de Luanda não temos em grande escala. Temos aqui este problema: por um lado a invasão por parte das populações a esses cursos de águas, de escoamento e de drenagem e, por outro lado, a não intervenção do Estado junto dessas infra-estruturas naturais que devia ser feita com a aplicação de gabiões. Do mesmo modo, algumas pontes correm o risco de desabar exactamente por falta de protecção dos taludes e também por falta de protecção dos leitos e de algumas margens dessas grandes linhas de água que vão depois, desaguar no oceano. Estão aqui dois factores: Por um lado a população que viola, penetra e cria um ecossistema completamente desordenado e desequilibrado e, por outro, a fraca intervenção do Estado na protecção dessas linhas de água.

SA – O INAMET fala na possibilidade de virem a ocorrer outras chuvas iguais ou superiores à que caiu na 2ª feira (22 de Janeiro). Luanda é uma cidade com edifícios superlotados, com a grande maioria sem manutenção há décadas. Somam-se agora os depósitos de

água e a trepidação causada pelos geradores em praticamente todos os apartamentos. Os edifícios têm o problema da passagem livre das águas pelas paredes. As caves estão inundadas, as canalizações entraram em colapso há muito tempo. Mais uma ou duas enxurradas e poderemos estar à beira de uma catástrofe, com edifícios a ruir?

AV – Em primeiro lugar, sem querer criar falsos alarmismos, devo dizer que nós temos em Luanda alguns edifícios que podem ruir a qualquer momento e poderão trazer uma catástrofe muito grande. Isso afirmo-o, pode escrevê-lo, porque há edifícios que «gritam», precisam de manutenção. Do ponto de vista da engenharia eles constituem um grande perigo e podem vir cá abaixo, podem desabar e matar muita gente. Em segundo lugar, nós temos casas que estão exactamente nas zonas de grande erosão, onde a erosão é eminente, em zonas onde as inundações poderão atingir alturas significativas e temos algumas obras de arte, como disse há pouco, que não estão concluídas. Se ocorrerem mais enxurradas deste tipo naturalmente teremos muitos problemas …

SA – Mesmo no centro de Luanda?

AV – Mesmo no centro de Luanda. Porque Luanda não suporta chuvas com mais de 100 ml. Temos que marcar: de 100 ml cá para baixo já temos que fazer muita manutenção, dar socorro, a protecção civil já tem que intervir. De 100 ml para cima já estamos a falar de situação de caos e de grandes perdas de vidas, etc., etc. Se estivermos a falar de 400 ml já estamos a falar de uma catástrofe nacional. Oxalá que não passe dos 200 ml. Em todas estas considerações há que atender a outra «cidade» por baixo de Luanda. A rede de cabos, esgotos e canos é uma outra cidade, mais dinâmica, com forças, pressões e tensões muito fortes. É nesta cidade que, sabemos, existem muitas rupturas nos canos. As águas livres no subterrâneo procuram e abrem caminhos, movimentam terras, muitas delas em torno e debaixo dos edifícios. São um grande problema. A movimentação de terras anos a fio, causada pelas águas livres, abalam a estabilidade dos solos onde assentam os edifícios o que pode le var ao colapso de alguns deles se de repente, com grandes chuvas este movimento dispara. Na verdade o que pode levar ao desabamento de edifícios em Luanda é basicamente a alteração da estabilidade da sua base de sustentação. Temos edifícios em Luanda em que se nota

esse perigo a olho nu. Há edifícios com rachas muito acentuadas e que provêem justamente da erosão do solo de sustentação. Mesmo que não chova muito, se não houver intervenção urgente, Luanda tem edifícios com risco acelerado de desmoronamento.

070218-23

Cacuaco e Nova Vida
As duas pontes estavam inacabadas

O Engenheiro António Venâncio lança, também, um olhar crítico sobre as pontes de Cacuaco e Nova Vida. Para ele, do ponto de vista da Engenharia as duas pontes são consideradas como inacabadas e é por essa razão que ambas apresentam ciclicamente problemas. «Não se pode fazer uma ponte sem que depois sejam feitas obras de arte de protecção das suas bases de sustentação», afirma.

SA – No caso das pontes de Cacuaco e do Nova Vida que acabaram por ceder, terá faltado fiscalização, ou seja, a averiguação regular do estado dos pilares e dos tabuleiros?

AV – Acho que muitas das pontes que estão feitas e algumas passagens hidráulicas podem ser consideradas como obras de engenharia não acabadas. Isto porque elas não respondem às exigências técnicas que são habituais. Ou seja, não se pode fazer uma ponte sem que depois sejam feitas as obras de arte de protecção das bases de sustentação dessa ponte. No caso concreto da ponte do Nova Vida (Gamek), e da passagem hidráulica de Cacuaco, fez-se a ponte, num caso, e a passagem hidráulica no outro, sem as tais obras de arte de protecção, para a manutenção dessas mesmas infra-estruturas de engenharia. Eu considero que essas obras são obras tecnicamente não acabadas. A fiscalização, que em princípio se ocupa da garantia da qualidade da obra, que vai até ao rigor, que exige que sejam respeitadas as normas internacionalmente aceites, nunca deveria aceitar que uma obra fique a meio, porque se tivéssemos concluído a obra da passagem hidráulica de Cacuaco, ou da ponte do Nova Vida, não teríamos o desabamento ou a falha técnica que vimos.

SA – Estas falhas não dão sinais ao longo do tempo? Com equipas técnicas que fossem aferir regularmente do estado técnico das pontes e passagens hidráulicas,

viadutos e afins … nestes casos não seria possível prevenir acidentes?

AV – O problema é que a passagem hidráulica estava bem feita, a ponte também estava bem feita. Mas as duas não estavam é protegidas. No caso concreto em que elas não estão protegidas, ter-se-ia de se usar fundações profundas, que são muito caras e que geralmente não se fazem. Geralmente fazem-se fundações normais, mas essas fundações são protegidas por obras de arte, como gabiões, o mais usual, que fazem a protecção e o encaminhamento, de uma forma disciplinada, digamos assim, das águas que passam por estas estruturas. No caso concreto destas duas estruturas as águas tiveram todo o tempo para corroer as bases de sustentação exactamente porque não existiam estas estruturas de protecção e de defesa das obras. As águas, naturalmente, fizeram um trabalho de corrosão que originou o desmoronamento da estrutura. Com 100 mil dólares teríamos evitado, provavelmente, esses acidentes com tão grande repercussão.

SA – No caso Nova Vida, trata-se de um traçado enquadrado numa área com uma actividade de construção muito grande e aquilo é um leito praticamente seco, não é propriamente um rio, mas o somar das chuvas poderia ter causado o assoreamento da vala e depois é possível que a avalanche tivesse feito com que ruísse a ponte …

AV – Não. Vejamos. Antes de existir a linha da água, primeiro existiu a água, quer dizer, primeiro teve que ser a água a abrir o caminho. Quando a gente faz uma passagem hidráulica ou quando se faz uma ponte já estamos a aceitar que por aí passou muita água e vai passar muita água. Porque a linha da água quem a faz é a água. É o caminho mais fácil que a água toma, ao longo de muitos anos, criando aquela passagem natural sua. Se alguém a interromper ela leva tudo o que estiver a frente. A menos que você, respeitando o fluxo, o caudal e a força dinâmica dessa água, possa conduzi-la de modos que ela não crie dificuldades, que não crie problemas, porque a linha de água é feita ao longo de muitos anos, portanto não se pode dizer que é um rio seco. O rio seco é sempre uma linha de água. Ele é seco quando não há água, mas é a água que faz aquele rio. Quando chover aquele é o seu caminho, por causa do relevo do terreno. O relevo do terreno obriga a que a água siga o caminho mais fácil respeitando o princípio dos vasos comunicantes e também devido a força

hidrodinámica que a leva a determinado curso que nós chamamos de curso natural da água ou linha de água.

SA – Pouca gente sabe destas coisas…

AV – Pois. Mas deverá haver um programa de educação cívica da população, de protecção civil, que deve ser uma disciplina integrada no ensino público desde os primeiros anos de escolaridade. Uma das coisas que se pode ensinar à população é como proteger-se das inundações com gabiões. Isso deveria ser matéria de ensino, porque os gabiões são uma tecnologia muito antiga, agora a tecnologia é outra, mas o princípio técnico é sempre igual. O que se pretende é fazer contenções através de uma estrutura de gravidade simples. A população pode ser ensinada a fazer estruturas de contenção hidráulica com a utilização de sacos de areia, de gabiões com enchimento de pedra, de modos a minimizar os efeitos da enxurrada. Porque sendo a chuva muita, no caso concreto de Luanda nós estávamos habituados a uma precipitação anual média de 50 ml e neste mês de Janeiro tivemos 250 ml, se a população tivesse alguma formação nesse sentido teríamos evitado muitas mortes. As pessoas, com terra, com qualquer tipo de terra e com pedras, poderiam formar pequenas estruturas de contenção hidráulica que iriam evitar os estragos …

SA – Mas isso não iria levar ao espírito egoísta do género poupar-me a mim e criar problema ao outro? Ou seja, eu ponho um muro na minha propriedade e a água desvia-se para a propriedade do outro …

AV – Isso tem a ver com a tal educação cívica, porque na educação cívica deve-se transmitir ao cidadão o conhecimento de que o desvio tem que ser feito em conjunto. Numa rua ou numa zona com várias casas as pessoas teriam que se unir para fazerem um cordão colectivo. Neste caso a população precisa de apoio material, não é o apoio material que vem na hora em que ocorrerram as quedas pluviométricas. Geralmente os apoios vêm depois de feitas as estatísticas de quantos mortos e de quantas casas caíram. O apoio, neste caso concreto, tem que ser um apoio em que antes das chuvas, quando se sabe que Janeiro, Fevereiro e Março são os três meses de grandes enxurradas, o Estado, em Dezembro, já tem que ter mais ou menos as condições criadas, num certo nível de alerta para que se ocorrerem chuvas torrenciais, então a população é

imediatamente informada sobre onde recorrer para conseguir os sacos e todo o material de protecção. Nós estamos a aplicar uma política de salvação, de socorro, quando o que deveríamos fazer era aplicar uma política de prevenção. A política de prevenção é muito mais barata que essa política de socorro que vem quando as pessoas estão mortas, quando as pessoas estão desalojadas, fica muito mais caro.

SA – Como proceder então?

AV – Primeiro proteger as passagens hidráulicas com gabiões e concluir essas obras de arte, a passagem hidráulica é uma obra de arte. Proteger, também com gabiões, as pontes, as pequenas pontes, portanto concluir tecnicamente estas estruturas. Em segundo lugar formar a população, de modo a poder comportar-se da melhor forma nestas situações. Se não poder ser toda a gente, pelo menos as administrações, os funcionários ligados à administração do Estado que podem mobilizar rapidamente as pessoas através de megafones e outros meios. Organizar as pessoas, distribuindo material para a contenção das águas. Porque há casos em que a solução é muito simples, no caso, por exemplo, da rua da Gabela, em que a água quase chega a passar de metro e meio, ali, com uma estrutura de contenção muito simples feita pela própria população, evitávamos os grandes estragos que hoje em dia verificamos. Eu pessoalmente tenho conhecimento desse caso. Se nós tivéssemos ai o apoio da Administração e o devido esclarecimento, teríamos evitado grandes perdas de bens e outros prejuízos aos moradores daquela área.

SA – O Estado não sabe ou faz-se de surdo?

AV – Olhe, acho que o governo da Província faz pouco proveito das estruturas de apoio que ele próprio criou, como é o caso do Conselho de Concertação Social. O governo faz pouco proveito dessas estruturas, porque até hoje ainda não foi convocado. Se nós estamos numa situação muito difícil na província e existe um Conselho de Concertação Social então não se explica que esse conselho, exactamente nesta situação, não funcione, não é chamado a dar a sua contribuição. Há também um mau aproveitamento das estruturas e dos técnicos e especialistas, nomeadamente, nos ramos da hidráulica e de engenharia civil, do urbanismo e também na protecção ambiental. Tudo aquilo que o governo vai

fazer e que custará milhões de dólares, necessariamente, precisa de ser feito da melhor maneira possível e isso só se consegue com as soluções que são as melhores, que são aquelas que partem das pessoas que dominam as matérias.

070218-23

Novas dores de cabeça

Antigo director da Emproe (Empresa de Obras Especiais), António Venâncio vê nos novos edifícios que estão a ser erigidos em Luanda, sobretudo na sua parte baixa, uma fonte suplementar de dores de cabeça para os munícipes por causa da rede de esgotos que está completamente saturada.

SA – Na baixa de Luanda estão a crescer vários edifícios altos, que irão, necessariamente, criar uma maior pressão sobre a rede de esgotos e saneamento. Isso é um perigo?

AV – Sim, já que nós ainda temos, em Luanda, um sistema unitário de saneamento. Isso quer dizer que as águas pluviais e as águas residuais vão todas pelo mesmo caminho, o caudal é muito grande e sabe-se que as estruturas actuais já não comportam tanto caudal. Com as enxurradas as coisas pioram, por isso vemos os esgotos a vazar quando chove. O que é preciso fazer-se é um redimensionamento da rede de saneamento, começando pela sua manutenção e, naturalmente, terão que ser feitos outros estudos (sei que já se estão a efectuar estudos) para, de seguida, entrarmos numa fase de construção, actualização ou modernização da rede de saneamento básico. O problema não reside em haver mais edifícios. O problema reside em irmos acompanhando a evolução habitacional, irmos acompanhando o crescimento económico com as infra-estruturas necessárias para que esse desenvolvimento económico possa beneficiar as pessoas. No entanto, há bairros que são mais urgentes que outros, mas também há bairros onde o dispêndio de verbas para a resolução do problema pode ser astronómico que eu não acredito que haja, já neste momento, possibilidades financeiras para os resolver.

SA – A solução passaria pela construção de uma nova rede, em vez de se gastar muito dinheiro em reparações?

AV – Só para o município do Cazenga estamos a falar numa rede de uma cidade, são muitos milhões de dólares. Estamos a falar do desalojamento de muitas pessoas, estamos a falar de demolições em grande escala, para se poder dar arejamento, ventilação e luz natural, criar arruamentos, criar zonas verdes, etc. Para a urbanização, ou transformação dos musseques do Cazenga, que comportam, neste momento, a volta de milhão e meio, dois milhões de habitantes, estaríamos a falar de uma coisa com uma dimensão com a magnitude equivalente a uma cidade, o que levaria a gastos astronómicos, na casa das centenas de milhões de dólares, apenas o Cazenga. A própria cidade de Luanda, na parte urbana, a reabilitação, a modernização que levaria a alteração do sistema unitário para o binário consumiria outras centenas de milhões de dólares. Nesse momento esses estudos ainda não estão concluídos o que significa outros milhões de dólares, só em estudos. Por isso é que eu falei em soluções simples, de tecnologia simples como os gabiões para ter, pelo menos, algum equilíbrio ambiental e ecológico.

Nova Vida não respeita padrões africanos

Para o Engenheiro António Venâncio o Projecto Nova Vida foge aos padrões culturais africanos uma vez que não foi dotado de espaços onde os moradores possam criar as suas próprias áreas verdes. «O Nova Vida tem esse lado social positivo que é o de ajudar na resolução do problema da habitação, mas não respeitou aquilo a que eu chamaria de habitabilidade»

SA – Na zona do Nova Vida, o projecto habitacional, sabe-se que está numa zona árida com vegetação muito fraca, ou quase nula, o que também pode ter contribuído para as grandes enxurradas. Mas as pessoas queixam-se de terem os quintais com crateras depois das chuvas. O que é que falhou? Não foi compactado suficientemente o quintal, os cursos de água não foram respeitados? O que se teme é que depois dos quintais cederem, nas próximas chuvas cedam as casas …

AV – O modelo urbanístico do projecto Nova Vida está longe de atingir o modelo urbanístico do Lar do Patriota, por exemplo. A diferença está no que toca à tipologia e a própria concepção das vivendas. Enquanto no Lar do Patriota temos uma residência feita respeitando os padrões africanos próprios, no projecto Nova Vida não se respeitam os padrões africanos.

Provavelmente por uma questão de poupança de terreno, ou se calhar, por razões que têm que ver com a subjectividade do próprio projectista. Mas em princípio pode-se ver que o autor do projecto Nova Vida não respeitou os padrões culturais africanos e os costumes da nossa população. Enquanto no projecto Harmonia do Lar do Patriota se tem um quintal extenso que permite desenvolver plenamente os nossos costumes e pôr em prática o que se gosta de fazer, enquanto africano, e se pode criar área verde individual, no projecto Nova Vida você não pode criar área verde individual, terá limites. Aqui há uma limitação mais estreita da iniciativa do morador que está sujeito a viver fechado rodeado de betão. Isso é uma solução muito de modelo europeu que não se coaduna com a nossa realidade. O projecto Nova Vida tem esse lado social positivo que é o de ajudar na resolução do problema da habitação, mas não respeitou aquilo a que eu chamaria de habitabilidade.

SA – Insisto, em termos técnicos, a questão da cedência dos pisos dos quintais, as crateras e fendas abertas pelas chuvas. A terra não foi suficientemente compactada?

AV – Eu teria que ver qual é esse fenómeno. Aqui pode haver vários fenómenos. Pode haver rotura, pode haver outro tipo de falhas. E se por acaso há problemas de dimensionamento das redes então as águas acabam por ocupar todo o volume dos canos, ocupam toda a extensão dos canos e com a força hidrodinámica elas acabam por romper esses colectores (canos). Assim elas saem, criam inundações e vão corroendo o solo e criam este tipo de ruína. Haverá outros provavelmente. Pode, ainda, ter que ver com a profundidade das fundações. As fundações poderão ter sido feitas não respeitando a profundidade exigida no projecto, poderão ter sido feitas acima da quota do projecto, então nesse caso há também ruína.

070218-23

Aviação ligeira em quadrilugares aterra nos próximos momentos

Flight Dream negoceia implantação em Angola

Está em vias de implantar-se em Angola e Moçambique uma empresa designada Flight Dream, especializada na

importação e exportação de aeronaves e material aeronáutico, segundo informações na semana que hoje termina fornecidas a este jornal por fontes ligadas ao empreendimento. No caso de Angola, a Flight Dream, constituída em Portugal, vai associar-se a uma empresa nacional designada H2 Associados, no quadro de negociações estabelecidas com um dos seus executivos, apresentado ao Semanário Angolense como sendo Henrique Abrantes. Quando estiver implantada em Angola, a Flight Dream pretende expandir a sua área de actuação, passando a dedicar-se à construção de aeronaves, consultoria e realização de eventos, com forte relevo para raids intercontinentais, algo que a distanciará da mera actividade de importação. No seu conceito de trabalho estabelecido para Angola, a Flight Dream pretende juntar aos factores da tecnologia e inovação subjacentes ao sector da aviação ligeira, os negócios de outros actores do mercado, como é a expansão de marcas e nomes dos patrocinadores empresariais que estiverem envolvidos no empreendimento. Além disso, a empresa pretende associar a aviação ligeira a um país como Angola, «com enormes recursos naturais, belíssimas paisagens e um amplo crescimento» económico e social. A Flight Dream utiliza nos seus negócios aparelhos construídos na Dyn'Aero – Tecnologia Espacial Ibérica SA, apresentado como o maior e tecnologicamente mais evoluído construtor europeu de aviões desportivos de última geração e que transferiu toda a sua produção para a zona industrial da pequena cidade alentejana de Ponto de Sôr, no coração de Portugal. Essa unidade tem capacidade para produzir 120 aviões por ano, utilizando os mais evoluídos processos e produtos, fundamentalmente à base de fibras de carbono e colas, pormenores que chamaram a atenção da parceira da Airbus, European Aircraft Defense System (Eads). Ao avaliar vários aparelhos para a instalação de sistemas de detecção de incêndios (com ligação directa em tempo real a uma base terrestre), a Eads escolheu o Dyn'Aero por ser um dos mais leves e potentes, o que significa poder ser apetrechado com maior quantidade de equipamentos. Inicialmente, a fábrica de Ponte Sôr produzia essencialmente aviões de dois lugares, mas o mercado alterou-se, e, dada a enorme procura, neste momento consagra metade da sua produção a aparelhos de dois lugares e a outra metade a aparelhos de quatro lugares. O avião escolhido pela Flight Dream para as suas operações em Angola é o Mcr 4S (ver caixa), «perfeito», como foi dito a este jornal, para uma escola, aeroclube, associação, ou simplesmente para um

particular em negócios ou em lazer. O professor universitário e ex-comandante J.A. Sousa Monteiro é citado pela Flight Dream, considerando ser o Mcr 4S «uma máquina realmente surpreendente em todos os aspectos». Perfil do Mcr 4S O escolhido O estudo inicial do quadrilugar Mcr-4S foi lançado em 1994, ao mesmo tempo que os primeiros estudos sobre o Mcr Vla. Foi este último, criado em 1996, que permitiu validar a tecnologia geral. As asas e os seus dispositivos hiper sustentadores surgiram com o Mcr UL em 1997, enquanto os comandos resultaram do Mcr Club (1998) O objectivo era realizar aquilo que muitos consideravam impossível, ainda há pouco tempo: «Um quadrilugar de desempenho Stol, com um motor de apenas 100 cavalos». Os primeiros voos do 4S tiveram lugar em Junho de 2000. O Mcr4S oferece uma razão desempenho/economia de exploração única no mundo. É o único quadrilugar que dá a possibilidade de quatro pessoas viajarem confortavelmente e a mais de 250 km/h, com um motor de 100, consumindo apenas 20 litros de gasolina/hora. Desempenhos obtidos graças a um peso em vazio extremamente reduzido, que permite ao 4S de levar uma carga útil até 150% do seu próprio peso em vazio! Asas com aerodinâmica bem elaborada e optimizadas, bem como superfícies hiper sustentadoras de fenda dupla, conferem-lhe qualidades de descolagem e aterragem curtas excepcionais para um quadrilugar. Uma cabine com boa visibilidade em volta e extremamente espaçosa, com 1,20 m de largura nos lugares de trás, é conhecido pela sua capacidade para quatro pessoas de 1.95 m. Está equipado com um trem com suspensão óleo pneumática. Para além da escolha das várias motorizações, o 4S pode receber numerosas opções, nomeadamente: avião com pára-quedas de socorros, tanques «long range» (autonomia de 10 horas) e travões hidráulicos.

070218-23

070218-23

070218-23

070218-23

070218-23

070218-23

070218-23

070218-23

Xxxxxxxxx

070210-17

Sa 070210-17
No próximo congresso da Unita
Liderança do Galo Negro sob o signo da rivalidade regional
Severino Carlos

A linha de separação de águas entre os distintos candidatos ao posto actualmente ocupado por Isaías Samakuva estará, essencialmente, no local de nascimento, colocando dirigentes nascidos no Bié e no Huambo de um e outro lado da barricada

A luta pela presidência da Unita no próximo congresso des te partido, previsto para meados do ano em curso, poderá ocorrer num clima de exacerbada rivalidade regional. Trata-se de uma situação perceptivelmente diferente, em que a linha de separação de águas entre os distintos candidatos ao posto actualmente ocupado por Isaías Samakuva estará, essencialmente, no local de nascimento, colocando dirigentes nascidos no Bié e no Huambo de um e outro lado da barricada. Este problema foi levantado, pela primeira vez, por Lukamba Paulo Gato no decurso do congresso realizado em 2003, quando estruturou a sua campanha contra Isaías Samakuva na perspectiva de uma disputa entre dirigentes bienos e nascidos no Huambo. Numa palavra, era Samakuva, nascido no Bié, contra Lukamba Gato, natural do Huambo. Quando Lukamba Gato fez esse enunciado político, por breves instantes a sala de conferências que a Unita possui em Viana emudeceu. Mas foi apenas o tempo suficiente para os «maninhos» engolirem em seco, pois logo depois a normalidade foi retomada. E não podia ser de outra maneira. Desde logo porque a tese esgrimida por Lukamba Gato esbarrava num elemento: Abel Chivukuvuku, nascido numa aldeia de Luvemba, uma comuna do Bailundo, na província do Huambo, era o homem a quem Isaías Samakuva, um bieno, tinha depositado a grande

responsabilidade de conduzir a campanha que o levou vitoriosamente ao posto de presidente da Unita, um ano e quatro meses após a morte de Jonas Savimbi. Aparentemente, porém, Lukamba Gato não andaria longe da verdade, já que a ajuda de Abel Chivukuvuku a Isaías Samakuva foi estabelecida com base na conhecida condição de um deixar o caminho livre para o outro ser o candidato do partido à Presidência da República. E, aparentemente também, Samakuva terá roído a rolha ao mandar Chivukuvuku às favas, não cumprindo com o pacto que ambos haviam firmado. Ora, depois disso, muito astutamente, Abel Chivukuvuku tratou de encetar um «QRF». Fazendo apelo às rivalidades regionais, passou uma esponja sobre as desinteligências entre ambos e aliou-se a Lukamba Gato, com o qual tem sido visto frequentes vezes ultimamente. Trata-se, assim, de uma aliança que é feita em nome da sacrossanta dignificação dos bailundos. Resta, no entanto, saber qual é a moeda de troca com que ambos entram nesta aliança. Não é difícil presumir que seja o mesmo esquema do pacto gorado entre Samakuva e Chivukuvuku, com a diferença de que, desta vez, os dois «signatários» têm a mesma região de nascimento: o Huambo. Seja como for, ambos estarão muito dependentes do empurrão que o outro lhe pode dar. A imagem de Lukamba Gato ficou muito chamuscada com a derrota em favor de Isaías Samakuva nas eleições de 2003, mas a forma discreta como geriu o defeso dá-lhe alento para uma «rentrée»e um novo ataque à liderança do partido. Quanto a Abel Chivukuvuku, esta aliança com Lukamba Gato surge em boa hora, depois do abanão que sofreu com o folhetim em torno de um suposto «affaire» com o Mpla. Sempre pode ajudar a contrabalançar e dar substância aos apoios com que diz contar no exterior de Angola. Embora sejam apoios importantes para efeitos de imagem, a verdade é que não se deve descurar que em matéria eleitoral, eles pouco contam, uma vez que não votam. Apesar de tudo, Samakuva não parece estar lá muito «apavorado» com este novo cenário de alianças pouco simpáticas para as suas aspirações. Ele acha que ainda pode controlar a situação, concitando significativos apoios entre os bienos e os bakongos. Mas, como veremos na página a seguir, o actual presidente da Unita tem sérias e fundadas razões para não pegar no sono. A campanha de Chivukuvuku já se encontra há muito em marcha. E, mais do que isto, está a provocar sérios estragos entre as suas hostes.

Samakuva

Não parece estar lá muito «apavorado» com o novo cenário de alianças pouco simpáticas para as suas aspirações. Acha que ainda pode controlar a situação, concitando apoios entre os bienos e os bakongos.

Chivukuvuku

A aliança com Gato surge em boa hora, depois do abanão que sofreu com o folhetim em torno de um suposto «affaire» com o MPLA. Os apoios com que diz contar no exterior de Angola são importantes mas não votam.

Gato

A imagem de Lukamba Gato ficou muito chamuscada com a derrota em favor de Samakuva nas eleições de 2003. Mas a forma discreta como geriu o defeso dá-lhe alento para uma «rentrée»e um novo ataque à liderança do partido.

070210-17

Rascunho de uma aliança
Abel dá salto de cavalo mas Gato fica na dobra

De acordo com as últimas que o Semanário Angolense apurou, Abel Chivukuvuku está a dar passos leoninos na sua campanha para a liderança da Unita, estando pouco a pouco a esvaziar as hostes fiéis a Isaías Samakuva. A fazer fé em fontes que estão no «inside», além da aliança já garantida de Lukamba Paulo Gato, Chivukuvuku conta com o apoio de Samuel Chiwale. Mais: Gato será o vice-presidente do partido, caso Chivukuvuku triunfe no congresso. São dados que a confirmarem-se alteram substancialmente o tabuleiro em que se movem os principais candidatos à liderança da Unita. Mas é caso sobretudo para dizer que a vida dá voltas imprevisíveis, quando não são verdadeiras cambalhotas. Abel Chivukuvuku já esteve muito próximo de Lukamba Gato, quer em termos de intimidade, quer na hierarquia partidária. Antes dos Acordos de Bicesse, estavam ambos entre os principais diplomatas com que Jonas Savimbi contava nas grandes chancelarias mundiais. Chivukuvuku em Washington e Gato em Paris. Na capital francesa, este último tinha o hábito de proporcionar reuniões de confraternização entre os diplomatas da Unita. Quando aconteceu o primeiro armistício, em 1991, Savimbi colocou-os lado a lado em Luanda. Ou seja, além de ser

o secretário para as Relações Exteriores, Chivukuvuku era o número dois da Unita na Comissão Conjunta Político-Militar, atrás de Elias Salupeto Pena. Nesta altura, Gato não era ainda uma estrela cintilante na «entourage» de Savimbi, mas era o lugar-tenente de Chivukuvuku em Luanda. Mas parecia estar escrito que Lukamba Gato, com uma inegável personalidade forte, ambiciosa e envolvente, não seria sempre adjunto. Logo que pôde, ascendeu na hierarquia savimbista, enquanto Chivukuvuku desceu. Quando «Chivuku» era posto em «quarentena» em Luanda, Savimbi fez de Gato secretário-geral da Unita e uma espécie de primeiro- ministro das zonas que a organização controlava. No retorno à Luanda, após a morte de Jonas Savimbi, Lukamba Gato e Chivukuvuku permaneceram distanciados e chegaram mesmo a «atracar-se» por altura do congresso de Viana, em Junho de 2003, quando «Chivuku» posicionou-se contra Gato e ajudou Isaías Samakuva a tornar-se o presidente da Unita. Nas voltas que a vida dá, estão agora outra vez lado a lado, na mesma barricada. Ironicamente, Lukamba Gato volta a ser o lugar-tenente de Chivukuvuku ao aceitar a vice-presidência do partido caso este vença. Mas para quem conhece a personalidade forte, ambiciosa e envolvente de Lukamba Gato, facilmente concluirá que haverá qualquer coisa mais nesta aliança entre ambos. Ou seja, a vice-presidência da Unita para Lukamba Gato pode ser apenas um esquema temporário. A prazo, Gato pode ficar mesmo com a liderança da Unita, desde que Chivukuvuku avance para aquilo que mais deseja: candidatar-se a presidência do país. Bastaria, para tanto, que ambos concertassem desde já uma alteração estatutária que adequasse o partido a tal cenário. Aparentemente virtual, este cenário está cada vez mais à beira de se concretizar quando se medem as implicações do apoio de Samuel Chiwale à campanha de Chivukuvuku. Com o prestígio que este velho «maquisard» goza, não seria apenas a velha guarda do partido a ser arrastada, mas grandes franjas do que são as bases da Unita. Para agradar ainda mais o velho, Chivukuvuku, ao que soube o Semanário Angolense, já prometeu criar, em caso de vitória no congresso, um órgão do partido que seria uma espécie de senado ou conselho de anciãos.

070210-17

Estado-maior de Chivukuvuku admite
Derrota no Bié é inevitável

Com Gato e Chiwale a apoiá-lo, Abel Chivukuvuku já conseguiu fazer avanços maiores junto aos secretariados provinciais do partido. Fontes próximas à campanha de Chivukuvuku garantiram ao Semanário Angolense que neste momento só o secretariado do Galo Negro no Bié se mostra inexpugnável. No estado-maior de Chivukuvuku chega-se mesmo a admitir que a derrota é inevitável nessa província, onde Isaías Samakuva goza de fortes créditos. Um ponto de interrogação é a província do Bengo. De acordo com as mesmas fontes, o vice-presidente da Unita, Ernesto Mulato, um aliado de Samakuva, já se terá convertido às hostes de Abel Chivukuvuku. Para tanto, a perspectiva é instituir uma segunda vice-presidência que lhe seria atribuída. Pouco se sabe acerca de eventuais avanços que Abel Chivukuvuku tenha feito junto da chamada comissão externa, um terreno por tradição favorável a Isaías Samakuva. Contudo, as fontes avançaram, com reservas, que Carlos Morgado foi «sugado» e, na lista de Chivukuvuku, cabe-lhe o posto de secretário-geral.

070210-17

Um fenómeno de tribalismo?
Aprendizes de feiticeiro
Severino Carlos

O fenómeno em emergência na organização política criada por Jonas Savimbi não é totalmente novo. Mas também não é caso para dizer que estamos em presença de uma manifestação pura e dura de tribalismo conforme teorizam os antropólogos. Não deixa, contudo, de ser um cenário preocupante este que se está a verificar no interior do segundo maior partido do país, uma vez que indica uma atitude mental e política por parte dos seus dirigentes até certo ponto conservadora. Longe, por conseguinte, de impulsionar o progresso da Unita, enquanto comunidade política. Quando os actuais dirigentes da organização, em luta acirrada por posições cimeiras no seu interior, fazem apelo ao lugar de nascimento como arma para mobilizar adeptos, acabam por fragilizar o partido, atomizando-o em vez de promover a sua coesão, mesmo que em princípio esse discurso seja apenas para consumo doméstico. No fundo é a mesma arma que Jonas Savimbi usava sempre que quisesse dividir para melhor reinar. Mas, muito mais

hábil e astuto do que todos os seus pares na direcção da Unita, ele tinha força e carisma suficientes para conseguir aglutinar a organização. Era habitual, nos seus grandes discursos de improviso, tecer elogios às grandes famílias do planalto central, usando o critério do lugar e papel jogado pelos clãs, sem porém separá-las pela naturalidade. Clãs como os Chingunji ou a família do próprio Abel Epalanga Chivukuvuku já foram publicamente exaltados por Savimbi, mas o efeito que ele obtinha com isso era um movimento por parte dos demais grupos clânicos de competição e emulação entre si para agradarem e atraírem a atenção do Chefe. Há aqui, convenhamos, uma grande distância qualitativa entre o que Savimbi fazia e o que fazem hoje Abel Chivukuvuku e Lukamba Gato, ou mesmo Isaías Samakuva, que mais parecem garotos a brincarem com o fogo. Ou, ainda, toscos aprendizes de feiticeiro. Enquanto Savimbi dividia-os em pequenas unidades individuais sem afectar a coesão do colectivo, hoje a Unita corre o risco não de esfarelar-se, mas de colocar grandes grupos étnicos uns contra os outros tendo com linha divisória o local em que nasceram. Seriam os ovimbundu do Bié contra os do Huambo. À margem, assistindo impotentes, ficariam outras franjas do partido, desde os chamados «destribalizados» (nascidos no litoral ou de origem europeia) aos bakongos e tchokwes. Não se nega que Jonas Savimbi foi um político que nesta questão particular do uso das diferenças étnicas andou e jogou sempre no fio da navalha. Aliás, quase perigou a manutenção da unicidade do Estado angolano. A actual geração de dirigentes da Unita não tem estofo para balcanizar o país, mas o mesmo já não se pode dizer da sua capacidade para se automutilar. Ou até mesmo fazer desaparecer a organização. É o que acontecerá caso persistam no uso de armas políticas que só Savimbi as sabia usar, e mesmo assim com os danos que todos conhecemos.

070210-17

4 de Fevereiro
Antes e depois - uma visão política a partir dos factos históricos (I) *
Cornélio Caley

Sinto-me feliz por mais uma vez me encontrar nesta heróica província, a convite de Sua Excelência, Sr. Governador Dr. Cristóvão da Cunha para, em conjunto, celebrarmos a data histórica do 4 de Fevereiro. É a

segunda vez que em tão curto espaço de tempo volto à Malange, facto que repito, me alegra bastante. O meu desejo é que a minha Palestra não entre na habitual narração dos acontecimentos do 4 de Fevereiro, visto que felizmente já estão sendo do conhecimento de todos nós. Vamos tentar analisar o 4 de Fevereiro: Antes e Depois, para obtermos uma visão política do momento a partir dos factos históricos. Espero não entrar na seara alheia. O 1º Capítulo estará relacionado com os acontecimentos históricos que nos conduziram ao 4 de Fevereiro. Trata-se de um capítulo que é do conhecimento de todos. O 2º Capítulo estará relacionado com os acontecimentos do pós 4 de Fevereiro. Trata-se de um capítulo pouco explorado para o qual gostaria de solicitar a vossa atenção. O 3º capítulo será uma tentativa de apresentar uma visão política a partir dos factos históricos acima referidos. 1º. O 4 de Fevereiro - Antes Em primeiro lugar, convém esclarecer que Angola foi declarada colónia, pouco depois da chegada de Diogo Cão nas terras do Kongo. Não importa que, em determinados momentos da história, Angola tenha sido denominada de província. Ela foi colónia de Portugal até ao dia 11 de Novembro, quando o Dr. António Agostinho Neto a proclamou independente perante a África e o mundo. Uma colónia, em termos sociológicos, é um território cujos habitantes estão praticamente subordinados aos interesses de um país estrangeiro que o tenha conquistado pelas armas. Não se trata da colónia na asserção da antiga Grécia, ou seja, do território onde determinados cidadãos emigram para aí transferirem as estruturas políticas da metrópole. Trata-se da colónia surgida da expansão do capitalismo europeu que, dada a escassez de mercados que este continente estava a experimentar, aventurou-se para os outros continentes e apoderou-se à força dos territórios encontrados. Foi assim que os europeus criaram as suas colónias na Ásia, na África e na América. Portanto, o sistema capitalista modificou o conceito clássico de colónia que passou a ser o território onde a potência invasora cria um regime de opressão, transformando os seus habitantes em mão de obra barata para alimentar o país de origem dos invasores. Mas temos de considerar que, em todos os momentos da história do mundo, quando um povo é oprimido, prepara todas as condições materiais e imateriais para se libertar do opressor. Foi o que fizeram os povos de Angola, de Kabinda ao Kunene, a partir do momento em que deram conta que tinham sido invadidos. Digo povos angolanos porque à chegada dos

Portugueses no nosso território não existia propriamente povo angolano tal como o conhecemos hoje. Havia, sim, diversos povos. Cada um tinha a sua organização com a sua estrutura política, social, económica e cultural que, embora tivesse alguma relação e semelhança com as outras organizações políticas vizinhas, era na sua essência diferente. Como resultado, diante do invasor, cada povo organizou-se como pôde, utilizando as armas ao seu alcance. Pegou em armas ou simplesmente negociou o seu destino. Encontrámos, assim, na nossa história povos que reuniram melhores condições de fazer a guerra do que os outros. Mas no geral todos resistiram contra o colonialismo português. É isto o que precisamos de entender. Em segundo lugar, precisamos de considerar que estes povos agiram isoladamente, motivo por que foram facilmente derrotados. Perdidas as suas instituições e respectivos símbolos que os identificava como povos independentes, iniciaram compulsivamente uma marcha comum dentro das estruturas políticas do invasor. Começa aqui a esboçar-se a ideia de povo angolano na convivência comum. Eram, todos, obrigados a pagar impostos, a trabalhar forçosamente para os colonos, a falar a língua portuguesa, etc., etc. Mas isto aconteceu em momentos históricos diferentes, visto que os portugueses não dominaram os povos do nosso território de uma só vez. A dominação portuguesa teve início, primeiro, no norte de Angola com o reino do Kongo. Seguiu-se, pouco depois, a região mais a sul, ou seja, os reinos do povo kimbundu. O outro itinerário utilizado pelos portugueses foi a partir do litoral para o interior. Assim, se percebe que as últimas resistências tenham tido lugar no interior e no sul do país. Podemos, para simplificar o nosso raciocínio, considerar que a resistência contra o colonialismo português processou-se através de 3 níveis principais, a saber: No 1º nível temos a guerra movida pelas autoridades locais, ditas tradicionais. Podemos considerar que, dentro deste nível, houve também 3 categorias de sociedades, nomeadamente: Na 1ª fase, a resistência foi operada pelas organizações políticas mais fortes ou pelos reinos que estabeleceram os primeiros contactos com os Portugueses. Estou a utilizar o termo organizações políticas em vez de reinos. Temos, como exemplo desta fase, em primeiro lugar, o reino do Kongo que, ao invés do que se costuma afirmar, desencadeou também uma luta armada contra os Portugueses que foi sendo substituída pelas negociações à medida que os reis kongoleses se aperceberam que

estavam diante de um inimigo que não podiam vencer facilmente com a força das armas. Mais a sul do Kongo encontrámos uma resistência muito forte que acima já referi empreendida pelos reis Ngola. Conhecemos o heroísmo da célebre Rainha Njinga, de Ngola Kiluange e de outros. Aqui mesmo em Malange ou no Kuanza Norte, estamos pisando o solo destes heróis que, pela tenacidade com que enfrentaram o inimigo, mereceram o respeito dos portugueses de tal maneira que o nome do território de que nos orgulhamos hoje deriva exactamente dos Ngolas. Se é verdade que todos os povos de Angola lutaram contra o invasor, não é menos verdade reconhecer aqueles que se distinguiram nesta luta como foi o caso dos Ngolas, Mandume, Mutu Ya Kevela e outros. Tal como afirmei no Kuanza Norte, se calhar, podemos pedir aos jovens desta região e de outras um engajamento especial para com a Nação por serem herdeiros directos dos antepassados que hoje são antepassados de todos nós.

*Comunicação apresentada em Ndala Tando e em Malange por ocasião do 4 de Fevereiro.

070210-17

Contra duas menores, com as quais possui afinidades familiares

Empresário acusado de crimes de atentado ao pudor

Ilídio Manuel

O empresário de camionagem Afa, residente à Ilha de Luanda, deverá ser responsabilizado por prática de crimes de atentado ao pudor contra duas menores, segundo soube este jornal da família das vítimas. Duas queixas-crime movidas pelos familiares das adolescentes contra o empresário, de 51 anos, deram entrada, no Comando Provincial da Polícia Nacional, em Luanda. As duas menores, Z., de 14 e B., 11 anos, cujas identidades o Semanário Angolense omite por razões óbvias, foram já submetidas a exames ginecológicos para se apurar se ambas mantêm ainda a virgindade. A primeira é vizinha do acusado, enquanto a segunda vivia sob o tecto do suspeito. Maldina da Costa Delgado Cabral, 26 anos, uma tia das vítimas, que fez estas revelações ao SA disse que Afa, por sinal seu padrasto, terá tentado, na noite de domingo, 29 de Janeiro,

seduzir a menor Z para a pratica de actos sexuais. Descrito como sendo um homem incapaz de controlar a sua «obsessiva apetência sexual por crianças», Afa terá sido surpreendido por volta das 22 horas dessa noite em casa de Z, com o suposto intuito de manter relações sexuais com a adolescente. Antes de se deslocar à casa da menor, o industrial de camionagem, segundo a fonte deste jornal, efectuou uma série de telefonemas para o telemóvel da adolescente, tendo umas dessas conversas sido interceptada por uma tia de Z. Esta, por sua vez, informou aos demais familiares sobre as intenções do acusado. Postos ao corrente da situação, estes terão então montado uma «estala» ao intruso. Maldina Cabral jura a pés juntos que durante essas conversas o empresário terá seduzido a menor para a prática de actos lascivos a troco de bens materiais. Na noite do «crime», os pais e outros familiares das menores, que se já encontravam de pré-aviso, terão então surpreendido o suposto «pedófilo» na residência da vítima, o que originou agressões mútuas. «Desde há muito suspeitávamos que ele se envolvia com as miúdaspor causa das constantes saídas nocturnas que fazia com as crianças. Sabíamos que ele era bastante "generoso" quando se tratava de oferecer recargas de telemóveis, gelados e dinheiro às meninas, mas faltavam-nos provas…», reforçou a acusação.
Visivelmente revoltada, Madina Cabral, que acusa Afa de ser «useiro e vezeiro em tais práticas», afirmou que naquela noite, o empresário, depois de se envolver em pancadaria, pôs-se em fuga. «A polícia não tem como localizá-lo para lhe entregar a contrafé, visto que ele se encontra em parte incerta». As adolescentes terão confessado aos familiares e à polícia que, nas múltiplas saídas nocturnas com o empresário, este as terá apalpado nos seios, nádegas e noutras partes íntimas. Z terá mesmo dito que, em algumas ocasiões, Afa lhe introduziu os dedos na vagina. As duas disseram que terão recebido reiteradas ameaças do empresário para que não denunciassem os alegados actos de atentado ao pudor. O Semanário Angolense tentou, em distintas ocasiões, obter a versão do acusado, não tendo, porém, sido bem sucedido. De igual modo, Afa não reagiu às mensagens enviadas para o seu telefone portátil. Um jurista contactado a propósito disse ao SA que se as acusações forem provadas, o alegado «violador» incorre numa pena de prisão de dois a oito anos, visto tratar-se de «crimes de atentado ao pudor», previstos e puníveis pelo art. 391 do Código Penal. Na sua opinião, as confissões feitas pelas menores à polícia terão

«algum peso» na decisão judicial. De tentativa em tentativa Enteada de Afa, Maldina da Costa Delgado Cabral disse que ela própria foi, ao longo de vários anos, vítima de uma série de tentativas de violação por parte do seu padrasto. Actualmente com 26 anos de idade, Maldina, que viveu até há dois anos sob o tecto do empresário, acusa este de tentar violá-la a partir dos 16 anos. «Por diversas vezes, ele tentou violar-me, sobretudo naquelas ocasiões em que estávamos a sós em casa. Ligava o aparelho de música ao máximo, e apalpava-me à força as partes íntimas». Maldina, que diz que sempre resistiu às investidas sexuais do padrasto, afirma, porém, que a sua mãe, esteve informada do que se passava à sua volta. «Estranhamente, ela saiu sempre em defesa do meu padrasto». Como que a denunciar o grau de cumplicidade da sua progenitora, Maldina diz que a sua mãe fazia questão que ela acompanhasse o padrasto a festas em muitas ocasiões. «Ele aproveitava essas saídas nocturnas para me apalpar as partes íntimas». O SA soube que Afa justificava o seu comportamento sob a alegação de que queria comprovar como ela resistiria em caso de ser alvo de uma tentativa de violação. Abordada sobre o assunto na terça-feira, 06, pelo Semanário Angolense, Regina da Costa Delgado, mãe de Maldina Cabral, recusou-se a fazer qualquer pronunciamento. Aparentemente embaraçada, acabou por desligar o seu aparelho portátil.

070210-17

Receitas do ano passado superaram as de 2005 em 50 por cento

Vendas em Angola influenciam crescimento da Ericsson portuguesa

As receitas de serviços da Ericsson Portugal em Angola aumentaram ao longo do ano passado cerca de 50 por cento, contribuindo de forma destacada para a «performance» da unidade que cresceu 40 por cento no mesmo período, segundo foi noticiado naquele país europeu. Em termos absolutos os negócios no nosso país contribuíram em 13 por cento para o volume de negócios apurado no ano, que se fixou nos 138 milhões de euros (um euro equivale a 103 kwanzas), mais dois por cento que em 2005. Isso, embora as receitas facturadas em Angola com software e hardware tenham deixado de passar pela Ericsson Portugal. O fabricante europeu, note-se,

é o principal fornecedor da Unitel, uma empresa de telefonia móvel que se reclama o primeiro em quota de mercado no nosso país, com dois milhões de clientes. Para este ano, a Ericsson espera que os principais contributos para o crescimento do negócio em Portugal venham da entrada em funcionamento dos primeiros serviços de Ims, plataforma de convergência que permite oferecer um leque alargado de aplicações sobre redes IP. Tal implica que os operadores continuem a migrar as suas redes para aquela tecnologia, um processo que a empresa também quer continuar a apoiar. A banda larga móvel é outra das apostas fortes da empresa que em Portugal trabalha esta área com os três operadores móveis, com quem já vem desenvolvendo testes que preparam a migração das actuais ofertas Hsdpa para os 7,2 Mbps. Os serviços profissionalizados mantêm-se uma aposta forte do grupo que já colhe desta área 40 por cento das suas receitas anuais, um valor elevado comparado com o peso da área dentro do grupo de pouco mais de 10 por cento. Hans-Erhard Reiter, presidente da filial portuguesa da Ericsson, admite que em 2007 o mercado português de telecomunicações poderá crescer acima das estimativas globais para o sector, uma tendência que resulta de um 2006 muito influenciado pelo clima de indecisão da Opa da Sonaecom sobre a PT. Sem números ainda fechados a Ericsson admite mesmo que em 2006 o mercado possa ter decrescido. Para 2007, a empresa espera um ano de crescimento que carece de um desenrolar rápido da oferta pública de aquisição da Sonae.

070210-17

Mais de cem viaturas submersas no Multiparques
Rui Albino

Mais de cem viaturas que se encontravam estacionadas no terminal automóvel da Multiparques, localizado nas instalações da Filda, em Luanda, ficaram submersas durante nove dias em consequência das chuvas que se abateram sobre a cidade capital. No fim de Janeiro as viaturas encontravam-se ali parqueadas até que os seus proprietários tratassem do desalfandegamento e consequentemente da sua retirada, tendo ficado submersas até ao dia 30 de Janeiro, altura que começaram a ser removidas. Durante os nove dias, o terreno esteve intransitável devido a grande profundidade resultante de uma inclinação no terreno, facto que dificultou as operações de remoção das

viaturas, nas quais teve que ser utilizada uma lancha para poder localizar as viaturas que ainda eram dadas como desaparecidas. Segundo informações obtidas pelo Semanário Angolense, a maior parte das viaturas que ficaram submersas foram confiscadas pelo Estado por terem excedido o prazo de parqueamento naquela instância portuária, para posteriormente serem distribuídas a funcionários públicos de todas as províncias de Angola à excepção de Luanda, conforme orientação do Conselho de Ministros. A equipa que trabalhou para o resgate só na quarta-feira, 31, conseguiu transferir as viaturas da inundação para um outro local com objectivo de pô-las a «secar». Caso não volte a chover os veículos serão encaminhados para um parque mais seguro algures em Viana, onde terão de ser reparadas. Os prejuízos, embora ainda não divulgados, estimam-se serem muito altos, uma vez que, para além dos impostos aduaneiros que terão que ser pagos sobre elas, serão submetidas a trabalhos de reparação de mecânica, eléctricidade e chaparia. As condições do parque (pouco adequadas para suportar cargas pluviométricas fortes) propiciaram os prejuízos verificados nas viaturas que se encontravam parqueadas. Com o objectivo de saber que garantia oferecem os carros depois de estarem submersos durante nove dias, o Semanário Angolense ouviu Valente Santos Joaquim, engenheiro mecânico, que foi peremptório em dizer que os veículos devem passar por uma grande intervenção não só mecânica mas também eléctrica. «É verdade que são várias as pessoas que podem recear comprar uma viaturas destas, mas para poderem ser utilizados é apenas necessário que se faça uma grande intervenção quer da parte mecânica como da parte eléctrica», referiu. Só estas duas intervenções, concluiu, vão determinar o tempo de vida útil de cada uma dessas viaturas.

070210-17

Trata-se do maior empreendimento industrial do sector

Falta de energia compromete investimento pesqueiro

Rui Albino

A Coapescas Lda, uma empresa ligada ao sector pesqueiro, abriu recentemente um sistema de congelação e conservação de pescado, considerado o maior empreendimento do género do país, dando lugar a cerca de 500 postos de trabalhos directos e a outras tantas

centenas de indirectos. Para complementar a sua actividade e facilitar o descarregamento do peixe para a lavagem e tratamento de quantidades que rondam as 170 toneladas/dia, sendo 50 toneladas para congelação e 120 para conservação, está em curso a construção de uma ponte cais. O abastecimento de energia eléctrica, que neste momento é efectuado por um grupo gerador, representa, no entanto, uma grande preocupação para o proprietário do empreendimento, Armindo Lopes, que receia que tal situação venha atrapalhar o processo de crescimento da empresa que já tem cerca de 12 anos no mercado. A empresa gasta diariamente quatro mil litros de combustível para manter em pleno funcionamento todo o sistema de conservação e de congelação do peixe capturado pelas suas 12 embarcações. Até ao momento, esta é a única solução, pelo menos enquanto a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (Edel) não liga o posto de transformação que foi instalado para o fornecimento de electricidade às novas infra-estruturas, avaliadas em cerca de um milhão e 250 mil dólares. Carlos Botelho de Vasconcelos, director provincial da Indústria, disse ser aquele um projecto que cresceu sob iniciativa privada e que deve merecer o apoio do governo. «Um projecto como este deve merecer um grande incentivo do Estado, por demonstrar a capacidade de trabalho enorme que deu origem ao que estamos hoje a inaugurar». Reconheceu, por outro lado, que os níveis de produção ainda não satisfazem às necessidades dos consumidores, estimando que com mais investimentos pode-se chegar atingir níveis de produção que satisfaçam a demanda. «O país regista défices e quase tudo o que se produz é insuficiente, mas é de louvar esta iniciativa, porque não existem investimentos estatais. Temos que cativar e incentivar para que haja mais empresas privadas neste ramo», notou Carlos Botelho Vasconcelos. A cerimónia contou com a presença do ministro das Pescas, Salomão Xirimbimbi, a quem coube o corte da fita, seguindo-se depois uma visita a todas instalações, onde conheceu os três túneis para a conservação e congelação de peixe e um frigorífico para produção de gelo.

070210-17

Aumenta volume das arrecadações alfandegárias
Reforma aduaneira dá resultados

As alfândegas de Angola disseram que a evolução da arrecadação de receitas atingido em 2006, da ordem dos 44,3 por cento face a 2005, ficou a dever-se a avanços introduzidos nos processamentos aduaneiros no aeroporto e no porto de Luanda, às mudanças de procedimentos verificados nos seus postos no interior de Angola e à intensificação do combate à evasão fiscal. Segundo a Direcção Nacional das Alfândegas (Dna), os números disponíveis geram expectativas de que de Janeiro a Dezembro de 2006, a arrecadação tenha atingido um bilião e 553 milhões de dólares, mais 491 milhões em relação ao ano de 2005, quando a receita total foi de um bilião e 62 milhões de dólares. Nos últimos seis anos - período de implementação de um programa de reformas na instituição -, as receitas aduaneiras cresceram 611 por cento. No ano de 2000, quando as mudanças iniciaram, a receita tinha sido de apenas 215,4 milhões de dólares. As receitas arrecadadas pela Dna são principalmente canalizadas para contribuir para o sucesso do Programa de Reconstrução de Nacional do Governo, segundo o director da Dna, Sílvio Burity. O processo de crescimento contínuo da receita aduaneira de Angola verifica-se desde o início da implantação do programa de reformas. Em Dezembro, foi alcançado um novo recorde histórico face a igual período do ano passado. No início de Janeiro, as Alfândegas de Angola puseram em vigor uma nova pauta, para substituir a pauta unificada que um par de anos antes tinha sido adoptada para adequar os procedimentos aduaneiros angolanos aos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Sadc) e da Organização Mundial das Alfândegas (Oma). Uma das premissas da pauta adoptada em Janeiro visa a prevenção da evasão fiscal, o mesmo que se pretendia com a pauta harmonizada, mas que não foi conseguido pelo facto taxas terem resultado agravadas numa grande percentagem de casos e inalteradas em outros tantos. Uma reforma do sistema aduaneiro angolano começou a ser implementada no início da presente década, tendo as autoridades angolanas contratado uma empresa britânica, a Crown Agents, para prestar auxílio legal à Direcção Nacional das Alfândegas. Num outro momento, foi consecutivamente contratada uma empresa francesa, a Bivac International, que se encarrega da inspecção pré-embarque das importações destinadas a Angola. Todos esses passos foram reforçados com matéria legislativa relativa às taxas e direitos, em tentativas de simplificar o sistema aduaneiro angolano.

Xxxxxxxxxx

Altos

Job Capapinha

É, sem dúvida, oportuna a decisão do Governo de Luanda anunciada esta semana de proibir a paragem e o estacionamento de veículos automóvel ao longo da Avenida Revolução, sobretudo nas imediações do Aeroporto. Se os agentes reguladores do trânsito e outras autoridades forem capazes de obrigar os taxistas, sobretudo, a agirem em conformidade com essa decisão dar-se-á importante passo para tornar menos problemática a circulação rodoviária em Luanda. Mas seria bom que o Gpl não se ficasse por esse passo. Já é mais do que tempo para a adopção de medidas repressivas mais violentas. Circular pelos passeios ou em faixas contrárias, por exemplo, algo que os taxistas fazem até mesmo nas barbas da polícia, não deveriam ser penalizados apenas com a apreensão da carta e consequente multa. Alguns dias de prisão correccional ajudariam, seguramente, a pôr essa gente na linha. A combinação de vários fenómenos, dentre a condução desregrada, aproximou Luanda daquilo que os angolanos mais abominavam nos anos 60,70 e até mesmo 80: Kinshasa e outras capitais africanas. Por causa da indisciplina dos taxistas, sobretudo, o trânsito na capital angolana assemelha-se hoje ao que se passa em Kinshasa, Lagos, Lomé e outras tantas cidades africanas. Perante esse cenário, as autoridades têm uma de duas opções a fazer: ou cruzam os braços e permitem que Luanda seja irmã gémea de uma qualquer Matongué, adoptam medidas firmes para evitarem que o caos se assenhore completamente da capital angolana. As autoridades angolanas e, nomeadamente, o Governo Provincial de Luanda, têm, no entanto, de ter a consciência de que se perderem a luta contra os taxistas, vulgo candongueiros, isso terá um elevadíssimo custo político, económico e social.

Baixos

Higino Carneiro

As obras de construção de um hotel na ribanceira defronte à sede do Banco Regional do Keve estiveram por um fio. Num desses dias em que acordou com vontade de dar um chute na rotina, o ministro das Obras Públicas resolveu mandar embargar a obra, pertença de empresários indianos ligados à ECIL. Dito e feito: a obra acabou por ser realmente embargada. Mas não passou mais de 24 horas para que tudo voltasse à primeira forma. Prova de que neste país, o tráfico de influências é mesmo a doer, os hindus deram a volta e o general Peito Alto recebeu uma ordem, certamente de alguém da nomenklatura postado acima dele, para desfazer o embargo. Higino não teve escolha senão recuar de mansinho. E, assim, continuamos a ver crescer mais uma dessas obras que surgem da

noite para o dia à revelia da legislação. Mas, ao menos uma vez, já não se poderá dizer que o general Bulldozer não tentou travar a balbúrdia.

Ramos da Cruz

Os funcionários da Igae que foram o ano passado ao Lubango para «vasculhar» a gestão do executivo local devem ter saído de lá desiludidos. Habituados a lidar com rombos milionários e com a devastação de património público, o mais que os funcionários do Igae descobriram no Lubango foi que RC entregou a uma empresa de que é sócio a gestão de património do governo, um «buraco» mal explicado de pouco mais de 500 mil dólares e outros delitos menores. Num país em que há indivíduos que dão dolorosos golpes aos cofres públicos, o mais que se pode dizer de Ramos da Cruz é que é ao mesmo tempo um santinho e um distraído. Depois de tomarem contacto com a matéria que o SA publica a propósito, os amigos e familiares de Ramos de Cruz dificilmente deixarão de criticá-lo asperamente. É que este país não admite o meio-termo: ou se é honesto ou se é ladrão. E um ladrão que se preze deve roubar «como deve ser»..

070120-27

Há um ano SA destacou

Tenhamos fé

O início da XV edição do Campeonato Africano das Nações em futebol, bem como a estreia de Angola na competição frente à selecção dos Camarões constituiu a principal manchete do Semanário Angolense há um ano. Tratou-se de um dia de muita expectativa por parte dos angolanos, porquanto marcou o regresso dos Palancas Negras ao Can, depois de três edições (Ghana/Nigéria-2000, Mali-2002 e Tunísia-2004) consecutivas de ausência. Na antevisão ao jogo de estreia dos angolanos frente aos camaroneses, na altura treinados pelo português Artur Jorge, o articulista do jornal considerou o desafio como um «derby» do continente, apesar da supremacia dos «leões indomáveis», que ocupavam o primeiro lugar do «ranking» da Confederação Africana de Futebol (Caf). Se durante a fase de qualificação para a competição, Angola estava despida de quaisquer responsabilidades e encarada com muita indiferença pelos seus adversários, no Can do Egipto a história foi bem diferente, pois a selecção nacional precisava de provar a todo o continente por que é que se qualificara para o «Mundial» do mesmo ano, na Alemanha, tendo deixado para trás a poderosa representação da Nigéria. Naquela edição, fez-se um breve historial das participações de Angola no Can da África do Sul, em 1996, e do Burkina Faso, em 1998. Sob orientação técnica do luso-caboverdiano, Carlos Alhinho a selecção nacional alcançou o feito de, pela primeira vez, estar entre os «grandes» do continente. Para tal, superou a concorrência da Guine Conacri, do Mali, da Namíbia e Botswana. Na competição, Angola teve o azar de calhar na mesma série com o Egipto e os Camarões, que ostentavam respectivamente três e dois títulos continentais, além da anfitriã África do Sul, que conquistara o troféu. Apesar da eliminação logo na primeira fase, os Palancas Negras rubricaram um desempenho acima da média ao terem perdido (1-2) com o Egipto e (0-1) frente aos anfitriões por diferenças mínimas e empatado a três

golos com os Camarões, tendo somado um ponto. No Burkina-Faso-98, a prestação de Angola fora um total desastre, mesmo tendo iniciado bem com um empate nulo frente à campeã em título, África do Sul. Nos desafios seguintes, supostamente mais acessíveis, os Palancas Negras empatam a três tentos com a Namíbia e perderam (2-5) frente a Costa do Marfim, somando dois pontos. Uma retrospectiva das 24 edições na altura disputadas, desde a primeira, no Sudão-1957 à Tunísia-2004, bem como as respectivas selecções campeãs foi igualmente incluída na nossa edição. Como curiosidade, era o Egipto o país que mais títulos havia conquistado e com mais pontos somados. Há um ano o SA destacou igualmente o conflito consular desencadeado por Portugal, na base do qual o Consulado luso em Angola maltratava os angolanos que solicitavam vistos de entrada em território português. Irritado com o que viveu naquela instituição quando pretendia deslocar-se àquele país europeu, o jornalista Ismael Mateus publicara uma carta aberta ao cônsul-geral de Portugal em Angola, na qual referiu ter sido tratado como «ignorante, potencial criminoso, imigrante ilegal ou vândalo». Estas reclamações do jornalista angolano significaram que os serviços consulares de Portugal em Angola continuavam a tratar mal os cidadãos nacionais que ali acorressem, mesmo depois das declarações em contrário do ministro luso dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, quando, em Novembro de 2005, esteve em Luanda, exactamente no auge desta crise. As declarações do diplomata foram precedidas de uma chamada do embaixador luso ao Ministério das Relações Exteriores para esclarecer os motivos daquela actuação do consulado do seu país. Indagado pelo próprio ministro João Miranda, o embaixador Francisco Xavier Esteves não encontrou justificações plausíveis dos procedimentos do consulado português em Angola. Para desagravar a irritação de Ismael Mateus, o representante diplomático publicara uma nota em que abria as portas do consulado ao jornalista angolano, sem afirmar que faria o mesmo com os demais cidadãos nacionais vítimas da descriminação. Mereceu igualmente destaque há um ano o caso de despedimento colectivo de trabalhadores protagonizado pelo Conselho de Administração do Porto de Luanda, mesmo depois de uma decisão do Mapess que ordenara, em Setembro de 2005, a readmissão de 150 funcionários afastados anteriormente de forma irregular. Num documento afixado nas vitrinas da empresa que continha a decisão de uma reunião do Conselho de Administração, o presidente Sílvio Vinhas dizia que a instância máxima da empresa se pronunciara pela continuidade do processo de dispensa de força de trabalho, desencadeando-se a terceira fase em Janeiro, que abrangeria parte do pessoal da Direcção de Segurança e Meio Ambiente da firma. Os trabalhadores contestavam três aspectos fundamentais como a continuidade do processo de dispensa, sem o cumprimento da impugnação administrativa do acto de dispensa de 150 trabalhadores feito pelo Mapess em Setembro de 2005. Em Agosto do mesmo ano, os representantes dos funcionários e seus advogados pediram àquela instituição governamental a impugnação do acto de despedimento, escrevendo uma carta ao ministro Pitra Neto. Pitra Neto solicitou um parecer do gabinete jurídico do seu Ministério, documento que, um mês depois, deu provimento ao pedido dos trabalhadores pelo facto do Porto de Luanda não ter comunicado a sua intenção à Direcção Provincial do Mapess e à comissão sindical da empresa, bem como pelos interessados não terem sido avisados do despedimento com uma antecedência de 30 a 60 dias, com direito a uma dispensa de cinco dias para procurarem outro vínculo laboral. Por último, há um ano o jornal destacou igualmente a participação de Tchizé dos Santos no Banco de Negócios Internacionais (Bni).

070120-27

«Quarta dama» dá farra de despesismo

Esposa de Nandó alugou avião para ir a Londres

Para um exame médico de rotina

Cada dia que passa, um restrito grupo de «sortudos», em cujas mesas recai o bolo que era suposto ser de todos os angolanos, não se cansa de exibir fantasias para demonstrar o seu poderio económico. Nos últimos dias, a proeza coube a Maria Augusta Tomé, ou simplesmente «Magu», esposa do primeiro-ministro, Fernando Dias dos Santos «Nandó», que é tão-somente a quarta figura na hierarquia do Estado angolano. Isto é, depois do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e de Roberto de Almeida e Cristiano André, respectivamente, presidentes da Assembleia Nacional e do Tribunal Supremo. Segundo apurou o Semanário Angolense de fontes estacionadas no Aeroporto 4 de Fevereiro, a senhora alugou um Falcon da SonAir inteirinho para deslocar-se a terras da Rainha Isabel em exames médicos de rotina. O recurso ao frete, em vez de viajar numa companhia que aporta naquelas paragens, seria justificável se o estado da senhora inspirasse cuidados e precisasse de ser evacuada de emergência. Mas quem assistiu a esta cena de despesismo, que ocorreu no último domingo, 14 de Janeiro, garante que a «cara-metade» do primeiro-ministro não aparentava estar em estado crítico, facto que não a impossibilitava de seguir viagem numa das companhias que efectuam normalmente o trajecto que ela pretendia. Este jornal apurou que um dia antes, na sexta-feira, 12, partira para o mesmo destino, em carreira normal da Taag, o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, por sinal a segunda figura na hierarquia do Estado angolano. Durante o percurso para Londres, o avião em que seguiu o líder parlamentar, que também foi a Inglaterra para as suas consultas de rotina, efectuou uma ligeira escala em Lisboa. Depois seguiu para o seu destino final sem atropelos, e não consta que tenha apanhado alguma infecção por isso. E mesmo que não quisesse apanhar uma «boleia» na companhia de bandeira, ao lado do presidente da Assembleia Nacional, Maria Augusta Tomé tinha uma alternativa, que passava pela British Airways. Esta companhia tinha um voo marcado para o dia seguinte com destino às terras de sua majestade. Ainda assim, «Magu» preferiu a aeronave fretada, tendo por companheiros de viagem apenas alguns parentes, tripulantes e o pessoal de navegação. «Só que esta atitude terá custado uns largos milhares de dólares, pagos não se sabe como, quando ela poderia ter gasto apenas uns trocados num avião da Taag ou da British Airways», conforme ironizou uma fonte do jornal. Além do valor pago pelo frete, as fontes do Semanário Angolense acreditam que possa ter desembolsado também para o combustível, as ajudas de custo da tripulação, a estadia destes num hotel londrino, assim como as taxas aeroportuárias e de sobrevoo pelos países por onde a aeronave passou. O comportamento da esposa de «Nandó» está a ser repudiado em alguns círculos, incluindo o político. Algumas não tergiversaram em avançar que, enquanto a maioria dos angolanos morre a fome, outros parecem não saber onde colocar os milhões que amealharam. É que são inúmeros os casos de líderes

políticos que não se sentem mal e nem apanham sarna por viajarem em carreira normal. Recentemente, o Presidente do Uruguai visitou Angola, fazendo-se transportar numa aeronave em carreira normal, assim como o actual presidente português Cavaco Silva que, não raras vezes, se tem deslocado ao interior do seu país de comboio. Não há memória de que um deles e outros, que abundam por este mundo fora, tenham contraído alguma enfermidade por se terem misturado com o «povo em geral»

070120-27

Ghaneses intervêm na irrigação

Empresários ghaneses vão tentar aquilo que só chineses e alguns indianos têm conseguido: deixar uma marca no processo de reconstrução de Angola. Com efeito e se forem adiante as consultas que o ministro do Urbanismo e Ambiente, Diekumpuna Sita Nsadisi José, manteve a semana passada com o vice-presidente do Ghana, Alhaji Aliu Mahama, a companhia ghanense Tabcon poderá ser chamada a concluir projectos de irrigação em Angola. Segundo dados que chegaram ao Semanário Angolense os projectos de irrigação constam do tratado de cooperação técnica entre os dois países assinado em 2005, que por várias razões nunca foi finalizado. Por outro lado, companhias ghanesas que tinham negócios em Angola antes do alastramento da guerra civil poderão regressar ao país. Estes e outros projectos foram reavivados durante o encontro que Sita José manteve no Osu Castle - palácio oficial - com o número dois da hierarquia ghanesa.

070120-27

Ele tinha de falar com Kwata Kanawa para quê?

Abel em altos exercícios de pirotecnia política

De nada adianta culpar a imprensa. Abel Chivukuvuku tem a obrigação de saber que sempre que ele se entregar a exercícios de pirotecnia política como aquele em que incorreu quando foi contar a Kwata Kanawa, seu adversário político, a novidade da sua candidatura à liderança da Unita, estará sempre sujeito a atear um incêndio de sérias proporções nos seus próprios aposentos. E, claro, a sair chamuscado

No afã de refutar, com a legitimidade que lhe assiste, as acusações segundo as quais terá pedido ao Mpla apoios financeiros e políticos para a sua campanha à presidência da Unita, Abel Chivukuvuku acabou por cometer alguns tropeços que não ficam bem num político que pretende chegar um dia à mais alta magistratura do país. Num episódio que, no fundo, se converteu numa espécie de teste de fogo à sua personalidade política, o deputado da Unita evidenciou que ainda lhe falta aquela serenidade que caracteriza os grandes políticos em momentos cruciais e de aperto. O enorme escarcéu que Chivukuvuku fez mostrou exactamente o desacerto com que agiria em momentos de tensão e pressão. É como aquele piloto que mal vê uma luz vermelha acender no painel

de instrumentos, mesmo tendo condições para controlar a situação, perde a cabeça e precipita a aeronave e os passageiros contra o solo. Quando o Semanário Angolense publicou a polémica matéria, teve o cuidado de chamar a atenção para a possibilidade de se estar em presença de uma cabala contra o dirigente da Unita. Uma cabala com duas pontas: uma para esvaziar o efeito da entrevista com a qual anunciou a candidatura à liderança do seu partido; outra ponta para estender-lhe uma casca de banana visando explorar eventuais reacções negativas da sua parte. Este elemento, pelos vistos, escapou à análise de Chivukuvuku que fez exactamente o que os seus adversários encobertos desejavam. Ao jogar-se, cego de fúria, contra o jornal, vendo fantasmas onde eles não existem, ele foi de uma intolerância inaudita. «Tudo o que vai acontecer agora, nos marcos da modernidade, é o Semanário Angolense tratar este assunto com os tribunais, os advogados, a Dnic», foi a solução que Chivukuvuku apressou-se a arranjar. Não parou um momento para reflectir, com serenidade, que a sua atitude podia ser lida como um sinal de que tendo poder os jornalistas são para serem abatidos. Ele, que muitas vezes criticou a leviandade com que os dirigentes do Mpla recorrem aos tribunais para dirimir conflitos com a imprensa, fez uso da mesma arma logo à primeira contrariedade séria que tem com um jornal, que se limitou a estampar as acusações que os seus adversários políticos lhe fazem. Fazer recurso ao tribunal é a «maturação política» de que Chivukuvuku agora se ufana. Na realidade, não deixa de ser um avanço, um sinal de urbanidade que por certo não teria nas circunstâncias do passado, quando a Unita exibia poderio e vitalidade militar sob a tutela e comando de Jonas Savimbi. Apesar de tudo, Chivukuvuku mostra-se ambivalente e a raciocinar com os arquétipos dos tempos da Jamba, quando vê «mandantes do regime» por detrás do Semanário Angolense. Este é um pensamento que caracterizou a escola propagandística da Jamba, onde os jornalistas tinham dono e não se admitia que pudessem pensar pela própria cabeça. O Semanário Angolense sabe, felizmente, que muitos outros dirigentes da Unita conseguiram fazer essa ruptura de pensamento com o passado. Quando este jornal publicou a conhecida matéria «Os nossos milionários», Lukamba Gato qualificou-a como um «acto de coragem física e não apenas jornalística». A independência deste jornal foi reconhecida pelo presidente da Unita, Isaías Samakuva, durante a visita que ele fez às suas instalações, no ano passado. O economista e deputado Fernando Heitor, colega de bancada de Chivukuvuku, nem sempre concorda com os pontos de vista do SA, mas isso não o impede de frequentes vezes elogiar o trabalho do jornal. Foi o que fez também o antigo médico de Jonas Savimbi, Carlos Morgado, em carta que nos fez chegar recentemente. Se todos estes dirigentes da Unita nunca puseram em causa a independência e idoneidade do Semanário Angolense, é muito estranho que só Abel Chivukuvuku pense o contrário e atribua aos jornalistas desta casa «instintos primários». Ou mesmo quando os trata, pejorativamente, por «jovens do Semanário Angolense». Este é um raciocínio inadequado para quem tenha pretensões de liderar um país. Mesmo do ponto de vista estratégico não é avisado que um político se atire, encarniçadamente, contra um jornal, como se o mundo tivesse acabado depois de um artigo menos simpático. O experiente político francês Eduard Balladur, autor do livro «Maquiavel em Democracia», aconselha os seus colegas de «métier» a nunca terem temor dos jornalistas, mas também a nunca subestimá-los. Provavelmente, até que Chivukuvuku enfie na cabeça que os jornalistas não são nenhuns papões, mas que também não são umas criancinhas inofensivas, estará sujeito a coleccionar tropeções que podem fazer da sua progressão política um exercício de

alpinismo profundamente arrastado e penoso. De nada adianta culpar a imprensa. Abel Chivukuvuku tem a obrigação de saber que sempre que ele se entregar a exercícios de pirotecnia política como aquele em que incorreu quando foi contar a Kwata Kanawa, seu adversário político, a novidade da sua candidatura à liderança da Unita, estará sempre sujeito a atear um incêndio nos seus próprios aposentos. E, claro, a sair chamuscado. Por conseguinte, cabe-lhe cuidar melhor dos passos que dá, pois os jornalistas estarão lá para cumprir com o seu papel.

070120-27

Sobre a entrevista do deputado da Unita

Nem pró nem anti-Chivukuvuku

A entrevista de Abel Chivukuvuku (AC) publicada no último fim-de-semana por um jornal de Luanda tornou ainda mais claro que o deputado da Unita fez uma leitura muito enviesada da matéria que o Semanário Angolense escreveu a seu respeito há 15 dias. Dessa leitura enviesada resultou, fatalmente, uma interpretação distorcida. Por isso, não espanta que Abel Chivukuvuku tenha retirado conclusões que emanam de algum preconceito, de um fantasma que atormenta incessantemente a sua consciência ou de uma qualquer moléstia que o apoquenta. Dominado pelos estes perturbadores estados de alma, o deputado da Unita diz, por exemplo, que o director do Semanário Angolense é «anti-Chivukuvuku». Vamos derrubar esses fantasmas, fazendo breves comentários: 1. Politicamente, Abel Chivukuvuku está longe de ser uma unanimidade nacional. Havendo, embora, quem lhe gabe o faro e, por isso mesmo, assine de cruz todas as suas posições, sejam elas públicas ou privadas, há, contudo, muitas outras pessoas neste país, entre os quais se inclui o director do Semanário Angolense, que não trocariam as mães pelas propostas políticas de Chivukuvuku. Por exemplo, a ideia da somalização de Angola, cuja autoria alguns indefectíveis do deputado da Unita preferiam, agora, que fosse atribuída a outra pessoa, continua a ribombar em muitos ouvidos. Por mais que queira esquecer o passado, é a Chivukuvuku que continuam a pertencer exclusivamente os «direitos de autor» da ideia de cortar o país em minúsculas fatias. Como pode o autor de tão diabólica proposta pretender hoje que todos se rendam aos seus pés? 2. Os trocadilhos verbais de Abel Chivukuvuku podem impressionar – e seguramente impressionam - os indivíduos de curto vocabulário, mas as pessoas que prezam a substância, e esta está quase permanentemente ausente das suas intervenções, não se deixam seduzir nem comover. 3. Na entrevista, Abel diz ter pedido ao director do SA para apresentar «com racionalidade os argumentos pelos quais acha que a minha candidatura está errada». Esta afirmação permite que se equacionem duas hipóteses: ou Abel Chivukuvuku não leu a matéria do Semanário Angolense ou, repete-se, distorceu internacionalmente o que foi escrito. Qualquer das hipóteses não faz bem à sua «saúde» política. É que vai mal, muito mal mesmo, um político que fala de assuntos de que não tem a mínima ciência ou que os distorce intencionalmente para apresentar-se perante a opinião pública como vítima de perseguição. A candidatura de Abel Chivukuvuku à presidência da Unita é matéria que, em primeira instância, diz apenas respeito a ele próprio e aos militantes do seu partido. Não é assunto que, intimamente, aqueça ou arrefeça o director do Semanário Angolense.

Logo, ele não tem que apresentar quaisquer argumentos contra essa candidatura, pela simples e definitiva razão de que esta é lavra alheia. 4. Abel Chivukuvuku vê vultos onde há clareza absoluta. Pavorosamente narcisista, ele inquieta-se, perturba-se, fica alucinado quando constata que nem todas as pessoas deste país se vergam à sua maneira de fazer e estar na política. Julgando-se, a ele próprio, o Messias de Angola, Chivukuvuku nem sequer consegue aceitar o papel de um jornalista, que não é o do aplauso permanente. No dia em que entender (se isso ainda for possível) que o jornalista não é exactamente um lambe-botas, Abel Chivukuvuku compreenderá que não é nenhum alvo do director do Semanário Angolense. E a partir desse dia passará a ter sonos menos tumultuados. 5. O Semanário Angolense analisa e avalia as propostas políticas tanto de Chivukuvuku como de outros políticos. Concordando ou discordando de algumas delas, isso não faz do Semanário Angolense inimigo ou amigo deste ou daquele político. É «esta coisa» simples que o deputado da Unita precisa de entender de uma vez por todas. No Semanário Angolense ninguém tem pesadelos ou insónias por causa de Abel Chivukuvuku.

070120-27

Por desacato à autoridade está a «mamar» 30 dias de «kuzueira»

Armanda Jorge fora dos ecrãs televisivos

Considerando-se celebridade, apresentadora insultou meio mundo, de polícias a juízes

A apresentadora do programa Janela Aberta, da Televisão Pública de Angola (Tpa), Armanda Jorge, está a pagar caro por aquele género de insolência que é conhecido em algumas das celebridades (ou as que se julgam como tal) angolanas. Armanda Jorge acabou esta semana condenada a uma pena de prisão correccional de 30 dias depois de ter insultado agentes da ordem que a interpelaram no cumprimento do dever. Relatos obtidos pelo Semanário Angolense indicam que ao circular no seu automóvel pelas ruas de Luanda, Armanda Jorge não se fazia acompanhar das requeridas cartas de condução, algo que faz há já cinco anos, quando foi abordada por agentes da Unidade de Trânsito da Polícia Nacional. De acordo com as fontes deste jornal, sentindo-se apertada pela inabilitação de conduzir no momento em que foi apanhada, a apresentadora resolveu utilizar uma táctica de intimidação contra os agentes da polícia, apresentando argumentos baseados na sua suposta condição de vedeta, celebridade ou figura pública. Dizem as fontes que Armanda Jorge agrediu verbalmente os agentes da polícia e dirigiu-lhes o que mais tarde, já no tribunal, foram consideradas ameaças, perguntas como «vocês sabem quem sou eu?» ou tiradas do género «vão ver o que vai vos acontecer se não me soltarem já». Para seu azar, os agentes não se intimidaram nem com o vedetismo da presunçosa apresentadora, nem com as reiteradas ameaças e conduziram-na para a Unidade de Rádio Patrulha, onde sem mais delongas instruíram impassivelmente um processo sumário que foi imediatamente encaminhado para o Tribunal de Polícia. Os agentes acusaram Armanda Jorge do crime de condução ilegal, previsto e punível nos termos do artigo 23º do Código da Estrada, que preceitua que «todo aquele que for encontrado a conduzir um veículo sem que para tal esteja legalmente habilitado, será condenado na pena de prisão de um a seis meses e a multa de cinco mil kwanzas». Mas posta no tribunal, diante do

juiz, Armanda Jorge não mostrou nenhuma humildade ou comedimento, nem qualquer arrependimento pelo crime de condução ilegal. Antes pelo contrário, colocou-se na posição de quem está acima da lei, dedicando-se a fazer chamadas telefónicas para amigos seus, oficiais da Polícia Nacional, incluídos, os quais também não atenderam aos seus imensos pedidos para a resgatarem. Um vice-ministro do Interior, cuja identidade o Semanário Angolense não conseguiu apurar, atendeu mesmo o «S.O.S.» lançado pela aflita apresentadora, tendo momentaneamente abandonado os seus deveres para ir a correr ao tribunal, onde chegou completamente ensopado. Mas a sua presença não inibiu nem intimidou o juiz. Aliás, as fontes do SA garantem que ele não só ignorou completamente a presença do vice-ministro como não deu à Armanda Jorge tempo para meter outras cunhas. Nestas circunstâncias, o juiz decretou imediatamente a sentença que condena a apresentadora na pena de um mês de prisão correccional. Está a cumprir a pena em regime fechado na Prisão da Comarca de Luanda. O juiz recusou-se também a converter a prisão em multa, expediente que poderia ser usado se a apresentadora do Janela Aberta soubesse, desde a infância, que não deve destratar as autoridades. Armanda Jorge ficará, assim, um mês longe do seu bairro natal, o Catambor, onde deixou de cumprimentar os vizinhos depois de se ter tornado apresentadora da Tpa, de cujos ecrãs também desaparecerá pelo mesmo período de tempo. O triste episódio que envolveu Armanda Jorge deve atrair a atenção das nossas celebridades para o facto de que muitas das suas insolências começam a cair em saco roto diante da firmeza de alguns dos nossos agentes da ordem.

070120-27

Ondas de choque das mudanças na comunicação estatal

Rabelais fez de «bombeiro» para apagar «incêndio» na Tpa

Severino Carlos

O ministro teve de travar onda de rejeição ao novo director e promete continuar a «limpeza ao balneário»

A limpeza efectuada na imprensa estatal pelo ministro da Comunicação Social, Manuel Rabelais, pode vir a ser ainda mais profunda. No que diz respeito ao Jornal de Angola e à Televisão Pública, estas mudanças irão até às chefias de departamento. O Semanário Angolense soube de boa fonte que tanto Fernando Cunha quanto António José Ribeiro, os novos directores-gerais da Tpa e do Jornal de Angola, respectivamente, receberam carta branca de Manuel Rabelais para prosseguirem a «limpeza» nos patamares mais baixos. «Não se trata de perseguição nem de nenhuma vendetta. O que o ministro fez foi dar liberdade aos novos directores de escolherem as suas equipas. Trabalhando com pessoas livremente escolhidos por eles, os novos directores estarão em melhores condições para executar as orientações estratégicas definidas para o sector», apressou-se a esclarecer a fonte do SA. Com as ondas de choque ainda por estancar, Manuel Rabelais teve de deslocar-se esta semana às instalações da Tpapara travar uma onda de rejeição ao novo director da estação, Fernando Cunha. De acordo com uma fonte, tratou-se de uma

manifestação localizada, mas não houve um rosto visível a liderá-la. O incidente, segundo reputa a fonte, pode ser enquadrado «na cultura dos funcionários da Tpa», que geralmente «agem como uma elite, opondo-se a todo e qualquer corpo estranho». Este fenómeno já foi vivido em anos anteriores, quando pessoas de outros sectores foram nomeadas para a direcção da estação televisiva. Com Fernando Cunha à frente da Tpa, o risco de haver contestação era mais elevado, em virtude de ele não ser da «família televisiva». Antigo director da Gráfica Popular, para onde foi saído do Jornal de Angola, Fernando Cunha foi parar à Televisão numa medida de contingência, com a qual se visa, essencialmente, explorar aquilo que se considera ser a sua grande experiência em organização e administração empresarial. Embora não seja propriamente versado no audiovisual, acredita-se que o «background» administrativo de Fernando Cunha possa vingar na Tpa. Ele terá, porém, precipitado a «ira» dos funcionários da estação televisiva quando, na sua primeira intervenção, no dia em que tomou posse, disse que irá insuflar sangue novo na estação, fazendo recurso, se necessário, a profissionais e quadros recrutados de fora. Isso assustou os velhos dinossauros da televisão. O Semanário Angolense soube que a normalidade foi restabelecida depois da intervenção do ministro. Tanto quanto apurou o Semanário Angolense, a próxima cabeça a rolar no Jornal de Angola será a de Molares de Abril, até aqui o director técnico, juntando-se ao antigo director-geral da publicação, Luís Fernando, exonerado na passada semana e substituído por José Ribeiro, que era até então o conselheiro de imprensa da Representação de Angola junto das organizações internacionais, em Genebra, Suíça. Contudo, já parece haver destino para Luís Fernando, que não deverá ficar, exclusivamente, a cuidar dos seus negócios privados, construídos enquanto dirigia o Jornal de Angola. No seu novo ciclo, Luís Fernando poderá dirigir uma empresa de capitais mistos a ser criada especificamente para gerir a nova rotativa que passará a imprimir as publicações das Edições Novembro, o Jornal de Angola e o Jornal de Desportos. Entendeu-se que para gerir a nova rotativa com estritos critérios comerciais, a máquina não deve ser entregue às Edições Novembro, mas a uma entidade mista que possa rentabilizá-la o mais possível. Pelo que se observou até ao momento, as Edições Novembro não possuem profissionais para manusear a rotativa, garantindo que ela esteja permanentemente em condições de assegurar serviços a terceiros, como a impressão de jornais privados, e com isso garantir a plena rentabilidade da máquina. Curiosamente, Luís Fernando, que enquanto foi director-geral das Edições Novembro sempre se opôs à criação de uma entidade mista para gerir a nova rotativa, agora já não vê inconvenientes nesse tipo de solução. À semelhança de Luís Fernando, o antigo director-geral da Tpa, Carlos Cunha, já tem um lugar para ser acomodado: o Instituto Nacional de Comunicações, Inacom. Depois da morte de João Beirão, o posto de presidente do Conselho de Administração desse organismo mantém-se vago, mas ainda não se sabe se Carlos Cunha irá preenche-lo ou será apenas uns dos integrantes do órgão de direcção.

070120-27

Rádio Nacional

Conselho de Directores já em funcionamento

Órgão concebido como balão de ensaio para o futuro Conselho de Administração, o Conselho de Directores da Rádio Nacional de Angola já entrou em funcionamento. Esta experiência, ao que soube o Semanário Angolense, restringe-se por enquanto à emissora radiofónica nacional, embora haja uma velha deliberação do Conselho de Ministros para as direcções de todos os outros órgãos de comunicação do Estado transformarem-se em conselhos de administração. Aliás, o Semanário Angolense soube que o ministro da Comunicação Social já instruiu os outros órgãos de comunicação social públicos a criarem brevemente os respectivos Conselhos de Directores. Integram o Conselho de Directores da Rádio Nacional de Angola ao lado de Alberto de Sousa, que acaba de ser nomeado director-geral da emissora, nomes como os de Silva Júnior (director da Rádio Online e do Gabinete de Planeamento Estratégico), Eduardo Magalhães (director-geral adjunto para a área de Informação), Venceslau Machado (inspector-geral), Miguel Brás (coordenador das emissoras provinciais), Júlio Mendonça (director para Organização), Ale Fernandes (director técnico) e Sebastião Lino (director do canal A), entre outros.

070120-27

Empresa de Ramos da Cruz gere equipamentos de terraplanagem do Estado

Governador da Huíla amarra-se ao «cabritismo»

Ilídio Manuel

Ramos da Cruz, governador da Huíla, é referenciado num relatório da Inspecção Geral do Estado (Igae) como tendo viciado um concurso público para beneficiar uma empresa sua que, naquela província, gere os equipamentos de terraplanagem afectos ao executivo local. Segundo um relatório produzido por inspectores daquele órgão do Estado o chefe do executivo huílano adjudicou, em Dezembro de 2001, através de um processo pouco transparente, à empresa Terravia, Lda, a gestão dos equipamentos de terraplanagem destinados à reabilitação das vias rodoviárias da província da Huíla. Os inspectores do Igae, que visitaram à Huíla entre Junho e Julho do ano passado, constataram que a Terravia, Lda, «é uma sociedade do próprio governador e de demais alguns directores do governo» e que a adjudicação dessa empreitada àquela empresa resultou «de um negócio entre o governo e empresa dos titulares do governo». O cruzamento de interesses privados e públicos é de tal ordem que os inspectores do Igae não tiveram dúvidas em concluir que foi, por via dessa promiscuidade, que uma viatura do executivo foi «generosamente» cedida à Terravia. «Fica também, assim, explicada ou encontrada a razão pela qual uma viatura do governo foi entregue àquela mesma empresa, que a utiliza em proveito próprio sem qualquer contraprestação», sustenta o referido relatório do Igae, datado de 30 de Outubro de 2006. Outras irregularidades e atropelos foram apurados no que concerne ainda à contratação pública para a execução de obras, fornecimento de equipamentos e serviços conexos. A equipa de inspectores concluiu que «faltou ética e isenção à comissão avaliadora dos concursos públicos para a adjudicação de empreitadas de obras públicas, pois alguns membros da referida comissão são sócios de empresas de construção civil que participaram dos concursos em referência». A falta de transparência nas obras públicas fez também com que os contratos celebrados no biénio 2003/04 não

fossem aprovados pelo Tribunal de Contas (TC), por não terem sido levados à sua apreciação, no tempo devido. Embora os responsáveis locais tivessem alegado gastos suplementares na execução das obras, os inspectores detectaram um buraco financeiro nas contas do executivo huílano de Kz 379.989.629,09 (aproximadamente meio milhão de dólares de norte-americanos). As justificações dadas pelo executivo da Huíla não foram provadas documentalmente, devido à «falta de adendas aos contratos». Os incumprimentos na execução das obras causaram uma certa estranheza aos mandatados de Joaquim Mande, que afirmam existir uma «desproporção entre o valor já pago (85%) pelas obras de reabilitação de arruamentos urbanos e suburbanos da cidade do Lubango e os trabalhos exíguos ou magros justificados». Sobre este assunto, o governador Ramos da Cruz, quando abordado pela equipa do Igae, alegou que tal situação ter-se-ia ficado a dever aos «preços baixos» praticados na altura, aliados a uma suposta dimensão do projecto. Tal argumento não convenceu, porém, os inspectores do Igae, que consideram que o contrato dessa empreitada, em circunstancia alguma, fazia referência à «abrangência territorial das obras». Das 88 obras dos 89 projectos programados para o triénio 2003-2006, distribuídos pelos 12 municípios da província, os inspectores concluíram que, exceptuando a escola 1º de Dezembro e Hospital Sanatório, na cidade do Lubango, as obras efectuadas e concluídas «são de boa qualidade arquitectónica e técnica».

070120-27

Uma verdadeira frota auto à mão de semear

Em matéria de transportes, o governador da Huíla é homem bem servido e não tem razões de queixa, a avaliar pelo elevado número de meios que têm sob os seus pés, ou, antes, à mão de semear. Ao contrário dos seus dois «vice», que andam à míngua de transportes, Ramos da Cruz, que governa a província desde Fevereiro de 1999, detém uma respeitável frota auto, que comporta nada mais, nada menos do que seis viaturas. Dessas, três têm servido para uso pessoal do próprio governador, igual número para apoio à sua residência e ainda uma motorizada para esse mesmo fim. A mesma sorte não coube, porém, aos seus coadjutores, Adriano da Silva e Firmino Silipuleni, vice-governadores para as Aéreas Económica e Social e Serviços Comunitários, respectivamente. Cada um deles, dispõe apenas de uma viatura que, segundo o relatório do Igae,as mesmas tem servido para uso pessoal e apoio às suas casas. O homem-forte das terras Altas da Chela que, como já se referiu neste texto, chegou mesmo, por processos ínvios, a ceder uma viatura do governo a uma empresa por si detida, justificou aos inspectores que a atribuição de meios rolantes aos seus colaboradores directos não era da competência do seu pelouro, mas da responsabilidade do Ministério da Administração do território (Mat).

070120-27

Serviçais para todos os gostos

Além dessa evidente propensão e apetência algo desmedida pelos meios dotados de 4 odas, Ramos da Cruz não se tem mostrado também parco quanto aos trabalhadores

domésticos, que se encontram ao serviço da sua residência particular. Embora se saiba que ele dispensou o conforto do palácio para viver numa residência particular, que, provavelmente reúne melhores comodidades, o chefe do executivo huílano tem também sob sua ordens um não menos respeitável séquito de serviçais, num total de treze mordomos. Ou seja, mais oito (8) do que aqueles que a lei prevê. Dessa mão-de-obra excedentária, supostamente paga pelo erário público, constam três (3) lavadeiras, dois (2) empregados de quarto, dois (2) de mesa e um (1) jardineiro. Mas, os excessos de Ramos da Cruz não se ficam por aqui, visto que os inspectores deram conta da existência no gabinete de Ramos da Cruz, no palácio, de funcionários a mais, sendo dois (2) motoristas, um (1) funcionário administrativo e um número não especificado de pessoal de limpeza. Entretanto, o relatório do Igae, cujas cópias foram remetidas, em Novembro do ano transacto, aos gabinetes do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, considerou a disciplina laboral e a assiduidade dos funcionários do governo da Huíla como sendo positivas, reconhecendo, porém, que o executivo local não efectuou a avaliação e classificação anual dos seus funcionários, o que constitui uma «infracção à legislação em vigor, nomeadamente ao Decreto nº 25/94, de 1 de Junho». Foi também detectado o pagamento indevido de abono de família a determinados trabalhadores, uma prática que, segundo os inspectores, conheceu o seu termo em Junho do ano passado, depois de uma diligência efectuada pelo governador provincial junto do Ministério das Finanças. Durante a visita, apurou-se que foram subtraídos, de forma algo indevida, dos cofres do estado alguns subsídios salariais e detectou-se que os nomes de três funcionários estavam repetidos, de forma injustificada, na folha de vencimentos. Em relação à gestão do património, foram notados alguns incumprimentos, no que concerne ao cadastro e à inventariação periódica dos bens patrimonial do executivo daquela província do sul do país. «Bom» desempenho, segundo o IGAE Embora o relatório considere o desempenho do governo provincial da Huíla como «bom», se comparado com o de outras províncias com mais baixos índices de cumprimento de metas na execução dos Programas aprovados pelo governo central, o Igae propõe algumas medidas, que deverão tomadas. Uma delas tem a ver com a reestruturação do executivo local de acordo com a nova orgânica dos governos provinciais e das administrações dos municípios, aprovada pelo Conselho de ministros, em 25 de Outubro de 2006. Defende também a aplicação de maior rigor no planeamento e gestão de efectivos (gestão de recursos humanos) e a necessidade de se conferir «mais transparência na contratação pública, evitando-se [dessa forma] privilegiar interesses próprios». Por fim, o Igae pede ao Mat no sentido desse órgão do Estado melhorar a actual situação dos «vice-governadores quanto aos meios de transporte, não só por razões de ordem legal, como também de equidade», porque, na óptica do órgão da Inspecção Geral do Estado, «não se compreende que se entregue ao governador meios a mais e os seus auxiliares fiquem na penúria».

070120-27

Contribuições para o sucesso das empreitadas públicas (XXIII)

Subempreiteiros nacionais

Por Engº António Venâncio

A construção civil em Angola conhece agora uma nova era, caracterizada por um destacável crescimento numérico – em quase toda a extensão do território nacional - de obras públicas e particulares de grande e média dimensão. A par deste crescimento volumétrico das obras, cresce também o número de empresas nacionais de pequeno porte que pretendem estabelecer-se no mercado de obras e ganhar a necessária consolidação empresarial. Estas pequenas empresas são geralmente de propriedade individual privada, lideradas por um profissional ou técnico especialista de grande experiência, e se compõem de um número reduzido de trabalhadores. Habitualmente, e na falta de informação, os cidadãos constituem empresas com um objecto social extensivo a todas as categorias e sub-categorias previstas no regulamento da actividade de construção civil - Racc, mesmo que a intenção geral seja apenas a de se ocupar desta ou daquela tarefa específica. Um excelente estucador, por exemplo, constitui uma empresa de construção civil com todas as actividades incluídas no pacto social, ao invés de criar uma pequena empresa de especialidade, que se dedicaria só e somente ao estuque, pinturas e outros revestimentos correntes. Para esse caso concreto, (estamos a falar da 13ª sub-categoria da I categoria de edifícios e monumentos) ele solicitaria uma licença para exercer aquela actividade, requerendo ao órgão licenciador o competente alvará. Vide pag. 110 do dec. 9/91 de 23 de Março DR nº 12, I série. De igual modo, um bom mestre de obras, na posse de informação, não criaria seguramente uma empresa de construção com todas as categorias incluídas, senão no limite racional de uma actividade concreta como seja por exemplo «Trabalhos de alvenarias, rebocos, e assentamento de cantarias» - 12ª sub-categoria da I categoria do mesmo regulamento, e assim por diante. Isto é, ao contrário do que sucede hoje, os cidadãos interessados em exercer a actividade, constituiriam pequenas empresas objectivas e específicas, o que daria ao país um conjunto de pequenas empresas de grande especialização e experiência profissional, capazes de em curto prazo industrializarem os processos e introduzir no sector soluções tecnológicas das mais avançadas. Isso melhoraria o rendimento dos trabalhadores e reduziria bastante a carga arcaica de que ainda enferma o ramo. Não vejo outra saída para a modernização e o alto rendimento, senão por este ainda oculto caminho da pequena empresa altamente especializada. Mas de nada nos valerá a existência de pequenas empresas de alto rendimento e padrão profissional, se não for rapidamente equacionado o problema das Sub-Empreitadas! Vejamos então o que é uma sub-empreitada ou um sub-empreiteiro. Uma sub-empreitada é um contrato emergente de empreitada. Trocado em miúdos, diríamos que uma sub-empreitada é um contrato celebrado entre uma grande empresa e outra de igual ou menor dimensão, para que esta realize para aquela, uma parte do trabalho (ou trabalhos) da empreitada geral. Aquele se chamará empreiteiro geral, e este se chamará sub-empreiteiro. É um contrato dentro de um outro. Eu construo o edifício, mas tu te ocuparás de tudo o que são rebocos. Ou; eu farei a estrada, mas tu te ocuparás de tudo o que são obras de arte como valetas, passagens etc, assim se conversa em presença de uma sub-empreitada. Mas o procedimento tem regras! As sub-empreitadas estão reguladas e devem obedecer aos critérios estabelecidos por lei. Contudo, não são os aspectos legais que nos preocupam. O veneno é de natureza política. Trata-se da criação de condições apropriadas para multiplicarmos o «coeficiente de oportunidades» para os nossos profissionais do ramo, através de contratos regulares de sub-empreitadas a celebrar entre as grandes empresas e as empresas nacionais de pequena dimensão. O leitor tem acompanhado seguramente o crescente aumento de trabalhos em obras públicas

e particulares na cidade de Luanda, e se viaja pelo país, saberá que todos os dias o Estado faz nascer obra nova. Reparou seguramente que as «grandes empreitadas de obras» estão sob coordenação técnica das grandes empresas. Entretanto, o interior do país está povoado de pequenas empresas nacionais, que executam aí pequenas obras. É esta divisão anti-natural que separa radicalmente os grandes dos pequenos, que tem sabor a veneno. Pergunta-se: porquê que as pequenas empresas não são sub-empreiteiras das grandes empresas, e porquê que o Estado não há de incentivar o surgimento no mercado de empresas de especialidade, de alto rendimento, industriais, tecnologicamente bem apetrechadas, profissionalmente experientes, verdadeiros arsenais de mão de obra qualificada? De facto, empurradas que estão as pequenas empresas para o interior, e acomodadas as grandes empresas nas cidades, resta-nos concluir que estamos talvez perante uma imperdoável distracção das instituições adjudicantes de obras públicas, tal que muito cedo assistiremos ao agravamento deste significativo hiato entre as empresas, tornando-as conflitantes, um conflito que decorrerá do facto de que as grandes empresas - porque beneficiárias de grandes margens de lucro – continuarão a não assumir quaisquer responsabilidades na contratação de sub-empreiteiros nacionais e locais, e as pequenas empresas, afastadas, continuarão correndo o risco de estagnar, ou se verem a curto prazo confrontadas com as taras do total sub-desenvolvimento tecnológico. A constatação é antiga: as pequenas empresas angolanas, no actual quadro, correm o sério risco de falecerem ao primeiro negócio, porque o nosso mercado de obras, que continua sendo muito instável, incerto e anárquico, ainda se rege infelizmente por critérios adversos e subjectivos. A par disso, é um mercado fortemente submetido às variações e condicionantes das circunstâncias sócio-económicas, quer exógenas como endógenas. Como o abalo é grande e as grandes empresas resistem a elas com facilidade, os profissionais angolanos donos de empresas, só podem contar com uma inversão de critérios no processo de adjudicação das grandes empreitadas públicas, de tal modo que parte do quinhão seja com eles repartido, ainda que em pequenina proporção. O objectivo é a penetração dos nossos jovens profissionais nas grandes empreitadas do Estado através de pequenas empresas de especialidade, na qualidade de sub-empreiteiros. E não nos venham dizer que os angolanos não sabem trabalhar. Conheço centenas de jovens que beberam formidavelmente os meandros da construção civil na Europa, (ou como dizem, na pedreira) que são verdadeiros mestres em matéria de alvenarias, revestimentos, cofragens, pinturas especiais, etc. Muitos deles não são donos de pequenas empresas porque a nossa legislação nesse sentido, já o disse e repito, é profundamente reaccionária. Trata-se de uma burocracia que lhe chamam de empresa em 24 anos, ao invés de empresa em 24 horas! São incontáveis aqueles que esbarram nas malhas da burocracia e ficam dependentes de pequenos biscates que lhes são oferecidos pelas grandes empresas. Com esses técnicos de mão de obra muito qualificada e outros espalhados pelo país, seria possível constituirmos uma forte classe de sub-empreiteiros locais, prontos para prosperarem em seu benefício, e prontos para colaborar com os grandes, que se supõe, viriam igualmente a a sair beneficiados da medida. O que é preciso é, incentivar a proliferação de contratos de sub-empreitadas nas grandes empreitadas públicas, até estas se tornarem numa prática normal, legal e auto-regulada pelos mecanismos concorrenciais do mercado. Repugna-me ouvir repetidas vezes que os chineses, os japoneses, ou os xis-neses «integraram» nas empreitadas do Estado que lhes foram adjudicadas x-trabalhadores angolanos. Seria mais dignificante ouvir dizer-se que os chineses,

espanhóis ou quem quer que seja, sub-contrataram x-empresas de pequena dimensão angolanas e locais, para com elas cooperar e tirarem entre si vantagens económicas mútuas. Mas não sou apenas eu que fica repugnado. É a lei também. A lei exclui esse tipo de negócio! Os angolanos merecem dignidade e respeito, é isso que diz a lei quando recusa a prestação de serviço(lá está o biscate de pobre, ou a rendição) para as empreitadas públicas, e tem toda a razão! A sub-empreitada é o meio correcto e justo de envolver os profissionais de alta qualificação (somos poucos mas os há) é a forma mais avançada de trabalho sério que substitui o biscate exploracionista e ilegal. Ou a grande empresa coopera com a pequena empresa, ou não há negócio! Apoiado, diria o bom cidadão! Mas voltando ao caminho que precisamos trilhar: fica o alerta às autoridades e institutos nacionais, devendo ser corrigida a situação o mais cedo possível, pois o emprego no ramo da construção civil tem duração curta e temporária, o que faz com que aqueles que hoje dizem que estão "empregados" pelos chineses, japoneses ou alemães, quando acabar a obra, serão remetidos de volta à casa. Voltarão ao desemprego. A solução do emprego passa pela consolidação de pequenas empresas de especialidade que entram no mercado como uma unidade económica protegida pelas leis que regem o país, e isso, só mediante a introdução de técnicas e políticas bem delineadas como aquilo que são as sub-empreitadas de obras públicas ou particulares. Por outro lado, é importante que seja atribuído um papel fundamental à sub-empreitada local - enquanto meio mais eficaz de colocar os profissio nais qualificados angolanos em obra - criando-se o campo propício para a especialização destes profissionais, através do aprofundamento do conhecimento e do exercício prático profissional permanente. Isso representaria um estrondoso ganho para o sector, porque lançaríamos uma oportunidade para a criação - e sobretudo consolidação - de novos postos de trabalho com o surgimentos de múltiplas empresas de pequena dimensão, beneficiando finalmente uma força de trabalho jovem e desocupada, detentora de grande potencial de especialização, mas até agora afastada e excluída por um lado, e por outro, beneficiando os próprios empreiteiros de grande capacidade, pois, a sub-empreitada tem também o mérito de reduzir substancialmente os custos na realização de qualquer obra.

070120-27

O relançamento da produção nacional (*)

Soluções em cadeia

Sousa Neto

A adopção da nova pauta aduaneira, que entrou em vigor no início de Janeiro, constitui um dado novo a juntar à problemática da viabilização da produção nacional, um assunto que o Semanário Angolense analisou numa série de dois artigos publicados durante o mês de Dezembro. A nova pauta aduaneira é uma prova daquilo que este jornal apresentou como sendo, até ver, uma convergência do discurso institucional com o da classe empresarial em matéria da viabilização da produção nacional. Quando falava para este

jornal, o engenheiro Joaquim Russo declarou que a questão da tributação das importações, tal como ela é encarada pela classe empresarial, não deve levar ao encarecimento do consumo. As agremiações empresariais que estiveram envolvidas nos contactos com o Governo pediram que, primeiramente, toda a gente fosse integrada no sistema tributário. O Governo deve decidir depois de que impostos pode abdicar. Há sectores da economia que estão a crescer em consequência dos baixos níveis das suas contribuições. No ano de 2004, as receitas arrecadas no sector imobiliário não passaram de 0,04 por cento do total das receitas colectadas, sendo essa é uma equação que poderia ser tida em conta para o relançamento da produção nacional. A nova pauta aduaneira é, portanto, um passo importante para a solução dos problemas que emperram o funcionamento das empresas angolanas, embora não os resolva todos. Como se viu nos números 193 e 194 deste jornal, a infra-estrutura disponível não favorece a actuação das empresas e encarece a produção, tornando os produtos angolanos menos competitivos que os outros, aqueles que são importados. De tal forma, que quando um cidadão angolano está a comprar as coisas mais triviais da vida, enfim, um par de sapatos, uma camisa ou um cinto dos que estão disponíveis no mercado interno, está ao mesmo tempo a pagar uma parte do salário de um operário estrangeiro, algo que não faz, pelo menos dessa maneira, em relação aos operários do seu próprio país. Para além da fraca infra-estrutura, das dificuldades de acesso ao crédito e dos juros elevados, ultrapassada que está a instabilidade cambial e a inflação controlada, como está, em níveis razoáveis, o sistema vigente ainda obriga as empresas a adoptarem procedimentos que conduzem à perda de competitividade. Segundo Joaquim Russo, o sistema obriga os industriais angolanos a fazerem reservas elevadas de matéria-prima. Enquanto uma fábrica na Europa necessita de stocks de matéria-prima, no máximo, consonantes com a produção para quatro dias, em Angola as empresas industriais têm que as possuir para quatro meses. Trata-se de uma forma encontrada pelas empresas para evitar a quebra do ritmo de produção decorrente da morosidade que a burocracia provoca sobre os processos de importação (um processo de importação pode levar até três meses a ser desbloqueado), mas, por via disso, elas, as empresas, são conduzidas a imobilizar elevados recursos financeiros. Com a contingência de ter que estar permanentemente a empatar os seus recursos de caixa em matéria-prima, as empresas angolanas perdem para as suas congéneres estrangeiras por ficarem sem a possibilidade de constituírem orçamentos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Mas também perdem em gastos extraordinários: as empresas fabris angolanas têm geralmente departamentos inteiros destinados a cuidar da questão das importações, ao passo que as suas congéneres estrangeiras não têm esse tipo de estrutura. Novamente, gastos extraordinários com o pagamento de salários colocam as empresas angolanas em desvantagem face às suas congéneres de outros países: os gastos são repassados ao consumidor final, tornando o produto angolano mais caro que um semelhante que seja importado. «Todo o sistema administrativo tem que ser modernizado para fazer com que as coisas funcionem de feição para o sector empresarial angolano», tal como considera o engenheiro Joaquim Russo. O país tem, em mais um exemplo das suas dificuldades, problemas com a deficiente qualificação da sua mão-de-obra. Só agora é que se tem estado a assistir a expansão do ensino técnico (médio), mas é necessário que isso se faça em coincidência com o desmembramento dos cursos, para que não incidam sobre as mesmas matérias e ao mesmo tempo expandam o universo das qualificações da mão-de-obra. Mas o ensino

superior não está a dar conta do recado. A Sonangol, por exemplo, anunciou que para se acertar com o seu crescimento vai necessitar de seis mil engenheiros, quando as universidades angolanas formam-nos em número que não atinge os 100 por ano. Isso levanta uma questão crucial para o problema que o relançamento da produção nacional coloca, que é o de contribuir para a redução da pobreza. Os sectores de maior crescimento na economia angolana não podem absorver uma mão-de-obra geralmente deficitária em qualificações, o que pode inibir os resultados e reduzir o impacto dos programas de redução da pobreza em curso. O sector que propensamente pode absorver uma parte significativa da força de trabalho disponível é a agricultura, tal como está convencionado, mas conhecedores como Joaquim Russo defendem que o sector não se pode desenvolver apenas com a força de trabalho menos qualificada. «É necessário ver que a agricultura não pode funcionar só com os piores», até porque, disse, «ela é adequada para a solução do problema do emprego, mas só numa primeira fase». «A agricultura tem que ser feita numa óptica de uma agricultura desenvolvida», prosseguiu Joaquim Russo, explicando que quando isso acontece, a mão-de-obra menos qualificada perde oportunidades de emprego. Na África do Sul, por exemplo, o sector agrícola emprega apenas seis por cento da força de trabalho activa, enquanto que nos países mais desenvolvidos, esse sector emprega apenas três por cento da mão-de-obra disponível, devido ao alto grau de produtividade, rentabilidade e competitividade que o sector atingiu lá. Uma nova pauta aduaneira que encerre em si a solução dos problemas colocados pelo empresariado é desejável, sobretudo se nesse embalo de convergência, o Governo em empenhar também na resolução de toda a panóplia de problemas que emperram o desenvolvimento das empresas angolanas. (*) Fim - vem dos números 193 e 194.

070120-27

Uma doença perigosa. O caso de Angola

Anorexia: entre a moda e a morte

Valdimiro Dias

Há algumas semanas, correram notícias da morte de duas modelos brasileiras por anorexia, uma doença de foro psicológico caracterizada por uma obsessão excessiva com a magreza, enquanto modelo de beleza, que leva muitas pessoas a dietas rigorosas para perderem peso, acabando é por ficar fisicamente debilitadas. Em casos extremos, a deterioração física tem levado à morte. Devido à sua mediatização, são mais conhecidos os casos que acontecem no mundo da moda, concursos de beleza e publicidade, onde a magreza é sinónimo de beleza corporal, nomeadamente para as raparigas, se bem que seja um mal que também atinge outros sectores sociais. O Semanário Angolense tenta fazer nesta edição um ensaio sobre a doença, que também poderá já ter potenciais vítimas entre nós. De resto, há informações não confirmadas que indicam ter havido, há uns anos, um caso de morte de uma candidata do interior do país a um concurso de misses, por ter ficado a pão e água durante um largo tempo, para manter a forma. Comenta-se também

que, no último «Miss Luanda», uma candidata que se remeteu à mesma dieta, teve três desmaios sucessivos, quando não era preciso uma lupa para se verificar que, muito antes disso, ela já estava perigosamente magra. Modelos opinam Em face disso, começamos por ouvir algumas das supostas potenciais «candidatas», que serão sobretudo as nossas modelos. Joana Barroso, 25 anos, modelo há oito, cinco dos quais ao serviço da agência «Step Models», garantiu, por seu lado, que não faz actualmente nenhum esforço para manter o que diz ser o seu peso ideal (59,5 quilogramas), provavelmente por ser magra de natureza. «O meu corpo (magro) é de família», sustentou. Ainda assim, não descarta a possibilidade de vir a fazer alguma dieta, caso ganhe quilos a mais. «No momento, não faço nada. Mas, quem sabe, se engordar um dia, talvez possa fazer alguma coisa para voltar a emagrecer», atestou. No entanto, deplora que colegas de profissão cheguem a morrer por causa de dietas exageradas ou mal orientadas, resultantes da obsessão com a magreza. A terminar, aconselha as pessoas que desejem submeter-se a dietas para emagrecerem que consultem antes um especialista, no caso, um nutricionista. Palmira Silva, 24 anos, com sete de carreira, também modelo da «Step Models» há cinco, reconheceu que tem feito dietas ligeiras para manter o seu peso (59,5 quilogramas). «Não vou dizer que não faço nada», disse. Segundo ela, no seu dia-a-dia, tem muitas vezes de evitar alimentos que engordem, nomeadamente hamburgers. Acredita que, no caso de Angola, há muitas preocupações sociais que fazem com que as pessoas estejam pouco inclinadas para as dietas alimentares. Para Palmira Silva, a anorexia é um fenómeno que tem campo mais aberto nos principais mercados da moda, onde a carreira de modelo é efectivamente proveitosa e por isso mais exigente, daí que as modelos desses países possam desenvolver mais facilmente a obsessão pela magreza. Considera absurdo que uma mulher de 20 anos chegue a apesar apenas 35 quilos. «Não tenho uma explicação lógica para isso, a não ser que seja uma grande falta de auto-estima das pessoas nessa condição», sublinhou, recomendado um acompanhamento psicológico para elas.

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

070120-27

XXXXXXXXXX

070113-19

K K enfia-se na toca depois de criar terramoto político
Graça Campos

Em todo este episódio, o secretário para a Informação do Mpla teve um comportamento semelhante ao daquele animal que se enfia na toca depois de haver feito algumas patifarias

1. À cautela, o Semanário Angolense escrevia há uma semana que avaliações feitas em torno da conversa que Norberto dos Santos «Kwata Kanawa» teve com Abel Chivukuvuku, no dia 30 de Dezembro de 2006, apontam para a probabilidade de tratar-se de uma cabala movida por sectores afectos ao «regime» contra o deputado da Unita visando esvaziar o conteúdo da entrevista que este concedeu à Voz da América.

2. As entrevistas que Kwata Kanawa concedeu quarta-feira a duas rádios estrangeiras para desmentir parcialmente as afirmações que o Semanário Angolense lhe atribuiu deram consistência às suspeitas de que Abel Chivukuvuku pode ter sido vítima de uma cabala. Essa trama, se dela se trata, só pode ter sido urdida pelo próprio Norberto dos Santos.

3. A combinação e sequência de vários episódios ocorridos desde a publicação da matéria até quarta-feira apontam que o dirigente do Mpla está longe de ser o anjinho que pretendeu ser nas aludidas entrevistas a rádios estrangeiras. Pelo contrário, apontam-no como autor exclusivo da cabala que o Semanário Angolense admitiu e de que agora se queixa o deputado da Unita.

Atentemos na sequência de alguns desses elementos: a) O Semanário Angolense mantém que foi Kwata Kanawa quem relatou, no dia 30 de Dezembro, a vários dos seus colegas do Mpla o conteúdo da conversa que teve com

Abel Chivukuvuku. A todos eles Kwata Kanawa disse que o deputado da Unita não apenas lhe comunicou a sua decisão de concorrer à presidência da Unita, como lhe pediu o apoio do Mpla para a sua campanha.

b) Kwata Kanawa, que tem acesso irrestrito a todos os meios de informação públicos, só ao quinto dia, isto é, quase uma semana depois, decidiu desmentir parcialmente a matéria do Semanário Angolense que envolvia o seu nome. Se o secretário para a Informação do Mpla não disse o que os seus colegas juram que disse, por que razão esperou quase uma semana para negar as afirmações que lhe foram atribuídas? Por razões menos ponderosas, Kwata Kanawa não tem hesitado em usar os microfones das estações públicas. E isso tem ocorrido em qualquer dia da semana, incluindo ao sábado. Por isso, tão prolongado e significativo silêncio não pode, com toda a segurança, ser atribuído a qualquer falta de espaço na comunicação social e menos ainda a um súbito senso de parcimónia na utilização de bens públicos. Outras razões explicarão o mutismo de Kwata Kanawa durante quase uma semana.

c) Não sendo crível que Kwata Kanawa tenha decidido romper o silêncio impulsionado ou corroído por algum remorso, sobram razões para acreditar que outros factores, que por ora escapam ao Semanário Angolense, o obrigaram a dar o dito pelo não dito. De resto, em conversa telefónica que teve segunda-feira com o director deste jornal, por sua própria iniciativa, Kwata Kanawa não só não mostrou o mais pequeno incómodo relativamente à matéria que envolvia o seu nome como disse que ficaria o mais distante possível do polémico assunto.

d) Na entrevista que concedeu à Voz da América, o secretário de Informação do Mpla deu uma significativa evidência de que saiu da «toca» impulsionado por razões que não têm nada a ver com uma suposta reposição da verdade. Kwata Kanawa disse à estação americana que decidiu pronunciar-se apenas naquele dia, quase uma semana depois, porque antes daquela data ninguém em Angola o contactara para colher a sua versão dos factos. Os ouvintes de uma rádio de Luanda, por exemplo, sabem que segunda-feira Kwata Kanawa arranjou várias artimanhas, incluindo não atender as chamadas telefónicas, para esquivar-se ao comentário que a estação quase lhe implorava de joelhos.

e) No mesmo dia em que falou para as duas rádios estrangeiras, Kwata Kanawa deu ao director geral do SA uma explicação diferente para o fim do seu silêncio. Disse que decidiu pronunciar-se sobre o assunto porque Abel Chivukuvuku teria afirmado a uma jornalista portuguesa que a matéria do SA foi inspirada pelo Mpla. Não sendo um político distraído, Kwata Kanawa deveria recorrer a outros argumentos para convencer-nos de que foi exclusivamente pela boca de uma jornalista estrangeira que ficou a saber que Abel Chivukuvuku insinuava que detectava as «impressões digitais» do Mpla na matéria publicada pelo Semanário Angolense.

4. Em todo este episódio, o secretário para a Informação do Mpla teve um comportamento semelhante ao daquele animal que se enfia na toca depois de haver feito algumas patifarias. Kwata Kanawa provocou uma tempestade política e acto contínuo recolheu-se e só voltou a pôr a cabeça de fora depois de ter feito uma cuidada avaliação (que deve ter aplaudido intimamente) dos estragos que causou ao seu adversário político. Nestas circunstâncias, o Semanário Angolense rejeita decididamente a pretensa manipulação que as duas entrevistas de Kwata Kanawa sugerem. Rejeita, de igual forma, assumir as consequências da incontinência verbal dos outros.

5. O Semanário Angolense reitera a sua absoluta confiança nas fontes que lhe relataram o que ouviram de Kwata Kanawa.

6. Por razões óbvias, o Semanário Angolense não delatará as suas fontes e, por isso mesmo, assume publicamente as consequências decorrentes desse imperativo ético.

070113-19

Reapreciação dos processos de despejo
Nota do Governo subiu muito
Sousa Neto

Corrida de populares ao Ministério da Justiça mostra que o Executivo tomou uma das medidas mais populares dos últimos anos

Geralmente cépticos quanto ao Governo, muitos angolanos Angola ainda estão perplexos com a decisão do ministro da Justiça, Manuel Aragão, de reverter os processos de despejo que tiveram lugar naquilo que separa o momento actual da década de 90.

A opinião pública discute sobre a confluência de casos na justiça depois das soluções administrativas que nesta etapa estão a ser procuradas no Ministério da Justiça e no seu congénere do Urbanismo e Ambiente, colocando, entretanto, uma questão: os tribunais serão suficientemente diligentes para dar vazão ao problema?

Adiante, essa mesma opinião pública olha para a decisão do ministro da Justiça num misto de credulidade e hesitação. Se por um lado o apoio do público projecta a medida para a obtenção de um enorme alcance político, teme-se, por outro, que ela não passe de uma manobra eleitoralista. Muitos estimam que decisões que favoreçam os despejados se afigurem para a imagem do Mpla e do seu Governo como um autêntico «chocolate», mas, como se verá mais adiante, há o reverso da moeda: os novos donos dos imóveis, em muitos casos cidadãos angolanos igualmente eleitores, passarão a ser os novos descontentes. Com efeito, logo nesta segunda-feira, quando iniciou a reapreciação dos processos de despejo, 80 pedidos deram entrada no Ministério da Justiça. Os pedidos de reapreciação de processos estão a ser recebidos pelo Ministério da Justiça e pela instância que superintende o sector da Habitação no Ministério do Urbanismo e Ambiente, sendo que as 80 petições acima referenciadas dizem respeito àquilo que aconteceu naquela primeira instituição governamental. Segundo informações obtidas pelo Semanário Angolense, está estabelecida para estas duas instituições uma verdadeira corrida de cidadãos que se apresentam como prejudicados por decisões de despejo tramitadas nos tribunais do país. Mas, por agora, o reboliço coloca em direcção às instituições governamentais apenas uma das partes do problema: neste momento, os que estão a correr para obter a revisão dos processos são os abundantes despejados e muitos outros que estão ameaçados disso. Quando os ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente tiverem obtido soluções para todos os casos, o país assistirá a uma romaria inversa, dessa vez, constituída pelos proprietários (ou representantes) dos imóveis à volta dos quais ocorre esta instituída querela geral. É esta característica do

processo que aparenta deixar cair por terra as suspeitas de que o ministro da Justiça tenha tido intenções eleitoralistas ao ordenar a reapreciação dos despejos. «Há eleitores nos dois pólos», disse a este jornal uma fonte instada para desfazer as suspeitas de eleitoralismo nesta questão. «Em determinada altura, foram cidadãos angolanos, muitas vezes investidos de poderes e com influências nos órgãos decisores, que instigaram os antigos proprietários dos imóveis a apresentarem reclamações judiciais». Um influente jurista explicou ao Semanário Angolense, que o «desconfisco» de imóveis, nos termos em que foi acontecendo, passou a ser uma negociata lucrativa. Cidadãos nacionais, juristas e funcionários do Estado, dedicavam-se a «garimpar» arquivos do Ministério da Justiça, da antiga Secretaria de Estado da Habitação e de outras instituições que lidam com a problemática dos imóveis para depois irem instigar os antigos proprietários a abrirem processos que em muitos casos reverteram os confiscos. A titularidade dessas propriedades passava, nas novas condições, por alianças com representantes do capital angolano, de resto, ligado umbilicalmente ao poder político. Representantes do Ministério da Justiça dizem que o processo de reapreciação dos despejos propende para o primado da Lei. Processos de despejo atingiram inquilinos de imóveis em situação de confisco, no quadro daquilo que ficou instituído com a aplicação da lei 03/76, de três de Março (que confisca os bens económicos) e 43/76, de 19 de Junho (que confisca o património habitacional). A questão mais relevante colocada nestas duas leis é da «ausência injustificada» do país por um prazo superior a 45 dias, considerado para todo o intervalo entre três de Março de 1976 e 22 de Setembro de 1992, que é quando entrou em vigor a Lei 19/91, para Venda do Património Habitacional do Estado. É verdade que em certos aspectos, as leis 03/76 e 43/76 deixaram de ter coerência, como foi, por exemplo, a ausência de cidadãos ligada a motivos políticos, como aqueles que se conheciam aos aderentes da Fnla e da Unita, mas a verdade é que já em 1995 a situação dos confiscos estava a reverter de tal forma a favor dos antigos proprietários, que o Governo fez aprovar na Assembleia Nacional a Lei 07/95, para dar como válidas e irreversíveis as nacionalizações e confiscos de 1976. No seu preâmbulo, esta última lei considerava que «muitos cidadãos que legalmente habitam imóveis confiscados ou passíveis de confisco, com base numa relação contratual com o Estado, por processos as mais

das vezes não transparentes, têm sido destituídos da posse que titulam pública e pacificamente ao longo dos anos». No seu artigo primeiro, a Lei 07/95 estabelece que constituem património do Estado todos os imóveis e fracções autónomas nacionalizados e confiscados nos termos das Leis 03/76 e 43/76, tal como todos os outros abrangidos por tais leis. Os tribunais, que entretanto foram tramitando os litígios decorrentes do que parece ser um processo massivo de apropriação do património habitacional do Estado, foram dando provimento às petições de antigos proprietários e seus representantes, ignorando o postulado na lei. É assim que surgiu a decisão do ministro da Justiça. Tecnicamente, trata-se de um recurso extraordinário, uma prerrogativa do Código Civil (artigo 771) prevista para os casos em que a sentença tenha sido transitada em julgamento por prevaricação, concussão, peita, suborno ou corrupção do juiz ou de algum dos juízes que intervieram na decisão. «Os tribunais não cumpriram a Lei de forma massiva, até ao ponto das suas decisões perturbarem a ordem social», tal como disse ao Semanário Angolense uma fonte do Ministério da Justiça. Os pedidos que estão a chegar agora aos Ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente vão obter decisões administrativas depois da sua reapreciação, um processo que desta vez decorrerá com base na estrita observação da Lei. Muitas dessas decisões farão com que vários imóveis sejam devolvidos à situação de confisco, na verdade, um incentivo para a abertura dos processos de reversão dos despejos nos tribunais, que serão posteriores à reapreciação institucional dos casos. Eleitoralista ou não, a medida do ministro da Justiça é defendida, desde que vise atribuir direitos permanentes aos que necessitam, o que faz dela uma das decisões governamentais mais populares dos últimos 14 anos. Em suma, pode dizer-se que o ministro da Justiça está a liderar um processo que, se bem sucedido, renderá incomensuráveis ganhos ao Governo. Mas é um processo para qual precisará de ter unhas mas, sobretudo, de muito apoio político, já que travões e obstáculos não faltarão.

070113-19

Taag com os olhos na China e Dubai
Novo Boeing 777-300 em Dezembro de 2008

Em Março próximo a aquisição de seis aviões feita à construtora norte-americana Boeing será completada com a chegada do quarto e último 737-700, engordando a frota da companhia nacional de bandeira

O quarto avião do tipo 737-700 do pacote de seis adquiridos pela Taag à construtora norte-americana Boeing deve chegar a Luanda até finais de Março próximo, conforme apurou o Semanário Angolense de boa fonte. Para o efeito, o Presidente do Conselho de Administração da companhia angolana de bandeira, Jesus Nelson Martins, desloca-se a próxima semana aos Estados Unidos da América, onde deverá acertar os últimos pormenores relativos à operação que foi financiada por um sindicato de bancos angolanos. Com a chegada dessa aeronave, completa-se o número de seis encomendados pela transportadora aérea à Boeing, sendo quatro do tipo 737-700 e dois do tipo 777-200. Os primeiros cinco aviões pousaram em solo angolano a 11 de Novembro passado e já estão a operar. Fora do pacote desta aquisição, a Taag tem já encomendado um outro avião 777-200, que poderia chegar ao país no decurso deste ano. Só que, por razões comerciais, a administração da companhia preferiu o Boeing 777-300, cuja capacidade é maior que a do seu «irmão» mais novo. Ou seja, enquanto o primeiro transporta 225 passageiros, o segundo acolhe 330 e tem um porão maior. Por esta razão, e porque a troca obriga a alterações no «design» do interior e outras «mexidas», o 777-300 só deve chegar ao país em Dezembro de 2008. Se tudo correr como planificado, a frota da Taag cresce substancialmente. De acordo com a nossa fonte, até 2010 a Taag pode adquirir mais um Boeing 777-300. O objectivo desse «reforço» é aumentar o número de rotas, tendo em atenção destinos como Dubai, China e Londres. Em face disso, a companhia tem-se desdobrado em esforços para colocar a sua prestação de serviços ao nível dos equipamentos que possuem. É por esta razão que na semana que hoje termina iniciou um curso de assistente de bordo para 40 jovens (o domínio de línguas estrangeiras como o inglês e o francês é uma das exigências para se candidatar à acção formativa) que vão ganhar experiência junto das veteranas da companhia. Este é apenas o primeiro passo de uma «revolução» que a Taag iniciou no Pessoal Navegante de Cabine (Pnc), estando também a abranger o Pessoal Navegante Técnico (Pnt). Na esteira dessas mudanças foram admitidos alguns jovem pilotos no último curso realizado nos Estados Unidos da América para preparar a sucessão de alguns comandantes com idade a

beirar o limite permitido pelas normas da Iata (Associação Internacional das Transportadoras Aéreas). Por outro lado, proximamente um outro grupo de 40 candidatos vai frequentar o curso de assistente de bordo.

070113-19

Apenas dois juristas aceitaram dar a cara

Quem sabe, que fale!
Salas Neto

A propósito da oportunidade que o Estado passou a conceder aos cidadãos angolanos que tenham sido descaradamente prejudicados em diversos casos de desconfiscos de bens imóveis a favor de estrangeiros, o Semanário Angolense procurou ouvir vozes autorizadas (sobretudo juristas) sobre a questão. Até porque tudo indica que vêm aí grandes batalhas judiciais nos tribunais nacionais, que vão envolver um bom número de advogados e consultores angolanos, com uns a tentarem manter o «status quo» que conseguiram para os seus clientes e outros em busca da «reposição da legalidade» a favor dos despojados das propriedades adquiridas ou que ocupavam de boa-fé. Segundo informações obtidas por este jornal, só no primeiro dia de recepção dos pedidos, segunda-feira, mais de 80 requerimentos para a revisão dos processos já haviam dado entrada nos gabinetes afins do ministério da Justiça. No entanto, uma questão que preocupa é se o Governo, que estranhamente assistiu impávido e sereno ao desfile da «expropriação» dos próprios bens do Estado ou dos que já vendera aos seus cidadãos, promoverá efectivamente a revisão dos processos de desconfiscos transitados em julgado ou se não estará a criar falsas expectativas, no quadro duma qualquer estratégia eleitoralista. É que os corredores dos tribunais angolanos são deveras labirínticos, onde cada qual defende pode os seus interesses como pode (e parece que vale tudo), que não se sabe se algum processo de revisão será mesmo capaz de resultar em benefício para o seu proponente, normalmente em posição mais fraca. Aliás, se assim não fosse, seria impossível que as coisas chegassem a estes extremos. De resto, como foi possível aos juízes fazerem vista grossa a leis que, em última instância, impediam que a maioria dos pedidos de anulação de confiscos com base num simples erro administrativo

procedesse? Não se entende muito bem. Mas, uma análise mesmo sem muita profundidade aponta logo para a existência de esquemas cavilosos nos nossos tribunais. Só pode. Talvez por isso é que alguns dos advogados contactados por este jornal não tivessem aceitado falar abertamente da questão. Onde residiria o medo, isto mesmo, o medo? Estranho. «Medo de quê?», perguntar-se-ia. E nós daríamos a resposta: na certa, de sofrerem retaliações sobre as causas que defendam, em face da cavilosidade que se falou, embora isso não seja extensivo à toda a classe. Até quinta-feira, dia do fecho deste jornal, o máximo que conseguíramos foi conversar, de caras, com dois: Paulo Maria e Carmo Neto. Em baixo, segue o rescaldo.

Paulo Maria

O jurista Paulo Maria aplaude de peito aberto a decisão do Estado de rever os casos de desconfiscos por decisão dos tribunais, que na sua maioria acabaram por prejudicar muitos cidadãos angolanos, com direitos adquiridos pura e simplesmente ignorados, em benefício de estrangeiros, cujas propriedades haviam sido alvo de nacionalizações. Paulo Maria diz não compreender como foi possível que os tribunais angolanos decidissem que a falta de um procedimento administrativo (registo) fosse motivo bastante para diluir um acto de soberania do alcance das nacionalizações de bens imóveis não reclamados nos prazos dados pelo governo nos primeiros anos da independência. Para ele, os desconfiscos sobre os bens que passaram a ser património do Estado angolano foram o primeiro grande sinal da generalização da corrupção a alto nível, como quem diz que os juízes envolvidos na maioria dos casos não estiveram imbuídos de boa-fé quando os «julgaram» - as aspas são propositadas, ao baldarem-se para as leis que protegiam os interesses estatais, mesmo na falta do registo legal de tais propriedades. Ainda assim, considera que isso só foi possível graças à fragilidade das instituições angolanas, uma fragilidade que, no seu entender, foi criada premeditadamente pelo grupo de juristas com quem o Estado contou para tratar do ordenamento jurídico do país nos primeiros anos do pós-independência, na sua maioria ligados de algum modo à defesa de interesses estranhos ao povo angolano. «As brechas legais terão sido criadas propositadamente para se chegar até aonde chegamos», acusou.

Carmo Neto

O advogado Carmo Neto, menos impetuoso que Paulo Maria, defende o primado da lei sobre o resto, pelo que é pela revisão dos processos, mas sem interferências de natureza política. Segundo ele, sem dar ênfase à decisão governamental anunciada pelo ministro da Justiça, o código processual civil, já actualizado, dá lugar à revisão dos processos de natureza civil baseada pura e simplesmente nos seus ditames. «Penso que os conflitos têm de ser resolvidos pelos tribunais e só pelos tribunais», sublinhou, sem deixar de chamar a atenção para os casos dos desconfiscos que envolveram ou envolvem apenas cidadãos angolanos, cujas propriedades haviam sido erradamente nacionalizadas. Para reforçar a sua «tese», Carmo Neto fez recurso àquele código, dando-se ao trabalho de citar um dos seus artigos (771.º), para «melhor compreensão» dos procedimentos a serem seguidos. Segundo ele, há lugar à revisão, nos termos do referido artigo: a) Quando a decisão transitada em julgado se mostre por sentença passada em julgado que foi proferida por prevaricação, concussão, peita, suborno ou corrupção do juiz ou de algum dos juízes que na decisão intervieram; b) Quando se apresente sentença já transitada de que se tenha verificado a falsidade de documentos ou acto judicial, de depoimentos ou declarações de peritos, que possam em qualquer dos casos ter determinado a decisão a rever. A falsidade de documentos ou acto judicial não é, todavia, fundamento de revisão, se proferida a decisão a rever; c) Quando se apresente documento de que a parte não tivesse conhecimento ou de que tivesse podido fazer uso, no processo em que foi proferida a decisão a rever e que, por si só, seja suficiente para modificação da decisão, em sentido mais favorável à parte vencida (…). A fechar, Carmo Neto fez notar que o prazo para se intentar um processo de revisão é de cinco anos sobre a data da sentença transitada em julgado.

070113-19

RNA, Jornal de Angola e TPA com novos Directores-Gerais
«MR» limpa o «balneário»
Salas Neto

Ainda se estava a algumas horas da publicação, na noite de quinta-feira, de vários despachos do ministro da Comunicação Social, Manuel Rabelais, a determinar modificações profundas nos órgãos públicos do sector, mas as notícias já circulavam em determinados meios, tendo sido encaradas com alguma surpresa ou mesmo incredulidade, em função de certos nomes que apareciam envolvidos, sobretudo, nas nomeações. É o caso de Fernando Cunha, antigo director-geral da Gráfica Popular, depois de uma passagem longa pelas estruturas administrativas do Jornal de Angola, que surgia como substituto de Carlos Cunha na Tpa. «Nando» Cunha era um nome que não estava nas cogitações de quem quer que fosse como eventual «bosse» da única estação televisiva do país, por não ter qualquer experiência jornalística, sem bem que o seu predecessor também tivesse ascendido ao cargo em condições quase idênticas. Surpreendentes de algum modo eram também as informações sobre a (até então, fim da tarde de quinta-feira) eventual nomeação de José Ribeiro para a direcção-geral do Jornal de Angola, no lugar de Luís Fernando, marcando assim o seu regresso ao activo, depois do «descanso» a que esteve submetido como conselheiro de imprensa da Embaixada de Angola junto das Organizações Internacionais, em Genebra, na Suiça. José Ribeiro é um jornalista com bastante experiência na chamada imprensa escrita, mas o máximo que havia conseguido era o cargo de director de informação, tanto do Jornal de Angola, como da Angop, antes de ser enviado para o frio do norte da Europa, após uma passagem por Lisboa, na representação diplomática angolana em Portugal. Entre as alterações mais destacadas na cúpula dos órgãos de informação públicos, realce ainda para a nomeação, finalmente, de um director-geral da Rádio Nacional de Angola, cargo que até quinta-feira era ocupado, em acumulação, pelo próprio ministro, condição que não o poupou de críticas, algumas severas, atiradas de vários quadrantes, alegadamente em defesa da observância das normas administrativas que estariam a ser violadas por Manuel Rabelais. A escolha recaiu para Alberto de Sousa, um quadro sénior da estação, que parece agradar a gregos e troianos, sendo assim uma figura de consenso. Esta escolha de Manuel Rabelais deitava completamente por terra as conjecturas sobre a provável subida de Amílcar Xavier, a quem algumas fontes apontavam como sendo o melhor posicionado na corrida ao apetecido cadeirão. O mais engraçado é que, nas cogitações que se faziam a propósito, Alberto de Sousa nunca aparecera sequer como candidato ao cargo, sendo

que o segundo lugar entre os favoritos era ocupado por Eduardo Magalhães, mesmo em meio a grande contestação entre os trabalhadores da Rna, devido ao seu alegado mau feitio. Aliás, poucas horas antes do surgimento das notícias sobre essas mudanças nos órgãos de informações públicos, Amílcar Xavier era dado como caído em desgraça, pelo facto da sua exoneração, na terça-feira, do cargo de director do Canal A da Rádio Nacional não ter sido seguida de alguma nomeação, quando já se falava da sua ida para a Tpa, com um alto posto. Os seus detractores alegavam que Manuel Rabelais lhe teria tirado do baralho por ele ser propenso à criação de «problemas internos», em face duma sua suposta apetência por altos cargos, num afã que não o coibia de colidir com os colegas. No entanto, esta versão era contrariada por algumas vozes que defendiam que o facto da sua exoneração não ter sido imediatamente seguida dalguma nomeação não significava nada. Estas acabaram por triunfar, já que o «Miquinhas», como também é conhecido, ficou é com um bom «tacho», ao ser nomeado para director-geral adjunto para a Informação e Programas da Tpa, sendo assim a segunda figura da única estação televisiva do país. Provavelmente, segundo certas fontes, Amílcar Xavier só não chegou ao topo, por lhe faltar alguma experiência para administrar um monstro como a Tpa, com centenas de trabalhadores e milhares de problemas para resolver. Num caso destes, só a experiência jornalística e competência profissional que lhe são reconhecidas não serão manifestamente suficientes. Quem também regressa ao activo, aqui na terra, é o «nosso» Albino Carlos, que vai para o lugar de Mário Costa na direcção-geral do Centro de Formação de Jornalistas, acabando assim a sua comissão de serviço no Canadá, onde assumia o cargo de conselheiro de imprensa da Embaixada de Angola neste país americano. Não se sabe já quem substituirá o antigo adjunto de Mário Costa no Cefojor, Joaquim Paulo, que interinava o comando, mas tudo indica que o ministro pretenderá conceder a Albino Carlos a prerrogativa de escolher o seu «braço direito». Segundo algumas fontes deste jornal, as modificações empreendidas por Manuel Rabelais, as primeiras de vulto desde a sua ascensão ao cargo e que não poupou a si mesmo, beneficiaram do aval do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que o terá recebido com este propósito na manhã da última quinta-feira. Outras Nomeações As alterações não se resumiram aos tutelares dos órgãos. Além da ascensão de Amílcar Xavier, há também a destacar a «subida» de Eduardo Magalhães como

director-geral adjunto da Rna para a Informação e a de Luísa Damião (actualmente em Cuba, como conselheira de imprensa na Embaixada de Angola nesse país), que substitui José de Oliveira Xavier na direcção de Informação da Angop e a de Filomeno Manaças para o DG-adjunto do Jornal de Angola. Na Rádio Nacional de Angola, houve ainda outras alterações menores, como a subida de Sebastião Lino para director do Canal A, deixando o seu lugar na chefia de produção a Belchior de Carvalho, além da nomeação de Francisco Mendes para sub-director de Informação, de Nicolau da Silva como consultor de programas e de Mateus Cristóvão como director da Rádio Luanda, no lugar de Humberto Jorge, que vai para o vale dos caídos, salvo as devidas diferenças, ao lado de Luís Fernando, Carlos Cunha, Nelson Rosa, Casimiro Alfredo, José Eduardo Xavier e Joaquim Paulo. Ainda na Rna, ao que se soube, entrará em funcionamento um chamado conselho de directores, como ensaio para um futuro conselho de administração, acção que dever-se-á estender a todos os outros órgãos de informação públicos, no quadro duma «velha» deliberação do Conselho de Ministros.

070113-19

Uma novela a ser desenvolvida na próxima edição
Milhões de dólares em disputa na Metrol

A morte, em circunstâncias não muito bem esclarecidas, do cidadão luso de origem indiana Nasmudine Badrudino Casssamo «Nazim», antigo «patrão» da empresa Metrol, Comércio, Serviços, Lda, ocorrida em Maio de 2005, em S. Paulo, Brasil, está no centro de uma cerrada disputa pela herança que envolve milhões de dólares americanos. A milionária herança é disputada por Moisés Assraf, compatriota do malogrado, que reivindica a condição de sócio da Metrol, por um lado, e Prescila Cassamo, filha do falecido e a sua mãe, Paula da Conceição Lopes, por outro. Paula Lopes, entretanto nomeada cabeça-de-casal, acusa Moisés Assraf de pretender apropriar-se ilegitimamente de uma herança que reclama exclusivamente para a filha, a menor Prescila. Já Assraf contra-ataca, alegando que Paula Lopes seria uma reles oportunista. A disputa já está a ser dirimida em tribunal, mas na próxima edição o Semanário Angolense trará os argumentos de uma e outra partes.

070113-19

Casa Militar importa 300 Hyundai com defeito de fábrica

Graves defeitos de fábrica foram detectados sobre cerca de 300 jeeps Hyundai, modelo Terracam, de uma importação ordenada pela Casa Militar da Presidência da República destinada a prover em meios rolantes a Comissão Nacional Eleitoral (Cne), segundo informações obtidas por este jornal junto do Ministério dos Transportes. Segundo apurou o Semanário Angolense, as viaturas trazem retentores dos rolamentos do cubo deficientes, ou «falsos», como disseram as fontes que forneceram estas informações. Destinadas ao processo de registo eleitoral, com o que se previa que fossem percorrer por caminhos precários, tais viaturas chegaram a Angola com retentores adaptados de outra marca e que além do mais não correspondiam às especificações requeridas para esse trabalho. Fontes deste jornal disseram tratar-se de uma importação negociada na China, país que ficou com a patente desse modelo depois do construtor sul-coreano Hyundai ter deixado de o fabricar. As fontes não disseram como é que o defeito foi detectado antes das viaturas serem entregues aos seus destinatários, mas declararam que logo após a conclusão de que traziam defeitos de fábrica, um grupo de técnicos da Hyundai chinesa foi enviado a Angola, onde permaneceu até aos primeiros dias de Janeiro. Aparentemente, o grupo de técnicos chineses cumpriu com êxito a missão de substituição dos retentores defeituosos ou desapropriados, pelos autênticos e verdadeiros, não se sabendo por conta de quem decorreram os gastos. Uma fonte aventou a possibilidade da súbita reacção chinesa ter sido motivada pelo facto de que o mesmo importador angolano estava negociar uma nova aquisição. «Os chineses correram para Angola para a devida «correcção de tiro» porque a Casa Militar estava para adquirir um novo lote de carros do mesmo modelo», revelou a fonte, que acrescentou ter sido também relevante o facto do país representar aquilo que disse ser «um cliente de elevado potencial». Mas a fonte disse que os temores em relação à funcionalidade desse veículo não estão, por agora, totalmente afastados, alertando os utentes da marca para eventuais perigos da utilização do veículo sem o prévio conhecimento da deficiência de fábrica. O Hyunday Terracam circula em Angola desde há três ou quatro anos e começou a ser comercializado pelas Organizações Cosal Lda, representante exclusivo da

marca no país. Jaime Freitas, administrador da concessionária, disse ao Semanário Angolense que a Cosal não teve nada a ver com essa importação e que as viaturas desse modelo ali comercializadas não apresentaram problemas dessa natureza. «Das viaturas que vendemos nunca nos deparamos com este tipo de problema. Já verificamos outros problemas, o que é normal para uma concessionária, mas não desta vez». «Os carros estão aprovados pelos nossos clientes, tanto é, que temos alugados muitos desses carros a várias empresas, incluindo petrolíferas», declarou Jaime Freitas, pretendendo dar a ideia de que o veículo está a ser utilizado até por utentes selectivos. As Organizações Cosal comercializaram estas viaturas até Setembro do ano passado, até porque nesta altura, já não estão a comercializar este modelo pelo facto da produtora sul-coreana ter deixado de o fabricar em Julho de 2006. «Se esta importação é recente, então os carros não foram produzidos pela Hyunday na Coreia do Sul, mas sim na China, onde possui uma linha de produção», explicou o administrador da Cosal. Declarou, entretanto, que se a Casa Militar fez tal importação, fê-lo à margem das Organizações Cosal, que sendo representante exclusivo da marca em Angola, desconhece a existência destes carros no país. «Desconhecemos a importação destes carros no país. Posso afirmar que estas viaturas foram compradas na China, mas isso não tira o direito de podermos fazer parte deste processo por causa destas situações», disse Jaime Freitas. «Podemos até ver que nem sequer as peças mais comuns para manutenção têm», notou o administrador de Cosal, lamentando o facto da importação ter sido feita sem o conhecimento do representante exclusivo da marca, o que, considerou, «é grave». «Isto, disse, pode abrir precedentes como uma deficiência da assistência a estas viaturas quando necessitarem, porque não teremos o stock a altura», alertou Jaime Freitas.

070113-19

Desencantado com a Unita
Manuvakola a caminho da porta de saída
Dani Costa

O próprio diz que «não sabe de nada», mas o Semanário Angolense apurou que ele até já solicitou a demissão do cargo de presidente da 7ª Comissão da Assembleia Nacional, que dirige em representação do movimento do «Galo Negro»

Suspenso temporariamente dos cargos partidários pela direcção encabeçada por Isaías Samakuva na sequência do caso dos «16 malditos», que rejeitam abandonar a Assembleia Nacional, o antigo líder do movimento renovador da Unita, Eugénio Manuvakola, parece disposto a virar, de vez, as costas ao grupo liderado pelo substituto de Jonas Savimbi. Informações chegadas ao Semanário Angolense dão conta que o antigo secretário-geral da Unita terá mesmo manifestado em alguns círculos a decisão de não voltar a ocupar qualquer cargo dentro da organização, independentemente da sanção que ainda pesa sobre si, cujo levantamento deverá acontecer nos próximos meses. Eugénio Manuvakola entrou em rota de colisão com a actual liderança do partido depois que tomou partido dos 16 deputados que Isaías Samakuva e pares pretendem ver afastados da Assembleia Nacional. Apesar de não ter sido tão enfático quanto Jorge Valentim, por exemplo, na defesa aos 16 deputados, Manuvakola questionou as motivações de Samakuva, defendendo que não existiam razões legais para o afastamento de alguns dos seus colegas da bancada parlamentar. Depois dessa tomada de posição, Manuvakola passou a ser a ser visto com desdém por Samakuva e todos os que defendem o afastamento dos 16 deputados. Disciplinarmente punido por causa da sua posição, Eugénio Manuvakola começou ele próprio por distanciar-se gradualmente da Unita. «Ele não quer mais participar nas actividades do partido», disse ao Semanário Angolense um deputado da Unita que tem vindo a acompanhar com atenção os movimentos de Manuvakola. Já sobre o fecho desta edição, fontes deste jornal garantiram que a sanção que pesava sobre Manuvakola já havia terminado, mas este não se digna sequer em comparecer às estruturas partidárias, o que pode significar que pode ser já irreversível a sua ruptura com a organização. O distanciamento do único sobrevivente dos subscritores do Protocolo de Lusaka – o antigo ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, já não faz parte do mundo dos vivos – parece mais do que consumado. Segundo apurámos, Eugénio Manuvakola afastou-se do cargo de presidente da 7ª Comissão, encarregue de questões como a saúde e antigos combatentes, um lugar que ocupava em representação do movimento do «Galo Negro» nos últimos anos, ao ponto da mesma ser conhecida por alguns como a «comissão do Manuvakola». Indagado sobre as informações avançadas pelas nossas fontes, na última quinta-feira, 11, o ex-

líder renovador sublinhou apenas que «isso não é minha informação e não sei de nada». Depois disso não aceitou dizer mais nada. Entretanto, apesar de Manuvakola se ter recusado a confirmar ou desmentir a informação segundo a qual já se teria afastado da presidência da 7ª Comissão da Assembleia Nacional, deputados de outras bancadas disseram ao SA que Roberto de Almeida, presidente do Parlamento, tem sob a sua mesa um pedido de demissão do deputado da Unita. Segundo as fontes do SA, tal pedido, que é também do conhecimento da direcção da bancada parlamentar da Unita, terá sido feito há cerca de um ano, pouco depois de a Comissão Política do Galo Negro haver decidido punir disciplinarmente Manuvakola e todos os outros deputados que se opuseram ao afastamento dos «16 malditos». O Semanário Angolense soube de fontes da Unita que o líder da sua bancada parlamentar anunciará brevemente o nome do substituto de Eugénio Manuvakola. Este jornal não conseguiu apurar se o desencanto de Manuvakola com a sua organização partidária implicará, também, o seu abandono da Assembleia Nacional.

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

070113-19

Xxxxx

070106-13

Há 1 ano, SA destacava
A riqueza está mal repartida? É óbvio, senhor Presidente!

Uma análise à mensagem de ano no- vo endereçada pe- lo Presidente da República à Nação foi a principal manchete da primeira edição de 2006 do Semanário Angolense. No discurso proferido após a recepção de cumprimentos de ano novo do corpo diplomático acreditado em Angola, José Eduardo dos Santos, reconheceu que «os angolanos, embora tenham as mesmas oportunidades nos termos da lei, continuam a viver realidades diversas», uma verdade incómoda para quem como ele tem tido a responsabilidade de delinear as opções políticas do Estado e insuportável para os milhões de angolanos que assistem impotentes ao desfile ostensivo de um reduzido grupo de indivíduos possuidor das riquezas do país. Consciente das suas responsabilidades, o Semanário Angolense anunciara ao longo de 2005 os contornos dos processos de acumulação bruta de capital feita pelos representantes de certos grupos económicos, através da apropriação indevida de empresas públicas, da obtenção de licenças de exploração e créditos bancários por meio do favoritismo ou do domínio de informação privilegiada. Sem nunca ter sido desmentido, este jornal demonstrou como representantes da «nomenclatura» estavam a abocanhar muito rapidamente para si posições empresariais nos

sectores da actividade económica mais susceptíveis de gerar riqueza, cruzando negócios entre eles. Tais negócios abarcam o sector da construção civil, beneficiado por um processo de obras públicas contado em várias centenas de empreitadas e concebido na base de um conluio político-partidário destinado a obter a reeleição do Mpla e a legitimação do poder do seu candidato presidencial. Incidem igualmente sobre o sector das pescas, onde Fátima Jardim distribuía licenças com base em critérios administrativos, que habilitavam os beneficiários em função dos laços de parentesco, diamantífero e petrolífero, no qual a Sonangol acabava de legitimar a actividade das empresas detidas por representantes do poder governamental ou seus associados. Há um ano o Semanário Angolense destacou igualmente o assalto ao sector petrolífero por parte de grupos empresariais nacionais, através de um concurso internacional lançado pela Sonangol para um conjunto de blocos colocados no mercado em meados de Dezembro de 2005, após dois «road show» feitos por funcionários da companhia em Londres e Houston. A concessionária estabelecera o dia 31 de Março como data limite para a apresentação das propostas pelas empresas interessadas em investir no referido sector. Ao concurso tinham sido admitidas pela Sonangol o grupo Gema SA, integrado pelo vice-presidente do Mpla, António Pitra Neto, bem como os juristas Carlos Feijó e José Leitão, a Acr (Angola Consulting Resources), encabeçada por Carlos Amaral, antigo vice-ministro dos Petróleos. A lista divulgada a 20 de Dezembro de 2005 pela Sociedade Nacional de Combustíveis inclui igualmente a Falcon Oil (de António Mosquito Mbakassy), Ocp Lda, Wodege – Sociedade Angolana de Petróleos e Minas Lda – e a ProdOil SA (de José Godinho e Marta dos Santos, irmã do Presidente da República), sendo esta a única que possui experiência em prestação de serviços em virtude do vínculo com a Paragon num projecto de exploração de gás em Cabinda. Em matéria de exploração de petróleo, entre as seis empresas admitidas ao concurso, apenas a Falcon Oil tem experiência neste domínio. Outro assunto que mereceu destaque há um ano foi o número assustador de 250 vistos de trabalho e cartões de residência falsos atribuídos a cidadãos estrangeiros com base num suposto esquema fraudulento montado por altos funcionários do Serviço de Migração e Estrangeiros. A hipotética rede de falsificadores era liderada pelo director-geral adjunto da instituição, Rui Neto, integrada pelo chefe do Departamento de Estrangeiros, Jacinto de Almeida, e outros cinco

responsáveis de repartição e de secção, totalizando sete elementos. Os mesmos encontravam-se detidos na Direcção Nacional de Investigação Criminal (Dnic), desde 23 de Dezembro de 2005, sob acusação de terem cometido crimes contra a segurança do Estado, peculato, falsificação de documentos e violação da legislação sobre o regime da permanência de cidadãos estrangeiros em Angola. As detenções haviam sido confirmadas pela Pgr.. O inquérito instaurado sobre a administração da Taag em cumprimento de uma orientação do Presidente da República que visou o apuramento de um desvio de 22 milhões de dólares foi igualmente destaque na edição 145 do Semanário Angolense. Em virtude do inquérito instaurado, a assessora do PR para os Assuntos Regionais, Albina Assis, era apontada como provável candidata à presidência do Conselho de Administração da Taag, caso aquele visse a sua recondução impedida. Trata-se de um facto que não se consumou porquanto a companhia aérea de bandeira tem hoje como Pca, Nelson Martins. Há um ano, o Semanário Angolense destacou a arrogância do deputado Mello Xavier que pretendia «privatizar» parte do Mussulo, bem como a morte da rainha da música angolana Lourdes Van-Dúnem, vítima de prolongada doença.

070106-13
Do ataque, Abel Chivukuvuku passa abruptamente à defensiva

Dormindo com Deus e o Diabo?

O deputado da Unita anunciou, finalmente, a sua disponibilidade para disputar a presidência do partido. Mas não está a ter tempo para armar a sua tenda de campanha, confrontado que está com sérias acusações que o dão como tendo solicitado ao Mpla apoios para essa empreitada. Não está posta de parte a probabilidade de tudo não passar de uma cabala

Informações que circulam persistentemente nos meios políticos da capital estão a ofuscar o anúncio público feito recentemente por Abel Chivukuvuku de que será candidato à liderança da Unita no próximo congresso, que deverá ter lugar em meados deste ano. De acordo com tais informações, na passada quarta-feira, imediatamente depois de ter concedido a entrevista à Voz da América em que fez o referido anúncio, o deputado da Unita terá contactado o secretário para a informação do Mpla, Norberto dos Santos «Kwata Kanawa,

a quem supostamente terá solicitado que este use os seus préstimos para viabilizar o apoio do partido no poder à sua campanha para apear Isaías Samakuva da presidência da Unita. Segundo ainda tais informações, os apoios pretendidos por Abel Chivukuvuku seriam, nomeadamente, financeiros bem como a garantia de espaço para a sua propaganda nos órgãos de comunicação públicos. De uma das fontes em particular, que têm vindo a disseminar esta informação, o Semanário Angolense ouviu a seguinte sentença: «É óbvio que na cultura política deste país, apoios deste género vêm sempre acompanhados de pedidos suplementares de contrapartidas materiais pessoais. O Abel Chivukuvuku também pediu ao Kwata Kanawa para que o Mpla lhe garanta a sua acomodação material». O Semanário Angolense tentou, sem sucesso, confrontar o deputado da Unita com as informações que circulam. Contudo, fontes da própria Unita asseguraram que Chivukuvuku não agiu nas costas da direcção do partido. O porta-voz, Adalberto da Costa Júnior, disse que ele informou previamente os seus principais pares de que daria a entrevista à Voz da América e, mais do que isso, que anunciaria a sua disponibilidade para disputar a liderança do partido com o actual presidente, Isaías Samakuva, e com outros candidatos que eventualmente venham a surgir. Entretanto, algumas avaliações feitas sobre este assunto apontam para a probabilidade de se tratar de uma cabala movida contra o deputado da Unita por sectores afectos ao «regime», no sentido de esvaziar o conteúdo da referida entrevista. Tratar-se-ia, segundo tais avaliações, de uma reacção idêntica à que se verificou com o discurso pronunciado por Isaías Samakuva, marcado por um conteúdo fortemente crítico à actuação do Chefe de Estado angolano. Na entrevista que Abel Chivukuvuku concedeu à Voz da América, quarta-feira da passada semana, tendo solicitado à emissora norte-americana que ela fosse retomada posteriormente pela Rádio Ecclesia, estação da Igreja Católica em Angola, o deputado da Unita, além de fazer uma avaliação corrosiva do sistema, verteu críticas muito cáusticas a José Eduardo dos Santos. Chivukuvuku chegou a dizer, designadamente, que o Presidente da República tinha menos legitimidade política que a Assembleia Nacional, visto que esta ao menos havia sido eleita em 1992. Foi apenas depois destas declarações terem sido retomadas pela Ecclesia que os rumores sobre o suposto pedido de apoio de Abel Chivukuvuku ao Mpla subiram de tom, atenuando em grande medida o impacto da entrevista junto da sociedade e da opinião pública. Num texto de

opinião publicado na edição do Jornal de Angola da passada quarta-feira, 03, o responsável pelo pelouro da informação e propaganda do Mpla em Luanda, Fragata de Morais, não faz referência às acusações que circulam em surdina, mas qualificou Abel Chivukuvuku como um «político infantil». Seja onde for que esteja a verdade, Abel Chivukuvuku já não se livra de sair seriamente escoriado pelas acusações que lhe são feitas. À semelhança do que sucedeu com Isaías Samakuva, depois de ter atacado, Chivukuvuku vê-se abruptamente compelido a passar para a defensiva. Apanhada pela torrente fica igualmente a oposição inteira, com a credibilidade cada vez mais beliscada. A serem verdades, estes casos de promiscuidade com o poder em nada abonam a sua imagem. E há mesmo muita gente agora a pensar que não foi em vão, que no último conselho da República, José Eduardo dos Santos sugeriu que os políticos da oposição vivem mais preocupados a pedinchar benesses materiais do sistema, que a cumprirem com o papel que lhes cabe. Nesta perspectiva, não estranha que alguns círculos políticos admitem que o facto da líder do Pld, Anália Pereira, defender desde há muito eleições separadas, possa decorrer de algum tipo de arranjo económico com o PR. «Se esta é a qualidade da classe política que temos, então mal está o povo que assim tem mais razões para descrer que os governantes possam verdadeiramente ocupar-se das ingentes tarefas de reconstrução do país», atirou um cidadão ao Semanário Angolense.

Comente este Artigo

070106-13
Do ataque, Abel Chivukuvuku passa abruptamente à defensiva
Dormindo com Deus e o Diabo?

O deputado da Unita anunciou, finalmente, a sua disponibilidade para disputar a presidência do partido. Mas não está a ter tempo para armar a sua tenda de campanha, confrontado que está com sérias acusações que o dão como tendo solicitado ao Mpla apoios para essa empreitada. Não está posta de parte a probabilidade de tudo não passar de uma cabala

Informações que circulam persistentemente nos meios políticos da capital estão a ofuscar o anúncio público feito recentemente por Abel Chivukuvuku de que será candidato à liderança da Unita no próximo congresso, que deverá ter lugar em meados deste ano. De acordo com tais informações, na passada quarta-feira, imediatamente depois de ter concedido a entrevista à Voz da América em que fez o referido anúncio, o deputado da Unita terá contactado o secretário para a informação do Mpla, Norberto dos Santos «Kwata Kanawa, a quem supostamente terá solicitado que este use os seus préstimos para viabilizar o apoio do partido no poder à sua campanha para apear Isaías Samakuva da presidência da Unita. Segundo ainda tais informações, os apoios pretendidos por Abel Chivukuvuku seriam, nomeadamente, financeiros bem como a garantia de espaço para a sua propaganda nos órgãos de comunicação públicos. De uma das fontes em particular, que têm vindo a disseminar esta informação, o Semanário Angolense ouviu a seguinte sentença: «É óbvio que na cultura política deste país, apoios deste género vêm sempre acompanhados de pedidos suplementares de contrapartidas materiais pessoais. O Abel Chivukuvuku também pediu ao Kwata Kanawa para que o Mpla lhe garanta a sua acomodação material». O Semanário Angolense tentou, sem sucesso, confrontar o deputado da Unita com as informações que circulam. Contudo, fontes da própria Unita asseguraram que Chivukuvuku não agiu nas costas da direcção do partido. O porta-voz, Adalberto da Costa Júnior, disse que ele informou previamente os seus principais pares de que daria a entrevista à Voz da América e, mais do que isso, que anunciaria a sua disponibilidade para disputar a liderança do partido com o actual presidente, Isaías Samakuva, e com outros candidatos que eventualmente venham a surgir. Entretanto, algumas avaliações feitas sobre este assunto apontam para a probabilidade de se tratar de uma cabala movida contra o deputado da Unita por sectores afectos ao «regime», no sentido de esvaziar o conteúdo da referida entrevista. Tratar-se-ia, segundo tais avaliações, de uma reacção idêntica à que se verificou com o discurso pronunciado por Isaías Samakuva, marcado por um conteúdo fortemente crítico à actuação do Chefe de Estado angolano. Na entrevista que Abel Chivukuvuku concedeu à Voz da América, quarta-feira da passada semana, tendo solicitado à emissora norte-americana que ela fosse retomada posteriormente pela Rádio Ecclesia, estação da Igreja Católica em Angola, o deputado da Unita, além de fazer uma

avaliação corrosiva do sistema, verteu críticas muito cáusticas a José Eduardo dos Santos. Chivukuvuku chegou a dizer, designadamente, que o Presidente da República tinha menos legitimidade política que a Assembleia Nacional, visto que esta ao menos havia sido eleita em 1992. Foi apenas depois destas declarações terem sido retomadas pela Ecclesia que os rumores sobre o suposto pedido de apoio de Abel Chivukuvuku ao Mpla subiram de tom, atenuando em grande medida o impacto da entrevista junto da sociedade e da opinião pública. Num texto de opinião publicado na edição do Jornal de Angola da passada quarta-feira, 03, o responsável pelo pelouro da informação e propaganda do Mpla em Luanda, Fragata de Morais, não faz referência às acusações que circulam em surdina, mas qualificou Abel Chivukuvuku como um «político infantil». Seja onde for que esteja a verdade, Abel Chivukuvuku já não se livra de sair seriamente escoriado pelas acusações que lhe são feitas. À semelhança do que sucedeu com Isaías Samakuva, depois de ter atacado, Chivukuvuku vê-se abruptamente compelido a passar para a defensiva. Apanhada pela torrente fica igualmente a oposição inteira, com a credibilidade cada vez mais beliscada. A serem verdades, estes casos de promiscuidade com o poder em nada abonam a sua imagem. E há mesmo muita gente agora a pensar que não foi em vão, que no último conselho da República, José Eduardo dos Santos sugeriu que os políticos da oposição vivem mais preocupados a pedinchar benesses materiais do sistema, que a cumprirem com o papel que lhes cabe. Nesta perspectiva, não estranha que alguns círculos políticos admitem que o facto da líder do Pld, Anália Pereira, defender desde há muito eleições separadas, possa decorrer de algum tipo de arranjo económico com o PR. «Se esta é a qualidade da classe política que temos, então mal está o povo que assim tem mais razões para descrer que os governantes possam verdadeiramente ocupar-se das ingentes tarefas de reconstrução do país», atirou um cidadão ao Semanário Angolense.

Comente este Artigo

070106-13
Abel teria alguma razão para jogar-se nos braços do Mpla?

A questão que agora se põe é exactamente se com estes trunfos não desprezíveis em mãos, Chivukuvuku precisaria de recorrer aos apoios do Mpla. Aqui entra

em cena uma velha tese segundo a qual, uma razão para as evasivas de Chivukuvuku teria a ver com a agenda política de José Eduardo dos Santos. Ou seja, ele só avançaria para a disputa da liderança da Unita, visando com isso em última instância a Presidência da República, caso o Chefe de Estado angolano já não se recandidate em próxima eleição. O raciocínio é que com José Eduardo dos Santos na corrida, as chances dos outros candidatos seriam quase nulas. Sendo que o cenário de uma renúncia do actual Presidente revela-se cada vez mais remoto, e diante da ideia que tem vindo a emergir de que dificilmente a Unita conseguirá bisar o score que obteve nas eleições de 1992, bater a porta do Mpla representaria para Abel Chivukuvuku garantir, pelo menos, a sua estabilidade material. Mas aqui chegados, do lado da tese de uma eventual cabala contra Abel Chivukuvuku esgrimem-se argumentos que não são desprezíveis. Por que carga d'água ele procuraria aquilo que na certa seria a sua «morte política» apenas por razões materiais? Nisto, há quem lembre que Chivukuvuku figura exactamente entre os dirigentes da Unita que tendo permanecido em Luanda, conseguiram fazer o seu pé-de-meia. Para o caso de Chivukuvuku, diz-se mesmo que o que conseguiu reunir lhe é suficiente para viver com conforto e decência, sem ter necessidade de vender a consciência. Mais: terá sido justamente a sua dignidade que o terá impedido de fazer mais.

070106-13
HORÓSCOPO PARA 2007

Com as eleições transferidas para 2008 e 2009, com as grandes obras fechadas a sete chaves, o registo eleitoral, a admissão de Angola na Opep, o congresso da Unita e o Afro-Basket preenchem a lista dos grandes eventos deste ano. Com isso não se pode dizer que 2007 seja um ano quente ou chocho. Se por um lado há coisas que não vão mudar, como é, por exemplo, o caso da estabilidade no Mpla, por outro há coisas como a situação da Fnla que prometem variar. Para bem ou para o mal. Perante isto o Semanário Angolense seleccionou eventos ou personalidades que por força daquilo que representam têm alguma coisa a ver com o que se vai passar nos próximos 12 meses.

José Eduardo dos Santos – O Presidente da República moderou consideravelmente a forma como celebra os seus aniversários. Continua a haver um cortejo de encómios e de discursos, mas a festança à moda antiga deu lugar a uma festa mais moderada, mais familiar. O mesmo já não se pode dizer do aparato que se movimenta cada vez que sai à rua. O sufoco que vivem todos os dias os que se fazem à estrada na capital agrava-se cada vez que José Eduardo dos Santos na qualidade de Presidente da República, do Mpla ou mesmo de chefe de família tem que ir a algum sítio. E já se viu, por mais de uma vez, que não há razão para tanto alarmismo. Ruas fechadas horas a fio porquê? Acaso já aconteceu algum contratempo nas várias vezes em que ele abandona o aconchego do palácio presidencial para ir assistir, ao lado da mulher, a concursos de beleza?

José Eduardo dos Santos – O Presidente da República moderou consideravelmente a forma como celebra os seus aniversários. Continua a haver um cortejo de encómios e de discursos, mas a festança à moda antiga deu lugar a uma festa mais moderada, mais familiar. O mesmo já não se pode dizer do aparato que se movimenta cada vez que sai à rua. O sufoco que vivem todos os dias os que se fazem à estrada na capital agrava-se cada vez que José Eduardo dos Santos na qualidade de Presidente da República, do Mpla ou mesmo de chefe de família tem que ir a algum sítio. E já se viu, por mais de uma vez, que não há razão para tanto alarmismo. Ruas fechadas horas a fio porquê? Acaso já aconteceu algum contratempo nas várias vezes em que ele abandona o aconchego do palácio presidencial para ir assistir, ao lado da mulher, a concursos de beleza?

Marcos Barrica/Justino Fernandes – Se a ausência de informação sobre as obras a cargo do Grn incomoda muita gente, a falta de decisão sobre os estádios e os hotéis para o Can 2010 incomodam toda a gente, donde nem o ministro dos Desportos nem o presidente da Faf deveriam exibir a descontracção que exibem. Mesmo que a escolha dos projectos e dos empreiteiros e o arranque das obras seja uma coisa que lhes transcenda, ambos deveriam mostrar que estão a fazer alguma coisa, ainda que seja tudo por detrás da cortina. De uma coisa estamos certos: se alguma coisa der para o torto, não será aqui neste jornal que o Presidente da República vai pedir contas. E seria uma pena que a onda que se criou com o apuramento ao mundial e ao Can fosse quebrada por causa

do nosso espírito de deixa andar. Os próximos meses serão de muita pressão.

General Kopelipa – Qualquer que seja a interpretação dada à sugestão do Conselho da República a favor da realização das eleições a partir de 2008, o director do Gabinete de Reconstrução Nacional tem mil e uma razões para estar satisfeito. O volume de obras que tem sob seu controlo, de que fazem parte, entre outros, o novo aeroporto de Luanda, tarda a chegar aos olhos das pessoas, logo esta boleia dos conselheiros do Presidente da República acaba por ser um precioso achado para o nosso «Robinho». Ainda assim e a bem de todos, seria bom que o Grn deixasse de fazer caixinhas com obras feitas com o dinheiro de todos nós. São obras que dizem respeito a todos nós. Seria bom também que esta empreitada incluísse alguns exercícios de relações públicas que ajudariam a sacudir a poeira e a pressão. A menos que o general queira monopolizar o mal que decorre da falta de informação.

José Severino/Matos Cardoso – Depois de toda tinta que correu na imprensa, depois do que se disse inclusive no Conselho da República a única coisa que se pode recomendar a José Severino é o seguinte: ignore Matos Cardoso e apresente as provas que tem. Também Matos Cardoso não tem, seguramente, alternativa diferente: ignore as acusações da outra parte, contrate um advogado, apresente as provas e deixe a justiça decidir. Um e outro não podem, não têm o direito de manter uma associação como a Aia refém de um problema que sendo de todos os sócios, parece ser estritamente pessoal. Não podem passar 12 meses noutra aventura igual a esta.

André Mingas – O mano mais velho, o Rui, não o fez por menos. Pós cá fora um dos melhores trabalhos discográficos dos últimos 10 anos, com o que colocou a fasquia muito em cima. Os 32 anos de «silêncio» foram bem compensados. Perante o engenho e a arte que Rui mostrou no álbum «Memória», André não tem alternativa senão caprichar no trabalho que está a fazer e que segundo fonte bem informada em Março o levará de regresso aos estúdios para gravar o seu primeiro trabalho em mais de 17 anos. Estamos aqui para ver no que isto vai dar.

Chivukuvuku/Samakuva – O anúncio oficial da candidatura de Abel Chivukuvuku à presidência da Unita não só põe

fim às especulações, como também põe um epílogo nas relações de fachada entre o deputado e o presidente do galo negro. Não há mais razões para esconder o desatino entre dois políticos que há 4 anos se aliaram para afastar Lukamba Gato da presidência do partido. A luta que se adivinha no próximo congresso fará da Unita um partido mais democrático do que já é, mas os benefícios para quem tem eleições legislativas um ano depois são questionáveis. Uma vitória de Samakuva no congresso significará aquilo que defendem algumas correntes, ou seja, o processo de transição que se seguiu à morte de Jonas Savimbi só deveria terminar com a candidatura do actual presidente da Unita à Presidência da República. O contrário, isto é, uma vitória de Abel Chivukuvuku seria o triunfo da tese segundo a qual é preciso intervir agora antes que Samakuva enterre mais o partido. A ver vamos. Samakuva tem o aparelho do partido sob seu controlo e tem também alguma tarimba adquirida de lições do Mpla. Abel tem aspiração, carisma e verbo. Os congressistas, sobretudo os veteranos, terão a última palavra.

Midia - O ano de 2007 abriu com o início das emissões, em regime experimental, da Rádio Despertar, afecta à Unita. Até prova em contrário as inovações na comunicação social ainda não acabaram. Estão a caminho dois novos títulos. Um ligado ao Grupo Espírito Santo, holding que controla o Banco Espírito Santo de Angola, Besa, e outro, segundo fonte geralmente bem informada, associado à Casa Militar do Presidente da República e à sua Assessoria de Imprensa. Sobre ambos, particularmente, sobre o segundo, já correu muita tinta, pelo que a única coisa que se pode dizer é bem-haja. Quanto a nós, Semanário Angolsense, cá estaremos no nosso cantinho.

070106-13
Roberto de Almeida «desapontou» deputados do Mpla?

Boa parte dos deputados do próprio Mpla que foram à Assembleia Nacional apresentar-lhe cumprimentos de fim de ano, interpretaram o discurso de Roberto de Almeida como contendo «recados» destinados sobretudo ao Presidente da República. Para a maior parte desses deputados o tira-teimas entre Roberto de Almeida e o destinatário dos supostos recados deveria ocorrer por ocasião dos cumprimentos de fim de ano ao Presidente da

República. Alguns deles temiam mesmo que, pela primeira vez nos últimos 10 anos, seria outra pessoa, possivelmente o primeiro-ministro, a desejar votos de ano novo ao Presidente da República. Mas o que se ouviu e viu naquela cerimónia foi o Roberto de Almeida de sempre a repetir, com as mesmíssimas palavras, os mesmíssimos elogios e a fazer as mesmíssimas juras de fidelidade ao Presidente José Eduardo dos Santos. Em suma, foi o mesmíssimo Roberto de Almeida a dizer os mesmos lugares-comuns que repete desde que é Presidente da Assembleia Nacional. Face ao que se passou no palácio da Cidade Alta só há quatro leituras a fazer: ou os deputados do Mpla não perceberam nada de nada do que ouviram, ou o Presidente da Assembleia Nacional fez um recuo estratégico de 360º. Uma terceira leitura possível é a de que os deputados do Mpla queriam promover um «kizango» entre o Presidente da República e o Presidente da Assembleia Nacional. Se era isso o que esperavam, saíram da Cidade Alta profundamente desiludidos. É que, pelos vistos, o «camarada Roberto» não está para arranjar atritos ou chatices com um «adversário» que, é bom dizê-lo, não consegue arranhar e muito menos derrotar. Ou então, numa quarta leitura, os deputados entenderam que há paz a mais não já em Luanda, como diria o finado Geremias Chitunda, mas no interior do próprio Mpla, ou não perceberam nada de nada do que ouviram. E por essa razão, deveriam dirigir-se à farmácia mais próxima para comprar cotonetes para limparem os ouvidos Embora seja metodista, o Presidente da Assembleia Nacional não parece dar muito crédito àquela estória da Bíblia que narra o confronto em que o pequeno David derrotou o gigante Golias. Roberto de Almeida vive neste mundo em que é preciso ter os pés bem assentes na terra. Se a temosia do Jonas terminou como todos sabemos, quem garante que RA poderia sair-se melhor num braço de ferro com o suposto destinatário dos recados que os deputados do próprio Mpla garantem ter ouvido?

070106-13

2007 vai fazer verter baba e ranho em alguns lares
Governantes presos por um fio

Com o ano de 2007 já na estrada, toda a estratégia eleitoral do actual poder deverá passar, inevitavelmente, por assegurar cada vez mais os níveis

de boa governação. Nessa perspectiva, por certo, se incluirá a agenda do Presidente da República. É que apesar de não estar em causa, nem de longe nem de perto, algum desaire eleitoral da parte do Chefe de Estado, será avisado que ele não descure uma «limpeza do balneário», que deverá ser o mais profunda possível. Na realidade, há na cesta do Governo, central e local, muitas batatas podres que podem contaminar as outras, comprometendo os principais desafios do momento, consubstanciados nos esforços de reconstrução e desenvolvimento do país. De resto, o Semanário Angolense está ao corrente que dentro em breve o Presidente deverá «lavar» o Governo com potassa e lixívia. O ministro da Educação antecipou-se, inteligentemente, à vassourada. Burity da Silva, segundo consta, pretende sair pelo seu próprio pé, já tendo dado a conhecer às instâncias centrais da sua decisão. Este jornal sabe também que um dos que não escaparão à chicotada psicológica é Botelho de Vasconcelos, devido às tremendas baldas que se estão a verificar com a electricidade e a água. Outro que será empurrado pela porta fora é o ministro da Agricultura, Gilberto Lutukuta. Segue-se uma lista dos que estão na corda bamba.

Joaquim Muafumba – O ministro do Comércio deve ser o governante que mais se envolveu em conflitos no ano passado e que mais inimigos colheu na instituição que dirige. Poder-se-á mesmo concluir que é um «cavalo errado» em que Isaías Samakuva e seus conselheiros apostaram para substituir o jurista Vitorino Hossi. Na realidade, este economista esteve mais interessado em garantir a sua acomodação material e financeira e dos seus familiares e amigos. Uma prática que os «maninhos» apontavam apenas a sectores da «grande família», mas a que afinal eles próprios já se terão rendido. Se em pouco tempo no Governo, o homem andou praticamente à deriva, o melhor seria encostá-lo às «boxes» antes que seja tarde. E o Ministério do Comércio seja transformado, definitivamente, num «Clube de Amigos e Compadres», onde questões importantes acabarão por ser resolvidas em rodadas de compinchas e convívios familiares aos fins de semana, sem que outros responsáveis do pelouro sejam tidos em conta.

João Baptista Ngandangina – Permanentemente ofuscado pelo vice-ministro, Pedro Teta, Ngandangina ainda não teve tempo de mostrar o que vale ou sabe em relação ao sector que dirige, por via da fatia que coube ao seu

partido no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (Gurn). Vozes internas no Prs acham que serviria melhor o partido, onde é secretário-geral, e chega a ser mencionado como um dos possíveis substitutos de Eduardo Kwangana. A falta de laboratórios e outros instrumentos para a actividade científica, bem como programas operacionais de incentivo, bolsa científicas e concursos para estudantes, concorrem para que o próprio Ministério caia no esquecimento. Ao ponto de alguns acharem que o ideal seria a sua extinção e criar-se um Instituto de Ciência e Tecnologia, que estaria adstrito ao Ministério da Educação ou a um outro organismo. Desta forma poupar-se-iam centenas de milhares de dólares que têm sido gastos desnecessariamente em subsídios, deslocações e acomodação de responsáveis deste sector, como o ministro, vice-ministro e chefes de departamentos. Seria melhor para todos, porque não há conhecimento de «grandes descobertas» que tenham sido feitas por este Ministério, ao longo dos 13 anos de existência, tanto por Ngandangina como por quem lá passou.

André Luís Brandão – Este é, seguramente, um dos mais antigos ministros. Há muito que consta da lista dos caídos, mas como aqui a vontade de Deus não suplanta a dos homens, tem sobrevivido sempre. Quem escutou os seus últimos pronunciamentos, constatou que o tempo parece estar a corroer-lhe a mente, porque tratam-se, na realidade, de promessas que vem fazendo aos longo dos anos: modernização dos Portos e relançamento do transporte ferroviário. No Porto de Luanda já se sabe como vão as coisas (inaugurou gruas que nem levantam um saco de arroz), o de Cabinda só ganhou uma ponte cais e na Taag até os novos Boeings, adquiridos recentemente nos Estados Unidos, já metem água. O comboio terá de aguardar mais alguns meses e agora fala-nos numa Bolsa Nacional de Frete Marítimo. Para quando? Espera-se que em 2007 alguém no Ministério ultrapasse a meta antes dele.

Lícinio Tavares- Em todo o mundo, os correios e telecomunicações costumam ser um excelente negócio para o Estado. Nos casos dos Eua e Inglaterra são das pastas mais importantes. Qualquer sociedade que se preze e que se queira desenvolver sabe que este pelouro constitui uma das suas alavancas. No nosso país, as operadoras de telecomunicações ganham rios de dinheiro sem oferecerem qualidade nos seus serviços. Ninguém as põe na ordem. Continuamos com as empresas e o Estado a empregarem

milhares de pessoas cuja única tarefa é andar de porta em porta a distribuir correspondência. Pagamentos via correios, internet para toda a gente e postos de correio em cada bairro nem vê-los. Estamos no Séc. XXI e só não comunicamos por meio de sinais de fumo porque os libaneses alugam telefones nas cantinas. Este ministro não faz por aproveitar o rico filão que esta área pode representar para o Estado. Venha outro que viva neste tempo.

Gilberto Lutukuta – Angola continua a importar produtos agrícolas que, em princípio, deveria estar a exportar. Este ministro tanto diz num dia que o país atingiu a auto-suficiência alimentar como pode estar a pedir ajuda externa no outro. A quantas andamos afinal? A promoção dos alimentos do campo deveria ser uma batalha para Lutukuta que assim ajudaria os camponeses e agricultores a verem o seu esforço traduzido em kwanzas. O controlo dos alimentos que consumimos é algo nebuloso: em que laboratórios se faz? A formação profissional que deveria existir em todos os municípios é pura miragem. Os ministros têm de aprender que se devem bater pelos seus pelouros, refilar se necessário, mas era necessário saber ser ministro. Neste momento a nossa agricultura não existe, este ministro também não. Que se vaya.

Nandó – É primeiro-ministro, mas deve ser o único, do mundo democrático, que vai aos debates parlamentares responder por escrito a perguntas enviadas pelos deputados com dias de antecedência. Claramente não domina os dossiers. Como se senta cá embaixo com «a plebe ministerial», nas reuniões do Conselho de Ministros, a sua autoridade é à partida diminuta. É sabido que ser primeiro-ministro em Angola é como o fim da picada política. Não se sai daí incólume, mas pode também ser um posto para se mostrar alguma inteligência e capacidade política. Nandó não o terá aproveitado (talvez essa atitude lhe valesse a longevidade no cargo). Mesmo assim, cinco anos e ter apenas duas acções dignas de publicitação é muito pouco: pôs ordem na questão da disputa pelas instalações da Filda e processou o Semanário Angolense. Além de que o caso da Filda vai voltar ao tribunal. Se sair, só a sua família lamentará o facto. Pedro Mutinde – Parece estar provado divinamente que, nas últimas duas décadas, este país não conseguiu formar um único ser humano em condições de governar a província do Cunene, onde há um governador «vitalício»: Pedro Mutinde. Apesar de se

estar a registar algumas melhorias na área de infra-estruturas, graças a uma ajudinha do Governo central, não é crível que, ao longo dos 23 anos de governação (está lá desde 16 de Agosto de 1983), ele ainda tenha alguma ideia nova na cachola. Recorde-se que foi comissário provincial adjunto durante três anos (80-83). Talvez, por isso, se acredite que os seus métodos de gestão sejam antiquados. Ao ponto do único ciber-café da província ser controlado com fortes medidas de «segurança». Mas, como permanecer no Governo angolano depende da vontade do Homem e não de Deus, não espanta que o «decano» dos governadores celebre 24 anos no comando em Agosto próximo, mesmo sabendo que os governados anseiam pelo seu imediato acantonamento.

João Ernesto dos Santos «Liberdade»- Ocupa o 2º lugar no ranking dos governadores mais antigos de uma província, sendo apenas superado pelo «decano» Pedro Mutinde. Natural do Moxico, onde nasceu em Janeiro de 54, nas proximidades do Lago Dilolo, o homem não deixaria nenhuma saudade se brindasse os seus conterrâneos com o repouso, porque os cerca de 15 anos que dirige a província foram praticamente nulos. A região continua sempre a mesma coisa, sem água potável, energia eléctrica e o asfalto continua a fugir das estradas a cada dia que passa. Os seus argumentos têm sido a falta de verbas, mas mesmo com o «pouco» que recebe não consegue tirar o ambiente de mato que se vive, inclusive, na cidade do Luena. Afinal, não consegue libertar-se das vestes de comissário político, para tornar-se verdadeiramente um governador.

Unita - O governador da Lunda Sul é outro exemplo de «cavalo errado» em que a direcção da Unita apostou. Além da fraca capacidade de comunicação, que tem sido visível em cada encontro que dirige, Miji Itengo, que substituiu do cargo o actual primeiro secretário do Mpla, Francisco Chiuissa, tem sido suplantado em todos os domínios pelo vice-governador. O cerne do seu insucesso não reside apenas nos apoios que este tem recebido ou não das estruturas centrais, mas sim na fraca capacidade de liderança deste governante, uma vez que um dos argumentos encontrados pela Unita para lhe confiar o destino daquela rica província diamantífera terá sido única e exclusivamente o facto dele ser descendente de uma das famílias nobres da região. E mais nada! Resultado: a província parou no tempo, porque o «soba» não conseguiu imprimir uma outra velocidade. A sua substituição não faria nada mal à

própria Unita , que o indicou, assim como aos habitantes da região.

Aníbal Rocha- Quase idolatrado por muitos munícipes de Luanda, por causa das inaugurações e das suas célebres jornadas de campo, Aníbal Rocha não conseguiu imprimir a mesma dinâmica na província mais ao norte do país, onde foi enviado nos últimos anos como uma espécie de «tábua de salvação». Uma das suas missões seria melhorar as condições sociais dos cabindas, entre os quais os furibundos sectores independentistas, mas a emenda acabou por ser pior que o soneto, porque nem mesmo os seis milhões de dólares mensais parecem ter dado um grande jeito. Há informações de que o ex-governador de Luanda esteve mais interessado em olhar para o seu umbigo, como ficou provado com alguns contratos de gestão por ele celebrado, sobretudo nos domínios da saúde e saneamento básico. Consumado que está o seu fracasso no enclave, também já é altura do homem descansar um bocadinho e ir pastar noutras freguesias, sobretudo agora que o processo de paz parece caminhar de vento em popa.

J.B Tchidandi – Está muito longe dos centros de decisão, é verdade. Talvez por isso mesmo devesse bater-se mais por colocar a província nos média e nos projectos de desenvolvimento nacional. O Caminho de Ferro de Moçâmedes tarda a chegar, mas já se sabe que isso é de responsabilidade central. Porém, a estrada para o Bié e para o resto do país «não existe». O Kuando Kubango, se não é o «fim do mundo», está progressivamente mais isolado do resto de Angola.Tchindandi tem tudo para se tornar num «arruaceiro» que grite pelas gentes do KK. Seguindo o critério de «antes bem com o chefe que com o povo», este governador assiste todos os dias à corrida das águas do Kwebe no seu quintal, mas não só não rega o seu jardim (o do palácio), como não põe água no hospital que fica a 70 metros do rio. Electricidade, é melhor nem falar. Se o governador não se bate pela província então que vá lá outro.

Dumilde Rangel – Quem vá à Benguela e pergunte aos citadinos se gostam do governador que têm, receberá uma resposta unânime: Não! A razão é fácil de verificar: a província, que até é servida por um excelente porto comercial, está em escombros, perdeu o brilho e parece, cada vez mais, um amontoado de aldeias. Em Benguela a poeira é quem mais ordena, as falhas nos fornecimentos

de água e electricidade são mais que crónicas e o desemprego está a dar lugar à bandidagem e à prostituição. Tal como muitos dos seus pares, Rangel ter-se-á esquecido também que uma das suas tarefas passa exactamente por atrair investimentos à província como forma de gerar emprego e melhorar a condição social das populações. Aliás, no caso de Rangel foi pior, afastou os auto-propostos investidores com os célebres «30% para mim». Saindo, salva-se Benguela.

Paulo Kassoma - O Huambo está a ser ultrapassado pela Huíla em quase tudo. O seu parque industrial não arranca, nem a propalada fábrica de leite de soja. O aspecto da cidade é degradante. As tintas do Kassoma devem ser transparentes ou terá começado a pintar a cidade em 2004? As promessas sem nexo não dão fruto. A auréola intelectual e universitária do Huambo está desfeita. Aquela que esteve quase a ser a capital do império português é uma sombra da sua história. De pólo de desenvolvimento do centro-sul de Angola, o Huambo é, hoje, apenas uma província quase esquecida, perdida no breu nocturno que cobre a sua capital. As notícias que saem referem-se apenas a tristes cenas de intolerância política a que o governador não consegue pôr cobro. Huambo precisa de um governador com orgulho na sua história e com mente mais arejada e culta.

Pedro Sebastião - Quando foi anunciado que o ex-ministro da Defesa e antigo embaixador de Angola na Espanha seria o novo governador do Zaíre, os habitantes desta província respiraram de alívio, porque tinha chegado ao fim a penosa convivência com Ludi Kissassunda. Actualmente, a esperança começa a esmorecer, independentemente do facto do actual governante ter encontrado a região praticamente pilhada. Quatros anos depois, sob as ordens de Pedro Sebastião, o Zaíre está às escuras, serviços de saúde deficientes, onde até a água para a limpeza do próprio hospital provincial chega a conta-gotas. As estradas continuam esburacadas, ao ponto do governador deslocar-se por via aérea para cada município, existindo em cada um deles uma pista de terra abatida para ele exibir a sua aeronave. Será que vale apenas manter alguém assim? Os habitantes do Zaire já acham que não.

070106-13
Viaturas e computadores são dados como desaparecidas
David Velhas desova Direcção dos Registos e Notariado
Ilídio Manuel

David Velhas, antigo director dos Registos e Notariado, é suspeito de ter descaminhado bens afectos àqueles serviços, depois de ter sido exonerado do cargo, há aproximadamente dois meses. O Semanário Angolense soube de fontes ligadas à Justiça que a Direcção dos Registos perdeu o rasto ou, antes, desconhece o paradeiro de duas viaturas pertencentes aqueles serviços. Tratam-se de um jipe de marca Hyundai e de uma carrinha Izuzu que tinham sido distribuídos a David Velhas, enquanto director dos Registos. Este, segundo apurou este jornal, procedeu apenas à devolução de uma das três viaturas que se encontravam à sua guarda. Velhas é igualmente acusado de ter desviado equipamentos daqueles serviços, dentre os quais avultam computadores e faxes. «Até os agrafadores não foram poupados», denunciaram as fontes, quando descreviam o cenário de uma eventual desovação a que terá sido alvo a Direcção dos Registos e Notariado. Além desses bens, este jornal apurou que os arquivos e alguns documentos classificados foram também levados pelo ex-responsável dos Registos. «Não temos como localizar os processos, visto que os arquivos desapareceram», lamentou um funcionário que, por razões óbvias, pediu para não ser identificado. Entre os funcionários medra, porém, um certo clima de insatisfação, devido ao facto dos dois mini autocarros destinados ao transporte dos trabalhadores se encontrarem em paralisados, «à falta de motoristas». Estes, segundo apurou este jornal, não tinham nenhum vínculo laboral com aqueles serviços e foram recrutados de forma «algo discricionária» pelo antigo director. Com a sua saída, Velhas entendeu levá-los, deixando os serviços sem nenhum motorista. Há suspeitas de que os referidos motoristas sejam alegados familiares de David Velhas. Suspeitas sustentadas pelo facto dos autocarros, depois de aparentemente privatizados, terem servido nos últimos dois anos os interesses do então director. Os referidos meios rolantes terão mesmo sido vistos, em tempos, a circular pelas ruas Luanda e, algumas vezes, em Benguela transportando a bordo pessoas não afectas aos serviços de Registos. David Velhas foi substituído, em Novembro último, do cargo de director dos Registos e Notariado por manifesta incompetência e no seu lugar colocado o

jurista Francisco Arsénio Silva «Chinho», que até há bem pouco tempo exerceu as funções de director do Guichet Único (Gue). Tido como um dos homens de confiança do antigo ministro da Justiça, Paulo Tjipilika, de quem terá beneficiado um certo proteccionismo, o consulado de David Velhas foi marcado por uma série de atropelos cujos reflexos mais visíveis estão hoje patentes nas inúmeras hordas de expatriados que, por processos ínvios, conseguiram adquirir a nacionalidade angolana.

070106-13
J. Carvalho liberta o gabinete

O antigo director dos Serviços de Identificação Civil e Criminal, Joaquim Carvalho, aceitou, finalmente, libertar o gabinete que ocupava ilegalmente no ministério da Justiça. Fontes do referido pelouro disseram ao Semanário Angolense que o abandono do gabinete por parte do antigo director terá resultado de «aturadas negociações» entre este e os responsáveis desse ministério, que terão garantido a cedência de um outro gabinete a Joaquim Carvalho. Exonerado do cargo na mesma altura em que ocorreu o afastamento do ex. director dos Registos, o octogenário funcionário sempre se recusou a abandonar o gabinete onde exerceu as funções de responsável máximo da Identificação Civil durante várias décadas. Além dessa recusa, acrescentaram as mesmas fontes, Joaquim Carvalho procedia ainda a despachos nos documentos, como se ainda estivesse a exercer o cargo de director. «Foi com alguma relutância que ele aceitou deixar o gabinete e conformar-se com a sua sorte», disse um funcionário da Identificação, que não deixou, porém, de criticar a forma algo doentia como «o velhote se agarrava ao posto». A exoneração de Joaquim Carvalho e a sua substituição por António Nelson dos Santos está a causar uma certa expectativa nesse sector no que concerne, sobretudo à valorização de alguns quadros jovens, que terão sido preteridos quando não hostilizados pela antiga direcção. Espera-se que António dos Santos consiga colocar ordem no polémico departamento de Produção e Emissão Informática dos Bilhetes de Identidades, cujo responsável parece reunir mais poderes que muitos directores nacionais do ministério da Justiça. Ironicamente tratado por «vice-ministro para os BI´S», A. Cazanga, além de se ter tornado no rosto mais visível do sector, parece possuir

mais poderes que o próprio director nacional da Identificação.

070106-13
Nzita Tiago perde o respeito do filho

Nzita Tiago já levou muito rombo na vida. Perdeu muitos comandantes em combate e viu outros entregarem-se ao governo de Angola. Além disso, teve que sair de vários países africanos, mas nada, nem mesmo a facada – a expressão é dele – que Bento Bembe & Cia lhe espetaram o podia preparar para o que aconteceu a 9 de Dezembro em Paris. Na verdade a conjura começou dias antes com um encontro secreto em Bruxelas, convocado por António Nzita MBemba, filho de Nzita Tiago. Nzita Jr., uma figura que emergiu durante a constituição do Fórum Cabindês para o Diálogo, em 2004 em Helvoirt, na Holanda, chamou para a capital belga um grupo restrito de membros do Bureau Político da Flec a quem deu conta da sua intenção de tentar uma aproximação com o «grupo de Bento Bembe». Além de alguns membros do BP, Anm convidou para Bruxelas representantes da Kreddha, organismo para defesa de minorias e povos, sediada na Holanda. Esta instituição participou até dar conta do envolvimento do governo de Angola no processo para libertação de António Bento Bembe da prisão na Holanda. Anb conseguiu arrancar da Kreddha a promessa de interceder junto de Abb e do governo de Angola no sentido de ele e outros seus apoiantes serem considerados como parte da solução para Cabinda. O ancião Nzita Tiago bem como o seu secretário-geral Dr. Batila e outros só vieram a saber do que se passara após terem tido acesso a um email que António Nzita Mbemba trocou com André Kouangou, o «financeiro» de Bento Bembe, na altura baseado em Brazzaville. Numa mensagem electrónica enviada a 30 de Novembro, António Nzita Mbemba oferecia-se a cooperar com Abb, «levando consigo» uma parte do Bureau Político da Flec que o seu pai lidera. Numa das mensagens que trocou com Andre Kouangou, António Nzita MBemba insinuou que o seu pai, Nzita Tiago, não deveria ser levado, porque ele e o seu grupo «careciam de eficácia», ou seja «manqué d e efficacité» em bom francês. O que mais incomodou Nzita, e disso ele deu conta na reunião de 9 de Dezembro, foi o facto de o seu próprio filho ter dito que ele já se encontrava numa situação financeira vulnerável, a tal ponto que estaria na iminência de ter que abandonar a

casa onde vive. António Nzita MBemba pedia a André Kouangou algumas garantias pois o facto de ter estabelecido estes contactos «deixavam-no exposto». Por fim e no que terá destapado tudo, o filho de Nzita terminava a sua mensagem electrónica recordando a André Koaungou que ele continuava a aguardar pelo que lhe tinham prometido, provavelmente dinheiro. Na verdade, esta tinha sido a segundo mensagem enviada por Anm a André Kaoungo. Numa outra mensagem de 29 de Novembro, Anm mostrara-se incomodado com o facto de André Kaoungo não responder às suas mensagens. Ainda assim desculpou-se ele mesmo dizendo que provavelmente tinha o endereço errado e que tendo recebido novo dados de Gaulter Inocência - membro da quinta coluna desbaratada pelo falecido Mfulupinga Landu Víctor- e um dos pivots de António Bento Bembe, estavam criadas as condições para que ele apresentasse as preocupações que deveriam ser levadas a Abb. Tudo isso não se sabe como foi parar às mãos de Nzita Tiago, deixando-o profundamente comprometido perante outros correligionários. Apanhado em contramão, o embaraçado António Nzita MBemba atribuiu as mensagens a um trabalho da contra-inteligência angolana. Já o seu pai, envergonhado quanto baste, ficou-se pelo afastamento do filho do posto de representante da Flec em França e do Fcd. António Nzita MBemba não aceitou, tendo dito que o seu afastamento dependia de um parecer da Mpalabanda, que alegadamente apoiara a sua nomeação, o que não confere com a verdade. O conclave de Paris passou em revista uma contraproposta que o grupo de António Nzita MBemba preparara para enviar ao Governo de Angola e ao grupo de Bento Bembe. O documento defendia a atribuição de mais postos para figuras ligadas a Nzita Tiago. António Nzita MBemba tentou convencer o seu pai, presidente e fundador da Flec, que o Dr. Michael Van Praag, da Kreddha, já tinha assegurado fundos que lhes permitiriam seguir ao encontro de uma delegação do Governo. Nzita recusou-se assinar e a reunião do dia 9 acabou numa autêntica algazarra com o pastor Kitembo, apoiante de Nzita, à beira de trocar uns tabefes com os apoiantes de António Nzita MBemba. Desta reunião saiu também a percepção de que a Flec como tal pode ter os dias contados. Nzita Tiago já nem no filho pode confiar! Membros das chamadas células no interior de Cabinda têm defendido a reconciliação com o filho, mas Nzita Tiago tem dificuldades em explicar aos outros uma posição desta natureza. Na página ao lado, o Semanário Angolense publica o fac-símille da mensagem electrónica

em que António Nzita Mbemba «passa a perna» ao seu progenitor.

070106-13
Ministério da Justiça anuncia reversão dos despejos
Manuel Aragão livra-se de herança de Tchipilica

Na semana que hoje termina, o Ministério da Justiça fez publicar um aviso dando conta da disponibilidade institucional para reverter os casos de cidadãos que se viram despejados de imóveis que mantinham alugados ao abrigo de contratos com a extinta Secretaria de Estado da Habitação. A decisão do Ministério da Justiça veio constituir-se num autêntico «volte-face» em relação à situação que perdurava desde uma época muito particular da administração daquela instituição governamental. O aviso pede que cidadãos que se tenham visto destituídos dos seus imóveis precisamente ao longo do período que decorre desde os anos 90, façam as suas reclamações junto dos organismos institucionais, prometendo uma reapreciação dos processos. A época evocada no documento foi caracterizada pelo domínio de Paulo Tchipilica no Ministério da Justiça, onde chegou logo a seguir às eleições de 1992 e se manteve depois da constituição do GURN. Paulo Tchipilica, um jurista angolano com fortes ligações a Portugal, onde serviu o Estado português em postos de relevo e de onde provêm aqueles a favor de quem várias famílias angolanas são desalojadas, foi afastado apenas em 2004, depois de notícias que consideravam parcial a sua atitude na solução dessas questões. Todo este assunto é referente a imóveis que foram confiscados após à independência nacional, em 1975, quando depois de uma moratória para que os seus proprietários que haviam abandonado o país os viessem reclamar, o Governo os constituiu em património do Estado. Aliás, vária matéria legislativa posterior abona a favor desses confiscos: o artigo 13 da Lei Constitucional angolana estabelece que «uma vez verificadas situações de confisco, os imóveis jamais voltam à situação anterior», enquanto que uma outra Lei, que recebeu o número 7/95, precisa que «o património do Estado é constituído por aqueles bens que foram confiscados». A actuação de Paulo Tchipilica nesse domínio regia-se, aparentemente, por alguma displicência, ou, então, qualquer conveniência, levantando suspeitas depois amplamente divulgadas na imprensa. Em Maio do ano passado haviam na justiça 40

processos de revogação de confiscos, algo que deixou preocupados diversos sectores governamentais. Na quarta-feira, o oficial jornal de Angola realizou um pequeno inquérito em que num total de oito opinantes, nenhum discordava da medida. No site da Angonotícias, a decisão foi amplamente aplaudida por um universo de várias dezenas de internautas. Na verdade, Manuel Aragão tem que, mais uma vez, consagrar consideráveis esforços para reverter situações aparentemente viciadas herdadas da administração de Paulo Tchipilica. Há menos de um mês, o ministro da Justiça decidiu uma remodelação de fundo sobre importantes sectores da instituição. Paulo Tchipilica ocupa agora o posto de provedor da Justiça, numa nomeação que apesar de votada pelo parlamento, gerou divergências nada desprezíveis.

070106-13

O acto deve ser promulgado por George Bush

Lei americana consagra gestão de recursos na Rdc

A Câmara dos Representantes e o Senado norte-americano aprovaram recentemente a «Lei República Democrática do Congo» que deverá ser promulgada pelo presidente George Bush para ter efeitos definitivos. Na lei, há uma secção consagrada à boa gestão dos recursos naturais que prevê um compromisso efectivo dos Estados Unidos da América em torno da uma gestão transparente e responsável das riquezas da Rdc através de vários mecanismos, incluindo aqueles preconizados pela Iniciativa da Transparência na Indústria Extractiva (Eiti). A lei diz, também, que os Estados Unidos vão-se engajar no reforço da Missão das Nações Unidas no Congo (Monuc), com vista a monitorar a exploração dos recursos naturais e a sua ligação com o tráfico de armas. Prevê que a autoridade contabilística do Governo americano faça uma avaliação da aplicação da lei um ano após a sua aprovação, o que constitui um instrumento destinado a testar o sucesso do envolvimento norte-americano no Processo de Kimberley. Supõe-se que outras agências do Governo americano venham a estar igualmente engajadas nas avaliações sobre a aplicação desta lei. Por último, a lei representa um mecanismo para reforçar o envolvimento das diferentes instituições norte-americanas, como a Usaid e o Departamento de Estado, na promoção de actos de boa governação no sector.

070106-13

Volume de exportações encoraja empresa portuguesa a instalar fábrica no país

Unicer vendeu 80 milhões de litros de cerveja a Angola

Angola pode ter importado durante o ano passado, 80 milhões de litros de cervejas da companhia portuguesa Unicer, virtualmente metade do total produzido pela maior cervejeira angolana, a Cuca-Bgi. A revelação dos números das exportações da Unicer para Angola foi feita em Dezembro à agência Lusa pelo presidente da comissão executiva da empresa, Pires Lima, que naquela altura apontou os 80 milhões de litros como uma estimativa. As previsões indicadas por Pires Lima apontavam também para exportações que totalizariam 20 milhões de litros de água. As marcas da Unicer são a Super Bock, Cristal e Carlesberg (para as cervejas), Pedras, Caramulo e Vitalis (para as águas), mas Pires Lima frisou que a Super Bock ter-se-ia tornado na «principal marca» de cervejas internacionais de Angola. Em termos de exportações, a empresa esperava atingir no ano passado, vendas a rondar os 160 milhões de litros de águas e cervejas, correspondentes a vendas líquidas de cerca de 90 milhões de euros (um euro equivale a cerca de 106 kwanzas), o que constitui 20 por cento da facturação global do grupo cervejeiro português. Em 2005, de acordo com os dados da empresa, foram vendidos 68 milhões de litros de cerveja em Angola, actualmente o principal mercado externo da empresa de bebidas. «Estamos com uma trajectória muito impressionante em Angola, nomeadamente a partir de Maio/Junho deste ano e fruto de um trabalho de fundo desenvolvido nos últimos anos», referiu António Pires de Lima. A Unicer considera «crescentes e interessantes» as suas presenças em mercados europeus, onde a empresa consegue posições fortes junto das comunidades lusófonas de países como o Luxemburgo, França, Suíça e Reino Unido, que, no seu conjunto, vão valer mais de 20 milhões de litros de Super Bock. Mas não perde de vista a sua posição em África «tem dado um salto muito significativo» tanto nos mercados pequenos da Guiné e de Cabo Verde, como no grande mercado que é a Angola. «A Unicer soube agarrar de forma excelente a oportunidade de mercado que se nos abriu com a pacificação do país», disse Pires de Lima para explicar o elevado volume de vendas no nosso país. Revelou, entretanto, que a empresa continua a aguardar a aprovação do Instituto de Investimentos em Angola e do Governo angolano para o arranque da construção de uma

fábrica de cervejas no país, num investimento que ascenderá a 100 milhões de euros. «Com a dimensão de vendas que nós temos no mercado angolano, é um bocadinho um contra-senso servir este mercado na base da política dos contentores», referiu Pires de Lima, acrescentando haver dias em que são mais de 100 contentores de cerveja da Unicer a ser enviados para Angola. Por isso, e «naquilo que depender da Unicer», a empresa continua «empenhada» em desenvol\ver este projecto industrial. Contudo, advertiu, «Angola é um pais soberano e nós calmamente estamos a fazer o nosso trabalho de casa no sentido de vermos o projecto aprovado». Com excepção de Angola, não existe nenhum projecto de expansão industrial, sendo «perfeitamente possível» servir os restantes mercados internacionais a partir dos centros industriais em Portugal.

070106-13

Entrou em vigor na terça-feira

Os objectivos perseguidos pelo novo Código Aduaneiro

O director nacional das Alfândegas de Angola, Sílvio Burity, declarou que o Código Aduaneiro que entrou em vigor na terça-feira em todo o país, depois da sua publicação em Diário de República, representa apenas uma etapa no processo de reforma legislativa do sector. O Código Aduaneiro de Angola, tal como é oficialmente designado, constitui uma emanação dos processos de transformação económica que se têm operado em Angola, em que se conta a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (Omc), Organização Mundial das Alfândegas (Oma) e à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Sadc). Esses factores impuseram-se como cruciais para a revisão dos fundamentos que até terça-feira última regeram a actividade aduaneira em Angola, dando lugar ao novo código. As Alfândegas já vinham implementando um programa de Expansão e Modernização que visava aperfeiçoar e tornar célere o sistema de desalfandegamento de mercadorias, através da introdução de novos procedimentos. O quadro legal que actualmente regula o sistema aduaneiro nacional foi totalmente revisto, por formas a que se torne adequado às práticas correntes no comércio internacional. Estima-se que dessa forma, Angola terá um sistema aduaneiro baseado em práticas modernas, promulgadas pela Oma e gradualmente influenciadas pela globalização da economia e pela necessidade de um controlo aduaneiro que facilite o comércio legítimo. Durante os estudos levados a efeito pela Direcção Nacional das Alfândegas

sobre as leis e regulamentos antes vigentes, foram detectadas lacunas, desarmonias, duplicidades e contradições que passavam despercebidas. O novo código mantém em muitos casos os textos anteriores, mas introduz pela primeira vez diversos conceitos, tanto sobre o contexto do controlo aduaneiro, quanto sobre a facilitação do comércio internacional. Sílvio Burity evocou três metas como sendo fundamentais na determinação do novo regime jurídico definido no Código Aduaneiro. Pretende-se, em primeiro lugar, assegurar o cumprimento integral das normas jurídicas aduaneiras e garantir a arrecadação dos direitos, das demais imposições aduaneiras e das multas que sejam devidas. Por outro lado, encara-se combater as infracções fiscais aduaneiras através da aplicação de sanções de natureza e gravidade diversas, que podem ir das multas ao aprisionamento, tal como tratar das infracções fiscais e aduaneiras menos graves, dos erros administrativos e da negligência. Por fim, pretende-se disciplinar o exercício do direito à representação e conferir as necessárias garantias aos utentes dos serviços aduaneiros.

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

070106-13

xxx